Ano 1, n. 1, 2020

Edição comemorativa ao tricentenário do povoamento de Lavras 1720 – 2020

Revista do Patrimônio Cultural de Lavras

CONSELHO DELIBERATIVO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS

REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS

Ano 1, Número 1

Edição comemorativa ao tricentenário do povoamento de Lavras

Lavras (MG)

2020

CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS

Instituído em 11 de abril de 1997

Presidente: Alexandre de Abreu Belo. **Secretária executiva**: Lucinda Firmino Nunes. **Conselheiros titulares**: Alessandra Teixeira Silva, Ana Paula Duarte de Oliveira Post, Antônio Claret dos Santos, Carlos Fernando de Moura Delphim, Geovani Németh-Torres, Jackson Antônio Barbosa, Janaína Faleiro Lucas Mesquita, Lázaro Francisco de Aquino, Lucas Ferreira Rios, Rosemary Chalfoun Bertolucci, Terezinha de Lourdes Rezende, Vanda Amâncio Bezerra Mendes.
Conselheiros suplentes: Ada Celi Rezende Souza, Ângelo Alberto de Moura Delphim, Cristiane Oliveira Costa Lasmar, Elisabete Mendonça Silva do Carmo, Giselle Barbosa, Jorge Charbel Haddad, José Claret Mattioli, José Maurício de Resende, Marisa Aparecida Pereira, Mônica Vanessa Biavati, Renato Torres Libeck, Vanilda Amâncio Bezerra de Sequeira Costa.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Casa da Cultura "Bi Moreira". Rua Sant'Ana, n. 111. Centro. CEP.: 37.200-194. Lavras (MG). Tel.: (35) 3694-4086. E-mail: patrimoniocultural@lavras.mg.gov.br.

REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS

Ano 1, n. 1: *Edição comemorativa ao tricentenário do povoamento de Lavras*.

COMITÊ EDITORIAL Ângelo Alberto de Moura Delphim (UFLA), Carlos Fernando de Moura Delphim (IPHAN), Geovani Németh-Torres (PML), Janaína Faleiro Lucas Mesquita (Unilavras), Lucinda Firmino Nunes (PML), Olinto Rodrigues Santos Filho (IPHAN), Renato Torres Libeck (PML), Rosemary Chalfoun Bertolucci (ALL), Vanda Amâncio Bezerra Mendes (IPG).

CAPA *Caminhos do bonde*. Óleo sobre tela, 2003, por Rogério Figueiredo (n. 1960).

PREFÁCIO Carlos Fernando de Moura Delphim.

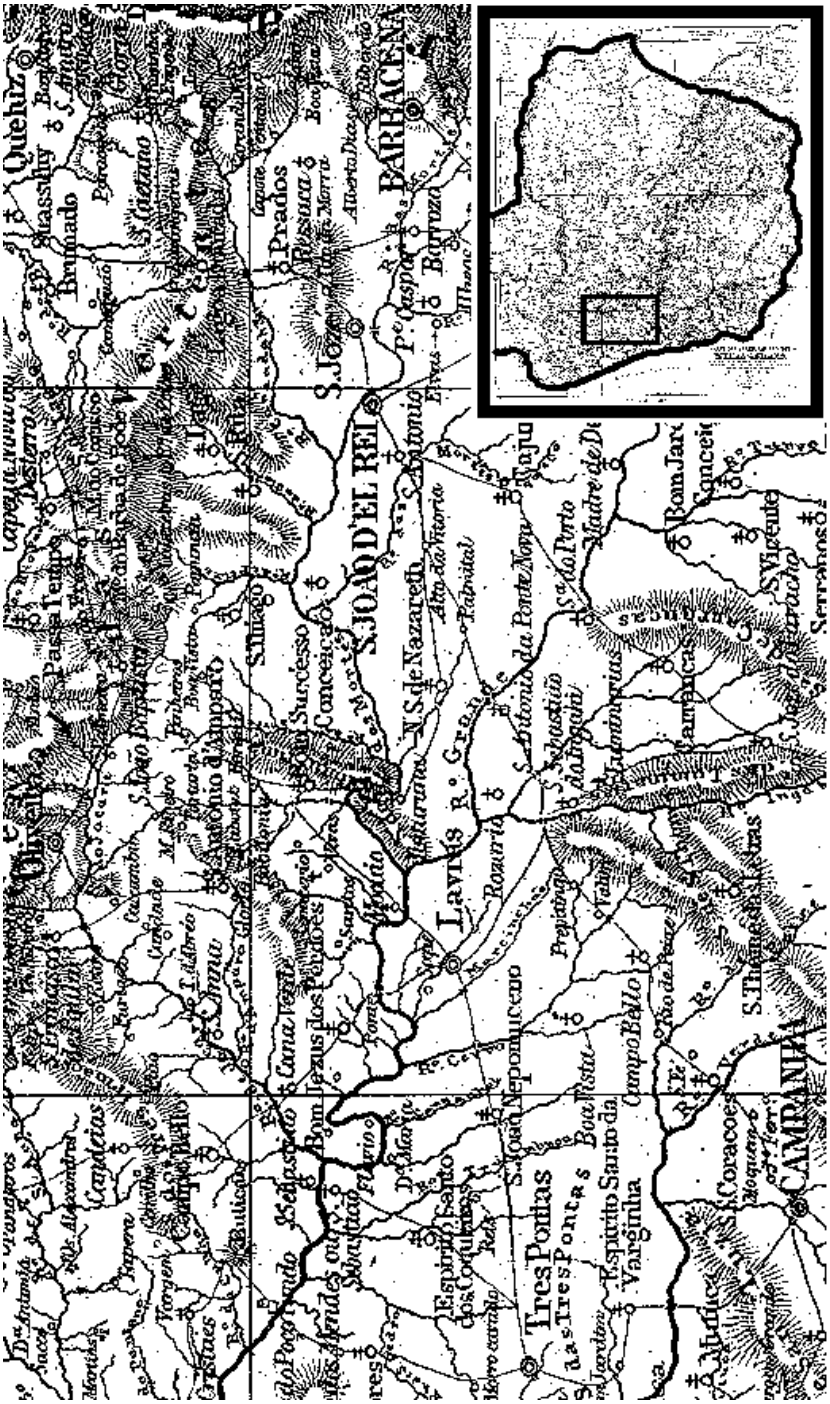
EDITOR Geovani Németh-Torres.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras e os autores autorizam a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, ressalvado os direitos morais dos autores.

Revista do Patrimônio Cultural de Lavras / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. v. 1, n. 1. (2020). Lavras, MG: Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. (Série Lavrensiana, 7). 456 p. : il.

1. História do Brasil. 2. Minas Gerais. 3. Lavras. 4. Cultura. I. Título.

ISSN: CDD. 1.ª ed., 981.51



Lavras no *Mapa da Província de Minas Gerais, 1865*, feito pelo engenheiro hanoveriano H. G. F. Halfeld (1797-1873). No alto à direita, destacamos o mesmo trecho no interior da província mineira.

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Tem-se o dia 26 de julho de 1720 como data da fundação do arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil, opção oficializada pela lei municipal n. 3.845, de 14 jun. 2012. É, pois, necessário salientar que se trata de uma data arbitrária: quem formulou esta lei construiu a datação tomando o dia 26 de julho, dedicado à padroeira Sant'Ana, e o ano de 1720 – tradicionalmente citado por J. C. R. Millet de Saint-Adolphe [1845], Firmino Costa [1907] e praticamente toda historiografia subsequente. Porém, infelizmente, Saint-Adolphe não justificou esta informação no verbete de seu livro, o que levou vários historiadores a se aprofundar nessa questão, como Amato [1996], Németh-Torres [2012], Resende [2017] e Mourão [2019]. Apesar de incessantes buscas, verdade é que a única referência escrita ao ano de 1720, até agora encontrada, é uma anotação no livro de batismos de Carrancas – a qual em nada prova a fundação de Lavras.

O que se sabe, resumidamente, é que, ainda no primeiro quartel do Século XVIII, ocorreu o povoamento do território de Lavras, como uma expansão ao oeste das regiões auríferas de São João e São José del-Rei (Tiradentes), via os rios Grande e das Mortes, e a trilha da serra das Carrancas. Aqueles exploradores estavam a pesquisar riquezas minerais, abrir caminhos para as minas de Goiás, e também se ocupavam da atividade agropastoril. Entre os primordiais povoadores destes sertões, havia inclusive escravos fugidos, negros, pardos e brancos pobres que neles tentavam a sorte para uma nova vida.

Os primeiros moradores de Lavras são associados à família Bueno da Fonseca, originária de Sant'Ana do Parnaíba (SP). Teriam eles inclusive visitado nosso território durante a Guerra dos Emboabas (1707-1709), muitos anos antes do estabelecimento permanente. Vale lembrar também que, nos "Documentos Interessantes..." do Arquivo Público do Estado de São Paulo [1896: v. 4, 32], há transcrição de um manuscrito genealógico daquela ilustre família vicentina, que eventualmente seria coligido na "Nobiliarquia Paulistana", de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777). O documento em questão é importante porque fora redigido por volta de 1773, quando estavam vivos os filhos do capitão Francisco Bueno da Fonseca, testemunhas presentes na primeira leva colonizadora. Ora, tal fonte diz que a povoação se deu "pelos annos de 1721". Sendo assim, se ainda não é possível garantir certeza da data de 1720 para a fundação de Lavras, não obstante, tampouco deve ela estar longe da verdade.

O editor

“A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”.

Aloísio Magalhães (1927-1982)
Diretor do IPHAN.

ÍNDICE

I PATRIMÔNIO MATERIAL

1 Altar do Bom Jesus de Matosinhos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras, Minas Gerais 18
Por Prof.ª M.ª Isabel Maria Lago Barbosa. *Igreja do Rosário – Cristo do Calvário – Bom Jesus de Matosinhos – Lavras – Reavaliação.*

2 Considerações sobre as obras de talha e pintura na Igreja do Rosário, antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil 26
Por Prof.ª Dr.ª Letícia Martins de Andrade (UFSJ). *Joaquim José da Natividade – Retabilística – Comarca do Rio das Mortes – Sant'Ana das Lavras do Funil.*

3 Inventário de proteção dos bens culturais móveis de Lavras . 50
Por Lindsay Rocha Taveira. *Inventário – Conservação – Restauração – Lavras – Patrimônio.*

4 Os desafios da restauração da pintura de cavalete intitulada "*Verônica*" pertencente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Lavras, Minas Gerais 61
Por Fernanda Carolina Silva Moura, & Thaís Cristina Coelho Carvalho Caixeta. *Restauração – Verônica – Análises teóricas – Exames de luzes – Restauro digital.*

5 Praça Dona Josefina: Um presente para os lavrenses 77
Por M.ª Iracema Clara Alves Luz, & Prof.ª Dr.ª Patrícia Duarte de Oliveira Paiva (UFLA). *Paisagismo – Áreas verdes – Espaços públicos – Jardim histórico.*

6 Praça Dona Josefina de Lavras: Memória de uma pracinha 96
Por Dr.ª Alessandra Teixeira da Silva, Marcos Gabriel Braz de Lima, & Karini de Lourdes Silva. *Jardins históricos – Paisagismo – Arborização urbana – Praças públicas.*

7 Praça Dr. José Esteves de Lavras: Patrimônio paisagístico.. 106
Por Dr.ª Alessandra Teixeira da Silva, Karini de Lourdes Silva, Prof. Dr. Nelson Venturin (UFLA), & Marcos Gabriel Braz de Lima. *Jardins históricos – Patrimônio paisagístico – Arborização urbana – Praças tombadas.*

8 Os bondes de Lavras (homenagem a Allen Morrison)..... 121
Por Dr. Allen Morrison Ph.D. (autor), & Prof. Geovani Németh-Torres (tradutor). *Bonde elétrico – Waggonfabrik Falkenried – Estrada de Ferro Oeste de Minas – Rede Mineira de Viação – Transporte urbano.*

II PATRIMÔNIO IMATERIAL

9 Reza cantada e tambores consagrados: Aspectos epistemológicos sobre Congado de Lavras (MG), Brasil – Música, emoção e religião ... 144
Por M.e Ewerton de Brito Fernandes Lopes, & M.e Henrique Nogueira Soares. *Congado – Música – Mito – Religião – Tambores.*

10 História da Academia Lavrense de Letras 165
Por Terezinha de Lourdes Rezende. *Literatura – Escritores – Atas – Revista Lavras Cultura*.

11 Grupo Teatro Construção: Fomentador de arte e cultura 194
Por Marina Guimarães Rufato, & Rafaella Anielly Silva Borges. *Patrimônio – Economia criativa – Teatro – Produção.*

III POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

12 História da preservação do patrimônio cultural de Lavras (1940-1984) 208
Por Prof. Geovani Németh-Torres. *IPHAN – Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Teatro Municipal de Lavras – José Luiz de Mesquita – Sílvio do Amaral "Bi" Moreira.*

13 Ligeiro comentário sobre os museus e arquivos lavrenses .. 229
Por Prof. Geovani Németh-Torres. *Arquivo Público Municipal de Lavras – Universidade Federal de Lavras – Museu Bi Moreira – Política municipal de arquivos públicos – Sistema municipal de museus.*

IV HISTÓRIA

14 Ocupação Aratu-Sapucaí nas áreas do atual município de Lavras, Minas Gerais 238
Por Gabriel Arriel Pedrozo, & M.e Lucas Pereira Rezende. *Aratu-Sapucaí – Arqueologia – Lavras – Cerâmica Aratu-Sapucaí.*

15 Bueno da Fonseca e a capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande 254
Por Prof.ª Maria Terezinha de Resende. *Bandeirantismo – Minas Gerais – Itumirim – Lavras – Rosário do Rio Grande.*

16 A mineração do ouro nas "Lavras do Funil": Mineradores e faiscadores 267
Por Prof.ª Maria da Graça Menezes Mourão. *Denominação lavras – Lavras e faisqueiras – Mineradores e faiscadores – Política econômica – Casa de Permuta.*

17 A morte do capitão de ordenanças Sebastião Martins Pereira: Um crime ocorrido em 1802 no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões, freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil 285
Por Marcos Barbosa e Souza. *Romão Fagundes do Amaral – História de Perdões – Minas Gerais – Violência colonial.*

18 Recortes históricos das antigas capelas do Arraial da Ponte e de Ingaí, outrora distrito de Lavras (séculos XVIII e XIX) 295
Por Prof. Vinícius Ferreira Batista. *Lavras – História – Capelas – Ingaí.*

19 Pequeno incidente com os padres alemães em 1945 e a intervenção da Congregação Mariana 301
Por Jorge Charbel Haddad, & Prof. Geovani Németh-Torres. *Congregação Mariana – Paróquia de Sant'Ana de Lavras – Igreja de Nossa Senhora do Rosário – II Guerra Mundial – Xenofobia.*

20 História da Imprensa Lavrense 305
Por José Passos de Carvalho. *Imprensa – Redatores – Fundação – Endereços.*

21 Os incêndios criminosos em Lavras 315
Por Eduardo Cicarelli. *Crimes – Piromania – Patrimônio destruído – Casarões coloniais.*

22 Influência dos missionários americanos na vida de Lavras .. 321
Por Araken Bezerra. *Missionários presbiterianos – Educação – Escola Agrícola de Lavras – Instituto Gammon.*

23 A estrutura de ensino de laticínios na Escola Agrícola de Lavras: Pioneirismo educacional, improviso estrutural, referência nacional ... 339
Por M.e Lucas Pereira Rezende, & Gabriel Arriel Pedrozo. *Ensino de laticínios – Escola Agrícola de Lavras – Estruturas de ensino.*

V MEMÓRIA

24 Lavras na Educação Nacional: A ESAL, suas inovações, crise de 1963, atuação e influências no MEC 357
Por Prof. M.e Paulo Roberto da Silva (UFLA). *Educação Agrícola Superior – Lavras – Ministério da Educação – ESAL/UFLA – PRODECA/MEC.*

25 Simplesmente uma história real 381
Por Luiz Teixeira da Silva. *Imigrante – Italiano – Suicídio – Documentos.*

26 Um aeroplano sobre Lavras..... 385
Por Luiz Teixeira da Silva. *Revolução Constitucionalista de 1932 – Aviação – Acidente aéreo.*

27 Um hobby apaixonante: Resgatando a memória iconográfica de Lavras 389
Por Prof. Renato Torres Libeck. *Iconografia – Patrimônio – Fotografia – Museu da Imagem e do Som de Lavras.*

28 Entrevista: Ângelo Alberto de Moura Delphim..... 401
Com Prof. Ângelo Alberto de Moura Delphim (UFLA). *Museu Bi Moreira – Fundação de Apoio, Ensino, Pesquisa e Extensão – Escola Superior de Agricultura de Lavras – Universidade Federal de Lavras.*

VI EDUCAÇÃO

29 Firmino Costa, um professor admirável..... 407
Por Prof. Geovani Németh-Torres, & Prof.ª Thaís de Castro Casagrande. *Grupo Escolar – Reforma João Pinheiro – Educação – Vida Escolar – Monumento.*

30 Educação Patrimonial: A Experiência da Escola Municipal Doutora Dâmina em 2019..... 412
Por Prof.ª Elisabete Alves de Oliveira Silva, & Rany de Lourdes Alves. *Ensino Fundamental – História de Lavras – Praça Dr. Augusto Silva – Casa da Cultura "Bi Moreira" – Igreja de Nossa Senhora do Rosário.*

31 Por uma Arqueologia em Lavras 416
Por Gabriel Arriel Pedrozo. *Educação patrimonial – Estágio acadêmico – Pré-história – Cerâmica Aratu-Sapucaí.*

VII LITERATURA & COMPOSIÇÕES LITERÁRIAS

32 Imigrante 426
Por Prof.ª M.ª Rosemary Chalfoun Bertolucci.

33 Praça da Estação 429
Por Alanys Valença Martins.

34 A importância de preservar 430
Por Rayane Suellen Teixeira, & Andressa Maria Nicolino Sousa.

35 Cidade dos ipês 431
Por Maíra Silva Gualberto.

36 Nossa Lavras 432
Por Júlia Marquezine de Souza Carvalho.

37 Ipês 433
Por Valentina Gomide.

38 Gammon em Lavras – 150 anos de amor 434
Por Léa Gomide Santiago, & Prof.ª Vanda Amâncio Bezerra Mendes (IPG).

39 A passagem de Carlos Drummond de Andrade por Lavras, nos trens da Rede Mineira de Viação em 1926 435
Por Prof. Vinícius Ferreira Batista. *Lavras – Trem – Carlos Drummond de Andrade – Viagem – Manuel Bandeira.*

40 Resenha do livro "*O Sete Orelhas ou a história das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil*" 439
Por Dr. Luciano Bruno Ribeiro Garcia D'Alessandro.

VIII DOCUMENTOS

41 Anais do III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras 447
Por Prof.ª M.ª Janaína Faleiro L. Mesquita (Unilavras), & Prof. Geovani Németh-Torres.

42 O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras: Natureza, competência e rol de conselheiros 451
Por Prof. Geovani Németh-Torres.

PREFÁCIO

Fui o quinto e último filho a nascer em casa com uma parteira. Meu umbigo foi enterrado debaixo de uma roseira, com era costume fazer com as crianças que nasciam em nossa residência. Minha irmã caçula rompeu a tradição, ao vir ao mundo no então recém-inaugurado Hospital Vaz Monteiro. Esses costumes mágicos faziam com que nossas vidas se entrelaçassem magicamente com as rosas e que nossos sonhos não se afastassem nunca da casa ancestral. Tudo isto herdamos de nossos pais, que herdaram de seus avós, e daí por diante. Tudo isto é o que se denomina patrimônio. Patrimônio é herança, é tudo aquilo que nos foi legado pelos que nos antecederam neste mundo. É aquilo que conquistamos com considerável esforço. Incumbe-nos preservá-lo e transmiti-lo às gerações que nos sucederão.

A casa de minha família, hoje habitada somente por minha irmã caçula e por meu irmão dois anos mais velho que eu, é um patrimônio que advém de muitas gerações antes da minha. Não é apenas um bem desses herdeiros, é um patrimônio de todos da família que aqui viveram, assim como de quem aqui foi acolhido com carinho e hospitalidade por cada um de nós. Com o implacável passar do tempo, uma casa como essa passa a ser uma marca indissociável de toda uma cidade.

Para muitos lavrenses que guardam uma doce lembrança da relação com minha família ou com sua casa, o imóvel assume uma importância afetiva e biográfica. A outros, sobretudo aos que só veem a cidade como um lugar gerador de riquezas materiais, tudo isso não passa

de uma atitude prosaica e totalmente desprovida de significados imateriais. Para eles, toda edificação de valor histórico e arquitetônico é vista apenas como um terreno onde se pode construir um prédio com muitos pavimentos e não se sabe quantos apartamentos por andar, gerando não se sabe quanto de lucros financeiros. Não levam em conta que, quem pagará pelos danos será a população, já que as instalações subterrâneas de água e esgoto previstas para uma cidade de porte menor serão sobrecarregadas, as residências unifamiliares serão substituídas por prédios de apartamentos, cada qual com muitos automóveis que irão congestionar o trânsito, o que provocará balbúrdia, poluição atmosférica e sonora.

Vejo que alguns cidadãos de Lavras se preocupam com seu patrimônio. Sabemos que patrimônio é tudo aquilo a que atribuímos especial valor. Pode ser um bem material, um quadro, uma porcelana, uma fotografia, uma mecha de cabelos de alguém que amamos, tudo o que, em sua materialidade, marcou indelevelmente nossas vidas. Da mesma forma, bens imateriais, como uma canção de ninar que nos faz recordar de nossas mães ou de nossos filhos, a receita de nossa iguaria favorita, a devoção que nutrimos por uma santidade, uma oração aprendida na mais tenra infância, todos esses bens, quando lhes conferimos um especial valor, tudo isto é nosso patrimônio particular, pessoal.

Há, contudo, bens que transcendem o valor individual, sendo compartilhado por um grupo, por uma comunidade, pela sociedade, pela coletividade. Lavras abriga a Igreja do Rosário, declarada patrimônio histórico e artístico nacional por sua importância como testemunho da

história de nosso país, de épocas pretéritas em que o interior de Minas foi desbravado e colonizado. Uma igreja que é um repositório de obras de arte de valor, não apenas para todo o país, como também para o mundo.

Não são poucos os bens valiosos existentes em Lavras. Suas paisagens, montanhas, rios, solo, clima. Escolas, colégios, universidades, um museu com um acervo invejável, lindas praças, com árvores de admirável porte e beleza, como a Tipuana. Os ipês que adornam ruas da cidade, estradas e panoramas rurais. Edificações rurais como os silos, industriais primitivas como os fornos de cal, ou contemporâneas como a Companhia Fabril Mineira; esportivas como o Lavras Tênis Clube, a Associação Olímpica de Lavras, o Fabril Esporte Clube.

Nas propriedades outrora rurais que, cada vez mais, vão se tornando suburbanas, há construções de muros divisores de propriedades feitos em alvenaria de pedra com junta seca, obras-primas da mão escrava, dessas pessoas arrancadas de seus lares, de suas famílias, de sua pátria e continente para serem subjugados por mãos opressoras de um outro mundo. Essas obras merecem especial atenção por terem sido produzidas por um dos mais importantes grupos que participaram do processo de formação de nossa civilização e cultura, os afrodescendentes. Dos povos indígenas pouco restou, talvez um ou outro sítio arqueológico que deve ser valorizado e encarado como importantes testemunhos de nossa pré-história.

Nossa identidade é o nosso passado. A cada vez que eu volto a Lavras, descubro que desapareceu mais alguma edificação que eu admirava ou que, mesmo sem admirar, passei a valorizar por ter sido impiedosamente substituída por um monstrengo arquitetônico. Os nomes

tradicionais de lugares como bairros e ruas foram alterados para homenagear pessoas muitas vezes esquecidas ou desconhecidas. Ao longo da extensa Rua Direita, com suas muitas ruas de trás, distribuíam-se as ruas Umbela, do Fogo, do Passa-Vinte, do Mirante, do Matadouro, da Estação, dentre outras. Hoje todas têm nomes de políticos brasileiros ou personalidades da cidade. As funções originais ou a referência aos acidentes geográficos que lhes deram nome foram esquecidas. Alguém conhece os nomes dos córregos que atravessam a cidade? Alguém os contempla com um olhar de reconhecimento por nos trazerem o elemento mais valioso e indispensável à vida? Ou serão um mero canal condutor de dejetos?

Bairros como o Aquenta Sol, Pasto Fechado, Pastinho, Distribuidora, Serapilheira, Mata-Cabrito, como são agora denominados? Lavras era a única cidade que conheci cujas placas indicativas do nome de ruas eram vermelhas. Em vez de conservar essa característica peculiar que a distinguia de todas as outras, tratou de substituí-las pelas placas azuis, perdendo um curioso traço de sua identidade cultural.

Embora hoje a cidade pareça existir em função da Universidade, por que a cidade não procura impregnar os que aqui vêm de um pouco de seus valores pretéritos? Por que não crescer em direção a áreas livres e desprovidas de valores arquitetônicos ou de significados afetivos?

Bem-vindos aqueles que defendem sua mais valiosa herança coletiva. A publicação do primeiro número desta Revista do Patrimônio Cultural de Lavras é um primeiro passo para ampliação do reconhecimento dos valores mais sutis de minha terra natal. Pena que isso

só ocorra agora, em 2020, quando tantos bens já foram destruídos. Lavras, que seus ipês floresçam como as mentes daqueles que estudam em suas escolas, que essas mentes saibam valorizar o legado do passado como condição do presente para um futuro pleno de densidade humana.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2020,

Carlos Fernando de Moura Delphim

Arquiteto da Paisagem

"Casa da Memeca", Rua Sant'Ana n. 8, Anos 1920 **[Óleo sobre tela, 22 jun. 1985, Naldo Navajas (Arnaldo Navajas Filho, 1943-2014). Acervo da família Moura Delphim].**

Nota do editor: ***Nosso conterrâneo, Carlos Fernando de Moura Delphim (IPHAN), é o idealizador do conceito do jardim histórico brasileiro e pioneiro nos estudos das paisagens culturais brasileiras. Ao longo de mais de quarenta anos de carreira, vem atuando no campo da preservação dos jardins brasileiros, seja a frente de cargos públicos, seja como consultor privado.***

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A inspiração para o lançamento desta publicação veio da antiga revista "Lavras Cultura", publicada entre 1986 e 2003 através de nove números pela Fundação de Apoio, Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), com colaboração em algumas edições da Academia Lavrense de Letras e da Prefeitura Municipal de Lavras. Chegamos, inclusive, a considerar sua reativação, quando do planejamento desta edição.

De fato, a presente obra foi motivada por algumas conversas entre os conselheiros do patrimônio no que diz respeito ao panorama cultural lavrense; afinal, se, em 1951, o jornalista Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) disse que "aqui se respira um ar de cultura", como estamos hoje? Ora, a observação é de que, conquanto existem elementos na sociedade que se interessam e têm algo a dizer sobre nossa cultura e memória, nem sempre havia meios e canais disponíveis para essa manifestação. Esta revista, assim, é uma tentativa de mobilizar essa "massa crítica", em quantidade e qualidade, de modo a registrar e difundir a história e cultura desta terra – tarefas de grande apreço para consolidar a identidade municipal –, e nutrir, nos lavrenses, valores cívicos que elevam sua auto-estima e dão consciência de uma existência coletiva.

Verdade que, após quase duas décadas sem experiências similares, publicar uma compilação de artigos sobre o patrimônio cultural lavrense gerou alguma apreensão de como seria a receptividade. Convocamos assim nossos escritores e memorialistas através de um edital publicado no Diário Oficial de Lavras em julho de 2019, permitindo boa diversidade de eixos temáticos e gêneros literários. Uma campanha de sensibilização nas redes sociais foi feita ao qual, até o mês de novembro daquele ano, surpreendentemente recebemos 42 contribuições de 46 pessoas: de renomados pesquisadores universitários, com trabalhos inéditos e reveladores, a crianças, expressando poeticamente seu interesse e amor por Lavras; de autores locais consagrados, a novos nomes a serem inclusos no rol da bibliografia lavrense.

Dada a ocasião especialíssima em que este número é lançado, justamente no tricentenário de fundação de Lavras (1720-2020), apresentamos assim uma edição monumental, digna desta data tão marcante. Observa-se que os artigos recebidos apresentam um panorama fidedigno das principais áreas de interesse e assuntos relativos à História de Lavras, bem como novos campos cujas lacunas começam a ser preenchidas.

Geovani Németh-Torres

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS AOS AUTORES

1. *Alanys Valença Martins*
2. *Alessandra Teixeira da Silva*
3. *Allen Morrison (RIP)*
4. *Andressa Maria Nicolino Sousa*
5. *Ângelo Alberto de Moura Delphim*
6. *Araken Bezerra*
7. *Eduardo Cicarelli*
8. *Elisabete Alves de Oliveira Silva*
9. *Ewerton de Brito Fernandes Lopes*
10. *Fernanda Carolina Silva Moura*
11. *Gabriel Arriel Pedrozo*
12. *Geovani Németh-Torres*
13. *Henrique Nogueira Soares*
14. *Iracema Clara Alves Luz*
15. *Isabel Maria Lago Barbosa*
16. *Janaína Faleiro Lucas Mesquita*
17. *Jorge Charbel Haddad*
18. *José Passos de Carvalho*
19. *Júlia Marquezine de Souza Carvalho*
20. *Karini de Lourdes Silva*
21. *Léa Gomide Santiago*
22. *Letícia Martins de Andrade*
23. *Lindsay Rocha Taveira*
24. *Lucas Pereira Rezende*
25. *Luciano Bruno Ribeiro Garcia D'Alessandro*
26. *Luiz Teixeira da Silva*
27. *Maíra Silva Gualberto*
28. *Marcos Barbosa e Souza*
29. *Marcos Gabriel Braz de Lima*
30. *Maria da Graça Menezes Mourão*
31. *Maria Terezinha de Resende (RIP)*
32. *Marina Guimarães Rufato*
33. *Nelson Venturin*
34. *Patrícia Duarte de Oliveira Paiva*
35. *Paulo Roberto da Silva*
36. *Rafaella Anielly Silva Borges*
37. *Rany de Lourdes Alves*
38. *Rayane Suellen Teixeira*
39. *Renato Torres Libeck*
40. *Rosemary Chalfoun Bertolucci*
41. *Thaís Cristina Coelho Carvalho Caixeta*
42. *Thaís de Castro Casagrande*
43. *Terezinha de Lourdes Rezende*
44. *Valentina Gomide*
45. *Vanda Amâncio Bezerra Mendes*
46. *Vinícius Ferreira Batista*

A capa desta edição é uma pintura de Rogério Figueiredo, nascido em 1960 em Belo Horizonte (MG), onde se formou em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Publicidade pelo Instituto de Arte e Projeto. Foi por um bom tempo diretor da RAFF-exibidora em Outdoor. Professor de Arte, lecionou Pintura e Desenho em faculdades e ateliês particulares. Já expôs nas galerias do Senado Federal, da Fiemg, do Banco do Brasil, do Clube de Araxá, do Lavras Shopping, entre outros. Residiu em Lavras por mais de 17 anos, onde tem obras expostas no Museu Sacro na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Museu Bi Moreira, e na Câmara Municipal de Lavras.

Dedicamos esta publicação à memória da prof.ª Maria Terezinha de Resende e de todas as vítimas da pandemia que atinge o mundo neste ano.

1 Altar do Bom Jesus de Matosinhos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras, Minas Gerais[1]

Prof.ª M.ª Isabel Maria Lago Barbosa[2]

Resumo:

A presença na Igreja do Rosário de Lavras da imagem de um Cristo do Calvário que lembrava a original existente em Matosinhos (Portugal) levou à suposição que se pudesse tratar também de um exemplar do Bom Jesus de Matosinhos. Estudada a partir de uma foto de proximidade foi possível ver que a imagem de Lavras tinha as mesmas características da portuguesa: pés pregados separadamente, um olho voltado para o céu, para o pai, e outro voltado para a terra (para os filhos). Comunicada esta minha análise à Prefeitura foi reconhecida a minha posição e feita em 2019 uma reavaliação que levou à alteração de nome da imagem de Cristo do Calvário para Bom Jesus de Matosinhos de Lavras.

Palavras-chave: Igreja do Rosário – Cristo do Calvário – Bom Jesus de Matosinhos – Lavras – Reavaliação.

Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário [patrimonioespiritual.org, 2016].

[1] Publicado nas *Actas do Congresso do Bom Jesus de Matosinhos*, maio de 2019.

[2] Isabel Maria Lago Barbosa, natural do Porto, residente em Matosinhos, Portugal. Licenciada em Filosofia e em História, mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Interesses: História local, Devoção ao Bom Jesus de Matosinhos em Portugal e no Brasil. Actualmente implicada num projecto de poesia.

Quando há 19 anos comecei a escrever o meu livro "*Uma Rota de fé, a devoção ao Bom Jesus de Matosinhos no Brasil*", nunca poderia imaginar no que ele se iria tornar. Estava a partir para um desconhecido que, ao fim destes anos, apesar de ter a consciência de algumas falhas e haver muito mais para dizer, tem tido muitas compensações pessoais e me abriu um caminho de trabalho então para mim impensável.

Uma dessas compensações foi o palpite que tive relativamente a uma imagem de um Cristo existente em Lavras, na capela do Rosário, capela essa a que o cónego Raimundo Trindade se refere no seu livro Instituição de igrejas no bispado de Mariana:

"Onde há provisão registada na '*Instituição das Igrejas do Bispado de Mariana*', de 1768, para uma capela do Bom Jesus que não existe, *mas de que há uma imagem dele num Museu*..."[3]. Ou seja, não haveria capela, mas uma imagem num museu.

Cerqueira Falcão, na sua obra sobre o santuário de Congonhas, retomou a lista das igrejas do Bom Jesus de Matosinhos, elaborada pelo cónego Raimundo Trindade, que tinham recebido autorização eclesiástica para serem fundadas. E entre elas aparece uma capela, em Lavras do Funil, que teria recebido provisão em 23 de agosto de 1768. Essa notícia levantou-me um problema: Capela ou Museu?

Apesar da dúvida parti para a busca.

É difícil compreender porque havia provisão eclesiástica e uma imagem sem igreja ou capela. Poder-se-ão colocar algumas hipóteses. A primeira é de que a provisão eclesiástica dissesse respeito não a um templo, mas sim a um altar numa igreja, que poderia ser exactamente a Igreja do Rosário, visto que ela era a matriz de Lavras de Funil, em 1768. A segunda, é de que a provisão se referisse a uma capela, para a qual se tivesse encomendado a Imagem, mas que não tivesse sido construída tendo a Imagem sido guardada na Matriz. A terceira poderá ter a ver com uma possível demolição da capela. Só uma pesquisa mais profunda e feita no local poderia revelar o que realmente se passara.

A antiga vila de Lavras de Funil está na origem da actual cidade de Lavras, no Sul de Minas Gerais. Desde o primeiro momento da pesquisa foi impossível localizar a igreja através da Internet pois, com estas indicações, nenhum *site* local a referia. Feitas várias tentativas de contacto com pessoas cujos endereços de correio electrónico me apareceram em páginas de Lavras, todas quantas me responderam concordavam em que a igreja não

[3] Publicação n. 13 do SPHAN, M.E.S., Rio de Janeiro 1945.

existia. Porém, uma delas fez a diferença: o dr. Jardel da Costa Pereira, um professor local de História, referiu-me a existência da imagem de um Bom Jesus numa igreja local transformada em Museu Sacro: a Igreja do Rosário.

Aqui juntei as peças: Nesse local estava uma capela, uma imagem e um Museu. Com esta informação, pus a questão, por fax, ao então Prefeito Municipal de Lavras, dr. Carlos Alberto Pereira, que, após consulta à Superintendência da Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, amavelmente me enviou a seguinte resposta:

> Em atendimento à solicitação de V. S.ª, estou encaminhando os dados referentes à história do nosso Município e à igreja do Rosário.
>
> Com relação à imagem citada na correspondência da historiadora Isabel Lago Barbosa, a informação que obtive é de que a nossa imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde é também a do Bom Jesus de Matozinhos[4]; quanto ao culto não obtive qualquer informação que o comprovasse nesta nossa cidade (...).
>
> Atenciosamente, Homero Carvalho Faria

Deste modo, embora sem culto, consegui a confirmação de que ali existia pelo menos uma imagem que, juntamente com a autorização eclesiástica para a fundação da capela, sugeria a existência de uma devoção anterior ao Bom Jesus de Matozinhos, na antiga Lavras do Funil, em tempo antes deste arraial se ter tornado cidade e cuja lembrança se terá perdido no tempo. Outra grande dificuldade foi obter uma fotografia da imagem. Como qualquer outra peça de museu pensei que poderia estar proibida a sua reprodução. Tendo solicitado um exemplar à direcção do Museu, nunca obtive reposta. A sorte, porém, fez-me encontrar na net a sr.ª dr.ª Márcia Bento Rosa da Silva, então bibliotecária da Universidade Federal de Lavras, que, através de contactos pessoais, conseguiu uma foto que me enviou. Contudo, para meu espanto, tratava-se de um Cristo da Cana Verde, representação que não coincide com a do Bom Jesus de Matosinhos que é a de um crucificado. Mas pensando tratar-se de um uso local, assim a publiquei no meu livro[5]. Obrigada, dr.ª Márcia. Contudo não fiquei convencida com a imagem e passei os últimos anos a procurar o Cristo correcto que teria de ser um Crucificado com características especiais.

[4] Como se verá nunca uma imagem do Bom Jesus de Matozinhos poderia ser coincidente com a do Bom Jesus da Cana Verde. Cada uma tem características próprias.

[5] *Uma Rota de fé, a Devoção ao Bom Jesus de Matosinhos no Brasil*. (2003). Matosinhos (Portugal): Câmara Municipal de Matosinhos.

Algum tempo depois, tomei conhecimento de que a Igreja Museu Sacro do Rosário sofrera obras de restauro e que estava aberta ao público. Voltei então à pesquisa e fui surpreendida pelo aparecimento de um altar com um Bom Jesus com as características daquele que procurava:

Um crucificado com um olho voltado para o céu (para o Pai) e outra para a terra (para os Filhos) e com os pés pregados separadamente, sinais que identificam as verdadeiras imagens do *Bom Jesus de Matosinhos*.

Então, Marcos Barbosa, um outro amigo mineiro, que me acompanhara nesta busca e a quem participei o achado, fez o favor de fotografar e me enviar uma belíssima foto desse *Bom Jesus da Igreja do Museu Sacro do Rosário de Lavras*[6].

Figura 2: Imagem do Bom Jesus a que chamavam do Calvário, mas que reveste as características de uma imagem do Bom Jesus de Matosinhos [Marcos Barbosa, s.d.].

Não posso garantir com total segurança que esta imagem tenha sido venerada em alguma outra igreja do Bom Jesus de Matosinhos porque se desconhece a sua origem e o modo como aqui ali foi parar. Poderá ter sido uma

[6] Mil vezes obrigada, Marcos Barbosa.

das imagens referidas por Cerqueira Falcão ao remeter-se para as igrejas autorizadas pelo cónego Raimundo Trindade nas paróquias próximas.

A minha certeza que este Cristo seria uma representação do Bom Jesus de Matosinhos baseou-se nas características que a imagem apresentava e que foram acima citadas. Tudo aponta para que seja um exemplar do Séc. XVIII e, pelas suas características de talha, muito provavelmente levantada por um entalhador de Braga, Portugal.

Na segunda metade do Século XVIII assistira-se a uma emigração de artistas entalhadoras e pintores de Portugal para o Brasil, direccionada às igrejas que se foram erguendo durante o Ciclo do Ouro. Uma grande percentagem era proveniente de Braga, então o local de origem da maior parte dos nossos artistas do trabalho do entalhe da madeira e do seu douramento.

Figura 3: Interior da capela do Rosário com os 5 altares [patrimonioespiritual.org, 2016].

Entre esta gente partira Jacinto da Silva, grande entalhador de Braga, que levou a família com ele e que em Minas se dedicara à sua arte.

Um dos filhos, José Maria da Silva, também entalhador, exerceu a sua profissão na comarca do Rio das Mortes onde se instalou na década de 1780[7]. Em 12 de julho de 1784 estava a trabalhar na Capela do Rosário de Lavras,

[7] Sobre José Maria da Silva deverá ler-se Moacyr Vilela em projetocompartilhar.org e Eduardo Pires de Oliveira [1999: 153].

situação comprovada por uma procuração para que o representassem no inventário dos bens do casal, por morte de sua mulher. Esta referência à sua presença na capela do Rosário de Lavras naquela data pode indicar-nos que muito provavelmente terá sido ele o entalhador das imagens ali existentes ou, pelo menos da do altar-mor[8].

Figura 4: Altar do Bom Jesus de Matosinhos de Lavras [patrimonioespiritual.org, 2016].

[8] Consultar os estudos sobre o Rococó mineiro de Eduardo Pires de Oliveira [2011].

Sobre esta capela, Eduardo Pires de Oliveira escreveu o seguinte[9]:

"Conhecemos a talha deste templo através de uma completa e excelente reportagem fotográfica que nos foi enviada pela colega Letícia Martins de Andrade, da Universidade de S. João del Rei. Ao ver as imagens, a sensação com que ficamos foi a de que o tempo tinha parado ali. A igreja parece estar tal e qual foi feita em finais do Séc. XVIII: são as paredes brancas, o pregueado das ripas do tecto e, sobretudo, são os retábulos que ou estão inalterados ou foram recuperados. Uma nova escultura não afecta o conjunto, é, sim, sinal de vitalidade, de que a igreja continua a ser utilizada, o que é muitíssimo importante".

Eduardo Pires de Oliveira refere a proximidade que há entre as formas deste altar do Bom Jesus de Lavras com as que seu pai talhara, de que é um exemplo a forma abaulada da mesa do Altar que em Portugal só se vê em Braga[10]:

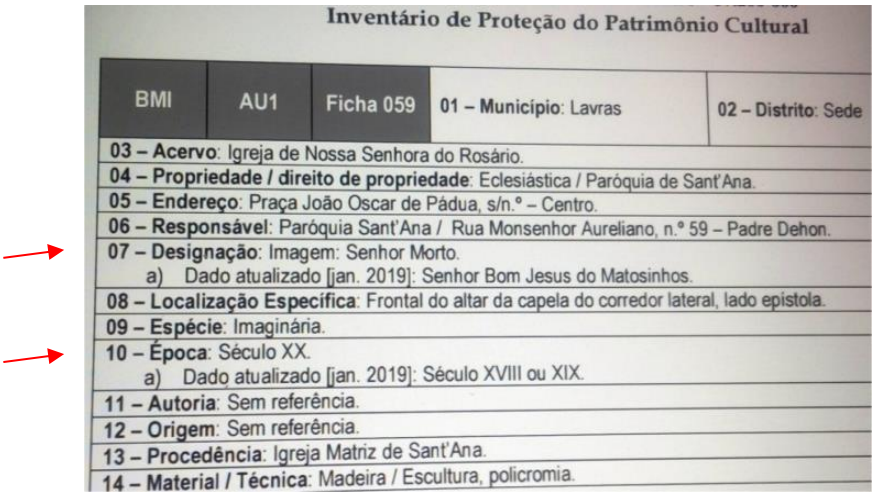
Figura 5: Mesa de altar [patrimonioespiritual.org, 2016].

A minha experiência no trabalho sobre o Bom Jesus de Matosinhos sempre me fez acreditar que este Cristo de Lavras mais não era do que um exemplar belíssimo do "Meu Cristo de Matosinhos". Como já referi responde a todas as características deste. Isso levou-me a questionar a Prefeitura de Lavras sobre o assunto tentando que a reconhecessem como um exemplar do Bom

[9] Eduardo Pires de Oliveira. *Conferência de pesquisas interdisciplinares em História da Arte, Arquitetura e Patrimônio: um diálogo entre o Minho e Minas Gerais*. Novembro, 2018. Um obrigada especial ao Eduardo Pires de Oliveira pela colaboração neste trabalho através da cedência de excertos dos seus textos e imagens.

[10] In *Conferência de pesquisas interdisciplinares em História de Arte, Arquitectura e Património: Um diálogo entre o Minho e Minas.* São João del-Rei, 9 e 10 de novembro de 2018. A fotografia da mesa de altar foi amavelmente cedida por Eduardo Pires de Oliveira.

Jesus de Matosinhos. Foi uma longa conversa de alguns anos em que pude contar com o apoio de um amigo local, o historiador Geovani Németh-Torres[11], que comigo partilha o amor por esta belíssima imagem, uma das mais belas das que conheço por Minas. Este ano de 2019 a minha teimosia foi compensada. As autoridades locais reavaliaram a imagem e reconheceram-na como um exemplar do Bom Jesus de Matosinhos. E assim foi renomeado o altar como Altar do Bom Jesus de Matosinhos de Lavras[12].



Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural

BMI	AU1	Ficha 059	01 – Município: Lavras	02 – Distrito: Sede

03 – Acervo: Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
04 – Propriedade / direito de propriedade: Eclesiástica / Paróquia de Sant'Ana.
05 – Endereço: Praça João Oscar de Pádua, s/n.º – Centro.
06 – Responsável: Paróquia Sant'Ana / Rua Monsenhor Aureliano, n.º 59 – Padre Dehon.
07 – Designação: Imagem: Senhor Morto.
a) Dado atualizado [jan. 2019]: Senhor Bom Jesus do Matosinhos.
08 – Localização Específica: Frontal do altar da capela do corredor lateral, lado epístola.
09 – Espécie: Imaginária.
10 – Época: Século XX.
a) Dado atualizado [jan. 2019]: Século XVIII ou XIX.
11 – Autoria: Sem referência.
12 – Origem: Sem referência.
13 – Procedência: Igreja Matriz de Sant'Ana.
14 – Material / Técnica: Madeira / Escultura, policromia.

Figura 6: Reavaliação da imagem do Bom Jesus de Lavras.

Tudo está bem quando acaba bem.

[11] Um abraço Geovani e obrigada.
[12] A imagem do resultado da reavaliação chegou-me um pouco torcida. Disso peço desculpa, mas decidi publicá-la mesmo assim para esclarecer os leitores.

2 Considerações sobre as obras de talha e pintura na Igreja do Rosário, antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil

Prof.ª Dr.ª Letícia Martins de Andrade (UFSJ)[13]

Resumo:

O presente artigo trata da apresentação e análise do conjunto de cinco retábulos e da pintura do forro da capela-mor da antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil, debatendo as possibilidades de sua autoria dentro da perspectiva historiográfica disponível e à luz das pesquisas mais recentes. Referenda-se a ideia de que tanto o conjunto retabular quanto a pintura do forro, inseridos na estética rococó, sejam obras de uma mesma oficina que atuou no primeiro quartel do Século XIX, de forma itinerante, no Campo das Vertentes e no Sul de Minas, sob a liderança do pintor Joaquim José da Natividade.

Palavras-chave: Joaquim José da Natividade – Retabilística – Comarca do Rio das Mortes – Sant'Ana das Lavras do Funil.

[13] Letícia Martins de Andrade é mestre em História da Arte e da Cultura pela Unicamp (1999), doutora em História pela mesma universidade (2004), com estágio sanduíche na Università degli studi di Pisa, e pós-doutora pela USP (2006) e Unicamp (2014). É professora associada da Universidade Federal de São João del-Rei desde 2006, onde leciona história da arte.

O presente artigo é um dos frutos de um trabalho de pesquisa pessoal iniciado como projeto de pós-doutoramento em 2014 e recentemente concluído. O referido projeto pretendia localizar, catalogar e analisar a obra de talha retabular sete e oitocentista remanescente em igrejas e capelas da área da antiga comarca do Rio das Mortes, na capitania de Minas Gerais. Tratava-se sobretudo de trazer à luz monumentos pouco conhecidos e, por consequência, pouco estudados pela historiografia da arte mineira[14]. A vastidão geográfica da comarca, no entanto, nos possibilitou percorrer apenas as mesorregiões do Campo das Vertentes e do Sul de Minas.

Dentro desse perímetro catalogado, destacou-se de imediato uma série de vinte e oito monumentos cujos conjuntos retabulares exibem grande coesão estilística, indicando a possibilidade de terem sido obra de uma mesma escola. O estilo identificado nesse grupo de vinte e oito monumentos foi então batizado de Vertentes-Sul de Minas. Os cinco retábulos da antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil – atual igreja do Rosário – não apenas participam plenamente desse estilo como também compõem um dos oito conjuntos que integram um subgrupo extraordinariamente ainda mais coeso: trata-se de conjuntos que, além de apresentarem características morfológicas muito próximas, têm em comum o fato de estarem em edificações onde trabalhou contemporaneamente – em atuação documentada ou atribuída – o pintor Joaquim José da Natividade. Desta forma, este artigo trata do conjunto lavrense, de suas características específicas e de sua situação dentro desse panorama.

A antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil é uma edificação singela, construída em taipa e cantaria a partir dos anos de 1753 e 1754, quando a capela-mor é documentada concluída e benta [Németh-Torres, 2018: 65], tendo sofrido ampliações posteriores. Em seu aspecto atual, apresenta fachada tripartida, constituída por um corpo central mais largo dotado de três aberturas – porta e duas janelas (mais o óculo do frontão) – e dois corpos laterais mais estreitos, correspondentes a torres sem coroamento, dos quais a da direita abriga a sineira. Ao corpo central corresponde a nave única com forro em gamela e, em seu prolongamento, uma capela-mor desenvolvida, com forro ornamentado

[14] Dois textos resultaram dessa pesquisa, ambos ainda no prelo; ambos com previsão de publicação em 2020. O primeiro é "*A talha retabular sete e oitocentista na Comarca do Rio das Mortes: um rococó sul-mineiro*", in Mello, Magno M. *Arte e ciência: o triunfo do ilusionismo na arte barroca*. Belo Horizonte: IEDS, pp. 65-78 (no prelo). Texto apresentado no VI Colóquio Internacional de História da Arte: Imagem ilusionista, imagem perspéctica. Pintura e arquitetura no tempo colonial. Mariana, 2017. O segundo é "Os conjuntos retabulares sul-mineiros e os indícios da constituição de uma oficina itinerante". Texto apresentado no I Encontro de História da Arte e Patrimônio do Centro de Estudos e Pesquisa em História da Arte e Patrimônio da Universidade Federal de São João del-Rei, em agosto de 2019, a ser publicado na revista *Rocaille*-CEPHAP.

com pintura. Os corpos laterais, por sua vez, mais baixos que a nave, correspondem a duas alas que, partindo das torres, ladeiam a nave e abrigam corredores, sacristia, capela e batistério. Todo o edifício, incluindo os bens integrados e a ornamentação interna constituem patrimônio histórico-artístico tombado originalmente pelo SPHAN em 1948[15]. De sua ornamentação original preservada, destacam-se o retábulo-mor, os dois retábulos colaterais e os dois laterais da nave, os dois púlpitos e a pintura em perspectiva do forro da capela-mor [fig. 1].

Figura 1: Vista da nave e capela-mor da igreja de N. S. do Rosário, Lavras [Foto da autora, 2015].

Os cinco retábulos do edifício de Lavras enquadram-se perfeitamente na tipologia Vertentes-Sul de Minas, de estrutura tripartida composta por corpo

[15] Lucena, C. C., Barros, C., & Soster, S. S. Lavras – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. In *Ipatrimônio*. Disponível em: www.ipatrimonio.org/lavras-igreja-matriz-de-nossa-senhora-do-rosario.

superior ou coroamento, corpo intermediário e corpo inferior. Os retábulos do arco cruzeiro e da nave, somando-se aos dois púlpitos, criam uma linha visual que cumpre a função de direcionar o olhar o fiel ao ponto fundamental do templo cristão pós-tridentino: o altar-mor, local de abrigo do sacrário e do trono que expõe o orago. Em todo o conjunto há o predomínio absoluto de elementos da estética rococó.

O retábulo-mor [fig. 2] teve sua policromia parcialmente removida nas áreas de fundo, mantendo-se íntegros seus elementos estruturais e ornamentais. Neste exemplar do estilo Vertentes-Sul de Minas, as proporções são elegantes, predominando a verticalidade, o que sem sempre ocorre em outras peças de mesma tipologia devido às necessidades específicas de adaptação dos projetos às diferentes dimensões das capelas-mores. No Rosário de Lavras, além disso, a peça ornamental do arremate central do coroamento casa-se com a pintura do forro de modo a garantir uma solução de continuidade visual que contribui para a acentuação da verticalidade.

Figura 2: Vista do retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário, Lavras [Foto da autora, 2015].

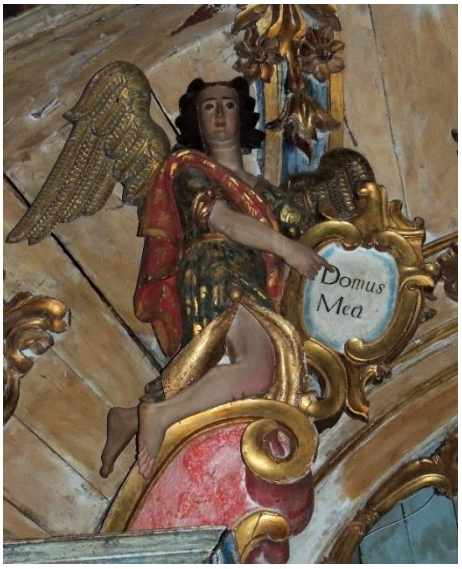
O coroamento desse retábulo [fig. 3] é constituído por um frontão acinturado determinado visualmente por elementos de talha. A organização desses elementos cria linhas visuais que nascem nas volutas que, acima da cornija, continuam as extremidades superiores das duas colunas internas do corpo intermediário, sobem passando pelos anjos sustentando cartelas e seguem subindo pela pilastra adornada de ornamentos florais, terminando em seu enrolamento de volutas nas partes superiores. Duas grandes rocalhas espraiadas são colocadas entre os anjos e as pilastras dos cantos externos direcionadas para o vértice desse falso frontão. Pode-se supor que originalmente o fundo pintado devia conter desenhos de rocalhas fingidas (como ocorre, aliás, em vários pontos nas obras de talha dessa igreja), que criariam outras linhas visuais oblíquas dirigindo-se para o alto e para o centro.

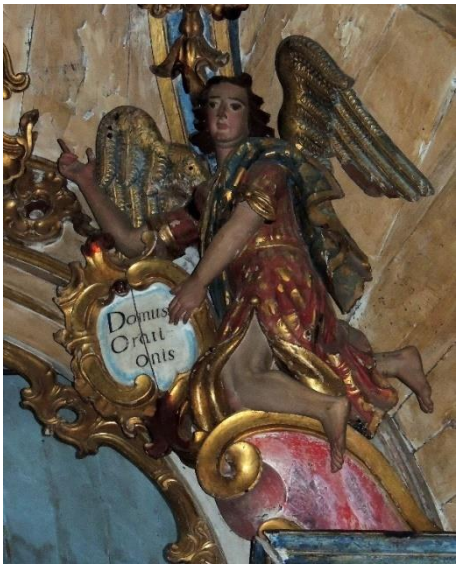
Figura 3: Detalhe do coroamento retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário, Lavras [Foto da autora, 2015].

Porém, os elementos de maior destaque do coroamento do retábulo-mor são os anjos de corpo inteiro – raridade no conjunto Vertentes-Sul de Minas –, dispostos simetricamente ladeando a tarja central e apontando para ela enquanto miram o espectador. Nessa tarja, envolta por talha de ornamentos de rocalhas e auriculares, pode se ler a inscrição "*mater pulcræ dilectionis*", ou seja, "(eu sou) a mãe do formoso amor[16]", uma oração retirada do livro do Eclesiástico, 24: 24 e

[16] As traduções variam: "mãe do belo amor", "mãe do puro amor" etc.

que tomará parte em algumas litanias marianas. Cada um dos anjos segura um escudo com inscrições: "*domus mea*" para o da esquerda; "*domus orationis*" para o da direita [figs. 4 e 5]. As duas inscrições são desdobramentos de uma mesma frase do Evangelho de Lucas (19: 46) relativa à entrada de Jesus no templo de Jerusalém e à expulsão dos vendilhões: "*domus mea domus orationis est*", ou seja: "minha casa é casa de oração".





Figuras 4 e 5: Anjos de corpo inteiro do coroamento do retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário de Lavras [Foto da autora, 2015].

Bastante típica da tipologia Vertentes-Sul de Minas é a composição tripartida do corpo intermediário do retábulo-mor em que o camarim, arrematado por arco pleno, é ladeado por dois pares de elementos verticais estruturantes: colunas ou pilastras. Neste caso, há quatro colunas idênticas, de ordem compósita e de fustes inteiramente canelados. O terço inferior de cada fuste é marcado por dois anéis de folhas de acanto que se replicam na base. Essas colunas são um diferencial absoluto do retábulo-mor do Rosário de Lavras em relação aos outros exemplares do grupo, onde predomina o uso de um par de colunas e um par de pilastras misuladas. Apenas o retábulo-mor do Rosário de S. João del-Rei apresenta dois pares de colunas. O camarim apresenta-se atualmente pintado em sua porção interna de azul claro salpicado de rosas cor de rosa. O trono que apresenta a imagem é escalonado em cinco degraus de perfis alternados (côncavo-convexo), predominante na tipologia Vertentes-Sul de

Minas. A abertura do camarim é emoldurada por uma renda de rocalhas. No topo do trono, apresenta-se hoje uma imagem do atual orago, N. S. do Rosário. Vale dizer, num curto parênteses, que a imagem original da antiga matriz de Sant'Ana é um belo exemplar setecentista do tipo iconográfico de *Sant'Ana Mestra* que se encontra guardado na casa paroquial da atual matriz [Németh-Torres, 2018: 83] e, sob nosso ponto de vista, merecia o tombamento[17].

Nos intercolúnios cria-se um falso nicho para imagens laterais composto de peanhas bojudas e dosséis nos quais predomina a forma de capacete arrematado por penacho ornamental. Peanhas e dosséis recebem ornamentação entalhada de rocalhas, folhagens e auriculares. Uma pintura *trompe l'oeil*, típica do ilusionismo retórico barroco, é disposta entre o dossel e a peanha, inventando um cortinado simétrico e franjado que emoldura as imagens laterais. Essas pinturas, destituídas de sombreados e detalhamentos, parecem distanciadas de seu aspecto original.

Figura 6: Sacrário do retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário de Lavras [Foto da autora, 2015].

Na partição inferior do retábulo-mor, destaca-se o sacrário, cujo contorno superior ondula, invadindo o espaço do camarim [fig. 6]. A porta do sacrário traz

[17] Nota do editor: Preciso registrar esta providencial coincidência: meras 14 horas antes de recebermos este artigo, o Conselho do Patrimônio Cultural de Lavras foi comunicado da anuência da diocese de São João del-Rei e da paróquia de Sant'Ana de Lavras para a continuidade do processo de tombamento. Este foi homologado em 6 abr. 2020, pelo decreto municipal n. 15.363.

o motivo eucarístico do cálice com a hóstia completamente cercado de cabecinhas de querubins envoltas em novelos de nuvens, tudo entalhado em relevo. Ladeando a porta do sacrário, dois pequenos *putti* de corpo inteiro e forma plena parecem flutuar. Complementando o retábulo-mor, surge o altar em forma de urna e seu frontal dominado por rocalhas e guirlandas florais em uma composição muito refinada e execução de qualidade excepcional [fig. 7]. Dois pares de pilastras misuladas terminadas em enrolamentos continuam as colunas do corpo intermediário. Essas pilastras ladeiam dois requadros cegos que certamente traziam, na origem, ornamento de rocalhas em relevo ou fingidas em pintura.

Figura 7: Frontal do altar-mor da igreja de N. S. do Rosário de Lavras [Foto da autora, 2015].

Quanto aos retábulos colaterais, estes vêm colocados em ângulo na parede do arco cruzeiro, numa disposição bastante comum nas igrejas setecentistas mineiras: o do lado do evangelho é dedicado ao Bom Jesus da Coluna (ou da Cana Verde); o do lado epístola, ao Bom Jesus do Triunfo [figs. 8 e 9]. Sua tipologia é exatamente a mesma do modelo de retábulo colateral do estilo Vertentes-Sul de Minas. São retábulos coroados por um frontão acinturado cujo perfil é formado por rocalhas ou auriculares entalhados dispostos nas linhas de continuidade das pilastras dos corpos intermediários; a esses elementos seguem-se pilastras curvas que acompanham a sinuosidade do recorte até o alto. No centro dos frontões, uma tarja oval feita de auriculares e contornada por

rocalha espraiada. Esses elementos encontram-se atualmente dourados, mas é possível que contivessem inscrições. Como arremate centralizado no topo dos conjuntos, substituindo o penacho, destaca-se uma única rocalha vazada.

Figuras 8 e 9: Retábulos colaterais da igreja de N. S. do Rosário de Lavras: respectivamente: colateral lado evangelho (Bom Jesus da Coluna) e lado epístola (Bom Jesus do Triunfo) [Foto da autora, 2015].

Nos registros intermediários dos colaterais de Lavras, vemos um único par de pilastras misuladas emoldurando o camarim, omitindo nichos, dosséis e peanhas para imagens; este é seguido de uma aleta lateral simples aberta em ângulo de 45º, facilitando o encaixe da estrutura ao ângulo formado pelo arco cruzeiro e a parede da nave. Os fundos dos camarins possuem os perfis trapezoidais igualmente típicos das Vertentes-Sul de Minas.

Nesses retábulos colaterais aparece ainda outra característica ornamental notável do referido estilo: pilastras cujos fustes são marcados por

uma linha longitudinal que assume quase sempre a forma de uma delicada lesena[18], disposta como um relevo sob a superfície. Aqui, rocalhas esculpidas e pintadas adornam o corpo das pilastras e acompanham os enrolamentos das mísulas nas extremidades, ressaltando seu volume escultórico.

Quanto ao corpo inferior dos colaterais, é composto por uma faixa horizontal formada pelos pares de socos apainelados e que se eleva na porção central, criando um movimento visual ondulatório. Os frontais aqui são bastante simplificados, constituídos apenas de um painel retangular plano com pintura singela. Acreditamos que esses frontais não sejam os originais, uma vez que os outros três que compõem o conjunto (do retábulo-mor e dos retábulos da nave) são de elaboração mais sofisticada e muito claramente de uma mesma mão.

Já os dois últimos altares – 'laterais' ou 'da nave' – apresentam tipologia diferenciada em relação aos dois colaterais. O do lado do evangelho é dedicado ao Bom Jesus do Calvário; o do lado da epístola, a N. S. das Dores [figs. 10 e 11] As duas peças apresentam áreas significativas de perda ou retirada da policromia. Uma diferença em relação aos colaterais está no coroamento, que não busca a forma do frontão acinturado, mas, em vez disso, é constituído de um requadro cego – um painel retangular ligeiramente estreitado nas laterais à medida que sobe – que envolve perfeitamente o arco romano do camarim. Os contornos laterais desse requadro são desenhados por uma pilastra misulada de cada lado, terminadas com enrolamentos. Uma ondulação na linha de contorno superior acomoda as tarjas e rocalhas dispostas numa vertical a partir da aduela de fecho. Essa disposição reforça o direcionamento vertical do conjunto. Uma crista de rocalhas arremata as peças. Duas grandes rocalhas espraiadas preenchem simetricamente os fundos dos dois requadros, enquanto outras duas em escultura plena coroam o topo de cada pilastra (no retábulo de N. S. das Dores falta uma delas).

Outra diferença dos retábulos da nave em relação aos colaterais está no corpo intermediário, que aqui se aproxima mais das soluções empregadas para o retábulo-mor: uma tripartição onde o camarim é ladeado por um par de elementos verticais estruturantes que emolduram um nicho para imagens dotado de peanha e dossel. No retábulo de N. S. das Dores, tem-se dois pares de pilastras misuladas; no retábulo do Calvário, um par de colunas (externas) e outro de pilastras misuladas (internas). Um elemento absolutamente incomum no estilo Vertentes-Sul de Minas aparece no retábulo de N. S. das Dores: a abertura reduzida do camarim, limitada por uma moldura de bordas semicirculares que

[18] Coluna delgada.

destaca a imagem enquanto oculta o trono. Observe-se, com isto, a riqueza das soluções formais encontradas no mesmo templo.

Figuras 10 e 11: Retábulos laterais (da nave) da igreja de N. S. do Rosário de Lavras: respectivamente: lateral lado evangelho (Bom Jesus do Calvário) e lado epístola (N. S. das Dores) [Foto da autora, 2015].

Na porção inferior, observam-se os típicos socos apainelados ornamentados com rocalhas que se apresentam nos colaterais. O destaque, porém, é dado pelos dois belíssimos frontais de altar com perfil em formato de urna e ricamente adornados de rocalhas entalhadas e douradas. Estas também percorrem as ilhargas.

Por fim, podemos dizer do conjunto retabular do Rosário de Lavras que é de matriz erudita em seu projeto e de excelente execução. As peças apresentam uma coerência estilística que pressupõe o projeto de um único artista; também a execução das obras é uniforme e de qualidade. Tais observações nos conduzem ao inevitável questionamento sobre sua autoria. Levando em conta que o inteiro conjunto se enquadra perfeitamente dentro da tipologia do grupo de matriz

estilística rococó que nomeamos Vertentes-Sul de Minas, passaremos agora a discorrer sobre as possibilidades de atribuição de autoria, sobre a qual a historiografia não fornece pistas. É preciso lembrar que a igreja do Rosário aparece na historiografia da arte mineira sobretudo pela pintura do forro da capela-mor, atribuída a Joaquim José da Natividade, sobre a qual falaremos em breve. A este pintor comumente se atribui também a policromia do conjunto retabular. E apenas por esta razão os retábulos são mencionados.

Em 2013, entretanto, o nome de um entalhador emerge finalmente dos arquivos documentais sugerindo a possibilidade de esclarecimento da paternidade dos retábulos. Trata-se do bracarense José Maria da Silva, apresentado por Moacyr Villela, que publica um texto amparado em documentação preservada no escritório do IPHAN de São João del-Rei, parcialmente transcrito e apresentado digitalmente dentro do Projeto Compartilhar[19] (basicamente dedicado a um trabalho de genealogia).

José Maria da Silva é um nome cuja menção única pela historiografia foi feita por Judith Martins e havia passado praticamente despercebida. A autora relata José Maria atuando em 1781 em São João del-Rei. Naquele instante ele era

> "nomeado louvado, juntamente com Francisco de Lima [Cerqueira] e Luiz Pinheiro de Sousa, para mestre do retábulo da capela-mor [da igreja de São Francisco de Assis]. Pelo mesmo termo, porém, verifica-se que ficou resolvido nomear-se para único mestre a Luiz Pinheiro de Sousa (Livro 2.º de Termos da Ordem 3.ª, fls. 133)" [Martins, 1974, vol. II: 235].

As informações sobre José Maria fornecidas por Villela são extraídas de dois inventários datados de 1777 e 1784[20]. A partir dos documentos citados, sabe-se que José Maria da Silva é um português de Braga, filho imigrado do entalhador bracarense Jacinto da Silva, colaborador na oficina do renomado André Soares (Braga, 1720-1769), o maior nome do rococó minhoto. Villela salienta que não se encontrou documentação primária em Braga que mencionasse esse filho de Jacinto [Villela, 2013]. Contudo, o documento sanjoanense parece confirmar a descendência. Os documentos mencionam que ele é um entalhador com parte da família vivendo em Madre de Deus, na região de São João del-Rei, e que tinha em sua oficina, sob seus cuidados, dois jovens aprendizes, primos órfãos de sua esposa. O fato é que a data mais remota de

[19] Sette, B., Junqueira, R. M., & Buttros, S. P. *Projeto Compartilhar*. www.projetocompartilhar.org.

[20] Inventário de Catarina Vitória da Assunção (tia da esposa de José Maria da Silva), 1777, arquivo IPHAN, São João del-Rei, caixa 567; e inventário de Anna Maria da Silva (esposa de José Maria), arquivo IPHAN, São João del-Rei, caixa 13.

menção de José Maria da Silva nesses documentos também é 1781, quando se casa com Ana Maria de Jesus, que vem a falecer em 1783 deixando duas meninas[21]. Uma procuração anexada ao inventário de Ana Maria é redigida e assinada pelo próprio José Maria na ocasião em que o mesmo está tratando da administração dos bens das filhas pequenas e de sua tutela. O entalhador assina o documento da seguinte maneira: "Capella do Rozário das Lavras do Funil a 12 de julho de 1784, Jozé Maria da Silva" [fig. 12].

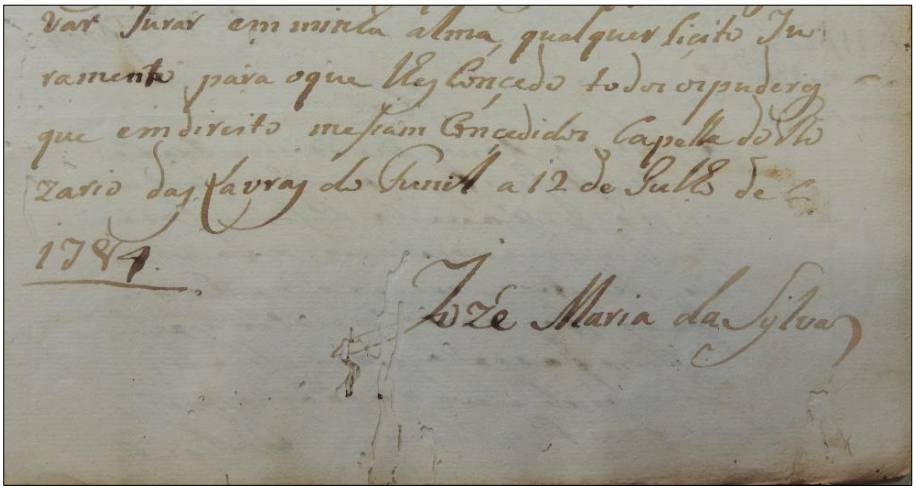

Ver Jurar em minha alma qualquer licito Ju-
ramento para o que lhe Concedo todos os poderes
que em direito me estam Concedidos Capella do Ro-
zario das Lavras do Funil a 12 de Julho de
1784.
Joze Maria da Silva

Figura 12: Detalhe da procuração de José Maria da Silva presente no inventário de Anna Maria de Jesus, arquivo IPHAN – São João del-Rei, 1784 caixa 13 [Foto da autora, 2018].

A partir desse documento assinado da "capella do Rozário das Lavras do Funil", Villela deduz que José Maria da Silva seja o autor da obra de talha dos retábulos da atual igreja do Rosário da cidade de Lavras, lançando uma ideia que vem sendo acolhida por vários pesquisadores. Ora, é preciso esclarecer a absoluta impossibilidade de determinação da autoria dos retábulos presentes na igreja do Rosário de Lavras com base no referido documento. Primeiramente, no final do Século XVIII, o fato de alguém assinar um documento da "capela" de determinado lugar podia indicar simplesmente que essa pessoa esteve na localidade que aquela capela representa, mas não necessariamente dentro dela. Essa "capela" é pensada como metonímia: a capela é o lugar. Mas esta colocação é quase irrelevante diante do fato que em 1783 não existia uma capela do Rosário na atual cidade de Lavras.

[21] Inventario de Anna Maria de Jesus, 1784, arquivo IPHAN – São João del-Rei, caixa 13.

Próximo à matriz de Sant'Ana, construiu-se no início do Século XIX uma pequenina igreja dedicada a N. S. do Rosário. A construção foi empreendida pela irmandade que se constituiu apenas em 1810 [Costa, 1911: 135]. Essa capela, que foi demolida em 1904 [Németh-Torres, 2018: 272], é aquela mencionada pelo frei dom José da Santíssima Trindade em suas *Visitas Pastorais* de 1824 como "pequena e com alguma decência" [Trindade, & Polito, 1998: 227].

A propósito do texto das *Visitas pastorais*, uma confusão pode ter sido gerada pela escrita do frei, que menciona a "matriz", em seguida a capela do Rosário, dá um ponto final e segue na nova oração se referindo à ornamentação interna da matriz. A leitura induz a achar que ele se refere ao Rosário:

> "A igreja matriz está em uma planície ao canto de um arraial agradável e em cujo princípio tem a capela de Nossa Senhora do Rosário, pequena e com alguma decência. É toda de madeira e tem cinco altares, dois dos quais ficam no corpo da igreja e expostos à irreverência do povo, os quais têm retábulos de talha pintada e dourada em bastante uso" [Trindade, & Polito, 1998: 227].

Só entendemos que ele se refere realmente à matriz quando cita a pia batismal de madeira rachada e retoma essa queixa adiante, nas provisões, quando menciona claramente a matriz. A confusão é tamanha que outros pesquisadores, como, por exemplo, M. C. Azevedo [2014: 108] também se convencem de que os cinco retábulos mencionados pertencem à capela do Rosário. Por fim, é preciso ter em mente que uma capela pequena e modesta dificilmente teria cinco retábulos. Entre os conjuntos da tipologia Vertentes-Sul de Minas, a grande maioria possui apenas três e uma minoria sete (normalmente as matrizes de regiões mais povoadas).

Porém, o fato decisivo para contestar a afirmação de Villela é o de que a atual igreja do Rosário, com seu magnífico conjunto de cinco retábulos e pintura ilusionista, era e continuou a ser até o ano de 1917, a igreja de Sant'Ana. Esta, que em 1754 encontrava-se concluída e benta [Németh-Torres, 2018: 66], elevou-se à condição de matriz em 1760, com a transferência da sede paroquial do arraial de Carrancas. Em 1917 inaugurou-se, construída *ex-novo* e em outro local, uma nova matriz para qual se transferiu o orago. A antiga matriz foi então rededicada à N. S. do Rosário.

Na vasta área abarcada pelo topônimo "do Funil" – devido ao desenho formado em Y pela confluência dos rios Grande, Capivari e das Mortes [Resende, 2017: 38] – houve ao todo quatro capelas dedicadas à N. S. do

Rosário[22], incluindo a que foi demolida em 1904, mencionada pelo frei. Desta forma, a capela de onde José Maria da Silva assinou a procuração em 1784 poderia ser a do Rosário da Cachoeira do Rio Grande (1737) – "marco da povoação dos municípios de Lavras, Itumirim e toda a região que, no passado, compunha o grande território das Lavras do Funil" [Resende, 2017: 34] – ou a do Rosário dos Serranos (1781), mencionada como freguesia da matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil pelo frei D. José da Santíssima Trindade. Considerando as datas de construção destas duas, é mais provável que José Maria da Silva tenha estado na dos Serranos. Além destas, havia uma Rosário do Capivari, referida pelo mesmo frei em 1824, que era construção mais recente (1801). De todo modo, até onde sabemos, nenhuma obra de talha setecentista resistiu nesses templos, que foram demolidos ou reformados.

O texto de Villela, no entanto, tem o mérito de resgatar o nome de José Maria da Silva e ampliar as informações sobre ele. De tudo que expusemos acima, prova-se apenas que o documento de 1784 não se refere à matriz de Sant'Ana, atual igreja do Rosário, fato que não exclui evidentemente a possibilidade de ter sido o próprio José Maria o autor de seus retábulos. O fato de ter estado atuando na região nos permite essa consideração. Contudo, e infelizmente, não se conhece uma obra sequer desse entalhador que pudesse nos servir de referência para um estudo comparativo de estilo a partir do qual novas hipóteses fossem elaboradas. Dessa forma, faremos algumas proposições a respeito da autoria do conjunto baseadas na documentação disponível e em análises formais.

Um projeto para retábulo publicado por Myriam Oliveira se aproxima muito da execução do retábulo-mor de Lavras em especial no corpo intermediário. O risco mencionado pela autora pertence a uma coleção privada do Rio de Janeiro e sua fotografia se encontra no IPHAN da mesma cidade [fig. 13]. Oliveira faz uma aproximação entre esse risco e o retábulo-mor executado por Luiz Pinheiro de Sousa na igreja de São Francisco de Mariana [fig. 14], atribuindo a esse entalhador a gênese da tipologia de um segundo tipo de retábulo rococó em torno de 1776, justamente com essa obra [Oliveira, 2003: 256-257]. De fato, o coroamento realizado por Luiz Pinheiro guarda bastante semelhança com o que se vê no referido desenho. O retábulo de Lavras, porém, mostra maior afinidade com o mesmo desenho na partição intermediária, sobretudo no uso das duas colunas com fuste canelado. Observe-se que as

[22] Agradeço ao historiador Geovani Németh-Torres pela gentileza e prontidão em me esclarecer este ponto. (N.E.: o editor retribui a gratidão pelo esclarecimento sobre José Maria da Silva, por ser mais um dos que estavam a propagá-lo como autor dos retábulos da antiga matriz de Sant'Ana).

rocalhas das rendas dos camarins de Lavras e de São Francisco de Mariana parecem saídas do mesmo modelo gráfico. Outro elemento que aparece nos dois retábulos e também no desenho é a presença de um perfil convexo numa das linhas do friso do entablamento. Observe-se ainda que esta é uma característica muito recorrente no estilo Vertentes-Sul de Minas.

Figura 13: Risco para retábulo. Reprodução de fotografia conservada pelo IPHAN do Rio de Janeiro, cujo original se encontra em coleção privada na mesma cidade [Oliveira, 2003: 256].

Figura 14: Luís Pinheiro de Sousa. Retábulo-mor da igreja de São Francisco, Mariana, 1776-1778 [Google].

Figura 15: Luís Pinheiro de Sousa (atr.). Retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário, São João del-Rei [Foto da autora, 2015].

É importante ressaltar que Luiz Pinheiro foi um entalhador ativo na região de São João del-Rei, documentado como "único mestre da obra do retábulo da capela-mor" da igreja de São Francisco daquela cidade em 1781 [Martins, 1974, vol. II: 130]. A Luiz Pinheiro de Sousa se atribui ainda o retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário de São João del-Rei [fig. 15], um dos referenciais para o estilo Vertentes-Sul de Minas [Viegas, 1953: 168; Alvarenga, 1963: 60], atribuição com a qual concordamos. Com tudo isto, queremos dizer que o retábulo-mor da igreja do Rosário de Lavras, além de enquadrar-se perfeitamente na tipologia do estilo Vertentes-Sul de Minas, pode ter sido obra saída do círculo de Luiz Pinheiro.

É interessante observar que José Maria da Silva muito provavelmente esteve em contato com esse círculo, uma vez que ele e Pinheiro são mencionados juntos como louvados para o retábulo-mor da igreja de S. Francisco de São João del-Rei em 1781, como se disse acima. Desse círculo

também faziam parte os entalhadores Manoel Rodrigues Coelho, autor do retábulo-mor da igreja de N. S. do Carmo de São João del-Rei, Antônio Martins, tido por Oliveira como o "mestre dos anjos sorridentes" [2010, vol. 1: 149; vol. 2: 141-142], e possivelmente Manoel João Pereira [Oliveira, 2010, vol. 1: 42, nota 42], documentado atuando em Prados em 1782 [Vale, 1985: 128]. Acreditamos que qualquer um desses nomes pode estar vinculado à autoria de um projeto original na gênese da tipologia do estilo Vertentes-Sul de Minas.

No entanto, a não localização até o momento de documentação primária que aponte, de forma objetiva e concreta, um autor ou autores para retábulos de mesma tipologia dentro de um conjunto considerável de templos, nos leva a referendar a ideia do restaurador Carlos M. Araújo [1988; 2001: 103], que sugere a possibilidade de ter sido o pintor Joaquim José da Natividade (Sabará, c. 1769/1771[23] – Baependi, 1841), liderando uma oficina, o fornecedor dos riscos para essas peças. Essa hipótese foi retomada por Santos Filho [2012-2013: 253] e por Azevedo [2014: 24, 83]. Até o presente momento, é ele, o pintor, o único denominador comum identificado nesse conjunto que percorre as Vertentes em direção ao Sul de Minas. Outro dado importante a ser lembrado a propósito de Natividade e sua possível liderança de uma oficina itinerante atuando nessa região com o emprego de uma tipologia retabular de filiação vinculada ao canteiro de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, é que o próprio Natividade trabalhou neste canteiro ao lado do pintor João de Nepomuceno Correia e Castro por volta de 1790 [Santos Filho, 2012-2013: 243].

Como dissemos no início deste artigo, a obra do pintor Natividade é identificada (por atribuição) em um conjunto nuclear de oito templos cujos retábulos e pinturas de perspectiva apresentam uma grande coesão estilística, o que é indício do trabalho de um mesmo artista ou oficina. Além do conjunto de Lavras, os outros sete referidos são: capela do Espírito Santo, proveniente da área rural de São Vicente de Minas e atualmente instalado em S. João del-Rei; S. Miguel do Cajuru (distrito de São João del-Rei); N. S. da Conceição, de Conceição da Barra de Minas; N. S. da Conceição, de Carrancas; São Tomé, de S. Tomé das Letras; N. S. de Montserrat, de Baependi, e Bom Jesus do Livramento, de Liberdade. Esses oito grupos de retábulos apresentam uma tipologia arquitetônica muito coerente que não deixa dúvidas quanto à sua procedência comum. Afinidades estilísticas são também evidenciadas nos retábulos de N. S. da Glória, de Caranaíba; N. S. da Conceição, da Capela do

[23] Para a data e local de nascimento de Natividade, veja-se Santos Filho [2012-2013: 243] e Silva [2018: 137 e nota 280].

Saco (distrito de Carrancas) e N. S. do Porto da Eterna Salvação, de Andrelândia, onde, entretanto, não se pode cogitar a atuação de Natividade.

Com exceção da pintura do forro da matriz de São Tomé das Letras, cuja autoria de Natividade foi identificada por Myriam Oliveira a partir de um trecho do *Almanak Sul-Mineiro para 1884* [Oliveira, 1997: 481], todos os outros conjuntos têm a autoria atribuída a esse pintor por meio de confronto estilístico com a composição de São Tomé, incluindo aí a do Rosário de Lavras. As atribuições das pinturas de S. Miguel do Cajuru (antiga "Arcângelo") e Conceição da Barra de Minas (antiga "Cassiterita"[24]) foram feitas igualmente por Myriam Oliveira [1997: 480-481]; as demais foram sugeridas pelo restaurador Carlos M. de Araújo [2001: 103]. Todas as atribuições encontraram amplo acolhimento e eco na obra de outros pesquisadores [Santos Filho, 2012-2013; Azevedo, 2014; Silva, 2018].

Quanto à obra de Lavras, no forro da capela-mor da antiga matriz Natividade representa uma *Sacra Parentela*, assunto absolutamente coerente em relação ao orago original do templo, Santa Ana. No medalhão central, vemos o grupo composto por Maria e José ladeando o Menino Jesus coroado por um amplo halo luminoso. O Menino, sentado sobre nuvens, faz o gesto da bênção enquanto segura o orbe encimado pela cruz que o identifica com o *Salvator Mundi* [Hall,1979: 139, 271] – uma iconografia que se popularizou no Século XVII [Réau, 2008: 45]. Mais embaixo, também sentados, encontram-se Ana e Joaquim, seus avós.

O tema da Sacra Parentela surge como um desdobramento das narrativas apócrifas que deram origem à história de Santa Ana a partir do século II d.C. No final da Idade Média, a parentela de Ana se desenvolve ainda mais, incluindo toda a descendência resultante de seus três matrimônios, o *trinubium* [Varazze, 2003: 747]. Na segunda metade do Século XVI, o rigor da Contrarreforma cuidará de condenar os temas destituídos de historicidade, recomendando que sejam banidos, o que nem sempre tem sucesso. A atenção se volta então ao grupo mais restrito das Sagradas Famílias, onde se inclui, além de Jesus, Maria e José, no máximo as figuras de Ana e Joaquim e, eventualmente, Isabel e o Batista [Réau, 2008: 153-157]. De todo modo, a pintura de Lavras apresenta uma iconografia rara na arte colonial brasileira, sobretudo em pintura. Um pouco mais comuns são os exemplos de conjuntos escultóricos representando esse tema.

[24] A pintura da matriz de N. S. da Conceição da Barra de Minas foi vendida na ocasião de sua restauração e encontra-se em local desconhecido.

Na composição, todos os personagens são agrupados dentro de um halo fechado de nuvens pontilhado de cabecinhas de querubins dispostas aos pares. Esse halo flutua livre no centro da composição, correspondendo à ideia de uma visão celestial que se abre sobre a cabeça do fiel. Muito provavelmente essa composição foi inspirada, de acordo com uma prática comum entre os pintores coloniais, em um modelo gravado vindo da Europa. Kellen Silva, estudiosa da obra de Natividade, indica algumas possibilidades de aproximação formal com a obra lavrense que inclui tais gravuras circulantes e uma pintura cusquenha [Silva, 2018: 229-231].

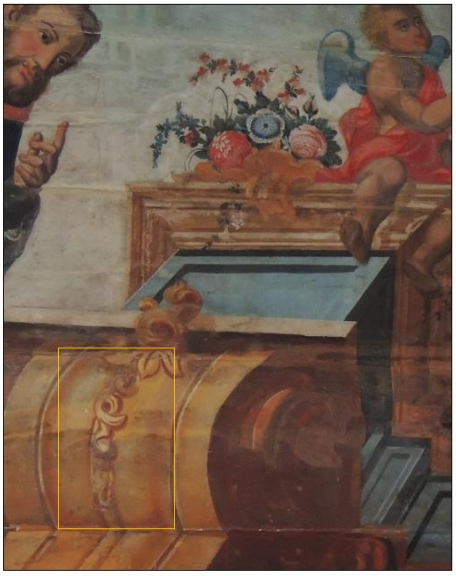
Ainda sobre a pintura, emoldurando a cena principal estão os elementos arquitetônicos compostos em esquema de perspectiva conforme os moldes da tradição barroca europeia impulsionada pela tratadística de Andrea Pozzo (1642-1709). Um muro baixo, como um parapeito, elaborado em perspectiva percorre todo o perímetro do forro acima da cimalha, fazendo a transição entre o espaço sagrado, onde a visão celestial ocorre, e o espaço do espectador. Esse muro-parapeito, elaborado com "azul para os pedestais e segmentos de muro e vermelho para os balcões" [Oliveira, 1997: 481], é típico das composições atribuídas a Natividade nos outros templos referidos. Em seus quatro cantos estão dispostos balcões salientes atrás dos quais se colocam, com seus respectivos atributos, os quatro santos doutores da Igreja ocidental: Ambrósio, Gregório Magno, Jerônimo e Agostinho.

Em cada um dos quatro segmentos do muro-parapeito encontram-se ainda duas pilastras misuladas e, entre elas, centralizado, um balcão que se projeta, coroado por um vaso de flores, sustentado por uma figura de atlante que finge escultura. Nos lados mais longos, sobre o topo de cada pilastra misulada, um *putto* segura uma das pontas de uma guirlanda florida; a outra extremidade é segura, pelo bico, por uma pomba. Aqui, nas guirlandas e vasos, aparece um elemento identificado como estilema de Natividade: os arranjos de três flores coloridas dispostas em triangulação [Silva, 2018: 218-220]. Carlos M. Araújo já havia observado a presença desses mesmos arranjos florais na policromia de diversas peças de imaginária, em forros e camarins [2001:103-104], confirmando que o artista atuava em uma variedade de funções.

O muro-parapeito contorna o ornamento superior do retábulo-mor. O arremate esculpido encaixa-se perfeitamente entre as duas pilastras centrais da composição pintada, de modo que as pilastras misuladas do frontão do coroamento do retábulo encontram continuidade visual nas pilastras fingidas. Percebe-se, neste detalhe, o esforço de adequação da arquitetura do retábulo à arquitetura pintada. Tal recurso – mais tarde definido pelo conceito de *bel*

composto – fazia parte da estética barroca, que buscou a integração dos meios expressivos da arquitetura, escultura e pintura a fim de potencializar a retórica do discurso e maravilhar o espectador.

Um detalhe ornamental que aparece na pintura da arquitetura fingida [fig. 16] recorre nos frontais dos altares laterais [fig. 17] reforçando a hipótese de uma mesma autoria projetual para o conjunto retabular e pintura. A ideia de um pintor atuando no fornecimento de riscos arquitetônicos (de edificações e retábulos) no período colonial mineiro não é nova. Ademais, sabe-se que Natividade executou o risco para um chafariz encomendado pela Câmara Municipal de São João del-Rei e pelo qual teria sido pago, em 1824[25], a quantia de oito mil réis [Cintra, 1982, vol. 2: 540]. Essa obra não foi identificada, e pode nunca ter sido construída ou ter desaparecido. Ora, se o pintor pôde fornecer um projeto de obra arquitetônica para a Câmara municipal da cabeça da comarca, ele certamente poderia fornecer riscos para retábulos, sobretudo em localidades periféricas, onde dificilmente se conseguiria exercer com rigor o controle sobre o exercício dos ofícios, no que tange às delimitações da atuação de cada oficial mecânico dentro de suas habilitações a fim de evitar sobreposições de tarefas.



Figuras 16 e 17: Respectivamente: detalhe da ornamentação da arquitetura fingida no forro da capela-mor e detalhe da ornamentação entalhada no frontal do altar lateral lado epístola da Igreja de N. S. do Rosário. [Foto da autora, 2015].

[25] Santos Filho, 2012-2013: 246, menciona o ano de 1812 para esse pagamento.

Para concluir estas reflexões, precisamos dar esclarecimentos a propósito de outro entalhador mencionado pela historiografia em atuação em um dos templos que compõem o núcleo coeso da tipologia Vertentes-Sul de Minas. Trata-se do entalhador referido como "Macedo de Suaçuí", mencionado por M. C. Azevedo como tendo trabalhado ao lado de Natividade. A autora [2014: 135] cita um documento no Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha, onde se lê que em 1824 o altar-mor "foi indulgenciado com privilégio para 4 annos pelo Ordinário", época em que "dois homens habilíssimos moravão aqui [Baependi] então: "Natividade, encarnador, dourador e pintor, de S. João del-Rei, e Macedo, entalhador, de Suasuhy"[26].

O trabalho recente de um jovem pesquisador, T. Gayean, trouxe à luz a possível identidade desse entalhador. Pode se tratar de José Pereira de Macedo, "entalhador, alferes da 1.ª Companhia da Vila de Areias", nascido em Minas Gerais em 1790 [2018: 63]. Areias, no estado de São Paulo, estava na rota da estrada Real, constituindo um ponto de fácil acesso para quem vinha de – ou ia para – o Sul de Minas e o Campo das Vertentes. Gayean, por sua vez, apoia-se nas pesquisas de M. Rosada, que reúne um grupo de retábulos paulistas sob uma mesma tipologia que denomina "grupo de Areias", na qual justamente percebe afinidades estilísticas com a retabilística sul-mineira, citando as obras das matrizes de São Tomé das Letras e de Baependi [2016: 210-212].

Dos diversos autores que discorreram sobre a itinerância de Joaquim José da Natividade desde o Campo das Vertentes até o Sul de Minas, Santos Filho [2012-2013], Azevedo [2014] e Silva [2018] concordam com o fato de ter sido a matriz de Baependi o último local de atividade documentada de Natividade, que vem a falecer naquela cidade em 1841. Em se considerando que a fatura do entalhe do altar-mor da matriz de Baependi é diversa, mais filigranada e delicada nos pormenores ornamentais do que nos demais retábulos deste templo e também em relação à dos outros templos, como o de Lavras, onde o mesmo modelo formal foi empregado, e que faturas diferenciadas são observadas ainda em São Tomé das Letras, podemos supor que quem quer que estivesse à frente dessa oficina itinerante, empregava diferentes entalhadores à medida de suas necessidades, o que pode ter sido o caso de Macedo. Rosada denomina o "Grupo de Areias" a partir dos retábulos da matriz de Sant'Ana de Areias, cuja proximidade estilística com a tipologia Vertentes-Sul de Minas é evidente. Assim, acreditamos que José Pereira de Macedo, entalhador naquela

[26] ACDC, livro Tombo n. 1 da paróquia de Santa Maria de Baependi, 1899, f. 4.

vila em 1822, possa ser o Macedo mencionado nos documentos de Campanha trabalhando ao lado de Natividade em 1824.

Concluímos então reafirmando nossa crença na ideia de que Natividade possa ter sido o líder de uma oficina de artífices que atuou de forma itinerante entre o Campo das Vertentes e o Sul de Minas no primeiro quartel do Século XIX, aproximadamente entre 1804/1805, data em que é referenciado em São João del-Rei [Santos Filho, 2012-2013: 244], depois de uma estadia no Serro Frio, e c. 1824, data da obra de Baependi. As obras na antiga matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil devem, portanto, ser datadas assim.

Referências

Alvarenga, L. M. (1963). *Igrejas de São João del Rei*. Petrópolis: Vozes.

Araújo, C. M. (1988). Considerações acerca da pintura rococó ilusionista de Joaquim José da Natividade na região do Campo das Vertentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, *6*, 85-89.

Araújo, C. M. (2001). A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária dos campos das Vertentes e Sul de Minas. *Imagem Brasileira*, *1*, 103-104.

Azevedo, M. C. N. (2014). *Arte sacra e distinção social: Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cintra, S. O. (1982). *Efemérides de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Costa, F. (1911). História de Lavras, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *16*, 125-160.

Gaio Sobrinho, A. (1990). *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: s.n.

Gayean, T. V. (2018). *A talha da matriz de Santo Antônio de Guaratinguetá: o Rococó carioca no Vale do Paraíba paulista*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Ouro Preto.

Guimarães, G. (1996). *São João del-Rei – século XVIII – história sumária*. São João del-Rei: Geraldo Guimarães.

Hall, J. (1979). *Dictionary of Subjects & Symbols in Art*. Oxford: Icon Editions.

Martins, J. (1974). *Dicionário dos artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais* (2 vols.). Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

Oliveira, M. A. R. (1982-1983). A pintura de perspectiva em Minas colonial – ciclo rococó". *Revista Barroco*, *12*, 171-184; republicado em Ávila, A. (Org.). (1997). *Barroco, teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 444-489.

Oliveira, M. A. R. (2003). *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif.

Oliveira, M. A. R., & Santos Filho, O. R. (2010). *Barroco e Rococó nas igrejas de São João del-Rei e Tiradentes* (2 vols.). Brasília: IPHAN-Monumenta.

Rosada, M. (2016). *Igrejas paulistas da colônia e do império: arquitetura e ornamentação*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

Réau, L. (2008). *Iconografía del arte Cristiano. Iconografia de la Biblia. Nuevo Testamento* (Tomo 1, vol. 2). Barcelona: Ediciones del Serbal.

Resende, M. T. (2017). *De Rosário de Lavras, Vila Coruja e Estação Francisco Sales a Itumirim*. Itumirim (MG): Maria Terezinha de Resende.

Santos Filho, O. R. (2012-2013). Joaquim José da Natividade: mestre pintor do período do Rococó Mineiro. *Revista Barroco*, *20*, 243-256.

Silva, K. C. (2018). *O caminho das flores. Estudo iconológico sobre a "escola de artes do Rio das Mortes" e o modelo intencional de encomenda. Minas Gerais (c. 1785-c. 1841)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.

Trindade, Dom Frei J. S., & Polito, R. (1998). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Vale, D. (1985). *Memória histórica de Prados*. Belo Horizonte: s.n.

Varazze, J. (2003). *Legenda Aurea. Vidas de Santos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Viegas, A. (1953). *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Villela, M. U. (5 mai. 2013). José Maria da Silva: Um mestre entalhador de Braga na comarca do Rio das Mortes. *Projeto Compartilhar*. Disponível em: www.projetocompartilhar.org/Biografias/JoseMariadaSilvaMestreEntalhador.pdf. Acessado em 15 set. 2013.

3 Inventário de proteção dos bens culturais móveis de Lavras

Lindsay Rocha Taveira[27]

Resumo:

Inventários são instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio cultural tangível e intangível. A partir de sua elaboração, pode-se obter um conhecimento sistemático e comparativo das realidades que constituem o alvo dessas ações, possibilitando estabelecer metas, prioridades, procedimentos e realizar o monitoramento crítico das consequências das ações de salvaguarda. O presente trabalho descore sobre a metodologia utilizada para elaboração do inventário realizado pela autora dos bens culturais móveis na cidade de Lavras (MG), na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Matriz de Sant'Ana, Praça José Oscar de Pádua, Praça Doutor Augusto Silva e Praça Leonardo Venerando. A documentação foi realizada com o modelo de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG (2009), disponível no *site* do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, que traz orientações sobre o preenchimento das fichas cadastrais para as categorias de bens culturais móveis.

Palavras-chave: Inventário – Conservação – Restauração – Lavras – Patrimônio.

[27] Tem graduação em conservação-restauração de bens culturais móveis pela UFPel, e atualmente mestranda em Artes na UFMG, na linha de pesquisa de preservação do patrimônio cultural. Foco em trabalhos de conservação-restauração em obras com suportes em argamassas de cimento, pintura mural e de cavalete, vitral e esculturas em madeira.

A palavra Patrimônio vem do Latim, *patrimonĭum*, e significa, segundo o *Dicionário Michaelis*, "herança paterna; bens de família; quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade" [Michaelis, 1998].

O artigo 216 da Constituição Federal é um dispositivo que descreve o patrimônio cultural brasileiro perante a lei, seja material ou imaterial, como "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", e o divide entre 5 (cinco) categorias, sendo elas:

> I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico [Brasil, 1988, Art. 216].

O § 1.º do artigo 216 apresenta os instrumentos de promoção e preservação do patrimônio através dos "inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" [Brasil, 1988, Art. 216].

João Batista Lanari Bo [2013] discorre sobre o amplo conceito de patrimônio em "monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras de arte, parques naturais, (...), ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular", observando os diferentes valores que estes possuem para variados grupos [Bo, 2013: 17].

O inventário constitui-se em um dos instrumentos administrativos de preservação do patrimônio cultural impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados ao longo do tempo. O inventário não possui regulamentação infraconstitucional, de âmbito nacional, que estipule normas relativas aos seus efeitos, assim, no caso de omissão de norma federal, poderão os estados e municípios legislar sobre a proteção e preservação de seus patrimônios culturais. O Estado de Minas Gerais, por meio do projeto de lei n. 2614/2015, tenta suprir essa ausência definindo inventário em seu artigo 3.º:

> O inventário consiste na identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, objetivando a proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros [Minas Gerais, 2015].

O presente trabalho relata o inventário realizado pela autora dos bens culturais móveis na cidade de Lavras (MG), na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Sant'Ana, Praça José Oscar de Pádua, Praça Doutor Augusto Silva e Praça Leonardo Venerando. A documentação foi realizada orientando-se com o modelo de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG (2009) (figura 1), disponível no *site* do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, que traz orientações sobre o preenchimento das fichas cadastrais para as categorias de bens culturais móveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG
Avenida Sylvio Menicucci, nº 1575 – Centro – 37.200-000
Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural

BMI	AU1	Ficha 00	01 – Município:	02 – Distrito:
03 – Acervo:				
04 – Propriedade / direito de propriedade:				
05 – Endereço:				
06 – Responsável:				
07 – Designação:				
08 – Localização específica:				
09 – Espécie:				
10 – Epoca:				
11 – Autoria:				
12 – Origem:				
13 – Procedência:				
14 – Material / técnica:				
15 – Marcas / inscrições / legendas:				
16 – Documentação fotográfica:				
17 – Descrição:				
18 – Condições de segurança:				
19 – Proteção legal:				
20 – Dimensões:				
21 – Estado de conservação				
22 – Análise do estado de conservação:				
23 – Fatores de degradação:				
24 – Medidas de conservação:				
25 – Intervenções – responsável / data:				
26 – Características técnicas:				
27 – Características estilísticas:				
28 – Características iconográficas:				
29 – Dados históricos:				
30 – Referências bibliográficas:				
31 – Informações complementares:				
32 – Ficha técnica:				

Figura 1: Ficha do IPAC/MG [Arquivo pessoal da autora, 2018].

A metodologia utilizada para o preenchimento da ficha do IPAC/MG proveio do livro Estudo da Escultura Devocional em Madeira (2014), de Beatriz Coelho e Maria Regina Emery Quites, que traz "conhecimentos sobre a escultura em madeira policromada, bem como metodologia geral de análise das imagens, proporcionando (...) um guia prático e sucinto" [Coelho, & Quites, 2014].

Lavras é um município mineiro que celebra 188 anos em 13 de outubro de 2019. Os primeiros habitantes iniciaram o "Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil" acerca de 1720 atraídos pela exploração do ouro. Em 1751, com a construção de uma capela em honra a Senhora Sant'Ana o arraial de "Lavras do Funil" cresceu baseando sua economia na agricultura e pecuária. Hoje o município possui 103.773 habitantes de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para 2019. Sua economia é pautada na indústria, agropecuária e extração. Na área cultural, a cidade possui 15 bens patrimoniais protegidos pelo tombamento [Németh-Torres, 2012].

Para elaboração do inventário a autora realizou o trabalho em duas etapas, sendo a primeira um levantamento fotográfico de todas as obras, medição das dimensões e exames organolépticos[28]. A segunda etapa deu-se com o preenchimento das fichas do IPAC/MG. As fichas contem 32 itens cada uma, sendo eles listados e enumerados na Tabela 1.

Do item 1 (um) ao 6 (seis) são dados relacionados ao local que se encontra a obra analisada, desde o município ao responsável legal. O item 7 (sete) é um campo destinado a especificação da obra (retábulo-mor, retábulo lateral, imagem, pintura de forro, pintura parietal, pintura de cavalete, pintura, cálice, candelabro, cadeira órgão, arco cruzeiro, púlpito, pia batismal, etc.) e sua denominação (São José, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, etc.).

O tópico 8 (oito) é reservado à posição exata do bem no interior da edificação, praça ou local de guarda; como por exemplo capela-mor, transepto e nave, se for a localização dentro da edificação; e trono, mesa do altar e nicho direito ou esquerdo, se for a localização em um retábulo-mor ou retábulo-lateral.

O campo 9 (nove) é reservado ao registro da categoria específica do bem, como por exemplo imaginária, pintura de cavalete, material processional, material ritual, móvel de apoio, móvel de guarda, instrumento musical, objeto de iluminação, dentre outros.

[28] Os exames organolépticos são observações feitas diretamente sobre a obra, averiguando suas características perceptíveis aos sentidos da visão, tato, audição e olfato. Neste exame observa-se os materiais, estado de conservação, degradações, problemas e patologias do bem [Barboza, 2013: 32].

Tabela 1: Itens da ficha do IPAC/MG			
1. Município	2. Distrito	3. Acervo	4. Propriedade / direito de propriedade
5. Endereço	6. Responsável	7. Designação	8. Localização específica
9. Espécie	10. Época	11. Autoria	12. Origem
13. Procedência	14. Material / técnica	15. Marcas / inscrições / legendas	16. Documentação fotográfica
17. Descrição	18. Condições de segurança	19. Proteção legal	20. Dimensões
21. Estado de conservação	22. Análise do estado de conservação	23. Fatores de degradação	24. Medidas de conservação
25. Intervenções – responsável / data	26. Características técnicas	27. Características estilísticas	28. Características iconográficas
29. Dados históricos	30. Referências bibliográficas	31. Informações complementares	32. Ficha técnica

Fonte: IEPHA/MG, 2009.

Os elementos "Época, Autoria, Origem e Procedência" abordam, respectivamente, sobre a data ou época aproximada de confecção do bem; nome do autor da obra em questão; registro do país, estado e/ou cidade de fabricação da peça; e nome do proprietário procedente.

Dentre os materiais e técnicas empregados na fabricação do bem, podemos citar: madeira / escultura; barro / cozedura; tela / óleo sobre tela; madeira / óleo sobre madeira; madeira / entalhe; madeira / encaixe; prata / fundição; tecido / bordado; bronze / fundição; pedra / modelagem; policromia; douramento.

As marcas, inscrições e legendas são observadas na peça, e são fotografadas e descritas na ficha.

A documentação fotográfica foi realizada de todas as faces do bem, menos naquelas que não foram possíveis, por apresentar algum empecilho como grandes dimensões, localização em altura elevada e grande peso.

O item descrição é um campo reservado a um panorama da obra em análise devendo fornecer elementos necessários à sua identificação. Essa descrição é informal e deve abster-se de uso de adjetivos e juízo de valores, descrevendo somente as formas, cores e especificidades do objeto. É realizada do geral para o particular e de cima para baixo.

As condições de segurança foram classificadas como boa para todas as fichas. A proteção legal do inventário é municipal.

A medição das dimensões das peças foi realizada com régua e trena, menos das obras com elevada altura, impossibilitando a medição com os materiais que a conservadora-restauradora possuía no momento.

Os campos de 21 a 24, abordaram o estado de conservação da peça, analisando as degradações presentes em cada uma, e propondo medidas de restauração quando necessárias. O item "Intervenções" só foi preenchido se observado algum procedimento de restauro anterior a realização do inventário, ou com alguma documentação que se relata intervenções já realizadas na obra.

O tópico 26 é reservado ao registro de informações relativas aos materiais e processos técnicos utilizados na fabricação do bem, detalhando-os quando possível.

As "Características Estilísticas" são descritas quando há peças de autoria e datação comprovadas apontando as características do estilo do artista. Já as "Características Iconográficas" são definidas pela interpretação dos valores simbólicos presentes na imagem, como por exemplo a iconografia de Santo Antônio onde o menino Jesus no colo de Santo Antônio representa a intimidade do santo com Jesus. O cordão faz parte do hábito franciscano, é um cinto de corda que contém três nós. Estes nós simbolizam os votos de obediência, pobreza e castidade, que todo religioso franciscano professa quando faz os votos perpétuos. O cabelo raspado no centro da cabeça se chama tonsura e representa o voto de castidade [Sheila, 10 jun. 2014].

O item 29 é designado aos dados históricos da época e datação da obra quando possuir.

As referências bibliográficas utilizadas para elaboração do IPAC/MG aparecem no campo 3; as informações complementares quando existirem, aparecem no item 31 e a ficha técnica da conservadora-restaurada no tópico 32, encerrando assim a ficha do inventário.

Foram totalizados 124 bens patrimoniais inventariados nas duas igrejas e nas três praças, dentre eles: 92 imaginárias, seis hermas, quatro crucifixos, três pinturas de cavalete, dois monumentos, dois ostensórios, dois candelabros, dois jubileus, um conjunto de cinco castiçais, um banco de madeira, um turibulo, uma lamparina, um estandarte, um órgão, uma ambula, uma patena, um carrilhão, um retábulo-mor, e um obelisco.

Dentre as imaginárias algumas se destacam seja pela estética, por valores agregados a obra pelos fiéis e/ou sua história. Um exemplo é a imagem de Santo Antônio (figura 2), doada por Mariza Bueno em nome da família de Carlos Frederico Hermeto Bueno, em 2010. Esta imagem é esculpida em madeira e policromada, com olhos de vidro, nas dimensões 56,2 cm de altura x 24,0 cm de largura x 19,1 cm de profundidade. Encontra-se no retábulo do altar lateral, lado evangelho, nave-mor, na Igreja do Rosário.

Figura 2: Imagem de Santo Antônio da Igreja do Rosário [Arquivo pessoal da autora, 2018].

Outra escultura de destaque, é a imagem de Sant'Ana (figura 3) esculpida em madeira, com douramento e policromia. Seu detalhamento escultórico e requinte na policromia e douramento despertam a curiosidade sobre sua autoria, que até então é desconhecida. No estofamento da indumentária da imagem encontram-se técnicas de pintura a pincel[29] (figura 4), punções[30] (figura 5) e esgrafito[31] (figura 6). A escultura possui degradações como sujidades superficiais, rachaduras no suporte, oxidação da folha de ouro, e perda de suporte e de camada pictórica. Não é mais utilizada como escultura devocional, e encontra-se em um local seguro de guarda[32].

[29] "É executada com pincel fino sobre partes coloridas do esgrafito, para destacar motivos fitomorfos, em representação de flores, ramos e folhas; ou para a representação completa desses elementos, com pincéis de espessura variada" [Coelho, & Quites, 2014: 88].

[30] "São feitas após a aplicação do douramento, com peças de metal com pontas e tamanhos variados, como círculos, esferas, estrelas, triângulos, etc. Sua distribuição varia muito e parece, às vezes, preenchendo todo um espaço, formando texturas para distinguir das áreas de dourado liso e rugoso, foscas e brilhantes, outras vezes, contornando folhas e pétalas de flores ou, ainda, formando ziguezagues em barras de túnicas e mantos" [Coelho, & Quites, 2014: 85].

[31] "Depois de aplicada e brunida a folha de ouro, a superfície é pintada (em geral com têmpera), e, quando está em fase de secagem, removem-se partes da camada colorida com ferramenta de ponta fina, deixando aparecer o douramento ou prateamento, formando-se então os desenhos desejados" [Coelho, & Quites, 2014: 86].

[32] Nota do editor: Em abril de 2020, foram homologados os tombamentos da "Imagem de Sant'Ana Mestra da antiga matriz de Lavras" e "Retábulo-mor da Igreja Matriz de Sant'Ana", os quais em muito só foram possíveis devido ao valoroso estudo destes bens que realizamos junto à autora.

Figura 3: Imagem de Sant'Ana [Arquivo pessoal da autora, 2018].

Figura 4: Técnica de pintura à pincel sobre o douramento na imagem de Sant'Ana [Arquivo pessoal da autora, 2019].

Figura 5: Técnica de punção no douramento na imagem de Sant'Ana [Arquivo pessoal da autora, 2019].

Figura 6: Técnica do esgrafito na imagem de Sant'Ana [Arquivo pessoal da autora, 2019].

O retábulo-mor da Igreja de Sant'Ana (figura 7) foi encomendado pela paróquia à companhia italiana Ferdinand Stuflesser 1875. Possui uma base retangular com baixos e altos relevos e pintura dourada em alguns pontos. Uma inscrição em Latim, *Adoremus te Christe et benedicimus te*[33], encontra-se no início do corpo do retábulo, de baixo para cima. Em seguida, no centro do corpo

[33] Português: "Nós Vos adoramos e Vos bendizemos, Cristo". Trata-se da frase inicial da Primeira Estação da Via Sacra.

do retábulo, há o sacrário, todo em pintura dourada com uma cruz ao centro. O camarim do retábulo em arco pleno possui a imagem de Sant'Ana, e os nichos laterais possuem, da direita para esquerda, um Anjo da Guarda, São Joaquim, São José e outro Anjo da Guarda, sendo os nichos dos Anjos da Guarda em arco pleno e os Santos em arco trilobulado. O coroamento possui um pináculo ao centro, encimado por uma cruz, em cima da imagem principal. Em cima de São Joaquim e São José, há um pináculo, e em cima dos Anjos das Guarda existem representações de torres sineiras.

Fazendo um panorama geral do estado de conservação das imaginárias, grande parte possui estado de conservação bom, com uma camada de sujidades, algumas perdas de suporte e de camada pictórica.

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor, a fim de auxiliar na proteção e promoção do patrimônio cultural. Assim, este trabalho possibilita de forma organizada, que conheçamos a riqueza cultural do município de Lavras, além de ser uma fonte para pesquisa futuras sobre o método do inventário e do patrimônio lavrense.

Figura 7: Retábulo-mor da Igreja Matriz de Sant'Ana [Arquivo pessoal da autora, 2018].

Referências

Barboza, G. (2013). *Estudo dos exames realizados nas pinturas do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Pelotas.

Bo, J. B. L. (2013). *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: UNESCO.

Brasil. (1988). Artigo 216. In *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acessado em 17 nov. 2019.

Campos, Y. D. S. (2013). O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. *Competência: Revista CPC*, *16*, 119-135.

Coelho, B., & Quites, M. R. E. (2014). *Estudo da escultura devocional em madeira*. Belo Horizonte: Fino Traço.

IEPHA/MG. (2009). *Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais – IPAC/MG*. Belo Horizonte: IEPHA/MG. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#como-funciona. Acessado em: 17 nov. 2019.

Michaelis. (1998). Patrimônio In *Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patrim%C3%B4nio. Acessado em 17 nov. 2019.

Minas Gerais. (2015). *Projeto de lei n. 2614/2015*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2015&n=2614&t=PL. Acessado em: 29 nov. 2019.

Németh-Torres, G. (2012). *De Parnaíba às Lavras do Funil: subsídios para a história das origens de Lavras, 1712-1729*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 3).

Sheila. (10 jun. 2014). O simbolismo e significado da imagem de Santo Antônio. *Semeando Catequese*. Disponível em: https://semeandocatequese.wordpress.com/2014/06/10/o-simbolismo-e-significado-da-imagem-de-santoantonio. Acessado em 12 set. 2018.

4 Os desafios da restauração da pintura de cavalete intitulada "*Verônica*" pertencente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Lavras, Minas Gerais

Fernanda Carolina Silva Moura[34], & Thaís Cristina Coelho Carvalho Caixeta[35]

Resumo:

O presente artigo aborda as etapas empregadas na restauração da pintura de cavalete, intitulada "*Verônica*" pertencente ao acervo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na cidade de Lavras (MG). Ressaltamos que essa pintura do Século XVIII, com possível autoria de Joaquim José da Natividade apresentava diversos desafios para sua restauração como um reentelamento antigo inadequado, a remoção do verniz oxidado e principalmente os problemas gravíssimos em sua camada pictórica com cerca de 40% de perda. Para este trabalho complexo necessitamos dos respaldos das análises teóricas como: históricas, iconográficas, estilística/formal. Também exames especiais de luzes, laboratoriais e restauro digital.

Palavras-chave: Restauração – Verônica – Análises teóricas – Exames de luzes – Restauro digital.

[34] Conservadora-Restauradora formada pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2016. Já trabalhou em pinturas parietais e na restauração de elementos artísticos nas igrejas de Nossa Senhora de Nazaré (Cachoeira do Campo, MG) e na Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Congonhas, MG). Trabalhou no Presépio do Pipiripau como auxiliar de restauração.

[35] Restauradora e Artista plástica formada pela UFMG, trabalhou em diversos projetos para instituições públicas, privadas, galerias de Arte e antiquários como: a Biblioteca e Arquivo Público de BH, Cecor/UFMG (Liderou o restauro do Pipiripau e restaurou cinco esculturas do Mestre Piranga), Museu de Artes e Ofícios, Inhotim; Galerias Carminha Macedo, Celma Albuquerque e Rugendas.

A restauração da pintura intitulada "*Verônica*", óleo sobre tela, 120 x 90, 1 cm, datada do Século XVIII, com possível autoria de José Joaquim da Natividade pertencente ao acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na cidade de Lavras, Minas Gerais, foi bastante complexa devido ao seu grave estado de conservação necessitando de diversas pesquisas teóricas e análises. Além disso, é um interessante caso, do ponto de vista histórico.

Figuras 1 e 2: Frente e verso da pintura "*Verônica*" antes da restauração [Cláudio Nadalin, set. 2017].

Somente em 2009, o IPHAN foi notificado, pelo Conselho do Patrimônio Cultural de Lavras, sobre o desaparecimento de um quadro – um óleo sobre tela, intitulado "*Verônica*".

Após o ocorrido, por ação decisiva do Ministério Público Estadual, do IPHAN e da Prefeitura de Lavras houve a viabilização da devolução do quadro, que até a data, se encontrava na reserva técnica do MASP que a salvaguardou desde a sua doação pelo músico William Daghlian.

Segundo reportagens, o homem levou a obra para São Paulo após encontrá-la na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, enquanto esta passava por uma reforma.

Assim, em 2015, o IPHAN, buscou a obra no MASP e a trouxe para sua sede, em Belo Horizonte (MG) até que se realizasse o processo de licitação para a restauração desse bem, tendo em vista, o seu péssimo estado de conservação.

Ressaltamos que o trabalho do restauro foi contratado pela Prefeitura Municipal de Lavras com recursos do ICMS Cultural e permaneceu de 17 de janeiro de 2017 até outubro do mesmo ano sob a responsabilidade da Empresa Blanche Thaís Porto de Matos – ME, estabelecida em Belo Horizonte (MG) e sob os cuidados da restauradora Thaís Carvalho, a responsável pela proposta de tratamento e por todas as intervenções realizadas.

Foi estabelecido que depois de restaurada a pintura seria devolvida ao IPHAN/MG, instituição encarregada de reinseri-la ao seu local de origem. Porém, segundo informações recentes, até novembro de 2019 a obra ainda permanece em Belo Horizonte, pois o retábulo ao qual a pintura pertence também necessita de restauro.

Metodologia do trabalho

Para melhor compreensão da pintura e respaldo para os procedimentos de restauração foi desenvolvida uma metodologia alicerçada nas pesquisas históricas, formais/estilísticas, iconográficas, nos exames de luzes especiais (luz rasante, reversa, Ultravioleta), laboratoriais, análises organolépticas e discussão do referencial teórico-metodológico do campo da Conservação-Restauração.

Em seguida, a proposta de tratamento previamente aprovada pelo IPHAN durante o processo de licitação, foi revisada após os dados obtidos nas análises supracitadas e dividida em duas grandes etapas: tratamento estrutural e tratamento estético da pintura, a fim de facilitar a execução do trabalho. A seguir, detalharemos esses processos.

Análises teóricas

As análises teóricas foram essenciais para o conhecimento do que aconteceu ao longo dos anos com a pintura, seus possíveis danos, a maneira como foi acondicionada, sua datação, possível autoria, representação iconográfica e como a obra é reconhecida em sua comunidade.

Assim, por meio do comparativo entre várias imagens da Santa Verônica e os seus atributos verificamos que os elementos encontrados na pintura estudada são diferentes daqueles esperados. Essa análise comparativa dos atributos, por meio de imagens, é conhecida como iconográfica e foi baseada no método do historiador da Arte, Erwin Panofisky.

Especificamente, segundo a tradição católica, Verônica, comovida com a cena de Jesus carregando a cruz, ofereceu seu próprio véu para que Ele enxugasse seu rosto. Após esse gesto, milagrosamente a face do Cristo ficou estampada no tecido que ficou conhecido como "véu da Verônica" ou "Santa Face".

Portanto, para que a representação da Verônica seja reconhecida como tal, devemos observar a presença de uma mulher que pode estar em pé, sentada ou ajoelha segurando um pano estampando a face de Jesus Cristo e um véu sobre a sua cabeça.

Conforme podemos perceber, a personagem da pintura estudada é representada com um par de asas, sendo que esse não é um atributo de Verônica, mas sim, de anjos. Além disso, Verônica deveria apresentar um véu em sua cabeça.

Assim, levantamos a hipótese de que essa retratação seja de um anjo com uma das "armas de Cristo ou instrumentos da paixão", que são objetos associados ao seu sofrimento no Calvário.

Há uma diversidade de combinações para tais instrumentos, mas existe um grupo intitulado "instrumentos maiores" que são: a cruz, a coroa de espinhos, a coluna, o chicote, a santa esponja, a santa lança, os pregos e o véu da Verônica, como representados na figura 3.

Figura 3: Ponte Sant'Angelo, Itália [Wikipédia, disponível em setembro de 2017].

Concluímos, após relacionarmos todas essas referências iconográficas que a tela em questão se trata de um anjo com um dos instrumentos da Paixão de Cristo. Porém, como a obra recebe a denominação de Verônica há muitos anos, dificilmente a comunidade deixará de reconhecê-la como tal.

Sob o aspecto da autoria, observamos que não há assinatura nessa obra. Contudo, a partir dos dados informados pelo próprio IPHAN/MG, existem apontamentos que indicam o pintor Joaquim José da Natividade como o autor da "*Verônica*". Segundo Santos Filho [2012-2013], Joaquim José da Natividade foi mestre pintor durante o período Rococó em Minas Gerais. Apesar de existirem poucos registros sobre sua vida, sabe-se que ele nasceu em Sabará, por volta de 1771, e posteriormente trabalhou na região de Congonhas do Campo, no Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, por volta de 1790 em seguida, mudou-se para a região da vila de São João del-Rei. Dessa forma, como esse não foi o foco desse trabalho, pesquisas mais aprofundadas sobre esse assunto serão necessárias.

Já a datação da pintura, teve como base o estudo estilístico/formal, em que elementos específicos como: dobras das vestes, movimentação dos tecidos, gestual, semblantes são analisados, pois, ao longo da história da Arte esses detalhes são recorrentes e demarcadores de um período. Assim, na pintura "*Verônica*" observaram elementos comuns da terceira fase do Barroco, final do Século XVIII, identificado com Rococó. No caso, o semblante sereno da figura principal, os tecidos menos esvoaçantes, cores suaves, poucos adornos e menor dramaticidade nas luzes e sombras são característica da produção artística dessa época.

Análises de laboratório

As análises de laboratório auxiliaram na confirmação da datação da obra, identificação dos materiais originais e das intervenções anteriores. Além de dar suporte principalmente na escolha dos solventes para a remoção do reentelamento antigo e remoção do verniz original.

Por meio da remoção de microamostras e testes de solvência com swabs, realizados no Lacicor/UFMG foi identificado o pigmento Azul da Prússia, que comprovou a datação da pintura. Tendo em vista que esse pigmento é comum no Século XVIII. Além disso, foi identificado o adesivo proteico do reentelamento antigo, a base de preparação com carbonato de cálcio de coloração cinza azulada, a presença de pontos de cera na camada pictórica e a solvência do verniz original em solvente orgânico, P-Xileno.

Exames de luzes especiais

Os exames de luzes especiais complementaram as análises referentes ao estado de conservação da obra e também teve como função registrar o antes e depois das intervenções propostas nesse trabalho. Os registros foram realizados no estúdio do ILAB-UFMG, com luz visível, luz rasante, reversa e luz ultravioleta conforme as figuras 4 a 10.

Figuras 4 a 6: Exame de luz visível realizado no ILAB. Fig. 4: Fotografia de luz visível com cartela de cor. Fig. 5: Fotografia de luz visível da frente da obra. Fig. 6: Fotografia de luz visível do verso da obra [Cláudio Nadalin, set. 2017].

Figuras 7 e 8: Exame de luz rasante. Fig. 7: Exame de luz rasante com a obra na posição normal da obra. Fig. 8: Exame de luz rasante com a obra de cabeça para baixo [Cláudio Nadalin, set. 2017].

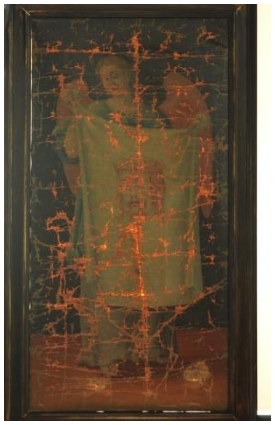


Figura 9: Exame de radiação ultravioleta [Cláudio Nadalin, set. 2017].
Figura 10: Exame de luz reversa [Cláudio Nadalin, set. 2017].

Técnica Construtiva e Estado de Conservação

Para os estudos sobre a técnica construtiva da obra utilizamos as informações obtidas nos exames de luzes, laboratoriais, nos laudos oriundos do IPHAN/MG e MASP. Além, dos dados observados pela restauradora, Thaís Carvalho, nas análises organolépticas.

Assim verificamos que a pintura apresenta uma excelente fatura, formada por camadas finas e lisas da tinta a óleo, base de preparação com carbonato de cálcio, cinza azulada, aplicada sobre tecido de origem orgânica, possivelmente, linho, organizado em trama fechada, tipo tafetá. Acreditamos que exista também uma encolagem de origem orgânica seguindo o padrão tradicional dos extratos de uma pintura.

O chassi é de madeira, com travessões irregulares que nos pareceu não ser original. A obra também possui moldura em madeira, com frisos dourados.

Passando para a análise do estado de conservação da obra, ressaltamos que esse se apresentava crítico. Observamos na camada pictórica, sujidades, desprendimentos generalizados, craquelês de tensão, craquelês de idade devido ao envelhecimento natural da tinta a óleo, perdas superficiais e de profundidade em cerca de 40%. Que por fortúnio, não atingiu as áreas de grande interesse, como a face da figura principal e do Cristo.

O verniz sobre a camada pictórica era fino, irregular e bastante oxidado o que prejudicava bastante a leitura estética da pintura. Devido sua idade, coloração e solubilidade em solvente orgânico, acreditamos que este filme, é composto pela resina de damar.

Além disso, o reentelamento antigo, encontrado no verso da pintura, é inadequado, e foi feito com um tecido espesso aderido com cola proteica que provocou a impregnação e oxidação do verso da obra, tornando-o escuro. Também encontramos nessa região, alguns pontos com cera, principalmente na parte superior da obra.

Essa intervenção contribuiu para que houvesse ainda mais tensão no tecido original da tela e por isso, surgiram ainda mais craquelês e perdas na camada pictórica. No verso do tecido do reentelamento antigo também encontramos uma camada de tinta na cor branca. Felizmente, essa se restringiu apenas ao verso do reentelamento, não migrando para a pintura.

Na região central da obra, observamos um rasgo de grandes dimensões em formato de "u" com 17,0 x 10 cm, rasgos menores e fibras esgarçadas. Ainda no suporte, identificamos também perdas em formato de orifícios, ondulações, deformações e bordas mutiladas.

O chassi de madeira de baixa qualidade, sem cunhas, trava central e chanfro provavelmente foi aproveitado de outra obra e por sorte, não identificamos o ataque de insetos xilófagos.

A moldura, apesar de estar em bom estado de conservação exibia sujidades, algumas abrasões nas arestas e a aplicação de tiras de feltro da região do encaixe interno da pintura.

Restauração digital

Figuras 11 e 12: Processo da restauração digital. Fig. 11: Antes da restauração digital. Fig. 12: Processo da restauração digital [Miguel Aun e Thaís Carvalho, 2017].

Finalmente, após realizar as análises da técnica construtiva e do estado de conservação fizemos uma restauração digital, conforme as figuras 11 e 12, utilizando uma fotografia de alta resolução da "*Verônica*" e o programa de edição de imagens Adobe Photoshop, a fim de facilitar o processo de reintegração cromática e também auxiliar na visualização da obra depois da reintegração cromática.

Referencial teórico-metodológico

Os métodos estabelecidos para a restauração da pintura "*Verônica*" se basearam no referencial teórico-metodológico do campo da Restauração, tendo como pilares para o trabalho em questão, Césare Brandi e Ana Bailão.

Esses critérios pautaram pela estabilidade, retratabilidade e respeito ao original. Os pontos discutidos permearam as substituições de chassi, remoção do reentelamento antigo, a realização de novo reentelamento, remoção de verniz e a reintegração cromática.

Logo, um dos maiores problemas que identificamos nesse processo, estão associados à leitura estética da obra, tendo em vista que as lacunas na camada pictórica atingiram cerca de 40%.

Essas perdas, como Brandi diz, adquiriram o valor de figura, sendo elas (...) uma interrupção formal indevida e por isso, a leitura da pintura se encontrava interrompida.

Esse percentual enorme de lacunas nos colocou no limite entre o restauro e a falsificação. Dessa forma, recorremos, ao artigo da restauradora Ana Bailão, que discute sobre questões polêmicas relacionadas à reintegração. Assim,

> "Por exemplo, uma pintura com mais de 50% de lacunas só poderá ser reintegrada com uma técnica diferenciada, pois, de outra forma correr-se-ia o risco de criar um falso; porém, se mais de metade de uma pintura é reintegrada de modo discernível, pode ocorrer descaracterização da imagem da obra" [Bailão, 2011: 45-63].

Portanto, para que não caíssemos numa condição de falsear a obra, verificamos nessa citação, a possibilidade de se reintegrar um percentual alto de lacunas de acordo com a necessidade da obra, utilizando as técnicas e os materiais diferenciados.

Assim, apesar de existir uma condição extrema das perdas da camada pictórica, as mesmas, não ocorreram de forma intensa nas regiões de alto

interesse visual, como os rostos e mãos. Entretanto, qual a melhor técnica para essa intervenção? Retomando a citação contida no artigo da Ana Bailão, percebemos que deveríamos realizar uma reintegração de acordo com as características da pintura em questão.

> "Trata-se de um problema cuja solução depende do tipo de obra, do protagonismo que as perdas de matéria pictórica assumem em relação à imagem e da discussão entre os prós e contras da intervenção entre o conservador-restaurador e o proprietário" [*idem*].

Dessa maneira, a opção pela reintegração ilusionista deveu-se a necessidade de uma camada de cor homogênea e lisa, já que a original apresentava estas características. Além disso, seguimos as seguintes recomendações:

> "Dada a importância que esta informação pode assumir, é possível atualmente recorrer ao uso de novas tecnologias de análise de imagem para quantificar as áreas de lacuna na fase de planejamento ou projeto da reintegração, bem como a simulações virtuais das possibilidades de tratamento" [*idem*].

Assim, cercamos toda a problemática referente à reintegração, propondo um estudo digital, registros fotográficos, exames de luzes especiais que ajudaram a identificar os locais de reintegração e a escolha pela técnica mimética, para melhor fruição da obra.

Outro fator importante discutido foi à remoção do verniz. Uma vez que a remoção deste, revelaria as cores escondidas debaixo da camada oxidada e com sujidades. Porque, "A deterioração é mais pronunciada na interface – pintura/policromia, pois a luz é mais absorvida nesta interface e a concentração de gases e umidade é maior. Há também a deposição de sujidades nesta interface" [Figueiredo Júnior, 2012: 94].

Entretanto, a "Limpeza de pinturas e esculturas jamais deverá alcançar o estrato da cor, respeitados a pátina e eventuais vernizes antigos" [Carta de Restauro de 1972]. Por isso, estivemos atentos à manutenção das manchas mais profundas que exigiam a utilização de métodos mais invasivos para sua remoção, mantendo assim, a pátina do tempo.

Por sua vez, a proposta para a eliminação do reentelamento antigo também foi refletida, por ser uma intervenção de grande impacto. Assim como, a aplicação de um novo reentelamento. Por isso, recorremos a orientação de Brandi:

> "Se a adição deturpa, desnatura, ofusca, subtrai parcialmente à vista a obra de arte, essa adição deve ser removida e se deverá ter o cuidado apenas, e se

possível, com a conservação à parte, com a documentação e com a recordação da passagem histórica que, desse modo, é removida e cancelado do corpo vivo da obra" [Brandi, 2004: 84].

A remoção do reentelamento anterior se fez necessária, por este ser de baixa qualidade e ter provocado danos estruturais na pintura, assim como na camada pictórica. Dessa forma, a colocação de novo reentelamento a frio na mesa de sucção, tornou-se um procedimento essencial, uma vez que o suporte da obra se apresentava muito frágil e com um rasgo de grandes dimensões na região central.

A substituição do chassi, da mesma forma que o reentelamento antigo, decorreu da sua péssima qualidade e também por não cumprir sua função estrutural.

Finalmente, por termos a consciência da limitação dos procedimentos atuais, levamos a sério a questão da retratabilidade com o intuito de se deixar sempre aberta a possibilidade de remoção de todas as intervenções realizadas nesse trabalho, se futuramente houver procedimentos melhores e critérios mais adequados.

Procedimentos e técnicas

A execução do restauro foi iniciada a partir do tratamento estrutural pela restauradora, Thaís Carvalho com a desmontagem da moldura da pintura, desparafusamento das travas contidas na parte posterior e remoção das tachas que fixavam o tecido da pintura ao chassi.

Como previsto, a tela foi higienizada com trincha macia, recebeu uma refixação emergencial da camada pictórica com Mowiol, álcool polivinílico a 3% em água deionizada, e após secagem total, colocada entre mata-borrões, entretela e pesos para o início da sua planificação, permanecendo por cerca de três dias nesse processo a seco. Depois, foram aplicados mata-borrões levemente umedecidos com água deionizada aspergida para potencializar a processo.

Removemos o reentelamento antigo com a utilização de espátulas e a aplicação de swabs com água deionizada para a solubilização da cola proteica identificada pelos exames de laboratório.

Houve a limpeza do verso da tela com swabs embebidos em água deionizada para remover o excesso da cola e preparar o suporte para receber o

reentelamento novo. Ao retirarmos o reentelamento antigo observamos imediatamente à diminuição da tensão na obra.

Também fizemos a consolidação de todos os orifícios, perdas e rasgos existentes, incluindo o rasgo central de grandes dimensões. Para essa técnica, aplicamos o método das pontes com fios e colagem fio a fio com Primal AC33 puro para os rasgos; pasta de polpa de linho umedecido em PrimalAC33 puro para os orifícios e para as perdas de suporte utilizamos pequenos recortes de linho encolado nas mesmas dimensões da região a ser completada.

Posteriormente, preparamos o linho para os enxertos de borda e para o reentelamento. Para isso, lavamos e passamos esse material. Nas bordas mutiladas, utilizamos a medida de dois centímetros de tecido de linho encolado para padronizar todas as laterais.

Ainda como parte do tratamento estrutural, encomendamos um bastidor provisório em Pinus, para o estiramento do linho do novo reentelamento. Que posteriormente foi estirado e encolado com o Primal AC33 na proporção (1:1) em água deionizada. Ademais, antes de iniciar a aderência da pintura sobre o tecido do novo reentelamento estabilizamos a camada pictórica com a aplicação da solução de PVA, Toluol e álcool na proporção (1:3:7) com o auxílio de pincéis e lupa de cabeça.

Após os testes com a proporção do adesivo selecionado, o Primal AC33, o reentelamento foi realizado na mesa de sucção. Nesse procedimento a obra permaneceu na sucção por cerca de 50 minutos. Posteriormente, foi avaliado o resultado e a pintura permaneceu em repouso para a secagem completa do adesivo por mais um dia.

O chassi definitivo confeccionado em cedro nas dimensões de 120 x 60,0 x 3,0 cm, com travas centrais e cunhas recebeu uma camada de cera microcristalina para sua selagem e acabamento final antes do reestiramento da obra e fixação com grampos galvanizados.

Após o término dos tratamentos estruturais na pintura "*Verônica*", iniciamos a etapa dos tratamentos estéticos que incluíram: a remoção do verniz oxidado, o nivelamento da obra, a reintegração pictórica e a aplicação do verniz final.

Para a remoção do verniz, realizamos alguns testes com os solventes da lista da Masschelein Kleiner e verificamos que o solvente mais adequado para esse procedimento seria o p-xileno, popularmente conhecido como Xilol. A opção por este produto também se deu por orientação do professor da UFMG, Luiz Cruz Souza, que também testou o Xilol durante os exames laboratoriais no Lacicor/UFMG/Cecor. Verificamos sua fácil remoção com a utilização de swabs

em quase todas as áreas. Apenas na região do tecido com o rosto de Cristo, observamos maior resistência e a permanência de algumas manchas. Assim, com a finalidade de se manter a pátina do tempo e as características históricas da obra, optamos por não insistir na limpeza dessas áreas. Em casos, pontuais fizemos a apresentação estética e a harmonização dessas manchas.

Seguidamente, efetuamos o nivelamento da camada pictórica, sendo o objetivo dessa fase é deixar as áreas com as perdas da tinta original no mesmo nível do restante da obra. Para esse procedimento utilizamos uma massa à base de carbonato de cálcio, PVA – Acetato de Polivinila e metilcelulose a 4% em água deionizada na proporção (1: 2: 3). As áreas de perda receberam essa massa com o auxílio de um pincel e depois os excessos foram removidos com swab umedecido, lixas d'água e bisturi.

Somente após o nivelamento houve a aplicação de uma interface com o verniz acrílico Paraloid B72 a 3% para dar início à reintegração cromática com a aplicação da técnica ilusionista em camadas.

Conforme já exposto, recorremos ao estudo digital, que nos ajudou a avaliar como as lacunas teriam sua continuidade e também visualizar o possível resultado do procedimento

Ademais, também testamos tipos diferentes de tintas para a reintegração como aquarela Winsor & Newton® e o guache Talens® com o intuito de trabalharmos com uma técnica atóxica, mas, os resultados não foram satisfatórios e por isso, optamos pela utilização da tinta Maimere Restorer®, que é um produto específico para restauração composto por pigmentos de alta qualidade e resina. Entretanto, sua diluição é feita com solventes orgânicos.

Desse modo, procedemos a reintegração com a aplicação da primeira da tinta Maimere® diluída em aguarrás pura, assim conseguimos um efeito fosco. Esse recurso contribuiu para mantermos o equilíbrio do brilho da obra.

Já na segunda camada, diluímos a Maimere® em xilol e álcool P.A 95% e seu resultado também foi mais opaco. Ressaltamos que para a reintegração da "*Verônica*" três estudantes do curso superior em Conservação-Restauração da UFMG, Adriano Bueno, Roseli Cota e Carolina Moura, nos auxiliaram.

Por fim, para a finalização da reintegração, aplicamos a tinta Maimere® dissolvida em verniz Paraloid a 10% em Xilol para se atingir o brilho semelhante ao da pintura e também saturar as cores.

Assim, para saturar de forma geral as cores da pintura e promover uma camada de proteção final, aplicamos por aspersão, o verniz Paraloid B72 a 5%.

Ao concluir as intervenções estruturais e estéticas na tela, focamos no tratamento da moldura que foi higienizada com trincha e swabs com aguarrás

mineral pura para a remoção de sujidades. Removemos mecanicamente o feltro colado no friso interno, reintegramos as áreas de desgastes nas bordas com a aquarela Windsor & Newton e aplicamos a cera microcristalina diluída com aguarrás mineral para o acabamento e proteção da madeira.

Na montagem final, posicionamos a pintura dentro do encaixe interno da moldura e a realizamos a sua fixação por meio das estruturas metálicas em cobre e latão originais. Essas tiras metálicas foram higienizadas, planificadas e em seguida parafusadas.

Assim, conforme as figuras 13 a 16, podemos verificar o resultado da restauração da pintura intitulada "Verônica" comparando as fotos do antes e depois das intervenções.

Figuras 13 e 14: Comparativo entre o antes e depois da restauração – frente da pintura "*Verônica*". Fig. 13: Antes da restauração. Fig. 14: Depois da restauração [Cláudio Nadalin, 2017].

Figuras 15 e 16: Comparativo entre o antes e depois da restauração – verso da pintura "*Verônica*". Fig. 15: Antes da restauração. Fig. 16: Depois da restauração [Cláudio Nadalin, 2017].

Considerações finais

Finalmente após um trabalho de restauração complexo e meticuloso observamos a devolução da leitura estética da pintura "*Verônica*". Foram várias as etapas para a sua compreensão como obra e também um desafio durante sua reintegração.

Concluímos que obtivemos um resultado satisfatório em todo o processo. Com o novo reentelamento a obra foi estabilizada e seus problemas de abaulamentos e fragilidade melhorados. As bordas mutiladas foram totalmente reestabelecidas e ficaram com um bom acabamento. Também o problema do rasgo que existia na região central da pintura foi sanado.

Consideramos satisfatória e delicada a remoção de verniz antigo, sendo que as cores da obra foram ressaltadas, obtendo a valorização das áreas como da carnação da figura e das vestes.

O nivelamento e a reintegração de cerca de 40% de uma obra foi sem dúvida desafiadores, mas se tornou uma grande experiência, principalmente por ter sido um tratamento utilizando um recurso digital, que não é muito recorrente nos ateliês.

Ressaltamos que os estudos teóricos, exames de luzes e de laboratório foram de extrema importância para o respaldo da proposta de tratamento e segurança para o restaurador e também para a obra durante as intervenções.

Finalmente, esperamos que a pintura "*Verônica*" possa ser fruída em sua totalidade e beleza. Além de ser devolvida ao seu local de origem na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras assim que esta estiver em condições de segurança e de conservação. Agradecemos a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização desse trabalho.

Referências

Azevedo, M. C. N., & Fernandes, E. B. B. (2014). *Arte sacra e distinção social: Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bailão, A. (2011). As Técnicas de Reintegração Cromática na Pintura: Revisão Historiográfica. *GE Conservation*, 2, 45-63.

Brandi, C. (2004). *Teoria da Restauração*. Cotia (SP): Ateliê.

Dufaur, L. E. (abr. 2013). O Véu da Verônica: Onde está, características surpreendentes. *Ciência confirma a Igreja*. Disponível em: http://cienciaconfirmaigreja.blogspot.com.br/2013/04/o-veu-da-veronica-1-onde-esta-e.html.

Figueiredo Júnior, J. C. D'A. (2012). *Química aplicada à conservação e restauração de bens culturais: uma introdução*. Belo Horizonte: São Jerônimo.

Mayer, R., & Sheehan, S. (1999). *Manual do artista de técnicas e materiais*. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Panofsky, E. (1976). *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva.

Santos Filho, O. R. (2012-2013). Joaquim José da Natividade: Mestre Pintor do Período do Rococó Mineiro. *Revista Barroco*, *20*, 243-256.

Sgarbossa, M., & Giovannini, L. (14 jan. 2019). Santa Verônica de Binasco – religiosa. In *Um santo para cada dia*. Disponível em: www.paulus.com.br/portal/santo/santa-veronica-de-binasco-religiosa.

Solimeo, P. M. (jul. 2012). Santa Verônica Giuliani. *Catolicismo*, *739*. Disponível em: http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=CD776A2D-9EC1-6D5C-7DEC0A84A18710FA&mes=Julho2012.

Wikipédia. (14 mar. 2017). Verônica de Jerusalém. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ver%C3%B4nica_de_Jerusal%C3%A9m.

5 Praça Dona Josefina de Lavras: Um presente para os lavrenses

M.ª Iracema Clara Alves Luz[36], &
Prof.ª Dr.ª Patrícia Duarte de Oliveira Paiva (UFLA)[37]

Resumo:

Jardins estão sujeitos a vicissitudes do tempo, ocasionando alterações em suas características originais. Por isso, entender a evolução de um jardim é conhecer sobre a sua transformação e história. Assim, objetivou-se analisar as modificações realizadas na Praça Dona Josefina, além de sua situação atual. Constatou-se que a praça foi construída por um particular, para ser usada pela população. Em seus primórdios constituía-se em um jardim simples. Ao longo de sua existência, o espaço passou por mudanças na densidade e composição vegetativa que influenciaram seu aspecto e uso. Apesar das transformações ocorridas, que a modificaram em termos de composição vegetativa, associadas a atual falta de manutenção, a praça ainda possui a função objetivada pela sua criação, que é aformosar a cidade.

Palavras-chave: Paisagismo – Áreas verdes – Espaços públicos – Jardim histórico.

[36] Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (2012), Mestre em Agronomia/Fitotecnia (2015) e com doutorado em andamento pela mesma instituição, na área de Paisagismo e Floricultura, trabalhando principalmente com pesquisas na área de paisagismo, onde o foco são os jardins históricos e áreas verdes urbanas. Além disso, atua profissionalmente na elaboração e execução de projetos paisagísticos em Lavras e região.

[37] Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras (1992), com mestrado (1994) e doutorado em Agronomia/Fitotecnia (1998) pela mesma instituição. Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de Lavras, onde atua desde 1997. Também é membro da Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais (SBFPO), da diretoria (representante da América do Sul) da *International Society for Horticultural Science* (ISHS) e editora-associada do periódico *Ornamental Horticulture*.

Praça Dona Josefina: Um presente para os lavrenses

Nos primórdios da cidade de Lavras, a configuração espacial da cidade era muito diferente da hoje conhecida. Se hoje a estrutura que move a economia do município encontra-se espalhada pela cidade de norte a sul, antigamente o mesmo não acontecia. O centro comercial do município localizava-se entre as ruas Francisco Sales (antiga Rua Direita), Getúlio Vargas, Sant'Ana e Barão do Rio Branco. Nessas mesmas ruas, estavam locados também o Teatro Municipal e casarões de famílias importantes do cenário lavrense.

Ali, também na Rua do Cruzeiro, hoje conhecida como Raul Soares, localizava-se o poder legislativo, executivo e judiciário, materializado pelas antigas cadeia e delegacia e a primeira sede do 8.º Batalhão de Caçadores Mineiros, hoje 8.º Batalhão de Polícia Militar. Descendo essa rua, estava o Fórum da Comarca de Lavras, que depois virou Câmara Municipal (atual Casa da Cultura) [PML, 2019]. Próximo a ela, foi criado um singelo jardim, denominado Praça Dona Josefina.

O surgimento da praça

Em 1890, próximo a Igreja das Mercês, havia um cercado (feito de bambu), em formato triangular, onde eram cultivadas hortaliças [Oliveira, 1983: 49; Libeck, 2019], existindo também uma pequena casa, onde morava dr. Joaquim Thomaz de Vilela e Castro. Naquele mesmo ano, a casa teve ainda mais dois donos, capitão Joaquim Teófilo de Moraes Salgado, fazendeiro do distrito de Conceição do Rio Grande e major Abdon Hermeto Correa da Costa [Oliveira, 1983: 49; Andrade, 2003].

Seu último dono, o major Abdon, teve então a ideia de construir uma casa ao lado daquele cercado circular [Oliveira, 1983: 49]. Assim, foi ordenado que a casa existente dentro do cercado fosse destruída e que, no lugar, fosse construída uma praça. Essa construção contou com o apoio da Câmara Municipal [Andrade, 2003].

Portanto, este é um indicio de que a praça em questão foi o primeiro jardim público construído na cidade, ainda existente nos dias atuais[38]. O ajardinamento de outras praças, como as Dr. Augusto Silva, Dr. Jorge, Monsenhor Domingos Pinheiro e Dr. José Esteves aconteceu posteriormente, a

[38] A primeira praça de Lavras foi a Praça Barão de Lavras, inaugurada em 5 jan. 1890. Contudo, a referida praça foi demolida durante a administração do prefeito Jacinto Scorza (1940-1945) para dar lugar a edificações comerciais e residenciais [Costa, 2019: 234-235].

partir do ano de 1908 [Silva, & Paiva, 2008: 26; Silva, *et al.*, 2016; Luz, & Paiva, 2017a: 21; Luz, & Paiva, 2017b: 15].

A demolição da casa e a construção de um jardim não era algo barato, sendo então desembolsado uma quantia considerável. Além disso, naquela época, Lavras era considerada a "Atenas mineira" devido ao alto nível intelectual demonstrado pela população. Talvez seja por esses motivos que todos sabiam o valor que um jardim possuía e, a construção de um jardim público na cidade foi motivo de comemoração.

Por isso, logo que a praça ficou pronta, a população local se reuniu com uma banda de música em frente ao novo jardim e à casa do major Abdon para celebrar o acontecimento, promovendo desse modo uma grande festa [Oliveira, 1983: 49]. Foi a própria população quem deu um novo nome ao local, sendo esse denominado Praça Dona Josefina [Oliveira, 1983: 49; Andrade, 2003].

Dona Josefina Alice da Costa

Josefina Alice da Costa era uma senhora que pertencia a uma família tradicional em Lavras, na qual o seu parente mais famoso, ou mais precisamente, seu irmão, era um historiador e educador de destaque em Minas Gerais, o professor Firmino Costa [Oliveira, 1983: 49].

Dona Josefina, como era chamada, era casada com major Abdon e, no momento em que a cidade de Lavras se encontrava em extremo regozijo pelo aparecimento de mais uma praça, a população resolveu então homenagear a esposa do idealizador daquele jardim [Oliveira, 1983: 49; Andrade, 2003].

Em sua união com major Abdon, dona Josefina teve apenas um filho, o professor doutor Antônio Hermeto Correa da Costa. Dona Josefina faleceu no dia 19 de julho de 1906 [Oliveira, 1983: 49], dezesseis anos depois da praça eternizada em seu nome ter sido construída.

Os primeiros registros

O primeiro registro documental que faz referência a Praça Dona Josefina é de 1901, na qual o jornal *O Republicano* cita mais quatro praças existentes na cidade: Praça Municipal, Barão de Lavras, das Mercês e Santo Antônio [Ruas, 19-20 jul. 1977].

A Praça Municipal é a hoje denominada Praça Dr. Augusto Silva; a das Mercês, também teve sua denominação trocada, tornando-se Praça Monsenhor Domingos Pinheiro. As Praças Barão de Lavras e Santo Antônio já não existem

mais. Contudo, salienta-se que apesar de serem chamadas de praças, esses espaços não possuíam jardins, havendo neles apenas alguma(s) alameda(s) com espécies arbóreas [Silva, & Paiva, 2008; Luz, & Paiva, 2017], podendo ser a Praça Dona Josefina o único espaço da cidade, àquela época, possuía um jardim público planejado.

Apesar disso, o primeiro registo fotográfico encontrado é da década de 1920 (figura 1). A partir dele, observa-se que o terreno possuía formato triangular. Na base do triângulo estava locada uma construção em estilo colonial. Nesta edificação, pertencente a Pedro Menicucci, funcionava o Colégio São Pedro [Libeck, 2019], sendo esta a principal construção inserida na Praça.

Figura 1: Primeiro registro fotográfico da Praça Dona Josefina. Data provável: Década de 1920. [Museu de Imagem e do Som de Lavras].

Como a praça surgiu em período em que o Brasil já havia se tornado República (ano de 1889 em diante), o espaço não foi criado para servir a um templo religioso, como era comum acontecer em praças criadas no período do Brasil colônia [Segawa, 1993; Caldeira, 2010]. A Igreja das Mercês, era o templo religioso mais próximo, e estava localizado em uma praça vizinha, a Praça das Mercês.

Portanto, o espaço ao redor da praça era constituído apenas por construções residenciais ou escolares, uma vez que, funcionava o Colégio São Pedro e posteriormente, na década de 1920, foi fundado perto dali o Colégio Nossa Senhora de Lourdes [Vilela, 2007: 244; Németh-Torres, 2011: 15]. Essa instituição posteriormente ergueu uma capela, que acabou se tornando uma das construções mais importantes da praça.

Naquele momento, é possível observar que a área da praça se estendia até o Colégio, possuindo uma área de aproximadamente 710 m². O canteiro era constituído apenas por grama e arbustos (figura 2). Estes últimos foram plantados nas extremidades dos canteiros, deixando a parte central livre, com predomínio de um gramado. A praça não possuía arruamento em seu interior, havendo, portanto, um único canteiro. Desse modo, seu jardim não possuía um traçado definido.

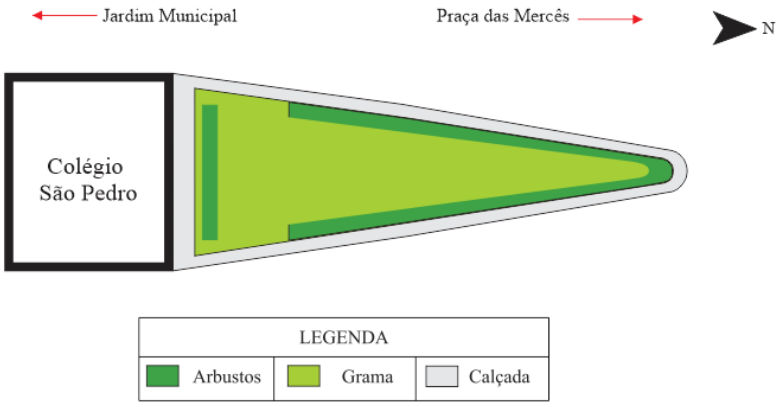


Figura 2: Planta baixa da Praça Dona Josefina em seus primórdios [Autora: Iracema C. A. Luz].

Em imagem de um momento posterior, provavelmente da década de 1930, percebe-se que a praça havia sido modificada (figura 3). Em seu interior, haviam espécies podadas com a técnica da topiaria. Isso mostra que, no que tange seu aspecto vegetativo, o jardim tendia para um estilo clássico. Nesse momento, percebe-se ainda a presença de bancos. Também se nota que o arruamento, no interior da praça, era em terra batida [Paula, & Vítor, 2019].

Figura 3: O interior da Praça Dona Josefina. Data provável: 1930 [Acervo Renato Libeck].

Um fato interessante, e referente à década de 1930 é que, na chegada do 8.º Batalhão de Caçadores Mineiros (atual 8.º Batalhão de Policia Militar de Minas Gerais), a parte da tropa que pertencia ao alto escalão do Batalhão usou as dependências desse casarão, onde funcionava o Colégio São Pedro, para se instalar provisoriamente na cidade [Libeck, 2019].

Evolução da praça

Posteriormente, já é possível observar que o limite da praça, correspondente a sua base triangular, já não se estende mais até a construção oposta (figura 4). Com a demolição, na década de 1940 (mais precisamente durante a II Guerra Mundial) do casarão em estilo colonial onde funcionava o Colégio São Pedro, uma rua entre a praça e o terreno da referida construção foi aberta, e construído ali um novo edifício com traços mais modernos e maiores dimensões, projetado pelo arquiteto Artur Castro [Paula, & Vítor, 2019]. No pavimento térreo funcionava a Agência Ford, pertencente à Francisco (Chiquinho) Botelho [Libeck, 2019], onde eram vendidos gasolina, óleo e pneus, entre outros produtos automotivos. Com o passar do tempo, a concessionária cedeu lugar para outras atividades comerciais, como Agência da Receita Federal e posto de combustíveis.

Figura 4: A praça já com um novo prédio construído no lugar do antigo Colégio São Pedro. Data provável: Década de 1940 [Museu de Imagem e do Som de Lavras].

A Praça possuía então características diferentes daquela de seu primeiro registro fotográfico. Espécies arbóreas, principalmente coníferas, foram inseridas, mas a configuração das espécies arbustivas foi mantida a mesma, sendo deixadas na extremidade do terreno, de modo a formar uma cerca viva. Contudo, novas espécies arbustivas foram plantas na parte central do canteiro.

Em fotografia tirada posteriormente, em ângulo diferente da imagem anterior, é possível observar a presença de espécie arbórea flamboyant (*Delonix regia*) em duas de suas extremidades (figura 5). Outras espécies, topiadas em formato de bola também estavam inseridas na praça.

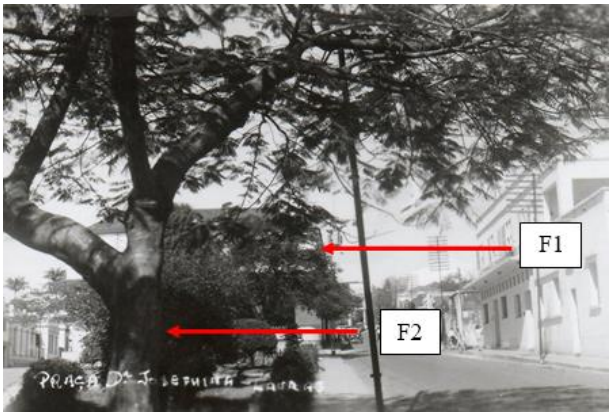


Figura 5: A praça e os flamboyants (F1 e F2). Data provável: Final da década de 1940 [Acervo Renato Libeck].

Em imagem registrada na década de 1950, nota-se também que a praça possuía uma alta quantidade de espécies, conferindo ao espaço uma alta densidade vegetativa (figura 6).

Na praça, havia um poste comercial inserido que fazia alusão ao posto de gasolina e um outro, indicando uma parada de ônibus na praça. Esse momento coincide com a construção da Capela do Colégio de Lourdes.

Figura 6: O aspecto da Praça Dona Josefina na metade do Século XX. Data provável: 1955 [Acervo Renato Libeck].

O Colégio e a Capela Nossa Senhora de Lourdes

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi criado em 11 de fevereiro de 1900 (dia de Nossa Senhora de Lourdes) [Németh-Torres, 2011: 15], a partir do envio de cinco religiosas que residiam em Caeté (MG) para Lavras, por meio de determinação do sacerdote Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro, fundador da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade [Salgado, 18 set. 1999; Vilela, 2007: 242].

O Colégio funciona até os dias de hoje, fazendo fronteira com uma das extremidades da Praça Dona Josefina. Em seus primórdios, além da escola, também funcionava o dormitório para alunas, que ficava ao lado do prédio escolar [Libeck, 2019] (figura 7). Devido a sua proximidade com a praça, grande parte do uso de seus jardins era feito pelas estudantes dessa instituição de ensino.

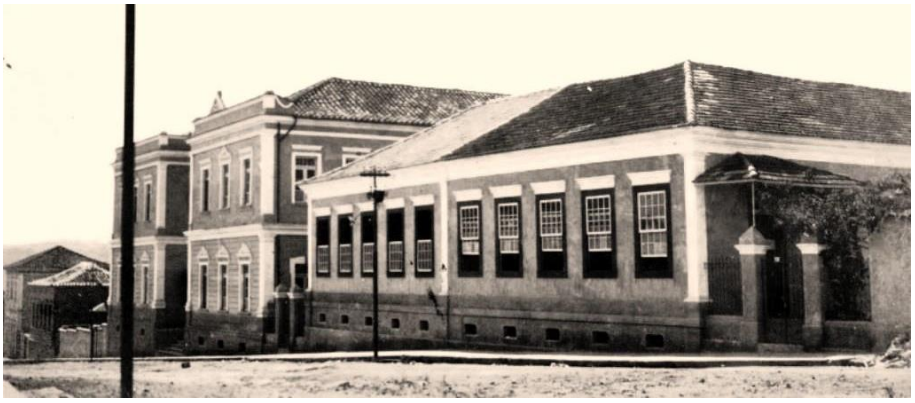


Figura 7: Prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (E) e o dormitório (D). Data desconhecida [Acervo Renato Libeck].

Logo acima do terreno onde estava o dormitório, foi construída, em 1955, a capela do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. A pedra fundamental para a construção da capela foi lançada em 1952, pelo bispo diocesano dom Inocêncio Engelke. O responsável pela elaboração do projeto e execução da obra foi o engenheiro José Alfredo Unes. A Capela ainda conserva sua arquitetura original.

Após a construção da Capela, a Praça Dona Josefina serviu de apoio para a realização de diversos eventos vinculados ao templo religioso ou a escola, como a própria inauguração da capela, casamentos e a visita da religiosa irmã Benigna à cidade.

Os anos posteriores

Na década de 1960, a praça possuía um aspecto completamente oposto do anteriormente apresentado. Seus canteiros tem as plantas de pequeno e médio porte removidos, restando apenas aquelas de grande porte. Essa característica não ficou restrita apenas a essa praça, uma vez que a Praça Monsenhor Domingos Pinheiro (antiga Praça das Mercês) [Luz, & Paiva, 2017b] e Praça Dr. Jorge passaram por essa mesma modificação em período coincidente. Na foto a seguir, observa-se a presença de três árvores, sendo a maior um flamboyant (*Delonix regia*) remanescente da década de 1940. Existia também pelo menos dois exemplares de figueira (*Ficcus sp.*). A mesma foto nos permite observar a presença de um banco confeccionado em concreto, mas com desenho do encosto semelhante a um cipó (figura 8).

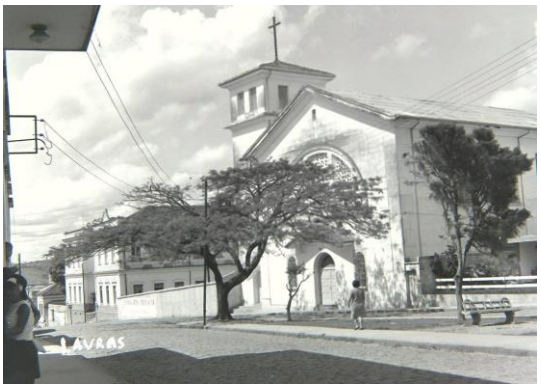


Figura 8: A Praça Dona Josefina com um novo aspecto. Data provável: Década de 1960 [Acervo Renato Libeck].

Nesse mesmo banco, as crianças costumavam brincar de “gata-parida”. A brincadeira infantil acontecia da seguinte maneira: um grupo ficava de um lado do banco empurrando um outro grupo que estava do lado contrário. Vencia a brincadeira quem fosse o último a cair. Posteriormente, durante a administração do prefeito João Modesto de Souza, correspondente aos anos de 1967-1970, a praça foi completamente cimentada, deixando-se apenas as árvores [Libeck, 2019]. No local, também foram instalados equipamentos de lazer infantil como “trepa-trepa”, gangorra, argolas, entre outros, fazendo com que a praça ganhasse aspecto de parque infantil [Libeck, 2019] (figura 9). Esse parque infantil foi posteriormente retirado, provavelmente porque tornou-se perigoso para as crianças [Paula, & Vítor, 2019].

Figura 9: O trepa-trepa da Praça Dona Josefina sendo usado pelas alunas dos Lourdes. Data provável: Final da década de 1960 [Acervo Renato Libeck].

A praça também servia, na época de festividades juninas, para a montagem de barraquinhas das alunas normalistas do Lourdes [Libeck, 2019; Rocha, & Rocha, 2019]. O objetivo da barraquinha era arrecadar fundos para a formatura das estudantes [Libeck, 2019]. Nas barraquinhas eram servidas comidas juninas típicas e feita a venda de "correio elegante" [Rocha, & Rocha, 2019].

Nessa época, correspondente à década de 1970, a praça era muito utilizada para o lazer de famílias e encontros de namorados, havendo relatos da realização de serenatas [Rocha, & Rocha, 2019].

Com o desaparecimento dos canteiros da praça devido à sua cimentação [Praça, 28 jan. 1973], logo apareceu um outro uso para o local, o de estacionamento de veículos. A maioria destes veículos ficava estacionada no local à espera de serviços ofertados pelo posto de gasolina [Querem, 5 jan. 1969; Na Praça, 26 jan. 1999]. Esse posto de gasolina foi instalado no lugar onde funcionava a Agência Ford.

Esse fato gerou divergências na opinião de moradores e usuários da praça, pois parte gostaria que o espaço permanecesse como estava, enquanto outra parte era a favor da volta dos canteiros e uso original da praça. Após reclamações feitas por meio de um veículo de comunicação impresso, o uso como estacionamento de carros não ocorreu mais [Praça, 12 jan. 1969]. A foto a seguir retrata este momento (figura 10). Percebe-se também que o flamboyant já possuía uma copa com grandes dimensões.

Figura 10: A Praça Dona Josefina sendo usada como estacionamento. Data provável: Começo da década de 1970 [Acervo Renato Libeck].

O mesmo problema foi apresentado pela Praça Monsenhor Domingos Pinheiro que, apesar de não ter tido seus canteiros cimentados, também foi, em algumas ocasiões, usada como área de manobra para caminhões [Praça, 27 mai. 1977]. Devido aos transtornos gerados pela mudança no uso da praça, um Projeto de Lei foi levado até a Câmara Municipal e um decreto foi sancionado, proibindo o estacionamento de carros em seu interior e determinando a permanência do local como praça.

Em 1973 a praça voltou então a possuir canteiros e mobiliário, a partir de uma reforma realizada pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Lavras, durante a administração do prefeito Leonardo Venerando [Praça, 28 jan. 1973; Praça, 7 jan. 1973]. Na ocasião, roseiras foram plantadas nos canteiros.

Entre o final das décadas de 1970 e início da década de 1980, a Praça Dona Josefina recebe proteção na forma de cercas em seus canteiros, intervenção essa feita em outras praças lavrenses [Silva, & Paiva, 2008; Luz, & Paiva, 2017b]. Nessa mesma época, um flamboyant plantado na praça, e que ficava próximo ao posto, foi suprimido.

Em 1984, o jornal *Tribuna de Lavras* resolve então denunciar um problema generalizado em praças da cidade: o vandalismo. O flamboyant remanescente estava sendo depredado [Árvore, 15 set. 1984]. Esse fato aconteceu logo após o envenenamento criminoso de uma figueira presente no local.

Pouco tempo depois, em 1986, a praça novamente é alvo de uma polêmica. A instalação de um trailer que vendia lanches "fast-food" em uma das extremidades do terreno incomodava moradores, seja pelo barulho feito por quem consumia os lanches, pelo aspecto grosseiro do artefato, ou pela retirada de galhos do flamboyant, que foi necessária ser feita para que o trailer coubesse no local [Desapreço, 5 jul. 1986]. Não foram encontrados registros relacionados à retirada do trailer da praça.

No final de 1989, a colunista do jornal *Tribuna de Lavras*, Dalva Amaral, relata que a praça possuía azaléias (*Rododendron simsii*) e um fícus (*Ficcus spp.*) [Amaral, 1989]. Além disso, a jornalista tece elogios referentes ao aspecto e sensação causada pela praça aos seus usuários:

> "(...) A sombra das árvores e ali o frescor das mesmas possibilita passar momentos de devaneio que são de prazer. Ficar horas esquecidas ali apreciando cada galho, a distribuição dos mesmos com as delicadas folhas e pencas fartas de cor maravilha é uma higiene mental muito agradável. Quando caem folhas, provocadas pelo vento, o chão fica todo atapetado e é bonito de se apreciar. (...)" [Amaral, 1989].

Apesar das árvores serem um dos grandes atrativos do local, elas também eram responsáveis por gerar transtornos, como o ocorrido em 1991. O crescimento incontrolado das raízes de um *fícus* estava causando rachaduras na casa de um dos moradores da praça [Árvore, 17 ago. 1991]. Vários laudos, dentre eles emitido pelo CODEMA e por professores do Departamento de Ciências Florestais da ESAL (antigo nome da Universidade Federal de Lavras), mostraram que a árvore causava, além deste, outros riscos como a queda da árvore em si [Árvore, 31 ago. 1991].

Apesar do risco apresentado, um grupo de pessoas, inconformado com o resultado do laudo que apontava a necessidade de retirada da árvore, resolveu se pronunciar contra, marcando inclusive um ato de manifestação no local [Árvore, 31 ago. 1991; Paula, & Vítor, 2019]. A manifestação, realizada no dia 1.º de setembro de 1991, foi liderada pelo professor universitário Cal Vidal [Árvore, 7 set. 1991].

O conflito gerado pela necessidade de supressão chamou a atenção até mesmo da impressa regional local, que veio à Lavras fazer uma reportagem sobre o assunto [Árvore, 7 set. 1991]. O *fícus* era chamado, nas reportagens da época, de árvore monumento.

Passados três meses após a emissão do laudo pelo CODEMA, este mesmo órgão decidiu pela supressão da árvore. Para isso, foi chamada a

CEMIG, que retirou dos galhos próximos a rede elétrica, e o Corpo de Bombeiros, que realizou do restante do serviço de retirada o tronco [Era, 5 out. 1991]. Esse trabalho contou ainda com funcionários da Prefeitura Municipal de Lavras, para remoção do piso da praça e do asfalto, possibilitando o arranque das raízes remanescentes.

Uma foto de momento posterior, provavelmente da metade da década de 1990, mostra que naquela época, a praça já possuía em seu centro os bancos coletivos, em formato oval e feitos em concreto. Esses bancos foram colocados na primeira gestão do prefeito João Batista Soares da Silva (1989-1992) [Rocha, & Rocha, 2019]. Na imagem a seguir, observa-se a presença de espécies como fórmio (*Phormium tenax*), ipê (*Handroanthus spp.*) e mussaenda rosa (*Mussaenda alicia*) (figura 11).

Figura 11: O interior da Praça Dona Josefina. Data provável: Década de 1990 [Acervo Renato Libeck].

Em imagem posterior, do final da década de 1990, a praça nota-se que na praça ainda havia azaléias (*Rhododendron simsii*) e ipês (*Handroanthus spp.*) (figura 12). Também se observa o plantio de jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e sete copas (*Terminalia catappa*). Seus bancos eram de concreto, patrocinados por empresas lavrenses [Rocha, & Rocha, 2019]. Nesse momento, a praça possuía também um telefone público.

Figura 12: Praça Dona Josefina com ipês e azaléias. Data provável: Final da década de 1990 [Museu de Imagem e do Som de Lavras].

No ano de 1999, a praça passa por uma intervenção e seu o piso, que era de pedra Copacabana, foi trocado por de pedra portuguesa [Obras, 4 dez. 1999]. Na mesma ocasião, a praça foi diminuída em sua extensão e uma árvore foi suprimida, sem estudo prévio de sua condição sanitária. Apenas 4 anos antes, em 1995, o piso havia sido trocado [Pracinha, 27 nov. 1999].

Em 2003, a praça passou por uma reforma financiada pela empresa Unimed, por meio do programa "Adote uma Praça", lançado naquele mesmo ano [Salgado, 5 abr. 2003]. Além da reforma, a empresa se tornou responsável pela manutenção do espaço. Em contrapartida, a prefeitura fornecia a orientação técnica, projeto paisagístico e arquitetônico, iluminação, irrigação e mão de obra para o plantio das mudas [Salgado, 5 abr. 2003].

Figura 13: Praça Dona Josefina após reforma patrocinada pela UNIMED. Data provável: 2003 [Museu de Imagem e do Som de Lavras].

Nessa intervenção, foram plantadas espécies como palmeiras fênix (*Phoenix roebilinii*), capins e novas forrações (figura 13). Um abrigo de passageiros de ônibus também foi instalado e, uma porção de piso que ficava em frente a esse abrigo foi suprimida, para que o transporte público pudesse parar adequadamente. A iluminação e os bancos também foram substituídos por modelos de ferro e madeira. O banco de concreto, de uso coletivo e em formado circular inserido no centro da praça, foi mantido. Uma placa de divulgação da adoção pela empresa foi colocada em um dos canteiros da praça. O projeto paisagístico foi elaborado pelo paisagista Thadeu Pádua [Andrade, 2003].

A inauguração foi feita no dia 30 de maio de 2003, com queima de fogos e apresentação da banda Euterpe Operária e do Coral do COMBEM (Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor) [Praças, 4 jun. 2003]. Essa foi a última grande intervenção realizada na praça.

A praça atualmente

Hoje, a praça compreende uma área de 515 m². A área do espaço foi reduzida após sucessivas intervenções, como a abertura de uma rua de mão dupla entre a praça e o posto de gasolina (antiga Agência Ford) e uma baia para parada de transporte público.

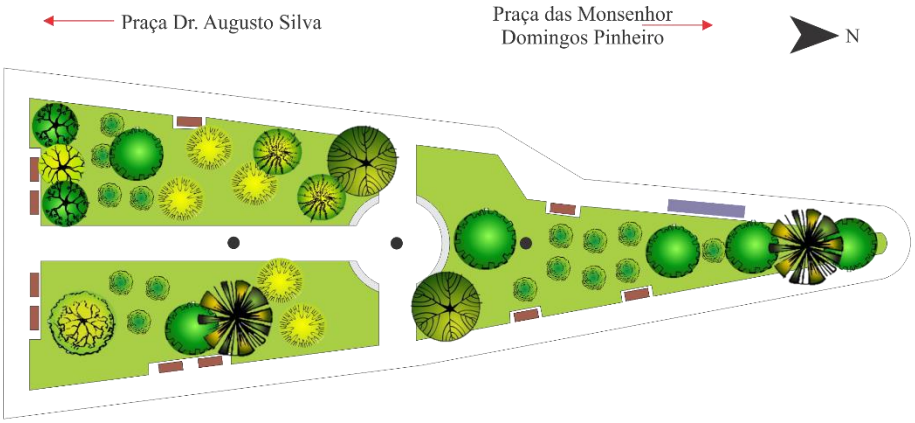
Seus jardins são compostos pelas seguintes plantas: azaleias (*Rododendron simsii*), fênix (*Phoenix roebelinii*), ipês (*Handroanthus spp.*), magnólia (*Michelia champaca*), palmeiras jerivás (*Syagrus romanzoffiana*), palmeira real (*Archontophoenix cunninghamiana*), resedás (*Lagerstroemia indica*), romã (*Punica granatum*) e uma espécie arbórea não identificada (figura 14).

A única estrutura presente no espaço hoje, é um abrigo para passageiros de ônibus. A praça ainda conserva o piso, bancos e postes de iluminação da última grande reforma ali realizada, feita no ano de 2004. Contudo, alguns postes e bancos encontram-se quebrados por depredação ou ação do tempo.

Seu extrato arbóreo já adulto proporciona sombra aos usuários, sendo o local usado principalmente pelos alunos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, mas também por moradores de residências ao redor da praça e transeuntes. Por conta dessa estreita relação entre a praça e o colégio, hoje o espaço é conhecido como “pracinha do Lourdes”. O local ainda é usado por andarilhos e desabrigados. Grupos de jovens portando caixas de som também se reúnem no local aos finais de semana.

Observa-se que, apesar das transformações ocorridas ao longo de sua história e que transformaram drasticamente sua composição vegetativa e seu layout, a praça apresenta a função objetivada pela sua criação, que é aformosar a cidade.

Mas, devido à mudança nos costumes da sociedade e aos problemas sociais apresentados pelas cidades brasileiras em geral, e que se refletem nas praças em forma de mendicância, vandalismo e falta de manutenção, o espaço já não é mais usado por famílias e casais, constituindo-se muitas vezes como mais um ponto de passagem do que como um ponto de permanência e fruição da paisagem.



LEGENDA			
Vegetação			
Azaléia (*Rododendron simsii*)	Grama	Palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana*)	Romã (*Punica granatum*)
Espécie não identificada	Ipês (*Handroanthus spp.*)	Palmeira real (Archontophoenix cunninghamiana)	
Fenix (*Phoenix roebelinii*)	Magnólia (*Michelia champaca*)	Resedá (*Lagerstroemia indica*)	
Mobiliário			
Bancos madeira	Bancos cimento	Abrigo ponto de ônibus	Postes de iluminação

Figura 14: Planta baixa da Praça Dona Josefina atualmente [Autora: Iracema C. A. Luz].

Referências

Entrevistas:

Libeck, R. T. (31 out. 2019). *Histórias sobre a Praça Dona Josefina em Lavras (MG)*. Entrevista concedida a Iracema Clara Alves Luz.

Paula, M. B., & Vítor, V. P. (27 nov. 2019). *Lembranças da Praça Dona Josefina em Lavras (MG)*. Entrevista concedida a Iracema Clara Alves Luz.

Rocha, A. A. A., & Rocha, G. P. (6 nov. 2019). *Memórias sobre a Praça Dona Josefina em Lavras (MG)*. Entrevista concedida a Iracema Clara Alves Luz e Drucylla Guerra Mattos.

Bibliografia:

Andrade, J. A. (5 jul. 2013). Praça Dona Josefina. *Tribuna de Lavras*.

Árvore ameaça casas. (17 ago. 1991). *Tribuna de Lavras*.

Árvore ameaçada de corte vira polêmica e comove população. (31 ago. 1991). *Tribuna de Lavras*.

Árvore monumento: impasse continua. (7 set. 1991). *Tribuna de Lavras*.

Árvore pode desaparecer na Praça Dona Josefina. (15 set. 1984). *Tribuna de Lavras*.

Caldeira, J. M. (2010). A praça colonial brasileira. *Revista Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, *7*(1), 19-39. DOI: http://dx.doi.org/10.5102/uc.v7i1.1113.

CNSL chega aos 102 anos educando para a vida. (14 set. 2002). *Tribuna de Lavras*.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. (2019). *Nossa história*. Disponível em: http://home.colegiodelourdes.com.br/nossa-historia. Acessado em 29 out. 2019.

Costa, F. (2019). *"Vida Escolar" de Firmino Costa (1907-1908), organização e notas por Geovani Németh-Torres*. 2.ª ed., Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 5).

Desapreço e desamor a uma praça histórica. (5 jul. 1986). *Tribuna de Lavras*.

Era uma vez um fícus... (5 out. 1991). *Tribuna de Lavras*.

Luz, I. C. A., & Paiva, P. D. O. (2017a). *História da Praça Dr. José Esteves: A Praça da Estação de Lavras*. Lavras: Ed. UFLA.

Luz, I. C. A., & Paiva, P. D. O. (2017b). *História da Praça Monsenhor Domingos Pinheiro: A moldura da Igreja das Mercês em Lavras*. Lavras: Ed. UFLA.

Na Praça Dona Josefina prefeito desacatou um policial e desafiou a lei de trânsito. (26 jan. 1999). *Tribuna de Lavras*.

Németh-Torres, G. (2011). *A Atenas Mineira: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 2).

Obras na Praça Dona Josefina geram espanto. (4 dez. 1999). *Tribuna de Lavras*.

Oliveira, H. J. (1983). *Os caminhos de Josepha Campeira*. Lavras: ESAL.

PML (Prefeitura Municipal de Lavras). *Patrimônio – Bens tombados*. Disponível em: http://pml.lavras.mg.gov.br/conteudo/texto/1765. Acessado em 13 nov. 2019.

Pracinha vai sofrer reformas. (27 nov. 1999). *Tribuna de Lavras.*

Praça Dona Josefina voltou a ser uma praça. (12 jan. 1969). *Tribuna de Lavras*.

Praça está concluída. (28 jan. 1973). *Tribuna de Lavras*.

Praça está sendo recuperada. (7 jan. 1973). *Tribuna de Lavras*.

Praça já virou rua. (27 mai. 1977). *Tribuna de Lavras*.

Praças são revitalizadas em Lavras. (4 jun. 2003). *Tribuna de Lavras*.

Prefeitura procura parceria para adoção de praças. (17 mai. 2003). *LavrasNews*.

Querem defender o uso da praça pública: Prefeito dá ordem! (5 jan. 1969). *Tribuna de Lavras*.

Ruas e praças. O Republicano, Lavras, 1.º jan. 1901. (19-20 jul. 1977). *Tribuna de Lavras*.

Salgado, A. (18 set. 1999). Lourdes: 99 anos. *Tribuna de Lavras*.

Salgado, A. (5 abr. 2003). Prefeitura lança programa "Adote uma Praça". *Tribuna de Lavras*.

Segawa, H. (1993). Brazilian colonial gardens and the Rio de Janeiro Passeio Público. *The Journal of Garden History*, *18*(4), 213-223.

Silva, A. T., & Paiva, P. D. O. (2008). *Do romantismo à atualidade: Lavras, história de uma praça...* Lavras: Ed. UFLA.

Silva, A. T.; Venturin, N.; Passos, M. P. G. (2016). Praça Dr. Jorge, Lavras, MG: A salvaguarda do patrimônio paisagístico. In Pessoa, A., & Fasolato, D. (Orgs.). *Jardins históricos: Intervenção e valorização do patrimônio paisagístico* (pp. 45-57). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

Vilela, M. S. (2007). *A formação histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras: Indi.

6 Praça Dona Josefina de Lavras: Memória de uma pracinha

Dr.ª Alessandra Teixeira da Silva[39], Marcos Gabriel Braz de Lima[40], & Karini de Lourdes Silva[41]

Resumo:

O município de Lavras, Minas Gerais, foi fundado em 1720, 1721 (data presumível) e transformado em município em 13 de outubro de 1831. A praça Dona Josefina está situada na área central do município e sua formação teve significativa influência de famílias nobres da cidade. O nome à praça em homenagem à Josefina Alice da Costa, irmã do grande educador Firmino Costa. Na década de 1930 o espaço já possuía traçado definido com vegetação arbustiva e uma calçada no entorno dos canteiros ajardinados. Circundada por casarões onde se destaca o tradicional e antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes que situava no final da praça. Com área total de 679,70 m², incluem-se áreas ajardinadas e passarelas construídas com pedras portuguesas brancas, pretas e vermelhas em forma de mosaico. Na década de 1980, um frondoso Flamboyant foi eliminado, deixando apenas a memória da rara beleza de suas flores.

Palavras-chave: Jardins históricos – Paisagismo – Arborização urbana – Praças públicas.

[39] Empresária/Ravenala Paisagismo, membro titular do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (MG) e pós-doutoranda da Universidade Federal de Lavras, atuando em pesquisas sobre praças históricas.
[40] Graduando em Engenharia Florestal: em andamento (Universidade Federal de Lavras) e técnico em Meio Ambiente (Instituto Federal do Espírito Santo / Campus Santa Tereza).
[41] Arquiteta Urbanista graduada pelo Centro Universitário de Lavras/UNILAVRAS. Atuando como arquiteta pela ArqArt e colaboradora na Ravenala Paisagismo.

Introdução

Lavras, situada no sul de Minas Gerais, possui um lema que a ela foi atribuída em função das inúmeras escolas e também dos ipês diversos presentes em todas as praças e áreas verdes do município, "Lavras, terra dos Ipês e das Escolas" [Silva, 2006].

Além das mudanças relativas à morfologia urbana a difusão dos jardins outorgou um batismo dos espaços públicos de Lavras, a partir do Século XIX. Tão importante quanto preservar as praças públicas é resgatar a sua memória que durante o tempo foi ícone de identidade da cultura de povo lavrense, ou seja, coadjuvante da história.

As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana e o seu modo de tratamento e uso indicam o nível de civilidade de seus usuários e o exercício dos direitos e deveres de cidadania nela vivenciados. É pelo uso que as pessoas fazem de uma praça um espaço importante para o seu dia-a-dia e convívio social.

Ao construir e expandir as cidades, novas áreas habitacionais surgem e a grande maioria das edificações atuais persiste na utilização de uma arquitetura e uma engenharia voltadas ao aproveitamento máximo das áreas úteis. Assim, os espaços reservados para os projetos de paisagismo, na sua maioria, são restritos, exigindo que o profissional detenha o indispensável conhecimento técnico que lhe permita conhecer as necessidades vitais de cada espécie e um senso artístico apurado para alcançar o esperado êxito paisagístico [Robba, & Macedo, 2003].

Dentre as mais belas praças públicas históricas de Lavras e também localizada no coração da cidade, destaca-se a Praça Dona Josefina, que mesmo possuindo áreas verdes com dimensões inferiores às demais, apresenta o glamour e o charme de uma pracinha com seus ipês branco, amarelo e roxo.

Referencial teórico

A praça, juntamente com as ruas, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história no país, tendo, desde os primeiros tempos da Colônia, desempenhando um papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento. De simples terreiro a sofisticado jardim, de campo de jogos a centro esportivo complexo, a praça é, portanto, um centro, um ponto de convergência da população [Adams, 2002; Robba, & Macedo, 2003].

Segundo Segawa [1996], os jardins e os parques públicos constituem criações marcantes na urbanização europeia a partir do Século XVI, não negam em sua formulação esse envolvimento mitológico e estético com a natureza. Por ora, buscamos situar apenas a articulação cultural/natureza e o ponto de inflexão onde o jardim deixa de ser uma metonímia para se tornar uma metáfora da natureza.

Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos; porém, todos têm um ponto em comum: é o local de reuniões e encontros. As praças são locais onde o povo se reúne para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos ou, ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento. A praça contemporânea não tem uma função específica; sua finalidade é a de se constituir um lugar atrativo de encontros e reuniões [Angelis Neto, 2003].

A praça é um espaço ancestral, se confundindo com a própria origem do conceito ocidental de urbano. Entretanto, o mesmo não pode ser utilizado para os parques públicos ou jardins, criações realizadas como espaços públicos urbanos somente a partir do Século XVII [Segawa, 1996]. Como na Europa, no Brasil colonial os jardins estavam vinculados às propriedades privadas de maior importância, eram bem definidos e cercados, apenas um número reduzido da população possuía o acesso [Delphim, 2005; Gomes, 2007].

Resultados

O nome “Lavras” vem de lavrar em busca do metal precioso [Vilela, 2007]. O povoado foi transformado em município em 1831. O município de Lavras (MG) teve um grande desenvolvimento na década compreendida entre 1907 e 1917, quando os lavrenses investiram na cidade promovendo melhoramentos de grande expressão para a época [Silva, Venturin, & Passos, 2016].

O município de Lavras foi incluído no roteiro da Estrada Real somente em 2009, após um longo processo de apresentação de documentos que comprovam a importância da cidade na rota do ouro [Salgado, 2009].

A história que marca o início de uma pracinha foi publicada no jornal local editado pelo Firmino Costa ente 1907 e 1908, *Vida Escolar*, pois este texto resgata fatos que certamente comprovam a origem de um espaço público. A escrita foi registrada no presente trabalho com a grafia da época. Assim dizia a história:

> Existia antigamente no logar, em que é hoje a Praça D. Josephina, um cercado triangular de muro cahido, dentro do qual havia uma casa baixinha, que fora residência do advogado capitão Joaquim Thomaz Villela e Castro, um dos chefes políticos conservadores daquella época. A casa foi depois vendida a Joaquim Theophilo de Moraes Salgado, fazendeiro no districto da Conceição do Rio Grande. Em maio de 1890, por iniciativa do major Abdon Costa, que construira um bom prédio em frente à referida casa, adquiriu-se esta com o fim de demolila e fazer do terreno uma praça, para o que concorreu o mencionado major com importância igual à despedida pela Camara. Em regosijo por esse melhoramento o povo lavrense, acompanhado de uma banda de musica, fez uma manifestação ao major Abdon Costa, e como testemunho de gratidão deu à nova praça o nome da virtuosa esposa daquelle cidadão D. Josephina Alice da Costa, fallecida nesta cidade em 19 de julho de 1906. Hoje a Praça D. Josephina se acha arborizada e calçada, estando situado alli o collegio de Lourdes [Costa, 2015: 168].

O relato do jornal deixa claramente a vontade do cidadão de doar o terreno e satisfazer a população. Desta forma surge a linda pracinha que está presente nos dias atuais.

Conforme entrevista ao historiador e artista plástico Luiz Teixeira da Silva, na Praça Dona Josefina existiu um parquinho infantil, a data presumível foi na década de 1930, mas não afirmou a exatidão do período. Conforme afirma o historiador, existiam algumas árvores que foram cortadas para a construção do parquinho que era bastante desorganizado e sujo, pois a Prefeitura Municipal não dava importância para o funcionamento do parquinho, assim os administradores resolveram acabar com o parquinho e plantar árvores novamente [Silva, 2013].

Figura 1: Vista da Praça Dona Josefina, década de 1920 [Acervo Renato Libeck].

Conforme ilustra a figura 1, visualiza-se um casarão aos fundos onde funcionou o Colégio São Pedro. A pracinha situava entre duas ruas e no entorno possuía diversas casas em estilo colonial.

Com relação à vegetação verifica-se a existência de cerca viva contornando a pracinha e a presença de espécies de coníferas, provavelmente um cipreste e também espécies arbustivas, conforme retrata a figura 2. A praça apresentava uma área de circulação pavimentada no entorno das áreas ajardinadas. Visualiza-se também a presença de um banco de cimento.

Figura 2: Vista da Praça Dona Josefina, década de 1930 [Acervo Renato Libeck].

De acordo com a ilustração na figura 3, da década de 1940 existia também uma cerca viva contornando a praça que foi registrada nas imagens do período. A pracinha apresentava um cercado de arame. Este foi mantido por um período, provavelmente para impedir o acesso ao interior da praça, pois a preocupação em preservá-la era fato, mantendo a beleza das flores e das plantas, de modo geral, evitado assim a entrada de vândalos. Alguns arbustos faziam parte do complexo paisagístico, mas não foi possível identificá-los.

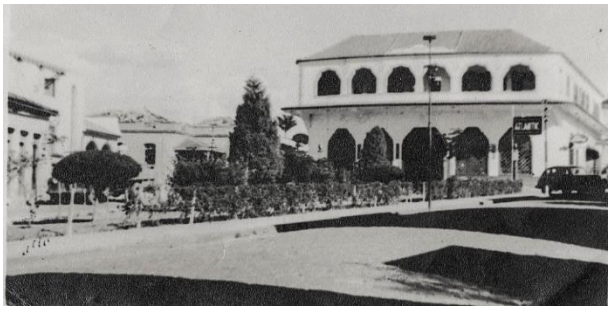


Figura 3: Vista da vegetação da Praça Dona Josefina, década de 1940 [Acervo Renato Libeck].

Uma edificação em estilo Art Decó, em dois pavimentos fazia parte do visual da pracinha, pois se posicionava em frente ao logradouro. A construção data do ano de 1940.

Um magnífico Flamboyant [*Delonix regia (Bojer ex Hook.) Raf.*], exemplar arbóreo de grande porte, existiu por muito anos na extremidade da pracinha. As árvores nos logradouros públicos das praças lavrenses sempre foram destaques, tanto pelo aspecto sentimental como também a beleza da arquitetura, flores e frutos. A exemplo desta espécie que perpetuou diversos anos na pracinha Dona Josefina, se tornou um símbolo de civilidade, cultura e patriotismo.

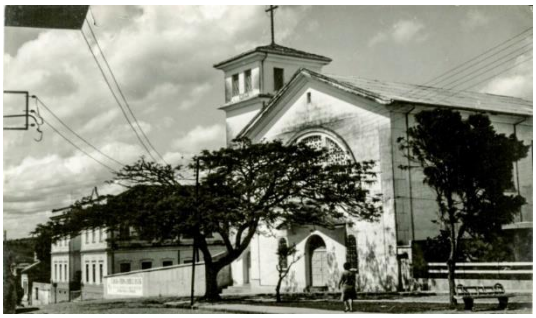


Figura 4: Praça Dona Josefina e o Flamboyant, década de 1960 [Acervo Renato Libeck].

Mas em 9 de abril de 1988, o jornal local, *A Gazeta*, publicou um artigo sobre a magnífica árvore da praça, pois houve uma indignação por parte da população razão. Partes do texto estão relatadas a seguir:

> Mataram o Flamboyant da Praça D. Josefina
>
> Já está com os seus dias contados, o majestoso flamboyant que, durante decênios enfeitou, sobranceiro, a Praça d. Josefina.
>
> Remanescente da Lavras bucólica e poética, o flamboyant, na época própria, de novembro em diante, era um espetáculo de rara beleza, dominando o ambiente, com a sua copada, como se estivesse em chamas, tal a força de suas flores rubras, profundamente rubras.
>
> Os braços abertos, de suas galhadas, agora, deverão ir, a pouco e pouco, se fechando; seu tronco apodrecendo, como que atacado por um mal incurável, mostrará, como já mostra, fendas profundas, como feridas, que hão de dominá-lo, de alto a baixo. E lá se vai o flamboyant, covardemente assassinado, por

> pessoa não identificada, que num momento de desvairo, injetou-lhe uma substância venenosa, altamente venenosa, mas não identificada.
>
> Com isso, como se diria com relação ao ser humano, o velho e fulgurante flamboyant está cinicamente morto.
>
> A sentença, quem a deu, foi o técnico do Instituto de Floresta, Salomão Campidelli, que afirma ter feito tudo para salvar a exuberante árvore, mas sem sucesso.
>
> Mãos ferventes de raiva e ódio das árvores decretaram o seu fim.
>
> Dentre de mais algum tempo, o lavrense, estarrecido, assistirá ao sacrifício do flamboyant, que o técnico será obrigado a fazer, antes que, combalido e minado pelo terrível veneno, venha ele a tombar e causar danos aos muitos que se embeveceram com a sua beleza, em seus dias de glória.
>
> Isto mesmo, o flamboyant terá de ser sacrificado, porque está irremediavelmente perdido. Aquele tronco que ali está é, apenas, uma pálida figura, um simples espectro do rei que dominou a Praça D. Josefina, agora esticando seus braços desfigurados, descarnados, soltando casca, como a pele encasquilhada do ser humano, acenando, no último adeus, aos olhos já saudosos dos que tanto o amaram.
>
> As flores do flamboyant que, como brasas vivas, esquentaram de amor a terra da Praça D. Josefina, habitarão, apenas, a lembrança de cada um de nós, menos, é claro, a daquele que fria e desapiedosamente o assassinou.
>
> Ainda é tempo de você guardar a imagem do velho rei da Praça D. Josefina, sem flores, dando adeus, mas é tempo.
>
> Peça-lhe perdão por sermos uma sociedade tão desarmônica, onde há exceções de um crime como esse [Moreira, abr. 1988].

Podemos refletir que o culto à árvore é espontâneo, imemorial e universal, as mais diversas motivações nos impulsionam para a cultura progressiva desse sentimento: a utilidade geral, a beleza da forma, a raridade, o agasalho, a sombra, o adorno, os frutos, o impacto emocional das floradas, a vinculação histórica a pessoas, tudo converge para despertar o nosso apego e adoração para esses verdadeiros templos verdes que o mundo nos oferece. Mas

infelizmente o texto demonstrado no artigo do jornal revela a tristeza da população com a ausência do exemplar da praça.

Além do Flamboyant, existiu um frondoso exemplar de Amendoeira [*Terminalia catapa*] que também causou comoção na população.

Conforme destacado pela seta na figura 5 uma edificação construída em 1942 tem predomínio da arquitetura eclética, porém apresenta elementos de transição, preservada até os dias atuais.

Figura 5: Vista aérea da Praça Dona Josefina e a casa em estilo eclético com elementos de transição [Alessandra Teixeira, 2017].

A praça Dona Josefina apresenta forma triangular com linhas retilíneas, conforme se visualiza na figura 5 com destaque para os exemplares mais frondosos. Na extremidade da praça de menor dimensão, estão inseridos os ipês. Na outra extremidade, é possível visualizar uma árvore, ainda em fase de crescimento, que é uma magnólia (*Michelia champaca*), que fora plantada no lugar da Amendoeira.

Conclusões

A Praça Dona Josefina, quando comparada com outras praças centrais do município de Lavras, possui dimensões inferiores no contexto de um espaço amplo ajardinado, é considerada uma área verde muito importante, tanto do ponto de vista histórico, quanto paisagístico, pois está vinculada às origens da cidade em razão da sua localização, sendo também uma das principais ilhas de conforto ambiental.

Uma das formas de preservar e perpetuar essas memórias é por meio do resgate histórico da praça, pois uma das funções ancestrais dos jardins, a de lazer e recreio, constitui talvez um dos principais motivos e motivações para a recuperação, salvaguarda e valorização do patrimônio. Ao longo do processo histórico, a praça sofreu transformações que podem ser caracterizadas pelos estilos próprios de cada época e cultura.

Com área total de 679,70 m², a praça é composta por 18 exemplares, sendo 10 espécies diferentes, destacando para os ipês que desponta um índice de 30% na distribuição e número das espécies. As espécies são: *Cassia javanica L*; *Handroanthus impetiginosus (Mart. Ex DC.) Mattos*; *Handroanthus serratifolius (Vahl) S.O. Grose*; *Lagerstroemia indica L.*; *Magnolia champaca (L.) Baill. Ex Pierre*; *Phoenix roebelenii O'Brien; Punica granatum L.*; *Roystonea oleracea (Jacq.) O.F. Cook*; *Syagrus romanzoffiana (Cham.) Glassman*; *Tabebuia roseoalba (Ridl.) Sandwith*.

A praça é, com certeza, um dos espaços urbanos mais visíveis e, por isso, extremamente sensíveis às transformações por parte do Poder Público. Assim, com o grande crescimento da cidade de Lavras nos últimos 30 anos, e em consequência do desenvolvimento socioeconômico, o processo de expansão urbana e a verticalização das edificações vêm transformando o patrimônio histórico, ambiental e as paisagens dessa cidade. Hoje a praça está bem cuidada, apesar do gramado necessitar de técnicas de manejo mais aplicadas. Com relação à vegetação arbustiva, registra- se apenas maciços de azaleia.

Construída no período em que o estilo eclético influenciava a forma das edificações, a Praça Dona Josefina também apresenta traçado formal típico dessa época.

Uma bela pracinha que está relacionada com a nostalgia, pois descreve uma sensação de saudade, as vezes irreal, por momentos vividos no passado associados à um desejo sentimental de regresso impulsionado por lembranças de momentos felizes.

Referências

Adams, B. (2002). *Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História*. Florianópolis (SC): UFSC.

Angelis Neto, G. (2003). Paisagismo urbano. In *Congresso Brasileiro de Floricultura e Plantas Ornamentais, 14*, Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 50-57.

Costa, F. (2015). *"Vida Escolar" de Firmino Costa (1907-1908), organização e notas por Geovani Németh-Torres*. Lavras (MG): Geovani Németh-Torres, 168. (Série Lavrensiana, 5).

Delphim, C. F. M. (2005). *Intervenções em Jardins Históricos: Manual*. Brasília (DF): IPHAN.

Moreira, S. A. (abr. 1988). Mataram o flamboyant da Praça Dona Josephina. *A Gazeta*.

Robba, F., & Macedo, S. S. (2003). *Praças Brasileiras*. 2.ª ed. São Paulo (SP): USP. (Coleção Quapá).

Salgado, A. (11 abr. 2009). Lavras foi incluída no Projeto Turístico da Estrada Real. *Tribuna de Lavras*, 2.654, 2.

Santos, C. M. (6 out. 1984). História de Lavras. *Tribuna de Lavras*, 950.

Segawa, H. M. (1996). *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo (SP): FAPESP e Studio Nobel.

Silva, A. T. (2006). *Evolução histórico-cultural e paisagística das praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando Pereira, Lavras MG*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Lavras.

Silva, A. T. (mar. 2013). *Entrevista ao historiador Luiz Teixeira da Silva, artista plástico, em Lavras (MG), março de 2013*.

Silva, A. T., Venturin, N., & Passos, M. P. G. (2016). Praça Dr. Jorge, Lavras, MG: A Salvaguarda do Patrimônio Paisagístico. In *Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico* (pp. 47-57). Rio de Janeiro (RJ): Fundação Casa de Rui Barbosa.

Vilela, M. S. (2007). *A formação Histórica dos campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras (MG): Indi.

7 Praça Dr. José Esteves de Lavras: Patrimônio paisagístico

Dr.ª Alessandra Teixeira da Silva, Karini de Lourdes Silva,
Prof. Dr. Nelson Venturin (UFLA)[42], & Marcos Gabriel Braz de Lima

Resumo:

O município de Lavras, Minas Gerais, foi fundado em 1720 ou 1721 (data presumível) e transformado em município em 13 de outubro de 1831. Registrou-se nos séculos XVIII e XIX, a passagem dos "Tropeiros" no arraial, pois eles chegavam à Vila de Lavras e se alojavam no "ponto de parada" à sombra de uma Paineira no espaço onde hoje está situada a Praça Dr. José Esteves. Influenciada pela ferrovia, surge um espaço público de extrema importância para o município, a atual praça Dr. José Esteves. Com o decorrer dos anos, esta praça passou a ser palco e cenário, pois foi coadjuvante da história de Lavras. Atualmente a praça possui uma área de 3.954,10 m² com áreas ajardinadas e passarelas. As modificações preservaram o traçado original. Pela sua relevância ao município, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras efetuou o tombamento em 4 de maio de 2012, pelo Decreto n. 9.702, de 19 de junho de 2012.

Palavras-chave: Jardins históricos – Paisagismo – Arborização urbana – Praças tombadas.

[42] Possui graduação em Recursos Florestais e Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (1965), mestrado em Silvicultura pelo *Centro Agronomico Tropical de Investigacion y Ensenanza* (1971) e doutorado em Ciência do Solo pela Universidade de São Paulo (1978). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras.

Introdução

Com a rápida evolução das cidades e a necessidade de implantação de conceitos e estruturas, muito se perdeu da história e da valorização dos espaços públicos.

O pensamento ecológico modificou a maneira do homem pensar e perceber o meio ambiente, mesmo espaço urbano. Desde uma atitude denunciativa até uma atitude politicamente correta, o caminho trilhado só veio favorecer a percepção paisagística. Assim, a paisagem dentro de um conceito mais moderno passa a ser avaliada como uma interação de fatores envolvendo os valores ecológicos para uma qualidade de vida, tendo o homem como o elemento mais importante [Paiva, & Gonçalves, 2002].

No início do Século XX, no Brasil, iniciou-se o processo de ajardinamento dos "vazios urbanos", sendo incluídos os lardos, canteiros e as *plazas* anteriormente secas, tornando-se assim um período de grandes transformações na fisionomia urbana. O crescimento urbano fez com que surgisse a vontade de estruturar os espaços para que esse pudessem desempenhar funções distintas. A praça adquiriu uma nova composição devido à valorização do verde, onde se priorizassem funções de lazer e contemplação [Segawa, 1996].

De acordo com Silva, Venturin e Passos [2016], Lavras construiu sua identidade a partir de camadas de memórias, histórias e culturas que chegaram de vários locais e, ancoradas no ciclo do ouro, somaram um passado histórico. A memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. Agrega-se ao contexto, a Praça Dr. José Esteves, patrimônio de relevância na evolução e desenvolvimento da cidade de Lavras.

Patrimônio: Origem e funcionalidade

A expressão patrimônio suscitou uma série de adjetivações ao longo do tempo, como histórico, artístico, natural, urbano, cultural, entre outros, tornando-o um conceito nômade. Por patrimônio histórico entende-se um conjunto de bens de determinada sociedade que relata o seu passado comum, que concernem arquitetura, objetos, meios de transporte, obras de arte, documentos e outros. A partir da década de 1960, no aprofundamento das discussões em torno dos bens a serem transmitidos como patrimônio, em consonância com debates em outras

disciplinas, chega-se ao termo patrimônio cultural, ampliando topologicamente, cronologicamente e geograficamente o que preservar [Choay, 2001].

O termo preservação, do Latim, *praeservare*, designa observar previamente e abrange todas as ações que visam salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. A preservação inclui proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização. A restauração tem como objetivo recuperar e reintegrar partes ou mesmos todos os elementos de um bem cultural móvel ou imóvel; envolve todas as outras formas de intervenção física em bens culturais que visem à preservação. A conservação abrange um conjunto de ações destinadas a prolongar o tempo de vida ou manter a integridade física da edificação; já o termo revitalização designa a reutilização de um bem cultural imóvel, observando aquilo que lhe é essencial, como o abrigo de atividades humanas ou condicionador ambiental [Delphim, 2005].

História dos Jardins e Paisagem

No curso da história, diversas sociedades adotaram a prática de integrar os aspectos naturais aos espaços de povoamento, levando a criação de espaços naturais protegidos. Tais áreas verdes tinham, em um primeiro momento, funções voltadas para estética e o lazer, visando à contemplação da natureza e o embelezamento das cidades renascentistas nos séculos XVII e XVIII. Entre o final do Século XVIII e início do XIX, os jardins inserem-se em projetos urbanísticos para recreio e encontro da população, período também do surgimento e estabelecimento dos hortos ou jardins botânicos com fins de aclimatação de espécies vegetais [Silva, & Carvalho, 2013].

Quanto à tipologia, a palavra praça assume um determinado sentido, como: *praça-jardim*, espaços no qual a contemplação da formação vegetal e a circulação são priorizadas; praça seca, largos históricos ou espaços que ocupam intensa circulação de pedestres; *praça azul*, praças nas quais a água possui papel fundamental; alguns belvederes e jardins de várzea possuem tal característica e *praça amarela*, praias em geral [Silva, 2006].

Os jardins correspondem ao enquadramento de paisagens cultivadas pelo ser humano com a marcante presença da vegetação no imaginário. Um jardim, ao ser planejado, precisa ter um traçado definido que identifique, dentro de uma leitura paisagística, uma estética pré-definida. Ao longo do processo histórico, os jardins sofreram transformações que podem ser caracterizadas pelos estilos próprios de cada época e cada cultura. Os jardins são monumentos

históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens naturais [Silva, 2006].

A paisagem urbana nos mostra muitas das belezas naturais bem perto de nós, pois apreciamos as cenas da primavera bem como as paisagens do inverno, de forma que tudo é transmitido de uma forma natural e bucólica. Com isto, podemos pensar que a missão de um jardim urbano, é a união de um patrimônio natural sincronizado ao cultural. A paisagem urbana deve integrar o homem com o meio ambiente e satisfazer às suas necessidades [Segawa, 1996].

Na segunda metade do Século XVII, surgiu nitidamente o estilo inglês, com suaves paisagens em oposição ao francês. Os ingleses passaram a ser diferentes de outros povos europeus neste aspecto, simplesmente por se identificarem com a "natureza" e muitos princípios modernos em paisagismo surgiram já naquela época, como as cercas-vivas. Passaram, assim, a predominar as linhas curvas e as irregularidades das paisagens foram mantidas [Silva, 2006].

Por ora, buscamos situar apenas a articulação cultural/natureza e o ponto de inflexão onde o jardim deixa de ser uma metonímia para se tornar uma metáfora da natureza, segundo historiador Segawa [1996].

As paisagens urbanas constituem-se de objetos sociais fabricados e naturais, em que se reconhece a ação humana. A paisagem está em permanente movimento, porque é a expressão da articulação entre espaço e tempo [Santos, 1986].

Do Jardim histórico à Praça Pública: a cidade como espaço de modernização

O conjunto formado pela praça e a rua, de acordo com Macedo [2003], perfazem em um dos dois mais relevantes espaços públicos urbanos da história no país, sendo que, desde os primeiros tempos da Colônia, tem um desempenho primordial no contexto das relações sociais em desenvolvimento. A praça é, portanto, um centro, um ponto de convergência da população, onde são realizados encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre, portanto é de extrema importância no contexto social.

As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana e o seu modo de tratamento e uso indicam o nível de civilidade de seus usuários e o exercício dos direitos e deveres de cidadania nela vivenciados. É pelo uso que as pessoas fazem de uma praça um espaço importante para o seu dia-a-dia e

convívio social. É com certeza, um dos espaços urbanos mais visíveis e, por isso, extremamente sensíveis às transformações de caráter modernizante por parte do poder público [Silva, 2006].

Jardins são monumentos históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens culturais. O jardim é uma forma de ordenamento do território que acompanha o homem há tempos imemoriais. Os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito [Silva, Venturin, & Passos, 2016].

A valorização de bens de valor histórico se faz relevante pois faz menção da história local e contribui para a educação patrimonial e conscientização na promoção de políticas que promovam a preservação da memória em sentido integral e articulado. O valor do patrimônio paisagístico raramente é destacado, pois não se considera os aspectos naturais ante aos culturais.

As Praças Brasileiras: Trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade

Investigar a trajetória das praças brasileiras é de extrema importância para compreender o elemento compositivo urbano a partir de espaço de uso coletivo. Podemos compreender a gênese no território brasileiro tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses, o processo de colonização implementado, as transformações históricas em sintonia com o desenvolvimento político da nação e, como ponto de ruptura, a divulgação dos princípios modernistas e a experiência da consolidação da cidade moderna brasileira [Silva, 2006].

Para Robba, & Macedo [2003], de caráter generalista o termo praça não comporta todas as consonantes do conceito ao longo da história. Assemelhando-se com as cidades medievais europeias acerca da morfologia, a evolução no período colonial dos centros urbanos brasileiros se dava a partir da edificação do casario. Somente após a implantação do casario se configurava as ruas, largos e praças. A praça colonial propiciava diversos usos no mesmo espaço como atividades religiosas, militares e manifestações artísticas, sendo assim um espaço de interação entre todas as camadas da sociedade. A partir da segunda metade do Século XIX devido à exportação do café e borracha ocorreu o enriquecimento do país. Em função disto, as ruas e praças de destaque passam a ser ornamentadas com canteiros e flores.

Resultados: História de Lavras

Falar da história de Lavras sem representar os acontecimentos que levaram o movimento conhecido como bandeirantismo e a descoberta das Minas do Ouro, e suas próprias convulsões históricas, estaríamos nos apropriando indevidamente dos preceitos a que convêm distinguir a narração dos fatos sociais, políticos e econômicos, atribuídos à formação e ao desenvolvimento de qualquer município das Gerais, principalmente daqueles que se difundiram nas rotas das bandeiras e nos caminhos do ouro [Silva, Venturin, & Passos, 2016].

A primeira expedição, liderada por André de Leão, passou pelas proximidades do rio Grande e rio das Mortes no ano de 1601. Entre 1674 e 1675 Fernão Dias esteve na "Ibituruna" (Serra Negra). Tomé Portes del-Rei, em 1700, firmou-se nas redondezas do rio das Mortes (São João del-Rei), em 1703, Antonil menciona haver no rio Grande um porto de passagem, sendo que data de 1714 a instalação do Registro do Rio Grande neste local onde impostos régios eram coletados. Foi nesse período que Francisco Bueno da Fonseca assentou-se nesse território. Em 1729, no atual território de Lavras, a família Bueno da Fonseca já estava estabelecida. A carta de Sesmaria que delimitava o território dos Bueno da Fonseca data de 1737 [Németh-Torres, 2018].

A partir de 15 de janeiro de 1737, Lavras começa a povoar-se, dando livre curso às suas tendências sócio econômicas e culturais, associado às novas famílias, Bueno da Fonseca, que organizaram domicílios e consagraram (1754) a nova capela invocada à Sant'Ana, determinando assim, a condição elevada de vida e a entrada no novo tempo com os Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil [Silva, Venturin, & Passos, 2016].

O nome "Lavras" vem de lavrar em busca do metal precioso. O povoado foi transformado em município em 13 de outubro de 1831. Em 20 de julho de 1868, obteve-se a sua emancipação política e administrativa. O município de Lavras - MG teve um grande desenvolvimento na década compreendida entre 1907 e 1917, quando os lavrenses investiram na cidade promovendo melhoramentos de grande expressão para a época [Silva, Venturin, & Passos, 2016].

Praça Dr. José Esteves: Primórdios

Devido ao posicionamento geográfico do município de Lavras, ficou registado que no passado, no Século XVIII, o arraial foi um local muito importante

para a passagem dos "Tropeiros", pois aqui existia uma das travessias sobre o rio Grande. A ponte foi construída em 1844 por iniciativa do comendador José Esteves de Andrade Botelho. Esta ponte era de madeira e coberta com telhas e nas extremidades havia dois lampiões de cada lado. Lavras tornou-se ponto estratégico de tropeiros, que viajavam com suas boiadas, com suas tropas de mulas carregando tecidos, sal, utensílios de cozinha, louças e outros objetos que eram vendidos nas comunidades e na zona rural.

Os tropeiros chegavam à Vila de Lavras e se alojavam no "ponto de parada", um descampado que existia onde hoje é a garagem da Porto Turismo e praça Dr. José Esteves, naquele lugar existia, até bem pouco tempo, uma enorme "paineira" e sobre sua sombra eles descansavam para seguir viagem. Isso antes mesmo da chegada da ferrovia. Com a chegada da ferrovia, a movimentação de viajantes era muito intensa, pois o local amplo defronte à Estação Ferroviária favorecia os encontros e a realização de diversos acontecimentos, com isto a necessidade de modernização do espaço com o objetivo de transformar em uma praça pública era de extrema importância, não só para os viajantes, mas para a população do município que estava a desenvolver e crescer rapidamente [Cicarelli, 2016].

A Estação Municipal: O marco da história de uma praça

A primeira estação do município de Lavras foi inaugurada em 01 de abril de 1895, pois não encontramos nenhum registro de imagens desta primeira estação. Anos depois, esta estação fora demolida e em seu lugar foi construída uma nova edificação, a segunda, que foi inaugurada em 11 de janeiro de 1914 [Coimbra, 2009].

Esta época foi marcada pelo desenvolvimento do transporte ferroviário que foi impactante na definição das relações tempo- espaço. Com a chegada dos trilhos, o município se posicionou como entreposto comercial de mercadorias, favorecendo consideravelmente o desenvolvimento econômico da região. Houve também uma modificação na paisagem dos núcleos urbanos pelas quais circulava. A modernidade vinda pelos trilhos traduzia-se na modificação no contexto da paisagem que era nos primórdios, exclusivamente rural [Vilela, 2007].

Por iniciativa do ilustre lavrense Dr. Álvaro Botelho, data de 1911 as primeiras inciativas para a implantação de serviços de bondes elétricos na cidade. O início da linha era em frente à Estação Municipal defronte à futura

Praça da Estação, onde já havia alguns postes de iluminação [Németh-Torres, 2018].

O bonde saía da zona norte, atualmente Praça Dr. José Esteves e seguia no sentido sul. Nesse trajeto passava pela extensão da Avenida Pedro Sales, chegando no início da Praça Dr. Jorge pelo lado direito, seguindo pela Rua Barão do Rio Branco chegado na Praça Monsenhor Domingos Pinheiro. Em seguida, entrava na Rua 15 de Novembro, hoje Rua Sant'Ana e assim chegava na Praça Barão de Lavras onde existia uma estação. O bonde seguia ao longo da via principal, chegando até a esquina da Rua Chagas Dória.

Na década de 1930, defronte à Estação Municipal de Lavras existia um espaço amplo de terra batida e ainda não havia traçado definido, ou seja, ainda não existia a Praça da Estação no contexto de logradouro público. Já na década de 1960, conforme figura 1, existia uma passagem curva que possivelmente era a passagem de veículos e outro canteiro triangular ao lado que ainda era de terra. Destaca-se na mesma imagem a Estação Municipal já ampliada.

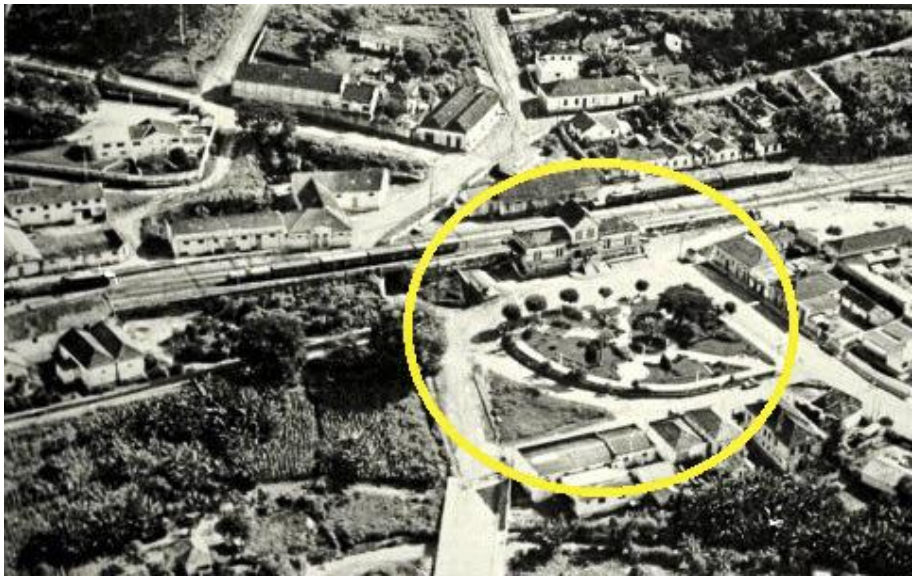


Figura 1: Imagem aérea Praça Dr. José Esteves e Estação Municipal, 1968 [Acervo Wildes Botelho].

No que tange aos aspectos paisagísticos a figura 1 retrata o entorno da praça Dr. José Esteves na década de 1960 com destaque para a praça delineada e arborizada em frente à estação. A imagem registra a existência de cinco exemplares de Alfeneiro do Japão (*Ligustrum lucidum W.T. Aiton*) e um número expressivo de exemplares arbóreos. Quanto à vegetação arbustiva é possível identificar elementos isolados, se referindo ao gramado, embora a imagem anterior sugira a existência de cobertura, não é possível identificar a espécie.

Na Praça Dr. José Esteves, ou Praça da Estação, nome popularmente conhecido pela população, estão plantados marcos das origens da história e arquitetura do município de Lavras. O ecletismo embelezou as edificações e a Praça da Estação foi seu principal núcleo propagador.

Construída em meados do Século XX durante o período eclético que propunha espaços para contemplação e passeio, a praça da estação apresentava linhas clássicas. Observa-se na figura 1, as características deste estilo como a geometrização no traçado com estar central contendo ponto focal, o espelhamento das áreas permeáveis que conferem simetria, o plantio ortogonal da vegetação e passeios perimetrais.

A Praça e a Estação Municipal: Paisagem e patrimônio

Lavras modernizava sua arquitetura e alterava a sua paisagem na década de 1960. A paisagem urbana, no seu sentido amplo é a impressão visual que a cidade provoca através de sua arquitetura, seus logradouros públicos e mobiliários urbanos. A nova paisagem no local foi extremamente importante, pois alavancou o desenvolvimento urbano, dinamizou a economia e o desenvolvimento do setor de serviços. A Praça Dr. José Esteves passa a ser o ícone da zona norte e também um logradouro público de extrema importância para a população. Devido à beleza e glamour da arquitetura ferroviária existente defronte à praça, o artista lavrense Carlos Frederico Hermeto Bueno retratou a estação por meio de uma obra de arte.

Figura 2: *Estação Ferroviária*. Desenho a Nanquim, 1985, por Carlos Frederico Hermeto Bueno (1931-2010) [Acervo Mariza Bueno].

Podemos dizer que durante o Século XX, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960, a velocidade das transformações econômicas, social e cultural apresentaram novos significados às praças do município de Lavras, em especial à Praça Dr. José Esteves.

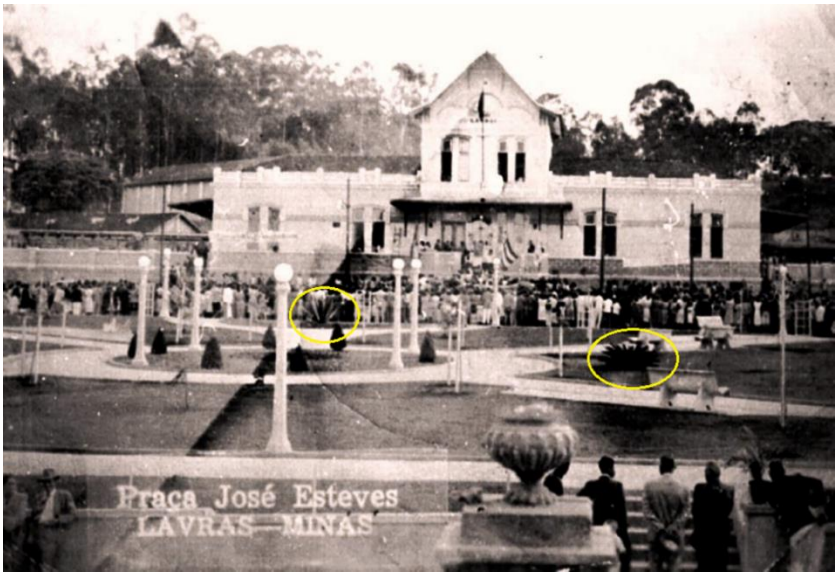


Figura 3: Inauguração da Praça Dr. José Esteves [Acervo Renato Libeck].

A figura 3 permite relembrar a euforia da inauguração do espaço público defronte à bela Estação. A construção paisagística da Praça Dr. José Esteves foi planejada em conjunto com as funções e valores sócios políticos das estruturas de seu entorno. A construção e o paisagismo da praça Dr. José Esteves visaram evidenciar e valorizar as estruturas de seu entorno, bem como propiciar um espaço amplo e agradável para a população.

Com relação ao paisagismo, observa-se na imagem anterior, que inicialmente é possível observar alguns exemplares no círculo central do traçado, possivelmente umas coníferas, popularmente conhecidas por ciprestes, já possuíam uma forma em modelo de "cone", ou seja, passaram por uma técnica denominada "Topiaria" típica do estilo eclético que resgata influências europeias. A imagem permite também identificar (destaque circular) um exemplar de Cica e também uma Agave.

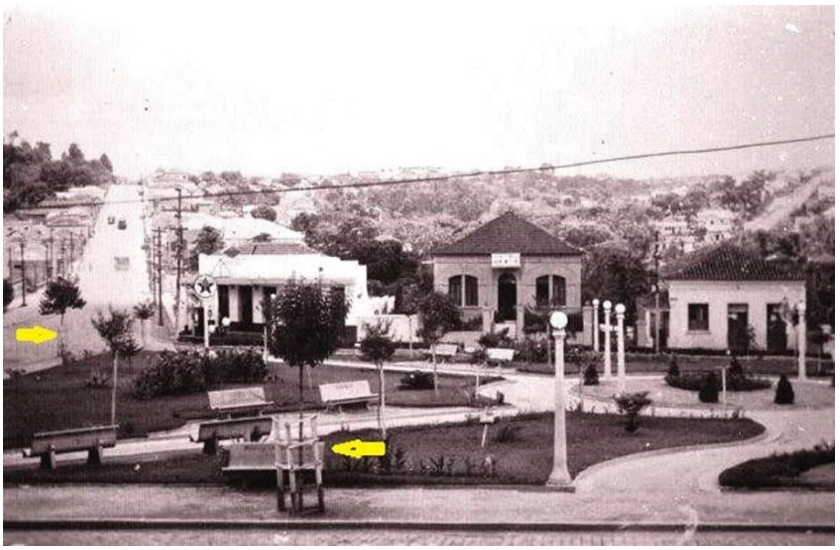


Figura 4: A praça Dr. José Esteves e seu traçado. Década de 1960 [Acervo Renato Libeck].

Na figura 4, um olhar mais detalhado sobre as formas da praça, indica que há ambientes intermediários, como uma área circular no centro, espaços abertos para os quais convergem o jardim e direcionam-se aos bancos. Estes ambientes proporcionam agradáveis locais de lazer e contemplação. O jardim foi projetado com um desenho eclético com linhas clássicas. Com influências aos estilos franceses e ingleses, ressaltando que os jardins ingleses surgiram após os franceses e derrubou os parâmetros do estilo renascentista. A influência ao

estilo francês se deve em função da perspectiva, simetria e a topiaria, que é a poda escultural das vegetações.

Observa-se ainda na imagem 4, a existência da arborização inicial da calçada que contorna a praça. Esta espécie foi identificada por Alfeneiro do Japão (*Ligustrum lucidum W.T. Aiton*). Permite também relatar que o projetista, aparentemente, possuía um conhecimento técnico com árvores para arborização urbana, pois o exemplar em destaque apresenta tronco reto livre de brotações laterais, ou seja, ideal para locais arborizados com movimentação de pedestres. Estes exemplares foram plantados defronte à Estação e na lateral da praça, ou seja, nas localizações norte e leste da praça. As mudas foram cercadas com protetores e também tutoradas, conforme destaque na mesma imagem.

Vale ressaltar que nas décadas de 1920 a 1970 predominaram o uso de espécies exóticas e de formas simétricas e lineares, com estilo paisagístico fortemente associado à colonização europeia. A partir da década de 1980, verificou-se a utilização da flora regional, culminando com a maior valorização de espécies nativas no final do período.

Figura 5: Vista parcial da praça na década de 1970 [Acervo Renato Libeck].

A figura 5 registra a praça aparentemente bem cuidada com formas típicas da arquitetura de copas. A vegetação arbustiva e herbácea, demonstra

uma distribuição isolada e sem contexto de definições paisagísticas. As árvores apresentavam caiação em seus troncos, como era um costume na época.

Em janeiro do ano de 1969, a arquitetura foi destruída para dar lugar à nova arquitetura moderna da Estação. Assim, iniciou-se a reforma da fachada da Estação de Lavras, época em que foram demolidas a "torre" e as janelas de madeira, senda as janelas substituídas por basculantes (vitrais) de ferro. Esta obra foi concluída no mesmo ano. A nova fachada foi modernizada dando lugar uma arquitetura com uso em linhas retas de volume simétrico. Em ocorrência da privatização em 1996 a estação foi desativada [Coimbra, 2009].

Conclusões

A Praça Dr. José Esteves é uma das áreas verdes mais importantes, tanto do ponto de vista histórico-cultural, pois está vinculada às origens da cidade devido à sua localização. No contexto paisagístico a vegetação arbórea presente na paisagem gera uma dominância induzida pelas formas e texturas das copas, bem como pelo porte e funcionalidade posto que gera um microclima no entorno proporcionando conforto ambiental. No que se refere ao valor arquitetônico se trata de um exemplar da arquitetura eclética de linha clássica.

A memória dessa praça está vinculada à história da ferrovia, diferente do surgimento de outras praças brasileiras que têm suas memórias vinculadas a presença de um templo religioso no seu entorno, razão pela qual é conhecia popularmente por Praça da Estação. No contexto cultural, político e social sua evolução foi de extrema importância para o desenvolvimento do município de Lavras.

A vegetação atual é composta de 58 exemplares sendo 22 espécies diferentes. São elas identificadas: *Archontophoenix cunninghamiana H. Wendl. & Drude*; *Callistemon viminalis (Sol. Ex Gaertn.) G. Don*; *Delonix regia (Bojer ex Hook.) Raf.*; *Dypsis lutescens (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.*; *Eriobotrya japonica (Thunb.) Lindl.*; *Handroanthus impetiginosus (Mart. Ex DC.) Mattos*; *Lagerstroemia indica L.; Libidibia ferrea (Mart. Ex Tul.) L.P. Queiroz*; *Licania tomentosa (Benth.) Fritsch*; *Ligustrum lucidum W.T. Aiton*; *Livistona chinensis (Jacq.) R. Br. Ex Mart.*; *Phoenix dactylifera L.*; *Platymiscium floribundum Vogel*; *Poincianella pluviosa (DC.) L.P. Queiroz*; *Roystonea borinquena O.F. Cook*; *Schinus molle L.; Schizolobium parahyba (Vell.) S.F. Blake*; *Senna macranthera (DC. ex Collad.) H.S. Irwin & Barneby*; *Tabebuia roseoalba (Ridl.) Sandwith*; *Tipuana tipu (Benth.) Kuntze*; *Triplaris americana L.*

Atualmente a praça possui uma área de 3.954,10 m² com áreas ajardinadas, gramados e passarelas, mas no contexto geral, considerando o paisagístico e o arquitetônico pode-se concluir que a praça necessita de uma revitalização em se tratando do manejo de algumas espécies arbóreas e, sobretudo, as forrações e arbustivas, que necessitam de técnicas de manejo, para que possa preservar a sua concepção original.

Pela sua relevância ao município, a praça foi tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras em 4 de maio de 2012, pelo Decreto n. 9.702, de 19 de junho de 2012.

Os espaços públicos do município de Lavras demonstram sinais de maior preocupação por parte do poder público, que iniciaram processos de requalificação e reestruturação, no entanto o planejamento deveria ser gerenciado por profissionais qualificados e que atuam no segmento, para que possamos resgatar a beleza e nostalgia das praças históricas, haja visto que é um espaço com dossiê de tombamento, ressalta-se que qualquer intervenção, tanto no âmbito paisagístico quanto arquitetônico deveriam seguir os parâmetros mais rígidos a fim assegurar o valor patrimonial. Percebe-se atualmente que o manejo da vegetação não se enquadra nas técnicas paisagísticas adequadas para espaços públicos.

Referências

Cicarelli, E. (5 nov. 2016). Tropeirismo: no lombo da mula, rota dos tropeiros em Lavras será revivida. *Jornal de Lavras*. Disponível em: www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=15019&catn=3&scatn=75. Acessado em: 16 ago. 2017.

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo (SP): Unesp.

Coimbra, R. R. (2009). *Uma viagem pelos trilhos da Centro Oeste: 120 anos de história ferroviária*. São Lourenço (MG): Novo Mundo Gráfica e Editora.

Delphim, C. F. M. (2005). *Intervenções em Jardins Históricos: Manual*. Brasília (DF): IPHAN.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

Paiva, H. N., Gonçalves, W. (2002). *Florestas Urbanas: Planejamento para melhoria da qualidade de vida*. Viçosa (MG): UFV.

Robba, F., & Macedo, S. S. (2003). *Praças Brasileiras*. 2.ª ed. São Paulo (SP): USP. (Coleção Quapá).

Santos, M. (1986). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo (SP). Hucitec.

Segawa, H. M. (1996). *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo (SP): FAPESP e Studio Nobel.

Silva, A. T. (2006). *Evolução histórico-cultural e paisagística das praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando Pereira, Lavras MG*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Lavras.

Silva, A. T., Venturin, N., & Passos, M. P. G. (2016). Praça Dr. Jorge, Lavras, MG: A Salvaguarda do Patrimônio Paisagístico. In *Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico* (pp. 47-57). Rio de Janeiro (RJ): Fundação Casa de Rui Barbosa.

Silva, S., & Carvalho. (jun. 2013). Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. *Turismo & Sociedade*, *6*(3), 605-625.

Vilela, M. S. (2007). Referências culturais. In *A formação Histórica dos campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras (MG): Indi, 427-444.

8 Os bondes de Lavras (homenagem a Allen Morrison)

Dr. Allen Morrison Ph.D. (autor), & Prof. Geovani Németh-Torres (tradutor)

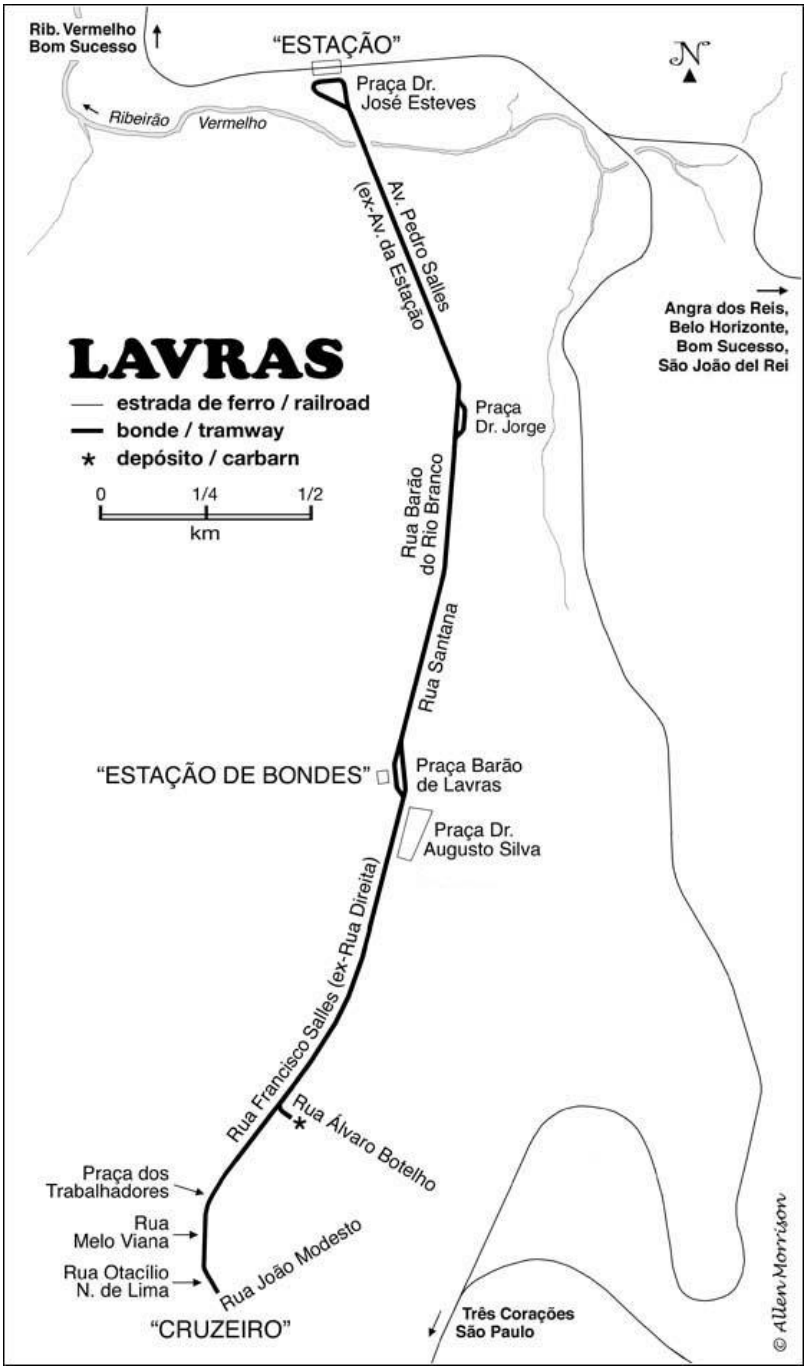
Resumo:

Este artigo é uma homenagem ao prof. Allen Morrisson (1934-2019), ex-professor da Universidade de Columbia nos Estados Unidos, e célebre pesquisador sobre sistemas urbanos de transporte elétrico. Morrison morava nos EUA desde 1964 e visitou centenas de cidades ao redor do mundo, estudando e tornando-se uma referência mundial pelos seus detalhados e precisos escritos sobre bondes. Autor de vários livros sobre o assunto, dentre eles sua mais conhecida obra, *The Tramways of Brazil* (1989), livro no qual, após exaustiva pesquisa, descreve a história de sistemas de bonde em cerca de cem cidades brasileiras, em sua maioria absoluta extintos na época. Seu *site* www.tramz.com traz formidável acervo de informações e sua disponibilização ao público em geral, sem visar nenhum ganho pessoal, elevam ainda mais seu trabalho. O fato de que se interessou por um assunto que, na época, era totalmente desprezado e ignorado, e que por conta de sua iniciativa muito do que poderia ter sido perdido foi preservado para as próximas gerações, tornam-no extremamente valioso, agora e no futuro. Morrison [1989: 84-87] estudou a história do bonde de Lavras, devidamente ampliada com fotos e publicada em 2012, em Inglês, em seu *site*[43]. Quando do desenvolvimento da *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, aventamos a possibilidade de convidá-lo para publicar um artigo sobre este assunto, momento em que descobrirmos seu falecimento no início de 2019. Para homenagear sua memória, publicamos aqui uma tradução para o Português de sua pesquisa sobre os bondes lavrenses, que fizemos em 2014[44], e que foi utilizada integralmente na pesquisa do dossiê de tombamento municipal dos *Postes do Bonde*, em 2015 – embora, estranhamente, sem qualquer tipo de referência aos autores.

Palavras-chave: Bonde elétrico – Waggonfabrik Falkenried – Estrada de Ferro Oeste de Minas – Rede Mineira de Viação – Transporte urbano.

[43] Morrison, A. (8 abr. 2012). The Tramways of Lavras, Minas Gerais state, Brazil. In *Urban Transport in Latin America*. Disponível em: www.tramz.com/br/lv/lv.html.

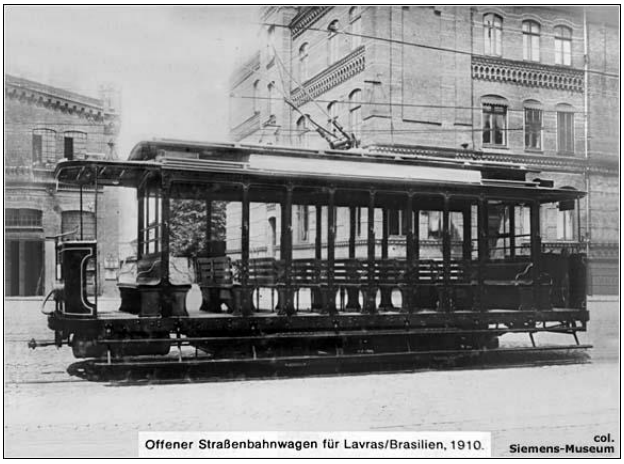
[44] Németh-Torres, G. (27 jan. 2014). Os Bondes de Lavras (por Allen Morrison). In *História de Lavras*. Disponível em: http://historiadelavras.blogspot.com/2014/01/os-bondes-de-lavras-por-allen-morrison.html.


Rib. Vermelho
Bom Sucesso
"ESTAÇÃO"
N
Praça Dr.
José Esteves
Ribeirão
Vermelho
Av. Pedro Salles
(ex-Av. da Estação)
Angra dos Reis,
Belo Horizonte,
Bom Sucesso,
São João del Rei
LAVRAS
estrada de ferro / railroad
bonde / tramway
depósito / carbarn
0
1/4
1/2
km
Praça
Dr. Jorge
Rua Barão
do Rio Branco
Rua Santana
"ESTAÇÃO DE BONDES"
Praça Barão
de Lavras
Praça Dr.
Augusto Silva
Rua Francisco Salles (ex-Rua Direita)
Rua Álvaro Botelho
Praça dos
Trabalhadores
Rua
Melo Viana
Rua Otacílio
N. de Lima
Rua João Modesto
"CRUZEIRO"
Três Corações
São Paulo
© Allen Morrison

Especialistas em transporte há muito admiravam o bonde elétrico como um dos melhores veículos já inventados: agradável aos passageiros, não-poluente, com ar-condicionado natural, de rápido embarque e fácil de pilotar. O Brasil teve mais bondes abertos que em qualquer outro lugar e nenhuma cidade exibiu melhor suas virtudes que Lavras.

Tal como muitas cidades em Minas Gerais, Lavras, localizada a 230 km ao sudoeste de Belo Horizonte, atraiu garimpeiros durante a corrida do ouro que ocorreu no Brasil no início do Século XVIII (o Brasil teve a primeira "corrida do ouro" recordada na História). Tornou-se um pólo agrícola no Século XIX e prosperou pela junção de duas ferrovias: a Rede de Viação Sul Mineira – que se dirigia ao sudoeste, de Lavras a São Paulo –, e a Estrada de Ferro Oeste de Minas, que conectava Angra dos Reis (RJ) a Belo Horizonte. Hoje é uma cidade universitária cheia de jovens e, entre outras coisas, clama ter a mais alta taxa de alfabetização do Estado. A população era de 25 mil habitantes em 1910 e hoje é de cerca de 100 mil.

A cidade fica no cume de uma subida inclinada para o sul, a partir do vale onde está a estação ferroviária [mapa na página anterior]. Para levar seus passageiros através da longa subida para a cidade, a EFOM construiu uma linha de bonde elétrico em 1910 e adquiriu dois carros de dois eixos e onze bancadas da Waggonfabrik Falkenried, de Hamburgo, Alemanha. A fotografia seguinte mostra um deles na fábrica Falkenried antes de ser enviado para o Brasil [Siemens-Museum, München]:

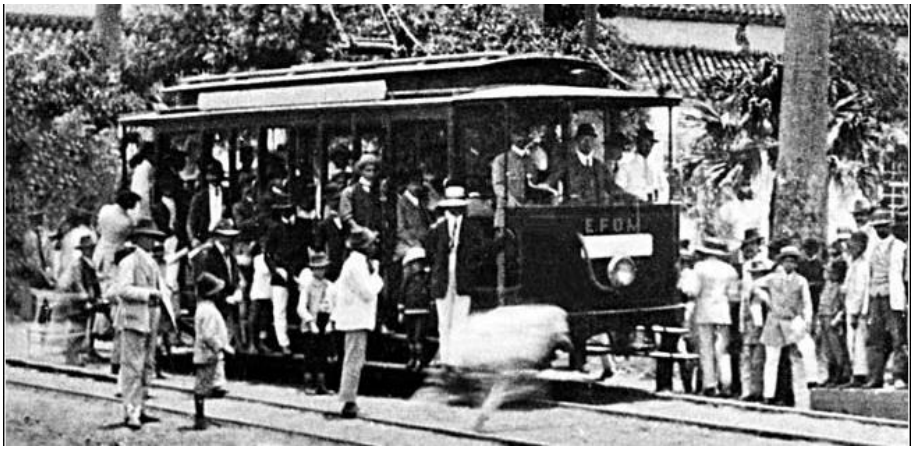


("Offener Straßenbahnwagen" = carro ferroviário de rua aberto. Em 1910 Falkenried também construiu bondes elétricos para Natal e Vitória, Brasil).

Em sua chegada em Lavras, o povo local empurrou os carros para o trilho [Museu de Lavras]:

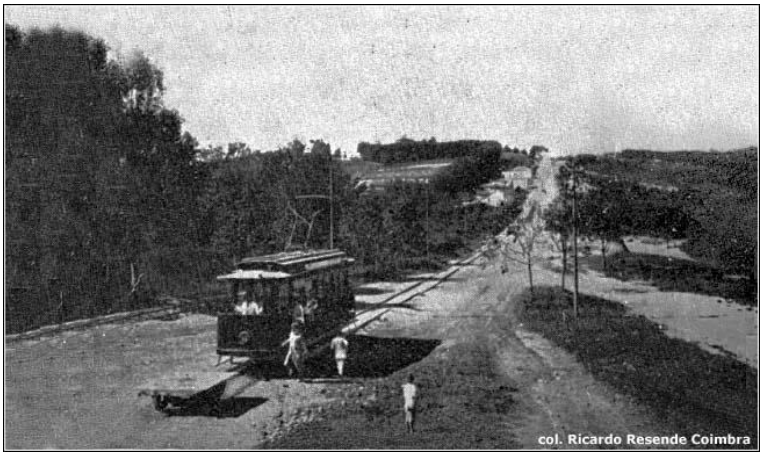
O bonde elétrico de Lavras foi inaugurado em 21 de outubro 1911. Uma elaborada estação feita de granito para a embarque no bonde foi construído na Praça Barão de Lavras, no centro da cidade [ver mapa], e Lavras se tornou conhecida em toda Minas Gerais como a "Cidade do bonde". O transporte tinha bitola métrica, rota de 3 km de extensão e os carros, numerados de 1 e 2, tinham a frente ao estilo da Siemens:

Abaixo, close da cena anterior. Note as iniciais “EFOM” na frente do bonde. Na foto, uma criança correu muito rápido para a baixa velocidade da lente da câmera [col. AM]:



Outra imagem antiga da “ESTAÇÃO DE BONDES” na Praça Barão de Lavras [col. Ricardo Resende Coimbra]:

O final da linha norte, em frente à estação de trem. Vista para o sul. O retorno do bonde na praça não havia sido construído ainda. Essa parte da cidade não estava urbanizada quando o bonde surgiu, embora, graças a ele, essa colina foi povoada rapidamente [col. Ricardo Resende Coimbra]:



Av. Pedro Sales, o mesmo local alguns anos depois. O fotógrafo estava provavelmente no telhado da estação de trem. O ribeirão Vermelho corre sob uma pequena ponte na parte baixa do vale (marcada pelas árvores). O grande prédio com jardim murado à esquerda era a casa do engenheiro-chefe da EFOM [col. Ricardo Resende Coimbra]:

A próxima foto mostra o carro 2 no novo retorno do bonde perto da estação de trem. A casa com jardim murado na imagem anterior está à direita aqui. Ao invés de “EFOM”, esse bonde está marcado com “Oeste”. Talvez o(s) passageiro(s) que perdeu o bonde irá pegar este táxi [col. AM]:

A estação de trem. Os bondes aparentemente sempre circulavam o retorno no sentido horário [col. Ricardo Resende Coimbra]:

Vindo do sul, subindo a colina, em direção à cidade [col. Museu de Lavras]:

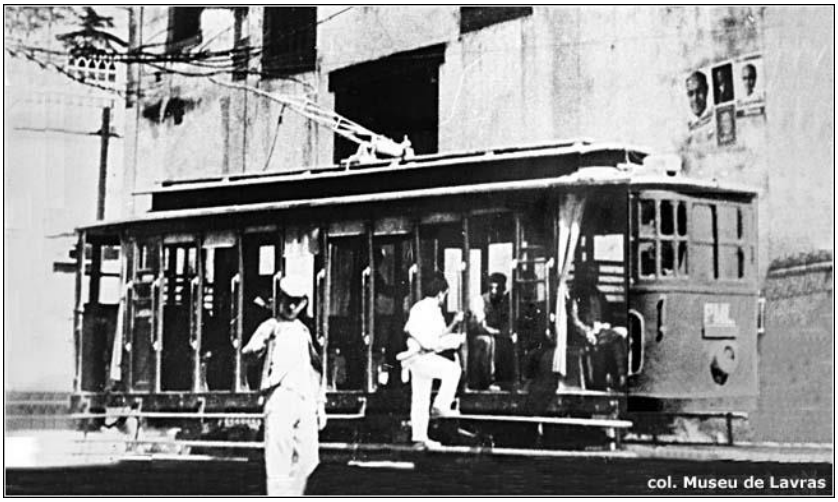
Em janeiro de 1931 a RVSM e a EFOM se uniram na Rede Mineira de Viação (que posteriormente se tornou a Viação Férrea Centro Oeste). A "EFOM" na frente dos carros se tornou "RMV". A foto abaixo mostra a Rua Francisco Sales [col. Jornal de Lavras]:

Sete meses depois, em agosto de 1931, o bonde foi transferido da ferrovia para a Prefeitura Municipal de Lavras. Todavia, fotografias indicam que o símbolo da "RMV" permaneceu nos veículos por muitos anos [col. Jornal de Lavras]:

Os bondes não apenas forneciam transporte. Eles eram também um divertimento e local de encontro para muitos habitantes da cidade. O carro na foto abaixo vem do sul pelo lado oeste da Praça Dr. Augusto Silva [col. Jornal de Lavras]:

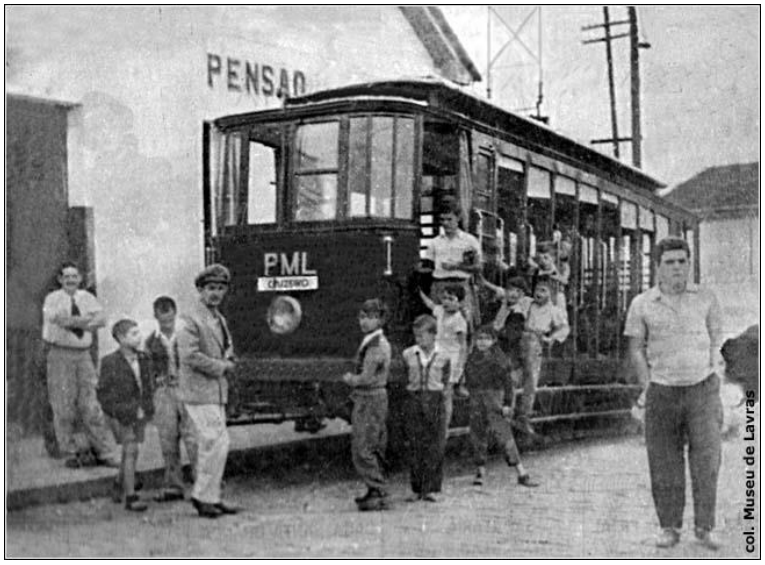
Esse carro está descendo a Rua Sant'Ana. Seria este o motorneiro?[45] [col. Jornal de Lavras]:

A cidade demoliu a estação de espera na Praça Barão de Lavras por volta de 1940. O bonde na fotografia mostra as iniciais "PML" de seu proprietário e operador, a Prefeitura Municipal de Lavras [col. Museu de Lavras]:



[45] Nota do tradutor: Renato Libeck nos responde: era um tal Gérson, e usava terno brim amarelo.

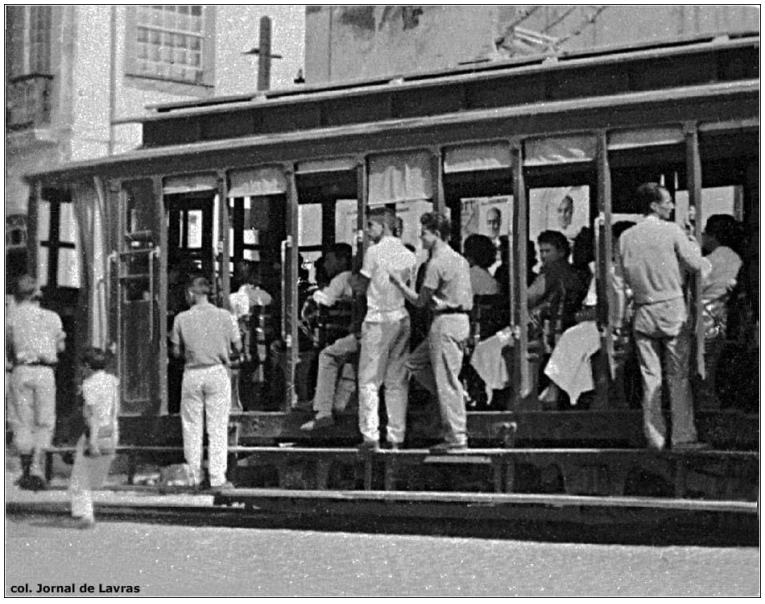
Estes escolares se mostram relutantes em deixar seu divertido transporte. Note o destino “CRUZEIRO” na placa [col. Museu de Lavras]:



A maioria destas fotos não tem data. Este automóvel aparenta ser dos anos 1940. O local é a Praça Dr. Augusto Silva, o centro de Lavras [col. Museu de Lavras]:

Esta é a propaganda do “Salão Elite”, barbearia localizada “em fremte à est. de bonds” [col. AM]:

As roupas e cortes de cabelo sugerem que a imagem abaixo é da década de 1950 [col. Jornal de Lavras]:



Esse descarrilhamento na Avenida Pedro Sales era “coisa de garoto” [col. Museu de Lavras]:

Quando os bondes de Belo Horizonte foram fechados em junho de 1963, o prefeito de lá, Jorge Carone Filho, doou dois bondes de dez bancos para Lavras e seu prefeito, Maurício Ornelas Souza. Os bondes 55 e 69 foram construídos nos anos 1930 pela própria companhia de bondes de Belo Horizonte ou pela Trajano de Medeiros no Rio de Janeiro [Prefeitura de Lavras]:

A Prefeitura Municipal de Lavras substituiu os dois velhos bondes alemães pelos "novos" bondes brasileiros – renumerados 3 e 4 e pintados de azul – em 20 de julho de 1963, o 95.º aniversário da elevação da cidade. A foto abaixo mostra a inauguração festiva naquela data [Prefeitura de Lavras][46]:

A Praça Dr. Augusto Silva [col. Ricardo Resende Coimbra]:

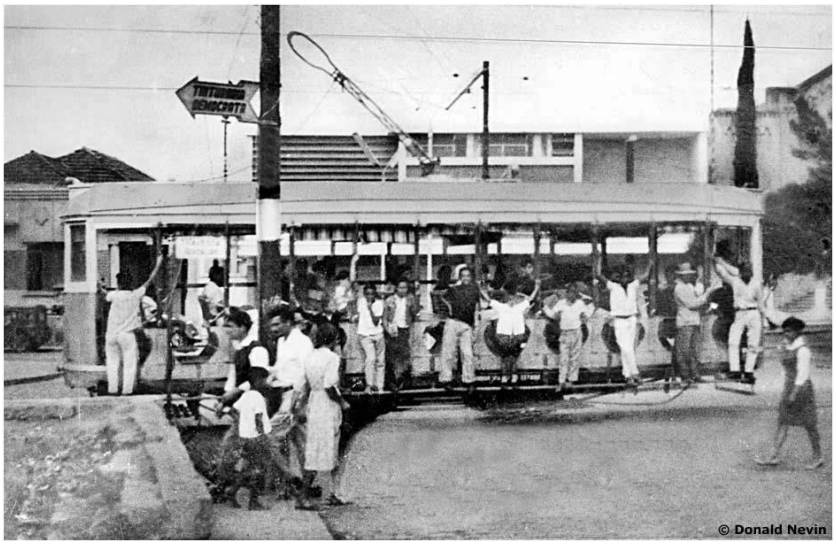
[46] Nota do tradutor: em 2019, uma filmagem deste acontecimento feita para um cinejornal da época foi encontrada nos arquivos do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte, havendo uma cópia no Museu da Imagem e do Som de Lavras.

Tempos felizes retornaram à cidade [col. Jornal de Lavras]:

Close-up da cena acima [col. Jornal de Lavras]

A vista norte da descida da Avenida Pedro Sales em direção à estação ferroviária. Note a inclinação extreme do trajeto – uma das razões da cidade necessitar dos bondes [col. Ricardo Resende Coimbra]:

A figura abaixo de um bonde ex-belo-horizontino em Lavras [feita a partir de uma gravura colorida] foi tirada pelo americano entusiasta de trens Donald Nevin, durante sua visita em 1965 [Donald Nevin]:



Outra imagem feita pelo visitante em 1965 [Donald Nevin]:

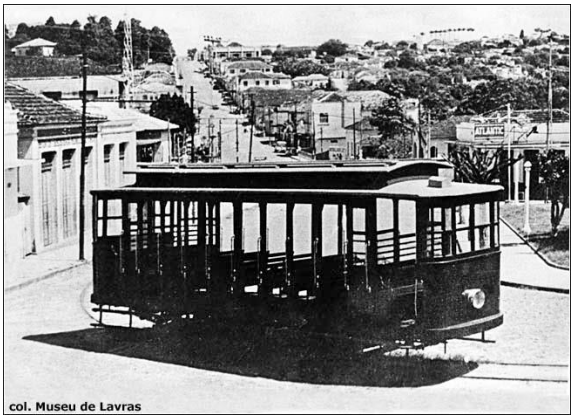
Andar num bonde aberto em Lavras era tradição desde 1911. Subir a Rua Francisco Sales num quente e poluidor ônibus não é a mesma coisa [Donald Nevin]:

A rota do bonde foi encurtada nos últimos anos em algumas quadras: ao invés da Rua João Modesto, os bondes terminavam na Praça dos Trabalhadores. A foto abaixo foi tirada da janela do bonde em sua nova parada. A vista é do norte, descendo a Rua Francisco Sales [Donald Nevin]:

O bonde 4 dentro de seu abrigo na Rua Álvaro Botelho [Donald Nevin]:

De acordo com uma carta do Museu de Lavras datada de 15 de maio de 1980, o uso dos antigos bondes de Belo Horizonte "não foi aprovado na Câmara de Lavras" e os carros 3 e 4 retornaram a Belo Horizonte em 1965. Os bondes alemães originais 1 e 2 retornaram ao serviço até finalmente serem fechados em 8 de novembro de 1967. A foto abaixo é dita ser da última viagem, naquela data[47] [col. Prefeitura de Lavras]:

Após o serviço de bondes terminar e os fios elétricos serem removidos, um dos bondes Falkenried foi restaurado e colocado em exposição em frente à estação de trem. Lá ele ficou até o centenário da cidade, celebrado em julho de 1968. Seu paradeiro atual é desconhecido[48] [col. Museu de Lavras]:



[47] Nota do tradutor: Renato Torres Libeck, um dos meninos na foto, nos conta que ela foi tirada meses após o encerramento da linha, por iniciativa do sr. Paulo Oliveira Alves.
[48] Nota do tradutor: O bonde foi desmontado e vendido como sucata. Segundo Ângelo Alberto de Moura Delphim, pelo menos um banco do bonde fora preservado, embora não se sabe se ele ainda esteja no acervo do Museu Bi Moreira.

Um texto de jornal anônimo da década de 1970 [col. Museu de Lavras]:

SAUDOSISMO SOBRE TRILHOS

Em Lavras antigamente havia uma linha de bondes que subiam e desciam a rua principal que é uma ladeira. Os meninos apelidaram os dois veículos de Fuca e Cupa e acompanhavam a passo a geringonça de que hoje só restam as lembranças curiosas e saudosas. Ninguém se lembrou de conservar um bonde na cidade como documentário vivo de uma época. Também o museu de Lavras só agora vai ter uma sede definitiva pois o MEC se interessou pelo acervo de Bi Moreira, um homem que respira o passado e sempre sonhou mantê-lo presente na memória dos Lavrenses.

Foi provavelmente Bi Moreira (Sílvio do Amaral Moreira) que tirou algumas das fotos aqui mostradas. Este pôster promoveu uma exposição em 1981 [col. Museu de Lavras]:

O Museu de Lavras foi rebatizado Museu Bi Moreira em 1983. A foto abaixo mostra um dos poucos traços remanescentes do bonde: este poste na

Rua Sant'Ana, na esquina da Rua Desembargador Alberto Luz, duas quadras ao norte da Praça Barão de Lavras [Ricardo Resende Coimbra][49].

Legenda: Poste: parte da história de Lavras, instalado no ano 1911. Neste poste foi afixado o cabo de tração do bonde. Fabricação inglesa (início do século).

Esta é a vista aérea da cidade em 2009. A câmera está voltada para o sul. A faixa triangular coberta de árvores no centro da imagem é a Praça Dr. Augusto Silva [Felipe, Wikimedia Commons; Lavras]:

[49] Nota do tradutor: Este poste, mais um na Praça Dr. Augusto Silva, no ponto de táxi em frente ao Vitória Palace Hotel; outro no alto da Rua Francisco Sales, na parada de ônibus próxima à esquina com a Rua Azarias Ribeiro; e outro ainda à esquina da Rua Otacílio Negrão de Lima e Rua Gustavo Pena (este último, fora do trajeto original), foram declarados patrimônios culturais municipais em 2012 e 2015. Ressalte-se que entre 1968 e 1970, o município doou postes remanescentes a instituições como o Colégio Aparecida, o Gammon, a Olímpica, entre outras. Muitos ainda existem.

O sistema de bondes de Lavras operou os mesmos carros elétricos por meio século e foi um dos últimos bondes a existir no Brasil. Mesmo assim, até onde o autor sabe, a linha era desconhecida da maioria dos entusiastas deste transporte que vinham da América do Norte e da Europa. Ninguém deles descobriu a linha de bondes elétricos que operou entre 1930 e 1950 em Bom Sucesso, uma cidade a cerca de 50 km ao nordeste de Lavras[50].

Os trilhos da Rede Mineira de Viação ("RMV"), que foram eletrificados de Ribeirão Vermelho através de Lavras até o Estado do Rio de Janeiro, carregaram passageiros até o início da década de 1980. As locomotivas diesel ainda puxam trens de carga atualmente. A ferrovia de bitola 762 mm de São João del-Rei a Tiradentes, cerca de 100 km ao leste de Lavras, ainda opera locomotivas a vapor que atraem entusiastas de ferrovias através do mundo.

Referências

Cicarelli, E. (20 jul. 2011). Hoje é aniversário de Lavras, da Olímpica, do Serra da Bocaina e da chegada do homem a Lua – veja fotos antigas. *Jornal de Lavras*. www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=2578&catn=3&scatn=43. ("Fotos antigas de Lavras. Em 20 de julho de 2011, para celebrar o aniversário da cidade, o jornal publicou 97 imagens antigas, muitas de bondes. O jornal gentilmente enviou muitas delas para reprodução neste artigo").

Cicarelli, E. (19 out. 2011). Há cem anos era inaugurada a linha de bondes em Lavras – veja fotos. *Jornal de Lavras*. Disponível em: www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=3095. ("Centenário do Bonde. Breve história dos bondes publicada em seu centenário").

Folha de Lavras. (23 jan. 1910). Bonds, p. 1. ("Peças do bonde encomendadas da Alemanha").

Folha de São Paulo. (28 jul. 1963). Novos Bonds para Lavras. ("Artigo ilustrado sobre os bondes de Belo Horizonte enviados para Lavras").

[50] Morrison, A. (1989). *The Tramways of Brazil*, 84-87. http://www.tramz.com/ttob3/084.html.

Giesbrecht, R. M. (2019). Estações Ferroviárias do Brasil. ("Página de Lavras desta pesquisa monumental descreve a história ferroviária e mostra imagens de suas estações. http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_tronco/lavras.htm").

Incentivo, O. (6 fev. 1910), p. 1. (16 fev. 1911), p. 1. ("Jornal defende a construção de bondes").

Lavras. (1939). Mapa das ruas da cidade, escala 1:10.000. ("Mostra as ferrovias, mas não os bondes").

Medeiros Filmes. (1947). Cidade de Lavras. Vídeo, 7min37s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TNLSmxzqQUo. ("Algumas imagens de bondes deste filme de 1947").

Pomárico, P. C. (23 out. 1979). Projeto de Linha de Bonde entre a Estação e a Cidade de Lavras. ("Réplica de 1,45m, da planta de 1910, escala 1:2.000).

Rede Mineira de Viação. (1931). Contrato celebrado entre a Rede Mineira de Viação e a Prefeitura Municipal de Lavras.

Stadtverkehr (Brackwede), Der. (1976). Wagenbauanstalt Falkenried. *5-6*, 184-185. ("Um artigo sobre a construtora de bondes de Hamburgo; inclui imagem do modelo que foi construído para Lavras").

:=:=:

Em adição aos trabalhos acima, o autor agradece a contribuição dos seguintes por suas valiosas contribuições a esta página: Pedro Américo de Souza do Rio de Janeiro; Wanderley Duck de São Paulo; Ricardo Resende Coimbra de Lavras; Prefeitura de Lavras; Ângelo Alberto de Moura Delphim do Museu de Lavras, agora Museu Bi Moreira; Eduardo Cicarelli do Jornal de Lavras; e Dr. V. Weiher do Siemens-Museum em München.

9 Reza cantada e tambores consagrados: Aspectos epistemológicos sobre o Congado de Lavras (MG), Brasil – Música, emoção e religião[51]

M.e Ewerton de Brito Fernandes Lopes[52], & M.e Henrique Nogueira Soares[53]

Resumo:

O Congado é um tipo de manifestação festivo religiosa onde bens simbólicos culturais africanos são rearticulados, recodificados e reinterpretados a partir da cosmologia católica e representados através de música, dança, texto e instrumentos musicais. É difundido pelo Brasil através de uma rede de contatos que compartilham a mesma estrutura ritual [Prass, 2013], sendo o fazer musical associado à mística e ao respectivo mito fundador, sobretudo pela "entronação" de Nossa Senhora do Rosário sobre um Tambor, e que permite a manutenção e a continuidade, no plano católico, do caráter sagrado dos tambores verificado em rituais religiosos africanos [Lucas, 1999] – comum entre os congadeiros de cada localidade que os interpreta à sua forma, gerando variedades peculiares de manifestação através de sincretismos e apropriações. Nesse contexto, a performance do evento resulta em um paralelismo temporal e espacial, experiência mística onde humildes trabalhadores se transformam em reis, espíritos invocados se consubstanciam e, por fim, vivencia-se um momento de matizes culturais africanas. A pesquisa parte de um trabalho etnográfico multissituado na região das Vertentes (Minas Gerais/Brasil) realizado entre os anos de 2013 e 2016 e busca analisar a relação do fazer musical com o mito fundador e a dinâmica dos processos de negociação no âmbito da resistência das práticas culturais africanas, resultando em uma experiência religiosa.

Palavras-chave: Congado – Música – Mito – Religião – Tambores.

---

[51] Publicado no II Congresso Lusófono de Ciência das Religiões: "História, Memórias, Narrativas – Rupturas, Violências, Fundamentalismos e Revoluções". Lisboa, Portugal, junho de 2017.

[52] Natural de Lavras, é graduado em Música pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011) e mestre em Etnomusicologia pela Università Tor Vergata – Lettere e Filosofia, em Roma, Itália (2019) e também doutorando pela mesma instituição. A convite da Accademia Musicale Praeneste, sob tutela do maestro Marcos Vinicius, concluiu a especialização em Alta Performance do Violão Clássico. Coordenador do Projeto "Diásporas e identidades" com o professor Antonio Vignera – responsável pelas atividades didáticas dos Museus do Vaticano. Integrante do Coro da Filarmonica Romana e Cappella Giulia (San Pietro, Vaticano).

[53] Doutorando – IDEMEC – Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa.

Introdução

Segundo do antropólogo José Jorge de Carvalho [Porto, 2002], o Congado, ou Festa do Rosário, é uma das manifestações mais completas e representativas sobre a História do Brasil, em todos os aspectos, seja artístico, acadêmico, político, histórico, religioso e social. O Congado é uma manifestação cultural-religiosa afro-brasileira, originada de povos africanos de cultura Bantu[54], que sofreram ainda na África uma a influência católica através dos Jesuítas, Dominicanos e Capuchinhos no qual utilizaram como estratégia de catequese o Rosário de Maria. Os Negros do Rosário se difundiram por todo Brasil, se organizaram em Irmandades e Quilombos[55], onde preservavam uma estrutura cultural-religiosa similar diretamente relacionado a formação de suas comunidades e suas identidades comunitárias, mas assumindo particularidades e as vezes identificações diferentes (Jongo, Tambor de Crioula, Caixeiros, etc.), no qual em Minas Gerais se predomina o Congado. Como afirma Prass [2013: 62],

> Fazem parte de uma "rede de congados", no qual compartilham "bens simbólicos e materiais (como instrumentos musicais e cantos) e semelhanças e paralelismos de uma mesma estrutura ritual, vivida em diferentes localidades e diferentes tempos". Essa rede de contatos foi delineada pela autora de acordo com especificidades locais, decorrência de diferentes formas de contato de sua cultura "original", "africana", com as apropriações regionais da cultura europeia, portuguesa com maior ênfase [...] que forneceram o tom da interação e das trocas e transformações simbólicas que foram sendo operadas por cada grupo, em cada parte do Brasil, ao longo do tempo.

O Congado é um evento composto de uma sequência de rituais de matizes africanas, no qual se serve de música, dança, elementos e objetos simbólicos para a realização do "Religare[56]", herança cultural religiosa africana, transcodificados e representados à luz do mito da aparição de Nossa Senhora do Rosário, seu resgate e sua entronação em cima de um tambor, assim como outros mini-mitos [Strauss, 1980], preservando saberes, práticas culturais e religiosas africanas em um plano católico. Segundo Glaura Lucas [1999]:

[54] Bantus: grupo etno-linguístico localizado principalmente na África subsaariana e que engloba cerca de quatrocentos subgrupos étnicos diferentes.
[55] Local formado por grupos de afrodescendentes que preservam e praticam a cultura da cosmovisão africana.
[56] Religare: definição do ato de ligação com o divino. Prática religiosa.

> As cerimônias do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, ou Congado, constituem uma das mais importantes expressões da religiosidade da cultura afro-brasileira em Minas Gerais [...] Saberes africanos, principalmente difundiram pelo país e os processos de interpretação e rearticulação de seus elementos formadores geraram uma variedade de formas peculiares de manifestação, redefinidas em apoio a uma doutrina matriz [Lucas, 1999].

Apoiando na visão de Blacking [1973], é importante destacar que os elementos do Congado exigem uma interpretação de um ponto de vista diferente, pois possui uma estética particular, principalmente no âmbito musical, no qual suas performances não devem ser observadas e/ou comparadas como na cultura ocidental, católica. Tais elementos possuem função e fundamento no plano físico e místico, e revelam a genialidade que tais comunidades preservam suas culturas e tradições religiosas. As performances não devem ser entendidas como um produto e sim como um instrumento de ligação com o divino, no qual a música se une a simbologia e mitos que são vividos em outro plano, que não o material [Clastres, 1978]. A música e outras formas artísticas como danças, pinturas corporais e vestimentas se encastram com religião, política, mitologia, necessita uma compreensão "estética" diferente da cultura moderna ocidental [Rancière, 2005]. Todos estes artifícios unidos a fé e ao pensamento coletivo – que chamamos de Egrégora – possibilitam a verdadeira experiência religiosa-mística que acontece em todas as formas de religião. Nas performances carregam princípios psico-acústicos de alta sofisticação, que raramente encontramos nas músicas comerciais ocidentais, como mascaramento sonoro, transcendência, Devir, intimidade sonora, identidade sonora e *entrainment*[57] [Huron, 2017/18].

Este artigo foi o resultado de comparações entre pesquisa etnográfica *in loco*, pesquisa bibliográfica e entrevistas, para tese de mestrado e doutorado na área de Patrimônio, formação e território – Etnomusicologia, pela Universidade de Roma Tor Vergata. Nesse sentido, foram analisados os processos ritualísticos do Congado de Lavras (MG), Brasil, – e região do Campo das Vertentes, realizados no Ciclo do Rosário[58], em seus aspectos musicais e simbólicos em relação à criação e interpretação do Mito de Nossa Senhora do Rosário e louvações a outros santos católicos presentes no contexto da escravidão, assim

[57] Tendência a sincronização de sons e movimentos.
[58] Espaço de tempo de início e termino das festividades realizadas em louvor a Nossa Senhora do Rosário e Santos Negros.

como espíritos dos antepassados e espíritos de sabedoria, sincretizados sob o véu dos santos católicos.

Figura 1: A mesorregião do Campo das Vertentes, no Estado de Minas Gerais.

De acordo com Airton Guimarães [2009: 11-13] o Congado nasce em Minas *Gerais* – região que detém 60% do patrimônio cultural de todo o Brasil, que contextualizados no processo histórico e físico-geográficos, consolidam saberes antigos no âmbito de valores familiares e comunitários, que se revelam principalmente através de seus cantos. A organização das vilas, comunidades quilombolas e irmandades são relacionadas a um arco temporal do início do Século XVIII aos últimos anos do Século XIX, devido principalmente à descoberta de ouro, as atividades agronômicas e a instalação das ferrovias. Tais atividades permitiram um fluxo migratório entre regiões do nordeste e Minas, e inter-regional devido a colapso da extração de ouro e aumento da produtividade agrícola, em um sistema econômico escravista. Porém uma particularidade formação, introdução e organização das comunidades afrodescendentes em Minas Gerais, foi o ciclo do ouro, no qual possibilitava o enriquecimento súbito dos indivíduos, assim como dos escravos que, ao encontrar ouro ou pedras preciosas, podia comprar a sua liberdade. Um dos casos mais emblemáticos é da história de Chico Rei, que segundo algumas versões do conto, acumulava ouro em suas unhas e cabelos e, conseguindo adquirir uma terra que continha uma mina de ouro (a Mina Encardideira), comprou a liberdade de outros escravos, fundando assim a primeira irmandade em Minas Gerais, a Irmandade de Santa Efigênia em Ouro Preto. Esse é um dos espíritos venerado nos rituais do Congado, assim como da Rainha Nzinga (Ginga) de Angola, São Benedito da Itália, Princesa Isabel, Mestre Zélio, entre outros.

O ciclo do ouro desenvolveu as grandes cidades coloniais, possibilitou aos seus alforriados construir grandes estruturas como as Irmandades, regidos por personalidades eclesiásticas ligadas a cúria da Igreja Católica; templos com muita riqueza artística, assistências sociais como auxílio de Direito legal, assistência sanitária, educação, funerário, etc., e principalmente um contato com a cultura europeia, o que não acontecia anteriormente com a economia de extração de madeira, cultivo de cana de açúcar, e atividades agrícolas contemporâneas ao ciclo do ouro, em intensa atividade na região, que causou a migração de mão de obra escrava para o sul de Minas, aumentando a população nas grandes fazendas. No caso da região das Vertentes, as festas do Rosário aconteciam nas casas e pequenas capelas, com pouco contato com autoridades eclesiásticas devido à dificuldade de mobilidade e estrutura, o que permitiu em uma preservação mais forte da cultura religiosa africana e o desenvolvimento da liturgia próprios. Eram nas Congadas que aconteciam a união entre membros de famílias de origens diversas, intensificando os elos, mas, principalmente, unindo histórias, tradições e culturas de famílias diversas unidas pela pratica religiosa comum, reconhecidas pelos modos de canto, dança e toques de tambores. Um desses casos é identificado no Reinado de Ribeirão Vermelho, como pesquisado através da rainha conga *Marta Aparecida Pinto*, dona Tina e de sua filha *Mirlane Aparecida Pinto* [Tuna, 2012]. Tais eventos sociais conduzem as variações das formas de recontar as lendas e mitos, assim como fundamentos e recriações interculturais. As festas do Rosário realizadas em Lavras e região das Vertentes foram determinantes para a formação deste território, no âmbito geopolítico e cultural.

Como é sentido e vivenciado a experiência da pratica religiosa, a comunicação e transporte de um plano material à um plano místico, através do "fazer musical", função e significado de cada instrumento em si e suas execuções, seus mecanismos de processos de negociações, justificativas e contextualizações para reinterpretações e apropriações entre elementos católicos e afro-brasileiros pela asseguração da continuidade da prática religiosa e cultural dos participantes em região das Vertentes.

Congado é uma festa religiosa com uma forma particular de comunicação com o Divino, uma "reza" cantada. Segundo [Widar, 2016] "Dolce Canto" é o nome designado para dizer "Deus". Chorando se alcança o Dolce Canto, e cantar é escutar o misterioso. O Canto dá vida à palavra. Na dança se exprime a alegria, na dança se unifica a natureza humana e a angelical. Música e dança unem a prática e a simbologia. Consentino [2016] sustenta que o contato com o divino está na alegria, e tal forma de louvor é assim praticada por vários

povos na África, e no qual o contato com o divino não depende de um intermediário e sim da própria pessoa, não apenas por uma, mas por todas como corrobora Padre Cola Lubamba[59] [2016]. Acompanhando alguns rituais da igreja congolesa em Roma, percebe-se que os ouvintes, coro e padre cantam e dançam juntos durante os momentos de louvor da liturgia durante toda a missa. Contudo identifica-se tal semelhança no Congado, Figura 1.

Figura 1: Terno Catupè (Ribeirão Vermelho, Minas Gerais, Brasil).

Segundo Brasileiro [2001: 82] o Tambor, a palavra e a dança, são os três pilares básicos da estrutura congadeira. Os congadeiros demonstram sua fé através de danças e músicas pelas quais louvam os santos de sua devoção. Estas danças e músicas sofrem, ao longo do tempo, várias interferências, ruídos e mutações que as recriam [Pires, 2011]. "Estas manifestações foram passando por um processo de aculturação culminando no sincretismo religioso afro-brasileiro, de conteúdo místico-mágico-religioso" [Dinis, 1987].

> Os congados são rituais "nos quais santos católicos são venerados africanamente" uma vez que a devoção se opera "por meio de uma Gnosis acentuadamente africana em sua concepção e estruturação simbólicas [...] Celebrar por meio da música, da dança e do canto é um desses aspectos que nos remetem a maneira africana de festejar. Tocar, cantar e dançar são atos de oração [Martins, 1997].

As performances, os sons, as músicas e os textos religiosos do Reinado de Nossa Senhora são uma tradição de transmissão oral. Os conhecimentos tradicionais são as referências litúrgicas/históricas que se recriam a cada

[59] Padre Cola Lubamba – Padre, compositor e regente do coro da comunidade congolesa de Roma.

performance, o novo se faz antigo recriado a partir da referência ancestral em seu tempo ao vivo. O "poder" da performance é percebido no momento de sua execução ao vivo, no qual os textos ao mesmo tempo que transmitem informações históricas, pedem proteção aos santos católicos em forma de reza, que são cantados em versos improvisados em rima. Sobre esse processo, Leda Martins [1997] observa ainda:

> A voz da narração, articulada no momento evanescente da enunciação, presentifica o narrado e os narradores antepassados, mas também singulariza o performer atual. [...] narrar e cantar são, assim, jogos de improvisação [...] sobre os motes e os temas na série curvilínea e espiralar da tradição.

Os cantos, os textos produzidos revelam a grandeza literária do Congado. Exatamente pela ausência dos registros em livros, os congadeiros escrevem suas histórias na memória, e expressam suas informações em versos, formas literárias características e de métricas precisas, no qual depende de um sistema de perpetuação que envolve toda uma comunidade e seus modos de vida, valorização da tradição oral e valores familiares, para sua preservação. O domínio das rimas, versos e conteúdos culturais e religiosos dos capitães de Congado os tornam dignos no mínimo de um reconhecimento das Academias de Letras, se não uma própria cadeira. Os sistemas de ensino literário, certamente, deveriam ser ao menos observado e discutido a serem praticados nas escolas de ensino fundamental, pois abrangem além da alfabetização, o ensino de valores comunitários e a formação da identidade pessoal e social. Neste contexto, o papel das escolas e Academias literárias seria crucial para a consolidação dessas identidades, com reflexos nos planos econômicos, turísticos, culturais, etc.

A música e a dança sempre representaram um momento íntimo de união entre o ser humano e Deus, o plano terreno e o plano divino, o plano material e o plano místico. No caso do Congado, as performances dão vida às informações codificadas em símbolos possibilitando uma experiência em outro espaço/tempo. Na visão de Rancière [2004] tal experiência se define como "partilha do sensível".

> [...] Essa distribuição e essa redistribuição dos lugares e das identidades, esse corte e recorte dos espaços e dos tempos, do visível e do invisível, do barulho e da palavra constituem o que chamo de partilha do sensível.

O eco do tambor já é captado pelos homens em pleno mundo intrauterino. A palavra é o elo mágico responsável pela contínua renovação das cantorias, é através dela que fluem versos capazes de contar uma história de

cem anos em apenas dez estrofes e a dança é uma coreografia em retrato ao vivo, traduzindo os tempos passados, as lutas do presente e as tendências futuras [Brasileiro, 2001: 82]. Os sons produzidos, os versos entoados que guiam ao transe, consubstanciam o espírito invocado e dão existência e vida aos mitos podendo ser percebidos por todos os participantes dos rituais.

> [...] o corpo é o lugar de expressão da personalidade do indivíduo e ornamentações corporais levam esses indivíduos a se tornarem outros indivíduos, inclusive não humanos [Vilaça, 2000].

Anualmente, o Ciclo do Rosário inicia em maio e termina em novembro. É o período em que os reinos estão "abertos", ou seja, em que os Congados estão em atividade, os congadeiros cumprem uma série de compromissos rituais, mas é a festa anual de Nossa Senhora, que cada comunidade promove, o momento principal e mais esperado. A festa é o tempo sagrado, de reatualizarão da memória, de previdência do mito [Santos, 2011]. As festas do Rosário são compostas de diversos momentos rituais, relatados a seguir pelo capitão Walter Barbosa. No cortejo identifica-se formações de várias "Guardas[60] (Ternos)" em formação sequencial, que relacionam padrões rítmicos, hierarquias que em suas performances interpretam o mito fundador, louvam santos negros, personagens cruciais da luta contra a escravidão e ancestrais, cada região com seu modo particular. Os mais comuns no Congado são os Ternos de *Vilão*, *Congo*, *Catupê*, *Caboclo*, *Marujo*, *Moçambique*. Em raros lugares encontramos o Candombe, cerimônia realizada apenas por capitães de Ternos. Observa-se na Figura 2 as várias guardas presentes em um cortejo do congado de Lavras (MG), Brasil.

Figura 2: Cortejo – Congado de Lavras. À frente, Padre Marcos.

[60] Guarda: pode ser chamado de Terno, são nomes designados aos grupos que formam os cortejos, geralmente formados por participantes de uma mesma cidade, ou mesmo uma família no qual compartilha o mesmo fundador, no caso, um patriarca.

Segundo [Lucas, 1999], a festa do Rosário, o Congado, os antepassados, as almas dos escravos, antigos reis, rainhas, capitães falecidos são lembrados e reverenciados. A lenda vem assumindo várias versões regionais à medida em que é transmitida de geração a geração. Segundo Gisele Barbosa Oliveira[61] [2017], as guardas representam também outros santos presentes na saga dos negros escravizados no Brasil. São os santos representados nos Mastros e bandeiras, como São Benedito, Nossa Senhora das Mercês, Santa Efigênia, entre outros, e compõem a formação do cortejo para as realizações dos rituais. Outros personagens como Chico Rei, Princesa Isabel, Rainha Nzinga[62], Mestre Zélio, entre outros também são invocados nos cantos. Tais objetos portam um significado e função relevantes no evento.

> [...] as várias versões apresentam três elementos que são sempre recorrentes: uma situação de repressão vivida pelo negro escravo; a retirada da santa, comandada pelos tambores, revertendo simbolicamente essa situação; e a instituição de uma hierarquia fundada pela estrutura mítica [Martins, 1997].

Figura 3: Mastros – Indicam os Santos venerados na Festa. No plano místico, faz o contato do céu com a terra. Representa o altar fora da Igreja, fazendo alusão a proibição da entrada dos negros às Igrejas [Oliveira, 2017].

No caso da cidade de Lavras, o capitão Walter Barbosa[63] [2014] descreve a sequência de rituais, no qual inicia com o levantamento de Mastros, saudação dos grupos, almoço, acompanhamento dos Reis Congos à Igreja,

[61] Gisele Barbosa dos Santos Anastácio de Oliveira, Rainha de Nossa Senhora Aparecida – Lavras (MG), Brasil.
[62] Rainha Guinga de Luanda, 1618 – A Rainha Ginga enfrenta Portugal. "Ginga" é o nome português da rainha Nzinga Mbandi (1581-1663), que durante 13 anos lutou contra os portugueses em Angola [Vat, Odulfo van der, 1952].
[63] Presidente da Embaixada de Reis, Congadas e Festa de São Gonçalo – Lavras (MG).

consagração dos Reis, acompanhamento da Santa na Igreja, Consagração de Reis e Instrumentos na Missa Conga, Cortejo, e por fim o descimento dos Mastros, Barbosa [2014] aponta que há também os momentos de descontração e/ou demandas, onde os textos são de divertimentos ou "desafios" no qual tem consequências para o desafiado perdedor, e corroborado por outros capitães entrevistados na Festa do Rosário de Lavras (MG), "o capitão que perde a demanda, desmancha sua guarda, perde a moral dos seus participantes e só pode tentar voltar no próximo ano, no próximo ciclo do Rosário. Observa-se na Figura 3 os Mastros com a indicação dos seus respectivos santos.

As funções desempenhadas pelos Ternos, a hierarquia existente entre eles, e consequentemente, o comportamento musical, estão vinculados à representação mítica da aparição e resgate de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário por negros escravos. A versão da lenda sustentada pelos congadeiros de Lavras, a Santa aparece nas margens do (mar, rio, copas de árvores – dependendo da região que se conta o mito). Os Brancos católicos tocaram seus instrumentos, mas ela não se movia. Chamaram os congos e caboclos para tocar e levá-la para sua igreja, e ela gostando do som desses, se aproximou. A levaram para igreja dos brancos, a adornaram de ouro e outras preciosidades, mas os negros não podiam entrar na igreja de brancos. Por isso a santa retornava ao seu lugar de origem. Tentaram outras vezes, mas ela sempre retornava. Foi quando os Moçambiques, chegaram de pés descalços e começaram a tocar com seus velhos e simples tambores e dançar. A Santa se comoveu com os Moçambiques e se aproximou, foi colocada sobre um tambor, que se transformou em andor, fora da igreja dos brancos, onde os negros pudessem louvá-la com alegria e batendo seus tambores, assim como todas as pessoas que também quisessem louvá-la [Oliveira, 2017]. Observa-se na Figura 4 a guarda de Moçambique de Lavras (MG), Brasil.

Figura 4: Terno de Moçambique, Família Barbosa.

Nesse sentido, no mito vimos que os "Moçambiques" têm uma "preferência" da Santa, que por sua vez, também se comoveu com os Congos e Caboclos (Índios). No caso de Lavras, Candombe não foi identificado no mito. Tais níveis de sentimento estabelece uma hierarquia no qual se associam com a própria sequência da formação dos cortejos, e se identificam por toques de tambores, instrumentos, entre outros parâmetros, portam significados místicos, sagrados e conhecimentos históricos.

Segundo [Lucas, 2001: 15], a presença africana na música do Congado se manifesta a partir da própria importância ritual atribuída aos instrumentos e à linguagem rítmica, resultando, por consequência, na concepção e na atitude dos congadeiros, de respeito e de responsabilidade em torno da experiência musical. Os grupos apresentam margens diferenciadas de variabilidade em seus elementos, determinadas pela hierarquia existente entre eles e, portanto, pelo seu significado e sua função nos rituais. No sentido "Congo – Moçambique – Candombe" há respectivamente uma maior aproximação das matrizes africanas, no sentido religioso e musical. Santos [2011] sugere que a música festiva das guardas anteriores podem "camuflar" o que se canta e toca na guarda de Moçambique, que mais se aproxima da religiosidade africana, guardando suas mensagens e formas de comunicação. Segundo [Tina, 2014][64] em entrevista, diz que os importantes são os Moçambiques, e o que não é Moçambique são apenas para alegrar a festa e deixá-las mais bonitas e que as guardas da frente são como o carnaval. Segundo Lucas [2001: 6] participando juntamente com os Congos nas festas do Rosário, os grupos de Moçambique têm sua ocorrência registrada em Minas desde o Século XVIII. No Candombe os textos são voltados à memória do sofrimento dos africanos, no qual em muitas ocasiões são cantados em dialeto Bantu e outros casos até em Latim. Amancio [2014] no relato de dona Mercês, o Candombe é "*o pai de todos os reinados aqui da terra*". Este é um ritual liderado pelos capitães de Congo e Moçambique, que se reúnem especialmente para bater os tambores sagrados, com a presença dos demais integrantes da Irmandade. Nas cerimônias do Congado, relações entre formas e tradições ritualísticas de raízes africanas se manifesta na forma de devoção, nas estruturas rituais, nos elementos simbólicos, em atitudes e comportamentos, na música e na dança, particularizando, assim, a experiência religiosa, que é também católica. Há momentos e situações rituais distintas que percebem tipos e níveis diferentes de sincretismo [Lucas, 2001: 4].

[64] D.ª Tina: rainha conga de Ribeirão Vermelho (MG), Brasil.

Nas cerimônias dessas irmandades, verifica-se um forte sentimento em relação aos instrumentos e aos ritmos neles executados, considerados sagrados. Herança africana, esse sentimento encontra-se, no entanto, permeado de novos significados, em decorrência da mescla e reelaboração de elementos africanos e europeus, geradores da especificidade cultural do Congado [Lucas, 2001: 8]. Nos três grupos – Candombe, Moçambique e Congo – predominam os instrumentos de percussão, sendo eles indispensáveis. Esses processos transcriadores se fazem presentes na lenda. O tambor transformado em andor para Nossa Senhora dá continuidade, no plano católico, ao caráter sagrado dos tambores presente em rituais religiosos africanos, onde funcionam, por exemplo, como meio de comunicação e contato com os antepassados. Essa ainda constitui uma função dos candombes. Por consequência, as caixas das guardas dos Moçambiques, uma vez que representam os tambores, também são consideradas sagradas pelos congadeiros. O ritual da música revela a porção africana no próprio caráter sagrado dos instrumentos, como caixas e tambores que são considerados corpos intermediários no canal de acesso do homem ao divino [Lucas, 1999: 1].

> Os tambores são instrumentos musicais envoltos a poderes consagrados. [...] O respeito à magia dos tambores está associado a que os grupos de congadeiros e de seus partícipes atribuem seus valores, e o poder não está nas marcas impostas pela globalização e grandes corporações, mas sim o que o grupo determina [Lucas, 2000].

Outros instrumentos também assumem caráter sagrado, e no âmbito psicológico possuem funções fundamentais, e na grande maioria das vezes são identificados apenas nas Guardas de Moçambique. Nesse sentido, no Moçambique que a *patagoma* tem história; "representa a mulher cultivadora de vida, paz e prosperidade" [Kalumba *apud* Brasileiro, 2001: 79]. *Gungas* ou Paiás de proteção são instrumentos sagrados que nos tempos mais primitivos eram de uso particular dos benzedores. Nos tornozelos dos moçambiqueiros, revela-se toda a magia incorporada a eles através da força mística dos magos, capazes de destruir todas as consequências – doenças espirituais – que pudessem atingir qualquer membro do clã. Segundo Oliveira [2017] as Gungas remetem ao tempo da escravidão, pois esse era o nome do sino que era preso ao tornozelo do escravo de modo a acusar a sua fuga, mas é também considerado um "barulho santo, igual dos sininhos da igreja", como afirma dona Tina uma vez que trazem a força dos antepassados e afastam o mal.

Observa-se na Figura 5 a guarda de Moçambique, as caixas número de 3, as gungas fixadas nas canelas de alguns integrantes e logo atrás se identifica o Reinado.

Figura 5: Terno de Moçambique. Fazendo a Guarda do Reinado. Perdões, região das Vertentes.

Como afirma Santos [2011] o fazer musical, a introdução de sentidos, completamente diferente do modo europeu, revela a riqueza de conhecimentos contidos nessas performances. Todo o movimento do cortejo, todo sentido introduzido e absorvido pelos congadeiros, se associam aos sons e as músicas. Além dos sons, os instrumentos possuem uma importância muito maior, pois representam pessoas, funções, etc. Cada guarda possui uma função, seja para encher o ambiente de boas energias, seja para proteger o canto que guarda o Reinado, seja para quebrar demandas em encruzilhadas, no qual suas performances e sons têm seus efeitos no plano psíquico/místico. Todos sempre acompanhados pelos toques de tambores e outros instrumentos indispensáveis que definem a liturgia, função e a hierarquia da ordem dos ternos.

Como observado in loco e entrevistas, a música é composta de cânticos na forma solo/coro, intensamente repetidos, em versos rimados improvisadamente contextualizando e expondo informações históricas e pedindo proteção ou agradecendo em forma de louvor à Nossa Senhora do Rosário e Santos Negros, sustentados pelos toques instrumentos. Dentre os parâmetros musicais, o aspecto rítmico constitui, o que mais representa cada guarda. É importante ressaltar que diversas em tribos africanas as histórias, informações e conhecimentos tradicionais eram transmitidos oralmente e tendo como veículo principalmente a música. Para os negros da época da escravidão, cantar e bater tambores era crucial para aliviar o sofrimento e seu ritmo é também a principal identidade dos grupos, mecanismo de preservação e transmissão da cultura das

comunidades quilombolas. Segundo Brasileiro [2001: 21], segregados pelo racismo cristão, os escravos buscam na memória dos gritos velhos detentores das tradições históricas africanas – uma forma de preservar aspectos básicos do viver dos antepassados em comunidade tribal e impossibilitados de frequentar a igreja ariana brasileira, os negros aglomeram-se nos terrenos em volta das paróquias e criam ritos religiosos impregnados de dança, cantoria e festividade coletiva. Tal "Fazer Musical" é facilmente identificado em rituais do Candombe, praticados em terreiros, semelhante ao Candomblé, Jongo, entre outros, como identificados na casa de Tina [2014]. Nesse sentido, o limite audível, o senso comum de concentração ao mesmo objetivo, a união de música, dança, canto (texto), símbolos, representações executadas ao mesmo tempo, permitem a experiência mística, o contato com o divino, a sensação de alívio do sofrimento, de proteção, de fé, uma translocação de espaço tempo no qual instrumentos, ações e objetos assumem poderes sobre os participantes da egrégora. Observa-se na Figura 6 o congadeiro recebendo a benção da Santa personificada na bandeira.

Figura 6: Benção da Bandeira – Perdões (MG), Brasil.

No entanto, a justificativa para o sincretismo e a realização no plano católico se encontra nas negociações para se ter o direito de praticar a fé.

> [...] a entronização de Nossa Senhora do Rosário no tambor permite a manutenção e a continuidade, no plano católico, do caráter sagrado dos tambores verificando em rituais religiosos africanos [Lucas, 2000].

Lucas [2001: 2] ressalta que no final do Século XV, os dominicanos introduziram, ainda na África, a reza do rosário e a devoção dos negros à Nossa

Senhora do Rosário, como estratégia catequética, sendo que, no Brasil, esse culto foi difundido desde o início da colonização, estando relacionado sobretudo aos povos bantos. Associado a essa informação Santos [2007] ressalta que esses dados são importantes para uma reflexão acerca do sentido da figura materna nas culturas ocidentais e bantus. Desse modo, suscitam discussões sobre as possibilidades de que o culto a Nossa Senhora do Rosário tenha sido uma forma de manter antigas tradições por trás da aparência de submissão à ortodoxia católica. De acordo com Santos [2007], suscitam discussões sobre as possibilidades de que o culto a Nossa Senhora do Rosário tenha sido uma forma de manter antigas tradições por trás da aparência de submissão à ortodoxia católica.

A figura da mãe bantu responsabiliza-se pela vida que vem dos antepassados e conserva a tradição e os fios sagrados que unem dentro do grupo, e sem solução de continuidade, vivos e mortos e vivos entre si. Conserva e guarda o sangue e o lar. Por isso o seu papel como preponderante. Dá continuidade à solidariedade. Ela ocupa necessariamente o centro dinâmico, constitutivo da comunidade. Compreende-se porque é que uma "mãe é sagrada e goza de um respeito ilimitado, de uma verdadeira veneração. Não há maior nem pior injúria a uma pessoa do que a que implica sua mãe; ataca a raiz do ser, a origem da raça, o começo da história [Segnor *apud* Santos, 2007: 230]. No Brasil o nome Pemba (Mae, deusa mãe, figura materna) foi associada a demônio pela comunidade eclesiástica do período

> Estas figuras maternas (*Pfmemba*) estão entre as mais reconhecidas quando se fala em estatuária africana. Nessas culturas, a mãe ocupa lugar primordial na família. [...]. Como mãe-agricultora concretiza a ânsia, a força e o mistério da fecundidade. Realiza a vida. A mãe banta supera o pai em profundidade simbólica. Pois, se enraíza na fecundidade total, cósmica. Revela e potencializa esta fecundidade e a vida participável, visto que esta germina no seu seio, e as forças invisíveis a transformam num ser sagrado onde realizam a comunhão vital com os seus descendentes. Desse modo, a mãe banta torna-se digna de veneração religiosa[...] a mulher torna-se também depositária do passado e garantia da continuidade comunitária. Os antepassados prolongam-se e as linhagens vão rodando pelos séculos através do sangue materno [Santos, 2007: 230].

Fundamentando e justificando os atos de violência contra os negros, está a própria visão etnocêntrica dos europeus, que os considerava homens inferiores sendo, portanto, as suas expressões religiosas e culturais percebidas como manifestações primitivas ou feitiçarias. A manutenção dessa concepção servia

aos interesses da Igreja e da sociedade dominante em geral para a perpetuação do sistema social vigente. Desta forma, os europeus desconsideraram e mal interpretaram a riqueza cultural africana em sua alteridade. Os negros responderam de formas variadas às imposições religiosas sofridas, colocando em movimento processos diversos de trocas e reelaborações culturais, desde a aceitação ou a recusa aos modelos impostos até reinterpretações simbólicas mais sutis que traduziriam a compreensão de uma outra cultura dentro de categorias familiares ao seu próprio universo cultural [Lucas, 2001: 3].

Já no Brasil, Santos [2011] aponta que as Irmandades foram um mecanismo e "licença" para que o negro saísse da condição de escravo e se tornasse parte da sociedade, embora ainda descriminado. Os negros iniciaram e fundaram a Irmandade do Rosário onde nelas encontravam justificativas para manifestações em vias públicas no qual era proibido até o início da república por lei, embora socialmente é até hoje visto com maus olhos, pois pela constituição da República até 1988. Outro mecanismo criado para a permissão de suas manifestações e integração dos negros no quadro social brasileiro, foi a criação da *Missa Conga*. Segundo Eustáquio [2011], a presença da Igreja na Festa do Rosário, as vezes acontece em dois momentos distintos, que tem o poder do padre (liturgia católica) e o poder dos negros (missa conga ou missa afro). Na missa oficial prevalece a liturgia comum e o coroamento dos Santos (São Benedito e Nossa Senhora). Brasileiro [2001] expõe um conflito permanente que "...depois da festa, é o tempo do padre da igreja oficial, uma "outra Igreja", com a qual identificam-se e, ao mesmo tempo não se identificam.

As Congadas tiveram relativa aceitação da classe dominante branca, sendo considerada "diversão honesta" para os escravos, além de ser uma importante ocasião para inserir conteúdos cristãos nos enredos para fins catequizadores [Dias, 1999: 43]. Ao mesmo tempo, foi a adaptação no Brasil à diversidade própria e tradicional dos negros, mantendo viva a memória da África Bantu, como os reinados, "Ngomas" (tambores), os antepassados e Deus que é chamado de Zâmbi.

> [...] o catolicismo negro foi um relicário precioso da Igreja católica ofertou... no qual os negros puderam conservar, não como relíquias, mas como realidades vivas, certos valores mais altos de sua religião nativa. Relação do formato da performance/proteção de seus reis, resistência, bater seus tambores, desde que aceitassem a devoção aos santos católicos. Aceitando os Santos Católicos, eles puderam coroar seus reis, bater seus tambores e viver a liberdade corporal nas ruas [Prass, 2013: 66].

Os congadeiros se reconhecem como católicos, mas ainda hoje estão presentes as tensões e negociações entre as cerimônias do Congado e a Igreja Católica, como também entre o microcosmo social do Congado e a sociedade envolvente. Tais afirmações podem ser constatadas pelas performances, atitudes e objetos simbólicos utilizados no ritual, demonizados pelo discurso católico, mas indispensável no ritual, principalmente nas guardas que mais se aproximam das raízes africanas, como o uso de guias, cetros com figuras de bois e pretos velhos, cachimbo e consumo de cachaça, etc. Nesse sentido, os autores que se dedicaram ao estudo do sincretismo religioso e cultural reconhecem na vivência do sagrado um índice importante de resistência cultural.

> A voz dos tambores, proibida no interior das igrejas, soava nas ruas, expressando ao seu modo as invocações aos santos. Eram os santos da hagiologia católica desdobrados em outras significações, revestidas da concepção mítica que remetia para o murmúrio íntimo dos ancestrais [Lucas, 2001: 3].

Lucas [2001] afirma que rainhas e reis congos são presenças de máxima importância nos rituais do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, representando tanto as nações africanas quanto os reinos sagrados. Observa-se na Figura 7 os integrantes do Reinado da cidade de Lavras (MG), Brasil, formado pelos Reis e Rainhas Congos, Reis e Rainhas Festeiros e Capitão Walter Barbosa (chapéu verde, vermelho, amarelo e preto).

Figura 7: Reinado de Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Contudo, conclui-se que o Congado é uma manifestação artístico-religiosa no qual a relação de “contato com o divino” se serve dos símbolos, música e danças que unidos a fé e ao pensamento coletivo, se consubstanciam em um plano místico através da música, no qual seus textos invocam

antepassados e divindades sob um véu de santos católicos, sustentados por versos em rimas improvisadas sob o contexto histórico e religioso de seus partícipes e seus instrumentos sagrados e consagrados. É com certeza um evento determinante para a formação de Lavras e cidades pertencentes a região dos Campos das Vertentes. Identifica-se o mecanismo criado pelos negros escravizados um recurso genial no qual foi possível manter as tradições africanas diante das fortes e violentas investidas da cultura europeia e religião católica a luz de um mito. Observamos a importância de tais mecanismos para a preservação das informações e tradições, assim como a forma de transmissão das mesmas para as gerações atuais e futuras. Foi uma tradição que injustamente foi demonizada e marginalizada, e nesse sentido podemos entender o motivo que levou à sincretização, ou seja, entre a resistência, sobrevivência mas também a conveniência de afirmação e ascensão na "nova sociedade" foram induzidos a negociarem a cultura e religião para terem o direito de tocar seus tambores e louvar seus ancestrais e entidades, no qual, por consequência, originou uma das mais belas manifestações interculturais em Minas Gerais, sob os valores de humildade, irmandade e união. Mesmo nos dias de hoje podemos presenciar as consequências desses atos, no qual, em pleno Século XXI, não deveria fazer sentido, mas presenciamos conflitos religiosos entre nações, entre partidos políticos, em escolas, na sociedade e até mesmo dentro das nossas famílias, de maneiras sucintas ou mesmo claras, no qual em uma sociedade laica e democrática, tais saberes se fazem imprescindíveis para a tolerância e a boa convivência, não apenas desta religião e cultura, mas de todas as religiões e culturas do mundo, no qual todos nós podemos aprender com tais saberes milenares. Nesse sentido me sustento em Koellreutter [1984]: o conhecimento da própria cultura é essencial para preservação da identidade de uma sociedade e propõe a necessidade em urgência de um estudo crítico de culturas, assim como a seleção de seus valores, sua relevância para o desenvolvimento de uma sociedade e de sua eliminação por outra cultura, sendo que a falta de conhecimento da própria cultura a coloca vulnerável a auto eliminação. A diversidade deve ser respeitada, praticada e preservada e nesse caso, demonstrar a grandeza, riqueza e sabedoria dessa manifestação se faz imprescindível. E neste sentido, não há cenário melhor que as escolas para se utilizar dos valores do Congado para ensinar as crianças a preservar essa preciosidade de nossa terra. Essas crianças, segundo as ideias de Levi Strauss, são os agentes mais aptos para desenvolver pesquisas e projetos de preservação cultural e identidade social, uma vez que vivenciam tal patrimônio, e é nesse contexto que se revela a importância das universidades e pesquisas

acadêmicas nessa área, projetos interdisciplinares e intercambio acadêmico para a formação de professores e pesquisadores. Tais ações certamente possibilitam a alta qualidade no âmbito artístico na sua produção cultural e de entretenimento, com performances de alto nível, conceito, conteúdo e identidade nas músicas, literatura, teatro, culinária, artesanato, e todas as formas de arte. Tais eventos bem valorizados e estruturados, possibilitam a entrada da região no circuito turístico mundial. Basta uma simples reflexão: Se o Estado possui 60% de todo patrimônio cultural brasileiro, por que a comunidade internacional não sabe nem mesmo a existência desse Estado, quanto menos de suas riquezas culturais? Por que o Brasil, para os estrangeiros, se resume em samba, carnaval, bossa nova e Rio de Janeiro? O Congado, a Folia de Reis, a Festa de são Gonçalo, a Cavalhada, a missa dos vaqueiros, entre tantos outros, estão intimamente ligados às tradições europeias, indígenas e africanas, sacras e profanas, que remontam também as origens e ligações da história dos estrangeiros com o Brasil. Tal fluxo turístico aquece o comercio da região. Este é um processo que depende totalmente da conscientização da sociedade, mas, principalmente, da administração pública que deve ter vontade e conhecimento cultural dos políticos em atuação, para que possibilitem a devida manutenção, preservação, valorização e divulgação das festas e cerimonias tradicionais. Essa é a importância de valorizarmos o Congado, assim como outras festas folclóricas e tradicionais, em Lavras e região do Campo das Vertentes.

Referências

Amancio, A. P. C. (2014). *Documentário sobre a comunidade Quilombola da Serra do Cipó, comunidade do Açude*.

Barbosa, W., Presidente da Embaixada de Reis, Congadas e São Gonçalo. (2014). *Festa de Nossa Senhora do Rosário de Lavras*.

Blacking, J. (1973). *How music is man?*. Seattle and London: University of Washington Press.

Brasileiro, J. (2001). *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fund. Cult. Palmares.

Clastres, P. (1978). *A Sociedade contra o Estado - Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. [trad.] Theo Santiago. *La sociètè contre l'état: Recherces d'anthropologie politique* (1974) by Les Editions de Minuit.

Consentino, A. (2016). *Gioia e corporeità nella liturgia della Chiesa Congolese di Roma. Musica, emozione e preguiera. Sguardi incrociati su cristianesimo del passato e del presente*. Roma: Università di Roma "Tor Vergata".

Dias, P. (1999). *Comunidades do Tambor*. São Paulo: SESC Vila Mariana, 40-45.

Diniz, D. (ago. 1987). Congado ou Reinado de Nossa Senhora do Rosário. B*oletim Comissão Mineira de Folclore*, *11*, 39-42.

Eustáquio, M. (2011). *Reinado de Divinópolis – Festa do Divino*. [Vídeo] Divinópolis: Festival do Divino de Divinópolis.

Gusmão, N. M. M. (1995). *Terra de pretos terra de Mulheres*. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

Koellreutter, H. J. (1984). *Estética*. São Paulo: Novas Metas.

Lubamba, C. (2016). *Gioia e corporeità nella liturgia della chiesa congolese di Roma. Musica, emozione e preguiera*. Roma: Università di Roma "Tor Vergata".

Lucas, G. (1999). *Os Sons do Rosário – Um Estudo Etnomusicológico do Congado Mineiro – Arturos e Jatobá*. São Paulo: Escola Comunicações e Artes.

Lucas, G. (2000). Chor'ingoma – Os instrumentos sagrados no congado dos Arturos e Jatobas. *Musica Hoje*. *7*, 10-38.

Lucas, G. (2001). *Música religiosa dos Negros do Rosário na América portuguesa*.

Lucas, G. (2006). Música e tempo nos rituais do congado mineiro dos Arturos e do Jatobá. *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Etnomusicologia*.

Lucas, G. (2011). Vamo fazê maravilha! Avaliação estético-ritual das performances do Reinado pelos congadeiros. *Per Musi*, *24*, 62-66.

Machado, S. A. P. (2012). *Canção de ninar brasileira: aproximações*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

Martins, L. M. (1997). *Afrografias da memória: o reinado do rosário do Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza.

Oliveira, G. B. S. A. (3 mai. 2017). *Rainha de Nossa Senhora Aparecida*. [entrev.] Ewerton de Brito.

Pires, F. (jun. 2011). Memórias da África, do cativeiro e as lutas políticas no congado e no jongo. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*.

Porto, J. (2002). *Interiores – Serro – Minas Gerais*. [prod.] Giovani Sousa.

Prass, L. (2013). *Maçambiques, Quicumbis, e Ensaios de Promessas – Musicalidades Quilombolas do Sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina.

Rancière, J. (2004). *Malaisé dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 34-37.

Rancière, J. (2005). *A Partilha do Sensível – Estética e Política*. [trad.] Monica Costa Netto. São Paulo: Editora 34.

Santos, C. A. (2007). *Tambores Incandescentes, Corpos em Êxtase – Técnicas e princípios Bantus na performance do ritual do Moçambique de Belém*. (Tese de doutorado). Unirio.

Santos, D. (3 nov. 2011). *Rainha Conga de Piedade do Paraopeba*. [entrev.] Ewerton de Brito.

Tina, Dona. (ago. 2014). *Rainha Conga de Ribeirão Vermelho*. [entrev.] Ewerton de Brito.

Vilaça, A. (out. 2000). O que significa tornar-se outro? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *15*(44), 57-69.

Widar, L. (2016). *Canto, pianto, silenzio: musica ed esperienze religiose nell'antico Cristianesimo*. (Canto, choro, Silêncio: Música e experiência religiosa no antigo cristianismo). *Musica Emozione e Preguiera – Sguardi incrociati sul cristianesimo del passato e del presente*. Roma: Universitá di Roma "Tor Vergata".

10 História da Academia Lavrense de Letras

Terezinha de Lourdes Rezende[65]

Resumo:

A História da Academia Lavrense de Letras inicia-se em 1967, com a promulgação da lei municipal n. 675. Este artigo apresenta o registro histórico das atividades acadêmicas, com base nas atas das reuniões, e também memórias pessoais.

Palavras-chave: Literatura – Escritores – Atas – Revista Lavras Cultura.

Figura 1: A atual sede da Academia Lavrense de Letras, na Casa da Cultura "Bi Moreira" [Acervo ALL, 2019].

[65] Escritora e membro da Academia Lavrense de Letras desde 1997, sendo sua atual presidente. É também conselheira do Patrimônio Cultural de Lavras desde 2017. Autora dos livros "*O Jogo da Detetive*" (1983), "*O Flagrante da Luneta*" (1988), "*O Muro Misterioso*" (1989), todos publicados pela editora Virgília, de Belo Horizonte (MG).

Parte I

O primeiro movimento para a criação da Academia Lavrense de Letras foi em 17 nov. 1967, através da lei n. 675. O próximo passo aconteceu em 29 mai. 1969, quando ocorreu a eleição da primeira diretoria, com mandato de dois anos, no plenário da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais, às 20 horas.

> 1.ª Diretoria da ALL. Presidente: Almir de Paula Lima, Vice-Presidente: Orlando Haddad, 1.º Secretário: Hugo José de Oliveira, 2.º Secretário: Tuffy Haddad, 1.º Tesoureiro: Waldyr Azevedo, 2.º Tesoureiro: Nelly Furbetta Pinheiro, Orador: Otávio José Alvarenga

No dia 20 de agosto do mesmo ano, no Auditório "Martha Roberts", às 20 horas, foi instalada a Academia Lavrense de Letras, com a posse dos Acadêmicos Fundadores e da primeira diretoria, com mandato de dois anos.

> Acadêmicos Fundadores: Almir de Paula Lima, Carmem Pereira Cartaxo, Herculano Pinto Filho, Hugo José de Oliveira, Maria Carolina Brasileiro de Castro, Nelly Furbetta Pinheiro, Orlando Haddad, Sinval Silva, Tuffy Haddad e Waldyr Azevedo.

O primeiro panegírico apresentado foi da acadêmica Carmem Pereira Cartaxo, em 10 dez. 1969, sobre o seu patrono Augusto Silva.

> Acadêmicos Correspondentes empossados na mesma data: Luciano Carvalho – Rio de Janeiro (RJ); Maria Eugênia Maceira Montenegro – Açu (RN); Nilza Helena Costa – Belo Horizonte (MG); Otávio José Alvarenga – Coqueiral (MG).

O primeiro livro de atas da ALL foi resgatado do Museu Bi Moreira, da Universidade Federal de Lavras, em 13 de novembro de 2017. Não há registro de quando e por quem foi lá entregue. A ata n. 1, nele redigida a da eleição da primeira diretoria da ALL e a segunda, não na sua totalidade, a da instalação e posse da primeira diretoria e dos demais membros, sem assinaturas. Juntamente ao livro, foram encontradas as duas atas, datilografadas integralmente, mas também sem assinaturas.

Nota-se que a Academia foi instituída, mas ela não tem um espaço próprio para se reunir e suas atividades são promovidas no Auditório "Martha Roberts", cedido pelo Instituto Gammon, e na Câmara Municipal.

Documentos do acervo da Academia mostram através de correspondências expedidas, que a Academia se manteve em movimento até novembro de 1970 e depois ela se perde no radar. Certamente, através de jornais da época, seria possível obter mais informações desse período, mas

infelizmente os que existem encontram-se no Museu da Universidade Federal de Lavras e não é permitido o acesso dos interessados.

Em 18 nov. 1978, a ALL perde seu primeiro membro: a acadêmica Carmem Pereira Cartaxo.

Em 10 nov. 1984, o acadêmico fundador Hugo José de Oliveira, a reestrutura. Na ocasião, o então prefeito comparece ao evento de instalação e entrega as chaves da sala cedida para a ALL exercer suas atividades, na Casa da Cultura.

Após a solenidade, os membros são convocados, é eleita a segunda diretoria e aprovado o primeiro estatuto da Academia.

> 2.ª Diretoria: Presidente: Hugo José de Oliveira, Secretária: Maria Olímpia Alves de Melo, Tesoureira: Maria Cássia Terra Mendes, Murillo Mendes Lima, Maria da Conceição Alves. A acadêmica Nelly Furbetta, empossada na primeira diretoria, também adere ao movimento e se junta ao grupo.

Em 24 dez. 1984, Almir de Paula Lima junta-se aos novos acadêmicos e são escolhidos os patronos. Em 20 abr. 1985 a ALL promove a primeira noite de arte na Biblioteca Municipal "Meirinha Botelho". Em 7 mai. 1985 fica definido que as reuniões acontecerão nas primeiras terças-feiras do mês, às 17 horas, começa a se definir os diplomas para acadêmicos empossados, definição de datas para apresentação dos panegíricos e estudos para a publicação da primeira Antologia. Em 4 jun. 1985, Almir de Paula Lima apresenta o panegírico sobre o seu patrono, prof. Firmino da Costa Pereira e tem-se a ideia de juntar todos os panegíricos em uma publicação literária. Em 3 set. 1985, o acadêmico Murillo Mendes Lima apresenta o panegírico de seu patrono Jacy de Souza Lima. Na reunião comenta-se sobre o lançamento do livro *Transparência*, de autoria da acadêmica Maria Cássia Terra, ocorrido no dia 31 de agosto, às 21 horas, no jardim da Casa da Cultura, com prefácio de Hugo José de Oliveira. O presidente Hugo José de Oliveira apresenta o primeiro estatuto devidamente registrado. Na reunião de 1.º out. 1985, o presidente apresenta o seu trabalho *Os Caminhos de Josepha Campeira* e Maria Cássia Terra, o livro de poemas *DI-VER-SOS*, patrocinados pela FAEPE. Na reunião ordinária de 14 nov. 1985, visita a ALL a acadêmica correspondente, escritora e poetisa, Maria Eugênia Maceira Montenegro. Reunião de 3 dez. 1985, o acadêmico Almir de Paula Lima lança a ideia de se criar uma coluna no semanário *Tribuna de Lavras*, sugerindo o título de *Agenda Literária*. A acadêmica correspondente Maria Eugênia Montenegro, em visita a ALL, apresenta o panegírico de seu patrono João da Costa Ribeiro.

No dia 4 mar. 1986, durante reunião ordinária, é apresentada correspondência da FAEPE solicitando a indicação de um acadêmico para fazer parte do Conselho Editorial da revista *Lavras Cultura*. Em 1.º abr. 1986, a ALL se reúne extraordinariamente na residência da família Maia Delphim, quando é empossado na condição de acadêmico correspondente Carlos Magno Maia Dias, que escolhe como patrono seu bisavô, Pedro Xavier de Moura. Em comemoração, aconteceram várias declamações por parte dos acadêmicos presentes. No dia 3 jun. 1986, o acadêmico correspondente empossado Carlos Magno Maia Dias, lê seu panegírico, na Casa da Cultura. Em 17 ago. 1986, às 20 horas, no mesmo espaço, a Academia apresenta uma *Noite de Arte*, com declamadores consagrados interpretando poemas dos acadêmicos e de Maria Regina Gomes e Souza, seguido de coquetel. Em reunião ordinária no dia 8 out. 1986, durante reunião da ALL, é noticiado que será montado, ali na Casa da Cultura, um espaço adequado para apresentações artísticas, com pequeno palco, cadeiras e cortinas. Reunião ordinária de 30 out. 1986 acontece a eleição da nova diretoria, biênio 1986/1987 e empossada em 6 de dezembro do mesmo ano.

> 3.ª Diretoria: Presidente: Almir de Paula Lima, Secretária: Maria Olímpia Alves de Melo, Tesoureiro: Murilo Mendes Lima.

Em reunião do dia 15 mai. 1987, fica decidido que as reuniões da ALL serão na segunda quarta-feira do mês. Na reunião ordinária de 8 de jul. 1987, o presidente Almir de Paula Lima sugere a possiblidade de alteração no estatuto da academia, mudando o nome da mesma para Academia Lavrense de Letras e Artes (ALA). João Marcos Cicarelli, como acadêmico correspondente e Luiz Carlos Ferreira Oliveira, como acadêmico titular, tomam posse em 11 jul. 1987 em reunião extraordinária, com leitura de textos pelos mesmos. Na reunião ordinária de 11 ago. 1987, os diplomas dos acadêmicos são distribuídos e é lançado um Curso de Declamação e um concurso de redação sobre o tema dos sem teto. O jornal *Tribuna de Lavras*, através do acadêmico Murillo Mendes de Lima, seu funcionário, faz o convite para que a ALL envie material para o jornal. As redações do Concurso são selecionadas em 21 de outubro, em reunião extraordinária na Biblioteca Pública e fica definido a entrega dos prêmios para 14 de novembro, no salão de festas da Casa da Cultura. Com a mudança do nome da ALL para ALA, foram sugeridos os nomes de Delva Emerich (música) e Homero de Carvalho Faria (teatro) para compor o quadro de acadêmicos; os mesmos não foram empossados e, embora não haja documentos que tratam do assunto, fica claro que os acadêmicos recuam da ideia de alterar o nome da

Academia. Novos acadêmicos tomam posse em 28 de outubro: Maria Regina Gomes e Souza, Eduardo Cicarelli e Sebastião da Silveira Naves.

Nova diretoria eleita em 10 dez. 1988.

4.ª Diretoria: Presidente: Maria Cássia Terra Mendes, Secretária: Maria Regina Gomes e Souza, Tesoureiro: Almir de Paula Lima.

Em 14 jun. 1989, na sede do Rotary Club de Lavras, é entregue o troféu para o vencedor da logomarca da Academia, Luiz Teixeira da Silva, pelo jornalista da *Tribuna de Lavras*, Luiz Gomide. Também na sede do Rotary Club, no dia 25 de julho, é empossada a acadêmica correspondente Ivone Amâncio Bezerra Carlos de Souza, residente em Vitória (ES). Posse de nova diretoria em 23 nov. 1990, para o biênio 1991/1992.

5.ª Diretoria: Presidente: Luiz Carlos Ferreira de Souza Oliveira. Secretária: Maria Olímpia Alves de Melo, Tesoureiro: Murillo Mendes de Lima. Posse também de novos membros: Paulo Adolfo Machado Lages e Pedro Coimbra Pádua.

Figura 2: Logomarca criada por Luiz Teixeira da Silva, 1989 [Acervo ALL].

Em reunião ordinária, na Biblioteca Pública Municipal na Casa da Cultura, no dia 26 mar. 1991 fica confirmada a realização da 1.ª Semana do Cinema Alemão, promovida pela ALL, Prefeitura Municipal, ESAL e Lions Club, a se realizar de 5 a 10 abr. 1991, sempre às 20 horas, com o objetivo de promover a arte cinematográfica e arrecadação de fundos para a ALL. Ainda nesta mesma data também é decidido que as reuniões acontecerão na segunda semana do mês, às segundas-feiras, na Casa da Cultura ou em outro local a ser decidido. Nota-se que a Academia Lavrense de Letras não tem um espaço fixo para o exercício de suas atividades, oscilando entre a Casa da Cultura, Rotary Club de

Lavras e Biblioteca Municipal "Meirinha Botelho". Também é tratado o ressurgimento da revista *Lavras Cultura*, sob a responsabilidade da Academia e para tanto forma-se um Conselho Editorial compostos pelos acadêmicos Pedro Coimbra Pádua, Maria Regina Gomes e Silva, Maria Olímpia Alves de Melo e o museólogo Ângelo Alberto de Moura Delphim. A acadêmica Nelly Furbetta Pinheiro se dispõe a ser a revisora[66].

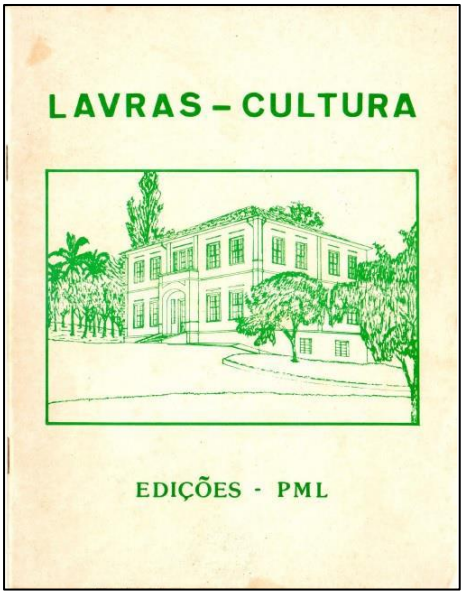


Figura 3: *Lavras Cultura*, *3*(5), mar. – abr. 1992, editada pela Academia Lavrense de Letras.

Em 28 mai. 1993, a Academia se reúne para a posse da nova diretoria, biênio 1993/1994.

6.ª Diretoria: Presidente: Sebastião Naves da Silveira, Secretário: Almir de Paula Lima, Tesoureiro: Paulo Adolfo Machado Lages.

O presidente empossado fala de seu desencanto em relação a ALL e a partir de sua fala ocorre uma discussão entre os membros a respeito da função da ALL. Fica decidido retornar o hábito das reuniões mensais, na Biblioteca Pública, toda primeira quarta-feira do mês. Na reunião ordinária de 2 jun. 1993, realizada no salão da Biblioteca Pública Municipal, às 19h30min, é cogitado

[66] Nota do editor: Por um lapso na contagem, a edição de março/abril de 1992 é tida como do Ano III, Número 5. Cronologicamente, ela deveria ser contada como Ano IV, Número 7.

solicitar à FAEPE uma sala para as reuniões da ALL até decisão final da prefeitura, que ficou de arranjar um espaço para a mesma. Já na próxima reunião, no dia 7 de julho, a acadêmica e também Secretária de Educação e Cultura do município, Maria Olímpia Alves de Melo, colocou à disposição da Academia, em caráter provisório, uma sala próxima ao Hospital Lúcia Pinheiro. Na reunião de agosto, que ocorreu no dia 4, no Rotary Club de Lavras, o presidente comunica que a Prefeitura Municipal cedeu à Academia uma sala para ser usada como sede da ALL, em prédio ocupado pela inspetoria de ensino e que já estava providenciando em conseguir cadeiras e estantes para a sua instalação. Hugo José de Oliveira, que se encontrava afastado da Academia, retorna no dia 15 set. 1993, em reunião que acontece no Rotary Club de Lavras, às 19h30min. Nota-se pelo registro em atas, o desconforto da Academia Lavrense de Letras por não ter um espaço definido para suas atividades e no dia 6 out. 1993, às 19h30min, ela faz a sua reunião em novo espaço, à Rua Pedro Moura, 72. No dia 17 de novembro, os acadêmicos se reúnem na nova sede. O presidente Sebastião Naves comunica que os móveis da nova sede é uma doação do sócio majoritário do Expresso Nepomuceno, sr. Agnaldo de Souza e seu nome é proposto para sócio honorário da Academia, o que é aceito por todos.

No Clube de Lavras, no dia 12 mar. 1994, a Academia Lavrense de Letras se reúne em festa para o lançamento da primeira antologia, quando é autografada pelos acadêmicos. Presentes a prefeita municipal, Homero de Carvalho Faria, Itamar Mazzochi e José Alves de Andrade. Em 13 abr. 1994, na sede da ALL, é anunciada a criação da coluna “Canto da Academia”, no jornal *Tribuna de Lavras*. Em 23 de novembro, às 20 horas, em sua sede, a ALL se reúne ordinariamente, para a eleição de nova diretoria para o biênio 1995/1996.

> 7.ª Diretoria: Presidente: Paulo Adolfo Machado Lages, Secretário: Murillo Mendes Lima, Tesoureiro: Eduardo Cicarelli.

Maria Cássia Terra Mendes fala da necessidade de uma sede melhor para a ALL, recebendo apoio dos demais presentes. A acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo, também secretária de Educação e Cultura, comunica que a Prefeitura irá construir um teatro e que a academia poderá reivindicar uma sala para suas atividades nesse espaço. No dia 21 dez. 1994, na sede provisória à Rua Pedro Moura, 72, a nova diretoria eleita em novembro toma posse e uma moção de aplausos é dirigida ao acadêmico Almir de Paula Lima por ter sido integrado, representando Lavras, à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

Em maio de 1995, precisamente no dia 17, a Academia volta a se reunir, ainda ocupando a sede provisória, já sob a presidência do acadêmico Paulo Adolfo Machado Lages. O livro do acadêmico Almir de Paula Lima, *Versos e reversos*, continua repercutindo. A próxima reunião acontece no dia 6 set. 1995, na sede provisória à Rua Pedro Moura, 72. O presidente, Sebastião Naves da Silveira sugere a transferência das reuniões da ALL para a sede do Rotary Club de Lavras e o calendário das reuniões sofre nova mudança, agora para as primeiras quintas-feiras do mês. Nota-se que a ALL não mais se reúne mensalmente. A reunião seguinte acontece em 9 de novembro, ainda na sede provisória, e o presidente solicita moção de congratulações a Eduardo Cicarelli pelo seu trabalho intitulado "*Súmula da História de Lavras*", publicada na edição comemorativa do aniversário da cidade. A acadêmica Maria Cássia Terra é homenageada pelo lançamento do livro *VOU-VERSO-FICANDO* e é apresentada aos colegas a revista da Academia Norte-Riograndense de Letras, enviada pela acadêmica correspondente Maria Eugênia Maceira Montenegro.

Conforme o registro no livro de atas, a próxima reunião da ALL acontece no dia 23 out. 1996, não constando nem local e hora. Nela é feita a eleição da nova diretoria para o biênio 1997/1998.

> 8.ª Diretoria: Presidente: Almir de Paula Lima, Secretária: Maria Cássia Terra Mendes, Tesoureira: Maria Olímpia Alves de Melo.

Delibera-se que o número de acadêmicos deve ser de vinte membros. É comunicado que, até que a reforma da Casa da Cultura seja concluída, as reuniões da Academia Lavrense de Letras vão acontecer na Câmara Municipal de Lavras, na Praça Santo Antônio, e de novo o calendário das reuniões é alterado para a primeira terça-feira de cada mês. Em 12 dez. 1996, a ALL se reúne na Câmara Municipal, às 20 horas é feita uma avaliação das atividades desenvolvidos pelos acadêmicos no biênio 1995/1996:

> Mais de cem artigos publicados no semanário *Tribuna de Lavras*, os livros *Versos e Reversos* de autoria do acadêmico Almir de Paula Lima, *Teia de Aranha*, de autoria de Sebastião da Silveira Naves, *Foto síntese de um caso de amor*, literatura infanto-juvenil de autoria da acadêmica Maria Cássia Terra Mendes e *Vou-verso-ficando* da mesma autora. Prontos para publicação, *História da terra de Aninha da Chácara*, escrita pelo acadêmico Hugo José de Oliveira, *Pingos de Luz*, de autoria do acadêmico Murillo Mendes de Lima, *Diversidade*, de Almir de Paula Lima.

Administrativamente, é conseguido nessa época o CNPJ da ALL, sob o número 00 059 858/0007-67, habilitando-a a receber doações oficiais para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 4 fev. 1997, às 20 horas, na Câmara Municipal, a diretoria eleita em 23 out. 1996, toma posse e novos acadêmicos são incorporados ao quadro:

> Antônio Russi, Canísio Ignácio Lunkes, Carlos Frederico Leite Corrêa, José Alves de Andrade, Terezinha de Lourdes Rezende e Wanda Faria Paula Lima.

Carlos Frederico Leite Corrêa saúda a todos em nome dos novos membros e apresenta seu panegírico sobre Pedro Nava. Ainda no mesmo mês, precisamente no dia 26, a Academia volta a se reunir, na Câmara Municipal, quando é lido o novo estatuto da ALL e o regimento interno. Uma comissão formada pelos acadêmicos Canísio Ignácio Lunkes, José Alves de Andrade e Maria Olímpia Alves de Melo são designados para pessoalmente convidarem a prof.ª Maria Carolina Brasileiro de Castro e o radialista Herculano Pinto Filho, que ativamente participaram do processo de fundação da ALL em 1969, a retornar ao quadro da instituição. O presidente solicitou aos colegas uma contribuição mensal a fim de sustentar os compromissos da Academia, de acordo com o novo estatuto e regimento interno. O acadêmico José Alves de Andrade fala da conversa com o presidente da FAEPE, que solicita que a coordenação da revista *Lavras Cultura* seja da ALL. A proposta foi aceita e forma-se a comissão com os acadêmicos Carlos Frederico Leite Corrêa, Maria Olímpia Alves de Melo e Maria Regina Gomes e Souza. O presidente, acadêmico Almir de Paula Lima comunica conversa com o prefeito, quando solicita a doação de duas salas da Casa da Cultura, em reforma, para a sede da Academia, ou um cômodo no andar de cima do futuro Mercado Municipal. Ainda na mesma reunião o acadêmico Canísio Ignácio Lunkes, coloca à disposição da ALL o acesso à Internet, através da *homepage* da provedora FELA/INCA e sugere um maior entrosamento entre a instituição e o curso de Letras. Paulo Adolfo Machado Lages fala sobre a importância de se manter a coluna “Canto da Academia” no jornal *Tribuna de Lavras* ao que o presidente responde que ele mesmo se encarregará de encaminhar os trabalhos. Maria Olímpia Alves de Melo sugere reuniões abertas, nas quais sejam homenageadas pessoas da comunidade que se destacam na Arte e nas Letras, sugerindo que se dê início no mês seguinte, quando se comemora do Dia Internacional da Mulher e que a coluna da ALL publicada pela *Tribuna de Lavras*, tivesse um formato diferente, mais abrangente. O acadêmico Pedro Coimbra Pádua sugere que a Academia promova concursos literários e

campanhas educacionais de leitura e a criação, vinculada à ALL, de uma Fundação Cultural.

Em 5 mar. 1997, a ALL reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão aberta. A mesa é composta e, entre os integrantes, a convidada Zenita Cunha Guenther, a ser homenageada pelo Dia Internacional da Mulher pelo acadêmico Antônio Russi. Novamente trata-se da reativação da revista *Lavras Cultura*, sendo para tanto necessária a colaboração de todos os colegas acadêmicos. Presente também Ângelo de Moura Delphim, considerado pessoa imprescindível para reativar a revista, que na oportunidade esclarece que a mesma deixou de circular por falta de apoio. Fica definido que seu primeiro número deverá ser todo voltado para a ALL, constando com um pequeno histórico da Academia, elaborado pelo presidente Almir de Paula Lima e de biografias resumidas dos acadêmicos, sob a responsabilidade da secretária Maria Cássia Terra Mendes. Ainda homenageando a convidada Zenita Guenther, Maria Olímpia leu poema de autoria da acadêmica Nelly Furbetta e foi entregue a ela um diploma da ALL. Em seguida, o acadêmico José Alves de Andrade apresentou o panegírico sobre seu patrono, Silvio do Amaral Moreira (Bi Moreira). Nota-se que a Academia floresce, com o entusiasmo do presidente que contagia os colegas acadêmicos. Ela começa a se firmar, e as reuniões, sucessivas, são muito participativas.

No dia 2 de abril do mesmo ano, todos novamente estão reunidos para uma pauta extensa. Convidado especial o Juiz de Direito, dr. Tarcísio Alves da Fonseca. Após as preliminares da reunião, o presidente sugere a possibilidade das mesmas acontecerem duas vezes por mês, mas os acadêmicos ponderam que, em caso de necessidade, isso viesse a ocorrer, extraordinariamente. Nesta data, a acadêmica Wanda Faria Paula Lima apresenta o panegírico de seu patrono, Catulo da Paixão Cearense, muito elogiado por todos os presentes e segundo o acadêmico Canísio Ignácio Lunkes, marcante pela brasilidade. Após a apresentação, a convite da acadêmica Wanda, números musicais são apresentados com músicas de autoria de Catulo, entre elas *Luar de minha terra* e *Chuá Chuá*. Nova reunião, em 16 abr. 1997, às 20 horas, na Câmara Municipal, com a presença de todos os acadêmicos. O presidente solicita que sejam apresentadas as providências para a reativação da revista *Lavras Cultura*, enfatizando a importância da mesma e ainda pediu aos acadêmicos que contribuam com o Canto da Academia, no jornal *Tribuna de Lavras*. Também comunica que após as apresentações dos panegíricos pelos acadêmicos recém empossados, os demais membros também deverão apresentar seus trabalhos. Essa reunião conta também com a presença do acadêmico Hugo José de Oliveira, afastado temporariamente.

Cumprindo o calendário de apresentação de panegíricos, na reunião de 7 mai. 1997, os acadêmicos novamente reunidos se encantam com a apresentação do panegírico do acadêmico Canísio Ignácio Lunkes, sobre seu patrono Tomás António Gonzaga. Maria Olímpia Alves de Melo comunica que já tem em mãos os artigos para a reativação da revista *Lavras Cultura* a ser lançada em breve. A acadêmica Nelly Furbetta Pinheiro homenageia o acadêmico Canísio Lunkes, com a apresentação feita por duas de suas alunas do curso de Letras, de um jogral escrito pela acadêmica.

Em 3 jun. 1997, véspera da reunião da ALL, o presidente sofre um AVC e é hospitalizado. A Academia tem suas atividades suspensas momentaneamente, enquanto o acadêmico Almir de Paula Lima se recupera. Em agosto do mesmo ano, no dia 28, embasada pelo artigo 8.º do estatuto da ALL, os acadêmicos se reúnem sem o presidente. O acadêmico José Alves de Andrade é eleito presidente "*ad hoc*", uma vez que a academia não tem vice-presidente. Na oportunidade, ele explica a necessidade de reformular o estatuto com a composição de um vice-presidente, segundo secretário e segundo tesoureiro. Para o cargo de vice-presidente é sugerido o nome do acadêmico Sebastião da Silveira Naves, aceito por todos, que de imediato assume o cargo, solicitando a acadêmica Wanda Faria Paula Lima, esposa do presidente, informações sobre a recuperação do mesmo. O relato é muito animador, para a satisfação de todos.

Em 11 set. 1997, na residência da filha do presidente, Ângela Faria Lima Malagutti, os acadêmicos se reúnem pela primeira vez com o mesmo ainda em recuperação. A presença dos membros é quase total. O acadêmico Sebastião da Silveira Naves, ocupando interinamente o cargo de presidente abriu os trabalhos, saudando o presidente afastado, desejando-lhe pronto restabelecimento. Foram eleitos para os cargos de 2.º secretário, José Alves de Andrade e 2.º tesoureiro, Canísio Ignácio Lunkes que na oportunidade oferece à Academia um espaço físico na FELA/INCA, faculdade de sua propriedade, para a realização das reuniões da ALL até que se construa uma sede. O acadêmico Carlos Frederico Leite Corrêa propõe a realização de um jantar cujo cardápio e preparação ficará sob sua responsabilidade, o que é aceito pelos presentes. Ao final, é servido café, num ambiente de muita cordialidade.

No dia 29 de novembro, ainda do ano de 1997, no Clube de Lavras, o acadêmico José Alves de Andrade realiza uma comemoração com os personagens do ano, de seus artigos na coluna *Gente da Terra*, publicado no semanário *Tribuna de Lavras*. A reunião tem vários convidados, como o prefeito municipal, o diretor do jornal *Tribuna de Lavras*, comandante do Batalhão da

Polícia Militar, juiz de Direito, dr. Marco A. Andrade, presidentes ou representantes de entidades, clubes e associações diversas e inúmeros convidados. A mesa dos trabalhos é composta pelo vice-presidente, ocupando interinamente a presidência da ALL, acadêmico Sebastião da Silveira Naves, que dá início a solenidade. Após a leitura da ata da reunião anterior da Academia, o presidente em exercício ressaltou o trabalho do acadêmico José Alves de Andrade, "que juntamente com o jornal *Tribuna de Lavras*, há cinco anos destaca através da seção intitulada 'Gente da Terra', os personagens que, nos mais diversos campos de atuação, enriquecem a sociedade lavrense". Em seguida, o acadêmico José Alves de Andrade passa a comandar o evento, conferindo a seus homenageados um diploma e um exemplar do jornal onde foi publicada a matéria sobre cada um deles. Encerra-se com um coquetel.

O ano de 1997 se encerra de forma melancólica em relação aos destinos da Academia. Mas, no ano seguinte, precisamente no dia 11 fev. 1998, na residência do presidente Almir de Paula Lima, os acadêmicos, convocados, se reúnem e são saudados por ele com o Boletim Informativo da ALL. Em seguida procedeu-se a eleição por aclamação dos novos componentes da diretoria, conforme alterações estatutárias já aprovadas. Para o cargo de vice-presidente, José Alves de Andrade, segundo secretário Luiz Carlos Ferreira de Souza Oliveira e segundo tesoureiro Paulo Adolfo Machado Lages. Ficou estabelecido que as reuniões voltarão a acontecer na segunda quarta-feira do mês, na sede do Rotary Club de Lavras, localizado no pavimento inferior do Hospital Vaz Monteiro. Essa decisão foi necessária pois o espaço escolhido não possui escadas e o presidente a partir de então, está usando cadeira de rodas. Entusiasmado, o mesmo definiu o retorno das apresentações dos panegíricos e solicitou à secretária que providenciasse convites para membros de clubes de serviço e entidades culturais para assistirem as apresentações, já que esses momentos são de afirmação da Academia. Solicitou também a todos contribuição literária para o "Canto da Academia", coluna publicada pelo jornal *Tribuna de Lavras*. No final da reunião, os anfitriões Almir e Wanda Faria de Paula Lima serviram um delicioso ponche.

Dia 11 mar. 1998, sede do Rotary Club de Lavras, 20 horas. O panegírico que eu deveria ter apresentado em 4 jun. 1997 e que ficou suspenso devido a subida doença do presidente às vésperas, tem agora o seu momento. O presidente Almir de Paula Lima, na cadeira de rodas, está presidindo a reunião e é saudado pelo acadêmico Sebastião da Silveira Naves. Presentes à reunião, dez alunos do curso de Letras, acompanhando a acadêmica e professora Nelly Furbetta Pinheiro. O panegírico é apresentado e o escritor José Bento Monteiro

Lobato é homenageado. A reunião se encerra com um coquetel de vinhos e queijos oferecido pelo acadêmico Sebastião da Silveira Naves.

Em 8 abr. 1998, 20 horas, no Rotary Club de Lavras, o acadêmico Antônio Russi apresenta o panegírico sobre Victor Bastos e em 13 de maio do mesmo ano, hora e lugar, o acadêmico Pedro Coimbra Pádua apresenta seu panegírico sobre o professor José Luiz de Mesquita, um representante da raça negra. Dando continuidade, em junho, dia 17, também no Rotary Club de Lavras, às 20 horas, o acadêmico Luiz Carlos Ferreira de Souza Oliveira apresenta o panegírico sobre seu patrono João Guimarães Rosa. Essa é a última ata registrada no Livro n. 1. O estado de saúde do presidente, acadêmico Almir de Paula Lima volta a se agravar. As reuniões são suspensas. Em dezembro do mesmo ano ele envia uma carta ao vice-presidente, José Alves de Andrade, solicitando que o mesmo assuma os rumos da ALL, determinação que é tentada, mas após algumas reuniões das quais não participei e não me recordo porque, as atividades da academia são paralisadas. Essas reuniões não têm registro, por isso é impossível precisar quantas, quando e onde. Foram quase 14 anos de atividade ininterrupta da Academia Lavrense de Letras, sempre lutando para manter-se firme diante de sua maior adversidade que sempre foi, desde a sua criação, a falta de espaço para o exercício de suas atividades. A Academia, antes tão pulsante, de novo entra em dormência.

Em 1.º jul. 2001, Almir de Paula Lima vem a falecer.

Em 12 mar. 2003, às 20 horas, a Academia volta a se reunir na sede do Rotary Club Lavras Sul, após uma conclamação do acadêmico Carlos Frederico Leite Corrêa datada de 27 fev. 2003. O acadêmico Hugo José de Oliveira, advogado, presente na ocasião, orientou que para Academia retomar é necessário ser eleito um coordenador até novas eleições. Carlos Frederico é escolhido e Terezinha de Lourdes Rezende fica como secretária, para apoiá-lo nas ações. Várias ideias são apresentadas para impor maior dinamismo à ALL. Canísio Ignácio Lunkes presta uma homenagem ao ex-presidente, Almir de Paula Lima, pelo desvelo e proficiência para com a ALL. Em 27 de maio do mesmo ano, mesmo lugar e hora, os acadêmicos voltam a se reunir onde vários assuntos são debatidos, como uma produção literária periódica através do Boletim Informativo da ALL, que tem o nome alterado para *Caderno Acadêmico*. Questionou-se sobre patronos serem lavrenses e ficou definido as mudanças estatutárias. O acadêmico Canísio Ignácio Lunkes ofereceu a criação de uma nova logomarca para ALL. Em 27 de julho do mesmo ano a Academia volta a se reunir no mesmo local e hora. O acadêmico Canísio Ignácio Lunkes apresenta sugestões de logomarca e uma delas é escolhida. Trabalhos para o *Caderno*

Acadêmico são entregues. A acadêmica Maria Carolina Brasileiro de Castro, pede desligamento, mas, contagiada pelo entusiasmo do agora presidente Carlos Frederico Leite Correa, ela retoma a Academia e de forma brilhante é ativa nas reuniões. Desse período, não se tem mais nenhuma ata e embora tenha vivenciado esse momento e tenha sido responsável por elas, não consigo atinar o porquê; se elas existiram e se perderam ou se de fato não foram redigidas. Como não tínhamos uma sede, os documentos ficavam alguns com o coordenador, outros comigo e pode ser que tenham se perdido. Mas, através de um convite e de um programa de cerimônia de posse feitos por mim e localizado nos arquivos da ALL, datado de 16 mar. 2004, tem-se a certeza de que a ALL estava ativa. Nesse dia, às 20 horas, no Clube de Lavras, são empossados: Ângela Faria de Paula Lima, Homero de Carvalho Faria, Paulo Expedido Rodarte de Abreu e Zenita Cunha Guenther. Logo após, aconteceu a apresentação do conjunto QuarteLavras seguido de coquetel. A acadêmica Maria Carolina Brasileiro de Castro participa da abertura do evento junto comigo, quando apresentamos o texto *Aprender*, de William Shakespeare.

Figura 4: Faço uma pausa diante dessa foto, quando pela primeira e única vez todos os 16 acadêmicos estão reunidos. A fotografia foi feita após a cerimônia de posse. Esse momento foi único. Também gostaria de mencionar a dedicação do acadêmico Murillo Mendes Lima, que mesmo após ter parte da perna direita amputada, não deixava de frequentar as reuniões. Para que isso fosse possível, ele contava com o companheirismo ora do acadêmico Paulo Adolfo Machado Lages, ora do presidente Carlos Frederico Leite Corrêa, que iam até a Casa do Vovô, buscá-lo e levá-lo. São exemplos de dedicação e de generosidade que ficam para sempre.

Retornando aos fatos, os documentos cessam por aí e a minha memória também. Mas é certo que houve novo período de dormência e durante esse período, a ALL perde mais um grande acadêmico, Sebastião da Silveira Naves, no dia 30 abr. 2005. Sua preocupação constante era a de se conseguir uma sede própria para a Academia e em todas as reuniões ele retomava essa pauta, pois bem sabia ele que, sem a sede, a Academia corria sério risco de desaparecer. Não bastasse essa perda, logo no mês seguinte, no dia 19 de maio, outro acadêmico parte para o desconhecido: Canísio Ignácio Lunkes, foi sem a menor dúvida, também, um grande acadêmico, entusiasta e sempre pronto a tentar minimizar as limitações da ALL.

Em 2006, a acadêmica Ângela Faria de Paula Lima, faz o mesmo movimento, tentando reativar a Academia e convoca os acadêmicos para uma reunião no Vitória Palace Hotel, no dia 15 de agosto, às 20 horas, a qual compareci assim como outros colegas acadêmicos. Documentos encontrados na ALL, dão conta de três reuniões, pois foram encontradas as pautas das mesmas onde consta que as outras duas reuniões aconteceram em 20 de setembro e 25 de outubro e um relatório de confraternização de Natal, narra um encontro ocorrido em 27 jan. 2007 com os acadêmicos Carlos Frederico Leite Corrêa, Paulo Adolfo Machado Lages, Maria Regina Gomes e Sousa e Ângela Faria de Paula Lima, acompanhados dos respectivos cônjuges, além do acadêmico Pedro Coimbra Pádua.

ACADEMIA
LAVRENSE
DE LETRAS

Figura 5: Logomarca criada em 2004 [Acervo ALL].

Parte II

2012, janeiro. Passo pelos fundos da Casa da Cultura quando vejo que ela está de novo aberta ao público. Entro e converso com a funcionária responsável e indago se as reuniões da Academia podem acontecer ali ao que ela responde que a Casa da Cultura foi sempre o lar da ALL. Entusiasmada, entro em contato com os colegas e faço o convite para uma reunião em fevereiro. Maria Carolina Brasileiro de Castro é uma grande incentivadora desse recomeço. No dia 24 fev. 2012, acontece o reencontro com apenas cinco colegas: Maria Olímpia Alves de Melo, José Alves de Andrade, Pedro Coimbra Pádua, eu, Terezinha de Lourdes Rezende e o jornalista Eduardo Cicarelli. No dia 12 mar. 2012, a acadêmica Maria Carolina Brasileiro de Castro nos surpreende com sua morte, vencida por um câncer recorrente. O seu entusiasmo e dedicação fez muita falta nesse recomeço. Mês a mês as reuniões prosseguem e a cada uma delas, mais acadêmicos retornam.

10 mai. 2012: Reunidos na Casa da Cultura, os acadêmicos: Antônio Russi, Carlos Frederico Leite Corrêa, Eduardo Cicarelli, Homero de Carvalho Faria, José Alves de Andrade, Maria Cássia Terra Mendes, Maria Conceição Alves, Maria Olímpia Alves de Melo, Maria Regina Gomes e Sousa, Paulo Adolfo Machado Lages, Paulo Expedito Rodarte de Abreu, Pedro Coimbra Pádua, Terezinha de Lourdes Rezende e Zenita Cunha Guenther. Terezinha de Lourdes Rezende, por estar encabeçando a retomada, se manifesta, solicitando que os interessados em assumir o comando da ALL se manifestem. Carlos Frederico Leite Correa e Paulo Expedito Rodarte de Abreu se apresentaram. Naquele mesmo dia é realizada a eleição com o voto secreto, sendo eleito o primeiro interessado e por sugestão da acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo, com a anuência de todos, assumi a secretaria.

12 jul. 2012, 17 horas, Sala ALL, Casa da Cultura: 1.ª Reunião. Presenças: Ângela Faria de Paula Lima, Carlos Frederico Leite Corrêa, Eduardo Cicarelli, Homero de Carvalho Faria, Maria Conceição Alves, Maria Olimpia Alves de Melo, Paulo Adolfo Machado Lages, Paulo Expedito Rodarte de Abreu, Pedro Pádua Coimbra, Terezinha de Lourdes Rezende e Zenita Guenther.

O presidente Carlos Frederico Leite Corrêa dá início aos trabalhos dizendo que a reunião é o reinício dos trabalhos da Academia, que teve outras tentativas no passado, pelo acadêmico José Alves de Andrade, por ele mesmo e pela acadêmica Ângela Faria de Paula Lima, sendo todas frustradas devido à falta de espaço para se reunir.

10.ª Diretoria: Presidente: Carlos Frederico Leite Corrêa, Vice-presidente: Paulo Expedito Rodarte de Abreu, 1.ª Secretária: Terezinha de Lourdes Rezende, 2.ª Secretária: Maria Olímpia Alves de Melo, 1.ª Tesoureira: Ângela Faria de Paula Lima, 2.ª Tesoureiro: Pedro Pádua Coimbra.

Após a composição da Diretoria, segundo o presidente, a primeira providência é a elaboração do novo Estatuto, já que o antigo é anterior ao novo Código Civil, em vigor a partir de 2002. Dia 2 ago. 2012, às 17 horas, na Casa da Cultura, o presidente Carlos Frederico Leite Correa comunica que a sala em uso foi cedida pela Prefeitura para uso exclusivo da ALL e solicitou providencias da secretária para carta de agradecimento. Entre outros assuntos em pauta, o presidente pediu providências para ingresso de novos membros na ALL e entregou minuta do novo estatuto para que todos, na próxima reunião, possam opinar. Em 30 ago. 2012, o presidente apresenta um recorte de jornal com o tema: "Publique seu livro". O objetivo é apresentar aos colegas acadêmicos, possibilidades para que possam publicar suas obras de forma mais acessível. Em seguida o presidente apresentou a relação dos acadêmicos (vivos e falecidos) com as respectivas cadeiras e patronos, com o objetivo de preencher as vagas. Quanto a minuta do estatuto, apenas o acadêmico Paulo Lages apresentou sugestões. Em 25 out. 2012, nova reunião, agora no mesmo horário e espaço. O presidente abriu discussão sobre os nomes dos novos acadêmicos. Homero de Carvalho abordou de forma inteligente e bem-humorada o tema "A necessidade do absurdo". Na reunião de 29 de novembro a acadêmica Maria Olímpia apresentou o livro *Gandavos, Os Contadores de História*, onde estão registradas algumas obras de sua autoria, apresentando uma delas: *A Mulher Magra*, presenteando a todos os colegas com um exemplar. Voltou-se a pauta sobre o ingresso de novos membros. Em 19 de dezembro, reunião festiva, confraternização de natal. A acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo apresenta um texto seu, ganhador do concurso da revista *Capricho*. Todos os membros apresentam poemas e textos e uma mesa de guloseimas natalinas é saboreada. Convidados do presidente: Antônio César Pádua e Chrystiani Capelli. Importante salientar o entusiasmo acadêmico e a amizade entre eles.

29 jan. 2013. O ano não começa bem para a ALL. A secretária de Cultura, Luiza Maria Vitorino, pede permissão para participar da reunião e solicita a devolução da sala da ALL o que é contestado por todos os acadêmicos. Nessa mesma data a acadêmica Haidêe Aparecida de Andrade apresenta sugestão da criação pela ALL da "Academia Mirim de Letras", que tem por objetivo incentivar a leitura e a escrita e o público alvo serão crianças entre 7 e 12 anos e o embrião

do projeto deve acontecer no Instituto Presbiteriano Gammon, onde é professora. A ideia, a princípio, foi muito bem recebida por todos acadêmicos e o presidente solicita que a mesma apresente o projeto por escrito, para análise e, futuramente, aprovação em assembleia. Em 26 fev. 2013, a reunião conta com a presença de um funcionário da UFLA, que vem convidar a ALL a participar da Semana da Biblioteca. O presidente comunica a todos que teve reunião com a Secretária de Cultura e que a solicitação da sala que ela havia feito foi retirada. Em seguida, cria-se a Comissão Permanente de Análise de Candidatos, define-se o Diretor de Publicação e Comunicação, a cargo do acadêmico Pedro Coimbra e é definida suas funções, sendo, uma delas, reativar a coluna "Canto da Academia", no jornal *Tribuna de Lavras*. Definida cobrança da mensalidade, a cargo da acadêmica Ângela, tesoureira da ALL. No dia 30 abr. 2013, o presidente comunica que considera vaga a Cadeira 8, cujo membro Titular 1 era o acadêmico Luiz Carlos Ferreira de Sousa, uma vez que o mesmo se mudou de Lavras. Comunicou também sobre a renúncia da acadêmica Maria Cássia Terra, ocupante da Cadeira 3, também agora, vaga. O presidente comunica o afastamento da acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo, para tratamento de câncer em Belo Horizonte. Comunica ainda que a posse dos novos membros será no dia 21 mai. 2013, às 20 horas, no Espaço Mediterrâneo. 21 mai. 2013, Clube Mediterrâneo, 20 horas. Reunião extraordinária. Posse dos novos membros.

> CADEIRA 01: Patrono Álvaro Botelho, Membro Fundador Titular 1 – Hugo José de Oliveira, tomando posse acadêmico titular 2 – Antônio César de Pádua.
>
> CADEIRA 03: Patronesse Carmem Cartaxo, Titular 1 – Maria Cássia Terra Mendes, tomando posse a acadêmica titular 2 – Maria Aparecida Francisquini.
>
> CADEIRA 04: Patrono: Jacy de Souza Lima, Titular 1 – Murillo Mendes Lima, tomando posse acadêmico titular 2 – José Passos de Carvalho (não compareceu à posse!).
>
> CADEIRA 07: Patrono: Firmino Costa, Titular 1 – Almir de Paula Lima, tomando posse o acadêmico titular 2 – Diter Stein.
>
> CADEIRA 08: Titular 1 – Luiz Carlos Ferreira de Souza Oliveira, tomando posse o acadêmico titular 2 – Marco Aurélio Bissoli.

CADEIRA 11: Patrono: José Antônio P. de Mesquita, Titular 1 – Sebastião da Silveira Naves, tomando posse o acadêmico titular 2 – Luiz Fernando de Oliveira.

CADEIRA 15: Patrono Catulo da Paixão Cearense, Titular 1 – Wanda Faria de Paula Lima tomando posse a acadêmica titular 2 – Alessandra Teixeira da Silva.

CADEIRA 17: Patrono Tomás António Gonzaga, Titular 1 – Canísio Ignacio Lunkes, tomando posse a acadêmica titular 2 – Cléa Cândida de Andrade.

CADEIRA 24: Patrono Sylvio Moreaux, Titular 1 – Maria Carolina Brasileiro de Castro, tomando posse a acadêmica titular 2 – Haidêe Aparecida de Andrade.

CADEIRA 25: Patrono Padre Fábio de Melo, tomando posse a acadêmica titular 1 – Chrystianni Souza Paiva Capelli.

CADEIRA 26: Patrono Raul Seixas, tomando posse o acadêmico titular 1 – Chible Haddad Júnior.

Na reunião de junho, realizada no dia 25, é elaborado um calendário para apresentação dos panegíricos.

Em 30 jul. 2013, a secretária Terezinha de Lourdes Rezende, presidindo a reunião, comunica a todos a ausência do presidente Carlos Frederico Leite Corrêa, devido ao início de tratamento de câncer de pulmão e na oportunidade os colegas interessam em saber sobre o estado de saúde da colega Maria Olímpia Alves de Melo, também em tratamento de câncer. A secretária aborda a visita do prof. Aloisio Garcia, de Belo Horizonte, presidente da Federação das Academias de Letras e Cultura de Minas Gerais (FALEMG), que esteve em visita a Lavras em 23 jul., proferindo palestra sobre a criação de Academias de Letras no Estado de Minas Gerais, que, segundo ele, tem sessenta academias. A secretária novamente aborda sobre a data para apresentação dos panegíricos, mas nenhum acadêmico se manifesta. Nesse momento tem início na Academia de Letras outro período de expectativa; dois colegas, pilares da ALL, se encontram gravemente enfermos. No dia 27 de agosto, o presidente retoma bravamente as atividades na Academia. Ele dá início a reunião indagando ao acadêmico Antônio César de Pádua, que tem formação jurídica, sobre o andamento do novo estatuto, ficando definido que o mesmo será apresentado na próxima reunião. Na reunião de 29 de setembro Antônio César, responsável pela

sua elaboração, sugere um modelo mais enxuto acompanhado de um Regimento Interno, ficando agendado a apresentação dos mesmos para a próxima reunião. Antônio César também fala da necessidade de registrar o Estatuto e de requerer o CNPJ da ALL. O presidente comenta sobre as ausências de colegas dizendo que isso provoca desânimo nos demais. O acadêmico Homero sugeriu o envio de correspondência a esses, estimulando-os ao comparecimento e comunicando que após dez faltas serão desligados.

As reuniões prosseguem mês a mês. O presidente volta a questionar sobre as ausências dos acadêmicos. A acadêmica Haidêe sugeriu o envio de uma carta a todos, inclusive convidando-os para a reunião festiva de confraternização de Natal, sendo a mesma confeccionada na reunião. Os presentes também se posicionam demonstrando descontentamento pela apatia dos membros que usufruem do título de acadêmico, mas que não participam das atividades da ALL. Fica acertado que após o envio da correspondência, a secretária reforçará o convite, ligando para todos. Dia 17 de dezembro, os acadêmicos se reúnem na sede do Rotary Club de Lavras, pavimento inferior do Hospital Vaz Monteiro para a confraternização de Natal. A nota triste é a ausência da colega acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo que continua afastada, em estado grave, tratando do câncer em Belo Horizonte. O presidente dá início a reunião festiva, saudando os presentes e reiterando a importância da união para que a ALL se desenvolva.

2014. Dentre os assuntos tratados na reunião de janeiro, que se realizou no dia 29, o acadêmico Homero apresenta o projeto Festival de Poesia Encenada, voltado às escolas da cidade, discutido e aprovado. O presidente solicita ao autor do projeto a responsabilidade pela coordenação e execução, criando-se uma comissão para colocá-lo em prática. 26 de fevereiro. Última reunião presidida pelo acadêmico Carlos Frederico Leite Corrêa. Na pauta, destaque para o coordenador do projeto Poesia Encenada, que a pedido do presidente, relatou sobre os preparativos para o evento, comunicando que a primeira reunião foi promissora, com a presença de 19 escolas, sendo necessário ampliar o projeto para a 8.ª e 9.ª séries, além do segundo grau. Discutiu-se sobre o corpo de jurados, a divulgação por conta dos acadêmicos Cléa e Chible nos semanários *LavrasNews*, *Tribuna de Lavras* e *Jornal 24 horas* (online). No mês de março, a secretária de Cultura volta atrás e retira a sala da ALL, que novamente se vê sem espaço para se reunir. O presidente encontra-se bastante debilitado pela doença e não tem forças para reagir. A acadêmica Chrystiani Souza Paiva Capelli convida os colegas para se reunirem em seu apartamento e por dois meses isso ocorre, mas sem a presença do presidente e

com poucos acadêmicos. Em maio, dia 23, a incrível acadêmica Maria Olímpia Alves de Melo é sucumbida pela doença e em 16 de junho, o mesmo ocorre com o presidente Carlos Frederico Leite Corrêa.

Importante para registro de memória da Academia Lavrense de Letras, tecer uma comparação positiva entre Almir de Paula Lima e Carlos Frederico Leite Corrêa, ambos acadêmicos devotados que apesar da enfermidade mantiveram o sonho acadêmico pulsante enquanto tiveram forças. Perdas dessa proporção, de pessoas que fazem a diferença, tira o norte dos demais membros e a retomada é um processo doído e de difícil superação e isso ocorre em 30 jul. 2014, na sede da Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento (ASPAT), quando os acadêmicos se reúnem em assembleia geral para reformulação do estatuto e eleição de nova diretoria. Convém ressaltar que esse movimento foi liderado pelo acadêmico Antônio César de Pádua e a Assembleia foi presidida, por indicação do mesmo, pelo acadêmico José Passos de Carvalho.

> 11.ª Diretoria: Presidente: Chrystiani Souza Paiva Capelli, Vice-presidente: Chible Haddad Junior, 1.ª Secretária: Terezinha de Lourdes Rezende, 2.ª Secretária: Cléa Cândida de Andrade, 1.º Tesoureiro: Antônio César de Pádua, 2.ª Tesoureiro: Alessandra Teixeira Silva. Conselho Fiscal: Zenita Cunha Guenther, Haidêe Aparecida de Andrade, Luiz Fernando de Oliveira, José Passos de Carvalho (suplente).

Importante citar que na reformulação do estatuto foi incluído o cargo de vice-presidente, que, por não prever, foi necessário convocar nova eleição. O primeiro ato da nova presidente foi procurar o prefeito e após colocar a situação da ALL, consegue reaver a antiga sala da ALL. Êxito exclusivo dela, que foi até lá, sozinha e reverteu uma situação que poderia levar a ALL novamente ao recesso. Dia 27 ago. 2014 é um dia festivo, com a retomada da antiga sede. Os acadêmicos comparecem, certos de que, apesar das perdas, é necessário prosseguir. A pauta mais importante é sobre a realização do FEPEN, sob a coordenação do acadêmico Homero de Carvalho Faria, que mesmo nas adversidades continuou o trabalho a ser culminado em setembro, nos dias 17, 18 e 19, quando as escolas irão competir, apresentando em teatro, poesias de autores brasileiros. A parte burocrática do evento, como patrocínios, cartazes, convites, divulgação, ficou a cargo da secretária Terezinha de Lourdes Rezende. Durante a reunião, o vice-presidente, acadêmico Chible solicitou exoneração do cargo; de imediato lançou-se o nome do acadêmico José Passos de Carvalho que prontamente se colocou à disposição em colaborar com a ALL, assumindo a partir daquele momento, o cargo vago. Na reunião de 30 de setembro, o

entusiasmo pelo sucesso da realização do FEPEN era visível. O resultado tinha superado as expectativas e o coordenador do projeto, acadêmico Homero de Carvalho Faria, apresentou o relatório e também lançou o projeto do FEPEN segunda edição. As reuniões mensais prosseguem, cumprindo as determinações estatutárias. Na reunião de 25 de novembro, fica decidido que serão enviadas correspondências aos acadêmicos que deixaram de frequentar a ALL, convidando-as a retornar ou a se desligarem em definitivo. São eles: Ângela Faria de Paula Lima, Antônio Russi, Cléa Cândida de Andrade, Diter Stein, Eduardo Cicarelli, José Alves de Andrade, Luiz Fernando de Oliveira, Marco Aurélio Bissoli, Maria Aparecida Francisquini, Maria Conceição Alves, Nelly Furbetta Pinheiro, Paulo Expedito Rodarte de Abreu e Zenita Cunha Guenther; três deles respondem solicitando o desligamento: Chible Haddad Júnior, Luiz Fernando de Oliveira e Paulo Expedito Rodarte de Abreu. Os demais que não se manifestaram ficou subentendido que optaram pelo desligamento, ficando o quadro composto pelos acadêmicos:

> 01. Alessandra Teixeira Silva, 02. Antônio César Pádua, 03. Chrystiani Souza Paiva Capelli, 04. Haidêe Aparecida de Andrade, 05. Homero de Carvalho Faria, 06. José Passos de Carvalho, 07. Maria Regina Gomes e Sousa, 08. Pedro Coimbra Pádua, 09. Terezinha de Lourdes Rezende.

Em 30 abr. 2015, a Academia apresenta no jardim da Casa da Cultura uma noite de arte intitulada *Caminho Inverso*, sob a responsabilidade do acadêmico Homero de Carvalho Faria. Na reunião de 28 abr. 2015, comentários sobre o evento *Caminho Inverso – História do caminho*. A 2.ª edição do FEPEN está com pouca adesão de escolas e a premiação está sendo cogitada para viagens de passeio e pizzarias, fugindo do objetivo proposto que é o de adquirir livros para a biblioteca da escola. Outro grande problema é a falta de patrocínio para bancar os prêmios. Outro assunto tratado foi dos membros inscritos para ocupar cadeiras na ALL e é nomeada a Comissão de Avaliação, composta pelos acadêmicos Homero Carvalho Faria, Maria Regina Gomes e Sousa e Haidêe Aparecida de Andrade. Nesse mesmo dia, por e-mail, a presidente renuncia ao cargo e pede o seu desligamento da ALL, alegando dificuldades para conciliar trabalho e atividades acadêmicas. Na próxima reunião, dia 26 mai. 2015 o vice-presidente José Passos de Carvalho conduz a reunião e acontece nova eleição de diretoria.

> 12.ª Diretoria: Presidente: José Passos de Carvalho, Vice-Presidente: Dimas Messias de Carvalho, 1.ª Secretária: Rosemary Chalfoun Bertolucci, 2.ª Secretária: Terezinha de Lourdes Rezende, 1.º Tesoureiro: Antônio César de Pádua, 2.ª Tesoureira: Alessandra Teixeira Silva. Conselho Fiscal: Haidêe

Aparecida de Andrade, Josecler Alair de Oliveira, Carlos Antônio Pinto. Suplentes: Neide Aparecida Furtado, Pedro Coimbra Pádua, Maria Regina Gomes e Sousa.

Nessa reunião é aprovado o nome de Firmino da Costa Pereira para patrono da Academia Lavrense de Letras. Em 11 jun. 2015, no Clube de Lavras, às 20 horas, aconteceu a cerimônia de posse de novos acadêmicos.

Acadêmicos titulares: Alexina Alves Rodrigues, Aparecida Neide Furtado, Carlos Antônio Pinto, Dimas Messias de Carvalho, Gabriela de Oliveira Barbosa, Rosemary Chalfoun Bertolucci, Igor dos Santos Alves.

Acadêmicos correspondentes: Wilson Alves Figueira, Paulo José de Oliveira.

Em 8 set. 2015, a reunião da ALL trata da posse de novos acadêmicos e a acadêmica Alexina Alves Rodrigues, apresenta o projeto "A gente não quer só comida". Nessa mesma data é definido o modelo do traje acadêmico (fardão) e a empresa que irá confeccioná-los. A partir de 7 de outubro, após convite do presidente, alguns acadêmicos ausentes retornam e reassumem na condição de acadêmicos. Em 2 dez. 2015 é definido o nome dos novos acadêmicos a serem empossados em 30 jan. 2016.

Dieikson Custódio de Carvalho, Emerson Nonato da Silva, Igor Douglas Rocha Niemeyer, Iracema Bezerra Mendes, Jesus Milagres, José Claret Mattioli, Maria Terezinha de Resende, Paulo Renato Gonçalves Junior, Raquel de Souza Campos, Ricardo Pereira da Silva, Romeo Scommegna, Rômulo Resende Reis.

Acadêmicos correspondentes aprovados: Augusto Barbosa Coura Neto, Dimas Terra de Oliveira, Edson José Tavares, Francisco José dos Santos Braga, João Bosco Ribeiro, João Carlos Ramos, José Carlos de Bom Sucesso, Maria da Gracia Oliveira Viana, Natânia Aparecida da Silva Nogueira, Paulo Bonifácio Ribeiro, Petrônio de Souza Gonçalves, Sérgio Ricardo Gomes.

Foram empossados também sete jovens na Academia Juvenil de Letras e Artes de Lavras.

Nessa mesma data é instituído o *Diploma do Mérito Cultural Professor Firmino Costa*. Inspirado no projeto "Academia Mirim de Letras", de autoria da acadêmica Haidêe Aparecida de Andrade e não realizado, o presidente em exercício institui a Academia Juvenil de Letras e Artes de Lavras (AJLAL) com a participação do Colégio Tiradentes da PMMG. Em 1.º out. 2016 novos

acadêmicos são empossados. A meta do presidente é de 40 acadêmicos efetivos, 20 acadêmicos correspondentes e 40 acadêmicos juvenis.

> Acadêmicos efetivos: Cleber Maximiniano, Elizabeth Mendonça Silva do Carmo, Ewerton de Brito Fernandes Lopes, Ivone de Abreu, Maria Aparecida Possato, Maria Letícia Ferreira Machado, Valdir Curi, Vanda Amâncio Bezerra Mendes, Wagner Raimundo Gonçalves.
>
> Acadêmicos correspondentes: Augusto Barbosa Coura Neto, Diamantino Lourenço Rodrigues e Bártolo, Ernane Clarete da Silva, Irineu José Coelho Filho, José Francisco de Paula Sobrinho, Leandro Isaac Mota, Lúcio Adolfo da Silva.
>
> Foram empossados também 15 jovens na categoria Juvenil.

Durante a gestão do presidente José Passos de Carvalho é relatada em ata, os inúmeros esforços que faz na tentativa de trazer de volta acadêmicos ausentes. Em 25 abr. 2017, em assembleia geral, é eleita nova diretoria executiva para o biênio 2017/2019, a serem empossados em 1.º mai. 2017.

> 13.ª Diretoria: Presidente: José Claret Mattioli, Vice-presidente: Dimas Messias de Carvalho, Secretário: José Passos de Carvalho, Tesoureiro: Josecler Alair de Oliveira, Patrimônio: Romeo Scommegna, Bibliotecária: Maria Terezinha de Resende, Orador: Dieikson Custódio de Carvalho, Projetos e eventos: Terezinha de Lourdes Rezende, Jurídico: Rômulo Resende Reis. Conselho Fiscal: Antônio César de Pádua, Rosemary Chalfoun Bertolucci, Carlos Antônio Pinto.

Em 11 de maio a ALL faz evento no Clube de Lavras, às 20 horas, intitulado *Tributo às Mães*, dando início às comemorações dos 50 anos da ALL. Em 10 de junho, algo inédito ocorre na Academia Lavrense de Letras: o presidente recém empossado é exonerado do cargo e excluído do quadro da ALL, devido a conduta inapropriada. Nova eleição acontece.

> 14.ª Diretoria: Presidente: José Passos de Carvalho, Vice-presidente: Terezinha de Lourdes Rezende, Secretária: Rosemary Chalfoun Bertolucci, Tesoureiro: Antônio César de Pádua, Patrimônio: Cleber Maximiniano, Bibliotecária: Maria Terezinha de Resende, Orador: Dieikson Custódio de Carvalho, Eventos Culturais: Wagner Raimundo Gonçalves, Jurídico: Romeo Scommegna. Conselho Fiscal: Dimas Messias de Carvalho, Aparecida Neide Furtado, Carlos Antônio Pinto.

Novamente a ALL se veste de luto pelo passamento da acadêmica Ângela Faria de Paula Lima, no dia 21 jul. 2017. Em 11 de setembro, o presidente solicita licença das atividades e se afasta da Academia alegando problemas de saúde. A vice-presidente Terezinha de Lourdes Rezende assume interinamente e em 16 de outubro, ele renuncia ao cargo, assumindo ela, em definitivo, a presidência da ALL. Nessa mesma reunião a presidente passou a explicar sobre a reunião ocorrida em 11 out. 2017 com acadêmicos voluntários para a reestruturação da AJLAL, apresentando o estudo que fez sobre a Academia Juvenil, desde sua criação, na expectativa de encontrar soluções, A Academia Juvenil de Letras e Artes de Lavras foi criada em dezembro de 2015 e a primeira posse ocorreu em 30 jan. 2016, com sete integrantes. Desses sete, apenas dois ainda fazem parte dela; os demais se evadiram. Segunda posse ocorreu em 8 out. 2016, com treze novos integrantes, restando hoje apenas quatro, ou seja, a AJLAL teve 60% de evasão nesse ano e meio de existência. Deparamos com várias dificuldades para que a ideia prosperasse, como: 1) a inexistência de um projeto para sustentá-la; 2) o período da juventude que é muito curto (não foi definido até que idade um jovem poderia fazer parte dela); 3) faixa etária diversa, o que dificulta o trabalho; 4) escassez de tutores; 5) número elevado previsto para admissão, que não comportaria em nosso espaço físico. Ficou decidido então que a AJLAL deveria ser extinta e em seu lugar foi instalado o Projeto LiterArte, com o objetivo de incentivar o pequeno jovem o gosto pela escrita, o hábito pela leitura e os conhecimentos básicos sobre várias modalidades do mundo das artes, dentro das limitações de nossa cidade. A duração é de um ano para cada grupo de jovens, a faixa etária será de treze-quatorze anos de idade, a diretoria simbólica criada no primeiro momento, uma vez que não tinha um estatuto para norteá-la, foi extinta, ficando decidido ainda que todas as atividades do projeto devem ter a presença de pelo menos um acadêmico. Parcerias serão firmadas para atender as diversas áreas no campo das artes e o foco seria sempre o de desenvolver o hábito da leitura e escrita, ficando acertado que o início do projeto se dará com o credenciamento dos jovens selecionados no evento de comemoração dos 50 anos da ALL, com início das atividades para fevereiro de 2018 e no final do ano, quando da conclusão do projeto, receberão certificado de participação.

Em 17 nov. 2017, no Clube de Lavras, às 20 horas, a Academia Lavrense de Letras comemora 50 anos de criação através da lei n. 675. Além do evento cultural tomam posse:

Acadêmico Titular: Marcus Paullus Guimarães Passos.

Acadêmico Correspondente: José Cláudio Henriques.

Dezoito jovens são empossados na Academia Juvenil de Letras de Lavras.

No dia 19 de novembro, o presidente afastado José Passos de Carvalho envia correspondência renunciando ao cargo.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018, várias vezes os acadêmicos se reúnem com o propósito de determinar os procedimentos para atender todas as determinações estatutárias. Artigos e incisos foram devidamente confrontados, as questões jurídicas foram adequadas com o apoio dos colegas causídicos, inclusive as que tratam da presença dos acadêmicos às reuniões, o pagamento das mensalidades em dia, novas regras para admissão de novos acadêmicos e novos critérios para os processos de licença. Na pauta de assuntos gerais, o tesoureiro comunica que foi enviada correspondência aos acadêmicos que não frequentam a ALL e que tampouco cumprem com o dever pecuniário, no sentido de se posicionarem em caráter definitivo. Nesta data também se tratou do evento Encontro Nacional de Academias de Letras (ENAL), com data prevista de 19 a 21 de setembro. Em outra pauta acadêmicos foram convidados a falarem de suas obras recentemente lançadas: Maria Terezinha de Resende: *Do Rosário de Lavras, Vila Coruja e Estação Francisco Sales a Itumirim*; Carlos Antônio Pinto discorreu sobre sua obra, *Um fantasma no trem*. Em 25 de janeiro novamente a Academia se veste de luto. Outro acadêmico exemplar falece: Pedro Coimbra Pádua.

Em 8 fev. 2018, tem início os preparativos para a construção do *site* da Academia Lavrense de Letras e antes da reunião aconteceu uma sessão de fotos com os acadêmicos em traje acadêmico. Ficou definido a logomarca do ENAL e a partir desta data o calendário das reuniões ordinárias da ALL sofre alteração, sendo um mês na quinta-feira e no mês seguinte, na sexta-feira. Em 15 de fevereiro a ALL se reúne em assembleia e vota o novo estatuto.

Na reunião de 9 de março, a presidente apresentou a minuta do evento Encontro Nacional de Academias de Letras. O *site* da ALL está no ar com informações sobre o ENAL, onde inclusive se encontra a Ficha de Inscrição.

Na reunião de 12 de abril, é realizado um sorteio e definido as datas para apresentação dos panegíricos e as pautas sobre o evento de setembro são tratadas e fechado o programa do ENAL. Em 15 jun. 2018, a ALL se reúne em assembleia e é aprovado o novo Regimento Interno. Em 6 jul. 2018, o acadêmico Valdir Curi apresenta seu panegírico sobre o escritor Gonçalves Dias, o primeiro do calendário.

Os acadêmicos se reúnem no dia 9 de agosto. A reunião trata do Encontro que está próximo. A presidente apresenta o brasão da ALL, presente

do artista plástico Anderson Bolcato, que se inspirou no fundo branco e no triângulo da bandeira de Minas Gerais, a serra ao fundo uma alusão a Serra da Bocaina e o ramo de ipê o símbolo de nossa cidade, que tem como *slogan*: "Lavras, terra dos ipês e das escolas". A presidente comunicou o encerramento do Projeto LiterArtes no dia 6 de agosto, devido a várias inviabilidades, entre elas a indisponibilidade de assessoria dos colegas acadêmicos como tutores, conferindo aos participantes o Certificado de Participação. Na mesma reunião, a acadêmica Chrystiani Souza de Paiva Capelli, que retornou à ALL em 7 out. 2015, apresenta o panegírico sobre seu patrono o escritor Rubem Alves.

Figura 6: Brasão criado por Anderson Bolcato, 2018 [Acervo ALL].

Em 14 de setembro os acadêmicos se reúnem em sessão ordinária para distribuir as tarefas durante o ENAL. Foram adquirido as bandeiras do Brasil, Minas e da ALL, agora com o brasão, ponteiras, mastros e suporte. A presidente comunica que após a instituição do pagamento de anuidade para os acadêmicos correspondentes, dos vinte e cinco integrantes, apenas nove permaneceram no quadro. No mês de outubro, dia 18, a reunião ordinária da ALL tem como pauta a realização Encontro Nacional de Academias de Letras, com a presença de cinco academias convidadas: Academia Bragantina de Letras, Academia Curvelana de Letras, Academia Itajubense de Letras, Academia Matozinhense de Letras, Ciências e Artes, Academia Varginhense de Letras e a Associação Brasileira dos Escritores de Romance Policial, Suspense e Terror. Reunião de novembro, dia 8,

o acadêmico Cleber Maximiniano apresenta o panegírico sobre seu patrono Mário Quintana. A reunião de dezembro foi de confraternização.

Dia 10 jan. 2019. Entrega do calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2019. A presidente comunica que os acadêmicos correspondentes também irão apresentar seus panegíricos. Todos os acadêmicos que receberam correspondência e não se manifestaram serão automaticamente desligados.

Em 14 fev. 2019, a presidente comunica que esse ano será para organização da sede da ALL. Os acadêmicos encontram duas mesas para as reuniões, armário e arquivo novos. Os móveis antigos foram doados para a Casa da Cultura. O acadêmico Romeo Scommegna apresenta o panegírico sobre Tomás António Gonzaga e Canísio Ignácio Lunkes. A presidente exibe projetos para 2019, entre eles a comemoração no Dia do Escritor, a ser comemorado no dia 25 de julho, com a presença dos escritores lavrenses. Em 15 mar. 2019, o acadêmico Cleber Maximiniano fala aos colegas sobre o seu novo projeto que vem desenvolvendo, intitulado *Prosa Poética*.

Em 11 abr. 2019, a acadêmica Rosemary Chalfoun Bertolucci apresenta o panegírico sobre seu patrono, Pedro da Silva Nava. Convidado especial o sobrinho neto do homenageado, o arquiteto e artista plástico Matheus Nava, que veio de Belo Horizonte especialmente para a apresentação. Em seguida, a acadêmica Neide Aparecida Furtado apresentou o panegírico sobre a sua patronesse Carmem Pereira Cartaxo. Em 10 mai. 2019, a presidente apresenta aos colegas os livros de atas n. 1 e n. 2 da ALL, encadernados, preocupação com a memória da Academia. O acadêmico correspondente João Bosco Ribeiro apresenta o panegírico sobre seu patrono Azarias Ribeiro e o acadêmico titular, Rômulo Resende Reis apresenta sobre Sílvio do Amaral Moreira e José Alves de Andrade.

Em 13 jun. 2019, o acadêmico correspondente Augusto Barbosa Coura Neto apresenta o panegírico sobre Alfonsus Henriques da Costa Guimarães Neto e Rosemary Chalfoun Bertolucci concluiu a apresentação de seu trabalho acadêmico, discorrendo sobre o antecessor de sua cadeira, o acadêmico Carlos Frederico Leite Corrêa. Na reunião do mês de julho, precisamente no dia 12, a acadêmica apresenta, a pedido da presidente, explanação sobre sua carreira literária, com participações em concursos literários e premiações e seus novos lançamentos de livros. O acadêmico correspondente José Carlos de Bom Sucesso apresenta o seu panegírico sobre o patrono João da Costa Ribeiro. Na sede da ALL, no dia 16 de julho, os acadêmicos elegem para o biênio 2019/2021 a mesma diretoria em exercício:

> 15.ª Diretoria: Presidente: Terezinha de Lourdes Rezende, Vice-Presidente: Cleber Maximiniano, Secretária: Rosemary Chalfoun Bertolucci, Tesoureiro: Antônio César de Pádua. Suplentes: Carlos Antônio Pinto e Romeo Scommegna. Conselho Fiscal: Rômulo Resende Reis, Aparecida Neide Furtado, Maria Terezinha de Resende.

Em 8 ago. 2019, em reunião ordinária, tem como primeiro item da pauta, após a leitura da ata da reunião anterior, a realização do Encontro de Escritores Lavrenses, organizado pela ALL. Em seguida, o acadêmico correspondente Ernane Clarete apresenta o panegírico sobre seu patrono Vinícius da Cruz Moraes e Jesus Milagres, logo em seguida, homenageia seu patrono, Castro Alves com o panegírico. Mês de setembro, dia 13, visita à ALL, a convite da presidente, o maestro da Universidade Federal de Lavras, Daniel Paes, que fala de sua carreira e de seu trabalho. Nos meses de agosto e setembro a presidente adquire um microfone e caixa de som amplificada, contrata serviços para confecção e instalação de painel com o brasão para a tribuna e uma nova galeria de ex-presidentes é confeccionada, obedecendo rigorosamente às informações contidas nas atas e documentos do acervo da Academia Lavrense de Letras. Encerrando o calendário de panegíricos, a acadêmica Maria Terezinha de Resende presta homenagens a sua patronesse, acadêmica emérita Maria Carolina Brasileiro de Castro e Natânia Aparecida de Souza Nogueira, acadêmica correspondente, apresenta o panegírico sobre Patrícia Galvão – Pagu. O ano de 2019 termina com o calendário de panegíricos quase totalmente cumprido, ficando para o ano de 2020, ainda a ser agendado, os panegíricos dos acadêmicos titulares Antônio César de Pádua e Carlos Antônio Pinto e o acadêmico correspondente Dimas Terra de Oliveira. A Academia está novamente com poucos acadêmicos, número constante ao longo de sua existência:

> Acadêmicos titulares: Aparecida Neide Furtado, Antônio César de Pádua, Carlos Antônio Pinto, Chrystiani Souza Paiva Capelli, Cleber Maximiniano, Maria Terezinha de Resende, Romeo Scommegna, Rômulo Resende Reis, Rosemary Chalfoun Bertolucci, Terezinha de Lourdes Rezende e Valdir Curi.

Sempre com o problema recorrente de não ter sede própria, a Academia Lavrense de Letras prossegue na sua caminhada, buscando sempre desempenhar o papel para o qual, a mais de cinquenta anos atrás, lavrenses ilustres a fundaram e desde então vem resistindo bravamente aos ventos contrários.

11 Grupo Teatro Construção: Fomentador de arte e cultura

Marina Guimarães Rufato[67], & Rafaella Anielly Silva Borges[68]

Resumo:

O presente artigo visa apresentar o Grupo Teatro Construção. Fundado em 1978, desde então, atua na cidade de Lavras, ou em benefício desta. Para tanto, a partir de conhecimentos empíricos, apresenta-se a perspectiva histórica e funcional da companhia teatral, que atua do *backstage* ao espetáculo, buscando a preparação de atores e produção. Além disso, ressalta-se a importância de sua atuação no contexto local, a partir da introdução do sentimento de pertencimento para com a companhia, causando, assim, um empoderamento da comunidade e dos atores, frente às dificuldades enfrentadas ao se fazer arte.

Palavras-chave: Patrimônio – Economia criativa – Teatro – Produção.

Figura 1: GTC em partida para FACE [Luciana Guimarães Rufato, julho 2019].

[67] Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Atriz e técnica em sonoplastia no Grupo Teatro Construção, membra da Equipe de Planejamento e da diretoria de audiovisual, e diretora financeira do mesmo grupo. Estudiosa em bioética, dramaturgia, palhaçaria e música.

[68] Arquiteta e urbanista, formada pelo Centro Universitário de Lavras (Unilavras). Atriz, fotógrafa, maquiadora, figurinista, cenógrafa, diretora de audiovisual, membra da Equipe de Planejamento e Diretora Artística do Construção. Estudiosa em cenografia, palhaçaria, música, dramaturgia e desenho.

Introdução

Conta-se que, em uma festa dionisíaca da Grécia Antiga, festa que acontecia em cinco dias regados por vinho e danças, um dos foliões subiu em um elevado e gritou "eu sou Dionísio!". Nascia aí, o teatro, com um homem destacado da multidão, fingindo ser deus [Horace, & Colman, 1783: 404].

O Teatro nasce da necessidade do ser humano de se expressar. Em sua origem, os atores utilizavam do teatro para encenar danças e ritos de seu cotidiano. Muitas vezes, tais atividades eram feitas em coletivo, com objetivos em comum: a busca pelo agradecimento, ou a representação da perda de algo, tanto carnal, quanto espiritual. E com o passar do tempo os indivíduos começaram a utilizar de tais feitos como instrumento de domínio sobre os efeitos da natureza [Cavalcante, 2016: 25].

É por essa razão, fundamentalmente, que o Teatro evolui, e acompanha a sociedade por meio dos tempos, englobando uma infinidade de técnicas e formatos. Surgem os grandes teatros, os diversos estilos e os grandes autores.

O teatro ganha sua importância, e acompanha a sociedade em todos os aspectos culturais e sociais. Tendo a concepção de que toda comunidade carece de um polo cultural de expressão, o Grupo Teatro Construção é fundado, para trazer à Lavras essa arte.

A partir de uma pesquisa empírica de membras do Construção, esse artigo traz uma perspectiva do funcionamento do Grupo, sua história e sua importância, bem como a contextualização de seu cenário, a partir da compreensão de Lavras, como um município apto a receber e fomentar a arte.

A cidade, localização e aspectos históricos

Lavras é uma cidade mineira, localizada ao sul do Estado, e conta com, aproximadamente 100.000 habitantes. Segundo Andrade, Coelho, & Tavares [1997: 13], a cidade possui uma localização privilegiada, por estar locada a 437 km do Rio de Janeiro, 380 km de São Paulo e 238 km de Belo Horizonte, num ponto que liga a dois importantes circuitos do Estado: o Circuito das Águas e o Circuito Histórico, estando ainda próxima do Circuito da Estrada Real, "o que lhe imprime grande relevância no cenário de difusão da mineiridade".

O triângulo espacial que se forma através destes deslocamentos abrange as áreas industriais em forte crescimento, como Varginha e Três Corações, cidades históricas que movimentam a economia do turismo como São João del-Rei e Tiradentes, além de inúmeros centros urbanos importantes para o

desenvolvimento da cultura que estão situados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo [Fest, 2005: 100].

Inicialmente, a cidade era atrativa pela busca do ouro – daí advém seu nome: das *lavras*. Por volta de 1760, Lavras era um arraial, localizado em torno da capela de Sant'Ana (hoje, Igreja do Rosário). Entretanto, com a escassez do metal inicialmente buscado, o enfoque dos habitantes passou a ser na agricultura e pecuária, que se tornaram, até hoje, principal atividade da região [IBGE, 2015].

Além disso, é possível dizer que já no primeiro cinquentenário Lavras, a cidade era pioneira na qualidade de educação, já que várias escolas haviam se instalado neste município. Por este motivo, é conhecida como "terra dos ipês e das escolas", lema criado pelo jornalista Jorge Duarte [1949: 3].

História do teatro em Lavras

O teatro é a forma de expressão mais inerente do ser humano. Desde os primórdios o homem se expressa através dela, usando corpo e fala. O teatro é também uma forma de expressão social e política, utilizada para além da arte e do entretenimento [Candido, 2015].

Em meados dos anos 1860, por iniciativa de Francisco Couto e Silva, foi construída a mais antiga casa de eventos de Lavras que se tem notícia: o chamado Teatro Sant'Ana. O teatro recebia as diversas companhias artísticas que realizavam turnês pelo interior de Minas Gerais, e o repertório se constituía em sua grande maioria de comédias e peças de conteúdo romântico.

Com os avanços tecnológicos e a energia elétrica foi inaugurada uma nova fase, transformando-o em 25 de março de 1911, em Cine Internacional, sendo posteriormente, ainda, reinaugurado como Teatro Cinema Internacional Bar em 15 de fevereiro de 1917.

Porém, com o decorrer dos anos, e sem a devida manutenção, o antigo edifício chegou ao seu declínio nos anos de 1950. Por consequência disso, o teatro foi demolido entre junho e setembro de 1962, uma grande perda para a cultura da cidade.

Nesse ínterim, é importante levar em consideração que, não somente Lavras, mas muitos municípios, abdicaram de edificações históricas por motivações de arquitetos modernistas da época, que buscavam demonstrar através da arquitetura o desenvolvimento cultural e social das populações ignorando o próprio valor cultural os próprios prédios representam.

A arte teatral em Lavras, em virtude desse fenômeno, decaiu consideravelmente, passando a não mais estar presente, vividamente, no cotidiano da população.

Atualmente, a cidade de Lavras dispõe do Teatro Municipal "João Pereira de Carvalho", criado em 23 de dezembro de 2004, através da lei municipal n. 3.086. Este localiza-se dentro da antiga Estação Ferroviária "Costa Pinto". O local conta com apenas cinquenta assentos, sem tratamento acústico, conforto ambiental ou qualquer aparato para a finalidade teatral.

Além deste, existem outros teatros e auditórios, cuja estrutura é maior e mais adequada para a realização de eventos teatrais. No entanto, estes espaços são particulares, portanto, seu uso é condicionado a certas especificidades e ao pagamento de aluguel. Além destes, existe também o teatro da UFLA, em processo de construção.

Nesse cenário, tem-se ainda a severa dificuldade de acesso a outros teatros, dado à distância. Segundo análise, os teatros mais próximos da cidade de Lavras são respectivamente: Tiradentes, 104 km; Varginha, 106 km; Cambuquira, 113 km; Formiga, 115 km; e Alfenas, 138 km; impossibilitando que o público da cidade tenha interesse e se locomova para tal finalidade. Um teatro na cidade é fundamental para a formação cultural de qualquer indivíduo, já que nos fazem conhecer sobre nossa própria cultura e valorizar a arte local.

De 2011 a 2013, o Grupo Teatro Construção – único grupo teatral registrado em atividade em Lavras – usufruiu, mesmo com todas as dificuldades, do espaço disponível – isto é, o Teatro Municipal "João Pereira de Carvalho" –, para suas aulas, oficinas e apresentações. Nestes palcos foram apresentadas as peças "Esperando Godot", "A Lição", "Drummond em Construção", "O Médico Saltador", "A Cantora Careca", "O Candidato" e várias outras.

Porém, com o decorrer dos anos, o desenvolvimento do Grupo fez com que o pequeno palco em formato italiano que ali se encontra não suportasse mais o tamanho de seus espetáculos. Além disso, o crescimento do público também foi um fator importante: uma vez que a plateia não mais cabia na estrutura disponibilizada pelo espaço, a companhia lavrense foi obrigada a procurar outras alternativas.

História do Grupo Teatro Construção

O Grupo Teatro Construção surgiu da proposta de um grupo de artistas, liderados por Homero Carvalho Faria (1954-2020) – ator, diretor e escritor – de

criar um grupo que fosse capaz de fomentar a arte na cidade de Lavras, devido à necessidade identificada pelas vivências próprias dos artistas.

Em 27 de junho de 1978 o Grupo foi registrado, e teve como seu primeiro espetáculo "Gênesis, o dia da criação", dirigido por seu fundador.

Em toda sua história, o Grupo marcou sua trajetória em diversas cidades. Depois de dez anos fixado em Lavras, teve sua sede modificada para a cidade mineira de Juiz de Fora, onde viveria seus próximos dezessete anos, sob a gerência de Ricardo Calixto (n. 1972), diretor geral – até os dias atuais – do Grupo. Nessa época, a companhia sofreu com a escassez de atores e produção, e foi detectada a necessidade de capacitação do maior número de pessoas, de forma que se pudesse haver membros efetivos e fixos.

Foi com este intuito que, em 2011, a sede do Grupo Teatro Construção retornou a Lavras, quando foi realizada uma audição para a seleção de novos atores. Surgia, então, a atual geração do Grupo, que está em atividade desde fevereiro de 2011, e conta, atualmente, com 22 membros.

Desde o princípio, o Grupo teve o cuidado de se registrar como associação, e, portanto, toda a verba recebida é convertida em bens para o Grupo, seus atores não recebem cachê. O grupo já passou por três modificações de sua logomarca, tentando cada vez mais atingir nossos objetivos como grupo por meio da imagem. Atualmente, utiliza-se o balão como forma de identidade imagética. Para o Grupo, a logo representa o que se escreve abaixo:

GRUPO TEATRO
CONSTRUÇÃO

Voar! Durante toda a existência da humanidade, o ser humano busca alcançar aquilo que existe de mais alto. O balão de ar nos permite alcançar as nuvens, e ver o céu cada vez mais limpo, sentir a emoção de ver cada vez mais longe, vislumbrando paisagens e possibilidades. Nossa logo, em forma de balão, representa nosso desejo de voar! De enxergar possibilidades e alçar voo para alcançá-las. De tocar o coração de cada indivíduo com a mesma emoção de tocar o vento dos céus. De ser tomado pela alegria de realizar sonhos, e levar cor a cada cantinho do mundo. É por isso que buscamos aprimorar todos os dias nossas bases e conhecimentos, para sermos capazes de encher nossos

> *balões com o ar aquecido de paixão, e assim, levarmos a arte para onde o vento nos direcionar* [Construção, 2017: 5].

Após anos de reestruturação a associação passou a ter os seguintes cargos oficiais: a) Direção Geral: Ricardo Calixto; b) Direção Artística: Rafaella Anielly; c) Secretaria: Letícia Rufato e d) Tesouraria: Marina Rufato, estando vigentes até a atualidade.

Do backstage *ao espetáculo*

Observando a necessidade e a escassez de mão de obra qualificada para a execução dos espetáculos, cada vez mais elaborados, o Grupo Teatro Construção decidiu por criar uma capacitação própria. Sendo assim, o trabalho do grupo se inicia no processo de produção: todo ator deve ser capaz de realizar serviços técnicos como de iluminação, sonoplastia, operação de câmeras entre outros, além do trabalho em palco.

Dessa forma, todos os espetáculos contribuem para o crescimento do Grupo, uma vez que aprendem técnicas que, não só reduzem os custos da montagem, mas também, permitem que se crie um espetáculo que se aproxime, cada vez mais, do imaginário desejado.

Sendo assim, a companhia consegue uma redução dos custos de produção e maior autonomia para suas criações. Acredita-se que este é um determinante para o crescimento e desenvolvimento do grupo, visto que, quando o ator participa deste processo, ele se sente pertencente, como criação coletiva da arte, valorizando e engrandecendo cada vez mais os conhecimentos em busca de melhoramentos. Processo este, determinante para a sobrevivência do grupo dentro da cidade de Lavras.

Espaço físico provedor da popularização da arte e do sustento do Grupo Teatro Construção

O Grupo Teatro Construção, durante seus 41 anos, esbarrou em barreiras, tanto físicas quanto financeiras no que diz respeito à atuação dentro da sociedade de Lavras.

Uma dessas dificuldades é a falta de espaços adequados para a realização de eventos, ensaios abertos, oficinas, *workshops*, e, até mesmo, a capacitação, não só de membros do grupo, mas direcionadas à sociedade.

No cenário de ausência da sede, as montagens acabam por serem privadas de técnicas importantes, devido a necessidade de adaptação em espaços alternativos, como salões de convenções e a própria rua. Nesse sentido, tem-se a iluminação, por exemplo, que muitas vezes é prejudicada por ser em espaços abertos, ou modificam a plena visão do espetáculo, por necessitar de uma torre à frente dos espectadores; e a sonoplastia, que muitas vezes não é bem trabalhada, em razão de acústica dos ambientes.

Dessa forma, a criação de um espaço adequado para a atuação teatral é importante, fundamentalmente pelos seguintes fatores: a) a existência de um espaço físico próprio criará maiores possibilidades para o acesso da população ao teatro, visto que esta terá uma referência para a busca por fomento cultural. b) o espaço físico permitirá que o Grupo faça maiores temporadas, e, portanto, fomente o acesso a maior parte da população, uma vez que os gastos com montagem e desmontagem de cenário e equipamentos de som e luz serão consideravelmente minorados. c) A sede seria aberta à outras manifestações culturais da comunidade, gerando maior fomento à cultura lavrense. d) A criação da sede gerará visibilidade para Lavras, visto que será aberta à possibilidade de eventos intermunicipais, como festivais de artes e exposições. e) Um espaço físico para utilização da cidade de Lavras poderá movimentar a economia criativa da cidade, visto que tal polo necessitará de produtos advindos do comércio local.
A criação da sede, ainda, poderá ser fonte de sustento para a própria companhia teatral, visto que terá liberdade econômica para fazer sua própria gerência. Sendo assim, teria como objetivo fornecer e incentivar as diversas formas de arte, bem como seu enriquecimento, com integração do sistema de capacitação e profissionalização da arte teatral, em respeito ao objetivo de enfatizar a importância da arte para a sociedade.

Por fim, cabe ressaltar que a distribuição e o acesso da população ao teatro apresentam reflexos da concentração socioeconômica e da desigualdade. Por este motivo ocorrem entraves que dificultam a democratização da arte, considerando questões materiais como: gastos com transporte e ingressos, sendo assim, é possível explicar, em certa medida, a dificuldade do público proveniente das camadas mais populares da sociedade. O que por sua vez acarreta na dominação da indústria cultural sobre as apresentações – e a frequência por um público com maior poder aquisitivo em grandes cidades. [Magalhães, 2015: 2].

Nesse sentido, ressalta-se que uma sede localizada em um espaço de fácil acesso, democratizaria ainda mais o teatro, uma vez que reduziria os gastos do público com transporte e outros afins para assistir aos espetáculos do Grupo.

Visto que o Grupo Teatro Construção, reside em Lavras e em sua maioria se apresenta com espetáculos sem bilheteria, ou seja, apresentações gratuitas a sociedade, portanto, é possível inferir que, apesar das dificuldades de acesso, o teatro resiste e o Grupo Teatro Construção gera cultura, e possibilidades de acesso ao teatro as mais variadas camadas da população, necessitando apenas de apoio cultural de empresas e patrocinadores, tal fato garante a cidade um direito que deve servir a todos os cidadãos.

Grupo Teatro Construção como fomentador social

O Grupo Teatro Construção é o único grupo lavrense em atuação com CNPJ independente, há 41 anos. Um grupo de Teatro estruturado, que tem alta rotatividade de montagem, guarda consigo grande importância dentro do âmbito cultural. Enumera-se algumas:

Fomento econômico:

Cada produção carece de inúmeros adereços. Isto porque uma montagem precisa de acessórios (que vão depender do espetáculo), equipamentos de luz – como refletores, cabos, treliça ou torre, mesa de luz e tomadas –, sonoplastia – cita-se caixas de som (a depender, um amplificador), mesa de som, computador, instrumentos musicais, microfones, amplificadores para instrumentos, caixa acústica (a depender do local da apresentação), entre outros – audiovisual – como câmeras, tripés, cartões de memória, captadores de som, flashes – e cenário – como madeiramento, ferragens, tintas, além de equipamentos técnicos para a movimentação de cenário.

Além destes, figurino – que precisa de tecidos, específicos a cada montagem e a cada finalidade, linhas, agulhas, sapatos, meias, botões, zíperes, elásticos, fitas, rendas, alfinetes, entre outros, a depender da produção – e maquiagem – renovável a cada espetáculo, cujos mais gastos são primer, base, pó compacto das cores que abranjam todo o elenco. Utilizamos pincéis específicos, sombras, *pancakes*, batons, máscaras de cílio, cílios postiços, esponjas de aplicação, entre outros variados equipamentos.

Ainda no giro econômico, o grupo carece, sempre, de serviços específicos – para além destes que citamos previamente –, como professores de canto, contadores, advogados, arquitetos, artesãos, serralheiros, marceneiros, costureiros, pintores, fonoaudiólogos, eletricistas, músicos e professores de

instrumentos, maestros, transportadores, sem contar os comerciantes, que fornecem toda a matéria prima para o supracitado.

O Grupo, nesse sentido, busca valorizar pequenas empresas. Valoriza, portanto, a identidade local e fomenta a economia de Lavras e região, além de fortalecer o capital intelectual e cultural, bem como a manutenção de empregos e a produção de receita para a cidade.

Economia criativa

A economia criativa é o setor formado pelo conjunto de pessoas – físicas e jurídicas – que exercem serviços cuja criatividade é o principal produto disponibilizado. Segundo o SEBRAE,

> Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. A Economia Criativa abrange os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários [SEBRAE, s.d.].

Ao realizar o giro econômico citado no tópico anterior, o Grupo Teatro Construção contribui, mediatamente, com a economia criativa, uma vez que busca empresas regionais para atender serviços aos quais necessita.

Assim, se o serviço é pago pelo Grupo, estimula a produção de empresas, uma vez que se coloca como comprador e contratante frequente destes serviços. Se a prestação vem como patrocínio, contribui ainda mais, visto que divulga os serviços para a comunidade lavrense, e, uma vez que o Grupo viaja a várias cidades mineiras, em especial, fomenta a divulgação das marcas patrocinadores em festivais nacionais e apresentações variadas.

Nesse ínterim, destaca-se a Lei Municipal n. 2.424 de 1998, que trata sobre a disposição de contribuintes por meio do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). Segundo seu artigo 2.º, II, o contribuinte (pessoa física ou jurídica), pode transferir recursos, “mediante doação ou patrocínio, em apoio a projetos culturais apreciados na forma da Lei”.

No entanto, mesmo após duas décadas de existência, a lei não é executada, em malefício de artistas locais, para os quais o apoio poderia ser mais efetivo caso a lei fosse regulamentada e colocada em prática.

Dessa forma, quanto mais o Grupo se destaca – e felizmente caminha para isso por meio de prêmios e relações públicas –, mais fomenta a economia criativa e, consequentemente, fomenta e fortalece redes de empreendimento que por sua vez acreditam na arte Lavrense.

Fomento cultural

O art. 215 da Constituição Federativa do Brasil, de 1988, assim coloca:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais [Brasil, 1988].

Infere-se, nesse sentido, e em uma leitura sistemática do ordenamento brasileiro, que todos os cidadãos possuem direito à cultura, e, como tal, deve ser a eles garantido o acesso. O Grupo Teatro Construção, em Lavras, contribui com o direito à cultura, no sentido de que aproxima a arte da sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que o público da cidade e região não tem uma vivência assídua no teatro, pois desconhecem esta arte que muitas vezes é acessada por poucos que podem se deslocar aos grandes centros urbanos e já trazem na sua formação o hábito de frequentar teatros.

A falta de um espaço próprio disponível à comunidade para a realização de artes cênicas, como já dito de forma geral, dificulta o acesso da comunidade à cultura, o que faz com que o Grupo tenha que procurar outros subterfúgios que possibilitem a realização das montagens.

Ademais, destaca-se a importância da arte – em especial, o teatro – na educação. Uma vez que esta tem como um de seus principais objetivos o acesso dos alunos ao arcabouço de conhecimento já adquirido ao longo da história, o teatro pode ser, a princípio, um caminho para esse acesso.

Além disso, a arte possui um aspecto fundamental de desenvolvimento do senso crítico e da criatividade. O teatro, como forma de expressão funciona não somente para quem o faz, mas também para quem o busca, a plateia. Uma vez que espectadores passam a buscar está forma de expressão, estimula-se como em um ciclo, a capacitação de todos os envolvidos, gerando assim novos grupos, produtores culturais e a formação de público que busca, e passa a apoiar e estimular o teatro da cidade.

Visibilidade de Lavras e criação de sentimento de identidade

Além de apresentações na cidade de Lavras, o Grupo Teatro Construção busca levar suas montagens a outras cidades. Atualmente, tem se apresentado anualmente em Conselheiro Lafaiete, no Festival de Artes Cênicas da cidade, e frequentemente visita outras cidades. A título de exemplo, o Grupo já se apresentou em Alpinópolis, Araguari, São João del-Rei, Juiz de Fora, Perdões, Carmo da Cachoeira, entre outras.

Festivais são eventos onde grupos das mais diferentes especificidades se reúnem com o intuito de promover a arte. Sendo assim, nossos conhecimentos são compartilhados para além do espaço físico destes eventos, ou seja, somos difusores e receptores de conhecimento, promovendo assim, o intercâmbio de técnicas e metodologias teatrais.

Com isso, o nome do Grupo, e, consequentemente, o nome de Lavras se difunde por todo o Brasil, e, hoje, já somos referência em diversas cidades.

Esse fato acaba por gerar forte visibilidade para Lavras, que pode, eventualmente, se tornar um polo artístico, possibilitando um ainda maior intercâmbio cultural.

Outro ponto importante se confere no fato de que o Construção pode se tornar um alvo de identidade social, uma vez que a comunidade lavrense se reconhece como parte de uma arte coletiva, importante para esta e para o Grupo, que se reconhece pertencente à cidade. É necessário conhecer, conservar e preservar os bens culturais, tanto materiais como imateriais, já que por meio deles, a história de nossa cidade pode ser relembrada e passada às gerações futuras. Sendo o Grupo existente há 41 anos, este se torna parte valorosa da história de Lavras. Nesse sentido, é que se ressalta que a companhia passou em 2019 pelo processo de ser inventariado pela Prefeitura de Lavras, ou seja, foi feito um levantamento, uma listagem descritiva sobre as referências culturais.

> Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipos de problema a afetam, como essa tradição vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural [IPHAN/MinC, 2012: 20].

Esse levantamento se fez devido a necessidade de se entender os problemas enfrentados para se manter vivo o teatro na cidade de Lavras. O

conteúdo da ficha de inventário é de suma importância, visto que a preocupação com a proteção e a preservação de bens culturais permeia discussões entre administração pública e integrantes da comunidade, necessárias para que a sociedade possa, não somente saber da existência do grupo, mas, também tomar consciência sobre as dificuldades enfrentadas por ele, visto que o primeiro passo para se preservar algo é de fato conhecê-lo.

Nesse sentido, tem-se que o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Lavras (IPAC) funciona como instrumento de conhecimento e documentação, sendo fonte de garantia da continuidade da memória. Este é utilizado como instrumento de valorização e reconhecimento social, visto que é capaz de identificar problemas e soluções para salvaguarda da manifestação cultural.

O ato de inventariar o Grupo abre perspectivas de crescimento perante o reconhecimento como fonte de enriquecimento cultural da sociedade, levando-se em conta sua função social. Este reconhecimento significa mais do que a mera atribuição de um título, uma vez que ressalta ao Poder Público que a partir deste momento tem o dever de zelar junto ao Grupo para manter viva essa manifestação cultural local.

Nesta perspectiva, o Grupo configura-se também como figura de reconhecimento para demais grupos existentes pela cidade, e futuros.

Outro fator importante a se salientar é o de que é percebida a maior valorização do teatro em cidades que comportam festivais teatrais. Visto o tempo de existência do Grupo Teatro Construção e sua excelência administrativa, ele pode ser responsável por trazer essa valorização a nosso município.

Isso faz com que se estimule a correção de aspectos falhos de nossa comunidade, sendo eles: inexistência de fomento a cultura local; a ausência de eventos de maior porte com vistas à cultura; a falta de intercâmbio entre grupos teatrais de diferentes localidades e especificidades que podem contribuir tanto para o grupo, quanto para a cidade.

Por meio destes aspectos, faz-se valer a importância do Grupo, uma vez que a comunidade lavrense e toda a região em seu entorno, carecem de fomentadores da cultura local e regional.

Conclusão

É inegável a importância do Teatro. Este, como arte que acompanha o ser humano desde a Grécia Antiga – quando se tem os primeiros registros – mostra-se como uma das principais referências de manifestação humana, e o

teatro só resiste e evolui porque essa manifestação é uma necessidade humana, que se promove e se mantém.

Nesse ínterim, o Grupo Teatro Construção vem, desde 1978, promovendo arte e cultura para a comunidade lavrense. Tendo como foco principal manter viva esta arte na cidade de Lavras, e além disso, incentivar, capacitar e valorizar novos grupos, unindo forças em prol da cultura, o Construção atua em resistência, tornando-se referência em todo o Estado.

Não suficiente, o Grupo ainda gera receita para comerciantes locais, profissionais específicos, e de forma geral, fomenta a economia cultural e torna-se referência da comunidade lavrense, visto que o mesmo foi inventariado no ano de 2019, e guarda parte da memória como manifestação artística recorrente no município.

Portanto, entende-se que o Grupo Teatro Construção tem grande importância no cenário local, visto que incentiva a melhoria, a manutenção e o reconhecimento da arte – e próprio – perante nossa própria sociedade.

O Teatro resiste.

Evoé!

Figura 2: Estreia da peça "Vida de Brinquedo" [Luciana Guimarães Rufato, março 2019].

Referências

Candido, F. (2018). *Saraiva*. São Paulo: Saraiva.

Cavalcante, P. A. F. (2016). *Complexo Teatral São José*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Ceará.

Duarte, J. (24 ago. 1949). *A Gazeta*, *apud* Németh-Torres, G. (2011). *A Atenas Mineira: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras*. Lavras: Geovani Németh-Torres, 3. (Série Lavrensiana, 2).

Fest, F. D. C. (2005). *Projeto Cura – Complementação Urbana e Mudanças Espaciais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Grupo Teatro Construção. (2017). *Portifólio*. (Acervo do Grupo Teatro Construção).

IBGE. (2015). *Brasil – Minas Gerais – Lavras*. Disponível em: http://bit.ly/2OsULYR. Acessado em: 29 abr. 2018.

IPHAN. (2012). *Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais*. 3.ª ed. Brasília: IPHAN.

Magalhães, V. D. (2015) *A Importância do Cinema como Lazer Popular e as Suas Formas de Inclusão*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de São Paulo.

Horace. (1783). *Q. Horatii Flacci Epistola ad Pisones, de Arte Poetica. The Art of Poetry, an Epistle to the Pisos. Translated from Horace, with notes, by G. Colman*. London: Printed for T. Cadell, in the Strand, 404. Disponível em: www.gutenberg.org/cache/epub/9175/pg9175.html. Acessado em 21 nov. 2019.

SEBRAE Brasil – Minas Gerais – Lavras. *Como o SEBRAE atua no Segmento de Economia Criativa*. Disponível em: http://bit.ly/2Osebxb. Acessado em 3 nov. 2019.

12 História da preservação do patrimônio cultural de Lavras (1940-1984)

Prof. Geovani Németh-Torres[69]

Resumo:

A promulgação do decreto-lei n. 25 de 1937 foi o marco da proteção do patrimônio histórico no Brasil ao defini-lo e instituir as diretrizes gerais do tombamento. A aplicação destes princípios garantiu a preservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras – aliás, até hoje única igreja tombada em nível federal no Sul de Minas –, embora não sem uma grande disputa envolvendo cidadãos (conservadores e progressistas), Igreja Católica, poder público, capitalistas e especuladores imobiliários ao longo da década de 1940. O artigo traz também a questão do Teatro Municipal de Lavras que novamente gerou intenso debate social, nos anos 1950, embora com resultado diferente. Estudaremos ainda como se deu a manutenção da Igreja do Rosário nos anos 1960, quando o templo sofreu desmoronamentos, e a atuação dos órgãos nacionais de proteção ao patrimônio para sua salvaguarda. Por fim, debateremos como ocorreu uma mudança de paradigma nos anos 1980, quando o poder público municipal se tornou o principal defensor do patrimônio cultural lavrense, bem como seus eventuais desdobramentos.

Palavras-chave: IPHAN – Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Teatro Municipal de Lavras – José Luiz de Mesquita – Sílvio do Amaral “Bi” Moreira.

[69] Geovani Németh-Torres é bacharel e licenciado em História (UFSJ, 2007), especialista em Educação Especial para Talentosos e Bem Dotados (UFLA, 2009) e em Conselhos de Cultura e Patrimônio em Minas Gerais (UEMG, 2018). Professor no Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento desde 2011 e conselheiro do Patrimônio Cultural de Lavras (2011-2013, 2017-hoje). Autor da “Série Lavrensiana”, composta de obras sobre a História de Lavras, e também do *site* http://historiadelavras.blogspot.com.

Introdução: a sadia Conservação e a sadia Progressão

A questão do patrimônio cultural em Lavras sempre foi marcada por grandes embates e polêmicas. Sendo uma terra com forte tendência liberal e progressista desde o Século XIX, a preservação do patrimônio por vezes era tida como algo de valor secundário, quando não um estorvo ao modernismo e desenvolvimento local. Evidentemente, trata-se de um falso dilema: parte, considerando que a preservação pode também representar outras formas de adiantamento; parte porque, a longo prazo, o valor de certas conquistas tende a diminuir, enquanto o peso das destruições decorrentes pode crescer exponencialmente. Em outros modos, é tênue a linha que divide o coração do lavrense médio, entre o orgulho da receptividade à modernidade, e o lamento de ostentar o título de ser a terra do "já teve". O diálogo, o bom senso e a concórdia entre as elites econômica, política e intelectual podem realmente garantir que o município consiga progredir sem destruir, modernizar-se e também preservar sua cultura e sua essência.

A verve modernista de Lavras, um dos municípios mais antigos de Minas Gerais, fez com que se tornassem raros os documentos, objetos e construções do Século XVIII ainda existentes. De fato, a principal edificação do período, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a igreja matriz de Sant'Ana original, construída entre 1751 e 1754[70], somente perdura hoje por intermédio de ações diretas da sociedade civil e dos órgãos competentes, amparados pelo famoso decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, primeira legislação nacional a versar sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Década de 1940: a velha matriz de Sant'Ana sob a mira de Mamon

Na História da Arquitetura religiosa brasileira, verificou-se um processo muito difundido entre as décadas de 1940 e 1960, que aproximou o modernismo arquitetônico à temática religiosa, implicando na demolição de diversas igrejas coloniais, substituídas por obras deste estilo [Silveira, 2011]. Em consonância a este movimento, por volta de 1939, entendiam alguns elementos da sociedade lavrense que a Igreja do Rosário estava um tanto abandonada[71]: preferível era sua demolição e venda do terreno para servir a algum empreendimento

[70] A igreja foi consagrada em 1754, porém sua construção foi gradual, recebendo trabalhos artísticos nos altares e no forro entre 1780 e 1805, e complementações externas por volta de 1854.
[71] A seguinte análise foi feita com base na documentação do IPHAN (1940-1979) referente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, incluindo seu dossiê de tombamento.

comercial, enquanto o produto da venda e partes aproveitáveis do desmanche seriam utilizados na nova Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, a ser edificada na zona norte da cidade. Tanto o prefeito municipal quanto o pároco de Sant'Ana eram favoráveis ao negócio, tendo também apoio do bispo diocesano de Campanha, dom frei Inocêncio Engelke, OFM. (1881-1960), que, porém, só autorizaria a venda após ouvir a palavra do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Segundo consta, foi o prof. José Luiz de Mesquita (1887-1967) que, em junho de 1940, alertou o dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), diretor geral do SPHAN, sobre o processo que se encaminhava. Este, por sua vez, recomendou a sustação de qualquer providência de demolição, até que suas condições fossem examinadas.

Em 1942, o entorno da igreja começou a se modificar: em setembro foi extinta a Praça Barão de Lavras, para a construção da agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, quando a bela estação do bonde foi demolida [Vilela, 2007: 319]. A especulação imobiliária também se fazia sentir, na qual facilitaria a prefeitura a doação do terreno entre a aquele banco e a igreja para a construção da nova sede do Clube de Lavras. Em novembro, assim, dar-se-ia nova investida da paróquia e da municipalidade para o projeto da venda do templo colonial, sob a alegação do seu péssimo estado de conservação, o risco à segurança, e pela consideração de que não era um bem de valor artístico. Após vistoria do arquiteto do SPHAN, sr. Fernando Saturnino de Brito, novamente o dr. Melo Franco recomendou a conveniência de preservar a integridade da igreja.

Figura 1: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, dez. 1942 [SPHAN].

Entrementes, a edificação permanecia com necessidade de restauração urgente, ocorrendo até um pequeno desabamento na parede dos fundos, em 1945. Então a igreja era cuidada por voluntários da Sociedade São Vicente de Paulo, que desde sua fundação, em 1908, lá se reuniam semanalmente, entre os quais novamente destacamos a figura do prof. Mesquita, um dos fundadores.

Em 1948, o processo de tombamento estava avançado, sendo notificada a diocese deste procedimento pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, denominação do SPHAN a partir de 1946). Em resposta, o bispo informa que as notícias que recebeu diziam que a igreja estava prestes a ruir, mantendo que melhor seria aproveitar o que fosse possível na nova igreja próxima à Estação. Na tréplica da DPHAN, o dr. Melo Franco reconhece o valor artístico da igreja e por isso mesmo se dispõe a preservá-la [Ofício n. 285/1948]:

> Tratando-se de um exemplar de arquitetura religiosa que apresenta características excepcionais tanto no que se refere à técnica de construção (adobes em quadros de pedra no frontispício) como no tocante à obra de talha dos vários retábulos e do arco-cruzeiro, e ainda ao forro pintado da capela-mor, é de todo interesse para o nosso patrimônio artístico a conservação daquela igreja matriz. (...). O tombamento virá colocá-la entre os bens merecedores de especial resguardo, o que, sem dúvida, coincide com os propósitos e desejos dessa diocese. E, uma vez consumado tal tombamento, dispõe-se esta repartição, de bom grado, a prestar o seu concurso às providências que forem tomadas para salvar da ruína o velho templo de Lavras.

Enquanto isso, muitos lavrenses de renome se expressavam nos jornais locais e da capital com palavras não só de beleza literária, mas principalmente pela elevada fibra moral que evocavam. Destes, destacamos o cônego Francisco Bueno de Sequeira (1895-1979), da Academia Mineira de Letras; o velho coronel José Resende, cujo pseudônimo "Juvenal Iradier", há meio século abrilhantava os periódicos locais; além dos jornalistas Caio Aurélio, Sílvio do Amaral "Bi" Moreira (1912-1994) – este, um presbiteriano, inclusive – entre outros.

> "O desleixo e o pouco amor da tradição substituíram os primitivos templos por outros mais amplos e, quase sempre, mais artísticos também. (...). Derrubar essa igreja [matriz velha de Lavras] seria um crime. Digo isso porque sei que já houve menção de demoli-la. A picareta esteve no ar, pronta para cair em cima daqueles duzentos anos de tradição, em que as coisas da pátria se misturam com o cheiro do incenso. Consta mesmo que a veneranda igreja esteve para ser vendida a um turco. Seria o cúmulo do impatriotismo".
>
> [Cônego Francisco Bueno de Sequeira, *O Diário* (BH), 9 de janeiro de 1944].

> "O que nos importa é dar à cidade o conforto moderno, sem lhe fazer transformações que impliquem na destruição de tradições, que são índices de civilização. O que nos importa é conservar as tradições que nos restam. Cerquemo-las com carinho. Circundemo-las até como os atestados do progresso para podermos, pelo contraste, apreciá-las melhor".
>
> [Sílvio do Amaral "Bi" Moreira, *A Gazeta*, 5 de março de 1944].

> "O nosso atual espírito utilitário e a nossa excessiva pusilanimidade em dizer a verdade e em protestar contra aquilo que vai ao encontro ao nosso amor, ao solo pátrio, estão permitindo as tentativas sacrílegas relativas à destruição do templo. O braço secular e administrativo veio se desinteressando da conservação da igreja, como se esta não importasse em nada com os anseios de seus jurisdicionados; e se nos afigura que o clero, vindiço que é, não está capacitado do entranhado amor que temos a essa relíquia do passado, e, assim, assiste indiferente às discussões sobre a matéria em apreço".
>
> [c.el José Rezende, pseudo. "Juvenal Iradier", *A Gazeta*, 4 de julho de 1948].

> "Gritaremos; gritaremos muito; faremos comícios na praça pública, levaremos nossa voz ao Patrimônio Histórico, levaremos nossa voz ao virtuoso e rev.mo sr. bispo Inocêncio; levaremos nossa voz ao chefe da Nação; levaremos nossa voz a S. Eminência o cardeal d. Jaime Câmara; levaremos nossa voz a S. S. o papa Pio XII; e, finalmente, levaremos nossa voz aos céus; bradaremos com todas as forças dos pulmões! E, se a vontade do povo não for respeitada, teremos a nossa consciência tranqüila de não deixarmos sem protesto, o ato sacrílego e dissonante que querem cometer".
>
> [Caio Aurélio, *A Gazeta*, 1.º de agosto de 1948].

Em julho, a DPHAN envia nova notificação à diocese de Campanha, que não se manifesta. A DPHAN enviaria uma terceira notificação, em 7 de agosto, da qual, não havendo impugnação do tombamento dentro do prazo assinado, procedeu-se a inscrição n. 316 no Livro do Tombo das Belas Artes, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, a 2 de setembro de 1948, conforme assinou certo funcionário público chamado Carlos Drummond de Andrade[72].

Não obstante, a posição do poder público, ainda insistia na impossibilidade de restauração e nos benefícios da demolição. A querela ganhou contornos dramáticos quando, em 17 de janeiro de 1949, caiu um pedaço da cimalha, estragando parte do telhado, causando pânico na população. Rapidamente o prof. Mesquita escreveu uma carta ao dr. Melo Franco sobre o

[72] O ilustre poeta mineiro (1902-1987) realmente trabalhou no SPHAN entre 1945 e 1962.

fato, clamando providenciais urgentíssimas por parte da DPHAN, pois "os capitalistas, bem como os padres alemães desta cidade, que querem negociá-la para substitui-la por um cinema, estão satisfeitos com isso".

De fato, no dia seguinte, a prefeitura convocou uma comissão de sete engenheiros que apresentaram laudo concluindo que a igreja corria risco de ruir a qualquer momento, não havendo possibilidade de repará-la com êxito, apenas com uma reconstrução.

Por sua vez, a DPHAN enviou o mestre de obras do Estado de Minas Gerais, sr. Luís França, para formular parecer. Este verificou que, apesar dos estragos apresentados, ela poderia ser reparada imediatamente, notando-se que, apenas nos fundos, ela teria mais serviço. Quanto à frente, engradamento e telhado nenhum perigo apresentavam, pois seu madeiramento era sólido e resistirá ainda à voragem do tempo.

Obviamente, o parecer contrariava o laudo da comissão da prefeitura. A Câmara Municipal de Lavras, em sessão no dia 2 de fevereiro, unanimemente resolveu externar um protesto ao diretor geral da DPHAN [Ofício n. 15/1949], por ter enviado um pedreiro [*sic*] para ratificar ou não a opinião de uma comissão de engenheiros, sendo assim necessário defender a dignidade profissional de seus técnicos. Ao protesto, o diretor dr. Melo Franco respondeu em 14 de fevereiro que o mestre França era o principal mestre de obras da DPHAN, não sendo seu objetivo atentar contra a dignidade profissional dos técnicos lavrenses, tão somente fazer cumprir os dispostos legais para a preservação do patrimônio histórico. Paralelamente, o dr. Melo Franco também estava em comunicação com o prof. Mesquita, o qual lhe passou mais detalhes da tumultuada vinda do mestre França, reafirmando que interesses econômicos mesquinhos estavam influenciando as manifestações dos poderes públicos.

Pelo restante do ano de 1949, a Igreja do Rosário esteve sob auspícios da DPHAN, que implementou as reformas necessárias. Alguns aspectos dignos de nota: primeiro, não havia dotação específica separada para esta obra no orçamento do órgão para aquele ano, e por decisão unilateral do diretor geral, a antiga matriz de Lavras recebeu prioridade, sendo custeada com recursos destinados a outros serviços que, por tal motivo, deveriam ser sacrificados ou adiados; o outro ponto interessante é que a DPHAN teve de que buscar mão-de-obra em outras praças, pois os construtores lavrenses boicotaram a reforma. Em 30 de agosto as obras estavam concluídas, ao custo de Cr$ 65.869,50[73].

[73] Dadas as diversas mudanças de moedas no Brasil ao longo do Século XX, é difícil fazer comparações em valores atuais. Sabemos, pelos dados disponíveis, que a diária de um pedreiro foi orçada em Cr$ 8, ou Cr$ 192 para 24 dias trabalhados num mês.

Figura 2: Vista frontal da igreja do Rosário, após as reformas, 18 ago. 1949 [DPHAN].

Figura 3: Vista lateral norte da igreja do Rosário, 18 ago. 1949 [DPHAN].

Ainda que o "e se?" não cabe à História, certamente uma reflexão e elogio às providências do prof. Mesquita e ao dr. Melo Franco são merecidos. Sem eles, não seria possível garantir a permanência deste patrimônio cultural até hoje, considerando que igrejas similares em outras localidades não tiveram esse mesmo destino. Graças a eles, Lavras pode orgulhar-se de ter a única igreja católica colonial, no Sul de Minas, tombada em nível nacional. É assim justíssima a homenagem a esses personagens, recordando ainda que o prof. Mesquita foi honrado com um busto ao lado da Igreja do Rosário, colocado em 1988.

Década de 1950: o Teatro Municipal e os destinos da cultura lavrense

Uma das críticas da questão da preservação do patrimônio é que seus defensores são excessivamente presos ao passado, e não pensam no futuro. Ironicamente, por vezes, pensar no passado é a garantia da existência de algum (bom) futuro. Eis o caso do Teatro Municipal de Lavras, nosso próximo estudo.

A mais antiga casa de eventos em Lavras que temos notícia era o Teatro Sant'Ana, construído em 1862 por iniciativa de Francisco Couto e Silva e outros setenta lavrenses que adquiriram as quotas de 100$000 réis cada (algo equivalente a 100g de ouro). O teatro recebia as diversas companhias artísticas que realizavam turnês pelo interior de Minas Gerais, e o repertório se constituía de comédias e peças de conteúdo romântico.

Em 1882 diversos acionistas cederam suas quotas à municipalidade, que encampou o Teatro Sant'Ana para reorganizá-lo e abri-lo novamente aos espetáculos. Márcio Salviano Vilela [2007: 336-339] registra a intensa atividade cultural que movimentava o teatro: havia óperas, concertos musicais e peças teatrais escritas e encenadas não só por companhias itinerantes, mas também por gente da terra – como as peças "*O sacrifício por amor*" (drama) e "*Genro abolicionista e sogra escravocrata*" (comédia), do prof. Azarias Ribeiro (1901).

Os avanços tecnológicos e a chegada da energia elétrica inaugurariam uma nova fase no Teatro Municipal de Lavras. Em 25 de março de 1911 ele passou a abrigar o Cine Internacional, empreendimento feito por Francisco Pizzolante. Este firmou acordo com a municipalidade, em 1914, para alugar o teatro por vinte anos, ficando sua empresa responsável pela reforma total do edifício.

A reinauguração do Teatro Municipal, agora com o nome Teatro Cinema Internacional Bar, ocorreria há pouco mais de cem anos, exatamente em 15 de fevereiro de 1917, quando Lavras ganhou uma das melhores casas de eventos do interior do Brasil. Na estréia, a Grande Companhia Lírica Italiana Rotoli-Billoro apresentou a ópera "*Aida*", de Giuseppe Verdi (1813-1901), seguida por várias óperas famosas em sua temporada na cidade ao longo do mês.

Pelas décadas seguintes o rebatizado o Cine-Teatro Municipal continuou aberto a eventos de gala e requinte, revezando projeções de cinema, apresentações teatrais, ópera e concertos musicais. Permanecia também os acordos entre o poder público e os empresários que sucessivamente mantiveram os espetáculos após a transferência de Pizzolante ao Rio de Janeiro: João Corrêa de Souza Carvalho (1921-1922); Nelson Figueiredo e Procópio

Alvarenga, da empresa Figueiredo & Cia. (1922-1943); e Nilton Teixeira Carvalho e João Batista do Nascimento, da empresa Teixeira & Nascimento (1943-1958).

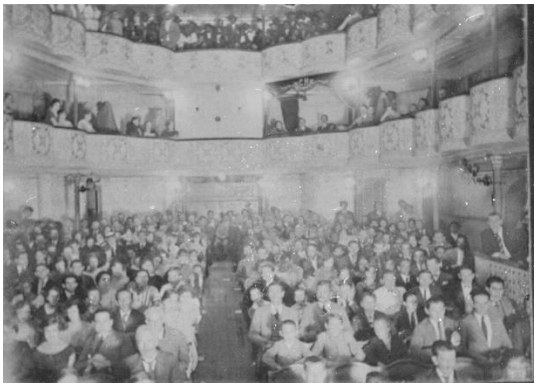


Figura 4: "Teatro Cinema Internacional Bar", reinaugurado em 1917 [Museu da Imagem e do Som de Lavras].

Figura 5: O interior do Teatro Municipal em seu auge, na década de 1940 [Museu da Imagem e do Som de Lavras].

O auge da história do Teatro Municipal talvez tenha sido em 1947, quando a recém-inaugurada Rádio Cultura d'Oeste promovia aos domingos um programa de calouros, variedades e literatura chamado "*Um milhão de novidades*", apresentado pelos locutores Elcídio Grandi e Alfredo Mussi, com participação de vários artistas, cantores e humoristas lavrenses, sob aplausos calorosos de uma platéia animada.

Em 1949, a então locatária do teatro inaugurou o Cine Ipê, em prédio próprio, com moderno e eficiente aparelhamento técnico. Localizava-se na movimentada zona norte da cidade, onde havia as fábricas e a estação ferroviária. O Cine Municipal permanecia, mas sem a devida manutenção, o antigo edifício foi entrando em declínio. Findo o contrato com a empresa, em 1953, o mesmo foi renovado por mais dez anos, sob condição de que os arrendatários se obrigavam a fazer todos os reparos necessários.

No início dos anos 1950, o teatro permanecia aberto, recebendo apresentações de grupos de artistas amadores ou de companhias teatrais secundárias. Havia três correntes de opinião sobre a situação do prédio: uma que defendia sua doação a uma firma ou entidade que se comprometeria a construir uma edificação para abrigar um cinema e um hotel; outra que apontava pela venda do imóvel e da construção, com o produto da venda, de uma nova prefeitura municipal; e a última que era a favor da conservação e possível

restauração do teatro. Recorda-se que, desde a década anterior, a crescente e efervescente atividade econômica do entretenimento gerava fortíssima especulação imobiliária na área central de Lavras, havendo particular atenção aos edifícios públicos por parte do empresariado local, mancomunado com os poderes públicos em espécie de "capitalismo de compadrio". Essas relações imbricadas invariavelmente misturavam interesses públicos e privados; ainda que, por motivos diversos, seja difícil avaliar e mensurar essas relações, é sabido que elas existiam e foram determinantes para o destino do Teatro Municipal.

Esse destino começou a ser selado em abril de 1955, quando a cidade via a demolição do antigo Clube de Lavras, que seria reconstruído como uma moderna e grandiosa sede em dois pavimentos, para júbilo dos lavrenses. Tal movimentação levaria, naquele mesmo mês, à Sociedade dos Amigos de Lavras (SAL), entidade cívico-cultural fundada em 1949, a elaborar um memorial sugerindo a entrega do imóvel àquela sociedade, comprometendo-se a facultar o uso de suas instalações a várias associações cívicas, incluindo a organização de uma biblioteca pública e um museu municipal. Pela proposta, o teatro permaneceria como principal centro cultural lavrense, devidamente preservado e ampliado em suas atribuições. Sílvio do Amaral Moreira, o ilustre "Bi Moreira", era o autor do memorial, tendo também o cuidado de apresentar a proposta a Sylvio de Vasconcellos (1916-1979), chefe deste distrito da DPHAN entre 1939 e 1969. Este ficou impressionado com as fotos do interior do teatro, considerando-o um dos mais interessantes do país e único no Estado pelo capricho do acabamento e conservação, acenando por sua preservação e levando a demanda à Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN, dirigida pelo arquiteto modernista Lúcio Costa (1902-1998). Este, por sua vez, respondeu que "seria o cúmulo do mau gosto desfigurá-lo e conquanto não caiba, no caso, tombamento, a DPHAN deve intervir no sentido de aconselhar e defender por outros meios a sua preservação [Ofício DPHAN n. 375/1955]. Nota-se que o indeferimento da proposta de tombamento por Lúcio Costa fazia parte da política então vigente da DPHAN, que privilegiava a preservação de bens arquitetônicos coloniais ou modernistas (que eles mesmos produziam!), ignorando a arquitetura eclética, que Costa [1999: 275] encarava como um hiato na linha evolutiva das construções no país. Através desta perspectiva, muitos belos edifícios feitos em finais do Século XIX e início do Século XX acabaram demolidos com o passar do tempo em várias cidades brasileiras.

Simultaneamente a essas decisões, Bi Moreira e a SAL enviaram o mesmo memorial à Câmara Municipal que havia sido empossada naquele ano. Em resposta, datada de 22 de junho, não só votou contra o pedido da SAL, mas

também pediu para que fossem retirados de sua sala de sessões (lembrando que então a Câmara se reunia no atual prédio da Casa da Cultura) a biblioteca e demais objetos pertencentes a SAL. Foi um duro golpe na cultura lavrense, pois não só tirava a última real chance de sobrevida do teatro original, como também enfraquecia terrivelmente aquela sociedade civil que tanto atuou pelo engrandecimento da comunidade lavrense. Em perspectiva mais ampla, pode-se dizer que a decisão de 1955 teve como conseqüência uma reação em cadeia que desarticularia gravemente o panorama cultural e artístico municipal pelas décadas vindouras, sendo que alguns de seus efeitos – como a pouca sintonia entre o empresariado e a classe artística, ou a falta de um auditório público apropriado para eventos artísticos na região central – são observados ainda hoje.

Prevaleceu assim a primeira corrente, a qual apontava que a prefeitura deveria doar o edifício a quem se dispusesse a construir um cinema. Em março de 1958 o Cine Municipal foi interditado pelo poder público, alegando – não sem objeções – que o prédio estava em risco. Em maio do mesmo ano, a Câmara vota lei (n. 403) que autorizava incorporar o imóvel de sua propriedade à sociedade que se organizar ou se apresentar interessada na construção de um novo cinema no local.

A tentativa de venda do teatro foi infrutífera. Assim, em 1959, o novo prefeito eleito aprova outra lei (n. 431) referente a situação, alienando o terreno e o prédio pelo preço mínimo de dois milhões de cruzeiros para quem construísse um cinema no prazo de vinte meses. A lei ainda previa que o produto da alienação seria aplicado nos serviços de reabastecimento de água da cidade e na aquisição de veículos para a municipalidade.

Enquanto isso, seja por não considerar aquele local como ideal, seja por julgar que uma empresa privada não deveria se envolver com o governo ou com imóveis públicos, ou seja ainda por terem encontrando uma proposta mais atrativa, os empresários do ramo cinematográfico que, em tese, se interessariam na compra, acabam optando por outro projeto. Em 1960, fundariam a Empresa Cinematográfica União Ltda., inaugurando o Cine Aparecida no auditório do Colégio de Nossa Senhora Aparecida. Posteriormente o grupo adquire um terreno ao lado da Primeira Igreja Presbiteriana, inaugurando em 10 de fevereiro de 1962 o icônico Cine Brasil, que lá permaneceu até 1996.

Concluída a questão do cinema em Lavras, menos de uma semana depois da inauguração do Cine Brasil, a Câmara Municipal aprova nova lei (n. 508), em 16 de fevereiro, que dispunha sobre a constituição de Sociedade Anônima, de economia mista, para a construção e exploração de um Hotel Moderno em Lavras. Em um de seus artigos, a lei obrigava o poder executivo a

demolir o prédio do Cine Teatro Municipal, cujo material seria aproveitado em obras públicas, ou vendido.

Tal como em 1948, novamente elementos destacados da sociedade e da municipalidade divergiam sobre o destino de bens públicos. Além de Bi Moreira, o prof. Mesquita, *in extremis*, também tentou sensibilizar a DPHAN na questão, enviando carta em 23 de junho de 1962, às vésperas do início da demolição, porém, sem resultado. Vale lembrar que, naquele mesmo ano, ocorreu uma série de atentados provocados por um piromaníaco, os quais destruíram vários edifícios históricos na cidade, que talvez tenha sido um catalizador a acelerar o cumprimento da demolição do teatro, realizado entre junho e setembro.

Ainda que tenha sido responsabilizado o prefeito da época pela execução da demolição, preferindo "lastimar, como amigo, a morte do doente, a assumir, como médico, a responsabilidade do tratamento" [Oliveira, 1995: 144], não seria justo considerar que o próprio ignorava seu valor cultural, uma vez que tentou encontrar alternativas possíveis – como a citada lei de 1959 ou mesmo uma proposta de doação de terreno municipal e algum recurso financeiro se o Serviço Nacional de Teatro, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, pudesse também colaborar [Moreira, 31 jul. 1962]. Poderia a municipalidade da época se comprometer sozinha com milhões de cruzeiros na restauração do teatro, justamente num período de grave crise econômica nacional como havia em 1962, considerando ainda os inúmeros problemas de maior urgência que uma cidade pobre como Lavras tinha[74]?

Importante ressaltar que, segundo Hugo de Oliveira [1995: 145], a população era majoritariamente favorável à demolição. Compreensível, aliás: aquela era a geração dos "Anos Dourados", do desenvolvimentismo de JK, que viu a construção de Brasília, e que ansiava por novidades e modernidades. A expectativa da conquista de um novo e moderno hotel, sem dúvida, compensava a perda de um velho e decadente edifício, cujo abandono vinha de longa data, pela própria mudança dos tempos: o interesse popular pelo teatro havia esmorecido e os custos financeiros de sua manutenção tornaram-no inviável economicamente. Como cinema, tampouco ele parecia necessário, pois os recentes cines já supriam a demanda local.

Desde então, muito já foi escrito sobre este acontecimento. O fato é que, como nada de hotel ou outro empreendimento fosse construído no terreno do teatro nas décadas seguintes, isto gradativamente fez pender a balança da

[74] Dentre os quais, registra-se a gravíssima crise que quase levou ao fechamento da Escola Superior de Agricultura de Lavras, tendo a municipalidade inclusive declarado estado de calamidade pública através da Resolução n. 2, de 24 de outubro de 1962, da Câmara Municipal de Lavras.

opinião pública para um olhar negativo referente à demolição. (Aliás, demolições para projetos de edificações públicas que não vingam ou tardam em se concretizar parece ser uma triste tradição na história lavrense, havendo vários exemplos similares). O paradoxo do excesso de progressismo é que, por vezes, ele é o grande conscientizador da necessidade de ser prudente e conservador. Em perspectiva, o contraste entre o declínio da cultura e das artes visto no município na segunda metade do Século XX, frente o vigor e a riqueza destas que havia no período anterior, de certo causa indignação até mesmo às pessoas que nem chegaram a conhecer o teatro em seus tempos de glória.

Como epílogo, o terreno do antigo Cine Teatro da Rua Sant'Ana ficaria sob posse da municipalidade até a década de 1980, quando fora alienado. Nele hoje se encontra uma galeria de escritórios. O produto da alienação foi destinado à aquisição de terreno para a instalação do Distrito Industrial de Lavras e a implantação de infra-estrutura do mesmo, segundo lei municipal n. 1295 de 1981.

Ainda persiste muita polêmica sobre a trágica história do Teatro Municipal de Lavras. Contudo, à medida que um povo atinge certo grau de educação, cultura e civilidade, naturalmente haverá demanda por iniciativas tais como as vistas no passado. A lembrança daqueles setenta ancestrais nossos que se reuniram há mais de 150 anos para construir um teatro... a memória de empresários como Pizzolante e outros que viram no teatro e no cinema potencial não só para fazer cultura e arte, mas também para lucrar com isso... a vontade nostálgica do público que viveu, gostaria de ter vivido, ou que simplesmente ama e se orgulha de sua cidade, e não quer ir a outros lugares sempre que queira fruir de algum espetáculo de valor... enfim, tudo isto sugere caminhos possíveis para solucionarmos esta questão. O dito "Lavras, terra do já teve" só gera comodismo improdutivo; a melhor resposta a ela é a frase imortal de John Kennedy (1917-1963): "*Meus conterrâneos, não pergunte o que sua terra pode fazer por você; pergunte o que você pode fazer por sua terra*".

Figura 6: Foto das máscaras alegóricas do frontispício do Teatro Municipal, remanescentes de um dos símbolos de nossa cultura local. As peças foram salvas por Bi Moreira em 1962, que as guardou em seu Museu. Estes bens do antigo Teatro Municipal de Lavras foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras em abril de 2020 [Geovani Németh-Torres, 2019].

Comentários do crítico teatral, van Jafa (1962)

2.º Caderno — CORREIO DA MANHÃ, Quarta-Feira, 13 de Junho de 1962

Teatro CRIME CONTRA O TEATRO MUNICIPAL DE LAVRAS

Numa destas tardes deste outono sou procurado na redação por um amigo meu que tendo passado pela manhã e culta cidade mineira de Lavras verificou um fato inusitado: fala-se na construção de um hotel no lugar do Teatro Municipal que está vivo e de pé.

Transformando seu espanto em curiosidade e num duplo gesto de amizade para comigo e o teatro, sabedor da campanha de restauração dos teatros que estamos interessados dentro do pensamento do Serviço Nacional de Teatro, procurou o meu amigo inteirar-se do fato e colheu aspectos espantosos sôbre a constante ameaça de vida em que tem vivido o Teatro Municipal de Lavras.

Pelo visto esta não está sendo nem será a primeira ameaça de destruição do Teatro Municipal. Há cêrca de cinco anos, farta mais ou menos idêntica foi representada quando poderosos da cidade queriam por fôrça destruir o teatro para no seu lugar plantar um cinema. Ao que parece, espíritos nobres, esclarecidos e sobretudo ciosos de sua cidade cognominada "a cidade dos ipês e das escolas" não deixaram que se perpetrasse o crime. Se mes amigo está bem inteirado houve até questão judicial para que a cidade de Lavras não fôsse subtraída do seu Teatro Municipal.

Depois desta batalha ganha, o Teatro Municipal teve nova fase de paz e esquecimento dos podêres públicos e dos gananciosos. Políticos inescrupulosos também já usaram do fascínio do teatro para conseguirem se eleger. Eleitos, como de costume, promessas não cumpridas, olvidadas completamente e o Teatro Municipal quedou-se novamente no silêncio. Assim é que conseguindo vencer campanhas de desmoralização como o seu propalado desabamento, e outros revezes, eis-lá novamente sob a mira dos gananciosos e irresponsáveis.

O que me deixa sensivelmente preocupado é que Lavras, gozando de um conceito nacional de cidade culta, possa pensar em destruir um Teatro Municipal para colocar um hotel. Que se construa o hotel, mas também que se deixe de pé o teatro.

E' curioso notar que o Teatro Municipal de Lavras é considerado o mais belo teatro de Minas Gerais. Na sua placa comemorativa fica-se sabendo que foi inaugurado com Itália Fausta.

E' óbvio que não se constrói tradição com destruição dos pontos cardeais da cultura. O prefeito da cidade, a Câmara e o povo de Lavras devem lutar pela vida do seu Teatro Municipal, pois estarão fazendo tradição.

Fala-se que a Prefeitura doaria o Teatro Municipal para no seu lugar ser feito o hotel, o que se é verdade, há uma agravante do crime ser sob a égide oficial.

Assim denuncio ao Serviço Nacional de Teatro, na pessoa do seu diretor sr. Edmundo Moniz, mais êste espoliamento à cultura, para que seja processada uma averiguação e seja constatada a verdade sôbre o caso, pois não é da competência do prefeito doar terrenos, ao seu bel-prazer ou atendendo injunções ou pressões imobiliárias jocosas.

VAN JAFA

Figura 7: Van Jafa (13 jun. 1962). Crime contra o Teatro Municipal de Lavras. *Correio da Manhã*, *61*(21.229), segundo caderno, 3.

Teatro DESTRUIÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE LAVRAS

Está sendo destruído pela Prefeitura de Lavras seu histórico Teatro Municipal. E' a notícia incivilizada e de depoimento negativo para uma cidade tão propaladamente culta e de tradição notória. São testemunhos aterradores de amigos meus idôneos que de passagem por essa cidade mineira viram o começo da demolição. Escandalizados com os propósitos, tiveram o gesto cuidado de me contar os fatos desabonadores e de imperitinência dos políticos e homens públicos locais, todos coniventes com êsse ato de vandalismo contra a cultura e o Estado.

Como é admissível que um prefeito, pensasse em permitir, sem abominar a idéia, e quanto mais quem é um homem probo, culto e médico de bondade sabida. Como deixou-se engabelar por sereias financeiras, de cânticos falsos, não atino.

O Teatro Municipal de Lavras é centenário e tem história. Nos idos de 1862 mediante cotas de cem mil réis foi construído à Rua Sant'Ana donde tirou o seu primeiro batismo. Anos depois, cêrca de duas décadas, ganhou transferência da propriedade privada para a Câmara Municipal sob a condição de ser zelado.

Em 1917 inaugura-se no lugar do antigo e arruinado teatro, o presente Teatro Municipal por uma Companhia Lírica, constando ter sido a primeira no gênero que foi a Minas Gerais. Em 1918, Itália Fausta representava lá. E segue, por aí um desfilar de artistas dos mais renomados como Procópio Ferreira, que nos nossos dias também contava com o Teatro Municipal como escala do seu itinerário dramático. No seu devido tempo, um cronista da época fazendo referência ao teatro de Lavras, afirmou que excluindo o Teatro do Imperador em Petrópolis, o Teatro Municipal em questão era o mais luxuoso de cidades do interior. E é êste teatro que está sendo demolido pela Prefeitura de Lavras.

Os podêres públicos oficiais federais já estão notificados e vão exigir devido esclarecimento. O diretor do Serviço Nacional de Teatro já está envidando esforços para deter tamanho absurdo, e fazer chegar ao conhecimento do presidente da República, essa leviandade dos homens públicos e o desserviço à cultura brasileira.

O Teatro Municipal de Lavras que durante tanto tempo foi arrendado como cinema, dilapidado e desmerecido sob tôdas as formas, chega agora ao seu fim mediante conchavos de políticos e poderosos.

O projeto aprovado é tão despudorado, que nem ao menos estipulou-se como cláusula obrigatória que no bojo dêste hotel houvesse um teatro. Que viva a Pátria!

E dizer que um ato dêstes de inteira irresponsabilidade está sendo praticado em Lavras, onde existe um educandário da importância do Instituto Gammon, quase centenário, responsável pela cultura de várias gerações. Estou ao lado do povo de Lavras lutando pelo seu teatro.

Tristes mandatários que não aprenderam a lição da vida que nos ensina todos os dias que o melhor modo de conservar é usar.

VAN JAFA

Figura 8: Van Jafa (28 jul. 1962). Destruição do Teatro Municipal de Lavras. *Correio da Manhã*, *61*(21.268), segundo caderno, 3.

Década de 1960: quem são os responsáveis pelo patrimônio, afinal?

Assim como existem batalhas pelo tombamento de bens culturais, também há embates sobre sua manutenção, sendo esta a tônica da questão do patrimônio lavrense nas décadas de 1960 e 1970, novamente, como personagem, a Igreja do Rosário.

Ainda em 1956, o edifício apresentava necessidades de novas reformas, como salientou o prof. Mesquita em entrevista a *O Estado de São Paulo*. A situação foi gradativamente se deteriorando, enquanto a igreja só era aberta ocasionalmente, em datas específicas, como a Semana Santa.

No final de 1965 chegou-se a um ponto crítico, quando grandes desabamentos ocorrem, fazendo até os técnicos da DPHAN considerarem a impossibilidade de recuperá-la. Um detalhe que chamou a atenção deles era que a igreja sofria as conseqüências de trepidações por estar em região de tráfego intenso, inclusive da linha do bonde, os quais tinham dois cabos de sustentação fixados à fachada da construção[75].

Figuras 9 e 10: À esquerda, detalhe do telhado da ala norte e, à direita, estado do piso interno, 1966 [DPHAN].

Em 1966 a DPHAN iniciou as providências para as obras de reforma, havendo alguma demora para o começo das mesmas até se ter a garantia de

[75] É dificílimo mensurarmos qual o efeito concreto da tensão destes cabos sobre as paredes da igreja, se e quanto ela contribuiu para os desabamentos. Todavia, vale registrar que, anos antes, em 1956, a nova distribuição de rede elétrica fora instalada em Lavras, e, em 1963, a cidade recebeu dois novos bondes, doados pela prefeitura de Belo Horizonte, quando da desativação das linhas da capital. Segundo uma carta do Museu Bi Moreira datada de 15 de maio de 1980, o uso dos antigos bondes de Belo Horizonte "não foi aprovado na câmara de Lavras" e os carros voltaram à capital em 1965 [Morrison, 2012; fonte esta disponível na presente publicação].

orçamento para execução. O prefeito municipal chegou a enviar o Ofício n. 1313/1966 ao dr. Melo Franco pedindo que considerasse tornar sem efeito o tombamento da igreja, pelo perigo que a fachada apresentava aos pedestres e porque, "se for feito um plebiscito sobre o assunto, 80% da população, no mínimo, é favorável à demolição". O prefeito fez com que o ofício fosse encaminhado através de um padre local, para referendar suas colocações. Esta opinião não foi considerada (felizmente), empenhando-se novamente a DPHAN na recuperação do patrimônio histórico. Em 1967, ela destinou 17 mil cruzeiros novos; em 1968, NCr$ 3 mil; em 1969, NCr$ 5 mil; e em 1970, NCr$ 10 mil[76], embora poderia ser ampliada a NCr$ 36 mil se assim aprovasse o ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1920-2016), a quem chegou a apelar o pároco de Sant'Ana. Registra-se que também a Igreja e a população lavrense realizaram campanha de arrecadação de dinheiro e materiais [Oliveira, 23 jul. 1970], a qual contou com substancial adesão, segundo fontes da imprensa e da contabilidade paroquial. Tal informação, inclusive, depõe contra o postulado do prefeito, em 1966. Não obstante, alguns artigos persistiram em criticar a obra, que procedia como uma reconstrução, e não como restauração, pois usavam-se tijolos, britas, cimento e outros elementos estranhos à arquitetura colonial.

Figuras 11 e 12: À esquerda, desabamento da parede da ala sul e, à direita, situação precária da parte interior, 1967 [DPHAN].

Em 1971, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, nova denominação da DPHAN desde 1970) declarou a interrupção das obras,

[76] Ao se reestabelecer o Cruzeiro como padrão monetário, em maio de 1970, o salário mínimo em Lavras e maior parte do Brasil era de Cr$ 177,60.

devido a exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) a serem providenciadas pela firma Santos Lima Engenharia Ltda. [IPHAN, ofício n. 768/1971]. Sejam quais fossem os motivos, nenhuma outra reforma ocorreria na igreja pelo restante da década, a despeito de várias tratativas do novo pároco de Sant'Ana e do sacristão José Gonçalves de Melo.

Décadas de 1970 e 80: preservação do patrimônio como política pública

Nos primeiros quarenta anos desta história da preservação do patrimônio cultural de Lavras, observa-se um poder público municipal alheio, negligente, bronco, quando não empenhado em favorecer a destruição de bens históricos, motivado pela influência de especuladores imobiliários. Os movimentos pela proteção eram capitaneados pelo espírito cívico de cidadãos isolados, amparados (nem sempre) pelo órgão nacional do patrimônio histórico.

A existência de uma lei nacional e uma entidade como o SPHAN foram fundamentais para permanência do principal bem cultural de Lavras, talvez menos pela consciência, e mais pela coerção, mas garantiu...[77] Uma vez que a evolução do Estado nacional na segunda metade do Século XX compreendeu uma lenta e gradual devolução de poderes aos Estados, municípios e cidadãos, a chamada "democratização"[78], é correto afirmar que a questão do patrimônio cultural também acompanhou essa transformação. Seguindo o princípio da subsidiariedade, no qual as esferas superiores devem intervir somente quando as esferas inferiores não conseguem caminhar por si mesmas, o permanente interesse de entes e personalidades das localidades mais imediatas fazia buscar novas estratégias para garantir a preservação dos bens de valor cultural.

Em Lavras, foi circunstancial a mudança de paradigma na postura do poder público municipal para agente protetor do patrimônio cultural local. Desde a demolição do Teatro Municipal, o museólogo Bi Moreira fazia *lobby* para transformar a Igreja do Rosário em um centro cultural que incluísse museu,

[77] Estando o país órfão de um força moral que lhe desse identidade e unidade, que fora a Coroa, no Século XIX, a mambembe República Velha (1889-1930) deu lugar ao governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954), que concluiu a cristalização da identidade brasileira, menos por uma autoridade moral, e mais pelo poder coercitivo, típico da época, que foi a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Um caso pitoresco e anedótico que ilustra o centralismo autocrático é o telegrama de 6 de junho de 1940 do diretor do SPHAN ao prefeito de Lavras e ao bispo de Campanha que abre o processo de tombamento da igreja do Rosário. Nele, o dr. Melo Franco indagava as autoridades locais sobre a possível destruição daquele bem, deixando claro que levaria ao conhecimento do Senhor Presidente da República. É irresistível não associar tal situação como a de um adulto ameaçando dois meninos bagunceiros – "parem com isso, senão vou contar para seu pai!"

[78] A qual ainda precisa das tão faladas e sempre postergadas reformas políticas e tributárias.

biblioteca, academia de letras, entre outros [Carvalho, 8 jun. 1969]. Enquanto prosseguiam as reformas no edifício, era natural pensar em sua ocupação assim que elas terminassem. A proposta ganhou força quando a prefeitura organizou seu primeiro Departamento de Cultura e aprovou uma lei (n. 747, de 19 de agosto de 1969) que criava o Museu Municipal de Lavras, a ser integrado com o acervo reunido pelo perseverante museólogo. Não sabemos se, efetivamente, havia algum projeto que respondesse a questões óbvias de como seria sua implementação – o museu seria mesmo na igreja? Como seria a relação com a paróquia de Sant'Ana? Haveria garantias que o patrimônio religioso e artístico do templo seria preservado? Dada a complexidade da proposta, acreditamos que seria apenas um ideal, cujas soluções seriam formuladas conforme as conjunturas e oportunidades que surgissem.

E, de fato, surgiram. Em julho de 1972, Bi Moreira escreve em carta direcionada a Catarina Wheelock (1892-1983), informando que a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) lhe cederia o Prédio "Álvaro Botelho" para abrigar seu museu [Oliveira, 1994: 1]. A partir de 1975 essa iniciativa seria efetivada, e, em 9 de setembro de 1983, inaugurar-se-ia oficialmente o Museu Bi Moreira. Com um riquíssimo acervo, este foi por muito tempo a principal referência da memória lavrense, embora, desde 2012, esteja parcialmente fechado.

Figura 13: O Prédio "Álvaro Botelho" da ESAL, c. 1965 [Renato Torres Libeck].

A década de 1980 começou mesmo de forma alvissareira para a cultura lavrense. Tendo o governo municipal aderido ao Programa de Complementação Urbana (Projeto CURA) do Banco Nacional de Habitação, contraiu a prefeitura um empréstimo na ordem de Cr$ 327.984.000,00, a serem pagos em até vinte anos, conforme a lei municipal n. 1239 de 1980[79]. Com esses volumosos recursos, muitas obras

[79] Para se ter noção de quanto representava este empréstimo, era mais de três vezes o orçamento municipal para 1980, correspondente a Cr$ 96.878.577,88, segundo a lei n. 1218 de 21 nov. 1979.

importantes foram realizadas, permitindo também que, a municipalidade separasse dotação própria para a recuperação da Igreja do Rosário. Em 1982, o orçamento determinou o investimento de três milhões de cruzeiros para a restauração do interior do templo, sendo contratada a firma Artes Litúrgicas Santa Rita, supervisionada pelo restaurador Elio de Oliveira. Em apenas quatro meses e meio de obras, em 8 de maio de 1982, a igreja era reaberta, numa solenidade que contou com a presença do prefeito e do pároco João Batista Prost (1924-1991). A Missa – possivelmente a primeira lá realizada em duas décadas – foi inclusive filmada pela Rede Globo de Televisão. Houve também uma exposição de arte sacra preparada pelo Museu de Lavras, sob supervisão do professor Ângelo Alberto de Moura Delphim [Németh-Torres, 2010: 100].

Outro melhoramento do Projeto CURA foi a construção do novo prédio da prefeitura municipal, na Avenida Sílvio Menicucci. Em 1984, o antigo prédio, um sobrado do Século XIX existente à Rua Sant'Ana, foi preservado e transformado em Casa da Cultura, em claro exemplo da mudança de perspectiva – basta lembrar que, anos antes, 1977, o outro prédio público no centro histórico remanescente, o interessante antigo Fórum de Lavras, também fora demolido.

Figura 14: *Casa da Cultura "Bi Moreira"* [Óleo sobre tela, 13 out. 1986, José Renato. Biblioteca Pública "Meirinha Botelho"].

Participação social: o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

Desde o início dos anos 1980, todas as administrações públicas municipais demonstraram atenção à proteção do patrimônio histórico e cultural de Lavras, umas mais, outras menos, mas todas cientes dessa necessidade. Infelizmente, é também observado que a expansão da atuação do governo por vezes gera situação diametralmente oposta à existente nos anos 1940 e 1950: se naquela oportunidade havia uma sociedade civil ativa e um poder público omisso, hoje a participação popular é pequena frente a ação governamental, a despeito de nunca ter havido tantos instrumentos de exercício democrático por parte do povo. Este estranho paradoxo pode ter várias causas, dentre as quais seria possível até indagar se há mesmo muitas pessoas interessadas nessa questão – o qual, entendemos que existem: há mesmo um interesse social difuso em compartimentos estanques e "bolhas", cada personagem cuidando de seu cadinho. E, temo, tal fenômeno ocorre também em muitas outras áreas...

Ainda que "democratizar" seja uma palavra da moda, e geralmente oca quando usada, no que tange assuntos ligados ao patrimônio cultural, uma união cívica que combine autoridade do conhecimento, poder de deliberação e recursos para ação, parece o caminho ideal. Não é de todo impossível, existindo lampejos desse cenário em outros momentos históricos de nossa cidade – a Sociedade dos Amigos de Lavras (1949-1955), a comissão dos festejos do Centenário da Cidade, as formações do primeiro departamento municipal de Cultura e da primeira Academia Lavrense de Letras (1967-1970), e a instituição do Conselho do Patrimônio Cultural (1997-hoje) são exemplos disso.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras merece um estudo à parte, que desejamos escrever em outra oportunidade. Surgido a pouco mais de vinte anos, foi criado dentro do contexto de municipalização das responsabilidades governamentais da preservação do patrimônio, tendo o incentivo de repasses financeiros através da lei estadual n. 12.040 de 1995, a "Lei Robin Hood". Desde então, o município de Lavras executa uma política de proteção cultural que inclui tombamentos, inventários, registros de salvaguarda de bens imateriais, restaurações, ações de educação patrimonial e difusão cultural, alcançando sucessos, mas ainda enfrentando muitos desafios. Eis a sina da defesa do patrimônio cultural, uma causa a qual todos devem se atentar e valorizar, pois, como diz o filósofo britânico Roger Scruton (1944-2020), "*as coisas admiráveis são facilmente destruídas, mas não são facilmente criadas*".

Referências

Carvalho, L. (Lucar). (8 jun. 1969). Cartas na Mesa. *Tribuna de Lavras*, (*2*)90, 3.

Costa, L. (1999). Parecer relativo ao conjunto da Avenida Rio Branco (1972). In: J. Pessôa (Org.), *Lucio Costa: Documentos de Trabalho* (p. 275). Rio de Janeiro (RJ): IPHAN.

IPHAN. (1940-1979). *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras*. Processo de tombamento 0368-T-48. Caixas 0169-P.0748 e 0200-P.0587.

Moreira, S. A. (31 jul. 1962). Depoimento sincero sobre a questão do Teatro Municipal de Lavras. In Vilela (2007), *op. cit*., 356-357.

Morrison, A. (8 abr. 2012). The Tramways of Lavras, Minas Gerais state, Brazil. In *Urban Transport in Latin America*. Disponível em: www.tramz.com/br/lv/lv.html.

Németh-Torres, G. (2010). *Os 250 Anos da Paróquia de Sant'Ana: Uma História da Igreja Católica em Lavras*. Lavras (MG): Geovani Németh-Torres.

Oliveira, H. (23 jun. 1970). Igreja do Rosário: Reconstrução precisa de você. *Tribuna de Lavras*, (*3*)168, 1.

Oliveira, H. (jun. 1994). Pequeno registro sobre o Museu "Bi Moreira". *Acrópole*, (*10*)36, 1.

Oliveira, H. (1995). *Histórias da Terra de Aninha da Chácara. Lavras*. Lavras (MG): Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

Silveira, M. M. G. (2011). *Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte (MG): Autêntica.

Vilela, M. S. (2007). *A Formação Histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras (MG): Indi.

13 Ligeiro comentário sobre os museus e arquivos lavrenses

Prof. Geovani Németh-Torres

Resumo:

Algumas observações sobre o estado presente da preservação da memória lavrense, principalmente em relação aos documentos históricos e acervos museológicos: um breve diagnóstico dos problemas mais visíveis e perspectivas futuras para solucioná-los. O artigo ainda apresenta uma descrição dos museus lavrenses atuais e antigos.

Palavras-chave: Arquivo Público Municipal de Lavras – Universidade Federal de Lavras – Museu Bi Moreira – Política municipal de arquivos públicos – Sistema municipal de museus.

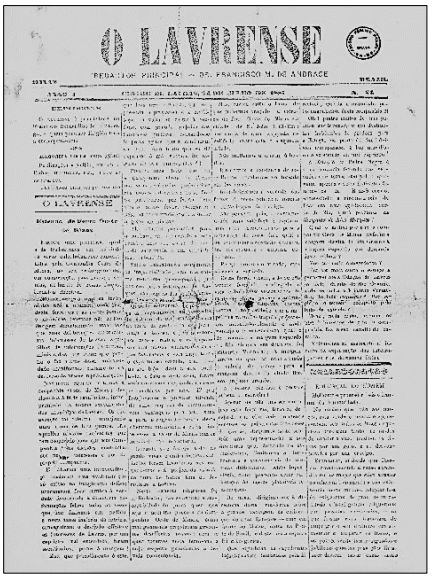

O LAVRENSE

Figura 1: "*O Lavrense*", n. 24, de 24 jul. 1887, primeiro jornal municipal. Exemplar digitalizado pelo Arquivo Público Mineiro e disponível para consulta na Internet [APM].

"O nosso arquivo está em pandarecos ou, pelo menos, dividido e subdividido e, pelo jeito, vai acabar desaparecendo".

[Sílvio do Amaral "Bi" Moreira, *Tribuna de* Lavras, 8 de março 1970].

É um tanto óbvio que museus e arquivos têm papel dos mais importantes para a preservação da memória humana. A situação de Lavras é, sim, preocupante, nesse aspecto, embora ainda haja possibilidades e perspectivas.

Um Arquivo Público Municipal?

Poucas pessoas sabem, mas existe, em lei – a de número 3.516, de 4 de setembro de 2009 –, o Arquivo Público Municipal de Lavras "Ary Florenzano", em homenagem ao ilustre arquivista e genealogista lavrense (1894-1983), patrono de uma das cadeiras do Colégio Brasileiro de Genealogia. Sua execução, porém, é necessária e urgente, uma vez que documentos importantes para a História de Lavras correm o risco de se perder, sem a adequada salvaguarda.

Todo pesquisador reconhece este ponto, inclusive conversas entre pessoas da área revelam casos misteriosos ou mesmo absurdos no trato da documentação. De fato, boatos dizem que, décadas atrás, pilhas e pilhas de papéis da administração pública foram queimadas; não se sabe exatamente quanto ou o que foi destruído, porém é sabido que sobraram pouquíssimos documentos do primeiro século de emancipação de nosso município (1831-1931). Há uns dez anos, visitei um quartinho insalubre na prefeitura de Lavras, onde os derradeiros papéis desse período estão guardados, de forma bastante caótica. Verdade que não pude avaliar totalmente o que nele está guardado, e, sim, *alguma coisa* ainda existe, como registros de pagamentos de professores públicos no Século XIX, e dados dos primórdios das companhias de eletricidade e do bonde, no início do Século XX, que puxo na memória. *Algum dia* essa papelada há de ser devidamente organizada e estudada. Já outras fontes de valor incalculável, como as atas da Câmara Municipal de Lavras anteriores aos anos 1930 estão misteriosamente desaparecidas. Segundo algumas "investigações", as atas estavam entre os documentos descartados, uns dizendo que foram queimados, outros que os papéis ficaram ao relento e foram inutilizados pelas chuvas. Outros, por sua vez, dizem que elas ainda estavam na Câmara até tempos não tão distantes, tendo se perdido em dado momento numa das últimas mudanças de endereço do poder legislativo municipal. Se assim for, há esperança delas estarem apenas desaparecidas, e não destruídas. Oremos.

Sem dúvida, uma política municipal de arquivos precisa ser estabelecida, não apenas resumindo-se aos documentos produzidos pelo poder público, mas também, e principalmente, aos documentos de valor histórico em estado mais crítico de conservação.

Outros arquivos

Existem vários outros arquivos relevantes em Lavras, por certo, como o arquivo eclesiástico da paróquia de Sant'Ana, tão antigo quanto o próprio povoamento de nossa terra, no início do Século XVIII. Este arquivo encontra-se bem organizado e os livros mais antigos foram restaurados há cerca de dez anos. Na década de 1980, estes inclusive chegaram a ser microfilmados pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (os Mórmons), pelo seu interesse em pesquisas genealógicas, estando os registros de batismos, matrimônios e óbitos até 1925 disponíveis gratuitamente para consulta na Internet, através do *site* www.familysearch.org. Há também os arquivos cartoriais e jurídicos, embora estes sejam naturalmente mais reservados. Das *Fontes Cíveis e Criminais do Fórum de Lavras*, importante ressaltar que muitos delas foram levadas para o Centro de Memória do Sul de Minas, sediado em Campanha (MG), estando digitalizadas e disponíveis para consulta no Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Dos arquivos privados, o Instituto Presbiteriano Gammon é o principal destaque, no qual seu Pró-memória ganhou em 2019 uma nova sede, a "Casa do Ex-Aluno Vanda Amâncio Bezerra Mendes (Dona Vandinha)", para onde os acervos documentais e museológicos devem ser levados e organizados.

O Arquivo Histórico e o Museu Bi Moreira

Os principais arquivo e museu de Lavras merecem um parágrafo à parte. Ambos estão localizados na Universidade Federal de Lavras, acervos estes fechados ao público desde 2012[80].

Argumenta-se que não se pode abrir o museu sem um plano contra incêndio – e o crime de lesa-pátria do Museu Nacional sempre me vem à mente; outro ponto é que o Prédio "Álvaro Botelho", onde está o Museu Bi Moreira, tem quase cem anos e não possui acessibilidade universal. A isto, poder-se-ia perguntar por que não deixar o segundo andar como reserva técnica e secretaria, e o primeiro, plenamente acessível, para visitação; ou mesmo, ainda, por que o Museu Bi Moreira precisa continuar no Prédio "Álvaro Botelho"? Esta alternativa pode parecer mais radical, mas ela não deixa de ser opção ao terceiro argumento contrário que a UFLA tem: sendo aquele acervo muito vasto e

[80] TVU Lavras. (23 mai. 2012). Plano de revitalização é implantado no Museu Bi Moreira. *YouTube*. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=dH88RvtwgXQ. Acessado em 17 nov. 2019.

diversificado, um plano museológico precisa ser desenvolvido. De qualquer forma, tais ponderações são meros palpites de quem está "de fora", e consideramos e confiamos que a universidade, internamente, deve ter seus próprios planejamentos de como melhor zelar pelo legado de Bi Moreira.

"*O dinheiro providencia tudo*" [Ecl. 10: 19], diz a Bíblia. Considerando que a UFLA, nos últimos tempos, transformou-se num grande canteiro de obras, torna-se um tanto paradoxal o fato de que o Museu Bi Moreira estivera aberto nos tempos de vacas magras, e fechado quando a torneira de dinheiro fora aberta. Os recursos são, na verdade, "contingências filosóficas", eles podem ou não estar disponíveis, tudo depende do senso de prioridade e grau de demanda de investimentos. Ainda que os mais "apaixonados" costumam formular proposições simplistas, penso que há respostas mais coerentes à situação.

Vejamos, os principais interesses declarados pelos gestores do Museu Bi Moreira nos últimos anos sempre salientam dois aspectos: centro de *memória institucional*, e foco na *História das Ciências e Tecnologias*. Os motivos desta política parecem coerentes ao *ethos* atual da universidade – uma das mais qualificadas do Brasil justamente nessas áreas. Paralelamente, vê-se que o rápido crescimento recente da universidade trouxe cérebros das mais diversas localidades. Hoje a maioria da comunidade acadêmica não é lavrense, tende a conviver apenas entre si, sendo lento o enraizar deste público em nossa terra. Isso também afeta o Museu, cujo acervo relativo à História de Lavras compõe, ao que tudo indica, a maior parcela do inventário museológico, o que o faz quase nunca ser priorizado, pois tem pouco apelo para quem é de fora.

Por outro lado, o apelo, para quem é nativo, é bem grande. Várias vozes de lavrenses ecoam a necessidade da reabertura do Museu que conheceram no passado. Parece que o impasse se dá porque os "uflanianos" querem um Museu Universitário, enquanto os lavrenses querem um Museu de Lavras.

Mas o Museu Bi Moreira é ambos!

Sendo assim, invariavelmente devemos perguntar como são as relações entre a universidade e a municipalidade. No que tange ao Museu e mesmo à Cultura, no passado, essas relações eram mais próximas e *horizontais* – por décadas, inclusive, o município cooperou com recursos próprios para seu funcionamento. Porém, por fatores diversos, no último decênio este intercâmbio "esfriou" – parte porque o orçamento universitário cresceu substancialmente, tornando, em tese, desnecessário o aporte municipal; parte porque, simultaneamente, Lavras viveu grave crise política, incluindo a destituição de um governo eleito, o que acarretou em gestões fragmentadas, "emperradas", incapazes de formular políticas públicas culturais de longo prazo.

Se não bastasse, ainda neste mesmo período, nossa sociedade civil, cuja voz deve inspirar e orientar ações, viu a perda de vários de seus expoentes no panorama cultural. Artistas, intelectuais e entusiastas, faleceram. Jornais fecharam. O mecenato foi desestimulado. Entidades cívico-culturais outrora relevantes se enfraqueceram ou se tornaram disfuncionais... enfim, um triste e gradual declínio! De certo, nossa sociedade e suas instituições devem reagir, se recompor, mirar nos objetivos mais altos, para, em conjunto dos órgãos púbicos, criar, executar e monitorar as políticas municipais de cultura e patrimônio cultural.

Sendo assim, os conselhos municipais, colegiados necessariamente plurais, técnicos, representativos, e em alguns casos, deliberativos, podem ser os fóruns por excelência para direcionar as políticas públicas e equilibrar as responsabilidades devidas a cada um. No caso do museu de Bi Moreira, este que seria o Museu Municipal de Lavras, criado em lei de 1969, fora encampado pela ESAL anos depois, muito por uma casualidade histórica, o que certamente garantiu a preservação deste acervo cultural pelas décadas seguintes, mas cujo acervo é majoritariamente relativo a Lavras. Uma política trilateral entre UFLA, poder público municipal e sociedade lavrense precisa ser retomada, sob risco de perdermos o que restou da memória histórica de nossa terra.

Concretamente, o Conselho do Patrimônio Cultural busca sensibilizar a atenção dos gestores públicos desta questão, e, na medida do possível, direcionando sua atenção à Hemeroteca Bi Moreira, como estratégia prioritária, pela urgência da preservação, factibilidade técnica, e benefícios permanente e amplo que sua proteção e difusão gerarão. Futuramente, por que não?, mais ações poderão ser desenvolvidas, como unificar os vários arquivos históricos supracitados num Centro de Documentação, ou a criação de um Sistema Municipal de Museus – medida, aliás, já prevista pela lei municipal n. 3.938, de 2013. Não por acaso, essa intenção já era idealizada pelo próprio Bi Moreira ainda na década de 1980, que sabia da vastidão e diversidade de sua coleção, e aventara a necessidade de se criar novos museus temáticos. Assim, como está nossa situação museológica? Abaixo, segue-se uma lista dos demais museus e coleções visitáveis que existem, existiram ou ainda estão em organização.

1. Museu de Mineralogia "John Wheelock". Criado em 1970 pelo prof. Alfredo Scheid Lopes (1937-2020), a partir do acervo do Gabinete de Mineralogia da ESAL, organizado pelo prof. John Wheelock (1898-1961). Foi considerado por Bi Moreira um dos mais completos de Minas Gerais, talvez o segundo, após a Escola de Minas de Ouro Preto. Encontra-se desativado atualmente.

2. Museu de História Natural da UFLA. Localizado no Pavilhão "Odilon Braga", no *campus* histórico da universidade, foi fundado em 1998 (de acordo com o *site* da PROEC-UFLA). Possui acervo de peças expositivas, painéis explicativos contando o passado da vida no planeta, animais taxidermizados, rochas e minerais e diversos itens de Paleontologia, Biologia, Entomologia, Mineralogia e Zoologia. É bastante utilizado e visitado pela comunidade acadêmica, por turistas e também por adultos e crianças de Lavras.

Figura 2: O Pavilhão "Odilon Braga", inaugurado em 1937, atualmente abriga o Museu de História Natural da Universidade Federal de Lavras [UFLA, 2015].

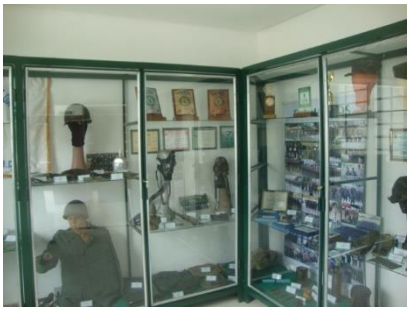
Figura 3: Casa do Ex-Aluno "Vanda Amâncio Bezerra Mendes (Dona Vandinha)" [Lavras 24 Horas, 2019].

3. Pró-memória do Instituto Presbiteriano Gammon. Em 1990, o diretor rev. Wilson de Souza Lopes organizou um primevo Pró-memória, com exposição de peças antigas em duas salas do Prédio "Guilhermina Gammon". Em 1996, na gestão do diretor rev. Wilson Emerick de Souza, o acervo foi ampliado e organizado no subsolo do Auditório "Lane-Morton", pela Associação Gammonense. Muitos colaboraram: Maria José Mazzochi, Abigail Braga Costa, Maria Eugênia "Biló" Romeiro, Maria Imaculada Carvalho, Renato Torres Libeck, e os irmãos Ângelo Alberto e Carlos Fernando de Moura Delphim, sendo liderados por Vanilda Amâncio Bezerra de Sequeira Costa. É hoje o principal museu visitável relativo à história de Lavras, zelado pelas simpáticas e dedicadas irmãs e ex-alunas, Vanda Bezerra Mendes e Vanilda. Nele, muitas pesquisas sobre a História da Educação e a História da Igreja Presbiteriana já foram realizadas, sendo também um ponto disponível para os lavrenses interessados em conhecer a história do município e do Gammon. Durante as solenidades do Sesquicentenário do Instituto, em 2019, na gestão do prof. dr. Alysson Massote Carvalho, o Pró-memória ganhou nova sede – a reconstruída "Casa do Ex-Aluno". Atualmente está sendo organizado para abrigar todo o acervo com mais beleza e conforto.

4. Museu Sacro de Lavras. Fundado em 13 de outubro de 1990, através de um entendimento verbal entre a paróquia de Sant'Ana, a prefeitura e ESAL, embora sem criação legal ou vinculação jurídica. Após 2008, quando os ofícios religiosos voltaram a ser celebrados no templo, o que restou do museu, além do seu próprio conjunto histórico e artístico, seriam dois armários com paramentos litúrgicos, imagens sacras, bíblias e missais antigos, entre outros itens. Espera-se que, quando o IPHAN restaurar a Igreja do Rosário, projeto de grande urgência e importância para Lavras, o Museu Sacro seja devidamente reorganizado e institucionalizado, inclusive para receber novos bens, como a famosa tela "*Verônica*", a imagem de Sant'Ana Mestra da antiga matriz de Lavras, entre outros.

Figura 4: Estantes com itens do Museu Sacro de Lavras [Geovani Németh-Torres, 2019].

5. Sala de Exposição TG 04/031. Criada em 1.º de novembro de 2013, esta sala de exposição permanente foi montada com a finalidade de divulgar a história do Exército Brasileiro e do Tiro de Guerra de Lavras. Inclui acervos de lavrenses veteranos da II Guerra Mundial.



Figuras 5 e 6: Sala de Exposição TG 04/031 [Exército Brasileiro, 2013].

6. Museu da Imagem e do Som de Lavras. Idealizado no setor de Cultura da prefeitura municipal, em 1997, para proteger a memória audiovisual e iconográfica de Lavras. Sua criação inclusive foi reconfirmada como ação estratégica para valorização do patrimônio histórico e cultural, segundo a lei municipal complementar n. 97, de 17 de abril de 2007. Do museu, propriamente dito, seu acervo de fitas VHS gravadas entre 1997 e 1999 fora inventariado somente em 2018, quando também passou por um processo de higienização para retirada de fungos. Das 67 entrevistas originalmente feitas com personalidades da terra, restaram nos arquivos da Casa da Cultura apenas 39. Recentemente, a TV Câmara de Lavras demonstrou algum interesse em digitalizar e exibir esse material histórico em sua programação, bem como produzir novos conteúdos, algo que ainda deve ser viabilizado. Em 2019, o acervo do MIS-Lavras foi ampliado com imagens digitalizadas e restauradas pelo prof. Renato Torres Libeck, além de fotografias em papel doadas por cidadãos. Estas imagens são muito requisitadas em exposições e por pesquisadores, contudo a materialização do museu enfrenta desafios técnicos para que possa ser plenamente usufruído pela população. Registra-se também que a UFLA possui um projeto de extensão para organização e digitalização do acervo iconográfico do Museu Bi Moreira, projeto que objetiva "fomentar a apropriação do patrimônio documental pela comunidade local e o público universitário"[81], conforme consta em seu memorial. Aparentemente este projeto foi interrompido, embora tenha a municipalidade ofertado apoio para continuá-lo, em tentativa de ação conjunta, uma vez que memorialistas lavrenses prestariam grande apoio na identificação de rostos, lugares e eventos capturados naquelas imagens históricas.

Figura 7: O acervo em VHS do Museu da Imagem e do Som de Lavras [Geovani Németh-Torres, 2018].

[81] UFLA, Comissão própria de avaliação. (2017). *Relatório de Autoavaliação Institucional Referente ao Ano de 2016: Segundo Relatório Parcial do Triênio 2015-2017*, 111.

7. Museu "Esther Carvalho Pereira" do Grupo Escolar de Lavras. Desde 1907, o prof. Firmino Costa, diretor do Grupo Escolar de Lavras – hoje uma escola estadual que leva seu nome, advogava a criação de museu neste educandário. Documentos atestam que certo museu escolar existia pelo menos desde 1915, e seria composto de itens utilizados nas aulas de conteúdos diversos. Além disso, fotos da década de 1960 sugerem a permanência de uma sala reservada ao Museu Escolar. Em 1994, o Museu Bi Moreira cedeu itens de seu acervo para a Escola Estadual Firmino Costa para que esta organizasse seu museu institucional, consolidado em 1999 como Museu "Esther Carvalho Pereira". Pelo menos até 2013, ele existia, e atualmente a Secretaria Municipal de Cultura tem incentivado a atual direção escolar para localizar e reorganizar o acervo deste museu. A estante de vidro já foi encontrada e recolocada no espaço original. Pois, como diz a máxima japonesa, "*um lugar para cada coisa; e cada coisa em seu lugar*".

Figura 8: Única foto conhecida do que era o Museu "Esther Carvalho Pereira" [Escola Estadual Firmino Costa, c. 2002].

8. Memorial "Francisco Ribeiro de Carvalho". Fundado em 20 de janeiro de 1986 pelo jornalista José Passos de Carvalho, preserva a memória de um ilustre benemérito lavrense, fundador da primeira Cruz Vermelha em Minas Gerais, em 1914, e também do Tiro de Guerra de Lavras, em 1916.

9. Pró-memória "Prof. Mário Siqueira" do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais. Organizado em abril de 1997 numa sala do Colégio Tiradentes pelo museólogo Ângelo Delphim, embora aparentemente sua existência fora efêmera.

14 Ocupação Aratu-Sapucaí nas áreas do atual município de Lavras, Minas Gerais

Gabriel Arriel Pedrozo[82], & M.e Lucas Pereira Rezende[83]

Resumo:

Este artigo discute a questão das ocupações de tradição ceramista Aratu-Sapucaí nas áreas abrangidas pelo município de Lavras e circunvizinhos. Para isso, apresenta uma síntese das atividades arqueológicas realizadas nas últimas décadas nos entornos do município, como também a última prospecção feita para a Prefeitura Municipal de Lavras, avaliando os sítios arqueológicos Fazenda Rio Grande I e II, Pedro Borges e Grupiara. Segue-se discussão e apresentação dos resultados com desinente avaliação envolvendo o levantamento e fortalecimento das hipóteses relacionadas a estas ocupações pré-coloniais nas áreas do município de Lavras.

Palavras-chave: Aratu-Sapucaí – Arqueologia – Lavras – Cerâmica Aratu-Sapucaí.

[82] Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pesquisador em Arqueologia Romana Provincial no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP) da Universidade de São Paulo (USP) e no Laboratório de Arqueologia das Técnicas e Etnoarqueologia (LART) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

[83] Graduação de Tecnologia em Alimentos pelo Instituto Federal de Minas Gerais, graduação de Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pelo Seminário Teológico José Manoel da Conceição. Mestre e doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor da Faculdade Teológica da Trindade em São Paulo (SP).

Considerações iniciais

As investigações arqueológicas no Estado de Minas Gerais, têm sido realizadas desde a primeira metade do Século XIX, com o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880; curiosamente, este era primo do filósofo Søren Kierkegaard). Lund atuou nas cercanias da cidade de Lagoa Santa, desempenhando suas atividades de pesquisa em diferentes áreas como: Paleontologia, Zoologia e Arqueologia [Barreto, 1999]. Destes anos oitocentistas até os dias atuais, diversas pesquisas arqueológicas acadêmicas e principalmente vinculadas a projetos de arqueologia preventiva, possibilitaram a maior compreensão da natureza do passado do território mineiro ao promover o levantamento de diversos sítios ameríndios.

Levantamentos arqueológicos nas áreas abrangidas pelo município de Lavras (MG) e circunvizinhos, apontaram para uma presença significativa de sítios filiados à tradição Aratu-Sapucaí. O entendimento destas ocupações é fundamental para termos um melhor panorama da dispersão desses grupos Jê (grupo indígena categorizado por aspectos linguísticos) sobre o Planalto Central, como também sobre o patrimônio e passado pré-colonial da referida localidade.

Neste artigo pretendo apresentar uma síntese da ocupação Aratu-Sapucaí na área do atual município de Lavras, tomando como base registros de levantamentos arqueológicos antecedentes, bem como recente prospecção realizada, e a partir dos mesmos apresentar uma discussão de seus contextos arqueológicos, atrelada a hipóteses a respeito dos mesmos.

A tradição Aratu-Sapucaí

Durante o governo civil-militar, foi realizado um grande projeto que contribuiu muito para Arqueologia Brasileira, o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), com vinculação norte-americana do Smithsonian Institution [Barreto, 1999]. O PRONAPA manteve suas atividades de 1965 a 1970, com suas pesquisas organizadas numa metodologia padronizada de levantamentos. O programa buscava explorar o máximo de sítios arqueológicos em cada região, com os seus materiais sendo organizados por métodos de seriação em categorias denominadas “tradições”, “fases” e “subfases” [Dias, 1995]. Foi neste contexto em que surge a tradição ceramista Aratu-Sapucaí, reconhecida como “uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolveram no tempo, partindo uns dos outros, e formando uma continuidade cronológica” [Souza, 1997: 124]. Tal tradição pode ser encontrada

significativamente nas regiões do Brasil Central e em alguns pontos do litoral brasileiro [Delforge, 2017].

"Estabelecer uma fase arqueológica significa reconhecer a repetição de determinados elementos (os tipos) em todo o contexto cultural, inclusive o ecológico, com sua variação espaço-temporal" [Seda *et al.*, 2011: 74]. No momento em que se tem uma fase reconhecida, torna-se possível comparar determinados traços da mesma, e se um conjunto de fases apresenta afinidades em aspectos de padrões de povoamento, tecnologia do material (nos aspectos gerais e particulares), maneiras de sepultamento e outras, tais fases podem ser agrupadas em tradições, e foi deste modo que as tradições Aratu, por exemplo, foram estabelecidas [Seda *et al.*, 2011].

Assim, relacionar um sítio arqueológico diretamente a uma tradição, como no presente caso, é sempre muito delicado e problemático. Entretanto, é uma tentativa importante, já que permite entender ou delinear de maneira mais clara a dinâmica cultural e os processos históricos da população que o sítio representa [*idem*].

A tradição Aratu foi descrita primeiramente pelo arqueólogo espanhol Valentin Calderón no relatório anual de 1968 do PRONAPA [Brochado *et al.*, 1968], na época ainda como uma fase na região litorânea da Bahia. De acordo com Calderón [1971] a tradição Aratu estaria presente também nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, chegando até aos limites da Amazônia.

Em 2007, o arqueólogo Ondemar Dias Júnior identificou a tradição Sapucaí, junto ao rio Grande, no sul de Minas Gerais. Sua pesquisa apontava para um possível contato dessa cultura com a tradição Tupiguarani, não apenas verificando a proximidade entre os sítios, mas também no aspecto da semelhança entre a cerâmica Sapucaí e Aratu. Assim a classificação veio a ser ampliada, englobando a grande tradição Aratu-Sapucaí [Dias Júnior, 2007].

A origem desses povos é proposta próxima ao litoral nordestino, provavelmente no Estado da Bahia, sendo eixo central para a tradição Aratu, seguindo de Sergipe até o Espírito Santo [Martin, 2013]. Supostamente quando alcançam o vale do rio São Francisco, se expandem no território seguindo pelo leito do rio, adentrando nos Estados de Goiás e Minas Gerais, onde, passando pelo Triângulo Mineiro, seguiram até a Zona da Mata Mineira. Atingem também a bacia dos rios Paranaíba e da Prata, em especial a bacia de drenagem dos rios Verde, Grande, Sapucaí e Araguari [Delforge, 2017].

As datas obtidas para a tradição Aratu no Nordeste rodeiam os 1000-1500 AP (Antes do Presente) ou mesmo 500-1000 AP. No Nordeste ocorre algo

interessante: as ocupações Aratu são anteriores a da tradição Tupiguarani. Isto sugere uma expulsão dos grupos humanos portadores da tradição Aratu, os quais são mais antigos do que os tupiguarani [Martin, 2013]. Devido ao fato de que as regiões estendem do Sul de Minas Gerais até as proximidades do Sergipe, os arqueólogos produziram uma enorme variedade de fases com a finalidade de encaixar as variações estilísticas encontradas ao longo dessa enorme região. Porém suas fases não são sustentadas por base em uma cronologia, apenas por meio dos atributos da cerâmica [*idem*].

Um aspecto interessante, é que pela as análises feita por Dias Júnior [2007], as datações feitas aos sítios Aratu-Sapucaí vão de 2000 a 1050 AP para uma fase chamada Mossâmedes na região do rio Araguari. Para a fase Jaraguá no sul de Minas as datações giram em torno de 885 AP. A cerâmica Aratu-Sapucaí se caracteriza por vasilhames piriformes e globulares de variados tamanhos, se destaca por haver grandes potes para armazenagem de líquidos e grãos, pequenas vasilhas geminadas, rodelas de fuso que atestam a ficção do algodão, cachimbos, urnas funerárias, além de pratos e tigelas [Henriques Júnior, 2006]. Os artefatos líticos polidos, como mãos de pilão e machados, sustentam a hipótese de uma economia baseada no cultivo do milho e da batata-doce em roças que exigiriam a derrubada da mata [Prous 1992; Schmitz, 1991].

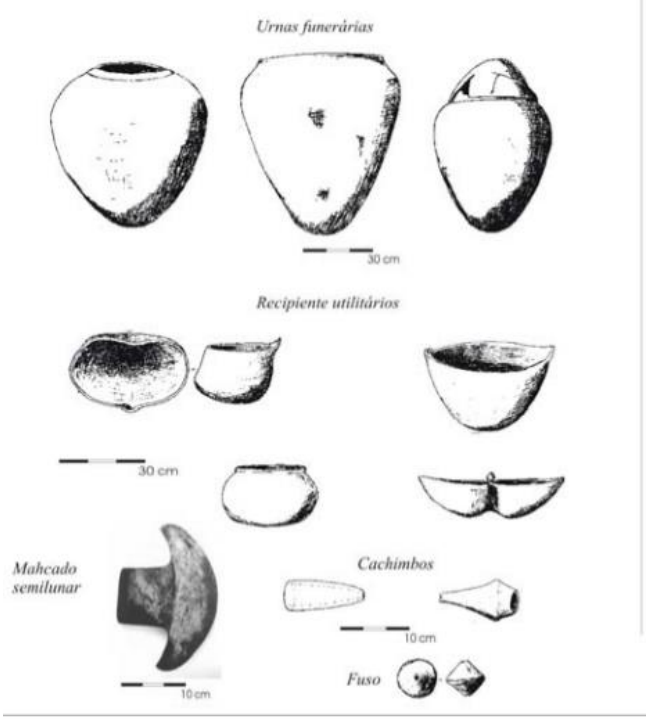


Figura 1: Tradição Aratu-Sapucaí [Henriques Júnior, 2006].

Duplicação da BR-381: Monte Alegre e Cacho de Ouro

Em 1992 foram iniciadas as obras de duplicação do trecho da BR-381 que liga os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Durante as obras foram encontrados dois sítios principais nas proximidades de Lavras, Monte Alegre e Cacho de Ouro, que foram identificados na fase de Estudo Impacto Ambiental (EIA), mas, apesar disso, foi registrado um aumento da degradação deles. No sítio arqueológico Monte Alegre, a avaria ocorrida foi tão significativa que foi constado a destruição parcial do sítio. Todavia, mesmo com certos desafios encontrados para realizar as atividades de mitigação previstas, foi possível realizar o salvamento de informações [Brandt Meio Ambiente, 2000].

A respeito do sítio Cacho de Ouro, mesmo distante das áreas de atividade da duplicação, foi realizado o Programa de Resgate Arqueológico, devido encontrar-se inúmeros testemunhos líticos e cerâmicos na superfície. Um outro aspecto relevante levado em consideração para efetuar a atividade, foi que o sítio Cacho de Ouro situava-se próximo do sítio Monte Alegre, com possibilidade de se tratar de um mesmo complexo cultural, possivelmente contemporâneos vistos às semelhanças entre os diversos componentes do sítio, especialmente o material cerâmico e lítico.

Observa-se que o material lítico encontrado no sítio Cacho de Ouro detêm uma grande amplitude de formas e principalmente pré-formas, em diversos estágios, que possibilita o entendimento da tecnologia de fabricação destas lâminas, e a reconstrução do processo tecnológico [*idem*].

Já em relação ao sítio Monte Alegre, mesmo que o resgate realizado tenha sido de maneira amostral, foi possível ter uma ideia do padrão tecnológico presente no referido horizonte de ocupação. Em certas áreas foi possível constatar que se tratava de uma zona de debitagem, e com prováveis estruturas habitacionais. Em um ponto com maior conservação, foi inclusive encontrado uma das unidades habitacionais com fogões, resíduos de fogueiras com suas camadas de carvões, negativos no solo de pequenas estacas, além de alguns conjuntos de fragmentos cerâmicos associados às estruturas [*idem*].

As amostras de fragmentos cerâmicos presentes em contextos mais preservados, foram submetidas à análise de termoluminescência e os resultados apontaram para uma confecção entre 700 a 800 A.P. Os sedimentos orgânicos que foram coletados no local também foram submetidos a análise de termoluminescência, contudo apresentaram uma data ainda mais recuada, de 5000 anos de idade, levantando a hipótese da existência de uma ocupação humana no local durante o Holoceno Médio (período geológico de referência).

No entanto, com exceção das tais amostras datadas, não foram encontrados outros indícios que apontassem e sustentassem a presença humana no local nessa data. De qualquer maneira, sabe-se que os níveis mais antigos sofreram perturbações pelas ocupações mais recentes. Mesmo não sabendo a etnicidade dos antigos habitantes onde hoje encontra esse trecho da BR-381, acredita-se que sejam oriundos dos grupos Macro-Jê [*idem*].

Represa do Funil

Devido a construção da represa, que alagou cerca de 40 km quadrados do município de Lavras, foram também realizados estudos de impacto ambiental durante os anos de 1991-1992, com levantamentos de sítios arqueológicos nas áreas afetadas pelo alagamento nos municípios de Lavras, Ijaci, Itumirim, Ibituruna, Bom Sucesso e Perdões. As atividades arqueológicas contribuíram para tecer um melhor panorama das ocupações ameríndias na região. Dos materiais encontrados no empreendimento arqueológico, se destaca machados, cerâmicas e cachimbos [Coelho, 2008].

Infelizmente, os sítios encontrados nas áreas que seriam afetadas pela construção da barragem, e a própria inundação das águas, foram significativamente atingidos. Também houve outros empreendimentos subsequentes que causaram avarias aos sítios, como a aberturas de estradas e movimentações de terra, chegando até mesmo à destruição de boa parte dos sítios [Coelho, & Pereira, 2010].

Panorama dos sítios e ocupações nas áreas do município de Lavras

Em setembro de 2019, por meio de um estágio na Secretaria Municipal de Cultura de Lavras, foi realizado o registro e a perícia do grau de integridade dos sítios, para o município. A análise foi efetuada por meio de prospecção, realizando um levantamento sistemático de superfície dos sítios, no qual foram registrados os graus de integridade, fatores de degradação, fotografias de materiais, fotografias panorâmicas, e fotografias do próprio sítio arqueológico, como também foram propostas medidas de conservação.

Os sítios foram registrados no IPHAN, como mostra o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA):

Município	Nome do Sítio	Código
Lavras	Lavras	MG00358
Lavras	Lázaro Azarias	MG00359
Lavras	Grupiara	MG01724
Lavras	Fazenda Rio Grande II	MG02236
Lavras	Pedro Borges	MG02237
Lavras	Fazenda Rio Grande I	MG02531
Carmo da Cachoeira	Sítio do Alcebíades	MG00386
Carmo da Cachoeira	Café do Sanatório	MG00387
Carmo da Cachoeira	Sítio do Lourenço	MG00388
Ijaci	Lorençoni	MG01505
Ijaci	Palmital	MG01506
Itumirim	Onofre Lima	MG01616
Nepomuceno	Sítio do Raposo	MG00678
Nepomuceno	Jaraguá I	MG00679
Nepomuceno	Jaraguá II	MG00680
Perdões	Fazenda Olhos d'Água	MG00712
Perdões	Carranca	MG00713
Perdões	Romão Fagundes	MG00714
Perdões	Sítio do Quietinho	MG00715
Ribeirão Vermelho	Cacho de Ouro	MG00744
Ribeirão Vermelho	Sítio do Açude	MG00745
Ribeirão Vermelho	Monte Alegre de Minas	MG00983

Figura 2: Sítios cadastrados na região do município de Lavras (MG) [IPHAN, 2012].

O sítio Fazenda Rio Grande I, possui sua localização numa crista de uma colina que adentra na represa. Apesar de não ter sido encontrado na prospecção realizada no ano de 2019, há relato de terem sido achados cachimbos e machados pelo proprietário da área.

O sítio Fazenda Rio Grande II, logo mais adiante, é localizado numa meia encosta, com o solo repleto de seixos e outros elementos rochosos (o que indica a possibilidade de haver tido a confecção de materiais líticos). Ao seu entorno também foi encontrado um antigo veio no solo tratando de estrada ou de antiga demarcação de divisa no terreno. Caso seja de fato uma antiga estrada, ela pode estar relacionada com o sítio, tendo em vista que diversas estradas utilizadas pelos sertanistas e mais tarde pelos tropeiros (principalmente a partir do Século XVIII) eram as antigas trilhas indígenas [Caldarelli, 2002].

Ambos os sítios estão localizados em pontos elevados na paisagem, uma vez desmatado a vegetação de seus entornos possibilitaria uma vista panorâmica mais ampla, o que abre caminho para estudos futuros de uma Arqueologia da paisagem desses sítios.

Infelizmente em ambos os sítios, se constata alto nível de avaria, estimando que menos de 25% esteja preservado no momento, fator que dificulta

também a possibilidade de estabelecer uma correlação entre eles, considerando um como extensão do outro, já que suas proporções no terreno estão afetadas.

Outro sítio gravemente atingido foi o Pedro Borges, que se encontra submerso, as avaliações anteriores indicam ser também portador da tradição Aratu-Sapucaí (ver Figura 2). A Arqueologia subaquática possibilita que ambientes como este não seja desconsiderado como um limite para a pesquisa, e o sítio Pedro Borges, localizado no fundo da represa, aguarda futuras investigações, as quais têm sido cada vez mais comuns no Brasil. Nos últimos anos, a Arqueologia subaquática se desenvolve principalmente em contextos marinhos e em naufrágios, mas tem sua presença em lagunas e rios, sendo uma importante ferramenta efetiva em revelar o patrimônio cultural submerso, quebrando a barreira das águas [Rambelli, 2009].

O sítio chamado de Grupiara, se localiza próximo ao rio Capivari. Seu nome deriva do tupi-guarani "curu-piara", que significa jazida de cascalho [Bueno, 1984]. É um sítio que possui alto nível de degradação, com a estimativa de integridade de menos de 25%. Em seus entornos e sobre o próprio sítio foram encontradas marcas de aragem, assim como indícios de atividade pecuária, uma triste realidade que tem atingido inúmeros sítios mineiros. O interessante a respeito do Grupiara, é que, mesmo tendo nome tupi-guarani, derivado do nome de um ribeirão próximo, sua cerâmica é vinculada à tradição Aratu-Sapucaí, sendo encontrados pelo autor, fragmentos cerâmicos com o característico engobo vermelho, intimamente ligado à tradição Aratu-Sapucaí.

O sítio abrange uma área significativamente mais ampla do que a dos anteriores, estendendo-se por área de pasto, aragem e margeia uma meia encosta com um riacho rodeado por uma pequena mata ciliar, na qual foram encontradas grandes quantidades de seixos e cascalhos (fazendo jus ao seu nome). Segundo a ficha do IPHAN [2012], neste local também foram encontrados materiais líticos polidos e lascados.

Os sítios arqueológicos da região de Lavras e circunvizinhança têm como característica a presença de cerâmicas filiadas à tradição Aratu-Sapucaí, e apenas um sítio aos arredores do município de Ijaci (MG), encontra-se classificado na tradição Tupiguarani (sítio Palmital – ver Figura 3).

Resultados e discussão

Ter a presença de um assentamento tupiguarani numa região repleta de registros Aratu, é um padrão que se tem repetido em diversas localidades, e a região de Lavras não é exceção. Isto permite supor a existência de alianças entre

grupos, visto que a presença Tupi não é massiva, mas esparsa. Neste caso, essas alianças poderiam estar ligadas às trocas de casamentos, onde as mulheres do grupo Tupi estariam contraindo matrimônio com homens do grupo Aratu, prática esta, comum em grupos Jê do Brasil, consolidando elos entres essas sociedades [Soares, 2012]. Contudo, há exemplo de sítios tupiguarani "puros" que foram encontrados na bacia do rio Claro (Goiás) com datas de períodos mais recentes do que os Aratu, e foi levantada a hipótese de que os tupiguaranis estavam num processo de domínio da região e empurravam a tradição Aratu para outras áreas [Schmitz *et al.*, 1982]. Mesmo com esse dado sobre os tupiguaranis em Goiás, as operações militares dos ameríndios, de um modo geral, não costumavam serem feitas para anexação de terras ou para matar o inimigo, eram realizadas para prover a tribo de prisioneiros, cujo ritual de sacrifício destes, seguido pelo consumo da carne, era tido como necessário para a continuidade da sociedade, sabe-se no entanto, que rituais antropofágicos não deixam muitos além dos poucos ossos quebrados e queimados [Prous, 2006], deixando em aberto essa questão para futuras pesquisas mais aprofundadas.

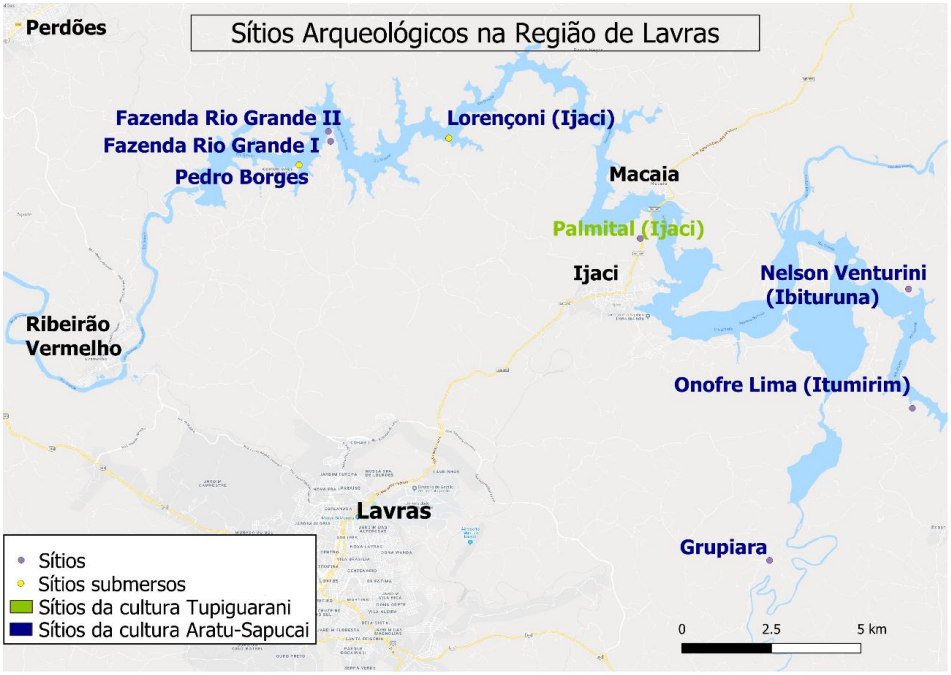


Figura 3: Sítios Arqueológicos na Região do Município de Lavras (MG) [Gabriel Arriel Pedrozo, 2019].
.

Além da repetição desse padrão de outras localidades, sítios como Fazenda Rio Grande I, II e Pedro Borges encontram-se situados em regiões elevadas, próximo ao curso d'água (no caso, o rio Grande), e Grupiara nas proximidades do Capivari ao lado de um riacho homônimo. Características estas muito comuns a sítios da Aratu-Sapucaí como aponta Delforge [2017], que sempre estavam próximos a matas de galeria a fim de um melhor aproveitamento dos recursos [Soares, 2012].

Há uma necessidade de um panorama mais completo da fauna e da flora que existia na época. Tais informações seriam bastante significativas para o melhor entendimento das relações humanas e o meio ambiente, realizando uma análise dentro do campo da Ecologia Humana. Um dos seus maiores expoentes desse campo foi o antropólogo Julian Steward em sua Ecologia Cultural, na qual expressa o entendimento de que o entorno natural influencia no cultural, isto é, as condições ambientais e as estratégias de subsistência modificam os arranjos da organização social. Tais pressupostos de Steward encontram aplicados no Brasil por Morán [1990]:

> "A coleta de certos frutos que amadurecem em uma dada época do ano leva a população a certos arranjos organizacionais que permitem a exploração adequada de tal fonte de alimentos. Isto pode implicar em dispersão populacional em grupos organizados com base em mitos, rituais, parentesco, etc. Tal exploração pode tornar necessárias relações de intercâmbio econômico com outras populações em função da concentração irregular de tais frutos na região em questão" [Morán, 1990: 59].

Esta análise, uma vez desenvolvida, possibilita um entendimento da forma de vida e subsistência da população estudada. Por exemplo, ao cruzar dados ambientais com suposições a respeito do comportamento cultural destes grupos, torna-se possível a elaboração de um sistema como este abaixo:

Figura 4: Sistema que cruza dados ambientais com suposições de comportamento cultural [Soares, 2012].

Figura 5: Sistema que cruza dados ambientais com suposições de comportamento cultural I [Soares, 2012].

Para qualquer sociedade o clima e as condições ambientais são de suma importância, sendo fator de influência àqueles que tiram da natureza sua subsistência. Segundo Altair Barbosa [1995], os primeiros aldeões conhecidos no Brasil foram justamente os da tradição Aratu-Sapucaí. As áreas mais férteis de seus domínios se estendem nas florestas do Mato Grosso e de Goiás, onde puderam instalar uma economia fortemente dependente de cultivos, mas provavelmente sem dispensar a exploração dos frutos do cerrado, da caça e da pesca. Suas aldeias tinham a característica de serem populosas e podiam permanecer por muito tempo no mesmo lugar e, quando necessário, deslocar-se para outra cercania, pois as terras férteis encontravam sobre seus domínios. Vale destacar além desses detalhes, que o sistema de cultivo era baseado no plantio de tubérculos e provavelmente de milho, o que segundo a autora, pôde resistir ao avanço dos grupos mandioqueiros da tradição Uru e da Tupiguarani.

Não temos indícios que os sítios de Lavras enquadravam perfeitamente com o quadro acima citado, de Mato Grosso e Goiás. Contudo, Németh-Torres [2018: 16] aponta que em 1601 EC, em uma expedição liderada por André de Leão, o holandês Willen Joosten ten Glimmer descrevendo o itinerário da viagem, fez um registro que foi publicado na obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) de Piso e Marggraf. Glimmer afirma: “em toda aquela jornada que até aqui descrevemos, nenhum terreno cultivado avistamos, não encontramos vivalma, unicamente aqui e ali algumas ruínas de aldeias, nada de víveres, a não ser a grama e alguns frutos silvestres”.

E continua:

> “Observamos, contudo, algumas vezes a fumaça que se levantava, visto que por estes sertões vagueavam alguns bárbaros, com suas mulheres e filhos, sem habitação fixa, comendo do que encontram, sem nenhuma preocupação de cultura. Finalmente, junto deste último rio, demos com uma aldeia de indígenas, e abundância de mantimentos, coisa muito a propósito, visto que estava acabando o que conosco havíamos trazido, e já algumas vezes fôramos obrigados a matar a fome com frutos silvestres ou ervas do campo. Demorando-nos ali quase um mês inteiro (...).”

E mais adiante, por questões de viveres (suprimentos) e a vigilância dos índios de uma suposta poderosa aldeia hostil, os exploradores acabam retornando pelo mesmo caminho, passam na amistosa aldeia onde hospedaram e rumam para sul, de volta para São Paulo [Németh-Torres, 2018]. Barreiros [1979] considera que essa aldeia em que hospedaram seja aos arredores de Ibituruna, e tendo isso em mente, Németh-Torres [2018] levanta a possível relação a respeito dessa aldeia com os sítios aos entornos da Hidrelétrica do

Funil, dado que Ibituruna encontra se encontra apenas a 30 km de distância deste ponto.

Essa hipótese de que os sítios da redondeza de Lavras estejam relacionados diretamente com a tal aldeia que hospedou Glimmer, possui mais um fator que a sustente, o fato de que as aldeias dos Aratu-Sapucaí eram bastante consolidadas estruturalmente como descrito por Barbosa [1995], e tal fato vai de encontro com o relato do holandês de "junto deste último rio" – padrão de aldeias Aratu-Sapucaí, estarem próximas a matas ciliares e cursos d'água [Soares, 2012] – "demos com uma aldeia de indígenas, e abundância de mantimentos" – as aldeias populosas dominadoras de terras férteis [Barbosa, 1995]. Ou seja, os traços em que Glimmer aponta, são comumente encontrados nos grupos humanos em que os da redondeza fazem parte.

Outra hipótese que Németh-Torres [2018] traz à tona, é a possibilidade que essa povoação em que a expedição de André de Leão foi hospedada, fora levada para São Paulo. O que toca em mais uma vez, no mesmo traço que os grupos portadores da tradição ceramista Aratu-Sapucaí possuíam uma significativa população frente aos seus circunvizinhos de seu tempo [Barbosa, 1995].

Considerações finais

A tradição ceramista Aratu-Sapucaí tem sido pesquisada e identificada em diversas porções do Brasil Central. O entendimento das ocupações Jês no município e arredores, quanto no Estado de Minas Gerais, são fundamentais para a compressão das rotas de dispersão desses grupos humanos, como também sobre eles próprios.

A pesquisa apresentada neste trabalho sobre a ocupação Aratu-Sapucaí nas áreas do município de Lavras, demonstra um aspecto da história da região que precisa ser valorizado e protegido. Os sítios arqueológicos Fazenda Rio Grande I e II, Pedro Borges, Grupiara, apesentaram graus elevados de destruição, que precede qualquer trabalho técnico de escavação, ou de estabelecimento de suas cronologias, estratigrafias e tantos outros importantes estudos a serem realizados com o objetivo de levantamento de seus artefatos, que atualmente permanecem escondidos sob a terra. Por meio das prospecções e levantamentos sistemáticos de superfície aqui apresentados foi possível apontar os potenciais arqueológicos desses sítios.

A continuação dos levantamentos e atividades de pesquisa arqueológica no município é um tópico central e de grande necessidade, já que tão poucos

estudos foram feitos a respeito do passado pré-colonial das áreas do município de Lavras. Existe muitas questões ainda sem respostas claras:

1) Quais os tipos de contato interétnicos, tendo em vista a presença tupiguarani na redondeza?

2) Quais os tipos de troca cultural que ocorreram?

3) Quais as cronologias apresentam os sítios?

4) Como se deu o período de contato na região?

5) Há relação desses sítios com outros grupos de matriz Jê mais distantes? Se há, onde se enquadram eles dentro das hipóteses de formação das línguas proto-Jê meridional no sudeste de Minas Gerais e nordeste de São Paulo, como foi apontado pelos modelos linguísticos [Urban, 1992] e [Brochado, 1984]?

6) Como era as suas interações com o bioma local? Qual o impacto ambiental que esses grupos humanos desempenharam na região, ainda mais tendo em vista o remanejo de araucárias por grupos Jês no sul e sudeste?

7) Quais eram as paisagens desses sítios?

8) Há possibilidade de identificarem fronteiras políticas desses grupos através de sua materialização na paisagem?

9) Há relação dos sítios com as possíveis trilhas (hoje estradas)?

Como visto, são muitas questões que ainda não possuem resposta. Grande parte da nossa história pré-colonial do município ainda estão para serem descobertas. São jazidas de um patrimônio cultural inexplorado até então.

Referências

Barbosa, A. S. (1995). Pilgrims of the Cerrado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, *5*, 159-193.

Barreto, C. (1999). A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, *44*, 32-51.

Brandt Meio Ambiente. (2000). *Resgate Arqueológico dos Sítios Arqueológicos Monte Alegre e Cacho de Ouro. Ribeirão Vermelho (MG). Projeto Duplicação da BR 381*.

Brochado, J. P., Calderón, V., Chmyz, I., Dias Júnior, O. F., Evans, C., Maranca, S., Meggers, B. J., Nasser, N. A. S., Perota, C., Piazza, S. W. F., Rauth, J. W., &

Simões, M. F. (1968) Arqueologia Brasileira em 1968: Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas*, *12*, 1-39.

Brochado, J. P. (1984). *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. (Tese de Doutorado). University of Illinois.

Bueno, S. (1984). *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 3.ª ed., São Paulo. Brasilivros, 124.

Caldareli, S. B. (2001-2002). A arqueologia do interior paulista evidências por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, *14/15*, 29-55.

Coelho, S. J. (2008). *Transformações na paisagem decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica do Funil-UHE-Funil e o impacto no município de Ijaci (MG)*, 36-42. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Lavras.

Coelho, S. J., & Pereira, J. A. A. (2010). A paisagem na área de influência da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE-FUNIL), percebida através do EIA-RIMA. *Paisagem e Ambiente*, *28*, 133-148.

Delforge, A. H. (2017). *O sítio arqueológico Cerâmico Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucaí*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

Dias, A. S. (1995). Um projeto para a arqueologia brasileira. Breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná*, *22*, 25-39.

Dias Júnior, O. F. (2007). Ocupação do território de Minas Gerais: grupos de horticultores ceramistas. In: Oliveira, A. P. L. (Org.). *Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar / MAEA.

Henriques Júnior, G. (2006). *Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco. Um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo.

Martin, G. (2013). *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 5.ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 450.

Morán, E. F. (1990). *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

Prous, A. (1992). O carste e a arqueologia. In *Congresso da Associação Brasileira do Quaternário (ABEQUA)* (Vol. 3), 330-341.

Prous, A. (2006). *O Brasil antes dos brasileiros. A pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 78-79.

Rambelli, G. (2009). A arqueologia subaquática no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, *8*, 53-62.

Schmitz, P. I., Wüst, I., Copè, S. M., & Thies, U. M. (1982). Arqueologia do Centro-Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, *33*.

Schmitz, P. I. (1991). Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, *1*, 3-20.

Seda, P. R. G., Machado, C. L., Sene, G. M., & Silva, L. D. P. R. (2011). Do cerrado ao mar: a Tradição Una no litoral do Espírito Santo. *Maracanan*, *7*(7), 55-82.

Soares, J. (2012). *Discutindo a Tradição Aratu: O sítio cerâmico GO-RV-06 e novas contribuições*, 36-104. (Dissertação de mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Souza, A. M. (1997). Dicionário de arqueologia. Rio de Janeiro: Adesa.

Urban, G. (1992). A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Cunha, M C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 87-102.

15 Bueno da Fonseca e a capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande [84]

Prof.ª Maria Terezinha de Resende[85]

Resumo:

Lavras do Funil do Rio Grande ou simplesmente Lavras, antes uma grande extensão territorial abrangia o que hoje são alguns municípios. Itumirim é um deles, que para contar bem sua história, sua origem, é preciso passar por esta sua fase embrionária. Este grande território só o tempo e os fatos o desmembraram. O presente artigo contém três capítulos do livro "*De Rosário de Lavras, Vila Coruja e Estação Francisco Sales a Itumirim*", os quais podem nos contar um pouco sobre as sesmarias dos Bueno da Fonseca, Rosário Velho e Rosário, também sobre a capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande.

Palavras-chave: Bandeirantismo – Minas Gerais – Itumirim – Lavras – Rosário do Rio Grande.

[84] Publicado em Resende, M. T. (2017). *De Rosário de Lavras, Vila Coruja e Estação Francisco Sales a Itumirim*. Itumirim (MG): Maria Terezinha de Resende.

[85] Maria Terezinha de Resende (1949-2020), natural de Itumirim, cursou Letras, Administração Escolar e Supervisão. Atuou na Educação como Professora, Supervisora e Administradora Escolar. Dedicou-se às pesquisas genealógicas e históricas de nossa região.
(Nota do editor: Com pesar, registramos o falecimento de nossa colega em 13 de junho de 2020, pouco antes da publicação deste revista. Nossos sentimentos à família).

Os Bueno da Fonseca e as sesmarias de 1737 e 1753

Francisco Bueno da Fonseca se distinguiu no Rio das Mortes, em 1709, quando participou da Guerra dos Emboabas, guerra esta que se deu entre paulistas e portugueses (reinóis) denominados emboabas pelos indígenas que viam semelhanças desses portugueses com botas de cano alto, às aves do mesmo nome que têm penas até os dedos. Aliados aos portugueses estavam os baianos. A guerra teve, a princípio, a disputa de posse das minas, o monopólio dos gêneros indispensáveis à vida nas minas, a especulação e o contrabando com todos os artigos de primeira necessidade, promovidos pelos portugueses e baianos.

Nessa disputa, uns acusavam aos outros de obter vantagens na distribuição e exploração das minas. As disputas evoluíram para o confronto armado, no qual paulistas e reinóis tentaram, por meio das armas, obter privilégios na exploração do ouro.

Dominada a disputa, para pacificar e melhor administrar a região, foi criada, em 3 de novembro de 1709, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, desligando, assim, qualquer dependência com o Rio de Janeiro.

Voltando à Parnaíba, onde foi morador por muitos anos, Francisco Bueno da Fonseca foi cabeça da expulsão do desembargador Antônio da Cunha Souto Maior da vila de São Paulo, onde se achava. Tal fato ocorreu em 28 de outubro de 1712. Antônio da Cunha Souto Maior tinha, como missão, organizar uma devassa em São Paulo sobre os atentados cometidos pelo paulista Bartolomeu Fernandes de Faria; sobre a ocorrência de moeda falsa, tendo sido Francisco Jorge da Silva apontado como o chefe dos moedeiros que estavam praticando o crime; e sobre o desvio do quinto de ouro. Como Francisco Bueno da Fonseca era grande potentado em Parnaíba e parente de Francisco Jorge e irmão de Manoel Bueno da Fonseca, entendeu não mais consentir no terror que o sindicante vinha espalhando nas duas vilas, motivo pelo qual expulsou, sumariamente, à força de armas, o desembargador Antônio da Cunha Souto Maior, que tinha ainda contra si outras acusações.

Antônio da Cunha refugiou-se, no Rio de Janeiro, depois Bahia e Lisboa para denunciar a violência contra ele praticada.

Em decorrência desses fatos, Francisco Bueno da Fonseca, para não ser preso, veio refugiar-se nas minas de ouro, passando para o sítio Voturuna (Ibituruna), no rio das Mortes, região que já conhecia pela participação na Guerra dos Emboabas, aí se estabelecendo.

É sabido que, em 1717, Francisco Bueno da Fonseca estava explorando no rio Verde, conforme ata da guardamoria de Carrancas, do guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca.

As minas do rio Verde eram clandestinas e era onde João de Toledo Piza também minerava.

João de Toledo Piza tinha sesmaria no rio Grande, freguesia de Carrancas com petição datada de 10 de maio de 1718.

Em razão da movimentação desses desbravadores, há sim, a possibilidade de Francisco Bueno da Fonseca ter convivido com essas duas realidades, assim como João Toledo Piza, a do rio Grande e do rio Verde.

Eram as minas do rio Verde clandestinas e foram descaminhos, até 1737, quando chegou o ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Cipriano José da Rocha, por ordem do governador interino das Minas Gerais, Martinho de Mendonça Pina e Proença.

Nesse mesmo ano de 1737, Diogo Bueno da Fonseca, seu pai Francisco Bueno da Fonseca e irmãos puderam também fazer petição de sesmaria, depois de mais de 30 anos vivendo aqui nestes sertões.

As cartas de sesmarias que norteiam e comprovam dados históricos que nos são importantes, são as cartas das sesmarias de 1737 e de 1753, cedidas aos Bueno da Fonseca e outros.

Especialmente, nos interessa a carta de sesmaria de 1737, pois determina, precisamente, o território do Rosário. Os sesmeiros alegam que tinham posses há mais de 7 anos, o que se pode dizer com isso, que já estariam por aqui pelo de ano de 1728 o que é, na realidade o ano da conquista e do início da povoação desse território. Após deixarem o Rosário da margem direita do rio Grande, apossaram-se de terras da margem esquerda, onde pediram sesmarias.

"...os suplicantes se achavam com grande número de negros, sem terras, nem florestas que pudessem ocupar para utilizarem... e porque tinham posses e feitorias há mais de sete anos no funil do rio Grande, comarca do Rio das Mortes, queriam por sesmaria as terras e também as matas que compreendem o dito funil do rio Grande, correndo rio abaixo até onde começa morro do mesmo rio e, neste, em pouca distância, faz barra com ribeirão das Faisqueiras, que serão três léguas de comprido, desde o referido funil até a barra do ribeirão e de testada até o campo que será uma légua e meia".

Traduzindo esse território para os dias de hoje:

Ribeirão da Faisqueira fica próximo à fazenda da Limeira, e que iam até onde estavam (Rosário) até a Limeira, abrangendo as localidades Fonseca, Grupiara, Recreio, ...

A carta de sesmaria, de 1753, é uma ampliação da carta de 1737. A petição agora é feita por Diogo Bueno da Fonseca, não somente para garantir a posse dos sesmeiros da carta de 1737, como para garantir também a posse dos vizinhos que chegaram algum tempo depois. Essa ampliação se diz, especificamente, ao território que hoje é Lavras. O início se deu mesmo no Rosário, onde centraliza-se a carta de sesmaria de 1737. A ampliação se intensificou em direção ao rio Grande abaixo e também de leste para oeste.

As cartas de sesmarias e os atestados de óbitos aqui transcritos são documentos que nos dão certezas dos pioneiros desbravadores de nossa terra. Traz-nos conhecimentos dos lugares, dos nomes de rios e serras, localizações e, assim, fica mais fácil afirmar fatos e datas, e tê-las como ponto de partida para o conhecimento de nossa história.

No atestado de óbito do capitão Francisco Bueno da Fonseca, falecido em 2 de abril de 1752, vimos que ele fora sepultado dentro de sua capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande, da qual era administrador, filial da matriz de São João del-Rei. Já, no atestado de óbito de seu filho, capitão-mor Diogo Bueno da Fonseca, falecido em 12 de dezembro de 1799, observamos que ele fora sepultado na mesma capela do Rosário e que, nessa data, já pertencia à matriz de Sant'Ana de Lavras.

A capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande fora erguida em terras particulares do capitão-mor Francisco Bueno da Fonseca, sendo, portanto, mantida por ele, como toda capela particular, que ficava a cargo de seus proprietários e sustentavam seus cultos.

Rosário de Lavras, teve seus fundamentos, sua origem na referida capela que data de 1730 (data que aparece nos históricos de Itumirim) e a denominação toponímica "Rosário" foi dada por ele, proprietário e patriarca Francisco Bueno da Fonseca.

A grande sesmaria de 1737, ampliada pela carta de 1753 a pedido do guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca, nos mostra a extensão territorial da mesma e a intenção que tiveram ao povoar esses sertões.

Descobriram eles, que além da exploração das minas, a grande riqueza estava nas boas terras férteis, que poderiam cultivá-las, desenvolvendo a agricultura e a pecuária. Aí se fixaram e povoaram o sertão do rio Grande e rio Capivari abaixo até sua foz.

Eram cheios de energia e não fugiram à luta para cultivar a terra e explorar as matas. Matas estas com grande variedade de madeiras de lei, que usavam para construções diversas. Aqui encontraram: pau-brasil, candeia, pau-ferro, cedro, ipê, maçaranduba, canela, jacarandá, jambo, óleo, amoreira,

pereira, jatobá, peroba, (três qualidades) barata, vinhático, peito de pomba, aroeira, sucupira, guatambu, pedro gonçalves, cangerana, jacaré, pinho, e muitas outras.

Para todas as construções, desde então, extraiam madeiras das fechadas matas, assim como o barro próprio e o calcário que estavam em vários pontos da sesmaria. Na carta de sesmaria de 1753, descrevem as regiões como tendo muitas matas dispersas entre campos incapazes de cultura, os quais, mais tarde, foram utilizados para pastagens.

Os novos donos dessas terras que aqui foram ficando e, por consequência, as receberam como heranças e outros, que mais tarde foram adquirindo, fizeram dos sertões do rio Grande e Capivari abaixo uma região povoada, com terras cultivadas e pecuária desenvolvida. Produziram cana-de-açúcar, cereais, fumo e, posteriormente, café. Todas as sedes de fazendas tinham seus engenhos de cana e produziam açúcar e seus derivados (melado, rapadura e cachaça).

No Museu Regional de São João del-Rei, encontram-se inventários que fazem referências às terras localizadas em nosso município e seus respectivos donos, e os mais antigos são de Antônio Duarte de Abreu, feito em 1797 que se intitula, "Paragem do Ribeirão do Macuco" – aplicação da capela Nossa Senhora do Rosário – freguesia de Lavras do Funil – termo da vila de São João del-Rei.

– Inventário da Fazenda dos Serranos de Ana Dias e Tomé José Dias da Capela de Nossa Senhora do Rosário – freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil em 1814. Nesse inventário, há uma anotação feita em 1806, que cita o mesmo como devedor de Salvador Jorge Bueno, um dos sesmeiros das Cartas de 1737 e 1753. Há também um recibo assinado pelo padre vigário João Francisco da Cunha, em 19 de setembro de 1814 pelo funeral de Ana Maria Dias. Nessa mesma data, consta que Ana Maria Dias ficou devendo à fábrica[86] dessa matriz a quantia de 5$400, despesas que teve com o falecimento de seu marido, seus filhos Maria e Joaquim, por dois netos e pela mesma falecida. O fabriqueiro[87] a que se refere sua dívida é Tomé Inácio Botelho.

[86] Fábrica: Receita rendimentos de uma igreja; administração ou aplicação destes rendimentos.
[87] Fabriqueiro: Cobrador, administrador dos rendimentos de uma igreja.

Rosário Velho e Rosário

> "Mais ou menos em 1720, aportou às margens do rio Grande, no município de São João del-Rei, uma bandeira paulista. Eram seus chefes: o mais velho, o capitão Francisco Luiz Bueno da Fonseca, seus filhos, os capitães Manoel Francisco Xavier Bueno, Pascoal Leite Pais, Salvador Jorge Bueno, o capitão-mor Diogo Bueno da Fonseca e um seu parente, o capitão de cavalos, Pedro da Silva Miranda, seus escravos e mais gente. Deram o nome de Nossa Senhora da Conceição do Rosário da Cachoeira do Rio Grande, erigiram a capela com esse nome, deram amanho as terras para seu sustento. Começaram a extrair o ouro precioso das entranhas da terra, a povoar e desbravar esse sertão" ...

Assim, Ari Florenzano, na 9.ª parte do *Anuário de Genealogia Paulistana*, quando se refere aos Bueno da Fonseca e à formação histórica de Lavras escreveu:

> "O capitão Francisco Bueno da Fonseca foi administrador da capela enquanto viveu e com seu falecimento tanto a capela como a fazenda vieram a desaparecer. Hoje, só restam as pedras dos alicerces que jazem cobertas pelas ervas daninhas e povoados por cascavéis. Com o falecimento do capitão Francisco, seus filhos já residiam do outro lado do rio, fundaram a capela de Nossa Senhora dos Serranos onde criou-se o arraial com esse nome, mais tarde, sede do extinto Rosário, hoje distrito de Itumirim, do município de Lavras, sendo um povoado abandonado".

Ao se referir ao Rosário, com certeza falava do qual conhecemos hoje como Rosário Velho, que se localizava à margem direita do rio Grande, próximo ao também conhecido como ribeirão do Rosário Velho. Era para essa região entre o rio Grande e o rio das Mortes que muitos desbravadores paulistas permaneciam, por algum tempo.

Rosário, que deu origem à região conhecida como Lavras do Funil, é o que hoje ainda existe à margem esquerda do rio Grande, cuja capela resistiu até os anos de 1960.

Capitão Francisco Bueno da Fonseca e demais chefes aí citados, são os mesmos que pediram sesmarias em 1737, à margem esquerda do rio Grande. Sabe-se que eles estavam sempre em movimento, desbravando e descobrindo sertões do rio Grande e Capivari, indo até o rio Verde, exploravam também terras minerais. Apossaram-se das terras, cultivaram-nas e ficaram com suas famílias.

A denominação à capela da margem esquerda do rio Grande de Nossa Senhora do Rosário dos Serranos, foi para se distinguir da outra localizada à margem direita, pois ambas coexistiram por algum tempo.

Sabemos que, a da margem esquerda, onde os Bueno da Fonseca e outros requereram sesmarias, foi denominada capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande. A fazenda dos Serranos tinha sua divisa defronte à referida capela e por esse motivo, foi assim chamada enquanto coexistiram as duas capelas, a da margem direita e a da margem esquerda.

Essa capela, à margem esquerda do rio Grande foi administrada por Francisco Bueno da Fonseca, até a sua morte em 1752 e aí foi sepultado. Era possível ver sua lápide até 1963, quando a referida capela fora desmanchada para, em seu lugar, construir a capela atual.

Figura 1: Mapa do distrito de Rosário, em 1898. Note, à margem direita do rio Grande, o ribeirão do Rosário Velho, bem defronte ao Rosário da margem esquerda do mesmo rio [Carta Topográfica da cidade de Lavras, 1898. Álvaro da Silveira (1867-1945). Arquivo Público Mineiro].

No inventário aberto em 1816 de Isabel Buena de Morais, falecida em 22 de setembro de 1814, solteira, filha do capitão-mor Diogo Bueno da Fonseca e d.ª Joana Batista de Macedo é possível ler a seguinte declaração:

"Declaro que sou filha legítima do capitão guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca e de dona Joana Batista de Macedo, já falecidos, e sou natural e batizada na capela do Rosário, a velha, da freguesia de São João del-Rei".

Isabel Buena de Morais, nasceu em 1740, conforme inventário de sua mãe, Joana Batista Buena de Macedo, feito na paragem do Capivari da freguesia das Lavras do Funil do termo da vila de São João del-Rei, comarca do Rio das Mortes, datado do ano de 1789.

Em 1740, estava, portanto, ainda de pé a capela do Rosário Velho e frequentada, o que nos comprova que por algum tempo coexistiram as duas capelas, e, por isso, se referiam a ela, capela da margem direita, como capela do Rosário Velho.

Nos inventários de Isabel Buena (1816) e de sua mãe Joana Batista (1789) constam entre outros bens, terras minerais, na Grandeza, Capivari, cento e vinte datas de terras minerais na geral do rio das Mortes da aplicação de Ibituruna, das quais em sociedade... outras cinquenta datas de terras minerais no ribeirão do Funil, também em sociedade... outras cento e oitenta datas de terras minerais nas ilhas de Francisco Bicudo dessa freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil... correndo rio Grande acima até a barra do ribeirão Jaguara em sociedade...

Fica assim confirmado, que a exploração das minas era o grande interesse dos Bueno, não só da margem esquerda, mas que continuaram as explorações entre o rio Grande e o rio das Mortes para onde vieram primeiro.

"Rosário Velho, já era conhecido assim, na segunda metade dos anos setecentos. É para lá, que foram os primeiros aventureiros, que chegaram a partir de 1723. Era uma extensão de terra entre o rio Grande e o rio das Mortes".

Em vários trechos do rio Grande havia travessia para a margem direita, quando chegavam aqui os aventureiros. A mais conhecida era a balsa do Macaia. Maria das Graças Mourão registrou em suas pesquisas um texto que cita: "José (Lara) Pompeu Taques firmou contrato de uso do Porto do Macaia em 18 de abril de 1701 e que funcionou até 1714 no Macaia, quando os Bueno da Fonseca receberam esse direito com a morte de José Lara Pompeu Taques, na Guerra dos Emboabas. Daí se fazia passagem para o rio das Mortes que está muito próximo".

Outra travessia, no rio Grande, citada por Maria das Graças Mourão, em suas referências, como passagens do Funil nos séculos XVIII, XIX e XX é a Ponte Nova.

Em 1760, era conhecida como Ponte Nova, a travessia do rio Grande. Providenciou-se, nesse ano, uma ponte arrojada com madeiramento novo e a denominação de "Porto da Ponte Nova" e se tornou conhecida.

Sessenta anos depois, o viajante francês Saint-Hillaire registrou. ''...atravessava esse rio por uma ponte muito malconservada... na qual a ausência da um parapeito tornava-a muito perigosa para os animais de carga... o pedágio ali é arrendado como ocorre em geral nas pontes da província de Minas Gerais. São Cobrados 80 réis por pessoa e por animal." Registrou também a aferição das cargas na ponte. Cobravam-se 4 vinténs por pessoa e meia pataca por cavalo com ou sem carga e para cada boi. Cargas dobradas pagava-se 2 vinténs (RAPM).

Ao registrar, já na França, suas viagens ao rio Grande – 1819 – Saint-Hillaire chamou de cidade a Ponte Nova, justamente por esta se encontrar em Lavras do Funil, e não se referia ao povoado de Santo Antônio da Ponte Nova (onde hoje é Itutinga) a 48 léguas do arraial de Lavras do Funil. Mesmo porque em 1819 não havia ainda esse povoado.

Em "*História de Lavras*" capítulo 146, Carlos Moreira Santos diz que a ponte nova sobre o rio Grande fora reconstruída pelo capitão Joaquim Tavares Coimbra, dono daquelas terras, e o comendador José Esteves, político influente do município de Lavras, sendo presidente da Câmara Municipal por algumas vezes, entre os anos de 1837 a 1862.

Capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande

Foi a capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande o marco da povoação do município de Lavras, Itumirim e toda região que, no passado, compunha o grande território das Lavras do Funil.

Sua construção data de 1730, ou seja, mais de vinte e um anos antes da construção da Igreja do Rosário, que se localiza no centro da cidade de Lavras e era filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas.

O seu construtor, dono e administrador, Francisco Bueno da Fonseca, foi, em 1752, sepultado dentro da capela, o que era permitido, quando as capelas eram particulares.

Figura 2: Capela antiga de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande. Esta que deu origem ao distrito do Rosário de Lavras [Acervo da família de Zenóbia Teixeira de Rezende].

Figura 3: Interior da antiga capela de Nossa Senhora do Rosário [Acervo da família de Zenóbia Teixeira de Rezende].

Faço aqui um parêntese para explicar os dois tipos de capela que se construíam, então. Conforme Diogo de Vasconcelos em seu livro "*História Antiga de Minas Gerais*", 2.º volume, edição de 1948, página 373: "Havia capelas erigidas em terras públicas a expensas da comunhão e estas sustentadas, tendo como padroeiro a pessoa ficta do orago, representado, juridicamente, pela sua irmandade, e, outras erigidas em terras particulares mantidas pelos donos, que delas sendo padroeiros ficavam obrigados à sustentação do culto e não podiam gozar de personalidade civil, nunca podendo ser matriz, pois não se consentia que houvesse sacrário em terras que não fossem livres ou patrimoniais da própria igreja. Da mesma sorte, o vigário cumpria que assistisse em lugar independente dos senhorios particulares.

A dignidade do sacramento e a liberdade do ministro assim o exigiam a bem dos fiéis. Por isso, muitas das capelas não chegavam a se converterem em matriz".

Mais tarde, a capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande veio a ser pública, visto que o genearca Francisco Bueno e seus filhos que requereram a sesmaria de 1737, traziam também em sua expedição um grande número de famílias e negros (assim citados na carta de sesmaria), filiada à matriz de Carrancas e, posteriormente, à matriz de Sant'Ana de Lavras.

Não só Francisco Bueno, mas também sua família e toda comitiva eram fervorosos do Cristianismo e fiéis de Nossa Senhora do Rosário e não poderiam ficar sem prestar seus cultos à padroeira.

O lugar, onde pararam, era sertão legítimo e as poucas capelas existentes nas redondezas eram muito distantes para que eles pudessem praticar seus cultos à padroeira. A carta de sesmaria, de 1737, diz que logo que aqui chegaram, Francisco Bueno da Fonseca e sua comitiva tiveram como primeira providência, construir a capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande, que serviu para a prática do culto de todos os habitantes da dita paragem, que ia do referido funil (cachoeira do Rosário) do rio Grande até o poente do morro do Barreiro das Lavras do Funil, por uma légua e meia de testada até o campo.

Carlos Moreira Santos, pesquisador da "História de Lavras" publicada em capítulos no jornal *Tribuna de Lavras*, entre 1981 e 1985, demonstra preocupação em publicar apenas relatos comprovados em documentos. Fez ele questão de ressaltar Rosário como sendo o berço da História de Lavras por ter servido de vias de comunicação e elementos de ligação entre grande número de famílias que habitavam a paragem dos campos do funil do rio Grande e serviu ainda de alimento espiritual para os primeiros povoadores das lavras das terras e

matos do funil, desde 1730, até que os habitantes das Lavras do Funil tivessem construído sua capela de Sant'Ana do Funil, em 1751 (a igreja do Rosário).

É, pois, o Rosário, berço de nossa História, com a construção da igreja e casas. Lavras nasceu dentro dessa sesmaria, de 1737, com a ampliação do território com a petição da sesmaria, de 1753.

Entre os anos de 1767 a 1773, a capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande é denominada também como capela de Nossa Senhora do Rosário dos Serranos nos registros de batismos. Isso se deve ao fato de a fazenda dos Serranos ter sua divisa defronte à referida capela. Tal fazenda que pertenceu, primeiramente, a Tomé José Dias, teve como dono, posteriormente, Joaquim Silvestre Freire e seu filho, como herança, Silvestre José Freire, o major de Serrano, com muitas terras e grande descendência.

Se compararmos os registros de óbitos de Francisco Bueno da Fonseca, feito em 1752 e Diogo Bueno da Fonseca, em 1779 que também fora sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande, notaremos que, nesse período, houve alteração na dependência como filial.

No óbito de Francisco Bueno cita a capela do Rosário como filial da matriz de São João del-Rei e no óbito de Diogo Bueno cita o Rosário como sendo filial da matriz de Sant'Ana da Lavras do Funil.

A capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande resistiu ao tempo por mais de 230 anos, até que na década de 1960 fora desmanchada. O vigário de Itumirim, na época, cônego José Fernandes Siqueira, liderou o movimento para a construção de uma nova capela que foi inaugurada em 7 de outubro de 1964. Cônego José Fernandes dizia que, além da igreja encontrar-se em ruínas, havia a necessidade de ser construída outra que tivesse a frente voltada para a entrada do povoado. Só que, há mais de 200 anos, a capela fora construída com a frente voltada para o lugar certo, pois era o rio Grande, a referência. Do outro lado do rio, à sua margem direita, estava o Rosário Velho e Ibituruna. Atrás da capela de Nossa Senhora do Rosário, apenas a outra capela de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e o caminho percorrido por eles, bandeirantes paulistas, para chegarem a essas paragens do Funil do Rio Grande. Pondo-se de frente ao rio Grande estava à sua direita, São João del-Rei e à esquerda o rio Capivari e o rio Grande abaixo, assim como também o funil desenhado pelos rios Grande, Capivari e das Mortes.

No capítulo que se refere à década de 1960, falaremos mais sobre o desmanche da igreja do Rosário.

Por considerar documentos importantes, transcrevemos aqui os registros dos óbitos dos pioneiros, capitão-mor Francisco Bueno da Fonseca e seu filho, o

guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca que foram enterrados na capela que construíram e cuidaram. No livro de assentos da igreja de Carrancas, encontra-se o registro de óbito do capitão-mor Francisco Bueno da Fonseca, freguês dessa freguesia nos seguintes termos:

> "Aos doze dias do mês de abril do ano de mil setecentos e cinquenta e dois, faleceu da vida presente com os sacramentos da penitência e extrema unção o capitão-mor Francisco Bueno da Fonseca, natural de São Paulo, de idade de oitenta e tantos anos. Faleceu abintestado (sem testamento ou testamento nulo) e será sepultado dentro de sua capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande de que era administrador, filial da matriz de São João del-Rei: foi encomendado e lhe fiz os sufrágios costumados e para constar fiz este assento que por verdade assinei. O vigário Manoel Caetano de Figueiredo".

No livro "*História antiga de Minas Gerais*" de Diogo de Vasconcelos, na página 186, 2.ª edição de 1904, podemos ver o registro de óbito de Diogo Bueno da Fonseca nos seguintes termos:

> "Aos doze de dezembro de mil setecentos e setenta e nove faleceu da vida presente com o sacramento da penitência, Diogo Bueno da Fonseca, casado no episcopado de São Paulo com Dona Joana Batista, foi encomendado e sepultado dentro da capela de Nossa Senhora do Rosário, filial desta matriz de Sant'Ana das Lavras do Funil de Carrancas, que fiz este assento e assinei. O vigário José da Costa Oliveira".

O mesmo livro registra, ainda, que Diogo Bueno da Fonseca, casado com dona Joana Batista Bueno foi o primeiro guarda-mor de Lavras do Funil. Dona Joana era filha do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme e de sua mulher Isabel Bueno de Morais. Dona Joana Batista Bueno faleceu em 2 de outubro de 1788.

Até quando se desmanchou a igreja do Rosário para construir a atual, era possível ler as lápides dos túmulos onde foram enterrados estes e outros descendentes dos Bueno da Fonseca. Sabe-se que foram essas lápides aproveitadas para a construção do alicerce da atual capela do Rosário.

16 A mineração do ouro nas "Lavras do Funil": Mineradores e faiscadores

Prof.ª Maria da Graça Menezes Mourão[88]

Resumo:

O artigo refere-se a mineradores e faiscadores da freguesia de Lavras do Funil nos séculos XVIII e XIX razão pela qual assim se denominou a cidade de Lavras, bem como a política econômica de d. João VI com plano de melhoria da mineração diante da decadência da extração aurífera, apontando a criação da Casa de Permuta ou de Troca do Ouro em Pó por Bilhetes que circularam como Moeda, desse processo participando vários mineradores e faiscadores de Lavras do Funil, segundo a documentação inédita apresentada.

Palavras-chave: Denominação lavras – Lavras e faisqueiras – Mineradores e faiscadores – Política econômica – Casa de Permuta.

[88] Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior e em História e Cultura de Minas Gerais, PUC-MG; Pós-graduação em História-ICHS da UFOP como aluna especial; palestrante; autora de vários livros, principalmente para as cidades de Carrancas, Carmo da Cachoeira, São Bento Abade, Itumirim e do livro "*Santana das Lavras do Funil nos caminhos do ouro Séc. XVIII-XIX*", edição especial da autora em 2006.

> "Povoadores? ...aqueles que cavaram as entranhas dos terrenos auríferos e testemunharam em primeira mão, o turbilhão e a partilha que acompanhavam cada nova descoberta" [Donald Ramos, Cleveland State University].

Introdução

No período colonial, lavra era o nome que se dava às minas de ouro, assim como lavrar referia-se à exploração de metais. O nome Lavras para a cidade mineira já é indicador de que o arraial surgiu a partir da exploração aurífera em seus arredores. Informações importantíssimas a respeito de Lavras do Funil, um dos seus primeiros nomes, foram registradas por vários memorialistas do Século XIX. Eles foram unânimes em apontar o mister dos seus primeiros povoadores, como as coligidas pelo comendador Ângelo Elói da Câmara e repassadas a Firmino Costa sendo publicadas na Revista do Arquivo Público Mineiro de que esse era correspondente [RAPM, *9*, 137].

> ...o nome desta cidade, as catas existentes em seus arredores, o ouro que se acha espalhado em camada em quase toda a parte do distrito e no leito dos córregos, revelam claramente que lavras deve sua origem à exploração aurífera. A mais importante das lavras, então existentes neste distrito, foi a que teve o expressivo nome Real Grandeza e é da tradição que assim se chamou o primeiro arraial, iniciando na Fazenda do Madeira [Costa, RAPM, *9*, 131].

Esta lavra pertencia à sociedade dos Buenos, como pode ser verificado nos testamentos e inventários dos descendentes de Maria Jorge e Francisco Bueno da Fonseca, a "família fundadora" de Lavras. "Família fundadora" do arraial refere-se aos primeiros descobridores do ouro no local, sendo considerada aquela cujos membros se transformaram, segundo Oliveira [2011] em "verdadeiros agentes produtores e gestores do espaço local, visto que eles controlavam e dominavam o espaço de acordo com os seus interesses".

A partir de 1590, por direito de conquista, as terras brasileiras se tornaram posses da "família fundadora" incentivada pelos regulamentos do Alvará Régio de d. Felipe I, uma das estratégias de apropriação estável de terras agrícolas ou minerais que se convertiam em sesmarias por consequência da mercê real para aqueles que as conquistavam dos indígenas. Desde então, iniciaram-se as expedições exploradoras organizadas pelo governo geral de d. Francisco de Sousa, como as de João Pereira de Sousa Botafogo, André Leão, Nicolau Barreto e outras tantas, bem como as promessas em se obter sesmarias para os que descessem ao sertão com suas famílias.

As promessas anunciadas pelo Alvará Régio de 1590, promoveram gradativamente um conhecimento dos espaços e sua ocupação pelos paulistas menos favorecidos. Os naturais da terra, mamelucos por miscigenação já sabiam das minas e onde estas se localizavam, segundo a afirmativa em 1681, de Fernão Dias Pais de que "o tesouro mineral há tinha sido descoberto" [*Documentos importantes*, Fernão Dias Pais, 1681].

A vinda de dom Francisco de Sousa na última década do Século XVI proporciona um novo tempo para o Brasil. Entre outras ações, dá continuidade à observância do Regimento de 8 de março de 1588 quanto à exploração do salitre no sertão do rio São Francisco para o fazimento da pólvora, tão necessária frente às circunstâncias políticas que envolviam o reino com a Inglaterra. O seu governo deve ser enquadrado num plano mais vasto com que a Coroa espanhola procuraria proteger a costa brasileira, pois ao mesmo tempo, como previsto na "Carta ou Alvará Régio de 1590", desejava estimular o seu crescimento através da imigração com a intenção de ambiciosos projetos minerais, além do incentivo às lavouras do açúcar e a criação do tráfico negreiro articulado com a África.

O "Alvará Régio de 1590", devidamente registrado em 1593 no Livro do Estado do Brasil, às folhas 45, no Cartório da Alfândega na Bahia, segundo Correia Filho [1958] "dispunha sobre a propriedade, a posse e o uso do solo no Brasil, fundamentando-se no dispositivo da expropriação da terra quando esta não fosse devidamente aproveitada", "como secularmente se praticava desde as presúrias", no tempo da reconquista das terras portuguesas aos mouros [Neves, 2001: 111-139].

> Eu El Rey, faço saber aos que este meu Alvará virem, que pela informação que tenho do grande benefício e muito proveito que se poderão conseguir a meus vassalos, de se povoarem as terras do Brasil e queremos que os frutos e proveitos deles se lhes comuniquem para que com mais facilidade as queiram povoar e morar nelas, para as lavrar e aproveitar, hei por bem e me apraz que a todas as pessoas que forem com suas mulheres e filhos a qualquer parte do Brasil, lhes sejam dadas terras de sesmarias para nelas plantarem seus mantimentos e fazerem roças de canaviais para sua sustentação, as quais terras hei por bem que se repartam com as tais pessoas por d. Francisco de Sousa, do meu Conselho, que ora envio por governador daquelas partes.
>
> [...] Sendo presente o Provedor da minha fazenda [...] notifico assim ao dito Governador e lhe mando que cumpra e guarde este meu Alvará inteiramente como nele se contém, o qual quero que valha como Carta e não passe pela Chancelaria, sem embargo do Segundo Livro, título 20, que contrário dispõe –

> João de Torres fez em Lisboa a 8 dez. 1590, o secretário Diogo Velho o fez escrever – REI – Miguel de Sousa [*Revista ou Jornal do IHGB*, *3*].

Desse modo, a Carta Régia ou "Alvará de 8 dez. 1590" distribuiria sesmarias no Brasil, concedendo-as a quem quisesse ir para o sertão com família, assemelhando-se ao modo usado por d. Dinis nas presúrias do Século XIII. Muito embora, o tamanho das sesmarias fosse reduzido comparado com as sesmarias distribuídas por Tomé de Sousa em 1549, a lei ainda permitiu o surgimento de latifúndios como o da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e o dos Guedes de Brito que se espalharam pelo vale do rio São Francisco.

O projeto de imigração de d. Felipe I se estendeu também aos estrangeiros sendo beneficiados pelo Alvará de 1590. Segundo Castro [1989], citado por Neves [2001] através do Desembargo do Passo era cedido à pessoa de "qualquer qualidade e condição, inclusive, estrangeiros que fixassem residência na colônia", pagando-se apenas o dízimo à Ordem de Cristo do qual se excluíam morgados e capelas.

Na sequência do Alvará de 1590, foi decretado pelo governo filipino o Alvará Régio de 1596, um ardil para a população indígena brasileira. Nele se previu que os conquistadores fizessem o descimento dos indígenas da serra para o litoral onde viveriam em aldeamentos. Com a desocupação de suas terras, elas seriam convertidas em sesmarias repassadas aos referidos conquistadores.

Para efeito do que legislava a Carta Régia de 1596, os nativos deveriam ser cristianizados legitimando a administração dos mesmos como trabalhadores e não como escravos, como de fato eram. Era necessário um padre e consequentemente a criação de uma capela dedicando as terras usurpadas aos nativos às invocações de santos chamados padroeiros. Na prática, afirma Andrade [2011: 274] era "uma forma legal e moralmente válida, isto é, legítima, que garantia para a 'família fundadora' – tendo o cuidado de transferir para os seus herdeiros a administração dos recursos da capela – o controle efetivo da mão de obra indígena e das terras, que muitas vezes pertenciam aos próprios índios submetidos ao aldeamento".

Uma das características da sede das fazendas desse período colonial era abrigar todos os membros da empresa familiar ou "família fundadora" e nela ser edificado o "oratório-ermida" ou "altar doméstico" até que o povoado tivesse condição de construir uma capela. A fundação de uma capela, que deveria se sustentar através de recursos que deveria captar, era chamada de fábrica, o mesmo que empresa sendo seu administrador chamado de fabriqueiro. Para isso

procurava-se manter na família a administração do patrimônio e rendimentos da capela.

Quanto a atividade mineradora da família fundadora de Lavras, por si só os seus testamentos e inventários são comprovantes da extensa mineração que ali ocorreu desde o Século XVII. Na "Fazenda do Rio Grande do Funil", Rosa Angélica da Conceição, inventariante do tenente Antônio Pinto de Miranda, descendente de um dos primeiros colonizadores do rio Grande, declarava em 1795,

> suas terras e águas minerais compradas a Manoel Fernandes da Mota, citas na fazenda do mesmo, de sua outra parte do rio Grande que principiam na Cachoeira do Barreiro, correm rio abaixo, até abaixo do Funil, até a Cachoeira do Mar, na forma do título que fizeram na guardamoria de Diogo Bueno da Fonseca obtida por Francisco Moreira de Carvalho por 80 mil réis; outro título, da mesma guardamoria no lugar do Santo Antônio por 20 mil réis; outras trinta datas de terras e águas minerais no mesmo córrego Santo Antônio obtida por João Fonseca do Vale [SJDR, 161-1795].

O inventário do capitão Manuel Francisco Xavier Bueno, falecido em 12 set. 1796 e o de sua segunda mulher foi aberto em 29 nov. 1797 na fazenda Barro da Cachoeira na paragem do Barro Vermelho da freguesia de Lavras do Funil, pertencente ao inventariante seu filho Antônio Bueno Feio, no "corgo São Domingos do Prata". Além dos bens em terras espalhadas no rio Grande abaixo – no córrego chamado Posse e no Córrego do Cervo –, foram declaradas "umas terras minerais no Arraial das Lavras do Funil e Paragem chamada a Grandeza avaliadas em 50$000 (cinquenta mil réis)", além de outras "terras minerais no Córrego Juosa, também na freguesia de Lavras do Funil" e cinquenta datas de terras minerais na sua fazenda Barro da Cachoeira (Paragem do Barro Vermelho) [Museu Regional SJDR Cx-17, e SJDR-CPO-Cx 37-1797].

A grande mineração do ouro também é comprovada com o inventário aberto em 17 fev. 1814 da 12.ª filha do guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca, Agostinha Eufrásia ou Aurélia Fonseca Buena, falecida em 25 mar. 1813 sendo o seu inventariante, o marido Manuel da Costa Correia (*sic*; leia-se Gouveia), da Aplicação da Capela do Espírito Santo da Freguesia de Lavras do Funil e das Carrancas. O inventário cita tanto a "Fazenda do Capivari, referente à nona parte da legítima de sua esposa, mais uma parte por compra que fez aos herdeiros", como cita "parte da Lavra da Grandeza no valor de 3$000 (três mil réis)", além de terras minerais citadas em seu inventário no valor de cem mil réis [M.R.I. SJDR, Cx34, e SJDR-Cx 606-1797].

Millet de Saint-Adolphe foi o que mais se pronunciou a respeito da mineração em Lavras, muito embora para Firmino Costa, em sua obra como a de outros historiadores e cronistas se encontrassem lacunas e inexatidões. Conforme como ele mesmo escreveu, Saint-Adolphe residiu no Brasil mais de 26 anos, peregrinando em algumas províncias, compilando os livros que pode encontrar, coligindo com rara dedicação informações, leis, decretos e decisões do governo concernentes a novas criações de províncias, cidades, vilas e freguesias, e que o dicionário foi corrigido com as informações e esclarecimentos de pessoas competentes, entre as quais estão os nomes de Evaristo Ferreira da Veiga e Baptista Caetano de Melo [RAPM, *9*, 137-138].

No verbete "Lavras" escrito em 1845, Saint-Adolphe registrou que:

> Lavras do Funil, pequena vila da província de Minas Gerais, a 15 léguas ao nordeste da cidade de Campanha, e 40 ao oeste sudoeste da d'Ouro-Preto, em 21 graus 17 minutos de latitude teve princípio em 1720, época em que se descobriram em suas adjacências alguns vieiros d'ouro abundantes que foram lavrados pelos Paulistas, aos quais se agregaram muitos dos moradores da província, os quais, aplicando-se especialmente ao amanho e cultivo das terras, vendiam por alto preço aos mineiros os viveres de que necessitavam [Saint-Adolphe, 1845: 556].

No entanto, o rio Grande sendo passagem para a região do São Francisco já era explorado desde o Século XVI e não em 1720. Muito cedo teve início a ocupação desse território com a descoberta do ouro e pedras preciosas na região do Brasil central. O Campo das Vertentes, como todo o Sul de Minas, era considerado no período colonial como pertencente à capitania de São Paulo e já se encontrava em franco povoamento de paulistas nas últimas décadas do Século XVII. A intensa concentração da população nos arraiais do ouro, além das atividades com a mineração determinou o desenvolvimento da agropecuária criando paralelamente um intenso comércio de abastecimento ainda no auge da exploração aurífera. Ao redor das áreas de mineração, cresceram fazendas e roças que empregavam muita mão de obra e estavam voltadas para a venda de gêneros alimentícios.

> O Sul de Minas, o sertão do São Francisco, o Alto Paranaíba e o Campo das Vertentes dedicaram-se à produção de alimentos e à criação de gado. A atividade mineradora exerceu sobre a agropecuária efeito multiplicador bastante grande durante o Século XVIII e, simultaneamente, a agropecuária permitiu a montagem e garantiu a expansão das atividades mineradoras. Isto significa que a ocupação do território de Minas Gerais se fez em conformidade com a dinâmica do complexo mineração-agricultura de abastecimento, o que equivale

> a dizer que as relações do homem com a natureza na capitania dependeram das formas de funcionamento das unidades produtivas mineradoras e agropastoris, particularmente das tecnologias nelas empregadas [Martins, *Revista n. 4*, 1993-1994].

Outra afirmação de Firmino Costa baseada no comendador Câmara apontou que Francisco Ignácio Ferreira no "*Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*" também se referiu às minas de ouro descobertas em Lavras do Funil. Padre Hugo Bressane de Araújo, cônego em Campanha, ao falar dos "Primeiros anos de Lavras" confirmou também a origem do nome da cidade através da mineração.

> ... bem indica que deu origem ao lugar a indústria da mineração. ... Em Lavras, segundo se narra, a mineração era ativa e o ouro corria a rodo. A respeito da alimentação durante as festas que tinham em Lavras, ali os gêneros e víveres eram muito caros. Nessa ocasião azada (oportuna) para o comércio, os habitantes do povoado ocupados quase só com a mineração pagavam grossa soma por uma galinha, cereais. Quando os habitantes de Lavras do Funil solicitaram que se elevasse a Capela de Sant'Ana à categoria de Matriz, um dos motivos era grande a distância (de Carrancas) e, assim, não voltando no mesmo dia, prejudicava-se o serviço da mineração [Araújo, in *Lavras Cultura*, 1987: 44, 46-47].

O próprio Francisco Bueno da Fonseca, o povoador de Lavras do Funil, foi o primeiro guarda-mor das "minas do Rio Grande", sendo esta uma função que garantia a ordem e administrava as minas. Quando seus filhos e netos solicitaram a carta de sesmaria das terras onde tinham posses e feitorias no Funil do rio Grande citaram suas divisas e deixaram claro que elas se encontravam "correndo rio abaixo até onde em pouca distância faz a barra do ribeirão das Faisqueiras que serão três léguas de cumprido desde o referido funil até a barra do ribeirão, e de testada até o campo que será uma légua e meia" [APM SC 42: 49].

Nessa solicitação, a sesmaria, que por sinal acabou se chamando "Fazenda da Madeira", ficava poucas léguas de uma faisqueira. Isso mais uma vez demonstrou que aqueles habitantes, na infatigável necessidade do ouro para sobreviverem, pois era o dinheiro da época, por volta de 1730 tiveram condições de partir para outra atividade, a de lavorar e criar o gado a pouca distância de onde ficava a faisqueira onde mineravam depois das atividades na estância.

Os sertanistas que ali se radicaram, pois, além de obterem o ouro de que necessitavam para comerciarem perceberam também que era frutífero plantar

roças em uma terra tão fértil e formar os currais de gado. Assim, abasteceram não só a região, como aqueles que demandavam o caminho. Já era costume a logística do estabelecimento de feitorias com a finalidade de garantir o abastecimento durante o percurso de uma expedição. Os documentos que se referem à bandeira de Fernão Dias Pais esclarecem segundo Barbosa [1979: 41] que "estâncias ou celeiros, ou postos, ou feitorias, ou pousos, que por ordem do Governador das Esmeraldas, se fizeram plantações e criação de porcos e aves para sustento dos homens da jornada. Algumas dessas feitorias se transformaram em arraiais e chegaram até nossos dias".

Por volta de 1817 na Bahia, Ayres Casal [1817, vol. 1: 381] em seu compêndio referiu-se à Lavras denominando-a pelo orago Nossa Senhora da Conceição mencionando tão somente a agropecuária: "N. S.ª da Conceição – comarca do Rio das Mortes, N. Senhora da Conceição das Lavras do Funil dezoito léguas afastada de São João del-Rei: os seus habitantes são agricultores e criadores de gado".

Finalizando a questão da nomeação Lavras para a cidade é importante registrar o seu significado no final do Século XVIII, pelo menos para o brasileiro formado em Coimbra, José de Vieira Couto. Designado por d.ª Maria I para analisar a decadência da mineração em Minas Gerais, o seu relatório resultou na descrição dos morros que se diziam estar esgotados e lavrados.

> Deles não se podia dizer senão que estavam arranhados nas suas superfícies e que as veias dos metais se achavam pela maior parte intacta no seu centro. A ignorância dos mineiros e o descuido que houve de se instruir em tempo, na sua profissão, esta preciosa classe de homens, é a causa única e ao mesmo tempo mui bastante da decadência atual da mineração.
>
> [...] A isto devemos chamar minas? Cabe antes, melhor, o nome de lavras que lhes dão e não de minas, pois estão bem longe disso. O mesmo digo dos nossos mineiros, pois nada lhes quadra menos que tal nome; são mineiros que jamais perdem o sol de vista [Couto, 1994].

Os faiscadores de Lavras do Funil do início do Século XIX

No final do período colonial se tornou comum o garimpo clandestino nas minas já exploradas e abandonadas por poucos pingues, como também existiam os faiscadores que mineravam em pequenas lavras. O termo garimpo tem origem na palavra "grimpa" que designa o ponto mais alto, a crista do relevo, onde os trabalhadores clandestinos escondiam-se quando perseguidos, devido ao caráter ilegal da sua atividade. O faiscador das Lavras do Funil surge quando a

economia da região se torna diversificada de forma efetiva no Século XIX, embora alguns historiadores insistam que houve uma decadência da mineração, como Botelho [2003: 75]:

> Faiscador era o indivíduo, normalmente pobre, que minerava nas faisqueiras. Sucessor do garimpeiro e conhecido por este nome, o faiscador se dedicava ao serviço da mineração em pequena escala. As faisqueiras, como sobras de terras já exploradas, pelo baixo teor aurífero, não compensavam trabalhos de vulto, mas permitiam o sustento individual de faiscadores isolados. Essa terra empobrecida e abandonada tornou-se mais comum em fins do Século XVIII, com a mineração em franca decadência.

Para muitos era mais lucrativa a atividade agropastoril e assim se insinuavam os agropecuaristas como tal. Mas, na verdade nunca deixaram de garimpar e são raras as documentações que mencionam essa mineração "de horas vagas". Em 1800, poucos eram os mineradores da região de Lavras do Funil que registravam suas "cargas de ouro e quitação" na Casa de Fundição de São João del-Rei (Casa dos Contos-Captação).

Somente depois, com a criação das Casas de Permuta, os mineradores se viram novamente na obrigação de mencionar o ouro extraído, pois, este já não era mais a moeda de circulação e sim os "bilhetes" emitidos durante a permuta do ouro em pó. O trabalho dos faiscadores se tornou atividade tanto de rico quanto de pobres. Nem a estes o governo provincial perdoou, para lhes confiscar também parte do ouro encontrado, proibindo a circulação do ouro em pó. A mineração de Lavras do Funil que tinha o nome de "Lavra da Grandeza" ainda era minerada como "faisqueira" em 1814 como apontarei.

Já dizia Iglésias [1958] que, "embora os mineiros convergissem as suas atenções para outros misteres, como aconselhava a autoridade, o ouro despertava interesse ao longo do período. A ilusão de outros tempos projetava-se como se projeta ainda". A historiografia quase nada diz a respeito desses pequenos grupos que iam tentar nova experiência, a não ser algumas observações generalizadas, como a de Fragoso [1992]: "O Oeste Mineiro, no Século XIX, experimentou pequenos surtos de mineração aurífera, relatando que no inquérito de 1854, municípios como Pitangui, ainda apresentavam alguma produção de ouro e diamantes".

Em face dos novos tempos, entre 1828 e 1830, foram solicitados aos presidentes das províncias do Brasil, alguns relatórios. Através de solicitação do imperador d. Pedro I, os relatores usaram em 1830, um dos últimos registros a respeito da produção do ouro nas minas, enquanto capitania, no ano de 1814.

Esse Relatório ou Mapa baseou-se nas informações da viagem de Eschwege entre 1809-1811, situação esta que registra a mineração na transição entre os dois séculos.

E assim, no relatório para o imperador, produziu-se um documento intitulado "Tabelas de todas as lavras de ouro de cada distrito da província de Minas Gerais com o nome de seus proprietários, situação e natureza das lavras, número dos trabalhadores e produção total do ouro em 1814" [RAPM, 7, 632].

Segundo esta tabela, a Freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil era composta dos distritos citados abaixo, apresentando as sociedades de proprietários de minas, isto é, com lavras e os mineradores chamados de faiscadores, bem como a sua produção [RAPM, 7, 632].

1 – Espírito Santo

Proprietários:

Manoel Gonçalves da Costa, com a Lavra do Macuco, tipo cascalho com 9 escravos.

Francisco Tavares da Silva – Barra do Saco, cascalho com 2 escravos.

Rafael Antônio da Silveira – Barra do Saco, cascalho com 2 escravos.

Capitão Diogo Garcia de Andrade filho de Diogo Garcia e Júlia da Caridade – Fazenda do Rio Grande, cascalho com 8 escravos.

2 – Nossa Senhora do Porto do Rio Grande

Proprietário:

Padre Jerônimo Pereira de Carvalho, duas Lavras em Bela Vista, as duas grupiaras e com cascalho, sendo 12 escravos em uma e 12 em outra; ainda havia dois escravos faiscadores

3 – Nazaré

Proprietário:

Padre João Ferreira Leite, no Mato Dentro com grupiara, tipo cascalho com 8 escravos.

Antônio Leite Ribeiro, no Ribeirão Fundo, tipo cascalho com 10 trabalhadores escravos e 10 escravos faiscadores.

Francisco José da Silva, no lugar denominado Bicudo, minerando com roda, tipo cascalho com 7 escravos trabalhadores.

4 – Ibituruna

Proprietário:

José Alves Chaves e Sócio no Córrego do Pavão, com roda, tipo cascalho com 4 trabalhadores livres e 18 escravos.

Luís de Sousa no Rio Grande, com grupiara, tipo cascalho com 7 escravos.

Manuel da Silva Machado no Rio Brumado, com taboleiro, tipo cascalho, com 8 escravos.

5 – Lavras do Funil

Proprietários:

Capitão Francisco José e sócios, na Lavra da Grandeza tipo cascalho com 3 trabalhadores livres e 7 escravos.

Manuel Dias dos Santos, no lugar denominado Macaia, tipo grupiara, cascalho com 4 escravos.

Tabelas como a "Mineração de Faisqueira e de Sociedades em Lavras do Funil" são de real importância para o estudo desse segmento que ainda não foi contemplado devidamente pela historiografia, onde se encontrava a garimpagem de algumas sociedades ou companhias formadas no Século XIX.

Tabela da Mineração de Faisqueira e de Sociedades em Lavras do Funil em 12 abr. 1815 (BN, vol. 519)

Mineradores	"meteu ouro na fundição"	"Saiu em barra"	"Ouro da Lei por toque"
João Garcia do Espírito Santo	3-0-0 3-0-0	2-6-5 2-5-20	22-2-0 23-0-0
Pe. José Xavier de Toledo – Capelão da Capela do Porto do Saco	3-5-14/4	3-4-5/4	2-0-0
A Cia. de Antônio Joaquim de Almeida e o Capitão Diogo Garcia	3-4-00 5-0-0	3-2-38 7-5-4/8	23-3-0 23-3-0
A Cia. do vigário de Lavras José da Costa Oliveira e Alexandre Rodrigues de Lima	3-0-0 3-1-4 3/5	2-6-5/4 2-7-42	22-3-0 22-0-0
Miguel Garcia Duarte	3-0-00	2-5-22	23-3-0

O comércio e a nova moeda de circulação

Diante da criação de novas fontes de mercado, a partir do final do Século XVIII o comércio das mercadorias coloniais compunha-se basicamente de gêneros alimentícios e estes era realizado por tropeiros, mascates e boiadeiros, os quais transportavam e comercializavam as mercadorias pelas estradas. Onde havia escassez do ouro em pó para receberem como pagamento, os tropeiros iam cada vez alargando as regiões de contato, estabelecendo novas rotas comerciais. Embora a mineração definisse a forma de povoamento quanto à colonização, bem como o fluxo de mercadores existente nas Minas, novas formas de atividade apresentaram-se mais rentáveis ao colono. Mas foram os mercadores que criaram as condições para que se estabelecesse um comércio fixo, dado a sua vinculação com a produção agrícola local. Chaves [1995: 40-43] aponta que esse comércio se caracterizou pelo surgimento de lojas, vendas, tavernas, além de feiras e de uma rede comercial de abastecimento estabelecida. A etapa, que se iniciou com a crise da mineração, longe de ser prejudicial, determinou a reestruturação dos setores produtivos em Minas, tornando o comércio dependente deles e, ao mesmo tempo, o seu agente dinamizador.

O instinto hebreu novamente se fez atuante. O excesso da produção nas roças das fazendas passou a ser vendido nas vendas ao lado das ermidas. O comércio chamava-os de volta às suas raízes, pois, sendo na maioria cristãos-novos, tinham o sangue judeu, os conhecidos “homens de negócio”. Esta atividade acabou se tornando a principal, pois o comércio permitia-lhes ter o ouro em pó com mais facilidade, sem necessitar dos trabalhos árduos da mineração. Para Chaves [1995: 65] a mineração fosse uma atividade mercantil exportadora, foi através da atividade agrícola e comercial que a sociedade mineira dos setecentos se consolidou. No entanto, o leitor pode verificar que a mineração em Lavras do Funil continuou, o que garantia de certa forma a circulação da moeda, mesmo que de outra forma, criando assim divisas para a sua economia.

Criação das Casas de Permuta ou Casas de Troco

Um fator que poderia ter desalentado o comerciante, seria a arrecadação dos registros. Em alvará de 1757, o rei já estipulava uma quantia mínima de ouro em pó para permanecer nos registros de Minas Gerais. Os comerciantes passavam com suas cargas pelos registros, retiravam suas guias, retornavam

com o troco do ouro em pó por moedas provinciais. Os contratadores responsáveis pelos registros não deveriam permanecer com quantias de ouro em pó acima da permitida, pois deveriam levá-lo assim que atingisse o limite às casas de Fundição para transformá-los em barras de ouro. Essas quantias mínimas de ouro em pó eram estabelecidas de acordo com a localização e o volume de tráfego de cada registro, ou seja, quanto maior o trânsito de comerciantes, maior a quantia de permutas.

> A unidade do ouro em Minas era a oitava. E, portanto, a unidade da moeda, de sorte que o preço mínimo que se poderia comprar em ouro um objeto, era a oitava. Esse valor variou entre 1$200 a 1$500, nunca menos e nunca superior. A vida, portanto, era caríssima. A oitava era a oitava parte da onça. Uma oitava tinha três escrópulos, ou 72 "grãos", e correspondia a 3,586 gramas, a oitava correspondendo no sistema métrico decimal a 0,003586 do quilograma. O quilograma corresponde no antigo sistema a 2 arráteis, 2 onças, 6 oitavas, 2 escrópulos e 14 grãos. Calculando-se a oitava a 1$500 o valor daquela época, era o que se pagava por um alqueire de farinha de mandioca e pagava-se 6$000 por uma galinha e 45$000 por 65 espigas de milho e uma oitava por um pastel, ou seja, 1$500 [Góis, 1956: 40-43].

No ano de 1799, o príncipe regente, d. João VI, determinando sobre o aspecto econômico das Minas Gerais, expediu alvará (Minuta) abolindo as quatro Casas de Fundição e estabeleceu as Casas de Permuta nas Minas e a ereção da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro [AHU-1799-Cx 150 Doc.:89].

Em 1808, o decreto de quatro de agosto mandava estabelecer no Rio de Janeiro um banco com fundo de 100:000$000 para permutação das barras de ouro existentes em mãos de particulares, a Casa da Moeda. No dia primeiro de setembro seguinte, era baixado o alvará que proibia o curso do ouro em pó como moeda e ordenando a circulação, em todas as capitanias do interior, das moedas de ouro, prata e cobre que corriam nas de beira-mar. No dia 12 do mês seguinte, expediu-se o alvará que regulamentava a feitura de bilhetes impressos para o troco do ouro em pó nas casas de permuta. Cada uma das intendências das quatro Casas de Fundição passava a poder escolher as pessoas para o troco do ouro em pó de faisqueira. O troco poderia ser feito não só com a moeda, mas também com bilhetes impressos de 1, 2, 4, 8, 12 e 16 vinténs de ouro. Os bilhetes, segundo Cunha Matos [1979: 296] "serão recebidos em todos os pagamentos da Real Fazenda como moeda corrente"; os intendentes das fundições, de acordo com o Intendente Geral das Minas, deviam escolher "nas vilas e arraiais mais remotos do lugar da sua residência as pessoas de maior abonação e probidade e lhes incumbam o resgate e permuta do ouro de

faisqueira". Sobre este assunto cito o documento encontrado pelo pesquisador Matias Herculano Monteiro:

> Lavras, 12 abr. 1815:
> O cadete Francisco Alexandre Ferreira de Vasconcelos, por ordem do Dr. Desembargador Juiz de Fora e Intendente desta real Casa dá a José Francisco Marcelino José Viana para conduzir e entregar ao Permutador das Lavras, Antônio José de Araújo, para continuar em troca de ouro em pó de faisqueira a quantia de 258$000 (Duzentos e cinquenta e oito mil réis em bilhetes sortidos).
>
> E ao mesmo cadete por dita ordem recebeu o mesmo Tesoureiro para conduzir e entregar ao Permutador de Ibituruna, Francisco José Gomes de Aguiar para continuar os ditos trocos de que está encarregado a quantia de 258$000 (Duzentos e cinquenta e oito mil réis em bilhetes sortidos). Nova troca de Ibituruna em 17 jul. 1815.
> Em 11 out. 1815 – 240$000 – Ibituruna
> 22 abr. 1816 – 162$000 – *idem*
> 27 ago. 1816 – 240$000 – *Idem*
> 27 ago. 1816 – Ponte Nova da parte de lá – 120$000
> 1816 – Arraial de Ibituruna
> 22 jan. 1817 – Bom Jesus dos Perdões – 120$000
> [Casa dos Contos – Ano 1815 – Rolo n. 382 e 1519].

O fim da circulação do ouro em pó como permuta

A legislação posterior a 1808 teria causado, segundo Cunha Matos [1979] "os maiores estragos na Província de Minas Gerais, porque aumentou os extravios de ouro e deu lugar à falsificação dos bilhetes". As Ordens Régias ordenavam que o ouro em barra que girasse como moeda fosse levado à Casa da Moeda para ser amoedado, e dava instruções para o troco ou câmbio das barras de ouro. Aqui se iniciam as transformações nas rotinas das Casas de Fundição, e a consequente instituição de novas séries documentais.

Aos intendentes e tesoureiros de cada Casa de Fundição cabiam as seguintes rotinas:

1. Marcar os pesos espanhóis com os cunhos das Armas Reais [cada Casa de Fundição recebia 6 cunhos];
2. Assinar os bilhetes impressos de 1, 2, 4, 8, 12 e 16 vinténs de ouro em pó (respectivamente: 37,5, 75, 150, 300, 450 e 600 réis);
3. Prestar contas à Junta da Fazenda a cada seis meses;

4. Escolher as pessoas que nas vilas, arraiais e povoações devessem fazer a permuta do ouro em pó de faisqueira pela forma do alvará de 1.º de setembro e de 12 de outubro (art. 3.º);

5. Remeter para cada Casa de Permuta, a quantidade de moeda cunhada e de bilhetes julgada necessária conforme a distância da Casa de Permuta e a quantidade de ouro de faisqueira estimada para o período. De acordo com estes critérios, estas remessas poderiam ser feitas todas as segundas-feiras, a cada quinze dias ou a cada mês; a remessa para as Intendências do ouro de faisqueira recebido nas Casas de Permuta seria feita por soldados da tropa de linha (art. 4.º).

6. Extrair o quinto do que fosse recebendo em ouro em pó; o restante seria fundido "em barras pequenas e de valor determinado por toque". Com estas barras eram resgatados os bilhetes e a moeda provincial de prata que fossem apresentados pelos particulares "sem demora alguma, sem atenção à qualidade da pessoa";

7. Remeter nos oito primeiros dias de cada trimestre todo o quinto arrecadado e outros cabedais régios à Tesouraria Geral da Junta da Fazenda da Capitania, dando conta do que se trocou nas diferentes Casas de Permuta de sua jurisdição, e da quebra que houve na fundição do ouro de cada uma das Casas de Permuta o ouro permutado em cada Casa de Permuta deveria ser fundido separadamente, tendo em vista os diferentes toques. Esses toques se referiam à qualidade do ouro. O de Paracatu e de Morro Velho não era visto como de boa qualidade).

As Casas de Permuta deviam remeter o ouro em pó para a Casa da Intendência a cuja jurisdição pertencessem, através dos soldados da tropa de linha, com a conta do que ficou para troco, em moeda cunhada e bilhetes. O que sobrasse dos fundos deveria ser recolhido aos cofres da Tesouraria Geral, e o que faltasse ser-lhe-ia enviada certa quantidade de ouro em pó que dava entrada em cada Intendência para ser fundido em barras. Conforme assinalava a abertura de um deles:

> Este livro há de servir na Casa da Fundição da Vila do Serro do Frio para nele se carregar o ouro que vai para a Casa das Forjas com declaração da era em que nela entra e da em que sai dela, das barras que dele se fizeram, da pessoa a que pertence, da era em que entrou na dita Casa da Fundição e quem nela o meteram, o número da sua entrada, o peso e quilates do ouro das barras que se entregam na Casa do Despacho [2 AN/CC, 1626 – rolo 92, fotograma inicial 0005, in Carrara, 2003].

Carrara [2003] cita que ao final do livro, era feito o recenseamento do total apresentado, perante o Ministro Fiscal e, ao final do dia, registrava o tesoureiro a movimentação diária do ouro apresentado nas Casas de Fundição e o rendimento do quinto noutro conjunto de livros, que constituíam a segunda série, “Extrato das Partidas de Ouro Manifestadas e Fundidas”.

Diariamente eram feitas as anotações conforme se registrou na “Casa dos Trocos” de Lavras do Funil, no período de 1809 a 7 de maio de 1817, e depois a partir de 29 de julho de 1828. Nesse período, “Antônio José de Abreu comparecia frequentemente à Casa para Troco de ouro em pó em Bilhetes de Circulação (dinheiro) desde o Livro Primeiro” [Casa dos Contos – Carga-058-854/0537-0547:59v e 60].

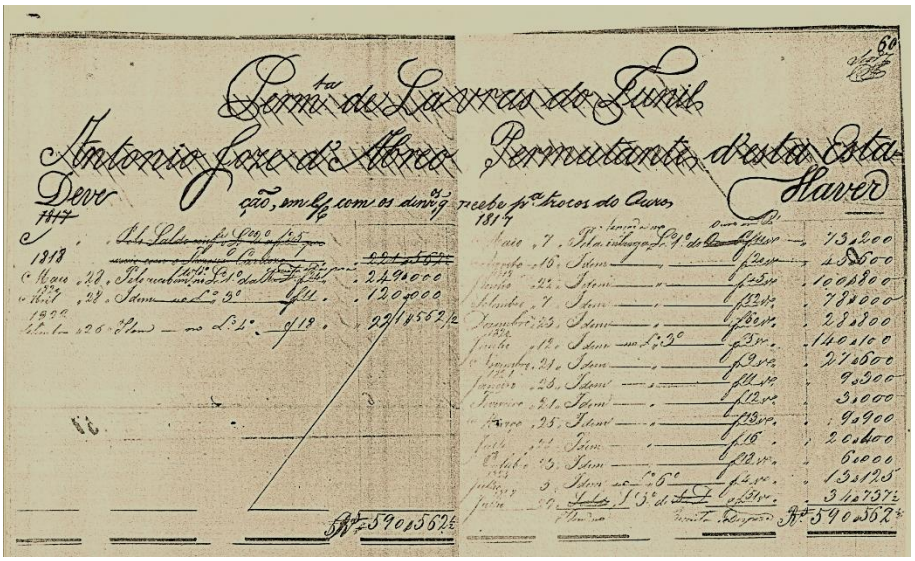


Figura 1: Folha do Livro de Permuta de Lavras do Funil [Foto da autora, 2005].

Na Paragem do Macaia, extinta pela formação das águas da Hidrelétrica do Funil, existiu também uma Casa de Permuta, aonde no período de 26 de setembro de 1822 a 1828, frequentemente Bernardo Vieira Machado trocava o ouro em pó de seu garimpo por bilhetes de circulação [Casa dos Contos – 0050-008/0672-828].

A Casa de Permuta na Ponte Nova do Rio Grande foi estabelecida em 1809, cuja movimentação operou até o ano de 1819. Os registros dos Diários de Permuta apontam, ainda, em maio de 1818, a troca de ouro em pó de Manoel Gonçalves Lopes na “Permuta da Ponte Nova d’Aquém” em 26 de setembro de

1822, José Antônio Martins na "Permuta da Ponte Nova d'Além". As expressões se referem a dizer, "do lado de lá" e "do lado de cá", da ponte do rio Grande.

Finalizando, recordo ao leitor que a grandeza aurífera de Lavras do Funil agraciou uma das mais proeminentes personalidades que por muito tempo viveu ali. Trata-se de João Alves Gouveia, o barão de Lavras, natural de Carmo da Cachoeira, onde era proprietário da "Fazenda Chamusca". Ele recebeu este título pelo Decreto de 12 jan. 1889, com honras de grandeza de Lavras onde morou, cuja justificativa do título

> de origem toponímica foi tomado da cidade de Minas Gerais onde residia o titular, em região outrora notável pela extração do ouro. Exerceu vários cargos de eleição popular e de nomeação do governo. Foi vereador à Câmara Municipal de Lavras, delegado de instrução, suplente de subdelegado de polícia e juiz de paz no aludido distrito [Cascão, 2001].

Figuras 2 e 3: Fazenda Chamusca, Carmo da Cachoeira [Foto da autora, 2005].

Referências

Andrade, F. E. (2011). Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa. *América Latina en la historia económica, América Latina História Econômica*, *35*.

Carrara, A. A. (2003). *A real fazenda de Minas Gerais: Guia de pesquisa da Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP.

Cascão, R. (2001). Barão com grandeza de Lavras. In Barata, C. E., & Bueno, A. H. C. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: Íbero-América.

Castro, F. J. P., Marquês de Aquiar. (1989). *Fragmentos de uma Memória sobre sesmarias na Bahia*. In Vasconcelos, J. M. P. (1989). *Excertos do livro das terras*. 3.ª ed. Salvador: EGBA. In Neves, E. F. (2001). Sesmarias em Portugal e no Brasil. *Politeia. História e Sociedade*, *1*(1), 111-139.

Correia Filho, (1958). Evolução dos processos de aquisição de terras no Brasil. *Revista Geográfica*, *23*(49).

Couto, J. V. (1994). *Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Eschewege, W. L. (1979). *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Fragoso, J. L. R. (1992). *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Iglésias, F. (1958). *Política Econômica no Governo Provincial Mineiro (1835-1889*). Rio de Janeiro: MEC. INL.

Mattos, R. J. C. (1979). *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]* (Vol. 2). Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Martins, M. L. (1993-1994). Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista de História*, *4*.

Mourão, M. G. M. (2005). *Raízes de Pará de Minas, uma história às margens do Paciência*. Belo Horizonte: Lutador.

Mourão, M G. M. (2006). *Santana das Lavras do Funil, nos caminhos do ouro do Sec. XVIII*. S.l.: Maria da Graça Menezes Mourão.

Neves, E. F. (2001). Sesmarias em Portugal e no Brasil. *Politeia. História e Sociedade*, *1*(1), 111-139

Oliveira, M. R. S. (2001). Os agentes produtores da Ouro Preto colonial e imperial. *Complexus 2*(3), 80-101.

17 A morte do capitão de ordenanças Sebastião Martins Pereira: Um crime ocorrido em 1802 no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões, freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil

Marcos Barbosa e Souza[89]

Resumo:

O artigo tem como objetivo abordar o contexto histórico na antiga comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais no período de transição entre os séculos XVIII e XIX. A partir de fontes documentais da época, foram abordadas as situações de violência existentes nos locais mais remotos dessa comarca mineira durante o período colonial. O assassinato de um capitão de ordenanças no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões da freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil ficou marcado na história da região como um exemplo relevante da criminalidade colonial. Os fatos aqui estudados demonstram os problemas no controle dos territórios administrados pela Coroa Portuguesa e a dificuldade na aplicação das leis e da justiça por parte das autoridades.

Palavras-chave: Romão Fagundes do Amaral – História de Perdões – Minas Gerais – Violência colonial.

[89] Marcos Barbosa e Souza é natural da cidade de Lavras, Minas Gerais. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras, exerce desde 2014 a função de extensionista rural junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins na cidade de Porto Nacional. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de genealogia e história de famílias da região de Lavras.

Durante a segunda metade do Século XVIII, no território situado na margem direita do rio Grande na então freguesia das Carrancas e comarca do Rio das Mortes, estabeleceu-se a povoação do Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões. A ocupação do povoado inicia-se por volta do ano de 1770 com a ereção de uma ermida sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Neste período houve um crescimento do número de habitantes tanto nas imediações da capela, quanto nas fazendas situadas naquela aplicação.

No ano de 1771, é criada no distrito uma Companhia de Ordenanças de Pé através de carta patente assinada em Vila Rica a 8 de março por dom José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, conde de Valadares, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais. No mesmo documento, Romão Fagundes do Amaral é nomeado ao cargo de capitão da nova companhia, composta por soldados e seus oficiais, ficando assim responsável pelo comando militar daquela aplicação [Marques, 2004]. Devido ao seu pioneirismo, a Romão Fagundes do Amaral é creditada a fundação do arraial do Senhor Bom Jesus dos Perdões [Németh-Torres, 2018]. Tempos antes da criação da nova companhia mencionada, Romão Fagundes havia requerido e recebido em 1770 uma sesmaria na paragem denominada "Serra do Senhor Bom Jesus" que viria se tornar a povoação do Senhor Bom Jesus dos Perdões [Marques, 2004]. Certamente Romão descobrira terras minerais com considerável quantidade de ouro e já se encontrava em posse delas quando requereu a sesmaria.

Romão Fagundes do Amaral era natural da capitania do Rio de Janeiro, nascido na paragem denominada "a Paciência" [ANTT, processo 12958, fl. 108v.]. A região onde Romão teria nascido, fica situada nas vertentes do Rio Piabanha, no atual município de Petrópolis (RJ), território que à época pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Durante a sua juventude, passou às Minas e foi morador no Arraial da Senhora do Bom Sucesso (atual cidade de Bom Sucesso, MG). Mais tarde, mudou-se para a dita paragem da "Serra do Senhor Bom Jesus" onde se estabeleceu com fazendas e lavra de ouro [ANTT, processo 12958, fl. 104v.].

No período entre os anos de 1793 a 1795, já possuindo a patente de sargento-mor, Romão Fagundes do Amaral foi denunciado pelo padre Manoel Ferreira Godinho e processado pela Inquisição de Lisboa por cometer e espalhar heresias [ANTT, processo 12958]. Entre outras acusações, era conhecido por propagar ideias contrárias à doutrina e aos dogmas da Igreja Católica e também por seu comportamento escandaloso. Seu processo arquivado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa não contém sentença, deixando a dúvida

sobre a condenação do acusado. Pereira [2016], em estudo sobre o seu processo, sustenta a suposição de que Romão Fagundes teria sido beneficiado pelo Regimento da Inquisição de 1774 que diminuía a importância da delação e ampliava o direito de defesa do acusado, proporcionando assim um abrandamento da sentença.

Em 1795, fora convocado pela comissão do tribunal do Santo Ofício na vila de São João del-Rei, para testemunhar no interrogatório do processo aberto contra Romão Fagundes do Amaral, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona, morador na freguesia de Prados. Anos antes, Inácio ficara conhecido por ter comandado o ataque ao famoso quilombo do Campo Grande e era o chefe superior do corpo militar o qual o sargento-mor Romão Fagundes e seu regimento estavam subordinados. Em seu depoimento, afirma que "muitas pessoas repetidas vezes e em vários tempos se lhe tem queixado de palavra e por escrita da conduta desigual e turbulenta do dito sargento-mor Romão Fagundes do Amaral" [ANTT, processo 12958, fl. 112], motivo pelo qual a testemunha tinha o cuidado de não confiar a direção e comando do seu cargo a Romão Fagundes a fim de se livrar de ouvir o clamor público. Essa informação é reforçada no mesmo documento pelo testemunho dado em janeiro de 1795 pelo tenente Joaquim Barbosa Vilar, morador há cerca de 23 anos no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Em seu depoimento, afirma ter estado muitas vezes encarregado da comandância daquele distrito como estava de presente na referida ocasião [ANTT, processo 12958, fls. 18v.; 20v.].

Durante o período colonial, "em muitas partes e sobretudo nas mais retiradas, a figura que dominava o exercício da Justiça era a do capitão-mor das ordenanças, verdadeiro delegado de polícia que punia criminosos e prevenia infrações" [Mello e Souza, 2004: 168], atuando nesses locais como uma autoridade plena e absoluta [Vasconcellos, 1921, *apud*: Mello e Souza, 2004]. Após esse período no qual o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral foi processado pela Inquisição de Lisboa, encontramos no início do Século XIX, a figura do Capitão de Ordenanças Sebastião Martins Pereira exercendo o posto de comando no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões. O referido capitão era genro de Romão Fagundes do Amaral, casado com sua filha Jacinta Teodora do Amaral, conforme consta do inventário dos bens do sargento-mor realizado por sua viúva, Maria José da Encarnação, no ano de 1826 [Villela, s.d.].

O desenrolar dos fatos que resultaram no assassinato do capitão Sebastião Martins Pereira ficaram registrados em um conjunto de documentos (1802-1803) que se encontram arquivados no Fundo da Secretaria de Governo da Capitania, Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro [APM, SG-CX.58-

DOC.40]. Segundo consta nos registros, o acontecimento teve início com o desentendimento que houve entre o capitão de ordenanças e o oficial de pintor capitão José Joaquim Teixeira, que após ser repreendido por Sebastião em razão do descumprimento de ordens dadas para o bom andamento do real serviço, teria tornado seu inimigo. Além do oficial de pintor, também é citado o nome do capitão Domingos Gomes de Macedo, morador no mesmo distrito, o qual também teria suas desavenças com Sebastião Martins Pereira pelo motivo deste ter ordenado contra a sua pessoa uma execução de cobrança referente a tributação do real subsídio. A ordem foi executada por um cabo de esquadra que teria obrigado Domingos a entregar o pagamento ao tesoureiro recebedor. Consta que após esses acontecimentos, o pintor, Domingos e outros inimigos teriam passado a realizar conluios contra o capitão Sebastião e seu sogro, o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral.

Assim foram reunindo diversos criminosos e homens vadios da região que passaram a frequentar o arraial portando facas, pistolas e outras armas. Entre esses homens, haviam conhecidos criminosos como os irmãos Joaquim Lopes e Salvador Lopes, acusados de terem arrombado a cadeia da vila de São João del-Rei e um matador chamado João Afonso. Os conspiradores também se aliaram a outras pessoas como Pedro Gonçalves, referido como homem cruel e absoluto que morava na outra margem do rio Grande e que tinha o costume de frequentar a capela do arraial aos domingos. Por vezes, aqueles e vários outros criminosos teriam sido vistos em casa do pintor José Joaquim Teixeira, que morava nas proximidades da capela.

Diante de tais acontecimentos, o comandante capitão Sebastião Martins Pereira e o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral avisaram as autoridades da câmara da vila de São José (atual Tiradentes, MG) e solicitaram a provisão de oficiais de vintena no Distrito da Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões para exercerem a lei contra esses homens que ameaçavam o sossego público. Em seus estudos sobre os juízes de vintena na região da comarca de Vila Rica, Pires (2005) afirma que os oficiais vintenários eram nomeados pelo juiz ordinário das vilas que sediavam o termo, para fazerem diligências com o intuito de resolver conflitos nas freguesias e arraiais mais distantes.

Foram providos para o distrito, o juiz de vintena José Antônio da Fonseca juntamente com o escrivão Geraldo Francisco da Silva. No documento, o escrivão relata que, na noite do dia 22 para o dia 23 de junho de 1802, ele, o juiz José Antônio, o comandante Sebastião Martins Pereira e o sargento-mor Romão Fagundes foram surpreendidos por emboscadas enquanto pousavam em um rancho situado nas terras de Romão. Nessa ocasião puderam escapar fugindo a

cavalo e sob o auxílio de armas. Posteriormente, obtendo reforços oferecidos pelo capitão Sebastião e por Romão Fagundes, realizaram diligências nas redondezas a fim de executarem vários mandados de prisão expedidos pelo juiz ordinário, mas não tiveram sucesso porque os criminosos avisados por seus apoiadores fugiram para o outro lado do rio Grande.

Em um domingo à tarde, no dia 18 de julho do mesmo ano, o capitão Sebastião Martins Pereira ao sair da capela após ouvir missa, se dirigia a cavalo pela estrada no caminho de volta para casa quando foi atingido com um tiro pelas costas e logo caiu morto. No dia seguinte ao crime, os oficiais de vintena realizaram o exame no corpo do capitão, onde constataram diversas perfurações de chumbo nas costas e no pescoço produzidas por um tiro de bacamarte. Foram testemunhas na referida ocasião o alferes Agostinho Barbosa Vilar, o sargento João Antônio, o furriel Ângelo Pimenta de Godoy, o porta-bandeira Antônio da Silva Pereira, Antônio da Cunha e outros. O escrivão de vintena Geraldo Francisco da Silva lavrou o auto de corpo de delito que assinou juntamente com o juiz José Antônio da Fonseca. Examinando os matos nas cercanias do arraial, os oficiais e as demais testemunhas encontraram sinais da tocaia onde os assassinos esperavam escondidos a passagem de Sebastião Martins Pereira. Além da cilada em que mataram o comandante, havia sinais no mato de mais duas tocaias dispostas pelo caminho que ligava a capela à casa do sargento-mor Romão Fagundes do Amaral. Supõem-se que os criminosos planejavam assassinar Romão no dia seguinte, quando o mesmo passasse pelo caminho para ir ao enterro do genro.

Em razão dos acontecimentos, o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral redige um documento memória assinado a 28 de julho e o envia aparentemente às autoridades da comarca do Rio das Mortes para expor os fatos e cobrar providências contra os criminosos. Tal memória faz parte do conjunto de documentos anteriormente citados e aqui a transcrevemos com o texto atualizado:

> Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,
>
> Dou parte a Vossa Excelência que no dia 18 do corrente mataram à traição com um tiro do mato ao capitão de ordenanças deste distrito, Sebastião Martins Pereira, como consta do auto de corpo de delito que junto ofereço com uma memória, duas certidões e uma parte do oficial do mato a quem encarreguei de várias diligências do Real Serviço.
>
> As ciladas se fizeram também para matar-me e aos oficiais de justiça e delas escapamos por não havermos ido à missa esse dia.

Tudo isto aconteceu porque, há mais de dois meses, avisei ao juiz ordinário e requeri à Câmara para darem a providência a muitos vadios que andavam com facas de ponta, pistolas e outras armas, fazendo estúrbios (sic) e que se ajuntavam na Mata muitos criminosos convocados por patronos inimigos da justiça e sossego público.

A Câmara proveu o distrito de oficiais de justiça, o capitão dito os auxiliava, eu os patrocinei para abreviar os danos. Os rebeldes que não querem que haja governo nem justiça, cuidaram em impedir as diligências e matar aos que patrocinam a justiça e Serviço Real.

Por esta causa e por estar doente, me acho recluso debaixo das minhas armas, amparando com elas os oficiais de justiça para os não matarem como juram de fazer. E dou a Vossa Excelência esta parte e declaro que pelo certificado, pelos vintenas nas certidões juntas e parte do oficial do mato e os indícios apontados na memória que junto a Vossa Excelência ofereço para clareza desta parte, é muito para temer-se um grande motim ou rebelião.

Tendo Vossa Excelência com a devida e sábia providência aos danos que ameaçam aos vassalos de Sua Alteza Real e ao país.

Deus guarde a Vossa Excelência. Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões, 28 de julho de 1802.

Romão Fagundes do Amaral,
Sargento-mor de milícias.

Memória

Que oferece o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor para clareza e inteligência da parte que fiz do Serviço de Sua Alteza Real em alguns pontos.

A Mata do Senhor Bom Jesus dos Perdões se acha situada nos confins do termo da vila de São José. Discorre por toda ela de leste a oeste fazendo muitas voltas e enseadas o rio Grande, o qual serve de divisa ao termo da dita vila extremando por ele com o termo da vila de São João até entrar nele o rio Jacaré que corre de norte a sul e também serve até certa altura de divisa do termo da dita vila de São José com o termo da vila de São Bento do Tamanduá, sendo de todas estas vilas, extrema os tais rios. Dista este terreno da Mata da sua respectiva vila, vinte e mais léguas; da vila de São João, cabeça de comarca, dezesseis e mais léguas; da vila de São Bento do Tamanduá, quatorze e mais léguas, ficando a dita Mata no centro das divisões auditórias, o terreno talvez mais remoto.

Este país assim indicado bem deixa ver pela sua situação quanto é próprio para refúgio de criminosos. Primeiro por ser de mata geral onde as estradas são poucas e mal abertas, dando em toda a parte suficiência para

mortais emboscadas, para as quais não valem cautelas particulares. Segundo porque sendo as divisões dos termos das ditas vilas os ditos rios, não pode cada um dos juízes das ditas vilas, defrear ou prender os criminosos, os quais só em passarem os rios, se acham em diferentes jurisdições. Por esta causa muitas vezes ficam duvidosos os delitos a que termo são pertencentes e ficam muitos por devassar, servindo os mesmos rios de sepultura a vários desgraçados cujos corpos assassinados servem de mantimento a monstros aquáticos. E as áreas salpicadas de sangue pede esta aos céus justiça e acurar a frouxidão dos que governam. Terceiro que as mesmas devassas que se tiram não deixam o inteiro conhecimento da verdade porque as testemunhas que temem o saber-se de seus juramentos, passão e repassam os rios, fugindo daquele juiz que as procura pela parte da sua jurisdição. Porque muitas vezes tem sucedido (e oxalá não sucedera) que se alguns criminosos sucede ser presos, no aguardo da pronuncia e em outras ocasiões sabem dos juramentos e depois de livres ou fugidos por arrombamentos das cadeias, matam as testemunhas que contra eles juraram e por isso não há devassas perfeitas e sem defeito, umas vezes por suborno das notificações e outras por temor das testemunhas. Por todo o sobredito se alcança para que os habitantes pela deserção da paragem e natureza do país, incivilizados, sem obediência às leis e a justiça, não querendo eles outra lei mais que a da sua vontade, se fazem despóticos e se discorrem absolutos e tem ódio mortal a quem procura corrigi-los com a obediência às leis e à justiça, fazendo-se assim cruéis e indômitos e só falam em matar geral e publicamente, basta lembra-lhes que podem ser castigados para lhes fazer ciúme qualquer providência dada por algum modo judicial ou militar tendente a desabusá-los do seu injusto procedimento. Segundo que por este motivo, os mesmos oficiais de milícia e justiça pelo temor do risco que correm as suas vidas, não dão as partes necessárias, passando por muitos pontos e se as dão em algumas ocasiões são desfiguradas e sem as circunstâncias precisas para servir no conhecimento do lamentável estado em que se acham as coisas, respeito à lassidão dos vadios e criminosos. Terceiro que sendo o país fértil e abundante e pela situação da forma acima indicada, os patronos dos delinquentes e assassinos lhes fornecem em qualquer parte o que eles precisam e por serem as paragens ermas, podem fazer os conluios, os ajuntamentos e conventículos que quiserem, sem que se possam saber, salvo se faz com gerais e muito ocultas devassas tiradas com muitas astúcias, por pessoas disfarçadas e desconhecidas.

Esta disposição do país e o mais que fica indicado acima, na presente ocasião o horrendo catástrofe que consta por certidão dos oficiais de justiça, vintenas respectivos, houve-se por vezes sem execução os mandados do juiz ordinário, impedidas as diligências da justiça, morto o capitão de ordenanças da paragem para dar auxílio à justiça e fazer a sua obrigação em querer prender

delinquentes. Os oficiais vintenas refugiados, muitos do povo recorrendo aos patronos dos assassinos para as suas dúvidas e não aos ramos de governo de Sua Alteza Real, antes com ofensa da sua justiça os vassalos fiéis de Sua Alteza Real ameaçados de morte. Todos os criminosos que matam, ferem e arrombam cadeias, nesta Mata se acham apoiados de patronos rebeldes que ameaçam para quanto querem executar.

Que indícios mais claros de uma rebelião que muito se pode temer, se não se derem a tempo as providências necessárias? Por quanto as rebeliões, levantes e motins, sempre principiaram por homens facinorosos, desalmados, sem temor da justiça e sem obediência às leis das monarquias e de Deus, e é muito mau indício quando se ajuntam muitos de tão péssima conduta e fazem muitas mortes e vários delitos e passam muitos anos sem castigo, engrossando nas forças e tirando do inveterado costume, asas para matarem e fazerem quanto intentam.

Por estes indícios e o mais que fica relatado, faço a parte do Real Serviço com esta memória para clareza do estado presente e conhecimento do país. E suposto que sou oficial, sem governo, porque sendo criado sargento-mor efetivo do regimento e tendo companhia neste distrito, tudo isto ficou esquecido e por mau afeto, o coronel Pamplona passou a eleger e informar, para formar-se ou inteirar-se o regimento sem de mim fazer caso nem da mesma companhia e distrito e ficou a mesma companhia sem uso do Real Serviço e muitos soldados meus, passados a ordenança e eu sem mando nem uso dele. Não obstante tudo isso, como bom e leal vassalo de Sua Alteza Real, valendo-me das leis e instruções gerais, passei agora ordem ao meu tenente e alguns oficiais que nomeei, como consta da parte do serviço que me fizeram a inclusão, remeto uma de ponderação que descobre alguns cabeças patronos dos delinquentes de que também se acha verdade nas certidões e promete o oficial descobrir os outros debaixo de juramento, o que tudo fazem por temor da morte, porque está todo o povo amedrontado como se vê na dita parte junta de que tudo tenho a satisfação de dar parte a Vossa Excelência. Dei parte mais à Câmara e ao capitão-mor e aviso às companhias de ordenança vizinhas para estarem prontas ao mesmo aviso e espero as ordens de Vossa Excelência e sábias providências. Desta Mata aos 28 de julho de 1802.

Romão Fagundes do Amaral.

Sargento-Mor de Milícias; sem uso.

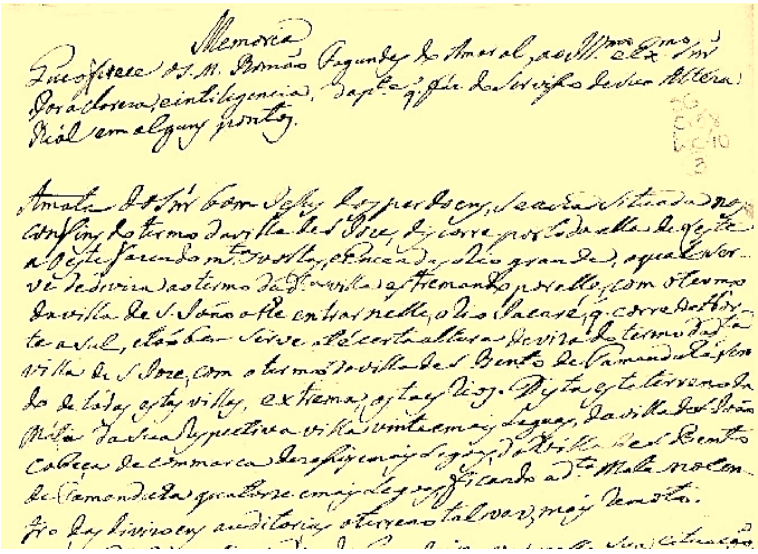


Figura 1: Fragmento da Memória escrita por Romão Fagundes do Amaral (APM, SG-CX.58-DOC.40).
.

O descontentamento do sargento-mor com o coronel Inácio Correia Pamplona fica evidenciado no conteúdo de sua memória. Assim, a informação sugere que após os acontecimentos do processo inquisitório, Romão Fagundes poderia ter tido sua reputação prejudicada e até certo ponto perdido o prestígio que tivera na época da criação da companhia.

Ainda no mesmo documento encontra-se a informação de serviço passada por José Antônio Apolinário da Silveira, ouvidor da comarca do Rio das Mortes, ao governador da capitania, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo. Redigido em São João del-Rei e datado a 21 de setembro de 1803, o documento informa que no mês de outubro de 1802 o ouvidor recebeu ordens do governador antecessor Bernardo José Maria de Lorena e Silveira para dar providências sobre o crime. O ouvidor então justifica sua recusa em passar cartas de seguro aos réus suplicantes, pela razão de que o juiz ordinário da vila de São José já teria tirado devassa do crime e os réus já haviam sido julgados e pronunciados culpados.

Esse estudo teve como propósito contribuir para o esclarecimento dos fatos históricos ocorridos em Minas Gerais no território da antiga comarca do Rio das Mortes. O conhecimento mais detalhado da história dessa região no período colonial foi possibilitado pelo acesso a fontes históricas primárias que atualmente encontram-se disponibilizadas pelo Arquivo Público Mineiro e também pelo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo através de consulta online. O território onde ocorreram os fatos aqui tratados, pertence atualmente ao município de Perdões. No passado, o distrito mencionado fez parte da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e posteriormente da freguesia de Sant'Ana das Lavras do Funil. Através dos relatos e desdobramentos desse acontecimento, podemos conhecer importantes informações sobre os episódios que ficaram marcados na história dessa região.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Inquisição de Lisboa. Processo de Romão Fagundes do Amaral*, n. 12.958. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt. Acessado em: 18 set. 2019.

Arquivo Público Mineiro (APM). *Seção Colonial*. SG-CX.58-DOC.40. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acessado em: 10 out. 2019.

Referências

Marques, C. C. (2004). *Perdões e sua história*. Perdões: [s.n.].

Mello e Souza, L. (2004). *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no Século XVIII*. 4.ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

Pereira, D. T. (2016). Semeando proposições heréticas no Brasil colonial: contesto, logo propago (XVI-XVIII). *História Unicap*, *3*(5), 121-136.

Pires, M. C. (2005). *Em testemunho de verdade: juízes de vintena e poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.

Villela, M. U. (s. d.). Romão Fagundes do Amaral, Sargento-Mor, Inventário. *Projeto Compartilhar.* Disponível em: www.projetocompartilhar.org/DocsMgMZ/RomaoFagundesdoAmaral1825.htm. Acessado em: 10 out. 2019.

18 Recortes históricos das antigas capelas do Arraial da Ponte e de Ingaí, outrora distrito de Lavras (séculos XVIII e XIX)

Prof. Vinícius Ferreira Batista[90]

Resumo:

Ingaí é uma das mais antigas localidades da região. O povoado surgiu nas margens do rio que ganhou o nome de Ingaí nos tempos da colonização do país e era o porto de travessia desse rio. Assim como todas as localidades conhecidas, a povoação surgiu em torno da construção de uma capela. No início do Século XIX, Ingaí era na beira do rio, depois, após um desentendimento, no ano de 1880, entre moradores, parte do povo se mudou para o alto da colina da Aliança. Na antiga localidade do Arraial da Ponte, a capela era de Santo Inácio, e em Aliança, a capela foi dedicada a São Sebastião. Neste artigo versaremos sobre as históricas descobertas relacionadas a essas capelas, desse lugar que era, até 1961, um distrito de Lavras.

Palavras-chave: Lavras – História – Capelas – Ingaí.

[90] Vinícius Ferreira Batista é professor de crianças na rede pública de ensino desde o ano de 2012, Psicopedagogo, graduado em Pedagogia. Atualmente é graduando do curso de Letras na UFLA. Historiador desde 2007 sendo o principal responsável pela criação e edição do Memorial Digital da Paróquia São Sebastião e São João Batista de Ingaí (MG).

Durante uma pesquisa bibliográfica para elaboração de um artigo histórico-literário na Universidade Federal de Lavras, por ventura viemos a descobrir um fato de grande relevância sobre a história de uma antiga capela que existe, em ruínas, na primeira localização do arraial de Ingaí, que era um antigo distrito sob jurisdição de Lavras.

Chegamos à conclusão de que a capela do Arraial da Ponte era dedicada a Santo Inácio e foi autorizada por provisão de 31 de maio de 1771, de acordo com o anuário de Instituições de Igrejas do bispado de Mariana [1945: 121], citado por Geovani Németh-Torres [2018: 70]. As informações sobre essa capela ainda eram imprecisas e baseadas geralmente em relatos de antigos moradores, sobretudo em relação ao santo padroeiro.

A capela é localizada a pouco mais de três quilômetros da atual sede do município de Ingaí e está no centro das ruínas do antigo cemitério e do Arraial da Ponte.

Esse Arraial da Ponte era uma das principais portas de entrada em Minas Gerais para os primeiros exploradores de ouro e diamantes no Século XVIII e início do Século XIX, pois era o ponto de travessia do rio Ingaí na Estrada Real. O cemitério ainda tem todos os seus fortes muros de pedras intactos. No meio do cemitério, tomada por diversas árvores está a antiquíssima e importante capela da localidade, com as paredes de adobe ainda de pé. Também ainda restam algumas lápides e sepulturas.

Em 1890, os moradores do arraial entraram em desentendimento, e parte deles, liderada pelo capitão Francisco Pinto de Souza, se mudaram para o novo povoado de Aliança, atual localidade onde se encontra Ingaí. Na nova localidade foi construída uma capela de madeira, dedicada a São Sebastião.

Ingaí, nos idos do Século XVIII foi um importante arraial pertencente a Lavras e a Carrancas. Ingaí aparece em antigos mapas das capitanias da nossa região. A capela do Arraial da Ponte chegou a ter até padre capelão, o que era um fator de prestígio para as localidades daquela época. Já a nova capela de São Sebastião só veio a se tornar paróquia no apagar das luzes do Século XX, em 1999, sendo a última cidade da região de Lavras a ter uma paróquia local.

A Estrada Real era um trajeto muito vigiado pela Coroa Portuguesa e outros caminhos para o escoamento das riquezas da Colônia eram proibidos de serem construídos. Diversos postos policiais eram instalados nas regiões mais vulneráveis, no entanto, uma variante da Estrada Real, extra-oficial, passava pela região do Arraial da Ponte. Os rios eram o grande desafio para os tropeiros, a travessia deles não era fácil. Nos pontos de travessia existiam moradores locais que tinham habilidades e estavam habituados com as furiosas correntezas das

águas. No porto existente em Ingaí, devido a um amenizar das águas em um trecho plano do rio, o movimento de travessia era bastante significativo e seguro.

A vila tinha um grande fluxo de pessoas e possuía um grande potencial de desenvolvimento.

Com a desavença entre os moradores o local entrou em decadência e acabou por ser abandonado e entrado em processo de arruinação.

Figura 1: Uma das mais antigas fotos da Igreja Matriz de São Sebastião de Ingaí [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

Na vila de Aliança, já no alto da Colina, uma capela de madeira foi edificada em honra a São Sebastião. A devoção ao antigo padroeiro Santo Inácio foi esquecida, talvez até como símbolo de resistência e proposta de mudança.

Um novo cemitério também foi criado é o mesmo utilizado até os dias de hoje, o que nos leva a crer que mais de quatro mil corpos já tenham sido sepultados naquele campo santo.

Quarenta e um anos depois da fundação do novo povoado, na tarde do dia 20 de outubro de 1931, às 16 horas (mais ou menos) choveu muito forte em Ingaí e caiu um raio na casa do senhor Severino, atingindo também a Igreja, derrubando a parede do fundo onde estava o altar-mor, além de outras coisas inclusive um quadro de São Sebastião pintado em uma tábua. Queimaram-se também todo o pequeno arquivo e as alfaias da igreja.

Ao passar a chuva foi rezado um terço em reparação.

No outro dia, o senhor Francisco Nepomuceno, líder local, avisou ao padre Frederico Bangder, SCJ. (de Lavras) do acontecimento e ele se dirigiu imediatamente a Ingaí. Fizeram uma limpeza na igreja, celebrou-se uma missa e o padre pediu que reconstruíssem a parede, fazendo a compra de novos paramentos.

Sempre admirado com o tamanho dos adobes de que a Igreja era construída e do acontecimento, naquela missa, o padre Frederico fez a promessa de construir todos os anos, daquela data em diante, uma fogueira dedicada a São João Batista, para que livrasse a comunidade dos raios, que em outras ocasiões já haviam até matado pessoas.

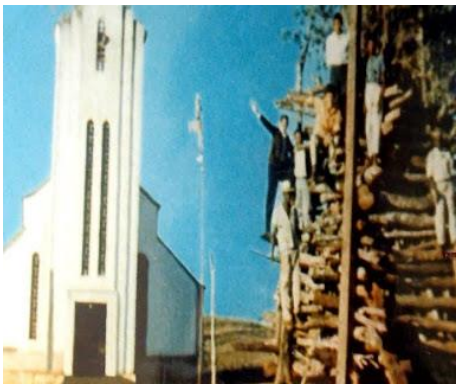


Figura 2: Fogueira ainda construída na Praça [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

A primeira fogueira foi erguida no dia 23 de junho de 1932.

Em 1933, quando realizou se a segunda fogueira, o senhor Otávio de Junqueira Miranda comprou a imagem de São João Batista para a comunidade. A imagem veio pela estação Férrea de Paulo Freitas e foi levada para a casa do senhor Gabriel Andrade Junqueira, no local denominado Capão das Flores. No dia 22 de junho de 1933 o povo foi esperá-la na entrada da vila, vindo em procissão até a igreja.

Em 1941, assumiu a comunidade de Ingaí, o padre Bernardo Köwner, SCJ., e formou se a primeira comissão da igreja, com o intuito de se construir a nova matriz do distrito. Destacaram se nesta comissão os senhores Arthur Leite, Antônio Afonso Leite, Gabriel Andrade Junqueira, Salvador Ferreira Diniz, Ramiro de Souza Andrade e outros.

No ano seguinte, 1942, celebrou-se a última missa na velha capela de adobes. As imagens foram guardadas no Prédio da Instrução (escola), onde também se realizavam os ofícios religiosos, pois a capela foi demolida.

Participaram da construção da igreja: os homens da cidade; lideraram a obra: os senhores João Francisco (João da Alta), Luiz Antônio Furtado, Sebastião Rita da Silva e o pedreiro, residente em Lavras, José Lúcio de Moraes. Padre Bernardo era o pároco e o sacristão era o senhor Antônio Teodoro.

Dois anos depois, em 1944, padre Bernardo celebrou a primeira missa na nova igreja, ainda sem portas e janelas, sem reboco e o chão era de terra batida.

No domingo 22 de junho de 1950 o padre Marino Antônio Knoff, SCJ., celebrou a bênção da nova igreja, um dia festivo: a nova matriz estava pronta. A festa da fogueira daquele ano teve esta alegria especial.

Figura 3: Padre Marino Antônio Knof [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

Figura 4: Padre Silvestre Müller [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

Em 1953 um dos primeiros padres a fixar residência em Luminárias e que também atendia Ingaí foi o padre Silvestre Müller, SCJ., mas ele era vigário da paróquia de Sant'Ana de Lavras. Padre Silvestre se tornou parte viva da história da comunidade de Lavras. Depois da vinda de padre Waldyr para Luminárias e Ingaí, pe. Silvestre retornou para a matriz de Sant'Ana de Lavras, onde ficou até sua páscoa para o reino de Deus, em 2014.

A festa de São João Batista é realizada todos os anos entre os dias 14 e 24 de junho (dia dedicado ao Santo). A grande fogueira é queimada na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho, anunciando o nascimento do glorioso santo.

Em 2014 houve um resgate histórico para o patrimônio da igreja. Uma tábua, com uma pintura rústica de São Sebastião foi a única coisa que restou da primeira capela que foi destruída por um raio e um incêndio em 1931. Essa relíquia estava sobre tutela de uma família local. Após diversos diálogos com os guardiões desse bem histórico da paróquia, a família doou a tábua para a igreja e o pároco da época, padre Carlinhos Paris Silvério, SJC. promoveu a restauração e a preservação do bem. Na tábua, que está exposta em um relicário na igreja matriz de Ingaí ainda podem ser vistos sinais do fogo que consumiu a igreja e deu origem à promessa da tradicional Fogueira de São João Batista.

Figura 5: Relíquia da antiga capela de Ingaí [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

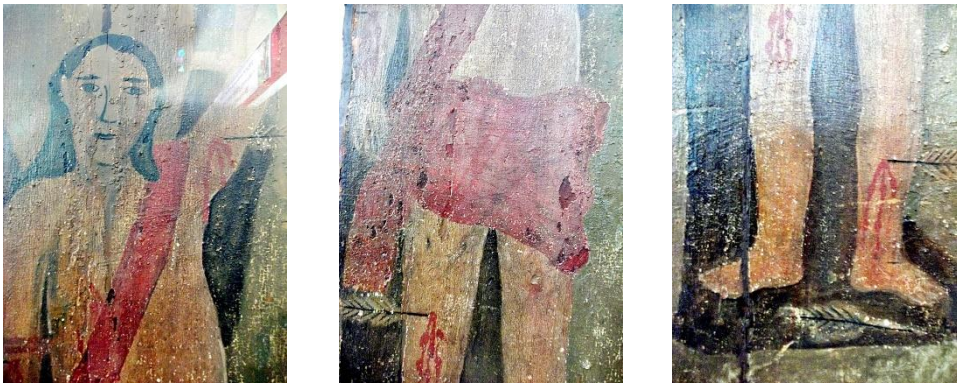
Referências

Bispado de Mariana. (1945). *Anuário de Instituições de Igrejas do bispado de Mariana*.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

Paróquia de São Sebastião de Ingaí (2019). Disponível em: http://paroquiasaosebastiaodeingai.blogspot.com. Acessado em 29 nov. 2019.

Fotos



Figuras 6 a 8: Relíquia da antiga capela de Ingaí [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

Figuras 9 e 10: Ruínas da antiga capela de Ingaí [Acervo Memorial Digital da Paróquia de Ingaí].

19 Pequeno incidente com os padres alemães em 1945 e a intervenção da Congregação Mariana

Jorge Charbel Haddad[91], & Prof. Geovani Németh-Torres

Resumo:

Transcrição de um documento da Congregação Mariana sobre evento há muito esquecido na paróquia de Sant'Ana, ocorrido em 1945, mas que merece mais atenção dado o contexto marcante da época – o fim da II Guerra Mundial.

Palavras-chave: Congregação Mariana – Paróquia de Sant'Ana de Lavras – Igreja de Nossa Senhora do Rosário – II Guerra Mundial – Xenofobia.

Figura 1: O brasão da Congregação Mariana [Acervo Mariano, na Igreja Matriz de Sant'Ana de Lavras, 2019].

[91] Jorge Charbel Haddad, 38 anos, é leigo voluntário na paróquia de Sant'Ana de Lavras desde 1996. Atualmente é presidente da Congregação Mariana de Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio de Pádua, da paróquia de Sant'Ana, membro do Conselho Administrativo e Econômico Paroquial (CAEP) e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras.

As Congregações Marianas propriamente ditas têm sua origem em Roma, no colégio dos jesuítas. Seu fundador foi o valão padre Jean Leunis (n. Principado-Bispado de Liège, 1532 – f. Turim, Ducado de Savóia, 1584). Ele começou, em 1563, a reunir semanalmente os discípulos mais fervorosos, levando-os aos pés de Nossa Senhora, onde oravam à Santíssima Virgem e ouviam uma pequena leitura espiritual; nos domingos e dias santos, cantavam as vésperas solenes. Em outras cidades, imitaram esta instituição, desenvolvendo-se daí a Congregação Mariana. Em 1584, recebeu essa instituição sua primeira sanção do papa Gregório XIII. Chamou-lhe "Escola da Virtude" e, dando-lhe existência canônica, concedeu-lhe muitas indulgências e o direito de agregar a si, para comunicar-lhes as indulgências, todas as congregações semelhantes que no futuro haviam de fundar-se, recebendo ela o título de "Prima Primária".

Desenvolveram-se rapidamente as Congregações, e de todas as classes sociais receberam elas novos membros. A primeira congregada, como diz a história, foi a imperatriz Maria da Áustria, mãe de Rodolfo II. Também diversos imperadores, como Fernando II, Fernando III, quase todos os arquiduques da Áustria, os príncipes da Baviera, reis, cardeais, núncios apostólicos, bispos, príncipes, princesas, até papas fizeram parte da Congregação Mariana[92].

Em sua longa história, as Congregações Marianas, como verdadeiras "escolas vivas de piedade e vida cristã operante"[93], deram à Igreja, até o presente, pelo menos 62 santos canonizados e 46 beatos, 22 fundadores de Institutos Religiosos, mártires, missionários e leigos de vida cristã exemplar. De 1567 até agora, entre os 31 papas que ocuparam a Cátedra de São Pedro, 23 eram Congregados Marianos, inclusive o papa São João Paulo II que, aos 14 anos, foi membro-fundador de uma Congregação Mariana, em sua cidade natal.

A Congregação Mariana de Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio de Pádua foi fundada na paróquia de Sant'Ana em 1936, por Antônio Saraiva de Melo, que pertencia a uma congregação no então distrito lavrense de Ribeirão Vermelho. No dia 9 de julho de 1936, homens e moços católicos se reuniram numa sala anexa à sacristia da igreja matriz de Sant'Ana, com presença dos padres Frederico Bangder (pároco) e Luís Tings, ambos sacerdotes da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Naquele período, a paróquia não possuía as atuais pastorais e movimentos católicos, sendo a Congregação

[92] Schmitz, D., frei OFM. (1931). *Manual dos Congregados de Nossa Senhora*. Petrópolis: Vozes.

[93] Papa Pio XII. (1948). *Constituição Apostólica do Papa Pio XII "*Bis Sæculari Die*" sobre as Congregações Marianas*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19480927_bis-saeculari.html. Acessado em 18 nov. 2019.

Mariana um meio para que os homens leigos pudessem prestar seu auxílio à Igreja; as mulheres tinham outra congregação, as Filhas de Maria Auxiliadora.

Ressalta-se que os Marianos sempre demonstraram sua devoção pelo serviço em prol da Igreja, zelando pelo seu patrimônio material, participando dos trabalhos da Semana Santa e montando o presépio no período natalino, tradições estas que já têm mais de oitenta anos, atividades desempenhadas com muito empenho, caridade e humildade. O Mariano é o braço direito do padre.

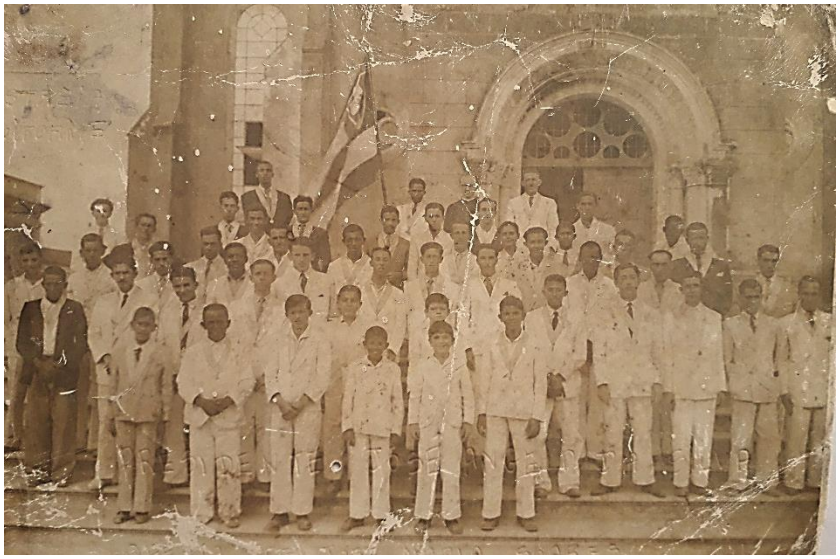


Figura 2: Marianos em 1945, em frente à matriz de Sant'Ana [Acervo da Congregação Mariana].

A paróquia de Sant'Ana de Lavras é administrada desde 1924 por padres Dehonianos. Uma peculiaridade destes sacerdotes é que, de 1924 a 2015, todos os párocos eram originários do sul do Brasil. Além disso, dos dezesseis párocos do período, quatorze eram alemães ou descendentes de imigrantes.

É sabido que o Brasil declarou guerra à Alemanha em 1942, quando, inclusive, soldados lavrenses lutaram nos campos de batalha na Itália contra as forças do Terceiro Reich. É também conhecido que no início dos anos 1940, havia um grande debate popular em nossa cidade sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, então em ruínas e ameaçada de desmoronamento. Sem dúvida, era questão muito complexa, estando os padres sob fogo cruzado entre os empresários – que tinham outros planos para o terreno da igreja –, e a população – que queria a preservação do templo, sem, contudo, tomar responsabilidade pela execução das obras de restauração.

O clima era, visivelmente, muito hostil. Vê-se que houve troca de párocos nos anos 1940 com freqüência inédita: seis vigários diferentes estiveram à frente da paróquia naquela década, algo sem dúvida relacionado aos preconceitos xenófobos exacerbados pela Guerra e também à situação da Igreja do Rosário.

As atas da Congregação Mariana trazem notícias importantes da situação da paróquia de Sant'Ana ao longo dos tempos, sendo que uma em particular, a da 175.ª reunião, a 3 de maio de 1945, demonstra um evento análogo aos problemas que os padres alemães viviam, mas também o valoroso apoio que os Marianos sempre dedicaram à Igreja. Este ato talvez estivesse esquecido nas areias do tempo se não fosse o registro deste documento, o qual transcreveremos abaixo. Futuramente, quando mais fontes escritas do período estiverem disponíveis, talvez possamos esclarecer melhor os acontecimentos críticos em Lavras naqueles anos terríveis para a Humanidade:

> "... [o presidente da reunião, José Ângelo da Silva] Elogiou e agradeceu ao nosso conselheiro Ernesto Horta, do seu belíssimo procedimento perante a Igreja, no dia da captura de Berlim pelos aliados, em que os inimigos de nossa religião queriam invadir a casa paroquial, para maltratarem os pobres e inocentes sacerdotes ali residentes. Fez bonita defesa, mostrando assim mais uma vez o exemplar e belíssimo proceder de verdadeiro Mariano e católico. A ele, a minha e de todos, nossa admiração e parabéns".

Notas

1. Adolf Hitler se suicidou em 30 de abril de 1945, e a batalha de Berlim perdurou até 2 de maio (10 horas da manhã, horário brasileiro), quando os alemães se renderam aos soviéticos. Com o devido atraso da comunicação via rádio, a tentativa de atentado em Lavras deve ter ocorrido na tarde ou noite do dia 2, enquanto a reunião dos Marianos ocorrera à noite do dia 3.
2. Entre os sacerdotes alemães, estariam o padre Heriberto Hartmann, eventualmente vigário da paróquia do Divino Espírito Santo de Varginha e também o padre Bernardo Köwner, que foi pároco de Sant'Ana por apenas alguns meses em 1945, transferindo-se em julho daquele ano para Brusque (SC). Eventualmente retornou a Minas Gerais, sendo vigário da paróquia de Santo Antônio de Itutinga, onde faleceu.
3. O conselheiro Ernesto Horta era um policial militar.

20 História da Imprensa Lavrense

José Passos de Carvalho[94]

Resumo:

Histórico dos principais órgãos da imprensa lavrense 1887-2019, com datas de fundação e seus fundadores, diretores e proprietários.

Palavras-chave: Imprensa – Redatores – Fundação – Endereços.

Figura 1: Dr. Francisco Martins de Andrade [Acervo da Prefeitura Municipal de Lavras].

[94] José Passos de Carvalho, natural de Formiga (MG), residente em Lavras, escritor, pesquisador, genealogista, militar e jornalista profissional aposentado; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e 2.º diretor tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, titular da Cadeira 20 (Patrono Basílio de Magalhães). Autor de diversas obras e pesquisas genealógicas de troncos familiares de Minas Gerais.

O pai da imprensa lavrense

Ao mineiro, ituiutabense, dr. Francisco Martins de Andrade (1854-1892), pertence uma das maiores glórias de nossa terra, e que por si só, dá-lhe o título de benemérito: ser o fundador da Imprensa Lavrense.

Fundando, aos 13 de fevereiro de 1887, o primeiro jornal – *O Lavrense*, onde fez sua aptidão de jornalista e seus dotes de político honrado e sincero. Faleceu aos 38 anos de idade, acometido pela febre amarela.

Uma família de jornalistas

Lavras teve três gerações de jornalistas. Começou com o professor Azarias Ribeiro de Souza (1859-1926), publicando *O Astro*, em fevereiro de 1898. Substituído, já em 14 de fevereiro do mesmo ano, pela *Folha de Lavras*, que avançou por mais de uma década do Século XX, sendo dirigida, nos últimos anos, por Azarias Ribeiro de Souza Júnior (1884-1919). Já na década de 1930, outro descendente do professor Azarias Ribeiro de Souza revelaria sua tendência profissional ao jornalismo. Foi Jacy de Souza Lima (1909-1976), que marcou sua presença na imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República.

"A Gazeta de Lavras", de 1888 até hoje

Em 25 de março de 1888 era fundado o jornal *A Gazeta*, que tinha como editor-chefe o jornalista Cincinato de Pádua (1871-1905), cuja circulação foi interrompida por alguns períodos. Seria refundado em 1930 por João Renato de Pádua (1879-1955). O terceiro período foi encerrado na década de 1960. Posteriormente, na década de 1980, o jornal voltou a circular e com tiragem diária de mil exemplares. Na década de 1990 encerra as atividades e o quinto período teve início em fevereiro de 2002, quando o jornal é reativado e com circulação semanal até a presente data.

Meio século da "Tribuna de Lavras"

Em 30 de dezembro de 2017, deixou de circular a *Tribuna de Lavras*, jornal criado em 1967. Assim, pela primeira vez em meio século, a cidade está sem um jornal impresso semanal.

Jornais que já circularam e circulam em Lavras:

	Nome	Fundação	
1	O Lavrense	13/02/1887	Fundado pelo culto professor e advogado Francisco Martins de Andrade. Foi o primeiro jornal lavrense.
2	A Flor	31/03/1888	
3	A Gazeta	25/03/1888	Fundado por Cincinato de Pádua. Na segunda fase, fundada por João Renato de Pádua em 14 de dezembro de 1930, ano 1, n. 1, era gerente F. Theodoro de Souza e trazia como slogan: "Órgão independente". Formato Standard – 57x37 em 6 colunas. Redator-Chefe: dr. Paulo Emílio Romaniello. Redatores: Jornalista Silvio do Amaral Moreira (Bi Moreira). Diretor: F. A. Castelo Branco. Diretor-Resp.: dr. Dirceu Duarte Braga. Diretores: dr. Gil Andrade Botelho. dr. João da Costa Ribeiro. Gerente: Antônio Ferreira Godinho. Diretor-Proprietário: Delly Leão Guimarães. Registros efetivados em 28 de fevereiro de 2002.
4	O Rio Grande	09/10/1889	
5	O Trabalho	11/10/1891	
6	O Lar	18/10/1891	
7	A Faísca	08/10/1893	
8	O Cometa	12/11/1893	
9	O Carácter	28/01/1894	
10	Correio de Lavras	05/04/1894	Redigido pelo alferes José Sylvio do Amaral (tio do jornalista e historiador Sylvio do Amaral Moreira). Voltou a circular na década de 1980, sob a responsabilidade do vereador Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, atualmente deputado.
11	O Leque	05/04/1894	
12	A Espada	01/01/1895	
13	O Púlpito Evangélico	01/1895	
14	O Zig-Zag	05/02/1895	
15	Cidade de Lavras	24/11/1895	
16	O Patriota	31/05/1896	
17	O Astro	06/02/1898	Extinto, foi transformado na semana seguinte em *Folha de Lavras*.
18	Folha de Lavras	14/02/1898	Redator Chefe: Nicolau Lembi. Sede: Praça Dr. Augusto Silva. Proprietário: Azarias Ribeiro Júnior. Circulou em 1917. Segunda fase iniciada no ano de 1992, com edições quinzenais, com redação à Rua

			Firmino Sales, 152, pelo jornalista Fernando Octávio de Avellar, tendo como editor Isnar Silva. Impressão offset. Formato standard = 57x35 cm em 6 colunas. 6 páginas. Registrado sob o n. 6, em 11 set. 1991 no Cartório de Documentos das Pessoas Jurídicas da Comarca de Lavras.
19	O Republicano	28/08/1898	Jornal de maior projeção no cenário lavrense. Era lido na capital federal. Surgiu através de uma associação, cujo historiador Silvio do Amaral Moreira ignorou para a posteridade. Foi seu gerente e editor-chefe: Afonso de Mesquita. Sua redação ficava na Travessa Sant'Ana. Em 1.º de janeiro de 1901, pertencia a Evaristo Alves de Azevedo e editor José Mesquita.
20	O Papagaio	16/02/1899	
21	A Seara	04/07/1900	
22	O Municipal	19/01/1902	
23	Commercio de Lavras	01/01/1903	
24	O Incentivo	28/02/1904	De Carlos Novaes.
25	O Til	23/11/1904	
26	Vida Escolar	01/05/1907	Fundado por Firmino Costa para o Grupo Escolar de Lavras. Segunda fase, na E. E. Firmino Costa, em 13 de maio de 1968, como boletim mensal de informações daquele estabelecimento de ensino da cidade.
27	Alvorada	20/06/1907	
28	O Operário	1909	
29	A Tribuna	07/04/1910	
30	O Jardim	03/07/1910	
31	O Mimo	08/09/1910	
32	O Liberal	19/01/1913	
33	A Comarca	1914	
34	Cine Jornal	01/06/1914	Jornal fundado polo dr. Francisco Pizzolante, como órgão do Cinema Internacional. Vespertino diário de distribuição gratuita, formato tabloide. Circulou em 1914.
35	Diário de Lavras	14/10/1914	Jornal fundado em pelo jornalista Miguel Ministério e Arnaldo Cruz. Circulou até 28 de outubro de 1915.
36	O Município	20/02/1916	Jornal fundado pelo coronel Pedro Sales como órgão do Partido Republicado. Circulou até 1930.
37	O Guarany	05/04/1917	Jornal fundado pelo seu diretor Waldemar Friedrich. Ficava situado à Rua do Instituto – Tipografia Americana – Lavras (MG).

38	O Progresso	07/09/1917	
39	A Semana	12/08/1920	
40	Tribuna do Povo	14/08/1921	Jornal fundado pelo seu diretor João da Costa Ribeiro. Redatores; João Carvalho e Antônio Hermeto C. da Costa. Gerente; José Floro Nogueira.
41	A Renascença	06/05/1922	
42	O Agricultor	1922	Era uma revista da propaganda agrícola. Registro no Livro de Imprensa sob o n. 18, de 30 setembro de 1940. Sua edição de novembro de 1923, era a de n. 9 do ano II. Nesta revista escreveu Benjamin Harris Hunnicutt, primeiro diretor da Universidade Federal de Lavras (Escola Agrícola de Lavras).
43	O Gimnásio		Jornal fundado como órgão dos gymnasianos. Diretor: Dalton de Souza.
44	Revista Illustrada Ei!	1924	Revista ilustrada, literatura, arte, humor, esporte, etc. Diretor: Emmanuel Deslandes. Redatores: Tércio Teixeira e Isaías Cavalcante. Diretor de Arte: Waldomiro N. Padilha.
45	Luz e Verdade	1928	Jornal de difusão Espírita. Registrado no Livro de Imprensa do Município sob o n. 7, em 1928. Redator-Chefe: Antônio Barboza de Oliveira.
46	Off-Side	11/07/1929	Jornal estudantil, escrito por jovens da comunidade. Redatores: Renato de Aquino Pádua e João de Aquino Pádua.
47	O Retiro	29/09/1929	
48	Sino de Sant'Ana	1931	Da paróquia de Sant'Ana. Circulou até cerca de 1936. Reeditado em 1965.
49	A República	1931	Com este título chegou a circular, tendo sido registrado no Livro de Imprensa da Comarca em 1931. Proprietário: João Goulart. Semanário noticioso, literário e comercial. Diretor-Gerente; Júlio Costa Lima. Circulava em 1934.
50	O Instituto	1931	Órgão dos alunos do Instituto Gammon. Registrado no Livro de Imprensa sob o n. 17, em 29 de agosto de 1940. Refundado pela prof.ª Nelly Furbetta Pinheiro em 1974. Redatores: José Pereira Pinto e Maria Conceição Alves.
51	Nova Lavras	31/07/1932	Refundado pelo Capitão Francisco Ribeiro de Carvalho aos 24 de julho de 1932, cuja circulação foi efetivada em 31 de julho.
52	A Passarada	Anos 1930	Órgão dos alunos do Colégio N. S. de Lourdes.
53	Era uma vez...	1935	Órgão dos alunos do Grupo Escolar Álvaro Botelho.

54	Jornal de Lavras	1937	Jornal fundado como órgão imparcial, independente, dedicado aos interesses coletivos. Administração e Redação: Rua Sant'Ana, 205. Gerente: Horácio Girardelli. Redator: João da Costa Ribeiro e Arlindo Cruz – Oficina: Rua Caetano Machado, s/n. Reeditado em 1977, sob a responsabilidade do prof. Luiz Carlos Ferreira de Souza Oliveira. Registro no Livro de Imprensa n. 3, de 6 de junho de 1977.
55	O Agrário	02/09/1947	Teve como diretor Elberth Alvarenga, gerente Francisco Cesarino e redator Clodoaldo Metello. Sua fase áurea foi no final da década de 1950. Era um órgão informativo do Centro Acadêmico da Escola Superior de Agrícola de Lavras (ESAL), hoje UFLA. Sua tiragem em trimestral em 1959 era de três mil exemplares. Foi seu diretor e redator o ex-prefeito e professor universitário João Batista Soares da Silva.
56	O Debate	08/01/1956	Dirigido pelo lavrense dr. A. Saraiva de Melo, cujas informações acerca das atividades não foram encontradas.
57	Jornalzinho Infantil	13/05/1957	
58	Trabalhismo em Marcha	01/05/1958	Jornal do PTB.
59	O R. L. R.	15/05/1958	Órgão informativo e cultural do Retiro Literário e Recreativo do Instituto Gammon. Era editado mensalmente pelos alunos do curso científico, dentre eles Murilo Agostini Felisberto, que com sua criatividade revela seu talento, mais tarde em São Paulo, como redator-chefe do Jornal da Tarde (São Paulo) e Jornal do Brasil (Rio de Janeiro). O n. 2, circulou no dia 24 de agosto de 1958. Diretor-Responsável: Erasmo A de Souza. Secretário de Redação: Murilo A Felisberto. Assistente: Benoni B. de Oliveira. Redatores: Betuel de Castro, Ezequiel P. Dias, Nilson Reis e Walter Bartals.
60	O Brotinho	18/11/1958	Jornal do Colégio Kemper.
61	Tempos Novos	13/12/1961	
62	A União	1963	Órgão oficial da União colegial Municipal. 3.000 exemplares – mensal. editado na Tipografia Ipê. 4 páginas. Rua 24 de Fevereiro, 15 – Conj. 107/110, 1.º andar. Diretor-Superintendente: Luiz Antônio de Andrade. Chefe de Redação: José Márcio Carvalho.

63	Tribuna de Lavras	01/10/1967	Fundado por Dante Silva e o jornalista Luiz Gomide. Formato: Standard – 6 colunas – 38/57. Redator: Luiz Gomide. Semanal, impresso em offset, com três cadernos. É o primeiro jornal lavrense que se tornou como imprensa oficial, publicando os atos do Poder Judiciário. Circulou até 2017, como um dos maiores jornais com estrutura própria no Sul de Minas Gerais. Diretor-Resp. José Eduardo Carvalho Gomide.
64	CAPOP	13/04/1970	Jornal do Colégio Estadual Dr. José Batista Hermeto.
65	Psicodélico	1971	Feito pelos detentos da cadeia.
66	Studio	27/10/1972	Do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia.
67	Acrópole	04/1975	Separata do jornal Tribuna de Lavras, editada por Bi Moreira. 1.ª fase: 1975-1980, 2.ª fase: 1986-1988, 3.ª fase: 1994, 4.ª fase 2010-2011, 5.ª fase, 2019-hoje.
68	Acervo	09/1988	Órgão de Divulgação do Jornal Bi Moreira. Seis edições mensais, última em março de 1989.
69	O Leão do Sul	08/1989	Informativo do 8.º BPM. Editado em agosto de 1989, como órgão de divulgação da Unidade. Redator, jornalista e cabo PM Passos de Carvalho. Divulgou a realização das 111.ª Olimpíadas dos Colégios Tiradentes da PMMG. Posteriormente, foi editado o informativo, mas com o nome de Camisa Oito.
70	Recordação de Solferino	27/10/1989	Informativo regular, editado pela Cruz Vermelha Brasileira, Posto no município de Lavras (MG). Fundado, redigido e dirigido pelo jornalista Passos de Carvalho. Publicou diversas edições, voltadas pela divulgação da entidade. Circulou normalmente até maio de 1994. Tem todos os registros, exigidos pela legislação vigente no Brasil, inclusive, a patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI/MJ), sob n. 815340737. Registro no Livro de Imprensa sob o n. 4, fls. 13, de 22 de novembro de 1989.
71	Alô Minas	05/1991	Circulação quinzenal. Diretores: Haroldo Dantas Bertolucci, Haidée Bertolucci Murad e Geraldo Bertolucci Júnior. Formato; Tablóide – 12 páginas – 35x28, 2 cores – Vermelho e Preto. Não tinha jornalista responsável. Registrado no Livro de Imprensa da Comarca sob o n. 5, em 16 jul. 1990.

72	Folha Rio Grande	05/06/1991	Fundado pelo jornalista Passos de Carvalho, administrador Edilson Pereira, estudante Paulo Párraga Júnior e Sargento João José da Silva. Redator: Passos de Carvalho. Circulou inicialmente com edições quinzenais. Formato standard, com 6 páginas. Atualmente circula com 14 páginas. Tinha redação e administração à Avenida Bueno da Fonseca, 11, Lavras (MG).
73	Minas do Sul	20/07/1991	Fundado por Cordette Paulo de Oliveira, sendo redatora a jornalista Márcia Rodrigues Martins – DRT 1.988/MG. Circulou temporariamente nos principais municípios do Sul do Estado, como: Varginha, Lavras, Boa Esperança, Pouso Alegre, Poços de Caldas, dentre outros. Formato: standard, 57x35 – com 8 páginas em 6 colunas. Redação: Rua Comandante Soares Júnior, n. 463, Lavras.
74	Folha do Vale do Alto Rio Grande	27/07/1991	Fundado pelos irmãos Sérgio Moreno de Oliveira e Salvador Moreno de Oliveira. Redação Rua Chagas Dória, 29. Circulação nas cidades de Lavras, Cana Verde e Perdões. Propriedade Agência AM/PM. Formato: Tabloide 35x28 – 4 colunas – 8 páginas. Não tinha jornalista responsável. Exemplar: CR$ 50,00.
75	Acervo Cultural	09/1993	Órgão de Divulgação do Jornal Bi Moreira. Única edição.
76	Jornal UFLA	1994	Jornal da Universidade Federal de Lavras.
77	XX de Julho	11/12/1994	Fundado pelo seu diretor Antônio Massahud, tendo como jornalista responsável João Carlos Arruda Unes (Reg. Prof. 834/04/122 (FENAJ), com sede à Rua Rui Barbosa, 309, de propriedade da INDI Gráfica e Editora Ltda, circulação semanal, com uma tiragem de 5000 exemplares. Editado em gráfica própria. Formato: 32x43 cm – Standard / Offset – Primeira Página colorida. Intitulado como um jornal de informações e serviços. Custava ao leitor a quantia de R$ 0,70. – 10 páginas. Trabalhado em seis colunas.
78	Lavras	08/1995	Jornal criado pela Lei n. 2.160, de 3 de abril de 1995. Órgão oficial do Município de Lavras, para publicação dos atos dos poderes constituídos. Diretor Resp.: Jornalista Herculano Pinto Filho. MG1399JP. Registro: Diretor Resp.: 25584/7-DRT-MG. Circulou sua primeira edição na primeira

			quinzena de agosto de 1995, durando até 31 de dezembro de 1996.
79	A Voz de Sant'Ana	1998	Órgão da paróquia de Sant'Ana.
80	Lavras Urgente	10/11/1998	Fundado pelo advogado e jornalista Hugo José de Oliveira, teve poucas edições. Usava o lema: Um jornal vibrante – uma arma do povo. Sem nenhuma expressão jornalística circulou alguns números. Sua primeira edição circulou em 28 de novembro 1998. Formato tabloide: 45x21 – 6 colunas – 6 páginas. Redação: Rua Chagas Doria, 29 / sala 25. Tiragem: 1.500 exemplares.
81	LavrasNews	19/11/1998	Fundado pela Fundação Abraham Lincoln sob a presidência do sr. Delly Leão Guimarães com registro no Livro de Imprensa do Município sob o n. 12, em 19 de novembro de 1998. Primeiro jornal no gênero em Lavras. Eletrônico, tendo com diretor: Eduardo Cicarelli e Jornalista Responsável: Silvânia Cássia de Lima – CRJ 0660/GO.
82	Revista Elitte	03/1999	Fundada como Espaço Mix, passou a se chamar revista Exclusiv em 2000. Em 2004, adotou de vez o nome Elitte. Circulação trimestral.
83	Sul Repórter	14/07/1999	Fundado pelo jornalista José Gabriel dos Santos – DRT 1.784/MG, com 16 páginas – formato standard 47x32, colorido, com redação no bairro Jardim Floresta – Rua Comandante Lindemberg, 112. Circulação semanal – às quartas-feiras.
84	Alô Lavras	13/10/2001	
85	O Corvo	03/12/2006	Único jornal manuscrito em circulação no país, feito pelo metalúrgico Sebastião Filho.
86	Jornal da Rua		Fundado em e dirigido pelo jornalista Pedro Coimbra Pádua. Jornalista resp.: Edio do Nascimento Birindiba, Reg. Prof. MG01487JP. Circula semanalmente, formato tabloide 12 páginas. Distribuição gratuita.
87	Lavras Agora		Jornal formato tabloide, em circulação, sob a responsabilidade do jornalista Ricardo Gottoso.
88	Informativo ASPAT-CEDET	04/06/2010	Órgão de divulgação da Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento. Anual. Distribuição gratuita, tiragem de mil exemplares.
89	Revista Ipê	11/2012	Circulação quadrimensal.
90	Lavras Conectada	2014	Jornal cultural de distribuição gratuita, dirigido pelo jornalista Ricardo Silva.
91	Revista Status	01/2018	Circulação trimestral.

Radiodifusão

No Brasil, a primeira emissora pública foi a Rádio do Ministério da Educação e Cultura (Rádio MEC). Criada em 1923 como Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a estação foi doada, em 1936, ao Ministério da Educação por Edgard Roquette Pinto, com a exigência de que sempre mantivesse sua missão educativo-cultural. Em 1940, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro é estatizada pelo então presidente Getúlio Vargas. Hoje, a Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub) representa cerca de 47 emissoras em todo o país.

	Nome	**Fundação**	
1	Rádio Cultura de Lavras	30/06/1946	Rádio AM 770 kHz. Inaugurada oficialmente em 26 jan. 1947. Atualmente é administrada pelo empresário Carlos Alberto Pereira.
2	Rádio Rio Grande	31/05/1984	Rádio FM 94,7 MHz. Administrada por Sérgio Morel Vitorino e José Santana.
3	Rádio Universitária	18/05/1987	Rádio FM 105,7 MHz. Integra o complexo de comunicação social da Universidade Federal de Lavras: Rádio FM Universitária, TV Universitária e o jornal impresso da UFLA.
4	Rádio Comunitária Renovar	10/11/1997	Antes se chamou Comunitária do Senhor, administrada pela Comunidade Renovar. Primeira emissora legal comunitária de Minas Gerais e a segunda do Brasil. Autorizada pelo decreto legislativo federal n. 521 de 18 ago. 2003.
5	TV Universitária	03/09/1999	Fundada e inaugurada pelo jornalista Silva Junior, teve como principais e primeiros repórteres: jornalistas Silva Junior, Natanael Rabello, Sérgio Wagner Junior e Luciano de Paulo. Opera nos canais 13 VHF e 15 UHF – sendo uma emissora concessionária da TV Cultura Minas. É um órgão integrante do complexo de comunicação institucional da Universidade Federal de Lavras.
6	Rádio Comunitária Dimensão	24/03/2002	Fundada e licenciada pelo governo brasileiro para a Fundação Abraham Lincoln.
7	TV Câmara	09/05/2005	Emissora concessionária da TV Assembleia – fundada e dirigida pelo jornalista Aureliano Borges, integrada o complexo de comunicação social da Câmara Municipal de Lavras.

21 Os incêndios criminosos em Lavras[95]

Eduardo Cicarelli[96]

Resumo:

Crônica dos trágicos eventos de 1962, quando vários casarões foram destruídos criminosamente pelas chamas.

Palavras-chave: Crimes – Piromania – Patrimônio destruído – Casarões coloniais.

Figura 1: O sobrado do Capitão Evaristo, "primeira vítima" dos incêndios de 1962 [Acervo Renato Libeck].

[95] Publicado no *LavrasNews*, 7 de janeiro de 2002.
[96] Eduardo Cicarelli é jornalista, escritor e historiador. Proprietário do www.jornaldelavras.com.br, principal veículo informativo de Lavras na atualidade.

Noite de 1.º de maio de 1962; o silêncio era algumas vezes quebrado por um ou outro grupo de rapazes frequentadores das mesas de sinuca do Bar Tujague que subiam conversando pelo meio da rua, já que naquela época poucos carros circulavam pela cidade. Outras vezes, pelo barulho de um tropeço de algum boêmio solitário nos trilhos dos bondes ou nos paralelepípedos polidos da praça Dr. Augusto Silva; de vez em quando, ouvia-se alguém cantarolando um bolero que ouvira inúmeras vezes em um dos bares da zona boêmia da Rua Álvaro Botelho. De barulho constante mesmo, somente o vento que agitava cadenciadamente as folhas das palmeiras do Kemper, que num movimento de vai-e-vem, parecia reverenciar a brisa fria da noite.

De repente alguém grita que o sobrado do capitão Evaristo estava pegando fogo; passava pouco mais das 11 horas da noite de domingo. Os gritos acordaram os motoristas de praça que dormiam dentro de seus confortáveis Fords ou Buiques e que faziam ponto em frente à igreja do Rosário.

Algumas pessoas adiantaram-se e arrombaram uma das portas do armazém da Camig, verificaram então que o fogo já havia tomado grande parte do térreo do sobrado de quase duzentos anos; as labaredas, impelidas pelos produtos químicos armazenados, já ardiam nos barrotes de óleo bálsamo e jacarandás lavrados à mão pelos servis e de maneira desrespeitosa, agrediam a noite e formando uma névoa cerrada em tom de ouro em um céu de carvão.

Imediatamente, a família do dr. Eugênio Azevedo, proprietária e ocupante da parte superior do prédio foi avisada do perigo. Uma multidão solidária dirigiu-se ao local, despertada pelos gritos e pelo estalar da madeira, como se gritasse ao ser devorada avidamente pelo fogo ardente.

Dezenas de pessoas ajudaram na remoção de alguns móveis do casarão e na tentativa da extinção das chamas. O delegado regional de polícia, João Piragibe, compareceu imediatamente ao local e auxiliado pelos soldados do 8.º Batalhão de Infantaria, comandados pelo coronel Washington Dias de Aragão, isolaram a área.

Outras providências também foram tomadas: enquanto o delegado regional João Piragibe solicitava por telefone a assistência do Corpo de Bombeiros em Belo Horizonte, os soldados do 8.º retiravam os estoques das casas comerciais próximas ao casarão. Até mesmo às agências dos bancos Hypothecario e da Lavoura foram esvaziadas.

Cinco horas depois do início do fogo, chegava de Belo Horizonte uma guarnição do Corpo de Bombeiros, que diante dos olhos assustados dos lavrenses que a essa hora já tomava quase toda Praça Dr. Augusto Silva, cuidaram apenas do rescaldo.

Além da residência do dr. Eugênio Azevedo, o fogo destruiu completamente o armazém da Camig, um açougue, um gabinete odontológico, um Café e o Bar do Lucílio Schmidt, um alemão radicado em Lavras.

O espetáculo, de tamanha proporção, desenhado pelo sinistro até então desconhecido pelos lavrenses, causou uma profunda impressão no ânimo público, já que apenas pequenos incêndios se verificaram em Lavras.

Nos arquivos da Prefeitura Municipal, encontramos um documento bastante curioso: no dia 20 de novembro de 1918, Castro Souza, administrador de obras, consulta ao Agente Executivo sobre o conserto de uma "bomba de incêndio", que segundo ele, encontrava-se em estado bastante avançado de destruição. O agente executivo dr. João Augusto da Silva Pena, responde de maneira bastante criativa a indagação do servidor municipal:

> "Há 30 anos deu-se um começo de incêndio na casa do senhor Francisco Modesto e cunhados, ali no Largo da Matriz, tendo bastado uns baldes d'água para a extinção das chamas, sendo de se referir, como dado histórico, que os bombeiros foram: José Moreira, Pedro Salles, Christóvam Fernandes e outros meninos; agora ouve um incêndio na casa do senhor João Moreira, casa que foi destruída em poucos minutos. Por esta progressão, se conclui que só daqui há 29 anos teremos outro incêndio, portanto não justifica o gasto".
> Dr. Pena.

Ainda perdurava no espírito do solidário povo lavrense o sentimento pelo ocorrido com o sobrado do capitão Evaristo Alves de Azevedo, e passado apenas 22 dias, outro incêndio choca ainda mais os moradores de Lavras.

A noite do dia 4 de junho ainda estava caindo quando se deu o alarme; mais uma vez o fogo devorava, diante da plateia perplexa, outro casarão dos templos da Vila de Lavras: o Jardim Hotel, antigo Hotel Moreira, na praça Dr. Augusto Silva. O fogo que iniciou no porão, alcançou em minutos o assoalho do hotel, os portais, janelas, móveis e o engradamento do telhado, desabotoando o manto negro da noite, destruiu totalmente um mercadinho anexo, um escritório de venda de imóveis e uma fábrica de urnas funerárias da Casa Juca Procópio.

Toda operação anteriormente montada pelos comandados do coronel Washington Dias Aragão, comandante do 8.º Batalhão, para debelar o incêndio do casarão dos Azevedos, foi repetida: cordões de isolamento, evacuação dos edifícios vizinhos e a retirada de móveis e utensílios do Jardim Hotel. Enquanto isso o delegado regional João Piragibe, comunicava em Belo Horizonte com o Corpo de Bombeiros. Os bravos soldados do fogo chegaram a Lavras na madrugada e pouco puderam fazer, apesar de terem trazidos além da viatura, um "carro-bomba", recentemente adquirido pelo Governo do Estado.

Os aspirantes José Aparecido Miranda, o cabo Antônio Costa e os soldados Elson Castanheira e Lázaro Miliorelli, todos integrantes do 8.º Batalhão de Infantaria, além do enfermeiro da Rede Mineira de Viação, Leônidas de Souza Lima, e o funcionário da Companhia Lavrense de Eletricidade, Geraldo Erley, foram enaltecidos pela imprensa, que reconheceu o esforço descomedido e dedicação para amparar as pessoas que foram atingidas pelo sinistro.

"Seria sabotagem?", questionava a população. "Não!", acreditava a imprensa lavrense, "trata-se apenas de pura coincidência; uma fatalidade, o fogo provavelmente foi provocado por um curto-circuito ou uma ponta de cigarro atirado por algum desavisado", afirmavam.

No dia 9 de junho, quando a cidade ainda contemplava com profundo pesar às destruições do sobrado dos Azevedos e do Jardim Hotel, ao cair da noite, um imenso clarão toma conta da Praça Dr. Augusto Silva; desta vez foi um casarão adquirido pelo coronel Thomaz de Aquino Alves de Azevedo, em 7 de março de 1854 para abrigar a Câmara Municipal. O fogo ardia e devorava um depósito de móveis da Mobiliaria Aliança, um gabinete odontológico e parte da história de Lavras.

Agora não restava mais dúvida: os incêndios que se sucederam em menos de um mês eram criminosos. O pânico tomava conta dos lavrenses; boatos surgiam pelos quatro cantos.

Figura 2: O Grande Hotel Moreira [Acervo Renato Libeck].

Figura 3: O Prédio da Câmara Municipal entre 1854 e 1907 [Acervo Renato Torres Libeck].

"São os miseráveis dos comunistas!" Afirmavam categoricamente alguns. Paralelamente aos boatos inúmeras pichações com as siglas M. A. C. (Movimento Anti-Comunista), se espalhavam pela cidade. Os simpatizantes do Partido Comunista retrucaram e respondiam da mesma forma, na calada da noite: "Injustiça". A intolerância dos extremistas já começava a preocupar a

polícia que teve de armar um esquema especial para conter os ânimos dos radicais e prender o incendiário.

Preocupado com a crescente intranquilidade, com os boatos, com a onda de telefonemas anônimos e com as cobranças, o prefeito Sylvio Menicucci convocou uma reunião, onde estiveram representantes do comércio, vereadores, autoridades civis e militares. Nesta reunião, que durou uma hora e vinte e cinco minutos, foram tomadas uma série de medidas, uma delas, a demolição do Theatro Municipal, que segundo alguns vereadores respaldados por comerciantes, poderia comprometer todo o quarteirão, inclusive o prédio da Prefeitura, caso fosse incendiado.

Figura 4: O depósito de móveis da Mobiliaria Aliança que fora incendiado a 9 de junho de 1962 [Acervo de Marcília Teixeira da Silva].

Essa absurda decisão tomada em grupo e mais tarde atribuída injustamente apenas ao prefeito Sylvio Menicucci, causou uma perda irreparável para a memória e para a cultura de Lavras.

Outras medidas tomadas foram: policiamento em pontos estratégicos e a permanência da unidade do corpo de bombeiros, que havia voltado com o terceiro incêndio, o que foi conseguido pelo prefeito Sylvio Menicucci junto ao secretário de Segurança, Mauro da Silva Gouvêa.

Inúmeros eram os boatos espalhados, um deles, que os incêndios eram iniciados através de um pó químico que seria atirado pelo maníaco nos suspiros dos porões. Outros diziam que era uma bomba incendiária programada.

O fato é que os moradores de Lavras estavam intranquilos, telefonemas anônimos denunciavam pessoas, bilhetes de ameaças, qualquer cidadão suspeito era detido e levado para a cadeia pública e era preso para averiguações.

Ao anoitecer do dia 11 de junho, um outro incêndio é iniciado em um sobrado na esquina da Rua Chagas Dória com Rua Lourenço Menicucci, felizmente foi socorrido a tempo e a suas chamas debeladas, causando pouco prejuízo, mas aumentando ainda mais a insegurança dos cidadãos.

Mais boatos: populares diziam ter visto dois homens correrem com a aproximação das pessoas momento antes do início do incêndio; outros afirmavam que um homem havia pulado o muro do sobrado carregando uma lata com estopa e um vidro de gasolina; “era um homem moreno e usava um chapéu

e capa"; "era um homem claro de aproximadamente 20 anos"; eram muitas versões, mas nada de concreto.

Grupos de pessoas despreparadas se armavam e faziam a ronda de suas casas; Lavras vivia um momento de apreensão, intranquilidade e desconfiança, todo mundo era suspeito.

Crescia ainda mais a pressão sobre o prefeito Sylvio Menicucci: "temos que demolir o cinema velho e o casarão dos Guadalupes". O cinema velho a que se referiam era o Theatro Municipal e o casarão dos Guadalupes era onde é hoje a Drogaria Aparecida e a residência da Doninha Pádua Menicucci. O Theatro Municipal veio abaixo para satisfazer as mentes perturbadas e alarmistas. Quanto ao casarão do major César Guadalupe, este permaneceu de pé por um bom tempo.

Na noite de 14 de junho, João Batista de Oliveira e Antônio de Oliveira, dois atiradores do Tiro de Guerra, quando subiam pela Rua João Modesto de Souza viram um homem pular um muro de uma residência e imediatamente deram-lhe voz de prisão.

Conduzido à delegacia e entregue a guarda do delegado regional João Piragibe, verificou-se tratar do alemão Lucílio Schmidt, morador da Rua Dona Emerenciana e proprietário de um bar no sobrado do capitão Evaristo, o primeiro a ser incendiado.

Schmidt era um homem trabalhador, honesto, bom pai de família, bom vizinho, bom marido e acima de qualquer suspeita. Trabalhou na RCA Victor em São Paulo por 20 anos, dono de uma ficha repleta de elogios, demitiu-se e com o dinheiro da indenização adquiriu uma casa em Lavras e comprou o bar.

Interrogado disse que não foi responsável pelo primeiro incêndio, mas pelos outros assumiu sua culpa. Quanto ao casarão da Rua Chagas Dória, de propriedade da família Lourenço Menicucci, Schmidt disse "achar aquela casa muito antipática", daí a razão de tentar incendiá-la.

Pela resposta, percebeu-se tratar de um homem com problemas mentais sérios, apesar de sua aparente boa conduta e postura diante da sociedade lavrense, que assistia a tudo, perplexa diante da fragilidade e da incapacidade de julgar e condenar pessoas.

Lucílio Schmidt permaneceu preso por um pequeno período em Lavras e depois foi transferido para o manicômio de Barbacena. Na década de 1980, Schmidt foi visto naquela cidade trabalhando, como sempre fez, era proprietário de uma pequena banca de verduras.

22 Influência dos missionários americanos na vida de Lavras

Araken Bezerra[97]

Resumo:

A influência dos missionários presbiterianos norte-americanos foi decisiva para a cidade de Lavras, Minas Gerais, pois trouxe além do ensino, novidades em diversas áreas. Lavras, na ocasião da mudança do Colégio Evangélico para a cidade, passava por um período de grande desenvolvimento, mas a educação escolar estava pouco desenvolvida. A atividade agropecuária era feita de maneira primitiva, embora as condições para essa atividade fossem muito boas: clima, qualidade do solo e por ser uma região de vocação agrícola. Coube a esses missionários trazer as novas técnicas e animais de bom padrão genético. Além disso, ensinar e dar apoio técnico aos agricultores. O preparo das moças para a função doméstica e social também foi aperfeiçoada. O esporte teve grande incentivo com a introdução de atividades esportivas até então desconhecidas. A influência se fez sentir também em atividades e sugestões de melhoria das condições da cidade. O movimento religioso presbiteriano, que se iniciava timidamente, recebeu um grande incentivo.

Palavras-chave: Missionários presbiterianos – Educação – Escola Agrícola de Lavras – Instituto Gammon.

[97] Araken Bezerra é bacharel em Biociências, interessado em História e na preservação da memória. Foi aluno do Instituto Gammon (Instituto Presbiteriano Gammon) de 1954 a 1962. Autor de dois livros sobre essa Instituição de Ensino: "*Amizades que Fazemos*", obra memorialista sobre o tempo em que estudou nesse Colégio e "*Instituto Gammon – Dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano*" que conta a história da Instituição desde a sua fundação até o início da década de 1960.

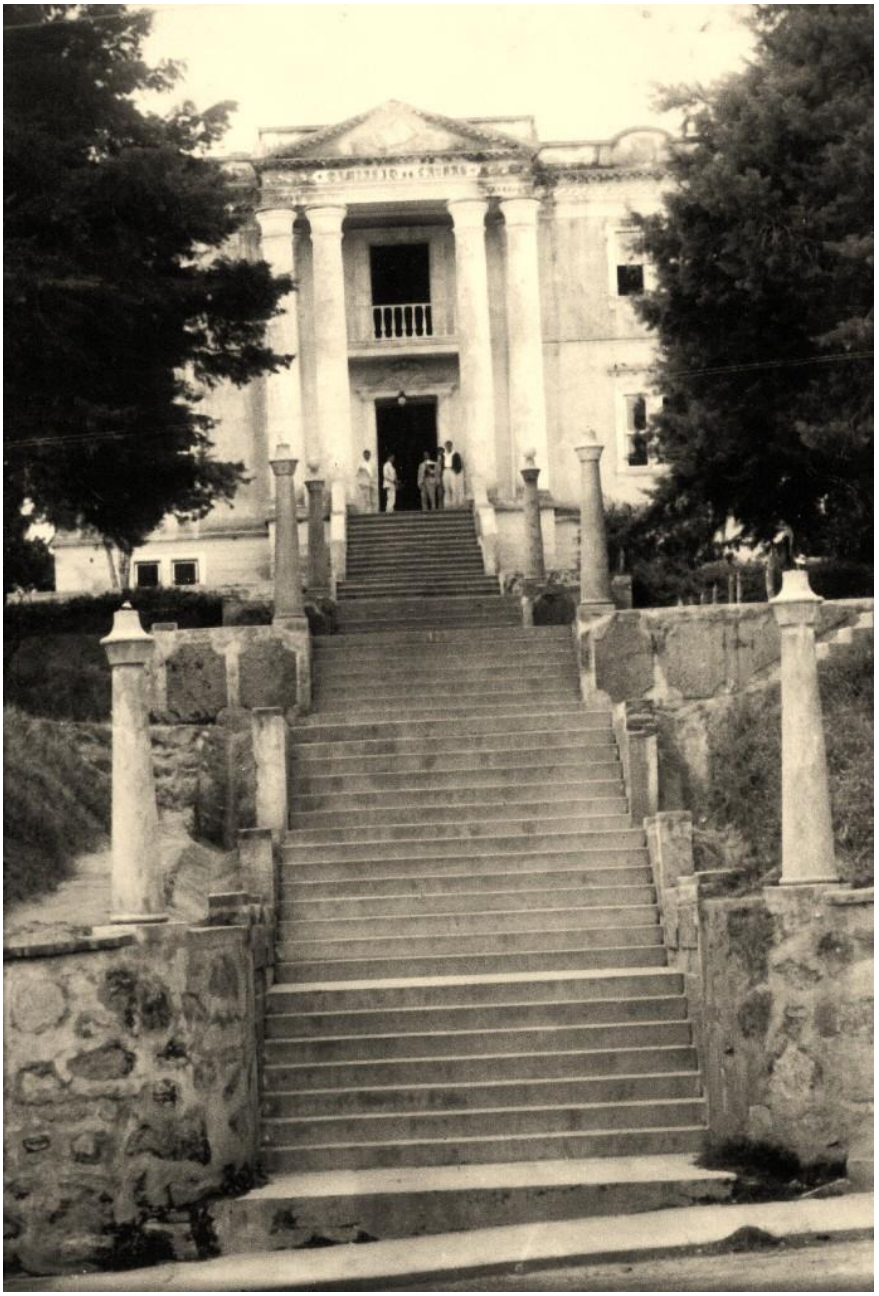


Figura 1: Entrada de "O Prédio", Instituto Evangélico de Lavras, c. 1910 [Acervo do Pró-Memória do Instituto Gammon].

A par da missão de evangelização, os missionários presbiterianos trouxeram muitas novidades nas áreas de ensino, de comportamento social e de tecnologia.

Era o final do Século XIX e a sociedade estava organizada ainda de maneira patriarcal e excludente. As famílias com mais condições financeiras tinham um padrão de educação e de vida muito diferente do resto da população. No sistema patriarcal das classes mais abastadas, o filho era preparado para cursar uma Academia e as filhas recebiam educação em casa para serem as "Rainhas do Lar", cuidando da casa, do marido e dos filhos. Aprendiam a ler de maneira básica e recebiam da própria família formação em costura, cozinha, arrumação da casa, cuidados com o recém-nascido e em piano por uma professora contratada para esse fim. O recato e a não exposição pública (a não ser em determinadas ocasiões) eram levados muito em conta. No sistema patriarcal das classes menos favorecidas, a mulher não estudava e tomava conta do lar, do marido e dos filhos, além de trabalhar como doméstica ou lavadeira. Os rapazes, se estudavam, aprendiam o básico, porque representavam mão de obra indispensável para sustento da família.

Uma grande influência dos norte-americanos, que vinham de um país já bem adiantado, foi tornar o conhecimento acessível a todos e sistematizar os ensinamentos dados em casa, mesmo no caso dos agricultores.

Quando os primeiros missionários presbiterianos norte-americanos chegaram a Lavras, não tinham muitas informações sobre a cidade e seus moradores. Sabiam que era uma região muito saudável e com grande potencial de desenvolvimento, pois havia um plano de estender para Lavras a ferrovia que chegava até Ribeirão Vermelho.

A salubridade do local fora muito importante na escolha de onde seria instalado o Colégio, que tivera que fechar suas portas em Campinas devido a uma epidemia de febre amarela que dizimara parte significativa da população.

Depois de muitos dias de viagem, com sucessivas baldeações, chegaram a Ribeirão Vermelho onde esperaram os carros de boi e os cavalos que os levariam e à sua bagagem para o outro lado do rio Grande e por fim a Lavras. Não havia ponte e atravessaram de barca.

Acomodaram as bagagens em carro de boi e seguiram a cavalo, chegando a Lavras no dia 4 de dezembro de 1892.

Parte da mudança chegou em 14 de dezembro, em seis carros puxados por 64 bois. A última remessa chegou em 6 de janeiro de 1893 (carteiras, louças, utensílios de cozinha, biblioteca). Com a bagagem veio também a tipografia que tinha sido doada em 1890 pela firma "Converse & Cia." proprietária do *Christian*

Observer. Em Campinas já se imprimia os periódicos evangélicos "*A Espada*" e "*Púlpito Evangélico*". O dr. Horace Selden Allyn era ministro do evangelho, médico e tipógrafo e veio para Lavras ajudar na instalação da tipografia. Essa tipografia foi o embrião da Imprensa Gammon.

Quanto à população, os missionários sabiam apenas que havia uma elite cultural e muitos pobres que nem sequer sabiam ler. Não sabiam que a presença deles iria influenciar de maneira positiva e definitiva toda a história da cidade

O final do Século XIX estava sendo um período de rápido desenvolvimento em Lavras, a começar pelas novas ligações fluviais e ferroviárias criadas. Em 18 de dezembro de 1880 foi inaugurada a navegação fluvial de 208 km entre os portos de Ribeirão Vermelho (município de Lavras) e de Capetinga (município de Piumhi), feita pelo barco a vapor "Dr. Jorge". Em 14 de abril de 1888 a Estrada de Ferro Oeste de Minas inaugurou a primeira estação em Ribeirão Vermelho, e em 1.º de abril de 1895 inaugurou a estação na cidade de Lavras. A ligação ferroviária entre Ribeirão Vermelho e Lavras já existia desde o ano anterior, mas a estação ainda não tinha sido construída.

A cidade, não deveria ser muito diferente da citada no "*Almanak Administrativo e Industrial do Império do Brasil*" de 1885: "Havia 4 igrejas, 400 casas, Câmara Municipal onde funcionava o Júri (o presidente na época da chegada dos missionários era o Agente Executivo dr. Augusto Sales), Hospital de Caridade, Casa de Instrução Pública, Teatro e aproximadamente 9.000 habitantes". O cenário musical era também citado por ter uma Banda de Música e 14 pianos. Lavras era uma cidade antiga, cenário de mineração em busca de ouro, que se tornara comarca em 1870, mas tinha praticamente uma rua que se estendia das imediações da chácara do dr. Jorge até o Cruzeiro (cerca de 4 quilômetros). As ruas eram lamacentas ou poeirentas. As casas eram simples embora houvesse, na Praça da Matriz (atual Praça Dr. Augusto Silva) poucos sobrados da elite, alguns com calçadas feitas de cimento que era importado em barricas. A Praça da Matriz ou Jardim Municipal, que tinha sido usada como campo de futebol e terreno para armar parques e circos, já sofrera em 1853 a primeira arborização feita pelo agente executivo dr. José Jorge Silva. Nesse mesmo ano fora desativado o cemitério vizinho à Igreja do Rosário e criado o cemitério de São Miguel.

A lateral dessa praça (Rua Direita) estava pavimentada com pé de moleque desde 1836. Nos arredores da cidade se amontoavam os casebres cobertos de capim. Segundo o jornal "*Acrópole*", número 46, o ensino em Lavras no início do Século XX obedecia a seguinte cronologia: em 1825 havia 2 escolas com 22 alunos. Em 1832 foi apresentado um relatório à Câmara Municipal dando

conta de aulas de nível secundário ministradas pelo padre Francisco de Assis Braziel nos cômodos da antiga matriz de Sant'Ana. Nesse mesmo ano havia três escolas particulares com mais de 60 alunos: de Joaquim Ferreira da Silva, de Cipriano Gomes da Cruz e de Dona Emerenciana M. de Jesus. Em 1851 foi fundado o Colégio Mineiro que tinha como diretor o padre Flávio Ribeiro de Almeida. Em 1873 havia a Associação Propagadora de Instrução mantida pela elite benemérita da época para alfabetizar meninos pobres, órfãos e adultos. Em 1883 se transformou no Externato Municipal que foi a primeira escola pública mantida pela Câmara Municipal sob a direção do professor Azarias Ribeiro de Souza, então com 24 anos. Em 1889 foi criado, por Azarias Ribeiro, a partir do Externato Municipal, o Colégio Lavrense que funcionou até 1920. Segundo dados do arquivo histórico do Museu da UFLA, em 1892, Lavras já tinha a Santa Casa de Misericórdia (1880), canalização de água potável (1885), Cia. União Lavrense de Fiação e Tecidos (1886) e o primeiro jornal da cidade ("*O Lavrense*", de 1887). Esse foi o panorama social e de ensino que os missionários encontraram em Lavras.

O movimento religioso Presbiteriano em Lavras sempre esteve muito ligado ao novo Instituto. Antes da chegada dos missionários, desde 1887, os trabalhos evangelísticos aconteciam com a visita do reverendo Eduardo Carlos Pereira da cidade de Campanha. Ganharam força em 1892 com a chegada de Samuel Gammon e George W. Chamberlain que visitava Lavras periodicamente. Antes da construção de um Templo, as reuniões ocorriam na residência do sr. Francisco Augusto Deslandes na esquina da Rua Direita (hoje Barão do Rio Branco) com a Rua do Fogo (hoje Bernardino Macieira). O sr. Francisco era colportor, pioneiro na divulgação do Evangelho e foi o braço direito do dr. Gammon, dos reverendos David Armstrong e Horácio Allyn nas viagens de evangelização. Com o aumento de fiéis as reuniões passaram a ser realizadas num salão da Escola de Meninas do Instituto Evangélico. Com a necessidade de um local mais amplo, as reuniões passaram a ser na residência de dona Carlota Maria da Conceição. Em 1897 foi organizada a "Sociedade Egreja Presbiteriana de Lavras" em terreno situado ao lado do Jardim Municipal, adquirido do alferes José Fernandes de Oliveira e de seu irmão Thomaz de Oliveira. Em 9 de julho de 1899 foi inaugurado o templo da Igreja Presbiteriana. Em outubro de 1911 foi organizada eclesiasticamente a Primeira Igreja Presbiteriana de Lavras com 85 membros. A consagração do Templo foi feita pelo reverendo Samuel Rhea Gammon. Por volta de 1914 foram iniciadas as atividades na Rua da Fábrica (atual Avenida Vaz Monteiro) que décadas depois foram organizadas como Segunda Igreja Presbiteriana de Lavras. O Templo original da Primeira Igreja

teve que ser demolido para ampliação. Foi reinaugurado em 1944 como até hoje se apresenta. A consagração foi feita pelo reverendo Francisco Penha Alves, auxiliado pelos reverendos Frank Fischer Baker e Benjamin Moraes.

A grande preocupação dos missionários era a de que todos deveriam ter acesso ao ensino.

Um folheto de 1895 divulgava o "*Regulamento da Eschola Gratuita*" o que demonstrava a preocupação com a educação de todos nas matérias do Curso Primário:

> "... abriu-se num prédio no Largo de Sant'Anna uma escola de instrução gratuita. 1 – os paes têm de fornecer os livros, cadernos, pennas, lápis, pedras, etc. 2 – os alunos devem vir sempre asseiados. 3 – é de primeira necessidade e uma condição indispensável que os alunos assistam com regularidade. Faltando nisto perderão o privilégio das aulas, visto ser impossível o aluno adiantar-se nos seus estudos sem regularidade na assistência, Samuel R. Gammon, Director, Lavras, agosto de 1895".

Não há registro da duração do funcionamento dessa escola, mas há, em 1904, informação a respeito de seu funcionamento com quarenta alunos. Uma das diferenças notadas pelos americanos foi que os moradores locais de um modo geral, se vestiam da maneira descuidada tanto em casa, quanto na rua ou nos escritórios: "As crianças iam à Escola, ao Correio ou qualquer outro local sem estar propriamente vestidas". Por isso a recomendação sobre o asseio no item 2 da publicação.

O novo Colégio Evangélico, em 1895 tinha 10 alunos internos e muitos externos. Em 1896 o jornal "*Cidade de Lavras*", na edição de 19 de janeiro, publicou anúncio de matrícula referindo-se às matérias: Música, Cultura Física e Desenho Industrial. Nesse mesmo ano surgiu uma novidade que era o uso de uniforme pelos alunos e, por iniciativa do dr. Gammon, foi criado o Clube Literário Musical com a primeira apresentação em março de 1896.

No encerramento das aulas desse ano duas moças receberam diploma: Georgina Azevedo e Maria Silva que foram as primeiras formadas na Escola. A cerimônia foi no Teatro Municipal. A mulher (embora em pequeno número) começava a sair do Lar para estudar.

Em 1899 a "*Folha de Lavras*" fez a primeira menção sobre o estabelecimento de ensino da Missão Presbiteriana: noticiou que após os exames teve lugar uma exposição de trabalhos de agulha, flores, desenhos, etc. preparados pelas alunas do Colégio do Instituto Evangélico.

O jornal "*O Incentivo*", de 1904, anunciava o início do ano letivo citando as aulas de Trabalhos Manuais, incluindo Desenho Industrial, Arquitetura e Noções para o Ofício de Pedreiro com "materias mathematicas necessárias" e conteúdo necessário ao ofício.

Na edição de 3 de abril na página 2 noticiava: "Instituto Evangélico: dois colégios distintos: internato e externato masculino e feminino. Colégio das Meninas na Praça Municipal e dos Meninos numa chácara nos arrabaldes da cidade. Além das matérias do primário, secundário e superior, as meninas têm aula de artes domésticas e os meninos aprendem ofício de carpintaria, marceneiro e pedreiro além de noções de agricultura".

Em 1907 o boletim *Vida Escolar*, editado pelo professor Firmino Costa, noticiou que no dia 27 de maio, no Colégio de Meninas, dirigido por Ruth See, houve uma exposição de trabalhos das alunas: costura, óleo, aquarelas, bordados, etc. Os alunos uniformizados de branco executaram exercícios de ginástica escolar e exposição de trabalhos feitos no Liceu de Artes e Ofícios; no dia 28 de maio aconteceu um Concerto Musical organizado pela professora Palmira Exel. Foi apresentada a Fantasia Musical "*As Quatro Estações*".

As comemorações de encerramento do ano letivo de 1908, constaram de duas exposições de trabalhos de alunos e um concerto. No dia 23 de maio a exposição de trabalho dos rapazes: Selaria, Sapataria, Encadernação, Tipografia, Fotografia e Cartografia. No dia 26 exposição de trabalhos de cartografia, costura e desenho das alunas do Colégio Carlota Kemper e no dia 27 concerto pelas alunas de d.ª Palmira Exel.

Essas exposições de trabalhos davam ideia de como era ampla a grade curricular, pois o conceito de ensino para os missionários era formar cidadãos com conhecimentos gerais e profissionalizantes. As moças ainda eram preparadas para a função social e cuidados com o Lar e os filhos. Em 1921 foi dado um grande desenvolvimento ao curso de Economia Doméstica (Saneamento, Higiene e Embelezamento do Lar, Noções de Tecidos e Tinturaria, Prática de Avicultura, Floricultura e Puericultura) para que o mesmo se tornasse um dos mais importantes departamentos do Colégio Kemper. O curso de Costura já tivera grande desenvolvimento no ano anterior. Também o curso de Arte Culinária foi iniciado, com ênfase na culinária com recursos do país e da região para tornar a refeição mais saudável e variada. Além disso foram introduzidos no cardápio lavrense o pão americano (*biscuit*), pudim de pão (*bread pudding*) que os estudantes apelidaram de "angu de macaco", ambos vendidos mesmo anos depois, na Padaria São Jorge. Destacava-se, ainda, o doce de chocolate (*fudge*), o sorvete, a gelatina, a maionese, o ponche protestante (*punch*) não alcoólico,

saboreado em tantas festas, os pratos frios, as saladas elaboradas e finalmente as balas de coco, batizadas com seu nome de origem: "*candy*" (quende). Para isso foram feitas reformas para a instalação da cozinha especial.

A partir de 1924, passou a ser ministrado o curso de Artes Belas e Úteis que incluiu o curso de Artes Domésticas e Rurais. Seu conteúdo era Português, uma Língua Moderna, História, parte do curso de Artes Domésticas (com ênfase em Música, Pintura e Desenho). De acordo com o prospecto: "Claro está, que a moça que concluir esse Curso terá cultivado bellamente o seu espírito e deverá ser um ornamento para a Sociedade e para o Lar". O curso Artes Domésticas conferia diploma e levava em conta o preparo da mulher para a missão de esposa e mãe, habilitando-a a dirigir e executar os trabalhos do Lar. Era essa ainda a ideia da função da mulher na Sociedade. As Artes Rurais eram a Agricultura e Horticultura, na teoria e na prática: Princípios e Prática de Julgamento e Seleção de Sementes, Noções de Moléstias que atacam as plantas e métodos para combatê-las, Noções de diversas qualidades de solos e dos adubos próprios para cada um, Plantação, Noções de laticínios, de avicultura e prática em cuidar de aves domésticas, Enlatação e outros métodos de conservação de frutas e vegetais, além de lições e trabalhos especiais sobre como preparar alimentos para crianças e enfermos.

Outra área era a de Costura no qual se aprendia confecção de roupas, valor e tipos de diferentes tecidos, diferentes tipos de tecelagem, tingimento e engomação de roupas e tecidos, remoção de nódoas e manchas de todos os tipos. Para as aulas de costura havia uma sala especial na Escola Carlota Kemper, com 25 máquinas de costura e uma professora especializada para essas aulas.

O curso de Artes Domésticas e Rurais seguia o mesmo programa da década anterior, mas a partir de 1936 um curso de Artes Domésticas de 3 anos dava direito a Diploma. Constava de Costura, Economia Doméstica, Arte de Decoração de Casa, Enfermagem, Puericultura, Pronto Socorro, Arte Culinária, Desenho, Pintura e Modelagem e as "matérias básicas indispensáveis a qualquer moça culta, como Português, Matemática, História e Línguas Modernas (Francês e Inglês)". Eram dados também cursos práticos para senhoras e senhoritas da comunidade que desejassem. Eram organizados de acordo com a preferência das alunas e constava de Cozinha, Costura, Decoração de Casa e Enfermagem. Havia um Curso de Inglês aberto à comunidade.

Na área de Decoração, aprendia-se a escolher o local para moradia e sua construção, saneamento do lar e higiene doméstica, embelezamento da casa, cuidados com crianças (puericultura), cuidados com os enfermos e sua

alimentação. As alunas também aprendiam sobre decoração de casa com especialistas no assunto, vindas dos Estados Unidos. Revistas americanas como *Ladies Home Journal*, *Better Homes and Gardens*, *Family Circle* e *Life* eram parte do material didático. E as jovens do colégio conheciam as leis que regem a estética, sabiam onde e como pendurar quadros, arranjar uma bela jarra de flores ou colocar móveis de estilo em sala ou quarto. Esse aprendizado se estendeu às suas famílias, pois se tornaram agentes multiplicadores do conhecimento.

As alunas maiores tinham aula de puericultura e faziam cadernos caprichados contendo gravuras e ensinamentos teóricos sobre gravidez, parto, cuidados com a saúde da gestante e do bebê e cuidados com a alimentação. Essas aulas eram ministradas por médicas, enfermeiras e professores de Ciências.

No Prospecto de 1908 o texto de dr. Gammon demonstrava a preocupação com o aprimoramento completo do ser humano, física, moral, intelectual, espiritual e religiosamente. "Entendemos que a educação ideal procura, não somente o desenvolvimento physico e intellectual do homem, mas também o desenvolvimento de suas faculdades moraes e de suas capacidades espirituaes e religiosas. Esta educação moral e espiritual procuramos basear nas verdades, princípios e exemplos encontrados nas Sagradas Lettras."

No Prospecto de 1909 havia uma declaração clara sobre o Instituto.

> "O ideal em todos os estabelecimentos do Instituto Evangélico é unir ao ensino theorico o estudo practico. Estamos convencidos de que o ensino industrial tem grande valor. Sua utilidade é dupla, sendo educativo e ao mesmo tempo practico. Consegue a par do desenvolvimento das faculdades intelectuaes, o dos sentidos. Proporciona aos alumnos um exercício saudável, habilita-os a julgar das formas e dimensões, e dá destreza às mãos no manejo de instrumentos. O systema de unir ao ensino theórico o estudo practico tem o apoio dos homens que mais se empenham pela educação da mocidade. É adoptado nas melhores escolas públicas e em muitas das mais notáveis escolas particulares nos paizes que mais pugnam pela instrução popular".

Esse posicionamento mostra bem a vontade de fazer a cidade progredir e de formar cidadãos com um nível social e profissional que eles consideravam ideal.

Segundo o professor Firmino Costa no jornal *Vida Escolar* (1908 – ano 2, número 23). "O Instituto marcou uma nova fase para a instrução em Lavras. As tentativas anteriormente feitas para criação de colégios, evidenciam sem dúvida o amor e o interesse de nossos conterrâneos a causa da instrução. Porem elas nunca chegaram a resultados seguros e duradouros".

Figura 2: Carlota Kemper (1837-1927), educadora norte-americana que apoiou Samuel Gammon nos primórdios do Instituto Evangélico, c. 1920. [Acervo do Pró-Memória do Instituto Gammon].

A educação, nessa época era mais voltada para a área de Humanidades. Na primeira década do Século XX, além das matérias curriculares básicas eram dadas aulas de Alemão, Grego, Francês, Inglês, Latim, Lógica, Pintura e Música (teoria musical, canto e piano), além das aulas de formação profissional (selaria, etc.). As escolas presbiterianas trouxeram novidades na área de educação como, por exemplo, a introdução de atitudes liberais com respeito à raça, religião e ideias políticas, adoção da educação desde o curso primário, organização do esporte como obrigatório e sistemático e introdução de novas modalidades de esportes e desenvolvimento de atividades extracurriculares como os Grêmios.

As agremiações de alunos eram diversas, abrangendo todas as áreas e interesses dos alunos: O Centro Lítero-Agrícola (criado em 1921) tinha em vista cultivar a Língua Pátria e dar oportunidade para os associados defenderem teses e desenvolverem trabalhos técnicos sobre Agronomia. A Associação Cristã Feminina tinha a finalidade de desenvolver nas sócias o desejo de seguir os ensinos de Jesus, nutrir ideais nobres e elevados e cultivar bons sentimentos. O Grêmio Olavo Bilac (criado em 1910) visava desenvolver nas alunas a arte de expressão. O Retiro Literário e Recreativo tinha a finalidade de desenvolver o aluno nas letras através de trabalhos realizados em particular ou em público. Era dividido em quatro seções distintas tendo cada uma um representante: Literária, Poética, Científica e Musical. A oratória era o destaque das reuniões. Os alunos da primeira série se limitavam a contar pequenas histórias. Os da segunda e terceira encarregavam-se das biografias, os da quarta e quinta narravam fatos históricos e cívicos, faziam saudações, agradecimentos e outras atividades sociais. A Associação dos Ex-Alunos do Instituto Gammon (AEIG) visava desenvolver a sociabilidade entre professores e estudantes e

cultivar a amizade entre todos os que passassem pelo Instituto bem como manter as tradições e os ideais do estabelecimento de ensino. Foi fundada em 24 de março de 1931 e tinha seus fins devidamente expressos em estatutos. Havia também a Sociedade dos Covenanters (criada em 1904). O Grêmio Samuel Gammon era uma agremiação do Colégio Carlota Kemper, que visava desenvolver nas sócias o interesse pelo trabalho e desenvolvimento da causa de Cristo e o desejo de melhorar as condições morais e espirituais do povo brasileiro. Em 1939 um relatório noticiava que o Grêmio Evangélico Samuel Gammon, além das reuniões ordinárias, dirigira um culto especial para os ginasianos, escrevera uma carta de conforto e enviara uma oferta material para um gammonense que se achava no leprosário de Sabará e realizara um convescote para o qual cada sócio poderia convidar um amigo, o que mais uma vez mostrava a integração extra muros do Colégio. Compareceram a esse convescote o reitor do Instituto Gammon e professores. A Liga Pró-Temperança foi criada em 1927.

O Grêmio Olegário Mariano foi fundado em 1932 pelos alunos da terceira série do Ginasial Oficial, do Ginasial não Oficial e do terceiro ano do Curso Comercial. O Grêmio Alberto de Oliveira foi fundado também em 1932 pelos secundanistas dos mesmos cursos. O Grupo Filatélico Gammonense foi organizado em 1932 no Ginásio para facilitar a relação entre os colecionadores de selos e promover a difusão da arte da filatelia. Havia também Associação Atlética do Instituto. O Clube Agrícola Benjamin Hunnicutt foi fundado no segundo semestre de 1935 no Kemper (para os alunos do curso primário). Na ESAL havia o Centro Acadêmico de Agronomia (antigo Centro Lírico-Agrícola), sociedade lítero-científica dirigida pelos estudantes de Agronomia, com o mesmo objetivo do seu antecessor. Essas sociedades organizavam festas como um meio de socialização dos estudantes, por exemplo, a festa de coroação da Rainha da Primavera nas dependências da ESAL e do Dia da Árvore. Muitas delas eram temáticas como a promovida pelo Colégio Carlota Kemper em 1924 chamada a Festa das Estações com a apresentação de grupos de alunas representando os temas: “Os meses”, “As flores” e “As fadas”. Outra atuação dos alunos foi na Dramatização da História do Instituto Gammon na década de 40 e da Vida de Samuel Gammon na década de 50. Também o Coral do Instituto encenou operetas de Gilbert e Sullivan como “*O Mikado*” e “*HMS Pinafore*”.

Em 1920 teve início do Curso de Música. Os alunos de música, interessados em diploma pelo Trinity College de Londres, podiam seguir o programa do mesmo e ser examinados por professores que vinham à América do Sul para esse fim. Os aprovados nos exames (escritos e práticos) recebiam

atestado de aprovação e os que concluíam o Curso e eram aprovados nesses exames recebiam o diploma do Trinity College (Suplemento do Prospecto de 1920). Era franqueado a ambos os sexos com aulas de piano, violino, flauta, banda e vocal. Mais tarde o Curso de Música, abrangendo ensino de piano, que era de oito anos seguia aproximadamente o programa do Instituto Nacional, ensino de Violino que foi iniciado em 1956 com o mesmo programa do Instituto Nacional (dois anos preparatórios fundamentais com Teoria, Harmonia e História da Música) e Canto. Ao terminar o programa de cada ano o aluno prestava exame perante comissões a fim de mostrar seu aproveitamento. Completando o curso de piano o aluno mostrava seu preparo e aproveitamento dando um recital do qual devia constar uma composição própria. Havia também durante o ano letivo audições realizadas no Instituto para que os alunos, tocando ou ouvindo se educassem e se desenvolvessem na arte do som. Os cursos eram abertos para a comunidade independente de estudarem ou não no Instituto.

O Instituto procurava realçar o desenvolvimento da inteligência sobre a memória utilizando o método intuitivo, que não dava resposta direta, mas levava os alunos, por meio de suas reflexões a encontrar a resposta para suas indagações e com isso construir o seu conhecimento. Dava prioridade à observação e ao desenvolvimento de atividades concretas. Esse método já era utilizado nos Estados Unidos em todos os níveis de ensino. As ideias de Pestalozzi estavam presentes no sistema educacional do Instituto como afirmou dr. Gammon em 1928: “Entendemos como Pestalozzi, que a verdadeira educação não é a que procura tão somente a instrução do aluno, mas a que tem por fim desenvolver lhe harmoniosamente todos os poderes de que o Criador o dotou”.

No prospecto de 1939 apareceu um comunicado aos pais sobre a escolha do curso para as filhas: “As moças que desejam colocar-se no comércio mais tarde devem naturalmente ingressar no Curso Comercial. As demais devem pensar no Curso Fundamental Ginasial porque além de ser um curso cultural fundamental por excelência, indispensável e útil a todo brasileiro é necessário para as alunas que pretendam cursar as academias superiores e é o caminho recomendável às futuras professoras do país de acordo com o pensamento dos poderes públicos que dirigem o ensino. Assim haverá 5 anos de preparo geral (Curso seriado) e mais 2 de preparo técnico para aprender a ensinar (Curso Normal Modelo). As turmas femininas dos primeiros anos do Curso Seriado assistem as aulas em separado nas dependências do Colégio Kemper”. Era o primeiro passo para uma formação profissional para as moças. A mulher começava a sair do Lar para trabalhar.

A ginástica foi outra uma novidade trazida pelos norte-americanos. Tinha característica artística sendo que a masculina era mais acrobática e a feminina mais próximo da dança. Ainda não havia a prática dos esportes atléticos. Nos primeiros anos do Século XX chegou a Lavras a prática de tênis, trazida pelos missionários. Esse esporte fora introduzido no Brasil no final do Século XIX. A introdução de esportes estrangeiros em Lavras aconteceu pela influência protestante. O futebol começou a ser praticado em Lavras no Instituto Evangélico. A primeira bola de futebol foi trazida por um dos reverendos da instituição. Antes disso, o pessoal costumava jogar futebol com a "toranja", que era uma fruta que substituía a bola. As partidas eram feitas num terreno dentro do Colégio. Foi graças a esses alunos que surgiu a iniciativa de fundar o Lavras Sport Club em 1913. Os treinamentos eram feitos onde funcionaram as antigas oficinas de Rede Ferroviária Federal, na zona norte da cidade. A criação desse time fez com que nascesse um clube rival, o Himalaia, que também era formado por alunos do Instituto. As partidas eram feitas em campos onde eventualmente seriam construídas as oficinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas [Németh-Torres, 2012]. O Departamento de Atletismo do Instituto foi organizado em 1915 Os equipamentos foram adquiridos do Ginásio Anglo Mineiro de Belo Horizonte.

Além do futebol, eram praticados voleibol, basquetebol e "*lawn-tenis*". Em 1918 a educação física passou a fazer parte do currículo escolar por meio do Estatuto da Associação Atlética. O Estatuto destacava que os esportes levavam ao desenvolvimento do corpo e à resistência do organismo, o que reforçava a crença em que a esperança da Pátria estava em jovens desenvolvidos pelos músculos, intelecto e pelo coração. Essa Associação surgiu em 1916 com a fusão de todos os clubes de esportes do Instituto. Na introdução do Estatuto, em 1919, o professor e ex-aluno Emanuel Deslandes escreveu:

> "Aqui, no meu tempo de rapaz, quando interno no Instituto Evangélico, até 1908, limitávamos a schootar uma fructa das auranciaaceas, a zamboia e nisto consistia a realização do sport bretão entre nós. Mas d'ahi a pouco, por uma subscrição entre os alumnos, obtivemos uma bolla, e este facto enthusiasmou tanto a rapaziada, que um club foi organizado, com um programma desenvolvido, onde a acquisição de um campo figurava como assunto mais importante".

Na década de 1920 eram praticadas atividades diversas como saltos, corridas, ginástica sueca, danças rítmicas, trabalhos em aparelhos, agarra bandeira, pega-pega, peteca e equitação.

À medida que dr. Gammon ia conhecendo melhor a cidade e seus arredores, ia percebendo outras necessidades. Uma dessas constatações estava relacionada com a agricultura e pecuária. Vindo de um país já desenvolvido nesses setores, estranhou a maneira simples como eram tratadas essas áreas. Não havia máquinas agrícolas nem a preocupação com melhoramento genético. Ainda não havia uma ciência relacionada ao melhoramento genético, mas empiricamente já se sabia, nos Estados Unidos, que se fossem cruzados animais com aparentes características boas, o resultado seria cada vez indivíduos melhores. Em Lavras os cruzamentos eram feitos ao acaso, levando às vezes a uma degeneração dos animais. Estava aí uma oportunidade para ajudar os fazendeiros. Um dos grandes sonhos do dr. Gammon era estabelecer uma Escola Agrícola em Lavras. No prospecto do Instituto Evangélico de 1908 constam as palavras do dr. Gammon sobre a finalidade de uma Escola Agrícola:

> "[...] Que os prepare para convenientemente aproveitar as riquezas naturaes da terra. Incontestavelmente, a mão da Natureza prodigalizou os seus benefícios quando passou por esta terra. O solo é ubérrimo, o clima é salubre e favorável; não menos certo é, porém, que o povo não tem sabido desfrutar essas ricas dádivas da generosa Providência. Nenhuma ciência ou arte, neste último meio século, tem feito progresso como a arte e a ciência da agricultura em certos países da Europa e América. [...] O Brasil é um país essencialmente agrícola e Minas sobretudo tem a sua principal fonte de riqueza no seu solo fertilíssimo [...]. Uma das cousas que têm dificultado o desenvolvimento da vida agrícola é a ideia, entre o povo, de que o agricultor pertence a uma classe menos illustrada do que o bacharel em lettras. Esta idéia é perniciosa, e para removel-a é preciso que a Escola Agrícola, ao passo que dá aos seus alunos a instrucção necessária para a lavoura scientifica, lhes dê também a cultura intellectual que os prepare a defender os direitos de sua classe nas assembleias legislativas ou perante sociedades scientificas, sem medo de medirem suas forças com as de outra classe qualquer. Tal deverá ser o curso da Escola Agricola. Está chegando o tempo em que desejamos, por meio de nossa Escola Agricola, concorrer modestamente para o desenvolvimento desta ciência e do progresso desta arte de agricultura."

Para isso, foi buscar nos Estados Unidos uma autoridade no assunto. A importância dessa contratação era tanta que foi elaborado um contrato de prestação de serviço entre o especialista escolhido e dr. Gammon. Era o dr. Benjamin Harris Hunnicutt, natural de Turim, Geórgia, um jovem (21 anos) recém-formado em Ciências Agrícolas no Mississipi State College, mas já com bastante prática na área. Na prática a vocação dos Hunnicutts para a agricultura remontava a muitos anos.

Benjamin Hunnicutt veio para o Brasil em 17 de dezembro de 1907, para organizar e dirigir a Escola Agrícola de Lavras. Em maio de 1908, ele voltou aos Estados Unidos em viagem rápida para equipar a escola que começou a funcionar em setembro de 1908, embora tenha sido oficialmente inaugurada em junho de 1909, após o seu regresso. Além de máquinas, foi trazido gado de boa raça, para iniciar um plantel geneticamente controlado.

Como em todo o Colégio, a ideia da teoria unida à prática, está bem clara no lema da Escola Agrícola: "*Sciencia e Practica*". A Escola Agrícola além das matérias oferecidas aos alunos, editava na sua gráfica, publicações sobre atividades rurais e serviço de extensão agrícola. Conhecendo a dificuldade para alguns agricultores frequentarem a Escola, foi criado em 1924 o Serviço de Propaganda Agrícola com o fim de atender às consultas e prestar assistência técnica aos fazendeiros que solicitassem, além de fornecer folhetos explicativos, boletins como Cultura do Milho, Criação Lucrativa de Suínos, Moléstias que Ameaçam a Criação Lucrativa de Suínos e cartazes para orientação. Dr. Hunnicutt coordenava essas ações que eram custeadas por firmas comerciais interessadas no desenvolvimento agrícola. Era também publicada a revista "*Criador Nacional de Suínos*" cujo redator era o dr. Hunnicutt e "*O Agricultor*", órgão do Grêmio Agrícola, cujo objetivo era a divulgação de conhecimentos técnicos e práticos sobre agricultura. Os artigos eram escritos por professores ou especialistas convidados. O primeiro número saiu em junho de 1922 e foi editada por 21 anos ininterruptos.

No número 9 do ano 2, publicado em novembro de 1923, a revista trazia um artigo sobre a utilização do álcool industrial como combustível para substituição da gasolina, porque, segundo o artigo, com relação ao petróleo, não o temos ou, se o temos está ainda em "minas teóricas" insuficiente para nosso consumo e a evolução da mecânica agrícola estava levando à necessidade de aumento da oferta de combustíveis. Foi também criado o Ensino Ambulante para atender a qualquer solicitação de ajuda ou orientação, além de distribuir boletins técnicos e exemplares da revista "*O Agricultor*" que além de informações como exposições agrícolas, publicava monografias como "*O Milho*" e "*O Algodão*", ambas de Benjamin H. Hunnicutt, além de servir de marketing para empresas do ramo, bancos e fábricas. Esses foram os primeiros passos da atividade hoje conhecida como Extensão Rural.

Apesar do objetivo de a Escola de Agricultura ser a formação superior, havia cursos rápidos em duas modalidades: curso Agrícola Técnico e curso Prático de Agricultura. O primeiro era de três anos e visava formar técnicos para funções especiais da agricultura e dava direito à promoção ao Curso Superior. O

curso Prático de Agricultura visava à formação rápida de auxiliares de fazendas ou auxiliares de agrônomo. Eram admitidos jovens maiores de 16 anos e adultos interessados em um ofício agrícola especial ou uma técnica ou processo de aplicação prática na agricultura.

O regime era de internato para os alunos cujas famílias não residissem na cidade. Cada série tinha um nome: Prático de Agricultura, Prático de Zootecnia e Prático de Indústrias Rurais de acordo com as matérias estudadas.

As feiras e exposições realizadas no recinto da Escola Agrícola como parte do programa de Extensão Agrícola eram oportunidade para reunir os produtores, expor seus produtos e trocar informações. Eram também projetados filmes alusivos às atividades agropecuárias. Além disso, havia premiação para os melhores produtos. Eram semelhantes às feiras norte americanas de produtores para a qual eram levados produtos agropecuários e da "indústria" doméstica.

Em 1911 foram instalados na EAL o Posto Zootécnico inaugurado em abril pelo ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, e a Estação Meteorológica de Lavras, criada por iniciativa do dr. Gammon. Ambos eram mantidos pelo Governo Federal.

O primeiro silo aéreo de alvenaria de Minas Gerais foi construído em 1916 nas instalações do Instituto Evangélico.

A Escola tinha uma fábrica de manteiga e em 1934 essa manteiga recebeu a Medalha de Ouro na Exposição Comemorativa do Cinquentenário da Estrada de Ferro Sul de Minas a Cruzeiro.

Tudo isso fazia com que a Escola Agrícola chamasse a atenção do Governo para o Instituto e para Lavras.

Outro sonho do dr. Gammon era a criação de um curso de Formação de Professoras. Em 1909 esse curso foi criado e começou a funcionar no ano seguinte. No prospecto de 1910: "Há muito tempo desejamos organizar um Curso Normal sob a direção de professoras habilitadas. Chegou afinal o dia e agora oferecemos as alunas do Colégio Carlota Kemper um curso que as prepare para a carreira do professorado".

Havia uma grande integração dos alunos com a cidade. O jornal "*O Malho*" de 27 de agosto de 1910 publicou uma matéria sobre o pic-nic promovido pelo Clube Crisântemo do qual participaram, entre outras pessoas, alunos do Gymnasio de Lavras acompanhados pelo aspirante Sebastião das Chagas Leite, Instrutor dos alunos.

A influência dos missionários ia além dos muros do Colégio: No dia 21 de outubro de 1907 o reverendo Samuel Gammon encaminhou à Câmara Municipal um abaixo-assinado com onze assinaturas de membros da Igreja Presbiteriana:

"Os christãos evangélicos residentes nesta cidade, durante estes dez anos, estão sujeitos, sempre que tenham que sepultar os seus mortos, a vexames originados com as autoridades eclesiásticas, sendo que estes vexames se têm tornado mais frequentes e mais irritantes de certo tempo" e solicita "... que a Câmara Municipal providencie para que brevemente, haja um cemitério secular, sob a fiscalização do governo municipal". Porque no cemitério São Miguel havia sido sepultado um missionário (perto de onde hoje é o túmulo do padre Bento), numa concessão especial porque o cemitério era da Igreja Católica. Mais tarde foi destinada uma área para sepultamento dos protestantes.

Figura 3: "Esplendido 'pic-nic', realisado pelo Club Chysantheme, no aprasível planauto do pasto do sr. capitão Evaristo Alves de Azevedo, no dia 14 de julho. Tomaram parte n'essa bella festa, além dos sócios do club, alumnos do Gymnasio de Lavras, alumnos e director do Colégio Lavrense, equiparado às Escolas Normaes do Estado, e mais pessoas gradas. Entre os do destacam-se em ordem numérica: 1) Carlos de Novaes, director d'*O Incentivo*, bi-semanário local e representante d'*O Malho*; 2) senhorita Zulmira de Souza, normalista, professora do Grupo Escolar e directora do Club Chrysanteme; 3) aspirante Sebastião das Chagas Leite, instructor dos alumnos do Gymnasio de Lavras; 4) sr. Azarias Ribeiro de Souza, director do Collegio Lavrense; 5) tenente-coronel Francisco de Paula Pinheiro, inspector technico do ensino, com exercício na 31.ª circumscripção, de que Lavras faz parte; 6) logo se vê quem é o 'cosinheiro', vigiando os destroços depois do 'avança'. Fez questão dehir na frente e lá foi para perto das panellas". [Photographo amador, Narducci Carazza, *O Malho*, 27 ago. 1910].

Em meados da década de 1910 foi iniciada a construção da casa do casal Gammon na Chácara com plantas feitas por dr. Gammon e por sua esposa dona Clara. Não havia arquitetos nem construtores oficiais. Assim coube ao dr. Gammon cuidar de tudo: reunir materiais, fazer encomendas de fora, fiscalizar e abrir uma fábrica de tijolos para substituir os adobes. Essa fábrica foi outra contribuição dos missionários para o desenvolvimento de Lavras.

A epidemia de gripe espanhola que grassava em São Paulo e outros estados, já causara muitas mortes. Estima-se que entre outubro e dezembro de 1918, período oficialmente reconhecido como pandêmico, 65% da população adoeceu. Só no Rio de Janeiro, foram registradas 14.348 mortes. Em São Paulo, outras 2.000 pessoas morreram em novembro. O presidente eleito em primeiro de março, Rodrigues Alves adoeceu vítima da gripe espanhola e morreu em 16 de janeiro de 1919 sem tomar posse. Porém, os rumores de epidemia de gripe espanhola pareciam não ameaçar Lavras. De repente, apareceram os primeiros casos na cidade em outubro de 1918. As escolas foram fechadas. Havia superlotação no único hospital da cidade o que obrigava a transformar repartições públicas em enfermarias. Foi aberto então um hospital de emergência em um dos edifícios do Instituto em 11 de novembro. Miss Genoveva Marchant (que voltara há pouco dos Estados Unidos), dona Eraídes Soeiro Emerich e o reverendo Jorge Goulart eram os enfermeiros. Dr. Gammon colocou as bandeiras dos Estados Unidos e do Brasil no seu cabriolé e saia para buscar os enfermos. A comida para os enfermos era preparada na cozinha de sua casa. Dos mais de cinquenta doentes apenas uma mulher em estado muito grave faleceu. O reverendo Jorge Goulart também caiu doente. Os familiares do dr. Gammon também adoeceram, com exceção de dona Carlota. Dona Clara, sua esposa, teve complicações que comprometeram os pulmões e o coração. Foi tratada pelo dr. João Pena e pelo dr. Paulo Menicucci auxiliados por miss Marchant e dona Ana Alvarenga que era professora de música no Kemper. Finalmente a 15 de janeiro a cidade foi declarada fora de perigo.

Em 1918, o agente executivo (prefeito) dr. João Silva Pena, por influência dos missionários americanos, instalou em diversos pontos da cidade nove caixas de madeira para a coleta de lixo, com a seguinte frase: “Põe aqui a casca de fruta, a ponta de cigarro, o papel inútil, tudo quanto possa sujar a rua”. Estava criado o primeiro serviço de limpeza das ruas.

Essa integração continuou ao longo dos anos: dr. Francis Fischer Baker, que chegou a Lavras em 1920 e permaneceu até 1961, foi Sócio Fundador do Rotary Club local, juntamente com mr. John Henry Wheelock que que chegara em 1922.

Até os dias atuais, a interação do Instituto Presbiteriano Gammon com a sociedade lavrense é muito grande.

Toda a história, resumida neste texto, mostra como foi grande a influência dos missionários presbiterianos norte-americanos na evolução do conhecimento, dos costumes e da tecnologia para a cidade de Lavras.

23 A estrutura de ensino de laticínios na Escola Agrícola de Lavras: Pioneirismo educacional, improviso estrutural, referência nacional

M.e Lucas Pereira Rezende[98], & Gabriel Arriel Pedrozo[99]

Resumo:

O legado patrimonial oriundo das iniciativas educacionais dos presbiterianos na cidade de Lavras (MG) ultrapassa os limites das transformações geradas pelo progresso educacional do município, mas também se representa por estruturas que foram construídas para viabilizar o ensino das disciplinas agrícolas e agroindustriais empreendidas por tais visionários. Este trabalho apresenta o processo de desenvolvimento estrutural da unidade educativa de ensino de laticínios na Escola Agrícola do Instituto Evangélico de Lavras, que saindo de uma fase de improviso decorrente do pioneirismo da iniciativa, alcançou o posto de referência nacional.

Palavras-chave: Ensino de laticínios – Escola Agrícola de Lavras – Estruturas de ensino.

[98] Graduação de Tecnologia em Alimentos pelo Instituto Federal de Minas Gerais, graduação de Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pelo Seminário Teológico José Manoel da Conceição. Mestre e doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor da Faculdade Teológica da Trindade em São Paulo (SP).
[99] Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pesquisador em Arqueologia Romana Provincial no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP) da Universidade de São Paulo (USP) e no Laboratório de Arqueologia das Técnicas e Etnoarqueologia (LART) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Considerações Iniciais

Em 1892, missionários norte-americanos chegavam para se estabelecer na cidade de Lavras (MG) e traziam consigo mais que um projeto educacional, mas a firme intenção de instalar em Lavras a primeira escola de orientação protestante do país, o Colégio Internacional, instituição que tivera seu início em 1869 na cidade de Campinas (SP) e que por conta de uma grave epidemia de febre amarela que se alastrava na região, via-se obrigada a deslocar sua sede para um território que fosse mais seguro e salutar. Essa transferência modificava, mas preservava o projeto original da *East Brazil Mission* (agência missionária da *Presbyterian Church in the United States*), que adotava a estratégia de alcançar os objetivos missionários de "evangelização" do país por meio da criação de escolas e colégios. Em Lavras a instituição recebeu o nome de Instituto Evangélico (em 1928 passou a se chamar Instituto Gammon) e iniciou suas atividades no dia 15 de janeiro de 1893, com a implantação do Colégio Feminino. Em seguida, em 1904, foi criado o Curso Ginasial (também chamado de "Escola para Rapazes").

Posteriormente, em 1908, como fruto de uma perspicaz sensibilidade em relação ao contexto socioeconômico da região, o missionário Samuel Rhea Gammon (1865-1928), fundador do Instituto Evangélico, é auxiliado pelo jovem norte-americano recém-chegado dos Estados Unidos, Benjamin Harris Hunnicutt (1886-1962), para criar a Escola Agrícola do Instituto Evangélico de Lavras, um marco de progresso educacional, instituição pioneira em muitas esferas das ciências agrárias, especialmente no estado de Minas Gerais. Essa mesma Escola Agrícola transforma-se no ano de 1938 em Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), para vir a ser federalizada em 1963 e, finalmente, em 15 de dezembro de 1994, por meio da Lei 8.956/94, dar origem à Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Este Curso Agrícola criado em 1908, contava com um elenco variado de disciplinas. Nos primeiros prospectos do Instituto Evangélico, que eram publicações anuais com informações variadas sobre o colégio, pode-se perceber o aspecto visionário daquela proposta de empreendimento educacional. Dentre as disciplinas, é possível identificar a implantação do ensino tecnológico na produção de alimentos, mais especificamente, os derivados do leite. Já nos anos iniciais do Curso Agrícola ali estabelecido, dentre as disciplinas para estudo destacava-se a de Laticínios. A disciplina abrangia desde a seleção da matéria prima, como também a produção técnica e tecnológica.

No meio acadêmico, é ponto pacífico a compreensão de que o estudo da história da educação e das instituições inclui abordagens relacionadas com as estruturas desenvolvidas para o ensino e a própria história de tais estruturas [Dayrel, 2006; Geertz, 1989; Bencosta, 2005]. É exatamente por meio desta abordagem que este artigo se desenvolve. Através de variadas fontes compulsadas, este trabalho apresenta uma descrição histórica com a atenção especialmente voltada para a estrutura montada, mantida e desenvolvida na Escola Agrícola de Lavras com intuito de atender ao propósito educacional do ensino da disciplina de Laticínios no seu curso agrícola.

Ensino de Laticínios na Escola Agrícola de Lavras

Em um texto de Samuel Gammon, publicado em 1908, é possível perceber a nítida distinção desta modalidade de ensino no curso agrícola que estava sendo implantado:

> Quando falamos de "Agricultura", empregamos o termo em sentido lato, abrangendo todas as ramificações da vida do fazendeiro. O curso, portanto, que ensina a sciencia e a arte de agricultura deverá abranger não sómente o que disser respeito á plantação, cultivo e colheita dos fructos da terra, mas tambem os princípios que têm de ser observados na criação de todas as especies de gado e na depuração da raça dellas, *e bem assim o essencial da industria de lacticínios* [grifo meu] [...] [Instituto Evangelico de Lavras, 1908: 9].

O texto de Gammon apresenta a percepção do ensino agroindustrial como uma esfera do ensino agrícola, que acabou por se tornar embrião de uma área de estudo distinta, uma vez que os departamentos de Ciência dos Alimentos, bem como os cursos de Tecnologia ou Engenharia de Alimentos surgiriam no seio destas instituições de ensino agrícola tendo como base tais estruturas [Rezende, 2017].

A importância da disciplina de Laticínios no curso da Escola Agrícola de Lavras também é expressa em um folheto de meados da década de 20, "Instrução Agrícola", que tinha como objetivo a divulgação do empreendimento educacional, e se apresentava como um boletim de informação, orientação e pode-se dizer que até mesmo de conscientização em relação à importância da instrução nas ciências agrárias. Sobre o ensino de Laticínios a publicação afirma:

> Situada no centro da principal região de lacticinios do paiz, a *Escola da grande importância a essa indústria, considerando-a do máximo valor* [grifo meu].

> Entendemos que, de todas as fontes de riqueza de uma fazenda nenhuma outra offereça melhores vantagens pela certeza e constancia de rendimentos, do que a industria do leite, quando bem administrada [Instituto Evangélico de Lavras, 1925?: 7].

É comum entre os intérpretes da história do Instituto Gammon convencionar que os cursos oferecidos na Escola Agrícola se apresentaram como uma iniciativa que visava atender as demandas locais e contextuais, neste caso é importante que se ressalte que a atividade laticinista na cidade de Lavras no início do Século XX já era bastante promissora. O número de estabelecimentos na cidade revela a vocação da região. De acordo com "*Chorographia de Lavras*" publicada em 1908, ano da fundação da EAL, havia em Lavras pelo menos "dezenove fabricas de manteiga, algumas de queijo" [Costa, 15 set. 1908]. É certo que ao alcançar essa área de ensino a EAL contribuiria com profissionais para atender à demanda técnica das indústrias da cidade e região, o que de fato se concretizou no decorrer dos anos. De acordo com publicação da EAL da década de 1920, os seus alunos eram preparados para esse tipo de atuação: "todas as particularidades do assumpto são aqui devidamente estudadas, com o fim de tornar o alumno capacitado a assumir a direção de qualquer trabalho que vise a producção do leite e seus productos" [Instituto Evangélico de Lavras, 1925?: 7].

A estrutura para o ensino de Laticínios na EAL: pioneirismo e improviso

O que chama atenção especialmente em relação à estrutura que foi se desenvolvendo em Lavras com o intuito de servir à EAL, são os apontamentos de Rossi [2010: 100] sobre este assunto, quando afirma que tais prédios muitas vezes foram "improvisados", devido especialmente às "novidades pedagógicas". E não poderia ser diferente em um caso de pioneirismo no ensino de laticínios. No entanto, o que se pode observar, é que tanto em termos de estrutura física, como de equipamentos, a EAL foi se desenvolvendo e se aprimorando no decorrer dos anos, até alcançar reconhecimento nacional quanto a este aspecto.

Da inauguração da EAL até o ano de 1917 o Instituto Evangélico lidou com delicada situação financeira, pois nesse período a dívida contraída para aquisição da fazenda onde se instalaria a EAL estava sendo paga, e por esse motivo foi necessário que as atividades da instituição fossem desenvolvidas na Chácara Dr. Jorge, onde funcionava o ginásio, e conforme apontam os

documentos pesquisados, foi exatamente neste espaço que foi instalada a primeira unidade de ensino técnico e prático de laticínios.

O exame do *Prospecto* de 1908 revela que o projeto inicial do curso ainda não previa as aulas práticas de laticínios, no entanto, no mesmo prospecto é salientado o caráter "essencialmente practico" do curso agrícola que se pretendia oferecer. Tudo indica que o motivo para que as aulas práticas de laticínios não estivessem inseridas no plano inicial do curso de agricultura da EAL, é que na ocasião do lançamento do curso, ainda não existia a estrutura necessária para a disponibilização dessas aulas. Um fato que corrobora para tal conclusão é a presença das aulas práticas no *Prospecto* de 1910, programadas para o terceiro ano. Elas se tornaram possíveis porque no final de 1909 foi construída a primeira unidade básica de produção e ensino de laticínios na EAL, conforme apontam os referidos prospectos.

Pode-se afirmar com segurança, que a primeira unidade de laticínios construída e usada para a finalidade de oferecer ensino técnico e prático de laticínios no Estado de Minas Gerais, surgiu na Escola Agrícola de Lavras no ano de 1909, e que embora improvisada, serviu como meio de ensino técnico nos primeiros anos de existência da instituição. Alguns historiadores mencionam o empreendimento pertencente à Carlos Pereira de Sá Fortes, fundado na região de Barbacena na Serra da Mantiqueira (1888), como primeira unidade industrial "formadora de mão de obra especializada, recebendo estagiários e fornecendo orientação aos interessados na nova industrialização" [Albuquerque, 2012], no entanto, deve-se salientar que o que aconteceu neste empreendimento de Barbacena, não se tratava de um ensino formal, com vistas a uma formação reconhecida pelas autoridades governamentais da época, sendo uma estrutura construída meramente para fins industriais.

Autores como Meira [2009] e Bezerra [2016], chamam a atenção para o diálogo existente entre o Instituto Evangélico e os valores de progresso e modernidade presentes nas mentes republicanas brasileiras daquele período. Os referidos autores são unânimes na percepção de que de um modo geral, a direção da instituição buscava mostrar através de suas propagandas, que todo espaço escolar era planejado e adequado para as aulas, os prédios foram construídos com fachadas imponentes e modernas, rompendo com o antigo modo como a educação era tratada no Brasil, em espaços improvisados e sem as condições adequadas, fosse para o ensino, como também no âmbito da higiene e saúde, aspectos ressaltados com frequência nas propagandas do Instituto Evangélico.

De fato, de um modo geral, a investigação histórica demonstra que a estrutura que foi sendo criada no Instituto Evangélico era muito moderna naquele contexto interiorano do país, no entanto, a presente pesquisa permite um contraponto, ao expor o outro lado da moeda, que representava o preço do pioneirismo e da inovação, aqui distinguido por improvisos com os quais a instituição teve que lidar em seus anos iniciais. Embora também traga considerações amplas relacionadas à representação de modernidade e progresso que podiam ser encontradas nas instalações do Instituto Evangélico, Michelli Rossi [2010: 81] é a pesquisadora que não ignorou o fato de que estes primeiros momentos da instituição são também "marcados" por certa "improvisação", que envolvem "ajustes e sucessos". O ensino de laticínios, incluído nesse cenário inicial, passou por momentos de aprimoramento estrutural antes de alcançar a maturidade.

A percepção de um certo improviso nesta primeira estrutura de laticínios que foi construída na EAL, pode ser desenvolvida a partir da investigação nos documentos levantados. Tudo começa no *Prospecto* de 1909, onde se encontra a seguinte informação: "antes do fim do anno [1909], teremos montado um estabelecimento de lacticinios proximo á Escola" [Instituto Evangélico, 1909: 13].

O plano se concretizou, pois, no *Prospecto* seguinte, em 1910, tem-se não somente a informação da existência da "indústria de laticínios" como também a apresentação deste estabelecimento como um dos destaques em relação à estrutura da instituição. Junto a informações sobre a construção de açudes e canais para irrigação, terreiros preparados e cultivados com arados e outros maquinários aperfeiçoados, com emprego de adubos químicos, além de raças bovinas e suínas importadas da América do Norte, lê-se a seguinte informação: "*temos um estabelecimento de laticínios próximo à Escola* [grifo meu]. O nosso fim em tudo isso será dar uma demonstração prática das vantagens dos métodos modernos, tornar o ensino da Escola Agrícola mais prático e proporcionar um modelo que constitua uma eloquente propaganda e que sirva de estímulos para os outros" [Instituto Evangélico de Lavras, *apud* Lavras Cultura, 1996: 6].

Benjamin Harris Hunnicutt, o fundador da Escola Agrícola de Lavras, foi o responsável pela construção e instalação desta, que foi a primeira fábrica de laticínios da instituição, e que também deve ser considerada a primeira deste modelo no estado de Minas Gerais. Além da fabricação da manteiga, nessas instalações iniciais acontecia a pasteurização do leite que era distribuído na cidade de Lavras, contribuindo para o custeio de algumas despesas da instituição [Rossi, 2010].

Embora nos primeiros anos de existência, essa unidade industrial construída por Hunnicutt tenha sido apresentada orgulhosamente nos *Prospectos* da instituição como "Estabelecimento de Lacticinios", a partir de 1921, a estrutura já não é mais tratada como estabelecimento de laticínios, mas como simplesmente uma "Fabrica de Manteiga", o que evidencia um reconhecimento de suas limitações como unidade de ensino agroindustrial. Não é apenas este o fato que conduz a essa conclusão, a questão mais contundente e que chama mais atenção em relação a essa primeira estrutura de laticínios da EAL é o fato dela não ser apresentada em nenhum documento da instituição por meio de fotos, que era um costume do Instituto Evangélico, que como observa Meira [2009], embora não fosse um recurso tão comum naquele período, a instituição usava com frequência para apresentar sua estrutura, mas neste caso específico, as propagandas da instituição não incluem imagens desta primeira unidade agroindustrial instalada na EAL. Mesmo quando é mencionada em folhetos de propaganda, ela não está figurada como ilustração, conforme se vê em propaganda da instituição sobre o ensino técnico de laticínios publicada em meados da década de 20, que é acompanhada com uma foto do posto zootécnico e das pocilgas, e não com uma foto do estabelecimento de laticínios existente na instituição.

Diante de tais dados, é clara a evidência de que este pioneirismo no ensino de laticínios em Minas Gerais exigiu certos improvisos, expressos nas palavras do professor Oswaldo Emrich na ocasião da inauguração do primeiro edifício construído para a Escola Agrícola, o Prédio "Álvaro Botelho", onde está atualmente instalado o Museu Bi Moreira. Neste evento ocorrido em 1922, o referido professor afirmou que a partir daquele momento a EAL "devia sahir das condições humilhantes em que vivera até então" [Emrich, jul. 1928: 25]. Como as informações já apresentadas indicam, pode-se de fato concluir que esta primeira estrutura de laticínios construída na EAL em 1909, realmente apresentava muitas limitações, e provavelmente estava inclusa nessa observação feita pelo principal professor de laticínios que atuou nestes primórdios do ensino agroindustrial na UFLA.

O jornal "Tribuna do Povo", que circulava na região de Lavras no período em que se iniciou a construção da segunda unidade de ensino prático de laticínios da EAL (1928), afirmou em uma de suas reportagens da edição de 1.º de outubro de 1928, que um dos pontos que seriam satisfeitos com a construção do "Lacticinios Modelo", era a EAL passar a "possuir uma fabrica de lacticinios digna do nome que goza esta Escola" [Tribuna do Povo, 1,º out. 1928], dando clara indicativa de que na interpretação dos editores do jornal, a unidade

industrial então existente, realmente não estava dentro dos padrões estruturais praticados pela EAL.

Do improviso à consolidação

Depois de vinte anos de aulas práticas realizadas nessa primeira unidade mais modesta, foi concluída a construção de um grande e moderno laticínio na instituição, bem diferente do primeiro. O ano de conclusão da construção do laticínio foi 1929, e o *Prospecto* do ano seguinte (1930) menciona por duas vezes essa nova estrutura que tinha acabado de ser construída, e que acabou se tornando referência nacional: "Acaba de ser construido um edifficio de laticinios, estando já funccionando com os machinismos usuaes, inclusive uma machina de gelo" [Instituto Gammon, 1930: 15]. Em outra parte, a mesma publicação traz novamente a menção da estrutura que tinha acabado ser construída nas dependências da escola: "Chamamos attenção especial para as installações de Lacticinios que foram completadas no anno passado, nas quaes os alunos têm opportunidade de apprender esta indústria agricola de maior importância na economia do estado de Minas Gerais" [Instituto Gammon, 1930: 43].

A reportagem do jornal "Tribuna do Povo", mencionada anteriormente, ligou a construção do "Lacticinios Modelo" na EAL com a satisfação das "necessidades de parte dos consumidores de lacticínios [da] cidade" e a melhoria do "curso de Lacticinios". No entanto, Rossi [2010: 165], entende que "o investimento em laticínios da Escola Agrícola foi resultado do que já estava em desenvolvimento em Minas Gerais para criar novas estratégias de economia para o Estado, adotando a pecuária, consequentemente o ramo de laticínios, como importante meio para o crescimento da economia".

Além de se tornar notícia na região de Lavras, depois de concluída, essa nova estrutura industrial, passou a ser chamada pela imprensa local e nacional como "Lacticinios Modelo". "O Agricultor" transcreveu matéria publicada no órgão carioca "O Campo – Agricultura, Industria e Comercio". A matéria era sobre o ensino agrícola no Brasil e tinha como foco da reportagem a Escola Agrícola de Lavras. A reportagem traz uma descrição enaltecedora da estrutura de laticínios que havia se desenvolvido e que havia acabado de ser construída e inaugurada no ano anterior; há transcrições de trechos presentes no Prospecto daquele ano, mas também há acréscimos e adaptações ao texto. O que chama atenção nesta informação histórica é principalmente o fato de se tratar de um órgão informativo publicado e distribuído na capital fluminense, mostrando que a estrutura erguida

na EAL se tornou uma notícia nacional no contexto de sua construção na primeira metade do século XX: “Durante o anno de 1929 foi construido elegante e hygienico predio para a moderníssima fabrica de manteiga da Escola Agricola de Lavras” [O Campo, 1930, *apud* Escola Agrícola de Lavras, mai. 1930: 24].

Diferentemente da primeira estrutura, esta não era omitida nas publicações e documentos da instituição. A estrutura inaugurada no ano de 1929, se tornou uma propaganda da infraestrutura da escola nos seus veículos de comunicação. Por duas vezes o prédio estampou a capa da principal publicação da EAL, a revista “O Agricultor”. A primeira vez foi em agosto de 1929, como plano de fundo em uma foto que mostra a vaca leiteira vencedora na “7.ª Exposição Agropecuaria de Lavras”. Em outra capa, de 1936, a foto da fachada do prédio é acompanhada da legenda: “Predio onde se encontram as modernas installações de lacticinios da Escola Agricola de Lavras”.

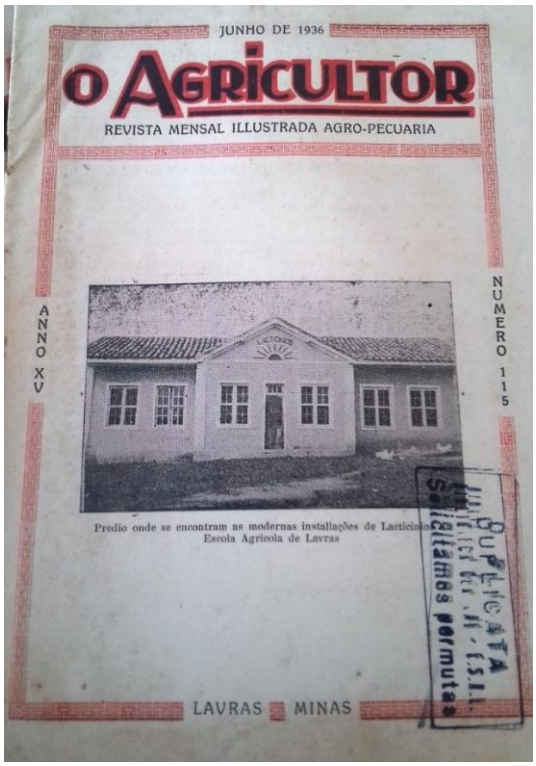


Figura 1: Capa de “O Agricultor” com a fachada do prédio de Laticínios da EAL [Escola Agrícola de Lavras, jun. 1936].

Localizado no Campus Histórico da Universidade Federal de Lavras, o edifício inaugurado em 1929, e que funcionou como unidade de ensino técnico e prático de laticínios por décadas, é usado atualmente como escritório administrativo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), e compõe o conjunto arquitetônico que está em processo de tombamento pelo Patrimônio Histórico. É mais um dos vários legados deixados por esta iniciativa pioneira da Escola Agrícola.

Figura 2: Antiga Unidade de Ensino Técnico e Prático de Laticínios inaugurada em 1929 [Lucas Pereira Rezende, 2016].

Estrutura Tecnológica

Sabe-se que em 1908, ano de inauguração da Escola Agrícola, Benjamim H. Hunnicutt fez uma viagem aos EUA com o objetivo de trazer para a escola os equipamentos básicos para o ensino agrícola que se pretendia iniciar. Em uma publicação da época, dirigida por Firmino Costa, o conhecido educador lavrense noticia: “Regressou dos Estados Uniddos o sr. dr. Benjamim Hunnicutt, director da Escola Agricola de Lavras, para a qual trouce, alem de arados *e outras machinas* [grifo meu], alguns reproductores bovinos e suínos, que obtiveram referencias elogiosas tanto do *Jornal do Commercio* do Rio, como de varios orgams da imprensa mineira [Costa, 1.º out. 1908]”.

É possível que entre os tais maquinários estivessem incluídos os primeiros equipamentos relacionados com a atividade de laticínios, especialmente pelo fato de que ainda não existiam equipamentos nacionais para atender a indústria. Todos os primeiros empreendimentos industriais de laticínios tinham que importar seus equipamentos, ou dos Estados Unidos, ou da Europa [Ramires, 1908].

Embora não cite as fontes, a pesquisadora Michelle Rossi [2010: 77] afirma que alguns dos equipamentos de laticínios teriam chegado a Lavras no ano de construção da primeira unidade industrial de laticínios da instituição (1909), e que o fato teria representado uma "inovação na escola", tendo como figura protagonista o então diretor e professor da escola e da disciplina de "Laticínios", Benjamim H. Hunnicutt.

Pelos dados históricos levantados e apresentados, conclui-se que os primeiros equipamentos de laticínios adquiridos e utilizados na EAL foram máquinas usadas na fabricação de manteiga, incluindo o processo de pasteurização do leite. Os equipamentos mais básicos usados neste tipo de processamento e que por certo formavam a base tecnológica da primeira unidade educativa de produção construída por Hunnicutt em 1909, eram o pasteurizador, a desnatadeira, a batedeira e talvez equipamentos para envase da manteiga e leite pasteurizado. Utensílios básicos para a análise do leite também estavam incluídos nessa primeira unidade, por exemplo o butirômetro, termolactodensímetro e o acidímetro Dornic, que permitiam a realização das análises de rotina até então aplicadas no "controle de qualidade do leite", que ainda não era categorizado nos referidos termos, mas apenas como "controle" [Ramires, 1908].

Embora as instalações de laticínio da EAL tenham se tornado mais completas somente com a construção da sua nova estrutura no final da década de 20, a fábrica primeva de 1909, embora sem possuir uma estrutura ideal, não impedia o êxito do ensino, pois um folheto da Escola Agrícola publicado antes da construção do "Lacticinios Modelo", informava que na unidade antiga, a primeira de Minas Gerais, os alunos podiam auxiliar na fabricação da manteiga e do leite, "nos seus mais diversos aspectos" o que se constituía na "parte mais interessante deste curso" [Instituto Evangélico de Lavras, 1925?: 7].

Talvez uma das informações históricas mais importantes sobre os equipamentos envolvidos nesse processo de ensino agroindustrial seja o fato de que a estrutura moderna que foi construída na instituição se deu exatamente para alocar equipamentos que foram sendo adquiridos pelo Instituto Evangélico, seja por compra ou por doações, assim noticia um jornal de 1928, ano em que

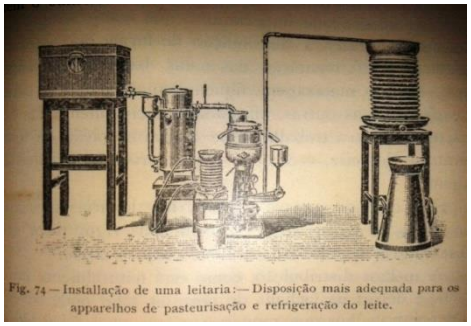
estava sendo construída a fábrica de laticínios da EAL. Além de uma descrição com muitos elementos técnicos e significativo detalhamento sobre o funcionamento de um moderno equipamento de fabricação de gelo que havia sido recentemente adquirido pelo Instituto Evangélico, grande novidade para a época, o jornal também fala da construção do "Lacticinios Modelo", ligando o fato à aquisição do equipamento em questão:

> A Escola Agricola de Lavras attendendo às necessidades que tinha de complementar o apparelhamento de sua fabrica de Lacticinios, adquiriu uma machina de refrigeração e fabricação de gelo que já se acha armada em um engenho.
>
> Esta machina, que é fabricada pela companhia dinamarquesa Atlas, de Copenhague; possue varios requisistos da mecânica e chimica modernas para ser um apparelho eficiente, simples e econômico. Exige para seu perfeito funccionamento uma força motriz de 3 HP, podendo ser o vapor, a agua ou a electricidade.
>
> Quando a machina está funccionando, produz-se o vacuo na parte chamada "refrigerador", o vacuo causa uma evaporação rapida do refrigerante, que é, nesta machina o bi oxydo de enxofre (SO2); o calor exigido para esta evaporação é retirado pelo refrigerador do ambiente com que se acha em contacto e, portanto, este fica esfriado. Este esfriamento é captado pela "câmara frigorífica", que se acha circumdado por salmoura, cuja densideade é de 22° Baumé.
>
> O gaz refrigerante vae do refrigerador para o condensador, aqui soffrendo uma compressão, causa o desprendimento de calor, devido a isto é que, esta machina, exige uma quantidade de 300 litros de água por hora para poder esfriar as paredes externas do condensador e, portanto, o interior juntamente com o gaz. Este typo de machina produz em 24 horas, trabalhando sem interrupção, de 336 a 380 Kgs de gelo, além da refrigeração que faz.
>
> *A Escola Agricola – com a posse desta machina e necessidade de possuir uma fabrica de Lacticinios Modelo, está construindo um prédio especialmente para, ahi, monta-la definitivamente* [grifo meu] [Tribuna do Povo, 1928].

No ano seguinte, após a notícia, o referido prédio foi inaugurado com um numeroso conjunto de equipamentos. Com tais inovações a EAL deixava definitivamente para trás o tempo de improvisação em termos de estrutura

industrial para o ensino prático de laticínios, se tornando agora, uma instituição de referência em relação à sua estrutura técnica de ensino.

Basta uma consulta na obra de Ramires (1908) sobre o modelo ideal de distribuição de equipamentos no funcionamento de uma leitaria e compará-la com o "Laticínios Modelo" da EAL para perceber a grande semelhança do recomendado em literaturas internacionais da época, com o praticado na Escola Agrícola. Ramires (1908), oferece um croqui no intuito de auxiliar aqueles que buscavam uma informação técnica para montagem e instalação dos equipamentos de uma leitaria segundo os procedimentos técnicos do início do Século XX, que se comparado à unidade de laticínios da EAL, se perceberá grande semelhança.



Figuras 3 e 4: Disposição de equipamentos recomendada e Laticínios da EAL [Ramires, 1908; Museu Bi Moreira].

O *Prospecto* de 1930 traz uma ampla descrição dos equipamentos que formavam a estrutura industrial do "Laticínios Modelo". Na descrição estão inclusos tanto os equipamentos presentes no laboratório da unidade educativa de produção, como também os diversos e variados equipamentos presentes nos diferentes setores de produção.

O primeiro setor descrito nesta publicação é o laboratório: "num departamento acham-se apparelhos para a analyse de leite e seus productos, com apparelhos de Babcock Gerber para determinação de materias gordas, acidimetros, apparelhos para determinação de sal, de impurezas, etc." [Instituto Gammon, 1930: 43]. Percebe-se que além dos aparelhos para análises básicas (gordura e acidez), existiam também equipamentos para a realização do que se chama no meio técnico de "pesquisas no leite" (determinação de sal, impurezas, etc.), informação que demonstra claramente que a nova estrutura da EAL

realmente oferecia possibilidades que ultrapassavam os modelos mais básicos para época na área de tecnologia de laticínios.

A publicação também traz informações sobre a fábrica de manteiga que compunha essa estrutura, citando inclusive os equipamentos ali existentes:

> No segundo departamento ha instalação completa para o fabrico de manteiga de fina qualidade [...]. Alem dos motores electricos que movem as machinas, a caldeira a vapor movimenta um motor de emergencia e fornece vapor para a esterilisação dos apparelhos. Tambem ha desnatadeira, batedeira, salgadeira (combinação), expremedeira, cravadeira, machina frigorifica "Glacia" e outras [Instituto Gammon, 1930: 43].

Outros equipamentos e detalhes são mencionados em uma publicação na capital carioca, que circulou no mesmo ano:

> Além dos motores electricos que movem a batedeira, salgadeira, espremedeira, cravadeira e outras, ha uma caldeira a vapor que aciona um motor de emergência e fornece vapor para a esterilização dos apparelhos e vasilhames. Estão annexos a essa fabrica o laboratorio de lacticinios, esplendidamente montado, notando-se lá os mais modernos apparelhos e a fabrica de gelo, que dispõe, além do mais completo e efficiente apparelhamento de uma machina "Glacia" movida a electricidade [O Campo, 1930, *apud* Escola Agrícola de Lavras, mai. 1930: 24].

Ao contrário da primeira unidade de ensino prático construída no Instituto Evangélico vinte anos antes, a nova estrutura foi amplamente fotografada.

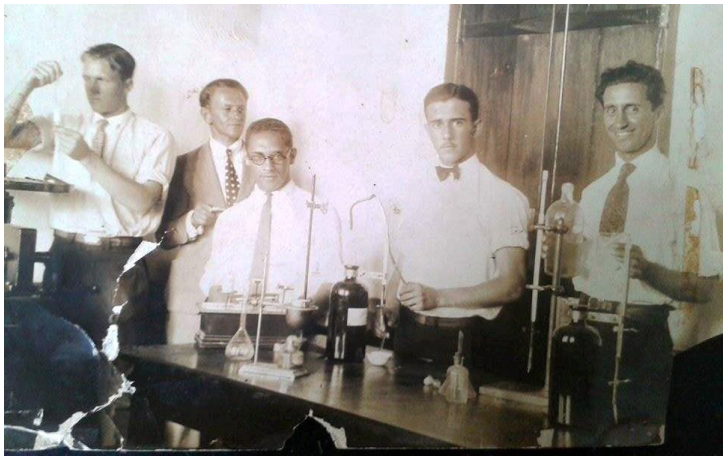


Figura 5: Professor Oswaldo Emrich acompanha atividades práticas dos alunos no laboratório do "Laticínios Modelo" (1929) [Museu Bi Moreira].

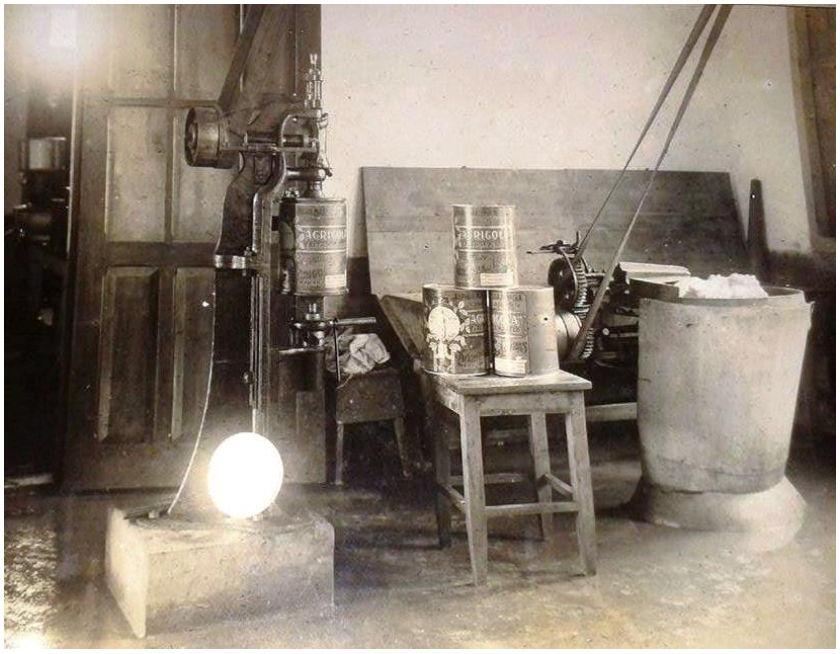


Figura 6: Equipamentos para salga e embalagem de manteiga (Década de 30) [Museu Bi Moreira].

Figura 7: Setor de Produção de Manteiga / Batedeiras (Laticínios Modelo, 1929) [Museu Bi Moreira].

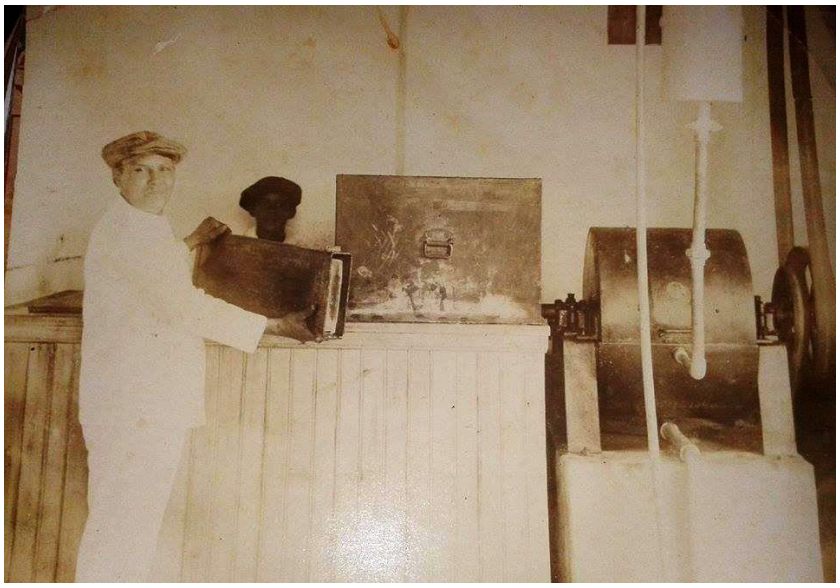


Figura 8: Máquina de Fabricação de Gelo (uma inovação para a época) [Museu Bi Moreira].

Considerações Finais

Para além dos tesouros patrimoniais relacionados à prática educacional pioneira que os missionários americanos empreenderam ao fundar o Instituto Evangélico na cidade de Lavras, a pesquisa sobre tais práticas revelam também um legado no que concerne às estruturas que foram desenvolvidas com intuito de viabilizar o projeto de ensino que se tinha em mente, e tal qual a história institucional e educacional, assim também é importante a valorização e registro do aspecto estrutural do legado deixado por esta iniciativa e apresentado no presente ensaio.

A pesquisa revelou que em uma dinâmica progressiva, a Escola Agrícola do Instituto Evangélico de Lavras, evoluiu gradualmente em termos de estrutura no que se refere ao ensino teórico-prático da disciplina de Laticínios, saindo das condições de improvisação desinente ao seu pioneirismo, até alcançar o posto de referência não somente no Estado de Minas, mas nacionalmente, conforme demonstrado nos dados apresentados neste artigo.

Referências

Albuquerque, L. C. (2012). *Carlos Pereira de Sá Fortes: fundador da indústria de laticínios no Brasil*. Piracema: Ciência do Leite. Disponível em: <http://cienciadoleite.com.br/noticia/208/carlos-pereira-de-sa-fortes--fundador-da-industria-de-laticinios-no-brasil>. Acessado em: 11 dez. 2016.

Bencosta, M. L. A. (Org.). (2005). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez.

Bezerra, A. A. (2016). *Instituto Gammon: dedicado à glória de Deus e ao progresso humano*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora.

Costa, F. (15 set. 1908). Chorographia de Lavras. *Vida Escolar*. *2*(30).

Costa, F. (1.º jun. 1908). *Vida Escolar*. *2*(23).

Costa, F. (1.º out. 1908). *Vida Escolar*. *2*(29).

Costa, F. (1.º nov. 1908). *Vida Escolar*. *2*(33).

Dayrel, J. (2006). *Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

Emrich, O. T. (jul. 1928). Dr. Samuel Rhea Gammon. *O Agricultor*. *7*(37).

Escola Agrícola de Lavras. (mai. 1930). O Ensino Agrícola no Brasil. *O Agricultor*. *9*(56).

Escola Agrícola de Lavras. (jun. 1936). *O Agricultor*. *15*(115).

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Instituto Evangélico de Lavras. (1908). *Prospecto do Instituto Evangélico*. Lavras: Typografia do Ginásio de Lavras.

Instituto Evangélico de Lavras. (1909). *Prospecto do Instituto Evangélico*. São Paulo: Casa Editora Presbyteriana.

Instituto Evangélico de Lavras. (1925?). *Instrução Agrícola*. Lavras: Typ. do Instituto Evangélico.

Instituto Gammon. (1930). *Prospecto das Escolas do Instituto Gammon*. Lavras: Imprensa Gammon.

Meira, J. N. G. (2009). *Ciência e Prática: Ensino Agrícola na Educação Presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)*. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ramires, A. B. (1908). *Leitaria Moderna*. Lisboa: Livraria Classica Editora.

Rezende, L. P. (2017). *O Ensino de Laticínios nos Primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Rossi, M. P. S. (2010). *Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia.

UFLA/FAEPE. (1996). *Lavras Cultura*. *2*(8).

Tribuna do Povo. (1.º out. 1928). Fabrica de Gelo. *8*(366).

24 Lavras na Educação Nacional: A ESAL, suas inovações, crise de 1963, atuação e influências no MEC

Prof. M.e Paulo Roberto da Silva (UFLA)[100]

Resumo:

O presente artigo trata do relevante papel desempenhado pela educação superior de Lavras no cenário nacional. A criação da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), em 1908, com nova metodologia de ensino, dos Land Grant Colleges americanos, baseada na trilogia Ensino, Pesquisa e Extensão, foi um marco de contraposição ao sistema francês predominante nas escolas de agronomia até então existentes no Brasil. Nos anos de 1960, após sua federalização, a ESAL atuou de forma intensa e destacada no MEC. Com a cessão de professores de seus quadros para o Ministério da Educação, para a direção e gestão nacional da educação agrícola superior, a ESAL foi protagonista da mais importante reforma do ensino agrícola superior, com novos conceitos para a formação profissional e destaque para a consolidação de programas de desenvolvimento na área. O desenvolvimento da educação agrícola superior nacional tem vínculos diretos com a liderança exercida pela ESAL/UFLA, do início ao final do Século XX.

Palavras-chave: Educação Agrícola Superior – Lavras – Ministério da Educação – ESAL/UFLA – PRODECA/MEC.

[100] Paulo Roberto da Silva nasceu em 1945, em Lavras (MG), onde cursou a educação fundamental e secundária. Graduou-se em Agronomia, em 1967, pela ESAL/UFLA. Mestrado em Engenharia Hidráulica e Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Especialista em Planejamento e Avaliação da Educação Superior pela Unesco/UNB. Professor e primeiro Pró-Reitor de Pós-Graduação da ESAL/UFLA, aposentado. Diretor de Ensino Agrícola Superior/SESU/MEC 1975 a 2003. Diretor de Avaliação das Universidades e de Regulação do Ensino Superior/MEC, 2004 a 2008. Conselheiro do Crea (MG) (1970/75) e do CONFEA (1977/82 e 1986/88) e assessor (2009/2011). Consultor de Educação Superior – Brasília (DF).

Introdução

A cidade de Lavras ganhou, na primeira metade do Século XX, a alcunha de Terra dos Ipês e das Escolas. Não era para menos, pois há exatos 236 anos, em 23 de abril de 1783, o então arraial dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil já contava com um professor público primário, oficialmente nomeado pela rainha de Portugal, d.ª Maria, em sete de setembro de 1793. As aulas eram ministradas na igreja matriz de Sant'Ana, hoje igreja do Rosário. Em 1851 foi criado em Lavras o Colégio Mineiro e em 1874 foi a vez da Casa de Instrução, depois transformada na primeira Escola Municipal. Em 1893 iniciaram-se as aulas do Instituto Presbiteriano Gammon. No Século XX foram criadas inúmeras escolas de ensino fundamental, nível médio e superior, com destaque para a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), de 1908 e transformada em universidade federal em 1994. O pioneirismo de Lavras na área educacional em Minas Gerais foi evidente, já nos séculos XVIII e XIX. Tempos difíceis, pois escolas eram proibidas no Brasil Colônia e saber ler e escrever era um privilégio apenas das elites que podiam contratar professores da Europa ou para lá enviar os filhos. Mas, com a chegada da família real começaram a surgir as primeiras escolas superiores. O ensino agrícola demorou mais, pois a cultura escravagista com mão de obra de graça e abundante não pensava em progredir tecnicamente. Era demérito para o branco fazer qualquer trabalho bruto braçal. Assim, a primeira escola de agronomia só foi inaugurada em 1877, na Bahia. Estudar agricultura num país escravocrata, como o Brasil do Século XIX, não era nada interessante, tanto assim que os primeiros alunos da primeira escola de agricultura foram buscados nos estabelecimentos pios da Santa Casa de Misericórdia. Foram admitidos 20 alunos pobres, vestidos pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Nada foi por acaso em Lavras e seu slogan de terra das escolas foi devido não somente ao número de educandários, mas principalmente pelo seu pioneirismo na abertura de escolas primárias e colégios, além de abrigar a quarta mais antiga escola agrícola superior do país. Tudo isso só aconteceu por conta da ação de destacadas lideranças. Foi assim que, numa única sala de aula, quatro alunos e 244 dólares para cobertura de despesas de viagem do fundador, que foi iniciada a Universidade Federal de Lavras, conforme descrito em "*A Terra Prometida de Lavras*", o livro que celebra seu centenário. A Escola Agrícola, célula *mater* da universidade, foi gestada a partir do sonho idealizador do missionário norte-americano, Samuel Rhea Gammon, jovem que chegou à cidade em 1892, atravessando de balsa o rio Grande, em Ribeirão Vermelho.

Venceu a cavalo os poucos quilômetros para chegar à cidade, aprovando-a como a "Terra Prometida", para sediar o Colégio Internacional da Missão Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, que seria transferido da cidade de Campinas assolada pela febre amarela, aonde chegou em 1869, há exatos 150 anos.

Figura 1: Dan Gammon e sua esposa. Neto de Sam Gammon, pioneiro da educação superior em Lavras [Diego Nascimento, 2017].

A influência de Lavras na Educação Agrícola Superior nos primórdios do Século XX

A Escola Agrícola de Lavras fez diferença desde a sua criação, em 1908, há 111 anos. Até então existiam apenas três escolas de agronomia no país, Cruz das Almas, Pelotas e Piracicaba. Todas nos moldes da escola de Paris-Grignon, com ênfase no ensino acadêmico-científico. A ESAL, fundada nos moldes dos Land Grant Colleges norte-americanos, seguia a trilogia: Ensino, a Pesquisa e Extensão, com o slogan "Ciência com Prática". Foi pioneira nos trabalhos de extensão rural e já em 1915 realizou a 1.ª Exposição Nacional do Milho e a 1.ª Exposição Agropecuária e Industrial de Minas Gerais, em 1922. Importou o primeiro trator agrícola de Minas Gerais, construiu silo aéreo para armazenagem de grãos e silagem para o gado e ainda introduziu raças de gado leiteiro, aves, suínos de corte de carne como o Duroc-Jersey e Landrace. Publicava, já nos anos de 1920, boletins técnicos e realizava várias outras atividades que envolviam os agricultores e suas famílias. Verdadeira revolução na formação profissional, com abordagem do agricultor, influenciando também outras escolas de agronomia que ainda seguiam o sistema francês, mais acadêmico e que deixava as pesquisas isoladas a cargo dos institutos agronômicos. Há ainda

registros bibliográficos da participação da ESAL nas discussões de políticas para a educação agrícola, nas décadas de 1920/40, com intervenções de seus diretores Hunnicutt e Wheelock.

Figura 2: O primeiro trator de Minas Gerais, um Fordson em demonstração de preparo de milho para silo. Exposição Agrícola de 1923, na Escola Agrícola de Lavras. O lema "Ensino, Pesquisa e Extensão Rural", próprio do sistema Land Grant College, foi fielmente aplicado, revolucionando a agricultura na região [Arquivos da ESAL/UFLA].

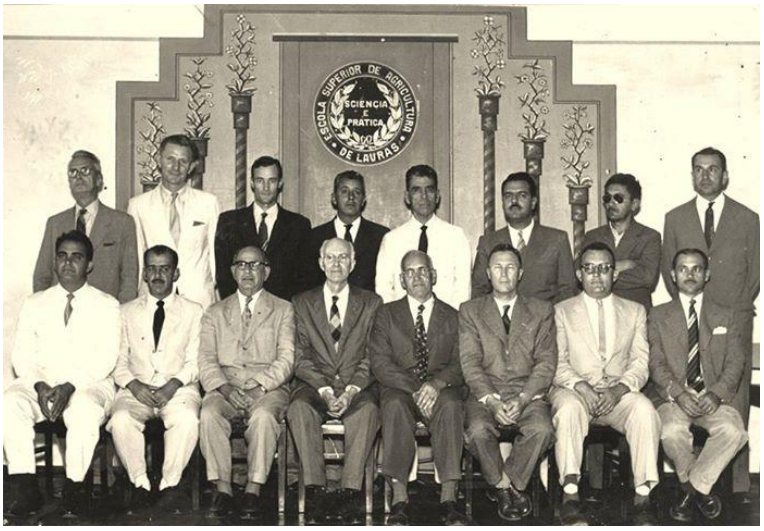
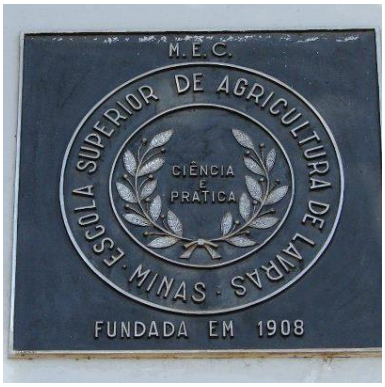


Figura 3: John Wheelock, o quinto sentado, da esquerda para a direita, então diretor da ESAL, em foto de 1958, ano do cinquentenário da Escola [Arquivos da ESAL/UFLA].



Figuras 4 e 5: Inacreditável o que encontrei quando trabalhava nos EUA, em 1977 e procurava as universidades norte-americanas para recebimento de nossos professores em cursos de doutorado. Ali estava, no pórtico da entrada do prédio do Iowa State College of Agriculture, um brasão igualzinho ao da ESAL. Constatei que John Wheelock, ex-diretor da ESAL, ali se graduara em Agronomia. Ele adaptou aquele brasão para a nova denominação da antiga Escola Agrícola, que em 1936 passou a se chamar Escola Superior de Agricultura de Lavras. A descoberta foi comunicada à ESAL/UFLA e foi inserida no livro de seu centenário [Paulo Roberto da Silva].

A crise, atestado de óbito e renascimento da ESAL

A partir de 1960, a mantenedora da ESAL, o Instituto Presbiteriano Gammon (IPG), já apresentava dificuldades em honrar as vultosas despesas de pessoal, custeios e investimentos nas fazendas, rebanhos, máquinas e laboratórios que exigiam permanentes renovações. O Centro Acadêmico de Agronomia iniciou campanhas para federalização da Escola e em 1960, em Viçosa, solicitaram ao candidato a presidente da República, Jânio Quadros, uma declaração por escrito, garantindo a federalização da Escola de Lavras. Conseguiram, mas, eleito, renunciou ao cargo em 1961. Em 1962 o IPG comunicou a impossibilidade de continuar a manter a Escola e encerraria no ano seguinte os exames vestibulares. O governo do Estado de Minas Gerais manteve a Escola no ano de 1963, a qual foi, finalmente, federalizada em 23 de dezembro de 1963. Os dois anos seguintes foram de agonia, com os professores e funcionários sem receber salários. Famílias inteiras dependendo de parentes e amigos para a subsistência. Verdadeiros heróis, mas em 31 de dezembro de 1965, chegou o carregamento de todo o dinheiro, em espécie, para pagamento dos salários atrasados. Saldaram as dívidas pessoais, soergueram a instituição e no ano de 1966, o líder e grande negociador da federalização, o jovem professor Alysson Paolinelli, assumiu a direção da Escola federalizada.

A crise, iniciada em 1960 e agravada em 1962 e 1963, teve abortada a sentença de morte da ESAL por uma corajosa atitude de um emissário do MEC que, com o atestado de óbito da Escola em sua pasta (portaria ministerial, fechando-a definitivamente), sensibilizou-se com a energia, o amor dos professores, alunos e de toda comunidade. Descumpriu a ordem ministerial, revertendo-a, recomendando a federalização da Escola, o que de fato aconteceu em seguida. Para os historiadores de Lavras a federalização marcou o renascimento da ESAL que, 30 anos depois, se transformou em universidade federal. O árbitro do bom senso foi o eminente professor Eudes de Souza Leão, merecidamente homenageado em setembro de 2017. Paolinelli, o parteiro desse renascimento, também foi inúmeras vezes homenageado pela comunidade lavrense. Nada aconteceu por acaso, outra vez! Porém, o acaso nos levou ao encontro do prof. Eudes, em Recife, dia 29 de outubro de 2007, durante a 47.ª Reunião da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS). Também presente o ex-ministro da Agricultura e grande benfeitor da ESAL, prof. Alysson Paolinelli. Dr. Eudes relembrou-nos com imensa alegria sua viagem à Lavras, nos idos de 1963. Expôs em detalhes tudo que ali viu, sentiu e conviveu na Escola e na cidade, durante os dias em que estivera hospedado na casa de Paolinelli. Naquele instante o convidamos a reviver *in loco* tudo aquilo, por ocasião do centenário da ESAL que seria comemorado no próximo ano. Aceitou, com intenso brilho nos olhos e largo sorriso, o improvisado convite, posteriormente formalizado pela universidade. Encerramos o encontro às gargalhadas ao ouvir do dr. Eudes: "*Como eu poderia dizer ao diretor (Alysson), ali na sua casa onde me hospedava, que tinha ido para fechar a Escola e que a portaria estava no meu bolso?*". E completei: aqui, em Recife, sua terra natal, estão hoje reunidos os dois maiores benfeitores da Escola de Lavras, o emissário do MEC que a salvou do fechamento, prof. Eudes e o maior batalhador na luta pela federalização da ESAL, o prof. Alysson e mais..., aqui também estou, o beneficiário n. 1 de seu ato de desobediência ao ministro Oliveira Brito, que culminou com a federalização em 23 dez. 1963 e dez dias depois eu estava prestando o primeiro vestibular da Escola federalizada.

Em seu emocionado relato, o prof. Eudes disse que o mais tocante e que pesou na sua decisão, foi a participação da comunidade lavrense, dos professores e estudantes. Conversou com comerciantes, empresários, bancários, garçons, e até com o engraxate. Ouviu, de todos eles, elogios à Escola e um grande pesar pela precária situação em que se encontrava. Dr. Eudes confessou, 54 anos depois, que passou noites insones ali em Lavras. Como anunciar ao diretor que a Escola seria definitivamente fechada e redistribuídos seus alunos

para instituições federais da região? Como poderia ser insensível diante de tanta dedicação dos professores e funcionários que trabalhavam sem receber salários, unicamente para mantê-la funcionando, sem prejuízos para os alunos? Como ignorar o peso da Escola na comunidade, se muitos dos cidadãos dependiam de sua presença? Não, disse o dr. Eudes para si mesmo naquele dia de 1963. Não! Não posso fechar essa escola.

Figura 6: O prof. Eudes de Souza Leão (sétimo da esquerda para a direita na fileira de trás), em sua visita para "fechar" a ESAL, em 1963 [Arquivos da ESAL/UFLA].

Figura 7: Recife, com Alysson Paolinelli e Eudes de Souza Leão, quando o convidamos para rever a instituição de ensino que renasceu em suas mãos e mais tarde se transformou numa das melhores universidades do país. Fiquei emocionado diante daqueles dois gigantes que salvaram e soergueram a Escola [Abeas, outubro 2007].

Figura 8: Solenidade de instalação da UFLA, em Lavras – 1994. Reitor Silas Costa Pereira, ministro Murilo Hingel, vice-reitor Gui Alvarenga, ex-ministro Alysson Paolinelli, diretor de Avaliação e Regulamentação das Universidades/MEC, Paulo Roberto da Silva [Arquivos da UFLA].

O Plano Diretor ou Plano do Diretor?

A partir da federalização iniciou-se um novo ciclo para a Escola. A primeira providência do novo diretor, Alysson Paolinelli, foi a elaboração de um plano diretor. Metas ambiciosas em todos os sentidos, começando por deixar de ser uma escola de um único curso, a Agronomia. Novos cursos de graduação e a cobiçada modalidade de pós-graduação foram previstos. Os professores achavam isso uma loucura e ironizavam o "plano *do* diretor". O plano era mesmo ambicioso. Previa, para 1966/67, a reconstrução do velho campus com recuperação dos antigos prédios, realocação e modernização da rede elétrica, obras das quais participamos ainda como estudante e estagiário do Departamento de Engenharia. Previa ainda a construção do estádio de futebol, alojamentos para estudantes e a abertura de nova avenida até o alto do antigo pomar, num belo platô onde seria construído o novo campus, que seria a sua obra síntese, como diria JK.

Não era para menos, tinham mesmo que se espantar com o tamanho da ambição. E isto era apenas no plano da expansão física, pois a "ambição" era maior no plano de desenvolvimento de recursos humanos e criação de novos cursos. No entanto, para nós, professores do Departamento de Engenharia, responsáveis diretos pela construção do novo campus, o plano parecia bem realista e exequível, desde que se conseguissem recursos financeiros. Com a verba destinada pelo MEC para a construção de um prédio, construíamos dois, o dobro da área, pois a administração da obra era direta. Não havia empreiteiras pelo meio. Mão de obra contratada diretamente e o custo final se reduzia à metade. Em 1974, o ministro da Educação, Ney Braga, visitou a ESAL na companhia de seu colega, o ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, e ficou surpreso e bastante impressionado com o relatório do Departamento de Engenharia, quando exibimos os custos das construções executadas no novo campus. Os valores unitários representavam a metade do custo estimado pelos engenheiros e arquitetos do MEC, autores do primeiro prédio, o pavilhão administrativo da Escola. O Departamento de Engenharia da ESAL cuidava de tudo, desde a elaboração dos projetos à execução dos arruamentos, redes de água e esgoto, energia, telefonia, prédios e paisagismo, além de barragens, armazéns, oficinas e instalações rurais.

A execução das metas de expansão e qualificação do corpo docente e de pessoal foi tarefa complicada. Forçar um professor a se deslocar com a família, por dois ou quatro anos, para cursar mestrado ou doutorado em outra localidade ou mesmo no exterior, não era tarefa fácil. No entanto, o diretor

Paolinelli conseguiu convencer o MEC a liberar recursos para a contratação de recém-formados e encaminhamento para cursos de pós-graduação, no que foi bem-sucedido. Estava, portanto, em andamento a megaoperação para criação das bases técnicas, físicas e de recursos humanos, para a abertura de cursos de graduação e pós-graduação e futura universidade. Efetivamente, em 1973, cinco anos depois de deflagrado o plano diretor, muitos docentes retornaram devidamente qualificados e titulados nas melhores universidades do país e do exterior. Naquele ano de 1973 foi criada a Coordenadoria de Pós-Graduação, futura Pró-reitora, com a incumbência de iniciar a oferta de cursos nesse nível. Como primeiro dirigente daquele órgão e começando do zero, empreendemos visitas aos principais centros de pós-graduação da região sudeste, quando então estruturamos a Coordenadoria e preparamos dois projetos de cursos de mestrado, o de Fitotecnia e de Administração Rural, sendo este pioneiro no país.

Figura 9: O diretor, Alysson Paolinelli, autor do ambicioso plano de expansão da ESAL/UFLA, 1974 [Acervo de Renato Libeck].

Os avanços da ESAL – 1973/80

Em 1963 a ESAL passou pela mais séria crise, beirando o seu fechamento, mas, felizmente culminou com a sua federalização e dez anos depois deu-se outro acontecimento marcante, a criação da Coordenadoria de Pós-Graduação, em 1973. Planejamos os treinamentos de docentes em cursos de mestrado e doutorado. Foram estabelecidas metas para cada departamento acadêmico, vinculando-as ao inédito plano de criação dos cursos de mestrado na

própria ESAL. Elaborados os planos, aprovados pelo MEC e efetivo início dos cursos de mestrado em Lavras, em 1975, aceitamos logo em seguida convite do Ministério da Educação para nos transferirmos para Brasília. Com a aprovação da cessão ao MEC, por parte da Congregação da ESAL, deixamos a Coordenadoria de PG e assumimos novas funções no MEC. Ali, na direção do Ensino Agrícola Superior e coordenação de programas especiais de desenvolvimento da educação agrícola superior, apoiamos a expansão da ESAL, integrando-a às metas do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

Para melhor entendimento dos avanços no desenvolvimento da ESAL, é preciso conhecer a situação circunstanciada da educação agrícola superior nas décadas de 1960/80. Foi uma época de crise, mas paradoxalmente repleta de oportunidades e nesse sentido a Escola teve intenso e marcante protagonismo não só na ABEAS como principalmente no próprio MEC, onde chefiamos por mais de trinta anos o ensino agrícola superior e os processos de expansão e avaliação da educação superior em todo o país. Naquele contexto, havia no MEC dois grandes programas, o Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias (PRODECA) criado em 1976, em complementação a outro, de nível internacional, o Programa de Educação Agrícola Superior (PEAS).

O setor agrícola foi privilegiado nos programas de governo que, em seus planos setoriais dos sucessivos PND, destacaram estudos realizados pelo Ministério da Agricultura, EMBRAPA, IPEA e outros com diagnósticos precisos sobre a situação do ensino agrícola do país. Havia poucos cursos de mestrado e apenas um único de doutorado em todo o país, naquele ano de 1970. Estava evidente que, para melhorar o sistema de produção agrícola, havia necessidade de se ampliar o número de pesquisadores bem treinados, com conhecimento científico e capacidade de observação dos problemas técnicos específicos de país tropical com ampla biodiversidade vegetal e animal nas suas diferentes regiões de clima e solos. Por seu turno, o Ministério da Agricultura criou a EMBRAPA, instalada em março de 1973, com um forte programa de contratação e qualificação de pesquisadores. Conseguiu atingir, de 1974 a 1982, a impressionante marca de 972 mestres e 225 doutores, com extraordinário salto quantitativo e qualitativo. Antes disso, seu índice era de apenas 11% de portadores de título de mestrado e doutorado.

Pós-Graduação: uma batalha política para sua implantação na ESAL/UFLA

No âmbito da pós-graduação é importante lembrar que todos os cursos de mestrado da ESAL/UFLA tiveram seus projetos apreciados e aprovados pela Comissão de Especialistas de Ciências Agrárias (CECA), órgão técnico consultivo do Ministério da Educação. Mesmo assim, obedecendo-se aos parâmetros de qualidade estabelecidos pelo MEC, a ESAL/UFLA teve que vencer dificuldades de cunho político, pois houve manifestação contrária da ESALQ/USP, solicitando explicações ao MEC quanto à aprovação de cursos de pós-graduação em Lavras. Pelo ofício n. CPG-1062, de 27 set. 1978, da ESALQ/USP, o professor Ernesto Paterniani, presidente da Comissão de Pós-Graduação daquela Escola, de Piracicaba, questionou o Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação, sobre as autorizações para que a ESAL oferecesse tais cursos. Dizia, ainda, que "*a Comissão de Pós-Graduação da ESALQ/USP considerava muito perigosa a proliferação de cursos de pós-graduação em instituições que não contem com as condições necessárias para a concessão desses títulos*". No entanto, tal questionamento tornou-se descabido em face às informações contidas no memo. n. 318/78/UCAP/DAU/MEC que reportou ao CFE, informando que todos os pedidos de autorização tiveram trâmite normal pelo antigo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), hoje Secretaria de Educação Superior. Informou, ainda, o referido parecer, que a ESAL/UFLA, possuía à época 73% de seus 189 docentes titulados com mestrado e doutorado, cujo índice de titulação era considerado alto em relação aos padrões nacionais da época.

De fato, a ESAL/UFLA tinha um bom plano de desenvolvimento de seus docentes. Houve época em que exatos 50% de seu corpo docente encontrava-se cursando mestrado e doutorado no país e no exterior. Essa condição levou-a a alcançar os mais elevados índices de titulação do corpo docente conforme antigos relatórios do MEC e outros mais recentes.

Atuações da ESAL no MEC a partir de 1960 – conflito ideológico entre ensino tecnológico e educação convencional

O ensino agrícola foi subordinado ao Ministério da Agricultura até o ano de 1967, quando foi transferido para o MEC. Sem nenhuma experiência com o ensino tecnológico, o MEC criou, em 1968, as Comissões de Especialistas de Ensino de Ciências Agrárias (CECA). Mas, por razões internas e devido ao longo

debate ideológico com a ABEAS, liderada por Alysson Paolinelli, a Comissão foi instalada somente em 1973. Paolinelli afirmou-nos que o MEC resistia em adotar o regime de tempo integral para docentes e a filosofia do ensino com pesquisa e extensão. Estavam acostumados ao academicismo francês, cultural e social e achavam que pesquisa e extensão eram coisas do Ministério da Agricultura. Nas escolas seriam exigidos docentes em tempo integral, tudo muito caro e dispendioso. Ao contrário, interessava ao MEC apenas o maior número de alunos por sala de aula. Vencida essa batalha, pode, então, ser nomeada a primeira Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Agrárias.

Foi nesse ambiente de desconfiança do MEC, para com o ensino agrícola superior, que chegamos a aquele ministério, em 1975, cedido pela ESAL/UFLA. Logo em seguida assumimos o cargo de direção do ensino agrícola superior. Havia um grande programa de desenvolvimento do ensino agrícola em andamento, porém só atendia a doze universidades brasileiras. Criamos então um novo programa que abrangeria as demais escolas agrícolas. Por outro lado, Paolinelli, que deixara a área educacional para ocupar as funções de ministro da Agricultura, continuava a influenciar o Ministério da Educação na área de formação profissional para a agricultura, especialmente clamando por mudanças no currículo dos cursos de ciências agrárias. Também colocou os pesquisadores, PhD. da EMBRAPA para colaborarem no desenvolvimento das pesquisas da pós-graduação nas universidades. Assim, embora sua atuação junto ao MEC fosse esporádica, lá estávamos em tempo integral, honrando a tradição da velha ESAL na política da educação nacional.

Novos tempos – planejamento e desenvolvimento do ensino agrícola superior

A introdução do ensino agrícola superior na estrutura do MEC foi de fato algo muito diferente e perturbador naquele ministério. Foi o marco inicial da era moderna da educação agrícola superior em nosso país. Criou-se então uma estrutura de pessoal capaz de gerir a educação agrícola e deslanchar o processo de mudanças e melhorias para o setor. Foi realizada uma pesquisa, pela CECA, com recursos a USAID-Ponto IV, produzindo extenso e detalhado diagnóstico da situação do ensino agrícola, culminando-se, em seguida, com a aprovação de dois grandes programas de melhoria do ensino agrícola, o PEAS e PRODECA. Neste último, a ESAL foi incluída e logrou excelentes resultados que, inclusive, a levaram a se transformar em universidade pouco tempo depois.

Importante registrar a ação da USAID que, além dos estudos e diagnósticos, financiou também o Programa de Educação Agrícola Superior-PEAS, de 1974 a 1978, que alavancou a pós-graduação nas ciências agrárias. Também o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), das décadas de 1970 e 80, priorizou a política de expansão da pós-graduação como mecanismo de ampliação da oferta de mestres e doutores para o desenvolvimento agrícola e industrial do país. A oferta de cursos era baixa em relação às necessidades do país, com apenas 24 cursos de agronomia. Na pós-graduação havia somente 35 cursos de mestrado e sete doutorados. A grande maioria (57%) se concentrava na – ESALQ/USP e ainda assim com poucas áreas de especialização.

O relatório da CECA recomendava que o MEC apoiasse fortemente a qualificação dos docentes e incentivos à pesquisa, participação em congressos e eventos científicos, como também o reforço às bibliotecas, consideradas muito fracas. Os currículos dos cursos deveriam ser revistos e atualizados. Foi elaborado um manual de recomendações, com indicações de número de docentes para cada curso, especificações para equipamentos, áreas construídas, áreas cultiváveis, biblioteca (área e acervo: livros e periódicos) e laboratórios com respectivas listas de equipamentos. Como meta-síntese recomendava a criação de um órgão gestor da educação agrícola na estrutura do MEC. Instalado o órgão gestor no MEC, foram criados os programas especiais de melhoria do ensino agrícola superior. Antes houve o Programa de Assistência e Intercâmbio em Ciências Agrárias (PAICA), patrocinado pela USAID, seguindo-se o Programa de Educação Agrícola Superior (PEAS), que teve início em 1974, com o Acordo de Empréstimo AID-512-L-090 no valor de US$ 7,6 milhões de dólares e contrapartida do governo brasileiro de cerca de 49 milhões de dólares, incluindo-se os recursos do programa complementar, o PRODECA. Com vinte técnicos e pessoal de apoio administrativo no MEC e doze profissionais norte-americanos sediados na Michigan State University, também subordinados à nossa gestão no MEC, em Brasília, foi possível cumprir as metas que, aliás, foram ultrapassadas em muito.

O PRODECA estabelecia, para cada instituição de ensino, a obrigatoriedade de um Plano Geral de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias, com as seguintes diretrizes:

- Melhoria do planejamento e coordenação da educação agrícola superior.
- Melhoria dos órgãos de planejamento e administração universitária.
- Implantação de um sistema de cooperação interuniversitário nacional e internacional.

- Melhoria das bibliotecas de ciências agrárias.
- Melhoria qualitativa e quantitativa do corpo docente.
- Expansão e consolidação dos cursos de Pós-graduação.
- Expansão e consolidação dos cursos de Graduação
- Apoio aos centros de tecnólogos em ciências agrárias, recém-criados no país.

Os programas PEAS e PRODECA ultrapassaram todas as metas, no período de 1975/80. Foram contratados 271 novos docentes, treinados 224 PhD. nos EUA e no país, 254 mestres (trinta nos EUA), 76 especializações (56 nos EUA). Foram recebidos noventa consultores de universidades norte-americanas que atuaram nos cursos de pós-graduação brasileiros e orientaram teses no país e nos EUA. Foram dispendidos cerca de 56,4 milhões de dólares (valores de 1975) trazendo grande impacto na qualidade e expansão da oferta dos cursos de ciências agrárias em todo o país.

A ESAL no Ministério da Educação

A colaboração da ESAL junto ao MEC nas discussões e execução das políticas nacionais para o ensino agrícola superior remonta ao ano de 1960 com a criação Associação Brasileira de Educação Superior (ABEAS). O prof. Alysson Paolinelli teve destacada ação nesse período. Pouco depois, em 1974, o prof. Valter de Carvalho, do Departamento de Ciências dos Alimentos/ESAL, foi cedido ao MEC e ali permaneceu por um ano e meio, contribuindo na gestão dos programas PEAS e PRODECA. Este último programa foi por ele elaborado com a nossa colaboração, quando ainda na coordenadoria de pós-graduação da ESAL. Ano seguinte, 1975, o MEC requisitou à ESAL nossa transferência para Brasília e logo aprovada pelo colegiado superior. Assumimos a gestão da Educação Agrícola Superior no MEC e outras funções como Diretor de Avaliação e Regulação da Educação Superior e ainda do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI). Ali permanecemos até o ano de 2009, com 34 anos de efetivo trabalho em tempo integral. Em 1978 foi a vez do prof. João Márcio de Carvalho Rios, cedido ao MEC para a implantação do curso de agronomia em Manaus, onde permaneceu por três anos.

Por outro lado, a ESAL foi beneficiária de diversos convênios para a melhoria de seus cursos, especialmente no âmbito do PRODECA. As prioridades dos programas PEAS e PRODECA, em cada instituição de ensino, foram escolhidas de acordo com seus respectivos planos de desenvolvimento para o

ensino das ciências agrárias, em consonância com as diretrizes da política agrícola contidas no PND e as diretrizes do relatório "Análises e Recomendações/DAU, MEC, 1974". Assim, para a ESAL/UFLA foram selecionadas as seguintes prioridades, naquele ano de 1975: (1) Expansão e consolidação dos cursos de Graduação de Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Tecnólogo em Administração Rural e Licenciatura em Ciências Agrícolas; (2) Consolidação e expansão da Pós-Graduação, mestrados de Fitotecnia e de Administração Rural; (3) Apoio à criação de cursos de mestrado de Ciências dos Alimentos (março de 1976), Zootecnia (março de 1976), Ciências do Solo e Nutrição de Plantas (março de 1976).

O plano de desenvolvimento da pós-graduação da ESAL foi elaborado antes, durante nossa gestão na Coordenadoria de Pós-Graduação (1973/74), futura Pró-Reitora de Pós-Graduação. Esse plano estava em total consonância com o PNPG, que previa a articulação do sistema educacional às metas governamentais de ampliação da oferta de recursos humanos para o setor tecnológico. As metas do PNPG previam a contratação de quinhentos docentes para a área de ciências agrárias e a titulação formal de 1.200 mestres e quatrocentos doutores em cinco anos. Nessa perspectiva, as ciências agrárias saíram na frente, pois além do PEAS já em andamento com recursos nacionais e da USAID, foi criado o segundo programa, PRODECA. A ESAL foi das primeiras instituições de ensino a apresentar ao MEC, em maio de 1975, as suas metas de expansão. Contava com apenas cinco mestres em 1970. Em dezembro de 1974 já havia cinquenta mestres e catorze doutores e em 1979 alcançou 17 doutores, 81 mestres, 44 especialistas. Houve um notável salto na qualificação do corpo docente, mas, ainda assim, os diagnósticos realizados pela recém-criada Coordenadoria de Pós-Graduação, indicavam a necessidade da elaboração de um programa de treinamento docente mais intenso. Nos anos seguintes beirava a 50% o número de docentes em cursos de mestrado e doutorado fora da instituição. Apresentamos ao MEC um plano de treinamento de docentes que previa, para o ano de 1976, trinta bolsas, sendo sete para mestrado e 23 para doutorado no país e no exterior. As metas se estendiam até o ano de 1980 e de imediato dariam suporte ao curso de mestrado recém-iniciado pela ESAL, de fitotecnia e demais planejados, como Administração Rural (iniciado em agosto de 1975), Ciências dos Alimentos, Zootecnia Ciências do Solo e Nutrição de Plantas iniciados em 1976.

Pode-se afirmar com segurança que o desenvolvimento da ESAL/UFLA no período 1975/81 foi inteiramente baseado no programa PRODECA. Isto porque o país atravessava período de escassez de investimentos e as

universidades foram bastante prejudicadas com duros contingenciamentos de verbas orçamentárias. O PEAS e PRODECA foram sem dúvida alguma a salvação numa época de grande estagnação das universidades. Tanto assim que depois de encerrado o programa PRODECA, que criou cinco cursos de mestrado entre os anos de 1975 e 76, a ESAL só conseguiu aprovar dois novos mestrados, em 1984 (Fitossanidade) e 1986 (Genética e Melhoramento de Plantas), ou seja, dez anos depois. O mesmo pode-se dizer da expansão da graduação. No período 1975/81 foram aprovados por nossa diretoria, no MEC, os cursos de Engenharia Agrícola (1975), Zootecnia (1976), tecnólogo em Administração Rural (1976), Engenharia Florestal (1980) e Licenciatura em Ciências Agrícolas (1981). Após o término do PPRODECA a ESAL teve de esperar 11 anos para criar um único curso de graduação, a Medicina Veterinária, em 1992.

A ESAL na criação da Engenharia Agrícola no país

A história dos cursos de Engenharia Agrícola no Brasil teve marcante participação da ESAL. As razões de sua criação no país foram idênticas às reclamadas pelos produtores rurais norte-americanos no início do Século XX, quando criaram o primeiro curso de Engenharia Agrícola (1908). A queixa principal era que o curso de agronomia sempre esteve voltado para os aspectos da biologia aplicada, em detrimento das ciências físicas e matemáticas exigidas pela engenharia na agricultura. Ademais, com grandes extensões de terra e escassa mão de obra, necessitavam de mais máquinas. No Brasil a engenharia agrícola foi a quarta profissão a desmembrar-se da agronomia, seguindo-se à Engenharia Florestal (1960), Zootecnia (1966) e Engenharia de Pesca (1972). Devido à debilidade de matérias da área da engenharia agrícola nos cursos de agronomia, já em 1966 uma comissão mista da USAID recomendava a criação de um centro nacional de pesquisa e ensino para essa área. Em 1974, com base nas recomendações da comissão mista MEC/USAID, aprovou-se o currículo mínimo para o curso de engenharia agrícola. Foram convocadas as instituições de ensino para discutir a implantação desses cursos no Brasil, cuja primeira experiência já estava em andamento na UFPel. Compareceram poucas instituições, dentre elas a Universidade Federal de Viçosa e a Escola Superior de Agricultura de Lavras, a qual representamos como professor do Departamento de Engenharia e coordenador da comissão especial que elaborou o projeto do curso de Engenharia Agrícola da ESAL, naquele mesmo ano e logo em seguida aprovado pelo MEC.

O curso iniciou-se na ESAL no segundo semestre de 1975. Em 1978 a Resolução 256/78-CONFEA aprovava as atribuições profissionais do Engenheiro Agrícola, com nosso parecer, de Conselheiro Federal representando a ESAL e todas as escolas de agronomia, no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CONFEA. Estava, portanto, criada e consolidada, definitivamente, a profissão com direito a registro no CREA. Antes, porém e ainda logo no início do curso, a ESAL recebeu visita de avaliação de comissão de especialistas do MEC-Brazil/MSU Project, indicando recomendações estratégicas, conforme "*Report number 13 – Agricultural Engineering Survey Team, 1976*". Mais tarde, em 1980, a ESAL passou a integrar o Convênio MEC/EMBRAER/MA-CENEA para formação de pilotos agrícolas, incluindo a inserção da matéria Aviação Agrícola nos cursos de agronomia e engenharia agrícola. O programa, patrocinado pelo MEC, sob nossa coordenação, ensejou um avanço no ensino de aviação agrícola na ESAL, recebendo aeronaves para as aulas práticas e consultoria de técnicos do CENEA. Com a extinção do CENEA, em 1992, a ESAL herdou algumas aeronaves agrícolas, modelo Ipanema.

Figura 10: Avião Agrícola Ipanema, herdado do CENEA/MA pelo DEG/UFLA. A ESAL teve intensa e marcante atuação na criação dos cursos de Engenharia Agrícola no país e a promoção da aviação agrícola, junto ao MEC, MA e EMBRAER. [Museu Departamento Engenharia, UFLA].

O PRODECA, um salto quantitativo e qualitativo na ESAL – 1975/80

Além dos recursos aplicados na criação de novos cursos e contratação de docentes, o PRODECA proporcionou substancial aporte à Biblioteca Central,

no novo campus. Ampliou-se o acervo bibliográfico, atingindo-se um total de 21.000 livros e 2.800 títulos de periódicos, além da construção do primeiro pavilhão, no novo campus, com 1.200 m² de área. Também o primeiro restaurante universitário, construído em 1976, ao lado do Estádio da UFLA, com área de 837 m², servindo 500 refeições diárias, contou com apoio financeiro do programa. Outras obras como salas de aula dos departamentos de Agricultura e de Engenharia, galpão de máquinas, salão de convenções e usina de beneficiamento de sementes também receberam apoio. Os recursos investidos pelo programa PRODECA, representavam, em 1976, apenas 13%, chegando a 133% do total do orçamento ordinário da ESAL em 1979. A partir de então aqueles recursos passaram a integrar o orçamento ordinário, anual, da Escola. No período de vigência do programa conseguiu-se o reconhecimento dos cursos recém-criados de Engenharia Agrícola e de Zootecnia e houve acréscimo de 67%, do alunado de graduação, passando de 595 alunos em 1975 para 986, em 1979.

Os resultados do PRODECA na ESAL representaram um grande salto quantitativo e qualitativo, tendo, inclusive, ultrapassado as previsões. Foram contratados 35 docentes e 115 técnicos administrativos que vieram reforçar a estrutura de pessoal para a pós-graduação emergente e os novos cursos de graduação então aprovados pelo PRODECA e iniciados no período 1975/79. O corpo docente da ESAL era composto por 105 professores em 1975. Chegou a 190 em 1979, com 17 doutores, 81 mestres, 44 especialistas e 48 graduados.

Resultados e impactos do PRODECA/PEAS no Ensino Agrícola Superior do país

A contribuição da ESAL, na gestão nacional e internacional dos programas de melhoria da Educação Agrícola Superior, foi marcante, a julgar pelos resultados a seguir. Foram treinados 166 docentes em cursos de PhD., 293 MS., 45 especializações acadêmicas, 48 em Administração e Planejamento Universitário e 19 em Administração Bibliotecária, totalizando 571 treinamentos, sendo 243 no exterior e 328 no país. O número de docentes contratados (653) representou 240% das metas preestabelecidas. Não havia professores com titulação de mestre ou doutor em quantidade suficiente no mercado. Apenas 35% dos contratados eram titulados. A opção foi a contratação de recém-graduados e matriculá-los em cursos de pós-graduação no país e no exterior. Foram ainda contratados 624 novos auxiliares em diversas áreas, sendo 362 para a

administração acadêmica, 68 laboratoristas e 194 auxiliares de campo, ultrapassando mais de 50% das metas.

Os recursos aplicados na melhoria das bibliotecas de Ciências Agrárias foram expressivos, quase dois milhões de dólares na aquisição de livros e periódicos. Foram treinados, nos EUA e nas universidades brasileiras, duas dezenas de bibliotecários e realizadas novas contratações de pessoal de apoio e bibliotecários. Também foram financiadas obras para construção e reformas das instalações físicas das bibliotecas em nove instituições de ensino. Foram adquiridos 61.595 periódicos, 59.563 livros e financiadas obras de reforma e construção de nove bibliotecas e a contração e treinamento de 61 bibliotecários e auxiliares.

A oferta de cursos de graduação na área agrícola passou de 59 para 99, ampliando-se o número de vagas (ingressos) de 2.656 para 7.309/ano. O alunado passou de 15.090 para 33.658 no ano de 1980. O número de docentes elevou-se de 2.171 para 3.803. A qualificação dos docentes passou de 10% com titulação de doutorado para 23%. Mestres e doutores chegaram a 60%, correspondendo a 2,17 vezes a média nacional, indicando assim o alto desempenho da área, pois conseguiu-se mobilizar treinamento maciço de docentes (243 no exterior e 328 no país, totalizando 571 treinamentos em cursos de mestrado e doutorado). Esse treinamento e o aporte dos demais recursos financeiros permitiram, no curto espaço de tempo de cinco anos (1975/80), ampliar a oferta de cursos de pós-graduação de 35 mestrados e sete doutorados para 87 cursos de mestrado e quinze de doutorado. Por consequência o alunado da pós-graduação saltou de 530 mestrandos e 35 doutorandos para 1.250 e 150 respectivamente, ultrapassando muitíssimo as projeções mais otimistas de demandas. Assim, a análise dos benefícios dos programas PEAS e PRODECA não pode se restringir ao período 1975/80, devendo estender-se às décadas seguintes de 80 e 90, quando todos aqueles recursos humanos e de infraestrutura permitiram a ampliação quantitativa e qualitativa da pós-graduação no Brasil.

Não menos importantes foram a criação e implantação de Centros de Ciências Agrárias nas Universidades Federais do Mato Grosso, Santa Catarina, Acre, Paraíba, Alagoas e Amazonas no período 1975/80. Muitas dessas regiões eram totalmente desprovidas de recursos humanos para o desenvolvimento agrícola, onde nem mesmo a importação de técnicos de outras regiões resolvia a situação. Foi assim no Acre, aonde de trinta técnicos vindos do Nordeste, em janeiro de 1975, para trabalhar na extensão rural, restavam apenas quinze, a metade, em agosto do mesmo ano. Tanto Rio Branco, capital do Acre, como

Manaus eram abastecidas de hortifrutigranjeiros do CEASA-SP, transportados em porões de aviões de carreira. A solução seria formar os jovens que ali não tinham oportunidade para a escolha dessas carreiras tão carentes na região.

Além dos resultados nas universidades, há que se considerar os reflexos imediatos na produção e produtividade agrícola de nosso país, quando se considera a escala do tempo mais alongada, pois a formação de recursos humanos foi a base de todo o desenvolvimento tecnológico na agricultura. Hoje o agronegócio é responsável por 42% do PIB brasileiro e graças aos avanços da ciência desenvolvida aqui nos trópicos, somos atualmente os primeiros na produção e exportação de soja, citros, carnes e outros produtos agrícolas, além dos biocombustíveis, dos quais estamos exportando tecnologia. A pós-graduação foi a responsável pela formação de nossos pesquisadores, além de ter contribuído diretamente com suas pesquisas que colocaram a agricultura brasileira no topo mundial. Este é um fator incontestável que comprova o acerto e o descortino da ação do Ministério da Educação que contou, ao longo de 40 anos, com a colaboração direta e em tempo integral de professores da ESAL/UFLA.

Conclusão

A ESAL teve participação ativa nas discussões, criação e implantação de políticas para a Educação Agrícola Superior brasileira, desde mesmo a sua criação em 1908. Foi a primeira a instalar no país o modelo acadêmico dos Land Grant Colleges, com a trilogia Ensino – Pesquisa – Extensão, contrapondo-se ao modelo acadêmico-científico francês, o único até então existente no Brasil. As inovações, postas em prática logo em 1915 com a primeira exposição nacional do Milho em Lavras e com sua inovadora metodologia de ensino, da Ciência com Prática, proporcionaram grande interação com os agricultores, fomentando a melhoria de seus rebanhos e práticas agrícolas.

A partir de 1960 a ESAL se fez presente na criação da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior e nas discussões sobre a transferência do ensino agrícola, do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, assumindo destacado protagonismo com atuação do prof. Alysson Paolinelli. A ESAL influenciou as escolas de agronomia do país, pois passaram a adotar a mesma metodologia do ensino com pesquisa e extensão, sob o lema da ciência com prática, oposto ao sistema francês que tinha de um lado as escolas e de outro, isoladamente, os institutos de pesquisas agronômicas. Aliás, essa trilogia

foi posteriormente encampada pelo MEC nas sucessivas versões da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A influência da ESAL na educação agrícola nacional remonta, portanto, às suas origens em 1908, intensificando-se na década de 1960, forçando o MEC a aceitar as escolas agrícolas no modelo Ciência com Prática, oriunda dos Land Grant Colleges. Nos anos de 1970 sua atuação foi intensificada com a cessão de três professores em tempo integral ao MEC. Assim, mais intensamente nos últimos 40 anos, a ESAL teve atuação constante no Ministério da Educação, quer presencialmente, com seus professores cedidos à Brasília, ocupando cargos de direção no Ensino Agrícola Superior e na implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Teve papel destacado na criação, implantação e consolidação da Engenharia Agrícola no país, tanto no ensino e pesquisa como na aprovação da carreira profissional e suas atribuições junto ao Confea, além do desenvolvimento do ensino de aviação agrícola, em convênios com o MEC e a EMBRAER.

Outros professores da ESAL/UFLA prestaram consultorias e assistência a diversas instituições de ensino em todo o país, em Machado (MG), Manaus, Mossoró, Goiás, Espírito Santo, Piauí, Paraíba, Paraná (Maringá e Bandeirantes), sempre a chamado do MEC, incluindo-se a permanência de um professor em Manaus, em tempo integral, por três anos, para implantação do curso de agronomia da Universidade do Amazonas. Foi ainda, pioneira no ensino de gestão do agronegócio, ao abrir o primeiro curso de mestrado em Administração Rural, ainda em 1975.

A atuação da ESAL se projetou muito além dos números e eventos aqui apresentados. Sua ação em prol da qualidade do ensino repercutiu de forma marcante, tanto internamente como também pelos relevantes serviços prestados à educação nacional. Tanto assim que, em 1994, o MEC a transformou em Universidade Federal, por decisão unânime do Senado Federal. Mais uma vez inovou, fazendo com que o MEC quebrasse um longo jejum na criação de universidades federais. Nada foi por acaso... O primeiro plano da ESAL foi o de Samuel Rhea Gammon, implantado em 1908 por Benjamim Harris Hunnicutt que construiu seu primeiro campus, importou tratores, gado e sementes para melhorar a agricultura nacional. Nos anos de 1960, em meio à crise financeira da mantenedora surge um líder que, à frente da batalha pela sua federalização, logrou êxito e em seguida elaborou o plano de desenvolvimento mais ambicioso que se tem conhecimento. Transformar uma Escola de apenas trinta vagas anuais em uma universidade, hoje respeitada pela sua qualidade e que ocupa os melhores lugares nos rankings do MEC. Planejou e executou as metas desde o

ano de 1966. "Ocupou" o MEC, expandiu as ações da Escola e ainda assumiu os cargos de Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais e depois o de Ministro da Agricultura. Seu ambicioso e visionário Plano Diretor da ESAL, bem executado, por ele e seus companheiros lavrenses, transformou-a numa das primeiras classificadas do país, conforme avaliações sucessivas do MEC, da CAPES e instituições estrangeiras de avaliação da educação superior.

Definitivamente, Lavras tem sido expoente na educação nacional, há mais de um século.

Referências

Busch, L., & Lacy, W. B. (1983). *Science, Agriculture, and the Politics of Research*. Boulder (CO), USA: Westwiew.

Capdeville, G. (1991). *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*. Viçosa (MG): UFV.

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). (ago. 2007). *6.º Congresso Nacional de Profissionais. Textos Referenciais*. Rio de Janeiro (RJ): Confea.

Dias, J. C. (2009). *A terra prometida de Lavras*. Lavras (MG): Borleus.

Douge, R., Joly, R., & Renaud, J. (1995). *Grignon: de l'institution royale à l'INA.P.G.: deux siècles d'agronomie*. Paris (FR): Editagro.

Hunter, J. M. (1978). *Final Report of Michigan State University on its Participation in Programa de Educação Agrícola Superior, under Contract to the Ministério da Educação e Cultura – Brasília.* East Lansing, (MI), USA: MSU.

Lima, J. P, Rodrigues, L. M, Cunha, T. F. *et alli*. (1961) *Técnicos Para o Desenvolvimento da Agricultura*. Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Ministério da Educação e Cultura. (1974). *O Ensino das Ciências Agrárias – Análise e Recomendações*. Brasília (DF): Departamento de Assuntos Universitários.

Ministério da Educação e Cultura. (1974-1979) *UCAP/SESU/MEC – Relatório Geral PEAS/PODECA*. Brasília (DF): Departamento de Assuntos Universitários.

Ministério da Educação e Cultura. (1981). *A Formação Profissional de Nível Superior na Área de Ciências Agrárias: Proposta de Currículo Mínimo*. Brasília (DF): Secretaria de Ensino Superior.

Ministério da Educação e Cultura. (2006). *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras – REUNI*. Brasília (DF): Secretaria de Educação Superior.

MSU/Brazil-MEC Project. (jul. 1976). *Michigan State University e Ministério da Educação Report*, n. 13.

MSU/Brazil-MEC Project. (set. 1977). *Michigan State University e Ministério da Educação Report*, n. 39.

Rosenberg, S. H. (1979). *Rural America, A Century Ago. American Society of Agricultural Engineers*. St. Joseph (MI), USA.

Ross, E. D. (1942). *A History of Iowa State College of Agriculture and Mechanics Arts*. Ames (IO), USA: The Iowa State College Press.

Silva, P. R. (out. 1980). *A Evolução do Ensino de Ciências Agrárias no Brasil na Década de 1970*. Brasília (DF): Ministério da Educação.

Silva, P. R. (dez. 1981). O Perfil do profissional de Ciências Agrárias Segundo o Enfoque do Mercado Ocupacional. In *Anais da XXI Reunião Anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas)*. Porto Alegre (RS).

Silva, P. R. (1984). *Um Modelo de Desenvolvimento da Educação Agrícola Superior no Brasil*. Brasília (DF).

Silva, P. R. (ago. 1986). A Reforma do Ensino de Engenharia Agronômica no Brasil: O Papel da Sociedade na Qualidade da Formação Profissional. In *XII Congresso Panamericano de Ensino de Engenharia*. Ciudad de Guatemala.

Silva, P. R. (jan./jun. 1992). Os Cursos de Ciências Agrárias e os Desafios do Próximo Século. *Revista Educação Agrícola Superior*, *10*(1), 3-18.

Silva, P. R. (jul./dez. 2006). A Educação Agrícola Superior em Debate. *Revista Educação Agrícola Superior*, *29*(1), 5-6.

Silva, P. R. (abr. 2008). A Nova Formação em Engenharia Frente aos Desafios do Século XXI. In *8.º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)*. Brasília (DF).

Stewart, R. E. (1979). *7 Decades that Changed America – A History of the American Society of Agricultural Engineers 1907-1977*. St. Joseph (MI), USA: ASAE.

Torres Filho, A. (1926). *O Ensino Agrícola no Brasil – seu Estado Atual e a Necessidade de sua Reforma*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Volpato, C. E. (2016). *50 Anos Departamento de Engenharia. Livro comemorativo dos 50 Anos do Departamento de Engenharia da UFLA.* Lavras (MG): UFLA.

25 Simplesmente uma história real[101]

Luiz Teixeira da Silva[102]

Resumo:

Relato sobre um misterioso incidente em 1911, envolvendo um italiano de passagem por Lavras.

Palavras-chave: Imigrante – Italiano – Suicídio – Documentos.

Figura 1: Auto-retrato do autor, 1998.

[101] Escrito em fevereiro de 2006.

[102] Luiz T. Silva nasceu em 1.º de março de 1922, filho de mãe italiana e pai brasileiro, em Lavras, onde sempre viveu. Cursou apenas a escola primária, vindo a trabalhar no comércio de móveis até aposentar-se em 1978. Foi um exímio esperantista e propagador desse idioma internacional. Atraído pela pintura e o desenho, entre 1936 a 1939, publicou algumas histórias em quadrinhos. Depois de aposentado, voltou a ocupar-se dessa atividade, produzindo várias obras. Gostava também de escrever e muito de seus artigos foram publicados no jornal *Tribuna de Lavras*. Este artigo nos foi gentilmente enviado pelo dr. Gilson Teixeira Freire, filho do autor, que tem 98 anos.

Alessandro Del Fiume foi um cidadão italiano nascido na medieval cidade de Florença, em 1871. Já quarentão apareceu aqui em Lavras no início de 1911. Era um artesão na confecção de flores em papel e nos mais variados tipos de tecido. Anunciava, através de boletins, um processo moderno de fabricação patenteado por ele em vários países da Europa, na Argentina e no Brasil. Prometia ensinar em cinco dias por 80$000 pagáveis no final do curso. Quem não aprendesse não pagaria. Era portador de farta documentação recomendando-o como cidadão reto e digno de freqüentar qualquer residência ou instituição para ensinar a sua arte às senhoras e senhoritas.

Foi contratado para uma temporada no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para ensinar alunas internas e externas. No colégio fez amizade com minha avó, que era italiana, trabalhava na lavanderia e conversavam no idioma pátrio deles.

Certo dia, ainda de 1911, Alessandro passou pela Rua das Flores, hoje Rua Saturnino de Pádua, onde residia minha avó. Naquele tempo essa rua era a última da zona leste da cidade. Dali em diante eram somente caminhos para a Baunilha e a Mata da Prudente. Alessandro portava uma sacola com algumas garrafas cheias. Saudou minha avó, trocaram algumas palavras convencionais no idioma italiano e logo se despediram. Alessandro desceu a Rua da Ponte, hoje Rua Benedito Valadares, atravessou o córrego da Santa Casa, subiu o morro, transpassou a ponte de madeira sobre a antiga linha férrea da EFOM, subiu mais alguns metros e sentou-se numa saliência no barranco à direita. Pegou as garrafas que continham álcool ou gasolina e com esse líquido inflamável empapou toda a roupa do corpo. Riscou um fósforo. Morreu carbonizado ali mesmo. Pessoas caridosas colocaram no local uma cruz de madeira que ficou conhecida como a Cruz do Florista.

Nasci onze anos depois, em 1922. Como o assunto perdurou por muito tempo eu, adolescente, ainda ouvia casos de assombração que aconteciam ali. Um clarão era visto à noite e perseguia quem se atrevesse a se aproximar daquele lugar.

Minha avó dizia:

– *Poverino!* (Pobrezinho!), foi uma paixão por uma beldade lavrense já compromissada com outro.

A cidade se expandiu também para aquele lado e aos poucos a região foi descaracterizando-se até que, devido ao aglomerado de residências, o fantasma ressentiu-se com a intimidade invadida e desapareceu.

O local onde a cruz sempre esteve, está lá, coberto de arbustos. Se a gente se embrenhar neles é possível encontrar algum vestígio, pois ao redor da cruz sempre houve alguns restos de imagens quebradas.

Antigos moradores da região ainda se lembram de quando foram escorraçados pela alma do italiano.

Não sei por que, mas de uns tempos para cá, esse fato de vez em quando reaparece na minha memória. Eu sempre soube que Alessandro deixou um diário e que esse diário sempre esteve com o Bi Moreira. O que poderia constar nele? Algo para ser revelado? Seria eu o intermediário? Se o diário estava com o Bi, certamente agora deveria estar no Museu fundado e organizado pelo inesquecível jornalista. Procurei, então, o dedicado Ângelo Delfino, diretor do Museu. Em poucos minutos ele encontrou o solicitado volume, aliás, um bastante grosso. Emocionado, peguei-o em minhas mãos. Logo na primeira página está uma foto de Alessandro, seu nome completo, local e data de seu nascimento manuscritos.

Não é um diário. É um livro de recortes de jornais e revistas, folhetos anunciando cursos, documentos e fotos. Vê-se que era um meio para lhe facilitar a se apresentar por onde passava com o propósito de ensinar sua arte e ganhar o pão de cada dia. Encontrei ali mais de 350 recortes de jornais de cidades de doze Estados brasileiros, desde o Rio Grande do Sul, passando por São Paulo, Rio, Minas até o Amazonas, e muitas vezes voltando às cidades anteriormente visitadas; 32 fotos de alunas, grupos de formandas e de salões de exposição das flores; cinco documentos de autoridades e 22 recordações individuais de beldades da época. As exposições com trabalhos das formandas eram sempre em locais nobres como fóruns, clubes ou colégios de freiras, sempre abrilhantadas por banda de música. O álbum começa com a data de 1903, que deve ter sido o ano que Alessandro adentrou o Brasil depois de passar pela Argentina.

Vi vários recortes de jornais de São Luiz, Maranhão, onde apareceu um concorrente espanhol e cada um dizendo-se melhor que o outro. Alessandro, num desses recortes, desafia o rival para uma disputa em praça pública para serem julgados pela população. Houve réplicas e tréplicas, mas não consegui encontrar o final da contenda. Curioso: os recortes referentes a esse assunto estão todos colados de cabeça para baixo no álbum.

Há uma longa relação, por ordem de datas, de cidades por onde passou e ensinou. Vemos que esteve em São João del-Rei de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 1911. Logo em seguida chegou em Lavras, porém sem a data de sua chegada e sem qualquer referência escrita ou impressa sobre sua estadia na

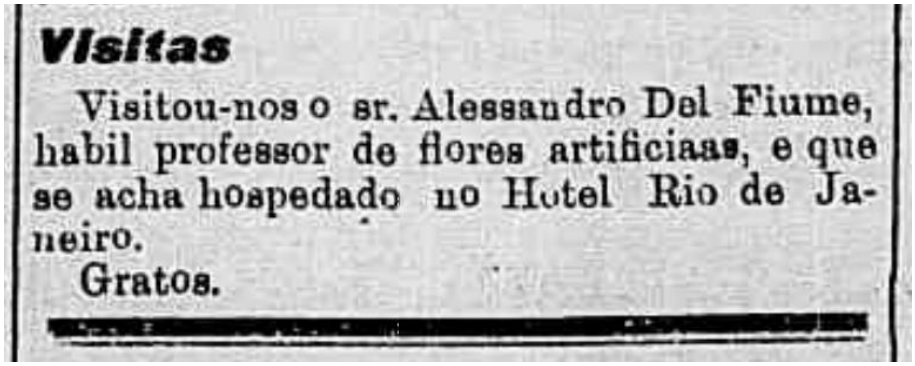
cidade. Eu soube do seu envolvimento com o Colégio N. S. de Lourdes pela minha avó, conforme expliquei acima.

Pesquisando nas coleções (nem sempre completas) de jornais antigos, encontrei na *Folha de Lavras*, de 16 de março de 1911, uma nota anunciando a presença do sr. Alessandro em Lavras, avultando sua especialidade na fabricação de flores, tecendo encômios à sua pessoa e pedindo desculpas por não o ter anunciado antes. Nada mais foi encontrado.

Eu me sentia como um predestinado pela alma do morto para descobrir e divulgar a razão de seu tresloucado ato, mas não encontrei nada que justificasse meus pressentimentos.

Contudo vou colocar esta história na Internet com vistas à cidade de Florença. Pode ser que eu esteja captando uma onda vibratória de algum membro da família *Del Fiume* que deseja, por curiosidade ou precisão, saber que fim teve seu tio ou avô que se embrenhou por este imenso Brasil e desapareceu-se de vez.

Quem sabe?



Visitas

Visitou-nos o sr. Alessandro Del Fiume, habil professor de flores artificiaas, e que se acha hospedado no Hotel Rio de Janeiro.

Gratos.

Figura 2: Registro da passagem de Alessandro Del Fiume por Juiz de Fora, 1910
[Rocha, D. (18 out. 1910). Visitas. *O Pharol*, *45*(248), 2].

26 Um aeroplano sobre Lavras[103]

Luiz Teixeira da Silva

Resumo:

Relato memorial de um acidente aéreo ocorrido em Lavras em 1932.

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista de 1932 – Aviação – Acidente aéreo.

Figura 1: Erasto Emerick (ao fundo na foto), então mecânico das máquinas da Escola Agrícola, o primeiro a chegar no local e prestar assistência ao piloto Carlos França. Foto do acidente aéreo em Lavras, 1932 [Acervo Renato Libeck].

[103] Escrito em 21 de novembro de 1997.

Em 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas, depois de derrubar o governo de Washington Luiz, assumiu o governo da República, provisoriamente como disse ele, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. Getúlio Vargas, entretanto, revelou-se de imediato, um ditador implacável. O povo paulista, cansado de esperar pela prometida democracia, iniciou agitações pré-revolucionárias em 1932, reclamando a constitucionalização do país. No dia 9 de julho de 1932, o governo de São Paulo, com a promessa de apoio de outros estados, declarou guerra ao governo de Vargas. O governo de Minas posicionou-se contra São Paulo. Estava iniciada a Revolução de 32. Vários combates se sucederam na serra da Mantiqueira e noutras localidades mineiras. Um comboio partiu de São Paulo para combater na divisa de Minas. Acompanhando uma locomotiva com vagões repletos de soldados, seguia, pelos ares, um avião. Acontece que esse avião, por falta de rádio ou outro instrumento orientador, se perdeu. O piloto, quando deu por si, estava voando sobre nossa cidade de Lavras.

Aconteceu numa manhã de um dia do mês de outubro de 1932. Eu tinha dez anos de idade. Brincávamos bem no meio da antiga Rua das Flores, hoje Saturnino de Pádua, não havia trânsito de veículos, a rua era de terra, muita grama nas laterais em lugar de passeios. Mais ou menos na metade do comprimento da rua, de uns 350 metros, numa esquina, havia uma torneira comunitária – poucas casas tinham água encanada – onde as pessoas se abasteciam do precioso líquido vindo do Poço Bonito. Estava ali um bom número de pessoas, quando, subitamente, minha avó, num sonoro sotaque italiano, exclamou: – olha lá um *aeroplane*! Foi um alvoroço. Todos procurávamos no céu descobrir de onde vinha aquele barulho constante, sempre crescente. Nunca ninguém havia visto um avião, a não ser nas figuras de cartazes, como um que anunciava a resistência das linhas Corrente: uma moça bem-vestida balançava-se num fio de linha, à guisa de gangorra, pendente de um avião em pleno vôo.

O piloto, naturalmente, percebendo que não dispunha de combustível para seguir adiante, e convencido de que se achava irremediavelmente perdido, resolveu consumir o resto da gasolina e descer onde fosse possível. Mas aconteceu que ele decidiu fazer, antes, mil acrobacias. Mergulhava como se fosse chocar-se contra o solo e levantava-se rodopiando bonito e barulhento; fazia “folha-seca”, apavorando a todos que assistiam. Foi um grande e magnífico espetáculo, talvez o mais emocionante já acontecido até hoje na nossa cidade. A queda de um ônibus espacial, aqui hoje, não faria tanto alvoroço na população. Havia alguém que nem acreditava que teria gente dentro daquilo. Uma vizinha nossa desmaiou, caindo de comprido no passeio da casa. Finalmente, o piloto,

tendo a certeza de que não haveria mais perigo de incêndio, fez um vôo rasante sobre um cafezal do fazendeiro Altamiro Pinto, ali atrás da Estação da Rede Ferroviária, onde tem agora a Metalúrgica Mardel, capotando-se e destruindo alguns cafeeiros[104]. O aparelho sofreu algumas avarias, ficando de rodas para o ar e o piloto apenas atordoado.

Toda a população estava nas ruas, com exceção de algumas pessoas apavoradas com aquela máquina estranha, naturalmente escondidas debaixo das camas. Para o local da queda do aparelho deve ter acorrido a metade dos habitantes. Não fui lá, minha mãe não permitiu – sabe-se lá o que é isso?! O piloto era um paulista, um inimigo. Foi feito prisioneiro. Mas como colocar na cadeia um homem desse naipe? Bonito, jovem, blusão e capacete de couro, óculos enormes para se proteger do vento que recebia direto no rosto... mais perecia um extraterrestre. Levaram-no para o Hotel Central, no mesmo local onde está hoje o Hotel Vitória. As moças se encantaram com aquele galã, corajoso, bonitão, saudando-as pelas janelas do hotel.

E o aeroplano? Ficou lá, de rodas para os ares, sob a guarda de um soldado do destacamento. No dia seguinte, sob orientação do piloto, o tio do Ézio Cavazza, o Narducho, desmontou o aparelho levando-o não sei pra onde. Foi transportado de caminhão – eram poucos na época – talvez de propriedade da Prefeitura. Muita gente curiosa e espantada se juntou ao longo da Rua Direita para ver o caminhão com aquela carga incomum, comentários os mais variados sobre o aparelho e a respeito do aviador. Foi o Narducho mesmo quem montou o avião. Meu pai, o Teixeira, que era seleiro, participou dos reparos, costurando umas peças de couro, talvez o cinto de segurança ou peças dos bancos. O pai do Fernando de Assis, do cartório do 1.º Ofício, consertou a hélice nas oficinas da Rede. Ouvi dizer que a hélice era de madeira.

Um mutirão de voluntários portando enxadas, picaretas e pás acertaram um terreno, arrancaram cupins e improvisaram uma pista no Alto Santa Efigênia, onde está hoje o quartel de polícia do 8.º Batalhão.

Não sabemos maiores detalhes, mas o certo é que o avião ficou em condições de voar. Todas as tardes víamos o aparelho fazendo vôos panorâmicos com autoridades e privilegiados a bordo. Terminada a revolução, o piloto deixou Lavras e uma legião de mocinhas apaixonadas. Esse aviador foi destaque, mais tarde, como piloto de políticos famosos.

[104] Nota do editor: Outras fontes sugerem que a queda foi no terreno do setor de Fruticultura (pomar) da UFLA.

Quantos vezes pedimos ao Bi Moreira para escrever um artigo sobre esse acontecimento? Ele possuía retratos do avião e do aviador, conhecia toda a história, com todos os detalhes, mas ele acabou não atendendo ao nosso pedido. Esperamos que a família dele encontre escritos para editar um livro, onde certamente mencione este fato. Os interessados no assunto deveriam procurar a sua família, o Ézio Cavazza e o Fernando de Assis para enriquecer os pormenores deste acontecimento que marcou o início da história da aviação em Lavras.

O desenho anexo, de nossa autoria, não retrata exatamente como era o avião e o piloto, mas dá uma ideia bem próxima.

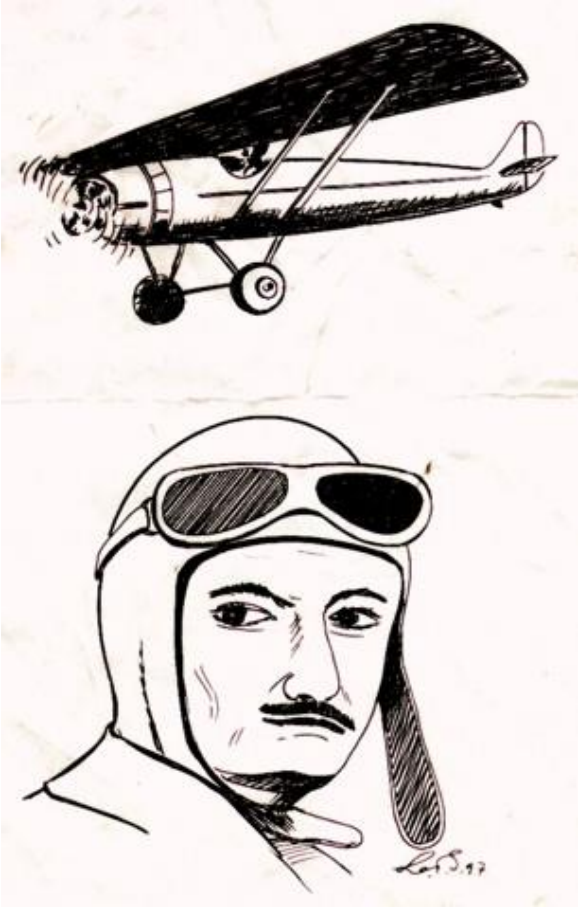


Figura 2: O avião e o piloto acidentados [Luiz Teixeira da Silva, 1997].

27 Um hobby apaixonante: Resgatando a memória iconográfica de Lavras

Prof. Renato Torres Libeck[105]

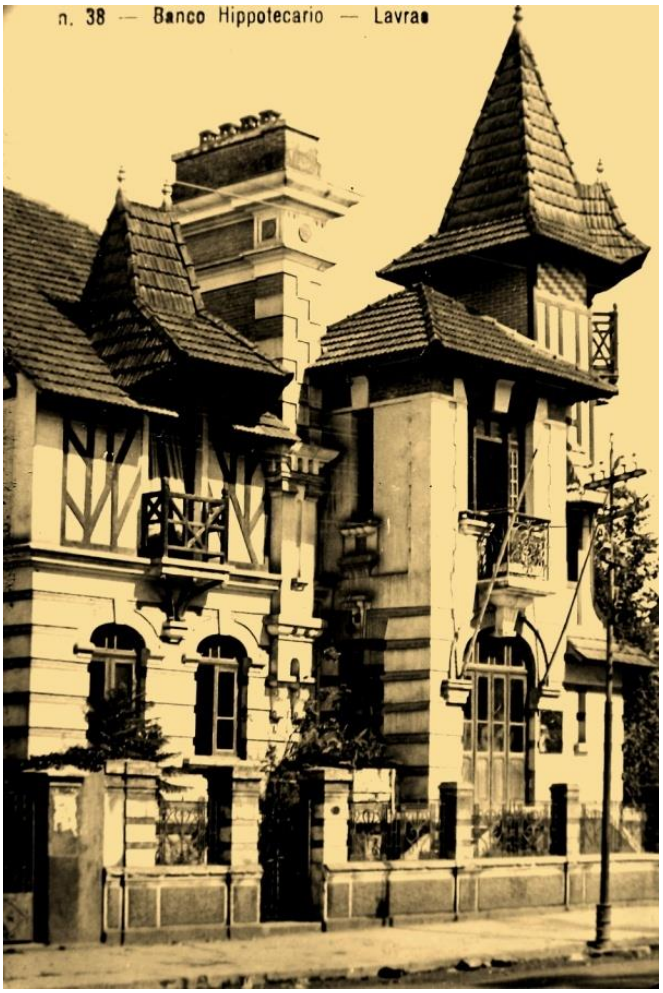
Resumo:

O interesse em colecionar fotos antigas de Lavras surgiu porque tive uma infância muito feliz. A explosão da modernidade aniquilou muitas imagens marcantes da Lavras dos meus anos de infância e adolescência. Para todos os lados que olhava, não encontrava mais as imagens que marcaram a minha vida. Revirei o arquivo pessoal do meu falecido pai e lá encontrei centenas de fotos antigas de Lavras. Veio-me uma grande saudade daqueles bons tempos. Comprei uma boa máquina fotográfica e com o apoio incondicional do Ângelo do Museu Bi Moreira, do Foto Wildes e de tantos outros lavrenses, comecei a reproduzir milhares de fotos que fui encontrando, muitas delas esquecidas no fundo de baús. Recebi muito apoio nesta busca alucinante e sem querer inspirei outros a fazerem o mesmo. Testei diversas marcas de filmes, usei lentes de todos os tipos, filtros óticos e consegui obter êxitos nas reproduções, melhorando cada vez mais a qualidade das fotos.

Palavras-chave: Iconografia – Patrimônio – Fotografia – Museu da Imagem e do Som de Lavras.

[105] Nascido em Lavras em 25 de março de 1953, formado em Engenharia Agrícola pela ESAL/UFLA em 1984. Dei aulas durante dois anos e meio na Universidade Federal de Lavras como contratado nas áreas de máquinas agrícolas. Atualmente, professor da rede pública municipal há 23 anos e iconógrafo na Casa da Cultura Bi Moreira. Possuo um arquivo com dezenas de milhares de fotos e filmes de Lavras, de todos os tempos.

Nas próximas páginas, apresentarei uma seleção das fotos mais icônicas de Lavras antiga, que compilei ao longo de muitos anos, e que estão entre as solicitadas e comentadas em nossas exposições.



Banco Hipotecário nos anos 1940.
Este edifício foi construído em 1920 e demolido no início
da década de 1960, ficando no entorno da Praça Dr. Augusto Silva.

Rua Sant'Ana (1915). À esquerda está a antiga residência da família Alves de Azevedo, construída por volta de 1849. Foi também o Fórum de Lavras, a Prefeitura Municipal e desde 1984, a Casa da Cultura "Bi Moreira".

Avenida Pedro Sales, anos 1960.

Praça Dr. Augusto Silva nos anos 1950. À direita está o sobrado do capitão Evaristo, consumido pelas chamas em 1962.

Desfile do XV de Novembro pelo Grupo Escolar de Lavras na Praça Dr. Augusto Silva (1907).

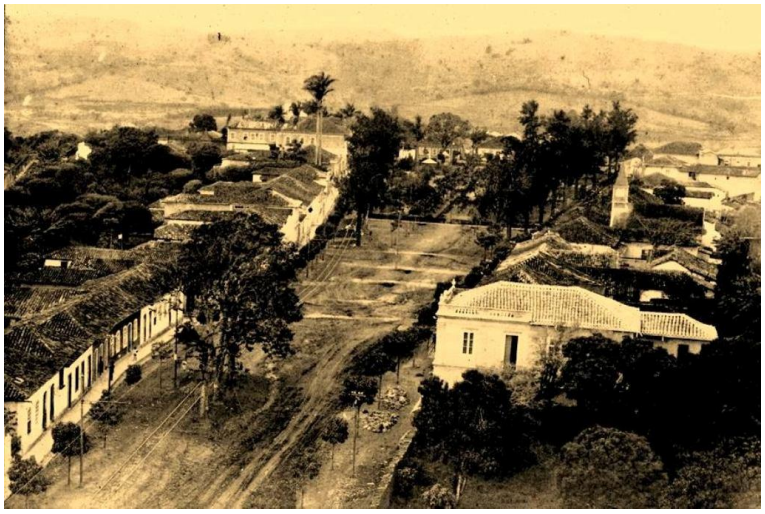
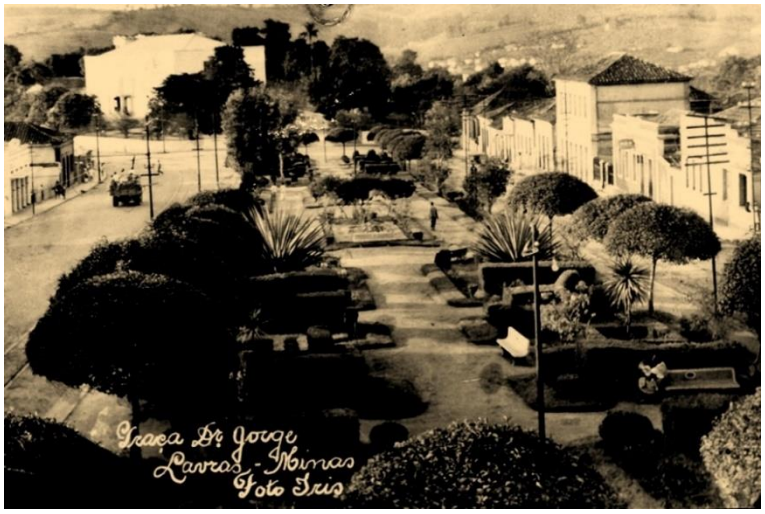


Foto da Praça Dr. Augusto Silva (c. 1910). Foi tirada da torre da igreja matriz de Sant'Ana, que à época estava sendo construída.

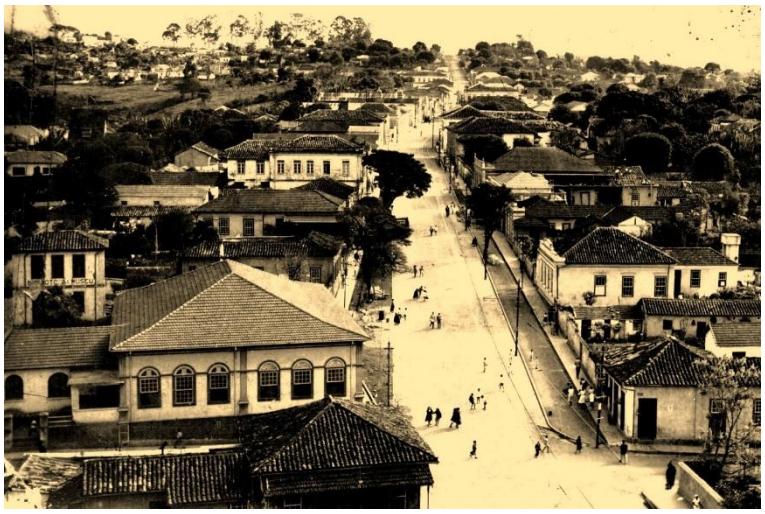


Praça Dr. Jorge nos anos 1950.

A antiga estação do bonde (1911). Ficava à Praça Barão de Lavras, entre a Rua Sant'Ana e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A estação e a própria praça foram suprimidas em 1942, para a construção de uma agência bancária.

O bonde na parte alta da Rua Francisco Sales nos anos 1930.

Rua Francisco Sales nos anos 1930. As árvores que formavam um boulevard foram cortadas em 1937, informação útil para estimar a datação da imagem.



Rua Francisco Sales nos anos 1950. À direita está a Escola Estadual Firmino Costa, cujo casarão de esquina, a “Casa de Instrução de Lavras”, data de 1874.

O Gimnásio de Lavras (1909), atual Instituto Presbiteriano Gammon. É talvez a primeira foto deste prédio, sendo reproduzida em um livro do reverendo Samuel Gammon sobre a missão presbiteriana no Brasil.

O Prédio "Álvaro Botelho" (c. 1970). Edificação construída entre 1920 e 1922, desde 1983 abriga o Museu Bi Moreira, na Universidade Federal de Lavras.

Primeira foto da Banda Euterpe Operária (1910).

Equipe da Associação Olímpica de Lavras,
campeã da Liga Esportiva de Lavras em 1957.

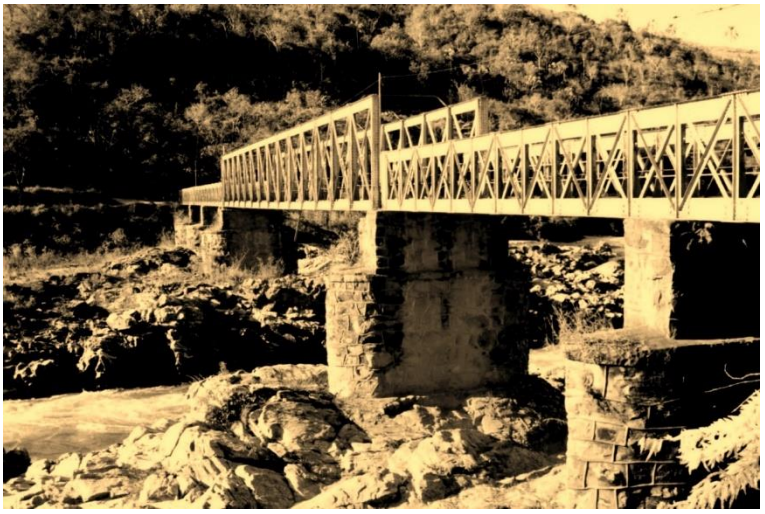
Interior do Teatro Municipal nos anos 1940.

Cine Brasil e Igreja Presbiteriana (1962).

Vapor ancorado e outro descendo o rio Grande nos anos 1920.

Aeroporto de Lavras (1943).

A Estação Ferroviária de Lavras (c. 1940).



Uma das últimas imagens da Ponte do Funil (2000).

28 Entrevista: Ângelo Alberto de Moura Delphim

Prof. Ângelo Alberto de Moura Delphim (UFLA)[106]

Resumo:

Relato de Ângelo Alberto de Moura Delphim sobre sua vida profissional e realizações, como diretor do Museu Bi Moreira e coordenador de Cultura da Universidade Federal de Lavras.

Palavras-chave: Museu Bi Moreira – Fundação de Apoio, Ensino, Pesquisa e Extensão – Escola Superior de Agricultura de Lavras – Universidade Federal de Lavras.

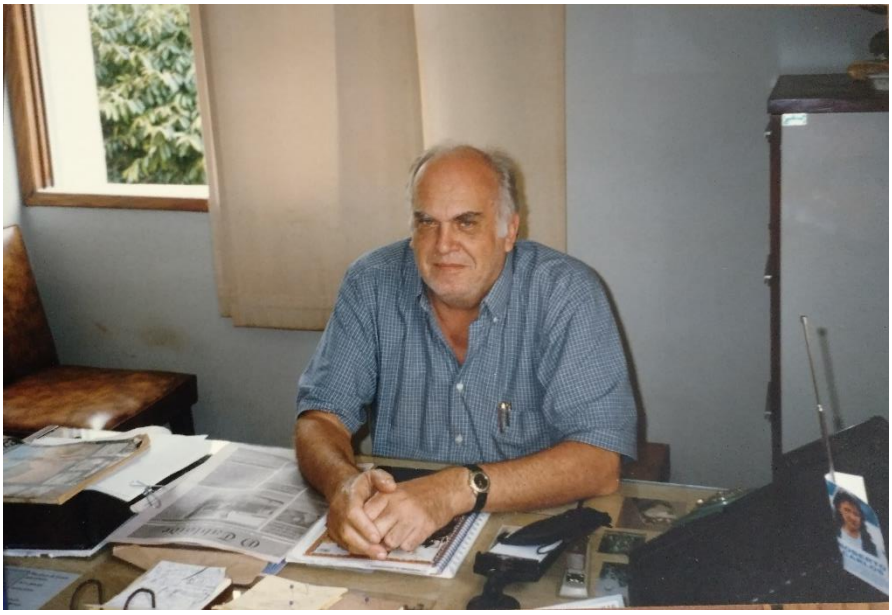


Figura 1: O museólogo Ângelo Alberto de Moura Delphim na secretaria do Museu Bi Moreira, 1996 [Acervo do entrevistado].

[106] Nascido em Lavras, no dia 12 de janeiro de 1942, filho de Ângelo Constantino Delphino e Antonieta Maia Delfino. Estudou no Instituto Gammon, do Jardim de Infância, ao 3.º ano do Curso Científico (Ensino Médio). Formou-se em Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI, atual Unilavras), em 1972. Em 1987, obteve o título de museólogo, através da Lei federal n. 7.287/84. De 1979 a 2006, foi diretor do Museu Bi Moreira, sendo, de 1997 a 2006, o coordenador de Cultura da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Como começou seu interesse por peças antigas?

Desde criança, quando frequentava a Sociedade dos Amigos de Lavras (SAL), onde, entre um amontoado de livros, revistas e jornais, havia algumas peças expostas, que me chamavam a atenção; para mim, aquele local foi o embrião do Museu Bi Moreira. Sempre interessado em antiguidades, ainda jovem, saía em companhia de meu irmão, Carlos Fernando, e de meu amigo, Walter Vancura, quase sempre a pé pelas zonas rurais, à procura de peças antigas. Também, visitávamos cidades vizinhas, com o mesmo propósito.

Como começou seu vínculo com o museu?

Quando a SAL foi extinta, o Instituto Gammon disponibilizou, no prédio principal, um espaço para acomodar a coleção. Naquela época, cursava o Científico, e me preocupava muito com o Bi Moreira, que cuidava de tudo sozinho. Foi então que me ofereci, como voluntário, para ajudar na organização de arquivos e disposição das peças. Entretanto, o acervo foi aumentando e o espaço tornou-se pequeno. O museu foi transferido para a ESAL. Além desse motivo, o reitor do Gammon mandou desmanchar o bonde que ficava estacionado em frente ao Auditório "Lane-Morton", durante uma viagem do Bi Moreira a Belo Horizonte. O Bi ficou extremamente irritado com o desmanche e sucateamento do bonde, e a falta de respeito com um acervo tão precioso, doado ao museu.

Para onde foi transferido o museu?

Com a federalização da ESAL, que se mudou para o *campus* novo, o Prédio "Álvaro Botelho" ficou vazio. O então chamado Museu de Lavras foi transferido para lá em meados dos anos 1970, mesmo estando o prédio em péssimo estado de conservação.

Você continuou como voluntário?

Estava sempre organizando e catalogando a coleção, fazendo arquivos e pesquisando a origem das peças, mas apenas nas horas vagas. O movimento do museu só aumentava. O Bi Moreira residia em Belo Horizonte, houve a necessidade de uma pessoa à disposição, para atender os visitantes. Então, Bi solicitou ao prefeito Maurício Pádua a contratação de um funcionário, indicando

meu nome, pois eu já conhecia o ofício. A solicitação foi prontamente atendida. Com a minha contratação, muitos disseram, que "jogaram o peixe n'água".

Depois, o museu foi federalizado. Como isto ocorreu?

Os professores João Márcio de Carvalho Rios, na época diretor da ESAL, e Luiz Carlos Gonçalves Costa, secretário-executivo da FAEPE, solicitaram-me informações referentes ao museu para apresentá-las a algumas autoridades, em Brasília, onde estava sendo estudada a possibilidade de o Ministério da Educação e Cultura encampá-lo. Sugeri que procurassem Carlos Magno Maia Dias, meu primo, alto funcionário daquele ministério. Carlos Magno fez contato com pessoas influentes no ramo e, logo a transação foi realizada. Em 1979, tornei-me funcionário da FAEPE, mas lotado no museu.

A federalização trouxe vantagens, para o museu?

Várias. Foi liberada uma importante verba para reforma do Prédio "Álvaro Botelho". Provisoriamente, o acervo foi transferido para o Pavilhão "Odilon Braga", onde as peças foram limpas e catalogadas. Recursos foram destinados para aquisição de material, para as vitrines, cuja fabricação foi paga com recursos da FAEPE. As cortinas do prédio, essenciais para a proteção das peças, foram doadas pela Companhia Fabril Mineira.

Como foi organizada a montagem do museu?

O prof. Gonçalves, em 1982, pretendia fazer uma exposição, para comemorar o aniversário da ESAL. No período de um mês, Raimundo, funcionário disponibilizado pela FAEPE, e eu, organizamos a disposição das peças. Seria uma mostra provisória, mas ficou definitiva, até me aposentar.

Quando se deu a inauguração?

No dia 5 de setembro de 1983, o museu foi inaugurado, solenemente, com a presença de várias autoridades e admiradores, com o nome oficial de "Museu Bi Moreira", justa homenagem ao idealizador e fundador. Para seu funcionamento, foi assinado um convênio entre a ESAL, FAEPE e prefeitura.

Havia atividades correlatas ao museu?

Diversas. O espaço abrangia uma espécie de "Casa de Cultura". Havia promoção de grandes eventos culturais, como exposições, concursos literários, apresentações musicais, teatrais e folclóricas, grupos de danças como o balé Inah Penido. O museu era responsável pela programação do aniversário da ESAL e da FAEPE. Na mesma seção cultural, em 1986, foi lançada a revista "*Lavras Cultura*", idealizada pelo prof. José Geraldo de Andrade, secretário-executivo da FAEPE, por Gê Botelho, presidente da Associação Lavrense de Artes Cênicas (ALAC) e por mim.

Você participava de congressos?

É necessário ir se atualizando constantemente. Participei de vários congressos e seminários em que adquiri conhecimentos que me nortearam, em vários aspectos, na administração do museu. Fui apresentado a pessoas de grande expressão no meio artístico, como o prof. Pietro Maria Bardi e d.ª Anna Carboncini, do Museu de Arte de São Paulo (MASP). D.ª Anna veio a Lavras, para visitar o museu e nos dar orientações. Ficou maravilhada com a diversidade do acervo. Comentou que estava muito bem organizado. Conheci Solange de Sampaio Godoy, do Museu Histórico Nacional, onde, em comodato, conseguimos várias vitrines. Léa de Oliveira Paula é uma museóloga que sempre me incentivava e dava orientações, atualizando-me permanentemente. Devo o título de museólogo ao grande empenho de Léa.

Como obteve o título de museólogo?

Recebi o título através de uma lei instituída pelo ex-presidente Sarney que outorgava o título de museólogo provisionado a quem tivesse diploma de curso superior e estivesse, comprovadamente, a no mínimo cinco anos à frente de um museu. Preenchi os requisitos necessários.

O Museu Bi Moreira participou da criação de outros museus?

As participações foram muitas: Museu de Bom Sucesso, Museu de Paraguaçu, Museu de Perdões, Museu da Polícia Militar de Poços de Caldas, Museu do Imigrante, de Venda Nova do Imigrante (ES), quando participei do resgate de peças; Museu Sacro de Lavras, na Igreja do Rosário, na primeira gestão do

prefeito João Batista Soares da Silva. Ainda em Lavras: Museu "Esther Carvalho Pereira", da Escola Estadual Firmino Costa, Pró-memória "Prof. Mário Siqueira" do Colégio Tiradentes, além de ajudar na organização do Pró-memória do Instituto Gammon.

Como você se tornou coordenador de Cultura da UFLA?

O reitor, prof. Fabiano Ribeiro do Vale, instituiu o cargo, para o qual fui escolhido, exercendo a função de 1997 a 2006; na gestão do prof. Nazareno Guimarães, fui novamente convidado, mas já estava me aposentando.

Na área de coordenador, qual atuação merece destaque?

Obtive pela Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais dez cursos profissionalizantes, para Lavras e Perdões; curso de oratória, ministrado pelo mestre Francisco Bahia Loureiro Júnior, de Maceió (AL); obtenção da guarda do material arqueológico encontrado na região do Shopping Graal, em Ribeirão Vermelho; aquisição de *folders* para o museu; aquisição de um piano, doado pela FAEPE, para o salão de convenções; criação do coral "Vozes do Campus"; confecção de becas e camisetas, para o coral; instituição dos hinos da UFLA e da FAEPE; instituição da bandeira da FAEPE; apoio ao grupo coral "Voci d'Amici"; apoio aos alunos na organização do festival de poesias da ESAL (Poesal) e de outros eventos culturais.

Ficou alguma marca do tempo em que permaneceu como diretor do museu?

Ficaram, para sempre, as amizades que fiz, principalmente com os funcionários, com quem convivi por um longo tempo, partilhando alegrias e tristezas. As saudades são grandes. Estávamos sempre unidos, resolvendo os problemas que surgiam. Quando viam críticas, sempre as analisávamos, tentando melhorar o que fosse possível. Mas, quando surgiam críticas infundadas, com o único objetivo de desestabilizar uma estrutura, sempre recomendava aos funcionários que não considerassem a insignificância procedente de pessoas sem expressão, sabedoria e credibilidade, e continuávamos nosso trabalho. Como diretor do museu, realizei as funções que me foram designadas. Quando saí, passei a viver uma nova realidade, deixando a porta do passado fechada. O homem passa e a obra fica.

Como se encontra o museu, nos dias atuais?

Quem poderá responder melhor a esta questão é o ouvidor da UFLA. Fato é que quem visita o *campus* histórico, sempre vê o museu de portas fechadas.

Há algum sonho que gostaria de ter realizado e não foi possível?

Sempre quis criar o Museu Rural e o Museu da Educação. Existe farto material. O Instituto Presbiteriano Gammon se mostra aberto a ceder espaço para a criação do primeiro, e o Unilavras mostra-se interessado em criar o outro. A questão mesmo é conseguir as verbas necessárias.

Quer deixar uma mensagem, para os leitores?

Deixo, para finalizar, um belo poema de Carlos Drummond de Andrade:

Memória

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.

29 Firmino Costa, um professor admirável

Prof. Geovani Németh-Torres, & Prof.ª Thaís de Castro Casagrande[107]

Resumo:

Pequena homenagem à memória do professor Firmino da Costa Pereira. Para comemorar o sesquicentenário de seu nascimento, em outubro de 2019, foi lançado uma obra de sua autoria, a edição organizada e comentada do jornal *Vida Escolar* e também foi restaurada sua herma na Praça Leonardo Venerando.

Palavras-chave: Grupo Escolar – Reforma João Pinheiro – Educação – Vida Escolar – Monumento.

Figura 1: Prof. Firmino Costa (1869-1939)
[Acervo do Museu da Imagem e do Som de Lavras].

[107] Mestranda (UFLA) e licenciada em Pedagogia (UFLA. 2019).

Firmino da Costa Pereira nasceu em 28 de outubro de 1869 em Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro. O nascimento em terras fluminenses foi circunstancial, pois o médico dr. Augusto Silva aconselhou que sua mãe tomasse banho de mar para auxiliar no tratamento de uma debilidade física. Fez seus estudos preparatórios (algo equivalente ao Ensino Médio da época) em São Paulo, mas não chegou a cursar faculdade. Estava em Lavras pelo menos desde 1888, como regista o primeiro número da *Gazeta de Lavras*, jornal do qual era colaborador. Além disso, Firmino Costa era comerciante e exerceria algumas funções públicas, como a de arrecadador de rendas e secretário da Câmara Municipal. Como nota pessoal, em 1898, aos 29 anos de idade, casou-se com Alice Bueno da Costa e tiveram oito filhos: Aguinaldo, Aurélio, Lucília, Lívia, Júlia, Alice, Marta e Maria. De uma relação anterior a esse casamento, tinha ainda outro filho, Samuel Costa, que sempre manteve laços afetivos com seu pai natural.

Figura 2: A antiga residência do prof. Firmino Costa, sede do Clube de Lavras entre 1929 e 1955. Pintura *Clube de Lavras* [Óleo sobre tela, 1980, Luiz Teixeira da Silva (n. 1922). Acervo da Escola Estadual Firmino Costa].

Intelectual autodidata, dedicou-se os estudos nas áreas da Educação e da Língua Portuguesa, publicando várias obras ao longo de sua vida. Sua preferência pelo ensino de Português e Literatura também se fez notar como as disciplinas em que teve suas primeiras experiências como professor no Ginásio de Lavras (atual Instituto Gammon) e no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Em 1906, ocorre em Minas Gerais a chamada Reforma João Pinheiro, quando o ensino primário passa a ter quatro anos e as escolas isoladas são

agrupadas. Por intermédio desta nova legislação estadual, pôde Firmino Costa iniciar seu maior legado – o Grupo Escolar de Lavras, o quinto de Minas Gerais, do qual foi seu primeiro diretor. Inaugurado em 13 de maio de 1907, este educandário foi um dos primeiros do Estado a aplicar os métodos modernos de ensino, além de lançar bases para o ensino profissional através da horta e das oficinas lá existentes.

Figura 3: Primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Lavras, 1907 [Acervo do Museu da Imagem e do Som de Lavras].

Em 27 de outubro de 1915, Delfim Moura, presidente de Minas Gerais, rebatizou o grupo escolar com o nome "Firmino Costa", uma justa homenagem ainda em vida a seu principal idealizador. O grande educador ficou na direção do grupo escolar até 1925, quando assumiu por dois anos a reitoria do Internato do Ginásio Mineiro em Barbacena. Depois desse período, foi para Belo Horizonte, exercendo a direção técnica e geral da Escola Normal. Lecionou também no Colégio Batista Mineiro e no Colégio Isabela Hendrix as matérias que eram de sua especialidade. Depois de uma longa e gloriosa trajetória, aposentou-se aos 68 anos de idade, em 1937. Viria a falecer dois anos depois, em Belo Horizonte, no dia 2 de julho de 1939.

Em Lavras, a memória de Firmino Costa é perpetuada na centenária escola na qual milhares de estudantes passaram e também numa herma existente na Praça Leonardo Venerando, colocada em 1970 por antigos professores e alunos seus, e que em 2019 foi restaurada pelo prof. Renato Torres Libeck, sobrinho neto do famoso professor.

Figura 4: Inauguração da herma do professor Firmino Costa, em 1970. Bi Moreira é o senhor ao centro da foto. A placa original fora roubada [Acervo do Museu da Imagem e do Som de Lavras].

Figura 5: O prof. Renato Torres Libeck e o vice-diretor da EE. Firmino Costa, prof. Jaime Marques, inauguram a placa restaurada da herma no dia 28 de outubro de 2019, data do sesquicentenário de nascimento do homenageado [Foto: Geovani Németh-Torres, 2019].

Discurso de inauguração do Grupo Escolar de Lavras (1907)

"Há de o professor ter amor à sua profissão, para servi-la proveitosamente, para acompanhar os progressos dela; há de o professor compenetrar-se de sua nobre posição na sociedade e de sua real influência na formação do caráter nacional, e, conseguintemente, nos destinos da pátria; não pouco dependerá dele a felicidade futura de seus alunos; em muito influirá ele para a verdadeira prática do regime democrático; da escola cabe-lhe fazer um prolongamento do lar; do ensino importa-lhe fazer uma ocupação alegre e atraente para seus discípulos. Cumpre ao professor cuidar da educação de cada aluno sem outra distinção que a do mérito próprio de cada um deles: com este culto constante rendido à justiça, o educador concorrerá eficazmente para que o menino não venha a ser um revoltado contra a sociedade, e sim um cooperador sincero do regime soberano do direito".

Figura 6: O prof. Geovani Németh-Torres entrega ao prof. Jaime Marques um exemplar do livro *Vida Escolar* [Foto: Renato Torres Libeck, 28 out. 2019].

Nota: *Vida Escolar* foi um jornal redigido entre 1907 e 1908 pelo professor Firmino Costa. Trata-se de uma publicação multitemática de grande valor para a História da Educação no Brasil; além disso, é também o marco primordial da historiografia lavrense, amplamente citado em todos os trabalhos subsequentes sobre a cidade a tratar de suas origens até o início do Século XX.

Em 2015, o historiador Geovani Németh-Torres organizou uma edição comentada com o conteúdo integral daquele jornal, a qual foi relançada em nova edição em 2019, como parte das comemorações do Sesquicentenário do ilustre educador.

30 Educação Patrimonial: A Experiência da Escola Municipal Doutora Dâmina em 2019

Prof.ª Elisabete Alves de Oliveira Silva[108], & Rany de Lourdes Alves[109]

Resumo:

Pensando em valorizar e registrar o bom trabalho que os professores do terceiro ano da Escola Municipal Doutora Dâmina realizaram com seus alunos em 2019, escrevemos este artigo com um relato e descrição do projeto realizado, e com todos os pontos positivos que foram alcançados.

Palavras-chave: Ensino Fundamental – História de Lavras – Praça Dr. Augusto Silva – Casa da Cultura "Bi Moreira" – Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Figura 1: Exposição dos cadernos feito pelos alunos, para uma apresentação aos pais [Rany de Lourdes Alves, 21 set. 2019].

[108] Elisabete Alves de Oliveira Silva é formada em Normal Superior e com pós-graduação em Educação Especial, é professora na Escola Municipal Dr.ª Dâmina há treze anos, nos quais sempre trabalhou conteúdos da História de Lavras com os alunos.
[109] Rany de Lourdes Alves é graduanda em Física (Centro Universitário do Sul de Minas).

O projeto "Lavras Lê", proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Lavras a todas as escolas municipais já há alguns anos, é um projeto que possibilita trabalhos diferenciados, de modo a trabalhar diversos aspectos na formação da criança, como sua cognição, sociabilidade, cultura, inteligência, criatividade, interação e cooperação. Este projeto possui uma proposta de atividade para cada série ou conjunto de séries, levando em conta a idade dos alunos e a sua fase de aprendizado.

A proposta de atividade para os alunos do terceiro ano recebeu o nome de "Lavras, ó terra querida" e seu objetivo foi de que os alunos conhecessem detalhadamente a História de Lavras[110] e seus espaços mais marcantes. Cada escola planejou e desenvolveu essa atividade da sua melhor forma possível, atividade esta que se estendeu de março a agosto de 2019.

Na Escola Municipal Dr.ª Dâmina, os alunos do 3.º ano do Ensino Fundamental tiveram aulas específicas sobre este conteúdo, contando ainda com visitas guiadas a alguns bens tombados de Lavras.

A partir de março, as professoras da escola começaram a introduzir as primeiras informações sobre a história de nosso município, tendo como fontes o livro "*História Geral de Lavras*", lançado em 2018, e também a página sobre Lavras na Wikipédia[111]. Em 8 de abril, a equipe de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura esteve na escola, para apresentar os símbolos municipais e a história da pianista Azená de Oliveira, quando houve uma palestra e a exposição de um memorial, que ficou montado por uma semana. Deste contato, as professoras se interessaram em aprofundar os estudos e solicitaram aos profissionais da área, visitas guiadas pelos bens tombados de Lavras.

Assim, no dia 22 de maio, as quatro turmas do 3.º ano, fizeram uma caminhada da escola até a Casa da Cultura, uma de cada vez, para visitar todos os cômodos da edificação. Ao chegar, aos alunos foram apresentados os conceitos de Patrimônio Cultural como tombamento, bens culturais materiais e imateriais, e a importância de preservar os bens culturais protegidos do município. As crianças também aprenderam a história da Casa da Cultura, suas origens e diferentes utilizações daquela construção nos últimos 170 anos.

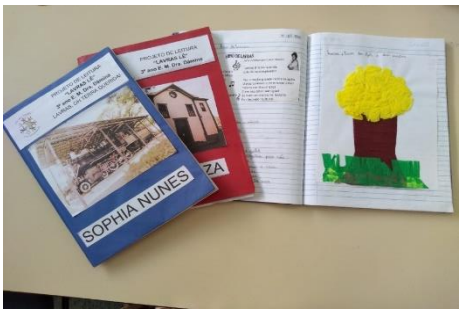
Em 9 de agosto, à tarde, uma nova caminhada, dessa vez à Igreja do Rosário e à Praça Dr. Augusto Silva. As quatro turmas foram divididas em dois grupos, cada um, permanecendo por noventa minutos nos dois locais. Os alunos foram preparados com muitas perguntas elaboradas em estudos anteriores, para

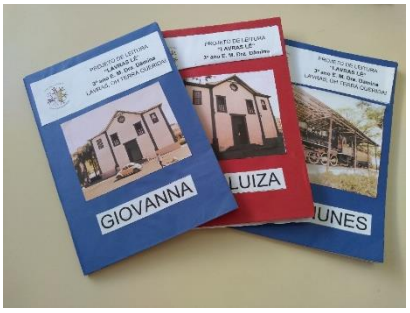
[110] Observe que a História de Lavras faz parte dos currículos das escolas municipais, de acordo com a Lei Municipal n. 2.078/1993.
[111] Cf.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lavras.

tornar o momento ainda mais produtivo. Curiosamente, para boa parte dos alunos, aquela fora a primeira visita à Igreja do Rosário. O professor Geovani revelou informações do contexto histórico do qual a igreja foi edificada, aspectos da evolução de seu uso e noções do estilo arquitetônico no qual a igreja se enquadra. Posteriormente, os alunos observaram os altares e o forro pintado por Joaquim da Natividade. Eles também puderam visitar a cripta da igreja, local este que não é acessível ao público normalmente.

Já a Praça Dr. Augusto Silva, esta era plenamente conhecida por todos os alunos, porém, eles puderam aprender um pouco sobre as diferentes e centenárias árvores lá plantadas em 1908, quando foi construído o Jardim Municipal. Os alunos ficaram curiosos para procurar o pau-brasil plantado na praça, porém, não soubemos identificá-lo[112]. Também puderam ver os monumentos lá existentes, como as hermas, infelizmente vandalizadas por pichadores, e também o obelisco. O professor José Maria chamou atenção ao Monumento aos Pracinhas, lembrando que um parente seu lutou na II Guerra Mundial.

Para concluir o projeto, os alunos confeccionaram um caderno registrando dados, como: hino da cidade; exposições; relatos de visitas; mapa da cidade; história de Lavras; bandeira e brasão; localização; patrimônios culturais; pessoas ilustres (Firmino Costa, Dr.ª Dâmina, Samuel Gammon); história da praça; igreja do Rosário.





Figuras 2 e 3: Conteúdo e capa do caderno feito pelos alunos [Rany de Lourdes Alves, 21 set. 2019].

[112] Curiosamente, tal observação fez com que fosse pedido à Secretaria do Meio Ambiente para providenciar placas de identificação nas árvores, e inclusive, a placa do pau-brasil já existia, sendo assim recolocada, medida tomada diretamente por causa deste projeto educativo.

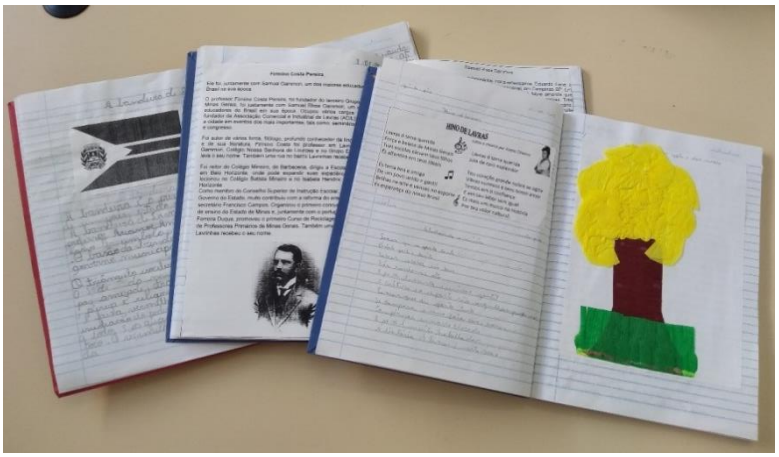


Figura 4: Histórias das pessoas marcantes de Lavras trabalhadas pelos alunos [Rany de Lourdes Alves, 21 set. 2019].

No dia 26 de setembro, em um momento especial, apresentaram aos pais suas produções. Os pais relataram o grande entusiasmo dos filhos com as atividades diferenciadas e as visitas realizadas, relataram que os filhos chegam em casa falando sobre o que aprenderam e detalhando como foi o passeio: “milha filha chega em casa contado todos os detalhes do passeio, e quando passamos pela praça, ela comenta o que aprendeu na visita”, relata um dos pais.

Este projeto conseguiu atingir o desenvolvimento dos alunos em vários pontos do conhecimento: valorização cultural, envolvimento e participação familiar, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento de trabalhos em grupos, conscientização e cuidados com os patrimônios culturais, aprimoramento da criatividade, além da escrita e interpretação. Os conceitos históricos trabalhados, apesar de muitos, se tornaram apenas uma parcela de todos os pontos que o projeto conseguiu trabalhar e alcançar.

Projetos como esse, além de enriquecerem o conhecimento dos alunos, gravam lembranças que ficarão para sempre na memória deles, em um passeio pela praça, por exemplo, lembrarão da visita que fizeram, do que aprenderam, além que guardarem consigo a participação de seus pais nos seus trabalhos escolares.

31 Por uma Arqueologia em Lavras

Gabriel Arriel Pedrozo

Resumo:

Este artigo apresenta e discute os potenciais da Arqueologia e sua participação numa consolidação do Patrimônio Cultural da cidade de Lavras (MG). Para isso, apresenta uma síntese do que é a ciência arqueológica e suas ações no município, e suas possíveis contribuições para o fortalecimento da identidade cultural e patrimonial. Segue também o relato da experiência da avaliação dos sítios arqueológicos do município de Lavras.

Palavras-chave: Educação patrimonial – Estágio acadêmico – Pré-história – Cerâmica Aratu-Sapucaí.

Figura 1: Harrison Ford como Indiana Jones nos bastidores. Disponível em https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/91QDYzk7w6L._SL1500.jpg, acessado em outubro de 2019.

Para qualquer visitante que transite pelas ruas da cidade de Lavras (MG), atualmente perceberá que está rodeado por uma série de casas, edifícios, lojas e igrejas. E se ele rumar para a zona rural desse munícipio, irá passar por estradas de terra cercadas de campos, fileiras de cafés e o gado que pasta. Entretanto, toda essa paisagem atual descrita acima não condiz em nada com aquela que um dia existiu. Uma após outra, as folhas se soltam do registro do tempo, as páginas da história humana escrita se vão, precipita então a escuridão de um passado profundo, do qual nenhum livro registou. Restando dessa profundeza unicamente os seus vestígios materiais.

Quando alguém ouve falar em "Arqueologia em Lavras", normalmente vai pensar naquilo que está já solidificado em seu imaginário. A visão mais popular que a Arqueologia é cheia de mistérios, tesouros e coisas exóticas soterradas, como num filme da série *Indiana Jones*. Ou praticamente nada vem à mente por ser algo inusitado.

Porém, a ciência arqueológica não lida com tanto *glamour*. Nela, existe mistérios e coisas que desconhecemos, tesouros (não especialmente com valor financeiro) de nível informativo e cultural, e objetos exóticos como uma urna ou tanga marajoara. Por muitas vezes, a ideia do *fazer arqueológico* está vinculada a uma *caçada* em que o especialista busca encontrar a todo custo algo. Mas também não é bem por aí! Um arqueólogo é aquele que estuda as produções materiais criadas pelo homem e seus contextos. Ou seja, todo produto, desde uma faca a uma simples caneta, por ser um objeto fabricado pelo ser humano, é uma fonte de informação arqueológica.

Então, como as coisas e objetos dizem sobre aqueles que os usaram e os fabricaram? Quando a pessoa lida com esse mundo material que está em nossa volta, só no fato dela criar algo, ela meio que deixa suas "digitais", traços próprios de sua cultura e sociedade, traços estes que dizem muito sobre aquele que construiu e utilizou

A cultura material (que é um termo que muitos arqueólogos utilizam) é esse produto em que as pessoas criam algo de maneira concreta e deixam seus traços culturais, diferente da cultura imaterial que é algo nada concreto, como um idioma. Um exemplo disso seriam as nossas casas! Para nossos avós, que usavam camisetas de botão e chapéus, era algo que representava a suas épocas, sendo próprio do momento. Hoje em dia, usamos camisetas de algodão em formato de "T", com uma estampa podendo esta ser uma imagem referente a uma série de TV ou uma frase política própria do atual. Do mesmo modo, um objeto produzido há muitos séculos atrás por um indígena próximo do rio Capivari, diz muito sobre aquele que o produziu.

E a Arqueologia da cidade de Lavras? Onde fica nesse meio? Realizar estudos arqueológicos na cidade são de suma importância. Ainda mais, diante da quantidade de informações pré-coloniais de que dispomos no município. Pois afinal de contas, existia um Brasil antes dos brasileiros. Os estudos feitos no município são escassos, não somente em Arqueologia, como em outras áreas do conhecimento, como a História, sendo essa faixa de tempo amplamente ignorada pela historiografia local [Németh-Torres, 2018]. Seria praticamente como se um prédio, do qual os andares superiores estão iluminados, e a medida em que você vai descendo as escadas, a iluminação vai ficando mais fraca, até ao ponto em que se chega a um andar envolto em escuridão: isso é o passado de Lavras, somente sabemos sobre as datas mais recentes (os andares superiores) e a medida que retrocedemos os anos ao descer as escadas, deparamos com uma escuridão.

O patrimônio arqueológico é muito pouco valorizado no Brasil em função de sua pouca monumentalidade, isto é, os povos que aqui habitaram não deixaram e produziram vestígios grandiosos, como cidades gigantescas, aquedutos, pirâmides. O que agrava é a falta de ligação identitária do passado pré-colonial indígena com a população atual, diferente de alguns países vizinhos como a Bolívia e Peru, nos quais o substrato indígena ainda vive. Outro agravante seria que o patrimônio arqueológico é extremamente frágil, se há uma atividade no solo, quer se construa um prédio, ou se are o solo, isto causará danos aos artefatos [Mello, & Jucá, 2013].

É muito comum encontrar relatos de agricultores que se deparam com cacos de cerâmicas ou as “pedras raios” (ferramentas polidas ou lascadas em pedra). Esses *afloramentos arqueológicos* foram reunidos pelo famoso jornalista e museólogo lavrense Silvio “Bi” Moreira do Amaral (1912-1994). Esses artefatos atualmente encontram em seu museu, denominado Museu Bi Moreira, dispondo de uma coleção de mais de quatrocentos artefatos, com peças derivadas também das escavações realizadas nos sítios Monte Alegre e Cacho de Ouro, no município vizinho de Ribeirão Vermelho (MG) [Mendes, Rojas, & Megaste, 2016]. Esse patrimônio, por ser protegido pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 20, 23 e 216), necessitava de um salvamento, normalmente bancado pelo empreendedor que contrata uma empresa de Licenciamento Ambiental, a qual trabalhe com o normalmente chamado “salvamento arqueológico”, onde arqueólogos irão salvar os sítios, retirando-os do local para que possa prosseguir com o empreendimento.

As escavações referentes aos sítios Monte Alegre e Cacho de Ouro foram realizadas a partir de 1992, durante a duplicação do trecho da BR-381. As

atividades arqueológicas foram realizadas pela empresa Brandt Meio Ambiente, com a intenção de coletar e salvar os sítios. Na época quando os especialistas chegaram, o sítio já estava bastante degradado. No geral, foram encontrados fogões, resíduos de fogueiras, negativos de pequenas estacas (provenientes de habitações), além de alguns conjuntos de fragmentos cerâmicos associados a estas estruturas, materiais líticos com destaque para os machados (em diversos estágios de confecção).

Segundo a Brandt, esses materiais revelaram que os locais se tratava de aldeias de ceramistas, a céu aberto. Não se sabe ao certo a etnia deles, mas há grandes possibilidades de serem dos grupos de origem "Macro-Jê". A técnica de termoluminescência é a medição da última vez em que quartzos ou carbonatos de um artefato foram expostos a luz solar e por meio dela, é possível fazer a datação de alguns materiais cerâmicos. Para estes encontrados pela empresa, a data encontrada estipulada foi algo em torno de 700 a 800 AP. (Antes do Presente), ou 1200 a 1300 d.C.. Ou seja, enquanto a Europa estava na Alta Idade Média e realizando suas últimas Cruzadas e o reino de Portugal nascendo, havia pessoas entre Lavras e Perdões vivendo em aldeias.

O mais interessante que certos elementos também coletados marcaram a data perto dos 5000 anos, levantando a hipótese de haver uma ocupação no período do Holoceno Médio. Todavia, a ausência de uma estratigrafia e outros indícios que corroborem essa data tão antiga faz com que não seja possível afirmar a existência de uma ocupação humana nesse sítio num passado tão profundo como este [Brandt Meio Ambiente, 2000]. Tal pesquisa seria como lançar uma linha de pesca no mar, e a chumbada com anzol caísse numa fossa e de lá você tirasse um peixe monstruoso, como aqueles que são comuns das zonas abissais do oceano. Estudos considerando essa hipótese são importantes e podem ser altamente relevantes, pois para se ter ideia de tempo, o nosso país e toda essa infraestrutura que nos rodeia (as casas, cidade e o próprio sotaque) surgiram em 500 anos. Se sabemos de tanta história com esse período, imagine algo dez vezes mais antigo.

Por volta dessa época das atividades arqueológicas referente a BR-381, também houve a construção da Usina Hidrelétrica do Funil, sendo aplicados estudos de impacto ambiental datados por volta de 1991 e 1992 nos municípios de Lavras, Ijaci, Itumirim, Ibituruna, Bom Sucesso e Perdões. As atividades demostraram o potencial arqueológico da região, com uma significativa ocupação indígena. Foram encontrados diversos vestígios materiais dos antigos ocupantes da área como machados, cerâmicas e cachimbos [Coelho, 2008]. Infelizmente, os sítios que existiam na região da barragem, localizados em áreas de

empreendimento (aberturas de estradas e movimentações de terra) foram inevitavelmente afetados, sofrendo danos ou até mesmo sendo destruídos [Coelho, & Pereira, 2010].

Como podemos perceber na área do município de Lavras e de circunvizinhos possuem grande potencial arqueológico, ao mesmo tempo que a população desconhece quase por completo a existência desse patrimônio cultural.

A educação patrimonial surge como elo entre a sociedade e a sua história, nesse caso utilizando a Arqueologia. Por muitas vezes já foi falado sobre o poder da Arqueologia. Por exemplo, é bastante interessante você possuir em mãos uma carta de um bandeirante relatando um ocorrido; contudo, agora imagine você possuindo a faca desse mesmo bandeirante, que por espanto, continua afiada, e mostre ambas para pessoas numa praça da cidade. O efeito nelas é distinto entre os dois. A Arqueologia possui em sua história uma infinidade de casos de espanto e principalmente de encantamento, a cidade de Pompeia, as múmias no Egito, e os zigurates da Babilônia são exemplos de quanto a cultura material, isto é a materialidade produzida pelo homem, torna a ganhar vida e a encantar as pessoas. A Arqueologia tem um potencial enorme para a educação patrimonial e a consolidação de uma identidade, e ela deve ser explorada.

Há uma necessidade latente em levar as descobertas e informações históricas e arqueológicas para as próprias pessoas do município, e que essas informações ultrapassem o ambiente acadêmico, ganhando espaço no cotidiano das pessoas. Pois, seria questionável o real valor de uma ciência que não tenha aplicação e retorno para as pessoas, seria praticamente inútil, preenchendo apenas papel e currículo e não indo além disso.

Um primeiro passo seria fazer com que a população passasse a conhecer e, em seguida, reconhecer esse patrimônio arqueológico. Uma ação muito utilizada são as atividades e oficinais nas escolas, onde os alunos passam a ter contato e apreender mais sobre esses elementos de sua história. Outra seria a realização de exposições de materiais que existem nos museus em eventos para a comunidade. Quem sabe até criar um parque arqueológico, agregando valor turístico ao município? Existe uma infinidade de possibilidades!

Minha experiência com os sítios arqueológicos de Lavras

Em setembro de 2019, estive realizando um estágio na prefeitura de Lavras para o registro e a perícia do grau de integridade dos sítios. Para isso,

tinha em mãos uma ficha onde registrava diversos aspectos, como fatores de degradação, medidas de conservação e uma suscinta descrição. O interessante é que os sítios catalogados dentro do município de Lavras encontram-se em sua maioria às margens da Represa do Funil e foram descobertos durante as intervenções para salvamento de material antes da chegada das águas represadas.

Minha primeira visita foi no sítio Fazenda Rio Grande I. Para chegar a ele, tive de seguir uma estrada de terra que a princípio parecia um pouco intricada, com muitos "sobe-e-desce" de peque nos morros (algo extremamente típico da região). Após 35 minutos, o GPS do celular já indicava que o meu ponto estava próximo. Paramos o carro quando avistamos alguns homens plantando hortaliças. Com isso, descemos do veículo e fomos falar com eles. O nome do proprietário do local era Marcus e foi bastante receptivo. Conversamos por alguns minutos e perguntei se ele tem encontrado com frequência algum caco de cerâmica ou um machado. Ele confirmou a presença arqueológica do local, e além de certa frequência que se depara com cachimbos e fragmentos de cerâmica. Após, isso autorizou a nossa visita aos sítios Fazenda Rio Grande I e II, que se localizavam em seu terreno.

O sol radiante fazia vibrar a árida estrada em nossos olhos. Há mais de trinta dias não chovia, fazendo com que o capim ganhasse um tom mais bege. O sítio se estendia até uma meia encosta e era próximo de alguns coqueiros, estando estes plantados em fileira nas margens da estrada. No fundo da paisagem estava a represa. O local é na crista de uma pequena serra que adentra nas águas, formando uma espécie de península, estando cercado por água pelos três lados.

Apesar de nos deparamos com uma capivara (por ter um animal silvestre indica que a presença do homem não é tão frequente), e não havia nada plantado no terreno, o sítio encontrava bastante avariado. Estima-se que menos de 25% do sítio arqueológico tenha restado ao longo de todos esses anos. A prospecção (que é a procura no terreno por algo) consistiu no que chamamos de *Levantamento sistemático de superfície*. Isso é nada mais que caminhar em forma retilínea indo e voltando sobre o terreno, horizontalmente e verticalmente, formando uma "malha" imaginária. A vantagem é óbvia, pois, a pessoa cobre o terreno regularmente em menor tempo e de maneira sistemática, havendo mais atenção a indicadores de artefatos. Um exemplo desses indicadores seria a maior concentração de uma vegetação mais esverdeada num determinado ponto, já que quando há materiais debaixo do solo, a tendência é reter a umidade fazendo a vegetação que esteja por cima ficar mais verde do que as demais.

Porém, a dificuldade no local era de que o capim estava tão denso que mal conseguia ver o solo, tendo que muitas vezes tirar com as mãos e jogando para o lado.

Após um tempo, dirigimos para o segundo sítio. Este se encontrava bem mais ao fundo da propriedade. Descemos por uma estrada que rumava para um amontoado de eucaliptos que ficava na encosta que dava direto para a represa. O sítio encontrava diretamente ali, em parte envolvido por árvores. Nessa parte da propriedade, a quantidade de seixos de rios e outros tipos de rochas eram bastante abundantes indicando grande possibilidade de haver a confecção de líticos, como os machados que o proprietário relatou haver encontrado.

Obviamente, não foi uma tarefa fácil fazer a sondagem da superfície do terreno na busca de qualquer afloramento. O relevo decaído e a vegetação que misturava mato denso e eucaliptos dificultava. Por diversas vezes, deparei-me com pedras que no primeiro olhar assemelhavam a uma lâmina de machado. Entretanto, observando com mais cuidado percebia que não apresentavam qualquer lascamento ou polimento, sendo assim apenas a erosão natural nas rochas.

Descobri um antigo veio, uma espécie de vala que se estende como um "caminho", que poderia ser uma antiga estrada ou mesmo uma feição para demarcar os limites do terreno (algo muito comum na região antigamente). Se for constatado, tratar-se de uma estrada, haveria grandes chances de estar relacionada diretamente ao sítio arqueológico, tendo em vista que os bandeirantes faziam uso das trilhas dos indígenas para as suas incursões, e mais tarde os tropeiros. Os indígenas conheciam os melhores trajetos para se deslocar. Isso resultou nas centenas de rodovias e caminhos que encontramos hoje! De qualquer forma, fica levantada a hipótese de correlação entre ambos os sítios a essa possível trilha que interligaria a região.

A paisagem mostrou outro aspecto bastante interessante. Ambos os sítios se localizavam em pontos em que as árvores foram retiradas de seu entorno possibilitando a observação de amplas áreas circunvizinhas. Provavelmente esse foi um dos possíveis fatores que puderam motivar a ocupação dessa área pelos seus antigos ocupantes.

Alguns dias após a minha visita aos dois sítios mencionados acima, rumei para o outro sítio. Ele era o maior em nível de dimensão. Era designado como Grupiara, que em tupi-guarani "*curu-piara*" significa jazida de cascalho [Bueno,1984]. A estrada mostrou-se mais desafiadora do que a última. Havia trechos bastante íngremes em que o carro parecia derrapar. Nesses momentos, ficava feliz por não estar ali nos períodos de chuva porque aquela estrada

molhada seria nada amigável. De qualquer forma, depois de quase uma hora, cheguei ao local.

O terreno era mais amplo. Não se encontrava numa crista de uma pequena serra como o anterior. Ao em vez disso, ele se estendia entre um pasto. Também havia um córrego aos fundos da propriedade, repleto de seixos escuros e claros. A pequena faixa de mata ciliar o envolvia no pequeno riacho, retendo o ar úmido, assim tornando o local bastante agradável. Após prospectar o serpenteio desse córrego d'água, voltamos para o pasto. Dei bastante atenção no barranco o qual o intercalava pois ainda mostrava um pouco do perfil daquele solo, mesmo que seus horizontes estratigráficos (quem são as camadas do solo) estejam já secos.

Adentrando no pasto, deparei com marcas de aragem do solo. Isso destrói bastante qualquer indício arqueológico porque espalha e fragmenta qualquer possível peça, além de "embaralhar" praticamente em toda a faixa superficial de terra. O gado pastava e sua presença também significava o pisoteio e outros fatores de degradação. Porém, o sítio apresentou um significativo afloramento de material cerâmico, havendo presença de material lítico lascado e polido, possibilitando deduzir a dimensão do sítio arqueológico, mesmo com todos esses fatores de degradação ali presentes.

Quando estava me aproximando da estrada, já no fim do terreno, deparei-me em especial com um caco de cerâmica. Ele se encontrava ali às margens da cerca. Eu o peguei e analisei. Era da denominada tradição Aratu-Sapucaí, que se estende por grandes áreas do centro-oeste e nordeste do Brasil [Afonso, 2015]. No sul de Minas Gerais, sua fase tem a presença por volta dos 885 AP [Dias, 2007], esses ameríndios são normalmente falantes da língua dos grupos Jê, comum no Brasil central, com suas aldeias em formato circulares [Prous, 2006].

Deixei o caco onde encontrei (possivelmente ainda está lá nesse momento em que escrevo, envolvido pela poeira seca). A pessoa que o teve e o fabricou já se foi há séculos e de seus pertences mal sobraram vestígios. Sua língua e cultura em que viveu e viu o mundo, caíram na escuridão, foram esquecidas para sempre. Agora sobre a terra em que habitou, há animais que nunca sequer sonhou existir e pessoas cuja visão de mundo, religião, língua que em praticamente em nada coincide com as suas. Nos tornando alienígenas, seres estranhos que perambulam sobre onde um dia morou, tão indiferentes a ele. Em pouco menos de um milênio tanto mudou. Tudo isso alavanca um *phatos* sobre nosso lugar num *tempo da humanidade*. A qualquer lavrense que esteja lendo esse texto, se olhar pela janela, e vislumbrar a cidade com suas casas e

prédios erguidos, com as pessoas caminhando pela calçada, pergunto: será que tudo isso ao nosso redor, daqui mil anos enterrados em ruinas, serão tudo aquilo que sobrou de nós, feito aquele caco em meio a poeira?

Figura 2: O autor com um fragmento cerâmico, encontrado nas proximidades de Lavras [Acervo do autor, 2019].

Referências

Afonso, M. C. (2015). Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, *11*, 20-21.

Brandt Meio Ambiente. (2000). *Resgate Arqueológico dos Sítios Arqueológicos Monte Alegre e Cacho de Ouro. Ribeirão Vermelho (MG). Projeto Duplicação da BR 381*.

Bueno, S. (1984). *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 3.ª ed., São Paulo. Brasilivros, 124.

Coelho, S. J. (2008). *Transformações na paisagem decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica do Funil-UHE-Funil e o impacto no município de Ijaci (MG)*, 36-42. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Lavras.

Coelho, S. J., & Pereira, J. A. A. (2010). A paisagem na área de influência da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE-FUNIL), percebida através do EIA-RIMA. *Paisagem e Ambiente*, *28*, 133-148.

Dias Júnior, O. F. (2007). Ocupação do território de Minas Gerais: grupos de horticultores ceramistas. In: Oliveira, A. P. L. (Org.). *Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar / MAEA.

Mello, P. J. C., & Jucá, A. C. A. (2013). Patrimônio Arqueológico: uma proposta de educação patrimonial na bacia do rio Vaza Barris. *Revista de Extensão Universitária da UFS*, *1*(2), 45-49.

Mendes, P. M., Rojas, R. A. E., & Mageste, L. E. C. A. (2016). Coleção arqueológica do Museu Bi Moreira da UFLA: No limiar da preservação e comunicação. In G. N. Campos & M. Granato (Eds.), *Anais do IV Seminário Preservação do Patrimônio Arqueológico* (pp. 233-241). Rio de Janeiro, RJ: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres, 16. (Série Lavrensiana, 6).

Prous, A. (2006). *O Brasil antes dos brasileiros. A pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 78-79.

32 Imigrante

Prof.ª M.ª Rosemary Chalfoun Bertolucci[113]

Entre mim e eles o oceano...
Como os deixei na outra margem, lembro-me bem!
Não na terceira margem, a do Rosa, sim na outra margem
Aquela do passado, em um outro país além...

Foram se despedir de mim...
Eu o que vinha em busca de aventura
Eles os que ficavam abraçados à esperança
Rezando por mim... Entre nós, o oceano!

Essa cena ficou comigo e com ela o vazio eterno!
A nostalgia do imigrante mesclada à crença na vitória
Vencidos alguns obstáculos, tiradas algumas pedras do caminho
Sobrevivi como outros tantos imigrantes.

O amor e a gratidão à nova Pátria tomaram forma
Mas a saudade... Ah! Essa dominava a alma!
Em sonhos intrigantes os cedros, em terras montanhosas
Faziam sombras e emolduravam auroras

Buscava os figos, as tâmaras, as uvas
Por dias e dias... por noites à fora!

Sonhava acordado com o Líbano, terra amada
E deixei como legado aos meus descendentes esse vazio
Que é a marca do imigrante que mesmo feliz, realizado
Sonha em retornar a sua Pátria um dia!

---

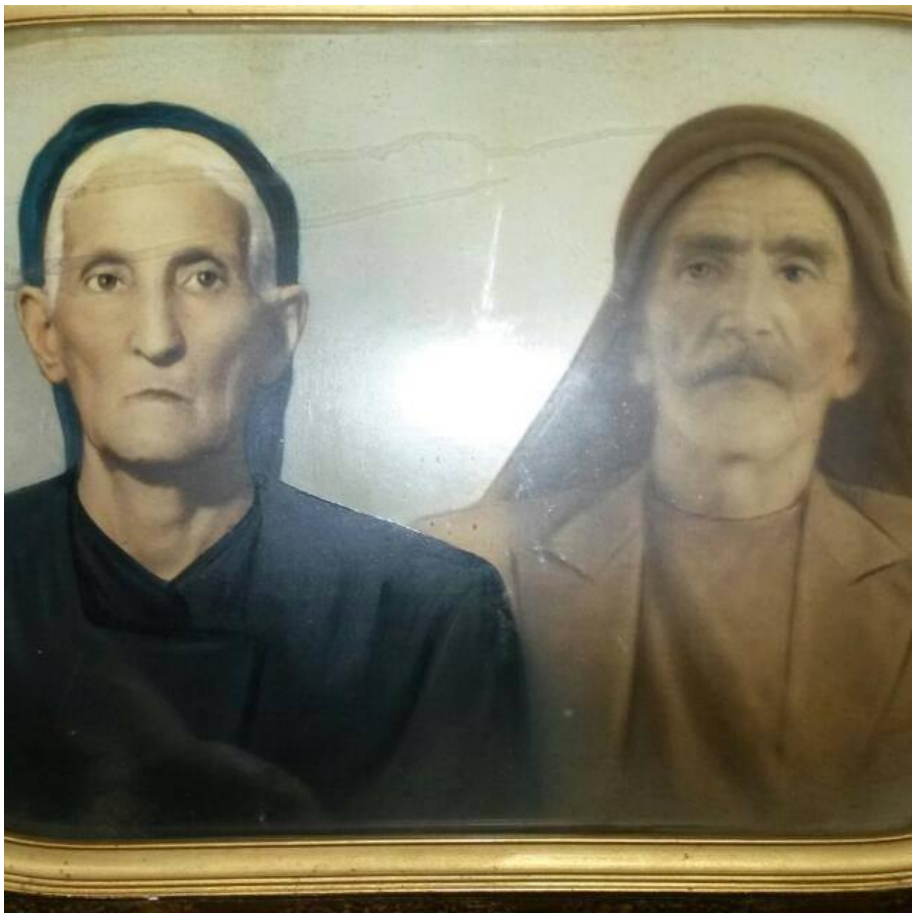
[113] Rosemary Chalfoun Bertolucci, brasileira, lavrense. Graduada em Letras, com Especialização em Língua Portuguesa pela PUC/MG, Especialista em Filosofia Clínica, pelo Instituto Packter (RS), Mestre em Educação, membro da Academia Lavrense de Letras (ALL). Membro da Academia Independente de Letras, PE (AIL), membro da Academia Mineira de Belas Artes (AMBA), professora universitária de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (UNILAVRAS e UNIPAC). Tutora (EAD) e revisora (Universidade Federal de Lavras). Livros de poesias publicados: *Entretons*, *Entretons II*, *Entretons III* (em andamento) Participação como coautora nas antologias: Academia Lavrense de Letras, Academia Mineira de Belas Artes vol. I e vol. II, Vozes Portuguesas, Luz de Natal (Portugal/Brasil), Epifania AIL.

Minha homenagem ao meu saudoso pai Toufic Georges Chalfoun,
ao meu avô Moysés, aos meus tios Nagib e José e
a todos os seus amigos imigrantes libaneses!

Toufic Georges Chalfoun (pai) e Moysés Zogbi (avô).

José Chalfun (tio), Nagib Chalfun e Colete Haddad (tios).

Escrito em setembro de 2017.



Sara Murad Chalfoun e Georges Chalfoun (avós paternos libaneses).

Bandeira do Líbano.

33 Praça da Estação

Alanys Valença Martins[114]

Desde a tenra idade a conheço
Na foto com o suéter vermelho de linho
Quando seus bancos eram grandes demais
Para que se pudesse alcançar sozinho.

Percorri os passos tropeçados
Em suas curvas seletas
Cheias de flores e imaginação
Nas rodas de nossas bicicletas.

Suas árvores majestosas e límpidas
Para uma curiosa criança
Lembram os dias da doce infância
E nada podia ser melhor lembrança.

Foi aí que admirei a Maria Fumaça
E todo o passado que ela contava
Na banca de jornal outros sonhos mais
Que o passeio do fim da tarde lembrava.

Sentada em seu banco já crescida
Aceitei amar de coração
E agradeço por fazer parte de minha história
Querida Praça da Estação.

[114] Alanys Valença Martins nasceu em 1998, em Lavras (MG). É graduanda em Direito pelo Unilavras. Em sua juventude, fez parte do Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET), onde recebeu diploma de menção honrosa (2016). Participou também da Academia Juvenil de Letras e Artes de Lavras. É autora dos livros de poesias "*Entre Linhas e Versos*" (2014) e "*Detalhes*" (2016).

34 A importância de preservar

Rayane Suellen Teixeira[115], & Andressa Maria Nicolino Sousa[116]

A Estação Costa Pinto é mais que um patrimônio
Junto dela vem a saudade
E de verdade o brilho da felicidade
De cada pessoa que já se foi
E de cada pessoa que deseja conhecer
Sua imensurável memória
Que traz junto consigo uma história.

Histórias que jamais serão esquecidas
Por aquelas pessoas que um dia
Embarcaram nos vagões do tempo
E por isso é importante preservar
Cada história possível que poderiam contar
Porque fazem parte da nossa cidade
E não pode se esquecer tamanha felicidade
Que, de certa forma, traz saudade.

[115] Rayane Suellen Teixeira nasceu em 12 de agosto de 2005 na cidade de Lavras. Estuda na Escola Estadual Dora Matarazzo, onde já recebeu uma medalha em Redação. É aluna do CEDET desde 2017, tendo participado de um projeto individual em Literatura e Redação em 2019.
[116] Andressa Maria Nicolino Sousa é graduanda em Filosofia na Universidade Federal de Lavras e também instrutora voluntária no CEDET.

35 Cidade dos ipês

Maíra Silva Gualberto[117]

Lindas flores amarelas,
Belas,
Voando no ar
A flutuar entre os cidadãos
Que com paixão estão a viver.

Lavras, cidade dos ipês,
Comigo e com você, cresce sem cessar
A brotar, saudável e verde
De uma semente
Que plantamos sem pensar...

Lá entre algumas serras
Tão certa e séria,
Uma mineradora trabalhou a buscar
E tentando encontrar
Ouro na terra ou do rio
Palpite frio,

Buscar ouro na terra ou no rio
Nas Lavras do Funil.

Acaso ou destino escreveu o desfecho
De que eu não deixo,
Aqui, nada mais brilhante do que eu.
Você percebeu, que em toda Lavras hoje,
O único ouro que irá ver,
Em toda honra e glória,
No inverno, sobre os montes,
Aos montes, serão as flores de ipê.

[117] Maíra Silva Gualberto, nascida em 21 de agosto de 2002, atualmente estuda no ECEI, Ensino Médio e faz parte do CEDET. É membra da Academia Juvenil de Letras e Artes de Lavras e tem paixão por História e imenso desejo de escrever.

36 Nossa Lavras

Júlia Marquezine de Souza Carvalho[118]

Lavras, ó terra querida!
Cantinho crescente
que semeia a vida
e colhe em seus ipês
o fruto da esperança.

Lavras, ó terra querida!
Histórias e pontes cravadas,
Costumes e lendas cantadas,
Gerações que possuem a convenção
de te chamar de Casa.

Lavras, ó terra querida!
Grandioso é o céu
de sua morada
Grandiosa a educação
por ti lavrada.

Grandes os sonhos e vidas
abrolhados nessa tão querida
terra de Lavras.

[118] Júlia Marquezine de Souza Carvalho tem 15 anos e faz parte do CEDET desde 2014. Em 2019, esteve também na Academia de Letras do CEDET. "Sempre me interessei pela literatura, é como se ela fosse o meu refúgio. Ainda este ano, ganhei em 1.º lugar um concurso denominado 'Corrida Literária' de minha atual escola, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes", afirmou.

37 Ipês

Valentina Gomide[119]

Árvores coloridas,
elas são muito divertidas.
Branco, rosa e amarelo.
Os Ipês são muito belos.

Mais do que árvores
eles são.
Pois, fazem parte de
uma nação!

Na cidade que os exalta
são lindos e cheios de emoção!
Lavras, cidade querida!
Você é fonte de vida!

Beleza incomparável,
que fica na memória.
Suas flores me dão inspiração
e me lembram sua doce história.

[119] Valentina Gomide tem 11 anos e faz parte do CEDET desde 2019, onde também participa do grupo "Academia de Letras do CEDET". "Sou estudante do Instituto Presbiteriano Gammon. Sou divertida e adoro ler livros e fazer poemas", escreveu Valentina.

38 Gammon em Lavras – 150 anos de amor[120]

Léa Gomide Santiago, & Prof.ª Vanda Amâncio Bezerra Mendes (IPG)

Abandonaram família e o aconchego de sua pátria. Fizeram-se pássaros e migraram para a amplidão de um lugar desconhecido.

"Anjos sem asas", os missionários.

Na alma, o desejo de evangelizar. Unindo no peito a gloriosidade de Deus e a dedicação para o progresso da humanidade.

Lutaram, enfrentaram a peste e o abrasador sol do meio-dia.

Plantaram mais que uma semente e esta germinou entre ipês. E de seus galhos, hoje centenários, colhemos, gratos, os frutos primordiais.

Uma escola. Corredores e salas de aula erguidos sob a fervorosa vontade de educar.

Um lugar onde ecoam vozes, risos e passos das pessoas que "levam muito daqui, e deixam um pouquinho de si". E lá vão elas brilhar no mundo.

É, um lugar de memória.

E aqui estou, me servindo dessa sabedoria e sagrada tradição.

Ouvindo o murmurinho dos alunos que preparam a festa. Ao som precioso da fanfarra e da marcha, com movimentos, às vezes, não tão preciosos, mas cheios de intenção.

Agitação, comemoração. Corações pulsam. Sorrisos se abrem.

Instituto Gammon, harmonia e ventura, na jovialidade dos seus 150 anos de dedicação.

[120] Poema escrito em 1992, quando Léa Gomide Santiago estava na 8.ª série A. Foi coletado e adaptado (em relação a data) por Vanda Amâncio Bezerra Mendes (2004), em sua *Antologia Gammonense II*. Lavras (MG): Pró-Memória do Instituto Presbiteriano Gammon.

39 A passagem de Carlos Drummond de Andrade por Lavras, nos trens da Rede Mineira de Viação em 1926

Prof. Vinícius Ferreira Batista

Resumo:

Em janeiro de 1926, o escritor brasileiro e mineiro, Carlos Drummond de Andrade esteve em Passa Quatro no Sul de Minas. O poeta havia ido buscar sua mãe que estava visitando alguns parentes na cidade sul mineira. Durante a viagem Drummond soube que um grande amigo seu, o poeta Manuel Bandeira estava residindo em Pouso Alto, cidade vizinha a Passa Quatro. Enquanto retornava a Belo Horizonte, o autor de "*A Rosa do Povo*" resolveu descer em Pouso Alto, e ir até a casa onde Bandeira estava para um jantar entre dois trens. Após esse jantar, Drummond seguiu, como ele mesmo relatou em cartas, tempos depois, nos trenzinhos da Rede Mineira de Viação e certamente passou pela Estação de Lavras, onde trocou de trem e seguiu viagem.

Palavras-chave: Lavras – Trem – Carlos Drummond de Andrade – Viagem – Manuel Bandeira.

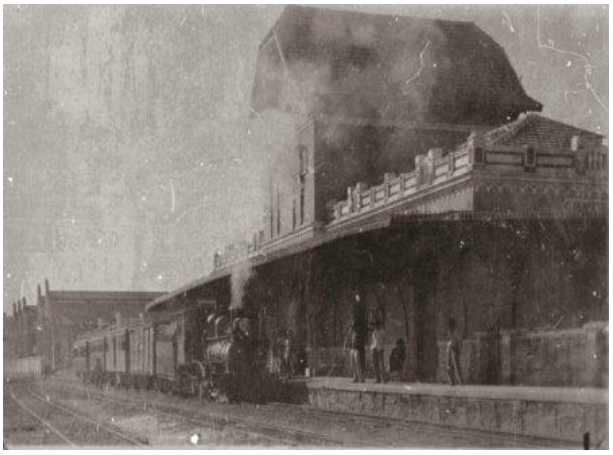


Figura 1: Foto rara, mostrando o trem da bitolinha chegando em Lavras, vindo de Aureliano Mourão.. Notar os trilhos da bitola de 0,76 m junto à plataforma, mostrando que, para os trens da métrica, o embarque seria na pista [Acervo Ronan P. Carvalho].

Manuel Bandeira, poeta menor, como ele mesmo se definia, foi um dos maiores nomes do modernismo e também da Literatura Brasileira. Nascido em 19 de abril de 1886, portanto ainda no período do Império, o poeta cresceu e desenvolveu a arte de escrever poesia nos primeiros anos da República do Brasil.

O país vivia novos tempos, grandes mudanças começavam a ser implantadas e na literatura não foi diferente. Bandeira reinventou a forma literária, sem perder, no entanto, a essência da poesia.

Iria estudar também para ser arquiteto, mas ser arquiteto não pôde. Em 1904, ao fim do ano letivo na Escola Politécnica em São Paulo, teve de enfrentar aquilo que o próprio poeta chamou de "mau destino": contraiu tuberculose. Bandeira então com dezoito anos de idade recebeu o temido diagnóstico. A doença era uma das mais graves enfermidades conhecidas naquela época e ainda não havia cura conhecida para esse mal do pulmão.

Doente, sem condições de continuar os estudos de arquitetura, a partir de 1917, Bandeira passou a se dedicar exclusivamente à literatura e a escrever livros.

Com o passar dos anos, o poeta era orientado pelos médicos a procurar, sobretudo no verão, cidades com climas mais amenos e ar menos úmido para que a doença tivesse menor impacto em seu organismo. Petrópolis (RJ), Campanha (MG) e Pouso Alto (MG) foram as três principais cidades onde Manuel Bandeira viveu.

O poeta considerava Campanha uma cidade morta, até escreveu uma crônica intitulada "O Fantasma", em alusão ao lugar. Já Petrópolis era seu destino preferido, no entanto, a mais poética de todas as cidades que ele morou, certamente foi Pouso Alto.

Bandeira dizia que Pouso Alto era seu recanto da Melancolia. Esteve naquela cidade entre meados de 1925 e o início de 1926. Fez residência na casa de seu amigo, também poeta e escritor brasileiro, Ribeiro Couto, então promotor de justiça da comarca de Pouso Alto.

Certo dia, no mês de janeiro de 1926, outro grande e já famoso poeta brasileiro e mineiro, Carlos Drummond de Andrade, viajou até a cidade Passa Quatro, no Sul de Minas, nos pés da Serra da Mantiqueira. Drummond havia ido buscar sua mãe que estava a visitar alguns parentes que ali residiam. Naquela época o principal meio de transporte de passageiros era o trem de ferro. O poeta Drummond tinha grande paixão pelos trens.

Em vários de seus contos e poemas o trem de ferro está presente, assim como as estações e o dia a dia na ferrovia. Seja enaltecendo o progresso trazido

pelos caminhos de ferro e pelas máquinas ou lamentando que, junto desse progresso, viessem também as lástimas sociais decorrentes da exploração gananciosa dos recursos naturais de Minas Gerais.

Nesta viagem de Drummond a Passa Quatro, ao saber que Bandeira estava residindo em Pouso Alto, Drummond não abriu mão da oportunidade de conhecer o melancólico amigo, com o qual ele já há muito trocava correspondências através de cartas e cartões postais.

Na volta pra casa, Carlos Drummond de Andrade resolveu desembarcar na Estação de São Sebastião do Rio Verde, então Estação de Pouso Alto. Pediu automóvel de praça que o levasse, junto de sua mãe pela curta estrada até Pouso Alto, onde, na casa de Ribeiro Couto, degustou de um delicioso "jantar entre dois trens" e na companhia do amigo Bandeira.

Em cartas a Mário de Andrade, outro grande poeta Modernista Brasileiro, tanto Drummond quanto Bandeira relataram esse dia inesquecível.

Na carta escrita por Drummond ele relata que voltou de Passa Quatro para Belo Horizonte nos trens da Rede Mineira de Viação. Guimarães [2008] cita uma síntese destas correspondências:

> "Em carta a Mário de Andrade, bandeira assim se referiu a Drummond: "O Drummond jantou aqui conosco. Feinho pra burro. Implicadinho. A gente não faz fé. Couto deu uma esfrega de verve nele. Afinal, já no trole a caminho da estação ele riu. Uma semana depois ele escreveu de Belo Horizonte se rindo muito e mandando três poemetos" [Guimarães, 2008: 46-47].

E completa:

> "Drummond, por sua vez, também relatou o episódio em carta a Mário de Andrade: "Que jantarzinho agradável foi esse, e que pena você não esteve presente! Falamos de tudo um pouco e não chegamos a acordo nenhum sobre nada. Gostei muito deles dois" [Guimarães, 2008: 47].

Nos idos das primeiras décadas do Século XX eram raras as rodovias em Minas Gerais, ao passo que os ramais ferroviários eram vários. Um dos principais deles interligava Lavras à cidade de Cruzeiro no estado de São Paulo e passava por Passa Quatro, a Estrada de Ferro Dom Pedro II [Németh-Torres, 2018: 166]. Parte dessa linha ainda existe, embora desativada. Esse ramal, de Três Corações a Lavras só foi inaugurado em 29 de junho de 1926 [Coimbra, 2009: 39], portanto nessa viagem de Drummond, ele não passou por esse trecho, que seguia inclusive pelo mesmo caminho onde hoje está a Avenida Sílvio Menicucci, a perimetral, chegando até a Estação de Lavras. No entanto, no mês em que a viagem foi feita, Drummond certamente passou por Lavras, tendo

viajado pela então conhecida Linha da Barra, que seguia de Soledade de Minas até Barra do Piraí no Estado do Rio de Janeiro, mas que contava com uma intercessão com a Linha "Tronco" da EFOM em Bom Jardim de Minas, que ligava até Ribeirão Vermelho. Esse trecho ainda existe e é utilizado operacional pelos trens de carga e hoje é conhecida como Ferrovia Centro Atlântica.

Drummond certamente teve a oportunidade de admirar as belezas da serra da Bocaina, os encantadores rios Grande, Capivari e rio das Mortes, todos eles margeando a ferrovia. Também passou pelas lindas construções da então proeminente Escola Agrícola de Lavras e esteve diante das Majestosas Oficinas da EFOM e da Estação de Lavras em estilo europeu. Conheceu a Ponte do Funil e a ponte de ferro em Ribeirão Vermelho, admirou o velho porto de São Bernardo que hoje se chama Macaia.

Em Lavras, Drummond trocou de trem, desceu de uma composição liderada pela imponente locomotiva "Maria Fumaça" Baldwin, semelhante àquela que se encontra exposta na Praça Dr. José Esteves, talvez a própria, e embarcou em outro trem da bitolinha, a Maria Fumaça menor, que seguia de Lavras até Divinópolis, passando por Aureliano Mourão em Bom Sucesso. Lá na cidade do Centro Oeste mineiro, na estação de Divinópolis, ele trocou de trem novamente e seguiu para sua cidade de destino, Belo Horizonte.

Como pudemos observar, nas grandes viagens eram várias as baldeações de um trem para outro, devido às diferentes bitolas existentes (distâncias entre os dois trilhos). Dessa forma, a passagem de Carlos Drummond de Andrade por Lavras certamente foi um fato corriqueiro, que na época não causou tanto alarde na população ou sequer foi notada por muita gente, mas certamente é uma marca histórica para nossa cidade, que teve a honra de receber em nosso solo, tão ilustre presença; um tesouro literário coberto pelo devagar depressa dos tempos.

Referências

Coimbra, R. R. (2009). *Uma viagem pelos trilhos da Centro Oeste: 120 anos de história ferroviária*. São Lourenço (MG): Novo Mundo Gráfica e Editora.

Guimarães, J. C. (2008). *Porque ler Manuel Bandeira*. São Paulo: Globo.

Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras: Geovani Németh-Torres. (Série Lavrensiana, 6).

40 Resenha do livro "*O Sete Orelhas ou a história das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil*"

Dr. Luciano Bruno Ribeiro Garcia D'Alessandro[121]

Resumo:

O presente trabalho aborda: 1) a origem dos colonos tratados no livro; 2) o estabelecimento destes colonos no Brasil no Século XVIII; 3) as perseguições de que foram vítimas seus descendentes nos séculos XIX e XX; 3) alguns de seus autores e 4) as famílias que surgiram destes colonos das nascentes do rio Grande.

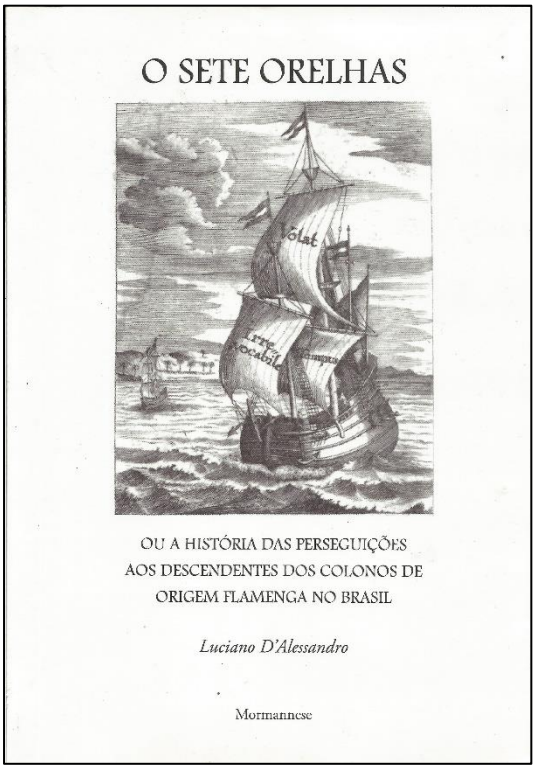


Figura 1: Capa do livro (Andrelândia: Editora Mormannese, 2012).

[121] Nascido em Andrelândia (MG), em 1963, cursou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). É advogado e historiador.

As perseguições de que foram vítimas muitas famílias brasileiras entre os séculos XIX e XX são evidenciadas neste livro a partir da releitura de mais de quarenta obras publicadas no Brasil e na Europa entre os anos de 1836 e 2006. Amparando-se na transcrição de livros e jornais, esta obra acaba por resgatar a história dos colonos do Brasil, Século XVIII, ao mostrar que, a partir do Século XIX, as famílias descendentes desses colonos acabaram sendo vítimas das perseguições levadas a efeito através do personagem "Sete Orelhas".

Da seguinte maneira tiveram curso essas perseguições. É sabido que o Brasil foi colonizado pelos portugueses a partir do ano de 1500. Passados pouco mais de trezentos anos, em 1822, a Colônia foi transformada em nação independente com o nome de Império do Brasil. Pelo que se observa do livro "*O Sete Orelhas ou a história das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil*", o processo político que levou à criação do Brasil independente fez surgir entre os políticos da nascente nação uma pequena elite constituída basicamente por pessoas cujo objetivo seria apenas a permanência no poder. Para levar adiante seu projeto de poder, em meados do Século XIX esse pequeno grupo de políticos deu início às perseguições ao maior grupo social então existente no Brasil, as perseguições às famílias descendentes de colonos originários do arquipélago dos Açores.

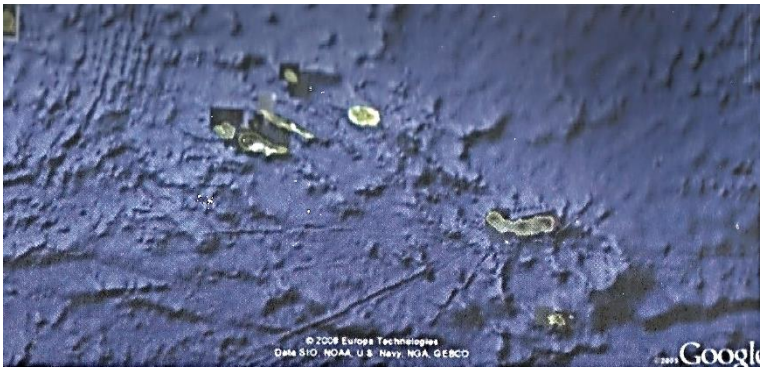


Figura 2: As ilhas açorianas [Google Earth, 2009].

Formado por nove ilhas esparramadas num raio de 600 quilômetros, o arquipélago dos Açores foi descoberto pelos portugueses em meados do Século XV. Para levar a efeito a colonização das ilhas situadas no centro do arquipélago, que se encontram dispersas num raio de 150 quilômetros, os portugueses se valeram dos ancestrais desses colonos do Brasil do Século XVIII. A colonização flamenga dos Açores ocorreu por interferência de d.ª Isabel, a condessa de

Flandres e irmã do rei d. Manoel, a qual conseguiu que flamengos da região de Brugge partissem em longa viagem para ocuparem as terras das ilhas do Faial, da Graciosa, do Pico, de São Jorge e Terceira, no arquipélago dos Açores.

Estes colonizadores tinham como origem o histórico Condado de Flandres, sendo por isso chamados de flamengos. De origem germânica, os flamengos são um dos povos que compõem os Países Baixos, região no norte europeu, onde no final da Idade Média surgiram vários povos unidos pelo idioma neerlandês. Atualmente, essa população germânica de língua neerlandesa está dividida entre dois países, eles se encontram na totalidade da Holanda, ou Países Baixos, e na parte norte da Bélgica, onde se encontra a região de Brugge.

Figura 3: Brasão do condado de Flandres [Wikipédia, 2014].

Passados cerca de 200 anos da colonização flamenga dos Açores, descendentes desses colonos iniciaram nova colonização, deixando para traz a ilha do Faial e as demais ilhas açorianas, empreendendo grande viagem marítima para serem colonos nas terras dos caminhos do ouro do Brasil colônia.

Foi assim que a maioria desses colonos acabaram por se estabelecer na região das nascentes do rio Grande, hoje sul de Minas Gerais, a região por onde passavam vários caminhos antigos do Brasil Colônia. Situada na divisa com a montanhosa região onde havia intensa exploração de ouro, a região das nascentes do rio Grande, com seus morros suaves cobertos de capim, rapidamente tornou-se uma próspera região fornecedora de alimentos para as regiões auríferas.

No final do Século XVIII e início do Século XIX, em decorrência da migração de colonos que haviam deixado as nascentes do rio Grande e ocupado as terras no curso deste rio, os descendentes das famílias de origem flamenga

que haviam colonizado as nascentes do rio Grande eram a maioria dos habitantes na região que mais se desenvolvia no interior do Brasil, as terras no curso do rio Grande.

A origem flamenga deste grupo social vem esclarecer a participação de d. Pedro II nas perseguições, o que se observa por diversas vezes no livro "*O Sete Orelhas ou a história das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil*". Ao que parece, uma antiga animosidade entre franceses e flamengos, que foi alimentada pela nobreza francesa desde o dia 11 de julho de 1302, quando houve a derrota francesa na Batalha das Esporas Douradas, com a morte de cerca de oitocentos nobres franceses, teria levado o imperador d. Pedro II – um nobre simpático aos sentimentos da nobreza francesa – a se tornar antipático ao sentimento que unia aquele grupo social de origem flamenga. Esta afinidade teria levado d. Pedro II a se unir àquele pequeno grupo de políticos e ajudá-los a levar adiante as perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil.

As publicações que deixaram pistas de que estava em curso as perseguições ao maior grupo social do Brasil, em um primeiro momento trouxeram o personagem 'Sete Orelhas'. Em um segundo momento, as perseguições trouxeram a público obra contendo o nome Januário Garcia. E, terminando seu processo inicial, em um terceiro momento as perseguições trouxeram o nome Januário Garcia Leal.

A primeira publicação sobre o personagem "Sete Orelhas" surgiu em uma obra escrita em Inglês, publicada em Londres em 1836, o livro "*The History of Brazil*", de John Armitage. Segundo essa versão para o caso das sete orelhas, um moço de Sorocaba teria seduzido uma sua patrícia de Itu, sendo por isso morto por sete primos da moça. Por vingança, o irmão do falecido teria levado à morte os sete assassinos, dos quais extirpou sete orelhas, fazendo com elas um colar, daí resultando o apelido com que ficou conhecido, "o *Sete Orelhas*".

Transcorridos sete anos, em 1843, houve a primeira publicação da estória do personagem Sete Orelhas em Português. Naquele ano, o escritor carioca Joaquim Norberto de Sousa Silva publicou no Rio de Janeiro a obra "*Januário Garcia ou As Sete Orelhas*".

Foi naquele ano que, pela primeira vez, o nome de família Garcia foi associado ao personagem Sete Orelhas. Na versão de Joaquim Norberto de Sousa Silva é a morte de um filho de Januário Garcia, esfolado vivo por sete capangas, que provoca a cruel vingança perpetrada por "Sete Orelhas".

Passados dois anos, em 1845, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um estudante da Academia de Direito de São Paulo, publicou a peça de teatro

"*Januário Garcia, o Sete Orelhas*". Apenas dois anos da inserção do nome de família Garcia no caso das sete orelhas, Martim Francisco Ribeiro de Andrada inovou no caso das sete orelhas ao chamar o cruel assassino pelo nome de Januário Garcia Leal. Além disso, pela primeira vez este autor inseriu no caso das sete orelhas o nome de família "*da Silva*", o nome de família atribuído aos sete assassinos que acabaram mortos na cruel vingança de "*Sete Orelhas*". Em outra inovação, a causa das desavenças passa a ser uma disputa de terras envolvendo as famílias "*Garcia Lea'"* e "*da Silva*".

A primeira encenação da peça de teatro "*Januário Garcia, o Sete Orelhas*" foi no teatro da Casa da Ópera, em São Paulo, no ano de 1846, em meio ao já tradicional concurso de alunos da Academia de Direito de São Paulo, quando da primeira visita de S.M. Imperial d. Pedro II àquela cidade.

Acerca do nome atribuído ao personagem *Sete Orelhas* por Martim Francisco Ribeiro de Andrada em 1845, o nome Januário Garcia Leal, sabe-se que este foi o nome de um habitante do Brasil Colônia. O colono Januário Garcia Leal nasceu na povoação do Jacuí, em Minas Gerais, no ano de 1761. Ele viveu entre Minas Gerais e São Paulo do final do Século XVIII ao começo do Século XIX. Januário Garcia Leal foi um dos filhos do colono Pedro Garcia Leal e neto do colono João Garcia Luís, nascido na ilha do Faial em 1679.

Porém, foi o nome atribuído ao personagem "*Sete Orelhas*" por Joaquim Norberto de Sousa Silva, o nome de família "*Garcia*", que foi o maior objetivo das perseguições iniciadas com a publicação de John Armitage em 1836. Isto se observa a partir de uma análise de uma genealogia desenvolvida no livro "O Sete Orelhas". Nessa extensa genealogia, tendo como tronco o nome de família Garcia, observa-se que este nome de família identifica uma vasta descendência que se formou no Brasil a partir do Século XVIII. A genealogia se inicia com sete pessoas, cinco delas transformadas em colonos no Brasil, todas nascidas na ilha do Faial entre os anos de 1679 e 1706. São nomes dessa genealogia os colonos João Garcia Luís (1679-1736), Diogo Garcia (1690-1762), Antônio Garcia (1692-1768), João Garcia Duarte (1700-1771) e José Garcia da Costa (1706- ?). A árvore genealógica formada demonstra que foi nas nascentes do rio Grande que a partir de meados do Século XVIII surgiram várias famílias no Brasil colônia. Com o passar do tempo, muitos membros dessas famílias unidas por laços sócio-culturais acabaram por descer o curso do rio Grande, espalhando-se pelas terras que margeiam este rio, chegando ainda no início do Século XIX a Mato Grosso e Goiás.

Sobre o nome de família atribuído aos sete assassinos que teriam sido mortos na vingança de Januário Garcia, o "Sete Orelhas", o nome de família "*da*

Silva", observa-se nesta extensa genealogia que este é o nome que identifica uma das famílias formadas a partir dos colonos Garcia. Trata-se de uma descendência que surgiu a partir de 1760 no antigo Turvo, hoje Andrelândia, Minas Gerais, do casamento de três colonos que assinavam o nome de família "da Silva", parentes entre si, uma mulher e dois homens, com duas filhas e um filho do colono José Garcia da Costa, um dos nomes troncos da genealogia Garcia.

A presença desta identidade sociocultural esparramada por muitas famílias em uma vasta região do interior do Brasil Colônia, vem esclarecer porque em meados do Século XIX os perseguidores deram ao personagem "Sete Orelhas" o nome de família Garcia. Buscavam os perseguidores a desagregação daquele grupo social mediante a introdução de um sentimento de repulsa ao nome que os unia, o nome de família "Garcia".

Na compilação feita no livro "*O Sete Orelhas*" trechos de muitas obras escritas em um longo período de tempo são transcritas, o que torna possível fazer um contraste das obras. Assim, é possível identificar as obras que começaram as perseguições, com seu início em 1836; é possível também identificar as obras que reagiram a essas perseguições.

As obras que reagiram às perseguições desdenhavam de autores de publicações que sustentavam a existência do personagem "Sete Orelhas". Este é o caso do folhetim publicado na edição de 26 de maio de 1867 do jornal Correio Mercantil, do Rio de Janeiro. Então, sob o pseudônimo de "*Osiris*", no folhetim o jornalista Joaquim José de França Júnior contesta o escritor da peça de teatro "Januário Garcia, o 'Sete Orelhas'", o então ministro da Justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. "*Osiris*" alude que Martim Francisco teria sido o criador do personagem "Sete Orelhas". Entre ataques com frases como "*folhinha de ano findo*", "*sapucaia sem cocos*", Joaquim José de França Junior sugere que Martim Francisco Ribeiro de Andrada teria tido a seguinte inspiração ao compor sua peça de teatro: "*resolvi esboçar, não o quadro da miséria de uma família, mas o croquis da desgraça de um povo*".

Das muitas obras que sustentaram a existência do personagem "Sete Orelhas" tem-se como exemplo o livro "A Província de São Paulo", de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, de 1876. Esta foi a primeira obra publicada após o surgimento do folhetim de França Júnior, em 1867. Com M. E. de Azevedo Marques pela primeira vez surgiu a "notícia" da descoberta de uma fonte primária contendo o nome de Januário Garcia Leal, uma ordem régia datada de 1803, que tratava de crimes envolvendo o nome Januário Garcia Leal "na paragem de Santo Antônio do Amparo", em Minas Gerais.

Outras supostas fontes primárias para o caso das sete orelhas surgiram apenas mais de cem anos depois, em 2003. Naquele ano foi publicado o livro "Jurisdição dos Capitães, a história de Januário Garcia Leal, o Sete Orelhas, e seu bando", obra que se ampara em diversas supostas fontes primárias. Passados três anos, em 2006, uma nova suposta fonte primária para o caso das sete orelhas veio a lume. Foi quando houve a localização do suposto inventário de Januário Garcia Leal em Lages, Santa Catarina. A notícia foi tornada pública no artigo "Januário Garcia Leal em Santa Catarina – O Temido 'Sete Orelhas' – Reviravolta na história". Essas duas publicações são de autoria do escritor mineiro Marcos Paulo de Souza Miranda.

A falsificação de documentos manuscritos no caso das sete orelhas é evidenciada contrapondo-se as supostas fontes primárias com as obras compiladas. Por exemplo, na peça de teatro escrita em 1845 e encenada em 1846, Martim Francisco Ribeiro de Andrada inseriu no caso das sete orelhas os nomes de família "*Garcia Leal*" e "*da Silva*", dois nomes de família que fazem parte da genealogia desenvolvida a partir dos colonos Garcia originários da ilha do Faial. Passados vinte e um anos da estreia da peça de teatro, no ano de 1867, o jornalista Joaquim José de França Júnior publicou um folhetim denunciando a inspiração de Martim Francisco Ribeiro de Andrada ao compor sua peça de teatro: "*...resolvi esboçar, não o quadro da miséria de uma família, mas o croquis da desgraça de um povo*". Por fim, em 1876, quando se comemorou trinta anos da retumbante estreia da peça no teatro "*Januário Garcia, o Sete Orelhas*", na primeira publicação após o surgimento do folhetim de França Júnior de 1867, sem que fosse apresentada a suposta fonte primária, o escritor M. E. de Azevedo Marques publicou a notícia da "localização" de uma ordem régia, datada de 1803, portanto, setenta e três anos antes, envolvendo o nome Januário Garcia Leal em crimes que teriam ocorrido em Minas Gerais.

Neste pêndulo que se observa na compilação de obras sobre o caso das sete orelhas ocorrem situações ainda mais reveladoras. Isto é o que se observa de uma gravura do político José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda jovem, que consta no livro "*The History of Brazil*", de John Armitage, publicado em 1836. Como é cediço, foi nesta obra escrita em Inglês que surgiu a primeira notícia do cruel assassino "Sete Orelhas". Por outro lado, tem-se o livro "Os Andradas na História do Brasil", obra de autoria do historiador mineiro João Dornas Filho, que foi publicada em 1936, ou seja, exatamente ao se completarem cem anos da publicação do livro "*The History of Brazil*". Desta forma, quando se comemorou o centenário da publicação do livro de John Armitage, em seu livro "*Os Andradas na História do Brasil*" o escritor mineiro João Dornas Filho trouxe uma abordagem

extremamente desairosa dos políticos da família Andrada, dentre os quais José Bonifácio de Andrada e Silva.

Nestes embates observados nas obras compiladas no livro "*O Sete Orelhas ou a história das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil*" se constata que foi a ambição pela perpetuação no poder que fez surgir condições para que por cerca de 170 anos ocorresse a publicação de obras envolvendo o personagem "Sete Orelhas". Contando com a participação de S.M. d. Pedro II e de vários membros da família Andrada, um pequeno grupo que se instalou na política brasileira deu início as perseguições a um povo. E foi a partir de 1836 que esse grupo de pessoas passou a se servir do personagem "Sete Orelhas" para fomentar o fim da identidade deste povo, as famílias descendentes de colonos de origem flamenga, oriundos da ilha do Faial, que haviam colonizado as nascentes do rio Grande e lá formaram as chamadas famílias mineiras históricas.

As perseguições a esse grupo de famílias praticada por uma minoria articulada, por uma elite política formada nos subterrâneos da sociedade brasileira, levaram ao fim da coesão social de um povo, o povo dos "Garcias". Com a perda da coesão social daquelas famílias, houve o enfraquecimento do sentimento de pátria que aflorava pelo interior do Brasil Colônia, no curso do rio Grande. O enfraquecimento desse sentimento cívico foi a mais marcante das consequências das perseguições aos descendentes dos colonos de origem flamenga no Brasil.

Conforme se observa na genealogia formada a partir dos colonos Garcia originários da ilha do Faial, são as seguintes as famílias que surgiram nas nascentes do rio Grande em meados do Século XVIII: as famílias de Almeida, Andrade, de Arantes, de Azevedo, de Carvalho, da Costa, Fagundes, Fernandes, de Figueiredo, Fonseca, Garcia, Garcia Leal, Guimarães, Junqueira, Landin, Martins, Matos, Mendonça, Nogueira, Pereira, Salgado, da Silva, de Souza, Ribeiro, Teixeira, Vargas e Xavier, entre outras.

41 Anais do III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras

Prof.ª M.ª Janaína Faleiro Lucas Mesquita (Unilavras)[122], &
Prof. Geovani Németh-Torres

Figura 1: Apresentação visual do III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras.

[122] Janaína Faleiro Lucas Mesquita é Arquiteta e Urbanista, mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, conselheira do Patrimônio Cultural de Lavras e professora do Centro Universitário de Lavras.

Apresentação

Consultando as antigas atas do Conselho do Patrimônio Cultural de Lavras, descobrimos que em 2010 e 2011 foram realizados dois fóruns sobre nosso patrimônio cultural, ao qual nos propusemos a realizar, em 2019, a terceira edição deste.

O III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras, uma iniciativa do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras, em parceria com a Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), através do Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural (GEPAC), foi um evento que compôs as comemorações do aniversário de nosso município. O fórum é uma oportunidade para toda a população se inteirar sobre a questão da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e, neste ano, teve como tema a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, único bem imóvel tombado em nível federal existente em Lavras e, de fato, a única igreja tombada nesta esfera existente no sul de Minas, que recentemente tem recebido intervenções em seu telhado e entorno.

O evento aconteceu na sede do Unilavras, Rua Padre José Poggel n. 506, no dia 17 de outubro de 2019, a partir das 18h.

Conferencistas

Olinto Rodrigues dos Santos Filho, pesquisador aposentado do IPHAN/MG é autor de quatro livros e vários artigos sobre o patrimônio cultural artístico de Minas Gerais no período colonial. Foi um dos responsáveis pela pesquisa de inventário dos bens artísticos da Igreja do Rosário, em 1993.

Alexandre Reis de Souza, escultor, entalhador e restaurador, atua mais precisamente na Arte Sacra, realizando trabalhos de restauração em bens de arte religiosa em igrejas de Lavras.

Silvio Henrique de Melo Costa, arquiteto e urbanista, restaurou edificações tombadas em cidades como Tiradentes, São João del-Rei e Prados, Minas Gerais, e foi conferencista nos dois fóruns anteriores.

Cronograma

Estiveram reunidos, das 18h às 22h, no salão do Unilavras, cerca de quarenta participantes do III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras, entre estudantes e pessoas da comunidade, seguindo o cronograma:

- 18h: Credenciamento
- 18h00-18h40: Apresentação de trabalhos de alunos do curso de Arquitetura do Unilavras
- 18h45-19h00: Abertura: Fala das autoridades
- 19h00-19h40: Conferência: "A Igreja do Rosário e Seu Patrimônio Artístico", Olinto Rodrigues dos Santos Filho (historiador, IPHAN)
- 19h45-20h25: Conferência: "A Arte Barroca e Sua Conservação", Alexandre Reis de Souza (escultor, restaurador, conservador e entalhador)
- 20h30-21h10: Conferência: "Um Olhar Sensível sobre o Patrimônio e o Restauro", Silvio Henrique de Melo Costa (arquiteto urbanista)
- 21h15-21h50: Mesa Redonda
- 22h00: Encerramento

Trabalhos apresentados

- "*Patrimônio Cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento*". Vinicius Custódio Messias e Janaina Faleiro Lucas Mesquita.
- "*(RE)conhecendo o Água Limpa: um estudo sobre a história e a memória do bairro*". Fernanda Vieira da Silva e Janaina Faleiro Lucas Mesquita.
- "*Projeto de extensão: GEPAC (Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural)*". Janaina Faleiro Lucas Mesquita, Marisa Aparecida Pereira, Amanda Lopes Silva, Fernanda Vieira da Silva, Lara Oliveira Faria, Maria Isabel Romeu Garcia, Tales Wendeu Placedino Gomes, Vinícius Custódio Messias, Vitória Martins.
- "*Preservação e conservação de ladrilhos hidráulicos na cidade de São João del-Rei*". Amanda Lopes da Silva, Anna Letícia Ladeira de Melo, Bianca Vale Cunha, Janaina Faleiro Lucas Mesquita.
- "*O retorno da portada da antiga Igreja de Bom Jesus de Matosinhos para a cidade de São João del-Rei*". Bianca Vale Cunha, Janaina Faleiro Lucas Mesquita, Rafaella Lasmar Bozetti e Vinicius Custódio Messias.

Desenvolvimento do Fórum

Às 18h, iniciou-se o credenciamento dos participantes do III Fórum do Patrimônio, e os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unilavras

também expuseram pôsteres acadêmicos de suas pesquisas mais recentes. Os participantes também receberam exemplares dos jornais "*Acrópole*", distribuídos no evento.

Às 18h45, para abrir o evento, foi convidado o prof. Rodolfo Rosa Alvarenga, coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unilavras, e conselheiro do Patrimônio Cultural de Lavras, além do prof. Alexandre de Abreu Belo, Secretário de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras.

Após estas falas, deu-se início às conferências. O pesquisador Olinto Rodrigues dos Santos Filho apresentou o patrimônio artístico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, trazendo dados de uma polêmica levantada recentemente, sobre a identificação do escultor José Maria Silva como autor dos retábulos da igreja. O escultor Alexandre Reis de Souza mostrou um pouco do trabalho de restauração das imagens, levando inclusive o Cristo Morto, de sua autoria, além de instrumentos de seu trabalho. O arquiteto Silvio Henrique de Melo Costa apresentou noções sobre a preservação do patrimônio, incluindo técnicas e obras que realizou em igrejas coloniais mineiras.

No momento seguinte, o prof. Geovani Németh-Torres sintetizou as três conferências e iniciou uma mesa redonda, quando os ouvintes puderam fazer suas perguntas. Terminada a noite, todos os presentes foram convidados para continuarem participando das comemorações do aniversário de Lavras, quando, no dia seguinte, nova apresentação de coral ocorreria na Igreja do Rosário.

Moção final: abaixo-assinado pelos presentes em prol da restauração da Igreja do Rosário

"Nós, cidadãos brasileiros cientes e interessados na preservação do patrimônio cultural do país e em específico na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras (MG), bem tombado nacionalmente desde 1948, lançamos o presente abaixo-assinado à superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Minas Gerais, solicitando o tão aguardado início das obras de restauração dos altares e imagens sacras deste importante bem cultural edificado no Século XVIII. Tendo em vista que, em 2020, Lavras completará 300 anos do início de seu povoamento, consideramos muito propício recordar de nossos ancestrais através da restauração deste que é o principal patrimônio que eles nos legaram. Desde já, certos de sua colaboração, assinam os presentes no III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras, dias 17 e 18 de outubro de 2019".

42 O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras: Natureza, competência e rol de conselheiros

Prof. Geovani Németh-Torres

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras foi instituído através da lei municipal n. 2.317 e decreto n. 2.293, ambos promulgados em 11 de abril de 1997. Atualmente a Proteção do Patrimônio Cultural do município de Lavras é orientada pela lei n. 4.404 de 4 de maio de 2017, que descreve a natureza e as competências deste conselho.

Figura 1: Logotipo do Compac-Lavras entre 2010 e 2019.

Natureza

"Art. 44. O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras é um órgão colegiado de natureza deliberativa, subordinado à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura.

Parágrafo único. O Conselho funcionará com sede junto à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura".

Competências

"Art. 50. Compete ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras, nos termos dos dispositivos legais:

I - deliberar sobre políticas, diretrizes e outras medidas de tutela patrimonial, com vistas a orientar a formulação de metas para a atuação dos órgãos gestores municipais na área patrimonial;

II - definir as prioridades do Município quanto ao oferecimento de bens e serviços na área do patrimônio cultural, com base em estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas e pela comunidade;

III - aprovar planos de proteção, conservação, revitalização e intervenção de bens culturais protegidos, de propriedade pública ou privada;

IV - decidir sobre o tombamento e o registro de bens, determinando a sua inscrição nos Livros de Tombo e no Livro de Registro, respectivamente;

V - decidir sobre o cancelamento de tombamento, instruindo os processos para homologação pelo Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, no caso de tratar-se de bens particulares, e pelo Prefeito, no caso de bens públicos;

VI - propor a concessão de título honorífico, comenda ou condecoração para pessoas e instituições que se destacarem na preservação do patrimônio histórico, artístico e natural do Município;

VII - Normatizar e Supervisionar a gestão do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Lavras.

§ 1º. Os planos previstos no inciso III do *caput*, contendo diretrizes e ações prioritárias, serão elaborados anualmente pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e apresentados ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Lavras para deliberação no período de outubro a novembro do exercício anterior.

§ 2º. As decisões sobre tombamento, registro e cancelamento de tombamento previstas nos incisos IV e V deverão se fundar nos estudos e pareceres técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura".

Prêmio Prof. José Luiz de Mesquita

Criado em 2019, nos termos da Lei Municipal n. 4.404/17, art. 50, inciso VI, o *Prêmio Prof. José Luiz de Mesquita* tem o propósito de prestigiar, em caráter municipal, as ações de preservação do patrimônio cultural lavrense que, em razão da originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. O patrono da premiação foi uma homenagem ao ilustre professor Mesquita, que é o pioneiro da preservação do patrimônio cultural lavrense, e também uma alusão ao *Prêmio Rodrigo Melo Franco*, ofertado anualmente pelo IPHAN. Seu regulamento foi aprovado na 131.ª Reunião Ordinária do Conselho, a 13 nov. 2019:

> "Art. 1.º O Prêmio Prof. José Luiz de Mesquita será oferecido a empresas, instituições e pessoas que destacarem a diversidade e a riqueza do Patrimônio Cultural Lavrense (Material e Imaterial). Art. 2.º Haverá até três premiados por ano. Art. 3.º A premiação será feita em caráter anual pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras, sendo os contemplados definidos em reunião a ocorrer no mês de novembro. Art. 4.º A escolha dar-se-á por meio de proposição dos conselheiros, justificada por escrito, e votada, de acordo com o regimento interno do Conselho. Art. 5.º Eventualmente, poderá o Conselho definir o vencedor do Prêmio Prof. José Luiz de Mesquita por meio de um

concurso, cujo edital deverá ser aprovado na primeira reunião do ano. Art. 6.º O vencedor do Prêmio Prof. José Luiz de Mesquita será contemplado com um diploma, no qual constará um breve texto referente a sua ação meritória, e terá seu nome inscrito num livro próprio para registro desta honraria".

Em 2019, os premiados foram o Instituto Presbiteriano Gammon, a Corporação Musical Euterpe Operária, e o Prof. Ângelo Alberto de Moura Delphim.

Histórico de Presidentes

Desde sua fundação, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras teve oito presidentes:

1. 1998 2001 Eliana Conceição Fonseca
2. 2001 2003 Homero de Carvalho Faria
3. 2003 2005 Maria Aparecida Andrade
4. 2005 2007 Maria Olímpia Alves de Melo
5. 2007 2009 Marcelo Barbosa Furtini
6. 2009 2016 Wagner Raimundo Gonçalves
7. 2016 2017 Clarice Maria Pacheco
8. 2017 Hoje Alexandre de Abreu Belo

Rol dos conselheiros

Ao longo de sua existência, o Conselho do Patrimônio Cultural de Lavras teve 128 conselheiros:

Ada Celi Rezende Souza, Agnaldo José Souza, Alessandra Teixeira Silva, Alexandre de Abreu Belo, Alfredo Amaral de Carvalho, Almir de Paula Lima, Ana Lúcia Coelho, Ana Paula Duarte de Oliveira Post, André Luiz Ferreira da Silva, Andréa Aparecida Ribeiro Corrêa, Ângela Maria Soares, Ângelo Alberto de Moura Delphim, Ângelo Vitorino Júnior, Antônio Claret dos Santos, Arthur Leite Santiago Filho, Azená de Oliveira, Canísio Ignácio Lunkes, Carlos Alberto Pereira, Carlos Fernando de Moura Delphim, Carlos Frederico Hermeto Bueno, Carlos Frederico Leite Corrêa, Carmem Lúcia Guimarães, César Mori Júnior, Clarice Maria Pacheco, Cláudia Cristina Gonçalves Souza e Silva, Cristiane Oliveira Costa Lasmar, Cristiane Serra Rodarte, Dâmina Carvalho Pereira,

Déborah Lilian de Assis Fargnoli Martins Guerra, Deborah Rezende Medeiros Cardoso, Delva Emerich Portilho Tristão de Oliveira, Eberth Marcos Alvarenga Costa Júnior, Edinaldo Murilo Gonçalves, Eduardo Cicarelli, Elenita Andrade Abreu Gomes, Eliana Conceição Fonseca, Eliana Simões Boucherville, Elisabete Mendonça Silva do Carmo, Eloísa Helena de Souza Cabral, Geovani Németh-Torres, Geraldo Camilo Alves de Melo, Geraldo Fernandes, Germano Silva Neto, Giselle Barbosa, Guilherme Dias Lasmar, Helena Menicucci Zica Paiva, Helenice Oliveira Valim Leal, Hélio Haddad, Homero de Carvalho Faria, Jackson Antônio Barbosa, Janaína Faleiro Lucas Mesquita, João Antônio Argenta, João Antônio da Cruz Pedroso, João Emílio de Assis Reis, João José Granate de Sá e Melo Marques, Jorge Charbel Haddad, Jorge Silva de Andrade Zorkot, José Bauth, José Claret Mattioli, José Maurício de Resende, José Oscar de Paiva, José Passos de Carvalho, Juliana Alvarenga Abrahão, Juliano Caldeira Pereira, Juventino Júlio de Souza Júnior, Lázaro Francisco de Aquino, Lícia Maria Salgado, Lucas Canestri de Oliveira, Lucas Ferreira Rios, Lúcia Helena Spilotros, Lucinda Firmino Nunes, Luís Antônio de Bastos Andrade, Luís Marcelo Tavares de Carvalho, Luiz Carlos Carvalho, Luíza Antunes Magalhães, Manuela de Oliveira Botrel, Marcelo Barbosa Furtini, Márcia de Souza Ferreira, Márcia Magalhães, Marcus Paullus Guimarães Passos, Maria Aparecida Andrade, Maria da Conceição Abreu Ribeiro, Maria de Fátima Unes Ticle, Maria de Lourdes Naves, Maria Lídia Fonseca Soares, Maria Olímpia Alves de Melo, Maria Regina Gomes de Souza, Mariane Murad Reis, Marisa Aparecida Pereira, Mariza Hermeto Bueno do Vale, Merci Eloísa de Santana Resende, Miriam Alves Pinto de Andrade, Mônica Vanessa Biavati, Nelly Furbeta Pinheiro, Núbia Cristina Silva Barbosa, Patrícia Muniz Mendes, Pedro Márcio Laurente, Priscila Abreu Pimenta, Priscilla Mara Botelho Souza, Rafael Izer, Renato Torres Libeck, Renilson Luiz Teixeira, Rita de Cássia Souza Goulart, Rodolfo Alvarenga, Rosângela Malfitano Carvalho, Rosângela Moura Cortez, Rosemary Chalfoun Bertolucci, Samuel Alvarenga, Santos Ricardo de Araújo, Sebastião dos Santos Vieira, Sérgio Wagner de Oliveira, Silvério José Coelho, Sílvio César de Castro, Siomara Bastos Russi, Terezinha de Lourdes Rezende, Valéria Cristina da Silva, Valéria Naves Azevedo Balão, Vanda Amâncio Bezerra Mendes, Vanilda Amâncio Bezerra de Sequeira Costa, Vera Cartaxo, Victor Henrique de Resende, Wagner Raimundo Gonçalves, Walter Fonseca, Wandir Daher Júnior, Wellington Jomar da Silva, Zenita Cunha Guenther, Zulma Teixeira de Andrade, Zuma Teixeira de Paula Lima.

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras

Desde quando assumi a pasta da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, sempre pensei na importância de se construir uma política cultural que fique para a população. Ao me deparar com o Patrimônio Cultural, encontrei um desafio, pois necessitava de pessoas que detivessem o conhecimento para a sensibilização e conscientização do mesmo, para criar políticas públicas que envolvessem a comunidade, bem como os agentes que se relacionam com a memória coletiva e a identidade cultural do município.

A presente revista marca o tricentenário da fundação de Lavras, e representa o legado de uma gestão preocupada em preservar e difundir o Patrimônio Cultural. É uma publicação ímpar e de grande qualidade a qual, sem dúvida, coloca nossa querida Lavras como referência em Minas Gerais e em todo o Brasil.

Prof. Alexandre de Abreu Belo